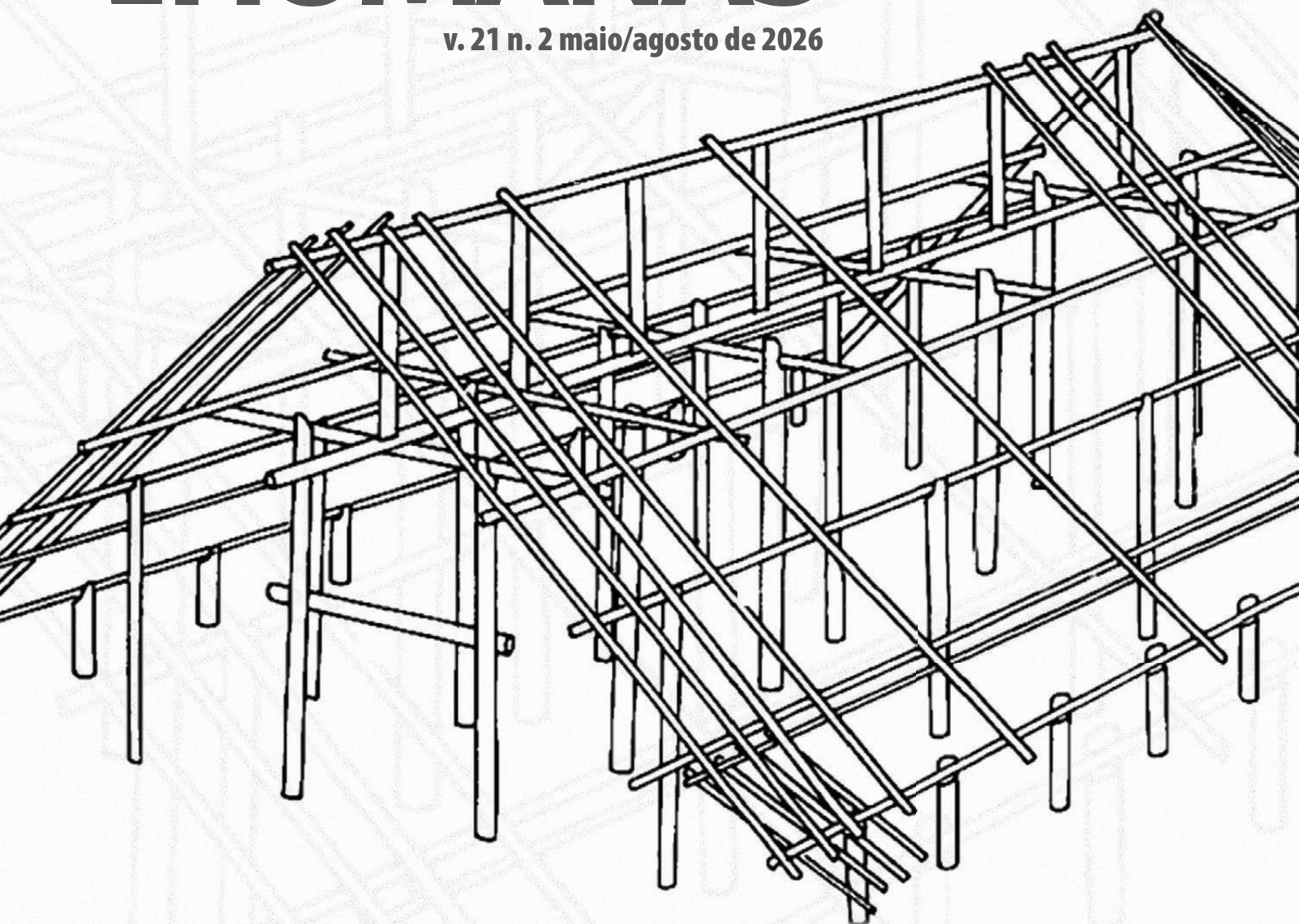


BOLETIM MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

CIÊNCIAS HUMANAS

v. 21 n. 2 maio/agosto de 2026



Estruturas

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



v. 21, n. 2

Publicação contínua

maio-agosto 2026



IMAGEM DA CAPA

Maloca em estrutura de madeira e cobertura de palha. Reprodução de Saunier, C. N. M. (2023). Espaços construídos dos quilombos no Pará [séculos XIX e XXI], [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI CIÊNCIAS HUMANAS (ISSN 2178-2547)

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi criado por Emílio Goeldi e o primeiro fascículo surgiu em 1894. O atual Boletim é sucedâneo daquele.

The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia was created by Emílio Goeldi, and the first number was issued in 1894. The present one is the successor to this publication.

EDITORIA CIENTÍFICA

Jimena Felipe Beltrão

EDITORES ASSOCIADOS

Adam Singerman - Universidade de Chicago - Linguística
Ana Vilacy Galúcio - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística
Bernat Bardagil - Universiteit Gent - Linguística
Brigitte Thierion - Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 - Antropologia
Claudia López - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia
Cristiana Barreto - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - Arqueologia
Deborah Bronz - Universidade Federal Fluminense - Antropologia
Eliane Cantarino O'Dwyer - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Antropologia
Fernando Ozório de Almeida - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Arqueologia
Guilherme Mongeló - Universidade de São Paulo - Arqueologia
Hein van der Voort - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística
Jorge Eremites de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas - Antropologia
Laure Empereire - Institut de recherche pour le développement - Etnobotânica
Lúcia Hussak van Velthem - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia
Márcio Couto Henrique - Universidade Federal do Pará - História
Marília Xavier Cury - Universidade de São Paulo - Museologia
Márlia Coelho Ferreira - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica
Martijn van den Bel - Universiteit Leiden - Arqueologia
Pedro Glécio Costa Lima - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica
Priscila Faulhaber Barbosa - Museu de Astronomia e Ciências Afins - Antropologia
Rosani Fernandes - Kamuri Kaingang - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - Antropologia
Walkiria Neiva Praça - Universidade de Brasília - Linguística

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Ângela Domingues - Instituto de Investigação Científica Tropical - Lisboa - Portugal
Bruna Franchetto - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil
Eduardo Brondizio - Indiana University - Bloomington - USA
Eduardo Góes Neves - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
Gustavo Politis - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - Tandil - Argentina
Janet Marion Chernela - University of Maryland - Maryland - USA
Klaus Zimmermann - Universidade de Bremen - Bremen - Alemanha
Marcos Chor Maio - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - Rio de Janeiro - Brasil
Maria Filomena Spatti Sândalo - Universidade Estadual de Campinas - Campinas - Brasil
Michael J Heckenberger - University of Florida - Gainesville - USA
Michael Kraus - Universidade de Bonn - Bonn - Alemanha
Neil Safier - The John Carter Brown Library - Providence - USA
Rui Sérgio S. Murrieta - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
Tânia Andrade Lima - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil
Walter Neves - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
William Balée - Tulane University - Louisiana - USA

NÚCLEO EDITORIAL

Normatização - Arlene Lopes, Diana Gomes Lopes e Rafaela Lima
Revisão ortográfica - Diana Gomes Lopes e Rafaela Lima
Editores, versão eletrônica - Talita do Vale e Júlia Modesto
Capa deste número - Talita do Vale

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



ISSN 2178-2547

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi	Cienc. Hum.	Belém	v. 21	n. 2	Publicação contínua maio-agosto 2026
-------------------------------	-------------	-------	-------	------	--

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Museu Paraense Emílio Goeldi
Núcleo Editorial - Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi
Av Perimetral, 1901
Terra Firme – CEP 66077-830
Belém - PA - Brasil
Telefone: 55-3221-6486
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

ACESSO EM:

<https://boletimch.museu-goeldi.br/>
<http://www.scielo.br/bgoeldi>
http://issuu.com/bgoeldi_ch

SUBMISSÃO DE TRABALHOS:

<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>

AQUISIÇÃO:

Permuta: mgdoc@museu-goeldi.br
Venda: livraria@museu-goeldi.br

INDEXADORES

AIO - Anthropological Index Online
Anthropological Literature
CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
DOAJ - Directory of Open Access Journals
IBSS - International Bibliography of the Social Sciences
LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para
Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,
España y Portugal
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SCOPUS

Não é permitida a reprodução parcial ou total de artigos ou notas publicadas, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem necessariamente a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2026. – Belém: MPEG, 2026. v. 21 n. 2, v. il.

Semestral: 1984-2002

Interrompida: 2003-2004

Quadrimestral a partir do v. 1, 2005.

Títulos Anteriores: Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia 1894-98; Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Museu Goeldi) 1902; Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia 1906-1914; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia 1933; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia 1949-2002; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Humanas, em 2005. A partir de 2006, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.

ISSN 2178-2547

1. Antropologia. 2. Arqueologia. 3. História. 4. Etnobotânica. 5. Museologia. I. Museu Paraense Emílio Goeldi.

CDD-21ª.ed. 500

© Direitos de Cópia/Copyright 2026 por/by MCTI/Museu Goeldi



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

ARTIGOS

ARTICLES

Una Nueva Loja levantada sobre un Lago Agrio: conflicto, identidades y violencia en la subregión petrolera del Ecuador

A New Loja built upon a Sour Lake: conflict, identities, and violence in Ecuador's oil subregion

Patricio Trujillo-Montalvo

Arquiteturas quilombolas afro-indígenas na Amazônia paraense

Afro-indigenous quilombola architectures in the Pará Amazon

Catarine de Nazaré Moreira Saunier

Cambios socio-ambientales y su influencia en el funcionamiento de los Sistemas Agroforestales Familiares: estudio de caso etnobotánico en el periurbano de Corrientes (Argentina)

Socio-environmental changes and their influence on Family Agroforestry Systems: an ethnobotanical case study in the periurban area of Corrientes (Argentina)

Analia Pirondo | Florencia Aída Itatí Elías | Violeta Furlan

Trade, alterity and cultural misunderstandings: Ashaninka and Inca

Comércio, alteridade e mal-entendidos culturais: Ashaninka e Inca

José Pimenta | Cristiana Bertazoni

Entre rios e lagoas: novos dados para o contexto Guarani do litoral sul catarinense a partir do sítio arqueológico Lagoa da Velhinha

Between rivers and lagoons: new data for the Guarani context of Santa Catarina southern coast from the Lagoa da Velhinha archaeological site

Juliano Bitencourt Campos | Edenir Bagio Perin | Fernanda Schneider | Rafael Milheira |

Sílvia Aline Pereira Dagostim | Marcos César Pereira Santos | Francisco Silva Noelli | Paulo DeBlasis

Encruzilhadas museais digitais: informação étnico-racial crítica e ciberativismo no Museu Afrodigital do Maranhão

Digital museum crossroads: critical ethnic-racial information and cyberactivism at the Museu Afrodigital do Maranhão

Kátia Silene Souza de Brito | Clovis Carvalho Britto | Deborah Silva Santos

O discurso intelectual e o projeto nacional para a Amazônia nas páginas da Revista Brasileira de Geografia e da Cultura Política (1939-1945)

The intellectual discourse and the national project for the Amazon in the pages of the Revista Brasileira de Geografia and Cultura Política (1939-1945)

Matheus Villani Cordeiro | Rômulo de Paula Andrade

Caçadores-coletores na Serra do Mar durante o Holoceno inicial e tardio

Hunter-gatherers in the Serra do Mar during the early and late Holocene

Gabriel Procópio Nunez Silva | Laercio Loiola Brochier | Leonardo José Cordeiro Santos |

Luis Augusto Koenig Veiga | Fabio Parenti

Sociobiodiversidade e bioeconomia nos setecentos: plantas nativas na obra

“Flora Fluminensis”, de Frei Mariano da Conceição Veloso (1741-1811)

Sociobiodiversity and bioeconomy in the eighteenth century: native plants in the “Flora Fluminensis” by Frei Mariano da Conceição Veloso (1741-1811)

Maria das Graças Lins Brandão | Juliana Paula-Souza | Fabiana Luiza Ranzato Filardi | Caroline Zheng |

Padre Lauro Palú

As Mostras do Filme Etnográfico na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1975-1978)

The Ethnographic Film Festivals at the Cinematheque of the Museum of Modern Art in Rio de Janeiro (1975-1978)

Juliana Muylaert Mager

NOTAS DE PESQUISA

SHORT COMMUNICATION

Cine compartido: narrativas audiovisuales en comunidades de Brasil y Ecuador

Shared cinema: audiovisual narratives in communities of Brazil and Ecuador

Juan Diego Andrango

RESENHA

BOOK REVIEW

Admirável novo mundo: uma história da ocupação humana nas Américas

Brave new world: a history of human occupation in the Americas

Sebastião Lacerda Lima Filho | Manoel Odorico de Moraes Filho

Pssica, a minissérie
Pssica, the miniseries

Gutenberg Guerra

Entre o passado e o futuro: reflexões sobre o Antropoceno em Bonneuil e Fressoz
Between past and future: reflections on the Anthropocene in Bonneuil and Fressoz

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

ENSAIO FOTOGRÁFICO
PHOTO ESSAY

Entre a morte e o ofício: os trabalhadores do Cemitério Santa Izabel, em Belém, Pará
Between death and work: the workers of Santa Izabel cemetery in Belém, Pará, Brazil

Pablo Ariel Fernandez | Luiz de Jesus Dias da Silva

TESES E DISSERTAÇÕES
THESIS AND DISSERTATIONS

Corpos de barro e de tinta: estilo e iconografia das urnas funerárias antropomorfas do estuário amazônico
Clay and ink bodies: style and iconography of anthropomorphic funerary urns from the Amazon estuary

Emerson Nobre da Silva

ERRATA



ARTIGOS CIENTÍFICOS

Una Nueva Loja levantada sobre un Lago Agrio: conflicto, identidades y violencia en la subregión petrolera del Ecuador

A New Loja built upon a Sour Lake: conflict, identities, and violence in Ecuador's oil subregion

Patricio Trujillo-Montalvo 

Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Quito, Pichincha, Ecuador

Resumen: Lago Agrio oficialmente conocida como Nueva Loja ya no está construida sobre un pozo petrolero, es ahora un centro urbano de la subregión petrolera, localizada en la amazonia ecuatoriana. Convertida en una ciudad global, pero a la vez local, se constituye como un enclave de pobreza y marginalidad, donde en el siglo pasado inicié mi experiencia antropológica. Este artículo se basa en una autoetnografía, en recuerdos, narrativas y relatos que me han permitido como testigo, mirar en primer plano las dramáticas transformaciones de esta región que las presento como recuerdos de mi diario de campo etnográfico. El primer pozo petrolero que la compañía *Texaco Oil* perforó en 1972 y los *gringos* denominaron como *Sour Lake* o Lago Agrio dio el nombre a la urbe. Aunque el verdadero nombre de la población fuera Nueva Loja, Loja la provincia o el lugar de donde migraron la mayoría de colonos luego de una extensa sequía, buscando una nueva vida. La primera familia de migrantes vio en este lugar, una nueva oportunidad, un nuevo origen y trató de reconstruir sus emociones e historias tratando de imaginar y re-construir su identidad cultural en la sub región petrolera, localizada en los bosques tropicales de la amazonia ecuatoriana.

Palabras-clave: Amazonia. Petróleo. Colonos. Ciudad global. Violencia.

Abstract: Lago Agrio, officially known as Nueva Loja, is no longer merely a settlement built around an oil well; it has evolved into the principal urban center of Ecuador's oil-producing subregion in the Amazon. Simultaneously global and local, the city has developed as a space marked by poverty and marginalization, and it was within this context that my anthropological experience first began. This article is based on an autoethnographic approach, drawing upon memories, narratives, and personal accounts that have enabled me, as both witness and participant observer, to examine firsthand the profound transformations that have shaped this region. These experiences are presented through reflections drawn from my ethnographic field diary. The city takes its name from the first oil well drilled by the *Texaco Oil Company* in 1972, which American workers referred to as *Sour Lake*—translated into Spanish as *Lago Agrio*. However, the official name of the city is Nueva Loja, a reference to the province of Loja, from which the majority of early settlers migrated after a prolonged drought in search of new opportunities and livelihoods. For these pioneering migrant families, this territory represented a new beginning and the possibility of rebuilding their lives. In this process, they sought to reconstruct their emotions, memories, and social histories while reimagining and reshaping their cultural identities within the oil frontier established in the tropical rainforests of the Ecuadorian Amazon.

Keywords: Amazon. Oil. Settlers. Global city. Violence.

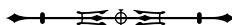
Trujillo-Montalvo, P. (2026). Una Nueva Loja levantada sobre un Lago Agrio: conflicto, identidades y violencia en la subregión petrolera del Ecuador. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250069. <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0069.R1>.

Autor de correspondencia: Patricio Trujillo-Montalvo. Pontificia Universidad Católica del Ecuador. 12 de Octubre y Roca. Quito, Pichincha, Ecuador. CEP 172053 (pstrujillo@puce.edu.ec).

Recibido el 04/09/2025

Aprobado el 30/03/2026

Responsabilidad editorial: Jorge Eremites de Oliveira



INTRODUCCIÓN

En Ecuador, durante las décadas de 1940 y 1950 del siglo pasado, la vasta y hasta ese entonces escasamente habitada región amazónica comenzó a ser objeto de un acelerado proceso de colonización, impulsado por los intereses del capital petrolero internacional. La apertura de vías de acceso e infraestructura por parte de compañías transnacionales como la *Shell Oil Company* y, posteriormente, el consorcio *Texaco-Gulf*, transformó radicalmente el paisaje humano y ecológico de la Amazonía ecuatoriana. Por ejemplo, la vía construida por *Shell* hacia la región de Puyo entre 1950 y 1963 fue uno de los primeros corredores que facilitó el poblamiento de la región oriental. A esta le siguieron caminos estratégicos “como el Puyo-Tena (1966), la conexión Cuenca-Valle del Upano, y especialmente la carretera Baeza-Lago Agrio, abierta en la década de 1970 por *Texaco-Gulf* para facilitar la explotación petrolera y la construcción del oleoducto transecuatoriano” (Andrade Mendoza, 2007; Trujillo-Montalvo, 2001; Gómez, 1992; Barsky et al., 1982) (Figura 1).

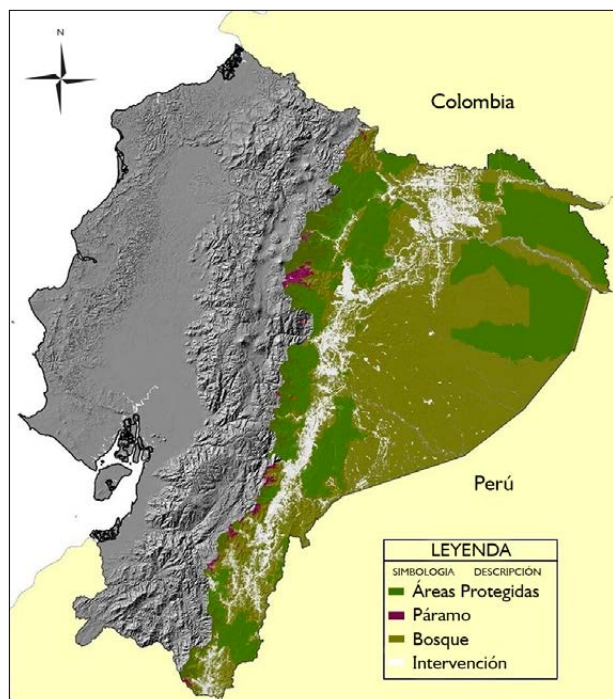


Figura 1. Ecuador y la sub región petrolera. Fuente: SENPLADES y ECORAE (2016).

La colonización amazónica del siglo XX, particularmente en su zona norte fronteriza con Colombia, estuvo profundamente ligada a este modelo extractivista y se la denominó como la subregión petrolera. El petróleo se convirtió en el principal articulador de las migraciones internas, generando un patrón de asentamiento lineal a lo largo de las carreteras, pozos y campamentos. Los primeros colonos se instalaron a ambos lados de las vías, formando fincas cada 250 metros con un fondo de 2 mil metros que daba una extensión de 50 hectáreas por finca. Muchos de ellos trabajaban inicialmente para las compañías petroleras, mientras sus cultivos entraban en producción. Así se consolidó, según Little (1992) “un modelo híbrido colono-petrolero-militar, que transformó rápidamente la fisonomía social, económica, cultural y ecológica de la región”.

La dinámica poblacional generada en el siglo XX creó zonas de colonización, donde la demanda de mano de obra relacionada a las principales actividades productivas se orientó hacia el género masculino, lo que produjo, hasta la actualidad, que el porcentaje de mujeres que habita la región amazónica sea menor que el de hombres (SENPLADES & ECORAE, 2016).

Fue en este contexto de transformación acelerada que surgió Lago Agrio —oficialmente denominada Nueva Loja—, una ciudad amazónica ecuatoriana construida alrededor de pozos y campamentos petroleros, por oleadas migratorias de campesinos autodefinidos como colonos principalmente provenientes de Loja, una ciudad del sur del país, marcada por una prolongada sequía en los años 70 y 80 (Figura 2). Esta migración masiva se vio motivada por las expectativas de “tierra prometida” en la región oriental del país. De hecho, “los primeros migrantes reconstruyeron simbólicamente su lugar de origen en medio de la selva tropical, nombrando la nueva ciudad “Nueva Loja”, evocando así su procedencia y reafirmando una identidad colectiva en un entorno completamente distinto” (Andrade Mendoza, 2007; Korovkin, 2004; Trujillo-Montalvo, 2013; Uquillas, 1982).

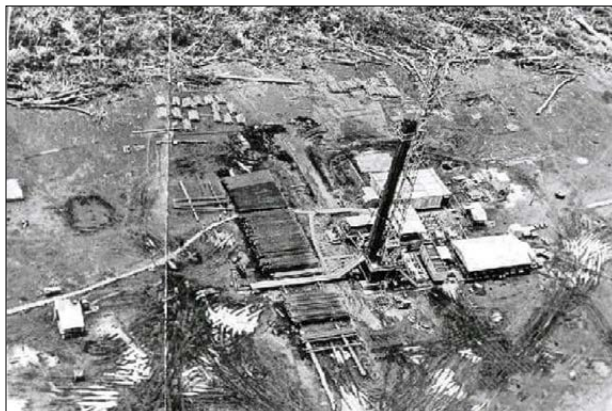


Figura 2. Pozo Petrolero Lago Agrio 1 (1967). Fuente: "Chevron-Texaco" (s.f.).

Como investigador y a la vez testigo del nacimiento y consolidación de esta ciudad fronteriza, mi trabajo se sitúa desde una perspectiva autoetnográfica y *emic*. Inicié mi experiencia como antropólogo en esta zona de frontera, región en aquel entonces conocida por parte de lo que los ecuatorianos como el "oriente lejano".

El nombre informal Lago Agrio, proviene del primer pozo petrolero descubierto por la *Texaco Oil Company* en 1972 —bautizado como *Sour Lake*, en referencia a una ciudad homónima en *Texas*. Desde mis primeras visitas, fui recogiendo relatos fundacionales, como los del Ingeniero Muñoz, un extrabajador de *Texaco* que se convirtió en figura emblemática de la memoria urbana al fundar el restaurante *La Piragua*, famoso por sus platos exóticos y relatos de la selva. Los testimonios orales recogidos desde los años 90 revelan un proceso complejo de mestizaje, violencia simbólica, adaptación ecológica y transformación identitaria. Como recuerda un extrabajador colombiano de *Texaco*: Somos colombianos, llegamos a la zona con la compañía desde un poblado colombiano llamado *Orito*... empezaron a bajar para hacer estudios de sismica hasta el río Aguarico en el lado ecuatoriano. Nos botaban en helicóptero... no sabíamos si había indios bravos... Aquí encontramos a los *Kofanes*... Un día nos topamos con unos indios desnudos... nos lamieron el sudor... nos dijeron que eran *Tetetes*... creo que desaparecieron después... así se formó este pueblo, con trabajadores petroleros colombianos, colonos lojanos y algunos indios *Kofanes* (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2001).

Este tipo de narrativas orales —junto con las experiencias vividas como investigador vinculado a la

región— permiten reconstruir un proceso de fundación profundamente entrelazado con el extractivismo, las migraciones forzadas, la frontera política con Colombia y la presencia de pueblos indígenas. Tal como recordaba otro colono lojano:

Venimos a tomar tierras, nos enteramos porque hubo muchas familias y parientes que salían de Loja... que venían acá al Oriente... corriéndose de la sequía, de la pobreza, de la falta de agua y comida, buscábamos un nuevo comienzo, una nueva vida, en un lugar muy diferente a Loja pero teniendo tierras propias (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2001).

Así, el proceso colonizador dio paso a una nueva configuración social: los colonos campesinos, migrantes que se fueron "acostumbrando" a la selva y transformaron su identidad original en una nueva subjetividad colono-campesina. Hoy en día, conforman el grupo étnico mayoritario de esta región amazónica.

LA COLONIZACIÓN COMO PROYECTO DE DESARROLLO, PROGRESO Y MODERNIDAD

Durante las últimas décadas, Lago Agrio fue la capital petrolera del Ecuador. Esta ciudad emergió en el marco de un amplio proceso de colonización promovido desde el Estado y articulado con intereses privados transnacionales. La colonización del norte amazónico ecuatoriano no fue simplemente una estrategia de poblamiento interno, sino una profunda reconfiguración del territorio y la sociedad, bajo el paradigma del desarrollo moderno y el progreso económico, en una zona marcada por su condición fronteriza con Colombia y su inserción ambigua en las dinámicas globales e ilegales (UNC, 2003).

Este proceso configuró lo que podría definirse como una subregión petrolera de frontera, caracterizada por al menos tres rasgos estructurales: 1) la conformación de una identidad híbrida de los nuevos habitantes, una figura social emergente: el *colono-campesino*, que no provenía de tradiciones amazónicas sino serranas o costeñas; 2) la aparición de asentamientos lineales a

lo largo de la red vial petrolera (carreteras, pozos, campamentos), siguiendo el patrón de infraestructura extractiva; 3) la consolidación de un espacio urbano-rural atravesado por la violencia: estructural, simbólica y armada, resultado de la exclusión social, del conflicto colombiano transfronterizo y de las economías ilícitas, especialmente relacionadas con la coca y el narcotráfico (Trujillo-Montalvo, 2009; Jansson, 2008).

El modelo de enclave extractivo, vinculado a la explotación de recursos naturales —petróleo, minería y agroindustria— fue durante el siglo XX y principios del XXI el principal proyecto estatal para la Región Amazónica del Ecuador (RAE). Esta estrategia integró la Amazonía a circuitos económicos globales, legitimando una visión de desarrollo basada en el aprovechamiento intensivo del territorio, donde “tanto migrantes, como campesinos e indígenas, participaron como actores subordinados a un sistema productivo vertical y centralizado en el Estado y las empresas privadas” (Trujillo-Montalvo, 2009; Andrade Mendoza, 2007; Little, 1992).

El punto de inflexión de este modelo ocurrió en 1970, durante el régimen militar del general Guillermo Rodríguez Lara, cuando se inauguró la fase productiva de la industria petrolera. En ese periodo, el discurso desarrollista-nacionalista del Estado ecuatoriano articuló la defensa territorial con la modernización, estableciendo la Amazonía como una “frontera de recursos” a ser conquistada, controlada y rentabilizada. Esta representación sirvió para justificar prácticas que vulneraron derechos colectivos de los pueblos originarios y alteraron profundamente los ecosistemas amazónicos.

La colonización del nororiente se estructuró a partir de tres principios fundamentales: 1) una ocupación territorial planificada en función de la lógica extractivista, donde el descubrimiento de pozos petroleros determinó la localización de nuevos asentamientos permanentes. El Estado actuó como facilitador o intermediario en esta correlación de fuerzas, redistribuyendo tierra a colonos bajo un modelo asistencial agrario, pero sin planificación

urbana integral; 2) una aproximación extractivista a la selva, que dividió la Amazonía ecuatoriana en tres subregiones diferenciadas: la Amazonía norte (petrolera, colona y fronteriza), la Amazonía central (mayormente indígena y biodiversa) y la Amazonía sur (minera) (Trujillo-Montalvo, 2009, 2011); 3) una delegación progresiva de funciones estatales a empresas privadas, que asumieron parte del control territorial, del ordenamiento urbano y de los servicios básicos en zonas petroleras, generando una fragmentación institucional y una débil presencia del Estado como garante de derechos.

Este modelo fue consolidando un proceso de urbanización caótica y acelerada. Las antiguas pre-cooperativas y comunas colonas se transformaron en asentamientos nucleados, conectados por una red vial densa y funcional al extractivismo. Así surgieron ciudades como Nueva Loja (Lago Agrio), La Joya de los Sachas, Shushufindi, Francisco de Orellana (Coca), Tena y Puyo (Trujillo-Montalvo, 2009; Korovkin, 2004; Little, 1992). Sin embargo, esta urbanización no fue sinónimo de planificación ni bienestar. Por el contrario, consolidó una región colono-campesina-mestiza con profundos déficits en infraestructura, servicios básicos, saneamiento ambiental y salud pública.

En este contexto, Lago Agrio emergió como una “ciudad global de frontera”, construida no sólo sobre un antiguo campamento petrolero, sino también sobre capas superpuestas de migración forzada, violencia, marginalidad y economías ilegales. Sin embargo, esta ciudad ejemplifica el concepto de glocalización (Robertson, 1995): “un lugar donde las lógicas globales como las empresas transnacionales, el narcotráfico o la migración internacional” no se sobre imponen a la realidad local, sino que se entrelazan con los sistemas sociales, los significados y las prácticas cotidianas. Esta ciudad es, por tanto, una expresión glocal, en la que se produce una negociación permanente entre lo global y lo local en tiempo y espacio concretos. Más que una ciudad producto del progreso lineal, es

un espacio donde convergen y colisionan dinámicas locales y transnacionales, legales e ilegales, estatales y para-estatales (Trujillo-Montalvo, 2009; Bradford, 1990) (Tabla 1).

El modelo de desarrollo, implementado por el Estado ecuatoriano, planteó un discurso civilizatorio que representó el progreso, dentro de una clasificación lineal

que puso al ideal occidental de modernidad en la cima del ideal del progreso y bienestar (Trujillo-Montalvo, 2011; Escobar, 1993). Para lograr este fin, el Estado delegó en una primera etapa “a las empresas petroleras y luego a las misiones cristianas quienes se convertirían en las encargadas de modernizar y civilizar a los pobladores nativos” (Bradford, 1990).

Tabla 1. Línea de tiempo: colonización y extractivismo en Lago Agrio (Amazonía Norte del Ecuador). Fuente: SENPLADES y ECORAE (2016).

Período	Hito principal	Descripción	Relación con actividades extractivas
1940-1950	Inicio de exploración petrolera	Empresas como Shell inician exploración en el Oriente ecuatoriano (zona de Puyo y Mera).	Primera incursión extractiva en la Amazonía: preparación de infraestructura y conocimiento geológico. No se consolida explotación.
1950-1966	Construcción de vías de penetración	Texaco-Gulf y Shell desarrollan caminos como Puyo-Tena y Baeza-Lago Agrio. Se establecen primeros campamentos y pistas de aterrizaje.	Las vías abiertas por petroleras facilitan el acceso de colonos desde la Sierra. Inicio del poblamiento colono-petrolero.
1967	Descubrimiento del pozo Lago Agrio 1	Texaco encuentra petróleo comercial en el norte amazónico. El pozo es nombrado Sour Lake, referencia a Texas.	Comienza formalmente el enclave petrolero. Se activa la colonización estatal y espontánea.
1970-1974	Consolidación de la frontera extractiva	En dictadura (Rodríguez Lara), el Estado nacionaliza el petróleo. Se construye el SOTE (Oleoducto transecuatoriano).	Se institucionaliza el modelo extractivo. Colonos reciben tierras cercanas a las vías y campos petroleros. Se crea Nueva Loja.
1974-1985	Colonización masiva y mestizaje forzado	Migrantes lojanos, manabitas y de otras provincias llegan en masa buscando tierra.	Se produce deforestación acelerada, instalación de pre-cooperativas y configuración de economías colono-petroleras.
1986-1998	Crisis agrícola y auge de cultivos ilícitos	Caen precios del petróleo. Campesinos sin empleo estable comienzan a sembrar coca (zona de frontera).	Inicio de la segunda fase extractiva: narcotráfico como economía alternativa. Reconfiguración de redes sociales y territoriales.
1999-2008	Plan Colombia y militarización de la frontera	El conflicto armado colombiano se intensifica. Llegan desplazados colombianos. ONG internacionales y misiones religiosas asumen roles sociales.	Lago Agrio se convierte en espacio de tránsito, refugio y control militar. Auge del microtráfico. Comienza urbanización caótica.
2009-2020	Expansión urbana y economía ilegal híbrida	La ciudad crece rápidamente sin planificación. Aumenta población joven urbana.	Conviven actividades formales (comercio, servicios) con economía informal e ilícita. Persistencia del modelo extractivo.
2021-presente	Crisis múltiple: ambiental, social y económica	Contaminación, pobreza estructural, violencia, migración forzada (venezolana y colombiana), y fragmentación urbana.	El legado del enclave petrolero y la narcoindustria marca las condiciones actuales. Se debate entre resiliencia social y abandono estatal.

Al “domesticar” a los indígenas y a la selva; éstos, y posteriormente los colonos, deberían cultivar la tierra, y explotar todos los recursos posibles. Estas acciones fueron el principal paradigma del Estado en busca de la modernización que ligaba intrínsecamente discursos sobre mercado capitalista, modernización, civilización y bienestar. El resultado fue la transformación demográfica, ecológica y simbólica de la región. Los nativos fueron colonizados, el bosque viene siendo arrasado, y las poblaciones estigmatizadas (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2013).

El artículo, aporta en la comprensión de la agresiva implementación de un modelo de desarrollo neo-liberal y sus impactos, en tres dimensiones: a) Lago Agrio como territorio y su transformación ecológica, b) como espacio de colonización describiendo la dramática transformación demográfica de la región, c) finalmente como ciudad global.

METODOLOGÍA

Se utiliza una visión *emic* para reconstruir un espacio, una ciudad, presentando cómo modelos de desarrollo impuestos, transformaron un territorio de frontera muy porosa donde confluyen: recursos estratégicos (petróleo), economías ilegales (tráfico), urbanización y amenazas transnacionales (narco industria). Combina enfoques etnográfico y autoetnográfico que busca comprender la transformación de Lago Agrio desde dentro, a través de la experiencia vivida y reflexionada por el autor y sus entrevistados, en contextos de frontera, donde se cruzan múltiples dinámicas globales y locales y la experiencia personal que se convierten en herramientas analíticas fundamentales. He sido testigo del paso de un campamento petrolero a una ciudad global-fronteriza, marcada por el extractivismo, la migración, la violencia y la transformación ecológica. Esta vivencia, lejos de ser anecdótica, constituye el centro de mi aproximación metodológica.

Sigo aquí los planteamientos de Okely y Callaway (1992), quienes proponen que la autobiografía, cuando se articula críticamente con la mirada antropológica, no sólo “aporta al registro etnográfico, sino que enriquece la interpretación cultural”. La autoetnografía, en este sentido, no es un acto meramente introspectivo, sino

una herramienta que permite entrelazar la experiencia individual con los procesos colectivos, y ofrecer una lectura situada de los fenómenos sociales.

Desde los años noventa he caminado sus calles, conversado con colonos, con trabajadores petroleros, comerciantes, desplazados y líderes comunitarios. He documentado esta historia desde la cercanía, recogiendo y sistematizando relatos orales y memorias. Esta mirada cercana y desde un primer plano me permitió reconstruir un espacio histórico social desde la observación participante como un acto reflexivo. Para Whyte (1993, pp. 24-28), la observación en especial la participante como una técnica cualitativa permite, analizar sociedades, sus organizaciones y a sus actores. En su trabajo etnográfico en *Cornerville*, “un barrio popular de inmigrantes italianos con altas tasas de desempleo y delincuencia, logró mimetizarse entre los diversos grupos sociales del barrio, pasar como un miembro más y lograr un análisis socio político del lugar de primera mano”.

La observación participante puede describir espacios del mundo social y por medio de la escritura etnográfica, generar narrativas para analizar la vida de grupos, personajes y actores.

El mismo autor, en sus clásicas investigaciones de etnografía urbana, describe a la observación como una técnica que permite obtener información cercana de eventos que otras técnicas cualitativas como las entrevistas y las historias de vida no las develarían en su totalidad (Whyte, 1993).

Es en ese sentido que utilizo, la observación participante en este artículo como el proceso que permite introducir al investigador en el mundo privado de los actores, convirtiendo a la etnografía en un ejercicio de aprendizaje y de comunicación continua tanto del observado como del observador (Trujillo-Montalvo, 2009).

LAGO AGRIO COMO TERRITORIO: SUB REGIÓN PETROLERA

La Amazonía ecuatoriana, con frecuencia idealizada como un paraíso fértil e inagotable, constituye en realidad un

ecosistema frágil y altamente especializado. Su aparente exuberancia oculta una estructura ecológica delicada: los suelos amazónicos contienen bajos niveles de nutrientes, dado que la mayor parte de éstos se encuentra en la biomasa vegetal viva, no en el suelo mismo. El reciclaje de materia orgánica es veloz, facilitado por microorganismos que reintegran los nutrientes a la capa superficial del suelo. Cualquier alteración significativa, como “la tala o la quema, interrumpe este equilibrio, provocando erosión, pérdida de fertilidad y degradación ambiental” (Anderson, 1990; SIPAE, 2011; Korovkin, 2004).

Cerca del 98% del ecosistema amazónico ecuatoriano está compuesto por *terra firme*: tierras altas, geológicamente antiguas, de baja fertilidad y drenadas por ríos de aguas negras con escaso sedimento. El 2% restante corresponde a *várzeas* o zonas de inundación periódica, que son más fértiles debido a los sedimentos que arrastran los ríos andinos. Sin embargo, la gran mayoría de los colonos se asentó en la *terra firme*, enfrentando suelos pobres, desconocimiento agroecológico y dificultades para reproducir sistemas agrícolas sostenibles en ese entorno.

La colonización del nororiente ecuatoriano no fue fruto de una planificación integral, sino de una expansión territorial promovida por el Estado bajo la visión de la Amazonía como una “frontera vacía”, lista para ser ocupada, explotada y convertida en un espacio de desarrollo. Esta política ignoró la presencia histórica de pueblos indígenas y de sistemas de uso tradicional del territorio. La expansión fue facilitada por la infraestructura vial construida por las compañías petroleras, que actuaron como vectores de penetración territorial. Los colonos se establecían a lo largo de las carreteras, “siguiendo un patrón de ocupación en franjas que avanzaban a medida que se agotaban las tierras cercanas a los ejes viales” (Fontaine, 2003; Trujillo-Montalvo, 2001; Little, 1992).

En Ecuador en la década de los 90, se denominó como sub-región petrolera, a una amplia zona que empieza

a configurarse a partir de la década del 1970, con la construcción por parte de la empresa petrolera Texaco de la carretera Quito-Lago Agrio y del oleoducto transecuatoriano. Toda esta nueva infraestructura marcó el inicio de transformaciones decisivas en la configuración social, étnica, política y económica de la sub región petrolera que se caracterizó, por una desordenada ocupación territorial y sobre todo por una administración extractivista de la naturaleza que fue el modelo de desarrollo implementado y avalado por el Estado, donde se delegó a las empresas petroleras internacionales la administración de las poblaciones y la dotación de infraestructura y servicios básicos como salud, educación, vialidad. La colonización en la sub-región petrolera se institucionalizó con el fin de poblar la zona norte de la Amazonia ecuatoriana a la que el Estado imaginó como tierra de nadie, terrenos baldíos. Los primeros colonos-campesinos se instalaron a lo largo de las carreteras abiertas por la industria petrolera, tomando posesión de terrenos a cada 250 metros a ambos lados de las vías, esto se denominó como la primera línea de colonización, cuando se termina con las áreas cercanas a la carretera se iniciaba una segunda línea, tercera y así sucesivamente (Envirotec, 1995).

La legalización de tierras fue un proceso conflictivo y desigual. Las tensiones entre colonos e indígenas fueron constantes, dada la superposición de títulos de propiedad y reclamos ancestrales no reconocidos por el aparato estatal. A ello se sumaban las dificultades estructurales: falta de crédito, escasa asistencia técnica, ausencia de planificación agraria, y una débil organización comunitaria. La colonización provocó “un patrón de deforestación extensiva, vinculado al avance de la frontera agrícola sin mecanismos eficaces de ordenamiento territorial” (Anderson, 1990; Fontaine, 2003; Barsky et al., 1982).

La colonización en la sub-región petrolera fue mayoritariamente espontánea, es decir los colonos-campesinos se posesionaron de tierras baldías formando fincas, luego pre cooperativas y finalmente legalizando sus tierras. Los primeros colonos-campesinos enfrentaron varios problemas: a) tierras no aptas para explotación intensiva; b) los procesos de legalización de la tierra; c) la falta de créditos y apoyo tecnológico; y finalmente, d) una débil organización social y política. La legalización de la tierra fue un proceso legal complejo por la prolongada disputa con nacionalidades de indígenas amazónicos, quienes reclamaban las mismas tierras, generando enfrentamientos y violencia (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2001).

Pese a los discursos reformistas, las reformas agrarias impulsadas por los gobiernos militares ecuatorianos no lograron transformar la estructura de tenencia de la tierra ni generar condiciones sostenibles de vida en la Amazonía. La colonización funcionó como un mecanismo de redistribución territorial más que como una estrategia de desarrollo integral. La promesa de tierra y trabajo “atrajo a miles de migrantes rurales, pero sin políticas complementarias en educación, salud, tecnología o acceso a mercados, el impacto fue limitado” (North et al., 2008; SIPAE, 2011).

El crecimiento demográfico en el norte amazónico fue explosivo. Se identifican al menos dos grandes olas migratorias: entre 1962-1974 y 1982-1990, coincidiendo con las fases de expansión de la actividad petrolera. Estas migraciones respondieron tanto a factores de expulsión (sequía, pobreza, falta de empleo en otras regiones) como a factores de atracción (trabajo petrolero, expectativa de tierra y mejora económica). No obstante, el resultado fue una transformación drástica del paisaje ecológico, social y simbólico. Las comunidades indígenas fueron desplazadas o absorbidas en un entorno cada vez más colonizado y urbanizado.

Lago Agrio emerge como espacio nodal de este proceso de transformación territorial, representando simultáneamente una ciudad fronteriza, un enclave extractivo y un territorio simbólico en disputa. Su condición liminal —entre Colombia y Ecuador, entre selva y ciudad, entre legalidad e ilegalidad— la convierte en un laboratorio de modernidad fragmentada. En este contexto, la selva ha sido conceptualizada de maneras diversas: como espacio salvaje a ser domesticado, como fuente de riqueza para la nación, como ecosistema a proteger, y como territorio ancestral de pueblos indígenas. Estas visiones en conflicto subyacen a la historia reciente de Lago Agrio y definen sus tensiones estructurales.

En suma, esta ciudad representa no solo una geografía de frontera física, sino también una frontera simbólica, donde se disputa el sentido del territorio, la legitimidad de la ocupación y la viabilidad del modelo de desarrollo impuesto. La selva amazónica, lejos de

ser un vacío geográfico, ha sido escenario de proyectos contradictorios de nación, de resistencia y de sobrevivencia.

LAGO AGRIO COMO ESPACIO GEOGRÁFICO HUMANO

Lago Agrio se configuró desde sus inicios como un poblado de frontera, profundamente vinculado a la explotación petrolera y a los procesos de migración interna que transformaron radicalmente el paisaje humano del nororiente ecuatoriano. Entre 1970 y 1990, esta región fue imaginada como una “tierra de promesas”: un territorio donde era posible acceder a tierra, empleo, riqueza y oportunidades que no estaban disponibles en otras regiones del país, especialmente en la Sierra sur.

Esa esperanza inicial se fue desvaneciendo a medida que se hacían evidentes las múltiples contradicciones del modelo de desarrollo extractivista: deterioro ambiental, precariedad laboral, desigualdad estructural, inseguridad, colapso de servicios básicos y violencia creciente. Lo que comenzó como un proyecto de movilidad social para miles de migrantes —principalmente de origen lojano— devino en una geografía marcada por la incertidumbre, la pobreza urbana y la marginalidad (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2001).

Contrario al discurso oficial que representa a los colonos como campesinos pobres sin recursos, muchos de los primeros migrantes que llegaron a la región contaban con un mínimo capital inicial —económico, relacional o técnico— que les permitió instalarse, acceder a tierras y sostenerse durante los primeros años hasta que sus cultivos (cacao, yuca, plátano, café) fueran productivos. La identidad colona no era estática, sino que se transformaba en el proceso de asentamiento, dando lugar a nuevas estrategias de adaptación, formas de organización y sentidos de pertenencia ligados al territorio amazónico colonizado.

Lago Agrio también se convirtió en un espacio de interacción y conflicto entre diferentes matrices culturales. A los colonos mestizos se sumaban poblaciones indígenas como los *Kofán-A'i*, *Siekopai* y *Siona*, cuyas territorialidades ancestrales abarcan tanto Ecuador como Colombia, formando una región binacional históricamente articulada.

También llegaron pueblos *Kichwa* amazónicos, migrantes *Shuar* del sur amazónico, familias Afroecuatorianas provenientes de Esmeraldas y migrantes montubios de la Costa. Esta diversidad ha generado una configuración sociocultural compleja, marcada por relaciones de poder, asimilación, exclusión, pero también por intercambios y formas emergentes de convivencia (SIPAE, 2011).

El crecimiento urbano de Lago Agrio a partir de la década de 1990 estuvo impulsado por dos procesos externos interrelacionados: la crisis estructural del café y el conflicto armado colombiano. La caída de los precios internacionales del café en los años noventa desplazó a miles de pequeños productores ecuatorianos, especialmente lojanos, quienes vieron en la Amazonía una posibilidad de subsistencia. Paralelamente, la implementación del Plan Colombia y la intensificación de la violencia rural (incluida la fumigación aérea con glifosato) provocaron el desplazamiento forzado de miles de personas hacia zonas fronterizas ecuatorianas. Entre 1990 y 2001, Lago Agrio experimentó un crecimiento demográfico explosivo, duplicando las tasas de crecimiento de su cantón y de la provincia, según cifras del SIPAE (2011).

Estos flujos migratorios han reconfigurado el territorio en múltiples niveles: demográfico, cultural, político y ecológico. La ciudad se ha convertido en un espacio de tránsito y asentamiento, donde conviven desplazados, trabajadores informales, comunidades indígenas, comerciantes, jóvenes migrantes y familias enteras en búsqueda de estabilidad. En este contexto, las condiciones de vida se han precarizado, y la dependencia de actividades informales o de subsistencia ha aumentado, profundizando la desigualdad y la fragmentación social (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2001).

Lago Agrio es así testigo de un proceso inacabado y contradictorio: el de una colonización que devino en urbanización caótica, de una frontera intervenida por intereses globales, y de una ciudad que oscila entre el imaginario del progreso y la realidad de la exclusión. Su complejidad radica en que no es solo una geografía habitada, sino también un espacio simbólico donde se cruzan memorias, trayectorias y proyectos de vida marcados por la migración forzada, la violencia estructural y la lucha cotidiana por la sobrevivencia.

LAGO AGRIO: LA CIUDAD GLOCAL (GLOBAL Y LOCAL)

Lago Agrio puede ser comprendida como una ciudad de frontera global paradigmática, en el sentido propuesto por Ong (2005) en *Global Assemblages*. Se trata de un ensamblaje donde convergen estructuras de poder transnacional, economías legales e ilegales, y formas de vida local articuladas en torno al extractivismo. A través de esta categoría, es posible analizar cómo se ensamblan, en un espacio fronterizo como Lago Agrio: “distintos regímenes normativos, tecnológicos y culturales, operando bajo una lógica neoliberal de desarrollo”.

Hace apenas cuarenta años, el poblado era poco más que un campamento petrolero transnacional con un puñado de casas de madera. Los colonos habitaban viviendas precarias y dependían enteramente de los recursos y servicios que las compañías petroleras proveían. En cambio, los técnicos extranjeros vivían en chalets con aire acondicionado, televisión satelital, restaurantes exclusivos y sistemas de seguridad privada. Esta coexistencia de mundos separados por cercas metálicas evidenciaba una división espacial marcada entre centro y periferia, entre el enclave globalizado y la periferia rural amazónica (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2001).

La ciudad de Lago Agrio encarna los efectos más nítidos de la globalización extractiva en un contexto fronterizo. Durante las décadas de 1970 y 1980, la economía local giraba por completo en torno a las decisiones y estrategias de las empresas petroleras transnacionales. Las cadenas productivas —formales e informales— que surgieron alrededor de la industria constituyeron lo que se podría denominar una “economía de enclave extendido”: “transporte, alojamiento, alimentación, comercio, empleo público y servicios básicos se articularon en función de los ciclos de la renta petrolera” (Trujillo-Montalvo, 2009).

No obstante, esta dinámica también exacerbó desigualdades estructurales y desarticulaciones territoriales. En los sectores rurales y suburbanos, muchas familias vivieron una profundización de su precariedad ante la falta de servicios, salud, vivienda

adecuada o educación. Así, Lago Agrio devino un espacio de convergencia contradictoria: mientras en el centro brillaban las luces de la modernidad petrolera, en los márgenes se consolidaban territorios de pobreza estructural, violencia y desposesión.

A finales del siglo XX, la ciudad fue percibida como un espacio de oportunidad económica. La idea de que “Lago Agrio era un lugar para hacer dinero” atrajo a miles de migrantes campesinos que huían de la crisis agraria —como la del café en la Sierra Sur— o de conflictos violentos como el Plan Colombia. Entre 1995 y 2005, la ciudad se expandió caóticamente mediante asentamientos informales sin planificación ni servicios básicos (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2001).

Tras el año 2000, con el traslado de las operaciones petroleras hacia Francisco de Orellana (“El Coca”), la dinámica económica de Lago Agrio disminuyó. Este vacío fue llenado por una nueva economía aún más poderosa: el narcotráfico y el contrabando de armas. Así, emergió lo que los propios habitantes denominan una “doble economía fronteriza”: por un lado, el comercio legal vinculado al consumo de productos; por otro, el dinero ilegal circulando a través de actividades ilícitas.

Los fines de semana, los mercados de Lago Agrio se transforman en grandes ferias comerciales que atraen a compradores colombianos de la región del Putumayo. Bares, restaurantes y centros comerciales florecieron, dando lugar a un nuevo orgullo local. Ahora Lago Agrio es una ciudad verdadera; tenemos grandes centros comerciales, tiendas de electrodomésticos, hospitales privados... Mucha gente de Colombia viene a comprar y gastar su dinero... trabajan con el ‘cocatoro’... vienen el fin de semana, gastan y luego desaparecen otra vez en la montaña (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2001).

Paralelamente, en las últimas décadas, muchos habitantes de Sucumbíos han migrado hacia plantaciones ilegales del lado colombiano controladas por actores armados. Esta migración transfronteriza generó una economía paralela que, si bien otorga ingresos inmediatos, expone a la población a condiciones de explotación, violencia y criminalización.

La ciudad se transformó, así, en un nodo geopolítico clave dentro del ensamblaje global: un lugar donde circulan bienes legales e ilegales, saberes técnicos y conocimientos ancestrales, actores corporativos, ONGs, desplazados y trabajadores informales. Aquí hay más personas de Colombia que de Ecuador... la ciudad es un lugar de negocio, tanto de negocios de la derecha como de la izquierda (P. Trujillo-Montalvo, comunicación personal, 2001).

En esta frontera porosa y fluida, la violencia opera no solo como hecho, sino como estructura social: está presente en las memorias, en la economía, en los cuerpos y en los modos de vida. Desde la época del caucho y el oro, pasando por la era petrolera y hasta la actualidad con el narcotráfico, la población ha tenido que adaptarse a vivir en medio de conflictos, redes de poder y ensamblajes globales que la exceden, pero que atraviesan su cotidianidad de forma directa.

CONCLUSIONES: FRONTERA GLOBAL Y FRONTERA LOCAL

Lago Agrio, o Nueva Loja, se presenta como una frontera de múltiples fronteras: geográficas, políticas, económicas, culturales y simbólicas. Su particular ubicación en el nororiente amazónico ecuatoriano, en la zona binacional del Putumayo, ha configurado un escenario donde confluyen formas de poder local y transnacional, legal e ilegal, estatal y paraestatal. En este territorio, la violencia no es un hecho circunstancial, sino una condición estructural del desarrollo mismo.

La ciudad ha sido históricamente moldeada por proyectos de colonización extractiva, desde el petróleo hasta las actuales economías ilegales. Estos procesos han operado bajo el modelo de enclave y han reconfigurado el paisaje físico, social y simbólico. Lago Agrio es, en ese sentido, síntesis y espejo de los ensamblajes globales (Ong, 2005) donde “la producción de ciudadanía, legalidad y subjetividad se da en disputa permanente”. La coexistencia de actores como empresas transnacionales, colonos campesinos, nacionalidades indígenas, ONG ambientalistas, misiones religiosas y redes del narcotráfico evidencia la complejidad de este espacio “glocal”.

La ciudad también representa un ejemplo de resiliencia social y reconfiguración identitaria. Las poblaciones que la habitan han desarrollado estrategias de adaptación frente a condiciones de precariedad, marginalidad y exclusión. En muchos casos, esta adaptación ha implicado una incorporación activa —aunque no siempre voluntaria— a economías ilegales como el contrabando, la migración laboral transfronteriza y el narcotráfico. Estas dinámicas han generado nuevas formas de ciudadanía, ancladas más en la sobrevivencia cotidiana que en la relación con un Estado históricamente ausente o percibido como extractivista y represor.

La autoetnografía utilizada en este trabajo permite comprender cómo estas transformaciones han sido vividas desde dentro, por quienes han crecido, migrado y resistido en este territorio. La voz del autor, entrelazada con testimonios y experiencias locales, reconstruye una memoria afectiva, política y territorial que aporta claves para entender cómo se habita una ciudad marcada por la violencia estructural y el abandono estatal, pero también por el deseo persistente de bienestar y dignidad.

En este contexto, la ciudad global amazónica que representa Lago Agrio no solo simboliza la frontera entre el orden y el caos, entre lo moderno y lo periférico, sino también entre la esperanza y la desesperanza. Las formas de vida que allí emergen responden a una lógica donde el progreso es ambiguo, la ley es negociada y la paz es una aspiración en disputa.

Finalmente, el caso de Lago Agrio muestra que la modernidad en las fronteras amazónicas no ha sido un proceso lineal ni homogéneo. Por el contrario, ha sido una modernidad fragmentada, híbrida y conflictiva, que exige nuevas herramientas analíticas y metodológicas. Comprender esta ciudad como un nodo de ensamblaje global permite repensar las formas en que el Estado, el capital, la violencia y la cultura se interconectan en los márgenes, y cómo a pesar de todo la vida sigue afirmándose entre lo precario, lo incierto y lo posible.

REFERENCIAS

- Anderson, A. (1990). *Alternativas a la deforestación*. Abya Yala.
- Andrade Mendoza, K. (2007). La opinión pública frente a la extracción petrolera en el Parque Yasuní. In G. Fontaine, & I. Narváez (Coords.), *Yasuní en el siglo XXI: el Estado ecuatoriano y la conservación de la Amazonía* (pp. 229-264). FLACSO-Ecuador.
- Barsky, O., Díaz, E., & Carlos, F. (1982). *Políticas agrarias, colonización y desarrollo rural en el Ecuador: reflexiones sobre el proyecto de desarrollo rural integral Quinde-Malimbia-Nueva Jerusalem*. CEPLAES.
- Bradford, B. (1990). *La pobreza del progreso en América Latina en el siglo XIX*. Siglo XXI Editores.
- Chevron-Texaco. (s.f.). *Texaco y el Ecuador: La actividad petrolera en la Amazonía*. Chevron-Texaco. <https://www.juiciocrudo.com/documentos/Texaco-y-el-Ecuador-la-actividad-petrolera-en-la-Amazonia.pdf>
- Envirotec. (1995). *Plan Integral para el Manejo de la Amazonia (PIMA)*. Banco Mundial (Documento no oficial sin publicación).
- Escobar, A. (1993). *Encountering development: the making and unmaking of the Third World 1945-1992*. Dept. of Anthropology; Smith College.
- Fontaine, G. (2003). *El precio del petróleo: conflictos socioambientales y gobernabilidad en la región amazónica*. FLACSO-Ecuador.
- Gómez, N. (1992). *Tempestad en la Amazonía ecuatoriana*. CIESA.
- Jansson, O. (2008). *The cursed leaf: An anthropology of the political economy of cocaine production in Southern Colombia* [Tesis doctoral, Uppsala University].
- Korovkin, T. (2004). *Efectos sociales de la globalización: petróleo, banano y flores en el Ecuador*. CEDIME; Abya Yala.
- Little, P. (1992). *Economía política del Cuyabeno*. Abya Yala.
- North, L. L., Kit, W. A., & Koep, R. B. (2008). Conflictos por tierras rurales y violación de derechos humanos en Ecuador. In L. L. North, & J. D. Cameron (Eds.), *Desarrollo rural y neoliberalismo: Ecuador desde una perspectiva comparativa* (pp. 35-50). Universidad Andina Simón Bolívar; Corporación Editora Nacional.
- Okely, J., & Callaway, H. (Eds.). (1992). *Anthropology and Autobiography*. Routledge.
- Ong, A. (2005). Ecologies of expertise: assembling flows, managing citizenship. In S. J. Collier, & A. Ong (Eds.), *Global assemblages: technology, politics and ethics as anthropological problems* (pp. 337-353). Blackwell.

- Robertson, R. (1995). Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity. In M. Featherstone, S. Lash, & R. Robertson (Eds.), *Global Modernities* (pp. 25-44). SAGE.
- Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo (SENPLADES), & Instituto para el Ecodesarrollo Regional Amazónico (ECORAE). (2016). *Plan integral para la Amazonía*. SENPLADES. <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ecu166986anx.pdf>
- Sistema de Investigación sobre la Problemática Agraria en el Ecuador (SIPAE). (2011). *Atlas sobre la tenencia de tierra en el Ecuador*. SIPAE.
- The University of North Carolina at Chapel Hill (UNC). (2003). *Simulating the effects of urbanization on landuse and landcover patterns in the Northern Ecuadorian Amazon*. CPC; Ecuador Projects. <https://ecuador.web.unc.edu/overviews/simulating-the-effects-of-urbanization-on-landuse-and-landcover-patterns-in-the-northern-ecuadorian-amazon/>
- Trujillo-Montalvo, P. (2001). *Salvajes, civilizados y civilizadores: la Amazonía ecuatoriana, el espacio de las ilusiones*. FIAAM; Abya Yala.
- Trujillo-Montalvo, P. (2009). *Looking at the other side: everyday life on the Ecuadorian Putumayo frontier*. FIAAM.
- Trujillo-Montalvo, P. (2011). *Boto Waorani, Bitu Cowuri: la fascinante historia de los Wao*. FIAAM.
- Trujillo-Montalvo, P. (2013). La construcción de la etnografía del día a día en la frontera amazónica del Putumayo ecuatoriano. In F. Correa Rubio, J.-P. Chaumeil, & R. Pineda Camacho (Eds.), *El aliento de la memoria: Antropología e historia en la Amazonia andina* (pp. 202-327). Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas.
- Uquillas, J. E. (1982). *Ocupación de la región amazónica ecuatoriana: la colonización en la provincia del Napo*. Abya Yala.
- Whyte, W. F. (1993). *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum* (4th ed.). The University of Chicago Press.

DATOS DE INVESTIGACIÓN

Los datos no se depositaron en un repositorio.

PREIMPRESIÓN

No publicada en un repositorio.

REVISIÓN POR PARES

Revisión doble ciego y cerrada.

Arquiteturas quilombolas afro-indígenas na Amazônia paraense

Afro-indigenous quilombola architectures in the Pará Amazon

Catarine de Nazaré Moreira Saunier 

Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Este artigo analisa as arquiteturas produzidas nos quilombos do território paraense, durante o século XIX. O principal objetivo é evidenciar como a cultura material dos quilombos da Amazônia paraense apresenta técnicas e saberes construtivos de origem e influência indígenas. Por meio de análise documental qualitativa que trata sobre invasões e combates aos quilombos, bem como publicações de viajantes estrangeiros, no século XIX, comprovou-se que as arquiteturas quilombolas apresentam estilos, sistemas construtivos e linguagens que são resultantes da relação intrincada entre negros e indígenas na Amazônia brasileira. A análise aponta que, de fato, os quilombolas intercambiaram conhecimentos construtivos especializados com algumas nações indígenas que, por vezes, coabitaram pacificamente seus territórios ou ainda estabeleceram relações mais íntimas, como matrimônio. Comprovou-se também que a presença indígena como parte importante da formação cultural dos quilombos paraenses é reafirmada nos discursos dos grupos atuais, que preservam inúmeras técnicas e linguagens construtivas de seus antepassados.

Palavras-chave: Arquitetura. Quilombos. Indígenas. Negros. Amazônia paraense.

Abstract: This article analyzes the architecture produced in *quilombos* in Pará during the 19th century. The main objective is to demonstrate how the material culture of the *quilombos* in the Amazonian region of Pará incorporates construction techniques and knowledge of Indigenous origin and influence. Through qualitative documentary analysis of accounts of invasions and conflicts involving *quilombos*, as well as reports by foreign travelers in the 19th century, the study was shown that *quilombola* architecture present styles, construction systems, and languages that are the result of the intricate relationships between Black and Indigenous people in the Brazilian Amazon. The analysis shows that, *quilombola* communities exchanged specialized building knowledge with certain Indigenous groups that at times cohabited peacefully in their territories or even established more intimate relationships, such as marriage. It also demonstrates that the Indigenous presence, as a significant component of the cultural formation of *quilombos* in Pará, is reaffirmed in the discourses of contemporary communities, which preserve numerous construction techniques and languages from their ancestors.

Keywords: Architecture. *Quilombos*. Indigenous. Black. Amazonia *paraense*.

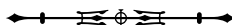
Saunier, C. N. M. (2026). Arquiteturas quilombolas afro-indígenas na Amazônia paraense. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250067. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0067>

Autora para correspondência: Catarine de Nazaré Moreira Saunier. Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 01. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (catarine.saunier@gmail.com).

Recebido em 18/08/2025

Aprovado em 25/02/2026

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



INTRODUÇÃO

No Pará, o auge do número de importações de mão de obra negra traficada para a escravidão foi o século XVIII (Bezerra, 2012; Laurindo Junior, 2021). Na mesma proporção ocorreu um século após a maior incidência de quilombos, localizados nas margens e cabeceiras dos principais rios da região (Salles, 1971; Gomes, 1997).

Desde o mundo do trabalho escravo, nas propriedades rurais e nas cidades, negros e indígenas conviveram diretamente (Salles, 1971; Alonso, 2010). Nas terras quilombolas, diferentes relatos documentais dão conta de laços de solidariedade entre esses dois grupos, bem como guerras e conflitos sangrentos (Saunier, 2023).

O sistema social e material dos antigos ocupantes dos territórios quilombolas da Amazônia paraense está assentado sobre intrincados intercâmbios de conhecimento entre os grupos negros e indígenas. Mais de dois séculos de ocupação desses territórios produziram arquiteturas baseadas em modos de fazer e tipologias adaptadas dos grupos nativos indígenas da região.

Efetivamente, a formação dos quilombos na Amazônia paraense é pluricultural, com bases afro-indígenas. Assim como houve registros da execução de técnicas e tipologias construtivas de origem indígenas nos quilombos da região no século XIX, observamos a persistência dessas linguagens e dos modos de construir ainda na contemporaneidade.

Portanto, neste artigo, perscrutamos, a relação intrincada entre quilombolas e indígenas, ao longo do século XIX, no Pará, focados na produção de seus espaços construídos, sobretudo suas arquiteturas. A hipótese levantada é se o *savoir-faire* construtivo indígena, adaptado secularmente ao clima e ao meio, foi observado, aprendido e reelaborado pelos quilombolas no Pará, durante o século XIX. Para comprovar essa hipótese, analisou-se documentações que demonstram as características dos espaços construídos quilombolas oitocentistas.

Além da análise pormenorizada dos quilombos paraenses, no que se refere à sua cultura material, no

século XIX, levantou-se a discussão dos desdobramentos desses saberes e fazeres nos territórios atuais. Por meio de pesquisas e publicações recentes repletas de relatos orais dos grupos quilombolas atuais da região, analisamos se as arquiteturas recentes guardam referências culturais dos territórios quilombolas oitocentistas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo foi desenvolvido a partir do diálogo com vários tipos de documentos, os quais foram tratados com o olhar qualitativo, isto é, analisando as experiências culturais e espaciais dos indivíduos citados e também entrevistados nessas fontes. Em se tratando do estudo minucioso da cultura material presente nos territórios quilombolas durante o século XIX, foi necessário o levantamento de diferentes documentos do período, como notícias das expedições militares de destruição desses territórios, preservadas em forma digital no sítio eletrônico da Hemeroteca Nacional, e que foram fundamentais, pois, nas entrelinhas dos discursos, constavam informações preciosas sobre a vida nesses lugares.

Em complemento a esses relatórios, analisou-se também publicações nos jornais locais que tratavam sobre notícias de combate aos quilombos da região, ou fuga de escravizados, datadas de 1850 a 1889, igualmente disponíveis em meio digital na Hemeroteca Nacional. Desses documentos, conseguiu-se dados sobre os espaços construídos dos quilombos no Pará, bem como sobre as relações sociais desses grupos com diferentes etnias indígenas da região que resultaram em alianças que tiveram como testemunho as arquiteturas desses lugares.

Contudo, o principal corpo documental que robusteceu a discussão deste artigo foram as publicações dos viajantes estrangeiros que estiveram no Pará durante o século XIX. Os relatos publicados em livros, diários de viagem, fotografias e desenhos mostram a riqueza do quadro sociológico pluricultural dos territórios quilombolas da região.

Viajantes, como os cientistas germânicos Spix e Martius, em 1819, e os britânicos Alfred Russel Wallace e Henry Bates, em 1849, descrevem o quadro político-social da região, com

a marcante presença negra e indígena. Além deles, merece destaque o jornalista norte-americano Herbert Smith, em 1879, que transitou por diferentes pontos do território paraense e contactou diretamente um quilombola da região do baixo Amazonas, no Pará, como seu guia de navegação.

Todavia, o destaque documental fica para a expedicionária francesa Otille Coudreau, contratada pelo Governo Regional para a produção de cartografia dos principais rios da região e, por consequência, descreveu os espaços e os modos de vida dos quilombolas na região. Coudreau, em diferentes ocasiões, conviveu com os quilombolas e registrou em texto e fotografias a vida dos quilombos no Pará, em pleno século XIX e aurora do século XX, produzindo um retrato sociológico de suma relevância para a temática (O. Coudreau, 1901, 1903).

Para as discussões dos desdobramentos recentes da cultura material dos quilombos na Amazônia paraense, no século XXI, analisou-se trabalhos de sociologia, teses na área de antropologia e relatórios de pesquisa documental, como os do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), produzidos por Rosa Acevedo Marin, que demonstram como são e quais aspectos as arquiteturas quilombolas atuais guardam como herança dos antigos assentamentos oitocentistas.

CULTURA MATERIAL: OS QUILOMBOS NO PARÁ E A CONTRIBUIÇÃO INDÍGENA NO SÉCULO XIX

Já é questão superada pela historiografia, antropologia e sociologia que indígenas e negros conviveram de forma intrincada durante os séculos da escravidão no Brasil, sobretudo no Norte. E essa relação complexa no Brasil-Norte é indicada como responsável pelo aprendizado, por parte dos negros, da navegação nos rios da região e da vida nas matas recônditas dos quilombos (Salles, 1971; Funes, 1995; Gomes, 1997; Harris, 2017; Saunier, 2023).

Durante o século XIX, os quilombos no Pará foram majoritariamente mistos, com homens e mulheres negros que fugiram das propriedades escravocratas, soldados

desertores, colonos pobres e alguns indígenas que viviam em matrimônio ou em comunhão de terras com os quilombolas. Nos relatórios provinciais, governadores e figuras políticas declaravam que esses territórios não eram formados exclusivamente por negros (Salles, 1971; Saunier, 2023).

A fala de João Maria de Moraes, vice-presidente da Província do Pará, na abertura de uma das sessões na assembleia provincial, em 15 de agosto de 1846, entrega a composição populacional dos quilombos em Bragança, Turiaçú (região do Pará limítrofe ao estado do Maranhão), Santarém e Óbidos, áreas repletas de quilombos. Segundo o vice-presidente, esses assentamentos eram formados por negros que fugiram das propriedades dessas regiões, mas igualmente de “desertores e outros criminosos” (J. Moraes, 1846).

As trocas culturais entre negros e indígenas foram apontadas em diferentes estudos historiográficos e indigenistas no tema, como os de Salles (1971), Funes (1995), Gomes (1997, 2015), Harris (2017), Acevedo Marin e Castro (1998), Chambouleyron e Arenz (2016), Saunier (2023), entre outros. Desde o século XIX, as notícias da presença de indígenas em contato direto, pacífico ou conflitivo com os quilombolas figuravam nos documentos e notícias oficiais. Henrique (2018) destacou como os Munduruku foram “aliados” das autoridades na luta contra os cabanos, durante a Cabanagem, como na perseguição aos quilombolas. O autor também destaca momentos de trocas comerciais entre indígenas, quilombolas e outros sujeitos no século XIX: “O comércio era feito, então, com base em redes de relações sociais tecidas com quilombolas, pequenos produtores, comerciantes locais e indígenas” (Henrique, 2018, p. 183).

De forma mais intrincada, encontramos as relações de coabitação nas mesmas terras entre os indígenas Warekena com moradores do quilombo Mocajuba em meados do século XIX (Saunier, 2023). Na invasão militar que causou a destruição desse território, publicada no jornal *Treze de Maio*, em 1855, foi descrito um território formado por muitas casas, roças de mandioca e uma maloca Warekena a poucos quilômetros do centro do quilombo:

Em distancia de 2 a 3 léguas do quilombo existe uma maloca de gentios da nação Uariquena [Warekena] que protegem os negros das agressões de outras ordas que povoam esses centros, assim como o alto Nhamundá, e forão eles sem duvida que avizarão os negros, porque o Capitão João Maximiano em diferentes lugares achou recentes vestígios de seu transito; e sem esse auxilio, os negros não poderiao por ali existir, conforme afirma o que foi capturado e existe na cadeira desta Cidade (Couto, 1855).

Segundo o capitão João Maximiano, responsável pela expedição, os Warekena exerciam importante papel de colaboração com os quilombolas do Mocajuba, sem a qual a sobrevivência desse grupo ficaria comprometida. Segundo o relatório, esses indígenas estabeleciam laços de solidariedade com os quilombolas, protegendo-os de agressões de outros grupos (Saunier, 2023).

A relação social intrincada entre os quilombolas do Mocajuba e os Warekena, apontada no relatório, mostra que, no exercício cultural cotidiano, os quilombolas, catequizavam e batizavam os filhos dos indígenas na capela presente no quilombo: “A necessidade de cathequizar esses gentios, cujos filhos são batizados pelos negros é

tao manifesta” (Couto, 1855). A troca cultural, sem dúvida, foi profunda entre indígenas e quilombolas, possivelmente, refletida não apenas no campo simbólico dos ritos e das festas, mas também nas produções materiais.

Durante a invasão militar do Mocajuba, as residências do local foram qualificadas pelos oficiais como “bem construídas” (Couto, 1855), com destaque para a capela que serviu de quartel para o acampamento militar, durante os cinco dias da expedição, pela dimensão e ‘inteireza’ da construção. Essas ‘inteireza’ e dimensão relevantes da capela do quilombo Mocajuba podem ter sido concebidas com a contribuição reconhecida do conhecimento construtivo dos Warekena para concepções de malocas em madeira e palha com considerável altura (Meira, 1991). O antropólogo Stephen Hugh-Jones (1985) explica esse *savoir-faire* construtivo dos Warekena em arquiteturas de grandes dimensões, como representado no desenho de uma maloca em estrutura de madeira e cobertura de palha (Figura 1).

Uma iconografia importante que demonstra como as moradas quilombolas paraenses foram influenciadas pelos conhecimentos indígenas foi produzida pelo jornalista

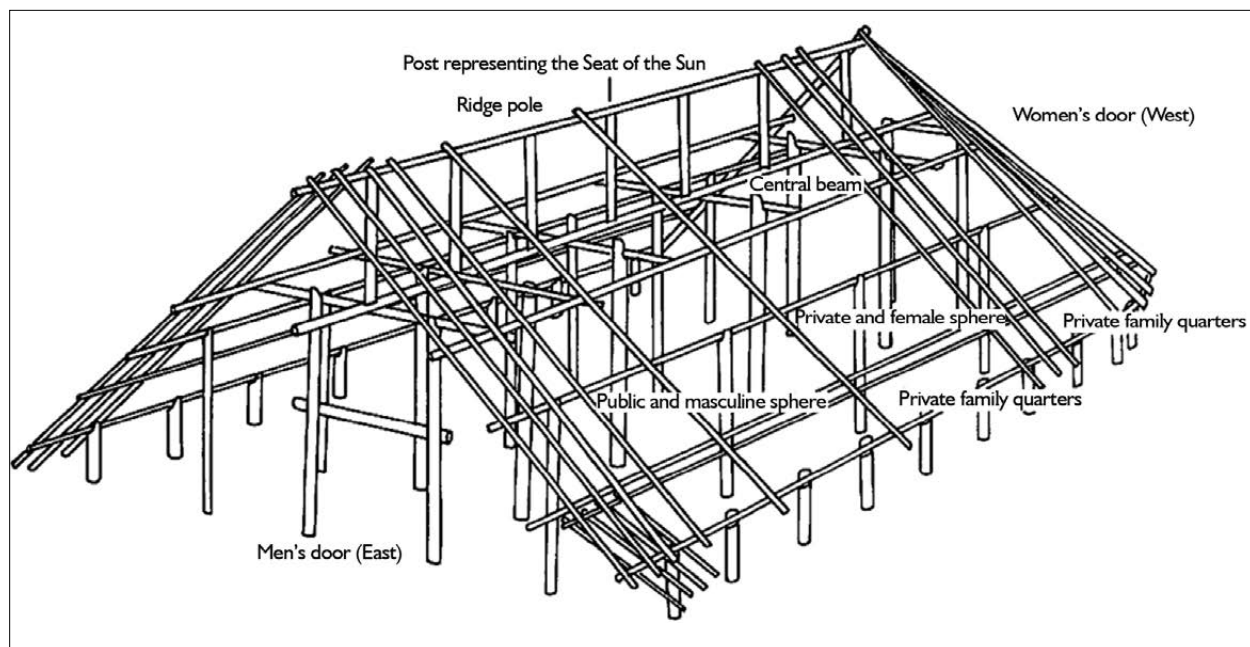


Figura 1. Construção de uma maloca. Fonte: Saunier (2023, p. 155).

norte-americano Herbert Smith, na segunda metade do século XIX. Smith visitou o baixo Amazonas e chegou até a propriedade clandestina do quilombola Manuel, o qual foi solicitado pelo norte-americano como guia de navegação:

Às quatro horas da tarde, desembarcamos no lado leste, onde havia um caminho que levava ao Igarapé Capaú; ali vivia o negro Manuel, de grande fama por essas bandas. Manuel tinha sido chefe de uma colônia de escravos fugitivos, que ficou localizada por muito tempo no Alto Curuá; como esses negros eram as únicas pessoas que sabiam alguma coisa sobre as cataratas, eu estava naturalmente ansioso para conseguir um deles como guia. Enquanto estava no Curuá, ouvi falar muito de Manuel, que vivia, segundo se dizia, nas profundezas da floresta, temendo ver um homem branco, para não ser levado de volta à escravidão; para ganhar sua boa vontade, enviei-lhe alguns presentes insignificantes, com a promessa de que o visitaria quando subisse o rio (Smith, 1879, p. 324).

Na iconografia produzida por Smith (1879), é representada, parcialmente, a residência do sr. Manuel (Figura 2). Essa construção é formada por estruturas portantes em madeira, cruzadas no ponto mais alto, que formam a cumeeira. Essa estrutura se prolonga formando, ao mesmo tempo, cobertura e fechamento lateral de parede, revestida por palha.

A tipologia dessa construção é claramente inspirada no 'tapiri', um modelo de construção desenvolvido pelos indígenas amazônicos, a partir de materiais locais e técnicas de encaixe de madeira e palha (Sá & Corrêa, 1979).



Figura 2. Propriedade de Manuel, próxima ao rio Curuá. Fonte: Smith (1879, p. 325).

Essa edificação tem como linguagem construtiva e estilística o corpo único, formado por duas águas que se prolongam ao solo, formando um abrigo de madeira coberto por palha (Hessel, 1974).

No início do século XIX, em 1819, os cientistas germânicos Spix e Martius (1981) descreveram, em vários pontos do território paraense, a presença de inúmeras habitações indígenas, no estilo do tapiri, descritos como 'palhoças', fabricadas em madeira e palha de palmeiras locais. Alguns anos depois, em 1849, o britânico expedicionário Alfred Russel Wallace, visitando diferentes regiões do Pará, também apontou a presença indígena e os tapiris. Em passagem pelo baixo Tocantins, nas proximidades da cidade de Baião, Wallace (2004) expõe como as famílias indígenas da região habitavam: "A casa era uma simples choupana aberta, com uma cobertura de folhas de palmeiras, suportada por esteios, entre os quais estavam armadas as suas redes, servindo de camas e cadeiras" (Wallace, 2004, p. 102).

Salles (1971), Chambouleyron e Arenz (2016) e Saunier (2023) apontam que a troca de experiências entre negros e indígenas remonta o estabelecimento nos quilombos; isto é, já no mundo do trabalho escravo, esses dois grupos pluriétnicos eram forçados a coabitar, trocando experiências e saberes que permitiram o estabelecimento dos negros na Amazônia.

A documentação levantada, traz, portanto, a constatação desse intercâmbio de conhecimento entre os dois grupos na cultura material dos quilombos no Pará. Sobre isso, um dos relatos mais completos foi revelado na publicação de 1903 da expedicionária francesa Otille Coudreau. A exploradora foi contratada, juntamente com seu esposo Henri Coudreau, em 1895, pelo governo brasileiro para mapear os cursos hídricos de parte do território paraense e, durante seu trabalho, conviveu com quilombolas e visitou diferentes assentamentos quilombolas pela região do baixo Amazonas, no Pará.

Durante as várias expedições de Coudreau pelo Pará, no final do século XIX e aurora do XX, a presença

dos quilombolas, chamados de mocambeiros, no baixo Amazonas, foi constante, por seus conhecimentos profundos de navegação na região. Após conflitos e o estabelecimento de relações sensíveis, o casal Coudreau conseguiu alguns quilombolas da região como guias e colaboradores, o que possibilitou a visita aos principais rios do alto Trombetas, como os rios Faro, Cachorro e Cuminá que, segundo H. Coudreau (1899), ainda eram completamente desconhecidos pelo governo.

Em novembro de 1900 – após a morte de Henri Coudreau em decorrência da malária, em 1899 –, Otille Coudreau chega ao rio Curuá, onde encontra e pernoita por algum tempo no quilombo do Pacoval. A francesa chama o Pacoval de “a cidade dos mocambeiros do Curuá” (O. Coudreau, 1903, p. 19). Esse território já era estabelecido por décadas na região, formado por descendentes dos mocambeiros do alto das cachoeiras do rio Trombetas (Funes, 1995; Acevedo Marin & Castro, 1998).

O Pacoval foi descrito por O. Coudreau (1903) como um povoado de “aproximadamente quinze casas, todas cobertas em palha, uma igreja e, ao lado da igreja, uma ‘ramada’¹” (O. Coudreau, 1903, p. 19), localizado ao longo da margem do rio Curuá. Saunier (2023) explica que os quilombos no Pará, desde o século XIX, são formados por dois núcleos, um residencial principal, chamado de ‘beira’, onde se concentram as construções habitacionais, e outro localizado em áreas de mata fechada, onde estabelecem suas roças, casas de farinha, locais de caça, pesca e extrativismo de produtos naturais que são divididos e mapeados em áreas de uso sazonal.

Foi durante uma visita a um desses núcleos sazonais, pertencentes ao Pacoval, chamado de assentamento Arapary, que Coudreau revelou uma das mais relevantes evidências da troca de conhecimentos entre indígenas

e quilombolas, que se expressa na arquitetura desses assentamentos na região amazônica paraense (Saunier, 2023). No local, ocupado durante a colheita da mandioca e o fabrico da farinha, o quilombola Chico Cardozo explica a Coudreau como a principal construção do local, registrada em fotografia pela francesa (Figura 3), foi realizada por uma família indígena que chegou em fuga, em ocasião de conflitos territoriais com outros grupos nativos:

Enfin, quand ils [família indígena] sont entres dans ma maisons, ils voulaient tout prendre, dans le magasin tout leur faisait envie; mais je ne voulais rien leur donner avant que le gouverneur du Pará m'ait envoyé Quelques marchandises pour eux, et j'ai bien fait, caro n ne m'a rien enpédié du Pará. J'avais pourtant écrit aussitôt. Et pendant que j'attendais la réponse du Pará, je leur ai fait faire ce grand abatis que vous voyes là, et je leur ai fait planter du manioc (O. Coudreau, 1903, p. 56).

O relato do quilombola demonstra que a vida na região amazônica é constantemente desafiada por eventos que implicam negociações com diferentes grupos étnicos, que culminam em trocas de saberes e,



Figura 3. Assentamento sazonal dos quilombolas do Pacoval, Alenquer, Pará, em 1901. Fonte: O. Coudreau (1903, p. 33).

¹ As ramadas foram construções feitas, geralmente, em estrutura de madeira e cobertura de palha, em planta retangular e sem fechamento de paredes. As ramadas eram localizadas, majoritariamente, contíguas às construções religiosas e recebiam as festividades e celebrações dos quilombos na Amazônia paraense (Funes, 1995; Saunier, 2023).

até mesmo, no estabelecimento de relações complexas de convivência. Os indígenas que, segundo Chico Cardozo, construíram as edificações do assentamento em questão permanecem mantendo uma relação de servidão com os quilombolas do Pacoval.

No que se refere à cultura material, isto é, à construção arquitetônica, vemos, na fotografia de Coudreau (Figura 3), dois edifícios de planta retangular, com estruturas em madeira e cobertura de palha, em quatro águas. Percebemos o trabalho minucioso da madeira e da palha em todo o conjunto construtivo. No detalhe da imagem à esquerda, as aberturas possuem fechamentos móveis; à direita, contígua à construção, está a casa de farinha.

A casa de farinha, por abrigar o forno e todos os equipamentos de beneficiamento da mandioca, não apresenta fechamentos de paredes, possuindo o mesmo tipo de cobertura em palha e estrutura em madeira. Percebemos que o posicionamento das aberturas principais de acesso da edificação residencial do assentamento Arapary, bem como o forno e os mobiliários da casa de farinha são voltados para o rio.

A cobertura desse conjunto de edificações possui uma linguagem direta com as técnicas e as tipologias construtivas de algumas nações que habitaram a região do baixo Amazonas, no Pará, como os Tiryó e Kaxúyana (Frikel, 1970; Saunier, 2023). Alexandre Rodrigues retrata isso em iconografia presente em sua coleção intitulada “Malocas das índias de Monte Alegre onde fazem as cuyas”, de 1785. Nessa coleção, é possível observar a tipologia construtiva da edificação, com cobertura em palha e estrutura em madeira, com fechamentos móveis também em palha.

Esses dois grupos étnicos indígenas, por sua vez, são apontados como de convívio direto com os grupos quilombolas do baixo Amazonas, desde o século XVIII (Frikel, 1961; Saunier, 2023). O antropólogo alemão Frikel (1973) produziu desenhos e fotografias das mais variadas construções dos Tiryó, assim como registro de um dos assentamentos Kaxúyana na década de

1970, compilados por Saunier (2023), demonstrando as tipologias e técnicas construtivas comuns desses grupos (Figura 4).

Dessa forma, indígenas e quilombolas dividiam conhecimentos da vida prática, incluindo a arquitetura na região. Observando os documentos e as fontes oitocentistas, vemos que, por décadas e até mesmo por séculos, as diferentes formas de interação entre esses dois grupos, pacíficas e conflituosas, em vários pontos do território paraense, influenciaram diretamente a arquitetura dos territórios quilombolas.

REVERBERAÇÃO DA CULTURA MATERIAL INDÍGENA NOS QUILOMBOS ATUAIS

As narrações identitárias da formação dos territórios quilombolas pelos grupos contemporâneos são marcadas pela presença dos indígenas, ora como colaboradores comerciais, ora como antepassados importantes. No nordeste do Pará, diversos quilombos centenários persistem ao longo do rio Capim, e sua formação populacional é marcada pela presença dos indígenas e negros (Acevedo Marin et al., 2014).

As narrativas orais de moradores quilombolas dos 67 povoados do rio Capim, presentes no trabalho de Acevedo Marin et al. (2014), destacam como os negros fugidos da escravidão formaram laços familiares com os indígenas da região. Segundo o senhor Estadislau Lobo da Luz, quilombola do rio Capim, um dos principais ancestrais dos quilombolas da região foi um homem indígena que ocupou cargo militar, chamado de Damásio.

Na região do baixo Amazonas, no Pará, há o reconhecimento nas narrativas dos quilombolas atuais acerca da relevância de grupos indígenas para a sobrevivência econômica, cultural e familiar que remonta histórias de seus antepassados. Farias (2016), em pesquisa sobre o território quilombola de Cachoeira Porteira, localizado no município de Oriximiná, afirma que a memória coletiva guarda histórias que envolvem matrimônios entre homens negros dos quilombos da região e mulheres indígenas:

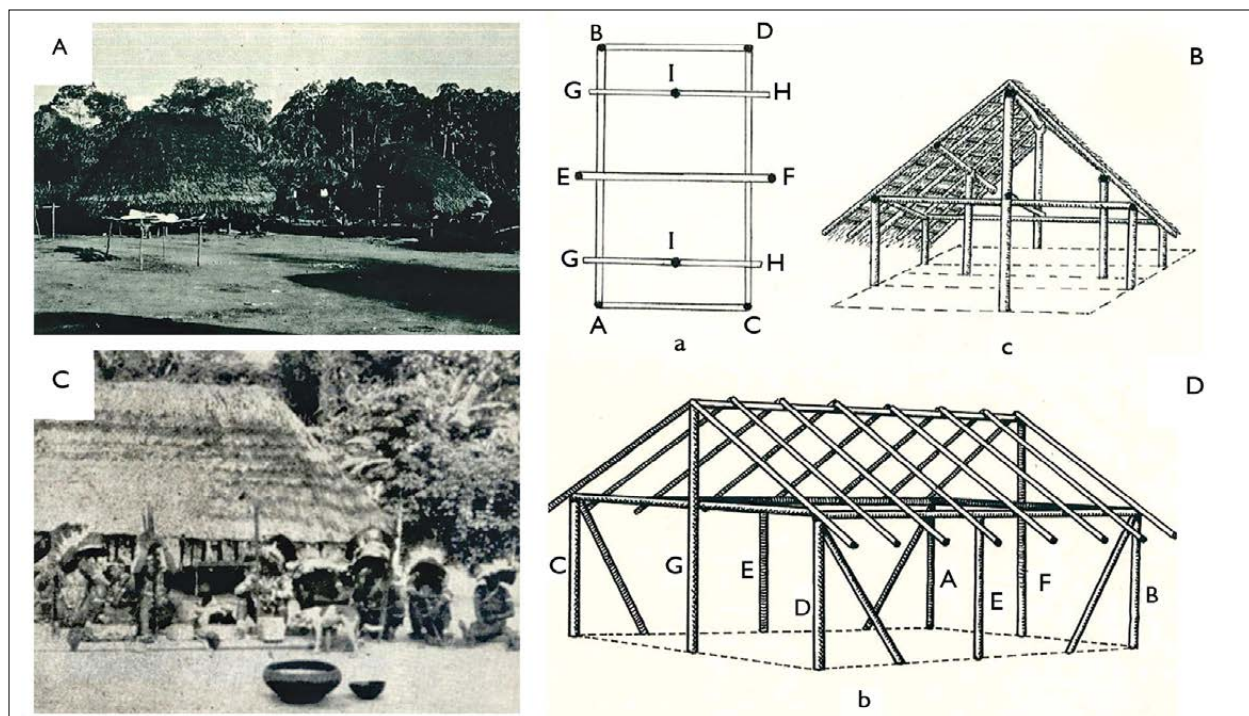


Figura 4. A) Aldeia e casa Tiriyo; B) casa kúna ou kúntaka (a), aspecto externo (c); C) registro da festividade de "Mori: a festa do rapé"; ao fundo da cena, a maloca das mulheres; D) tapiri Tiriyo. Fonte: Saunier (2023, p. 160).

O pai do João (o Pedro) matou o irmão dele (Lui... O nome era Carlos), que tinha duas mulheres, tinha uma que era bonita. O Pedro chegou lá, disse que ia dormir com aquela companheira dele, o Carlos disse que não, que era dele. Anoiteceu e o João pronto na índia, dormiu com ela. Quando foi de manhã, o Pedro foi caçar. Ele saiu, foi embora, encostou mais adiante. O Carlos saiu, pegou canoa dele, pegou picada... O Pedro estava lá em cima, em uma fruteira esperando, desceu cortou a palha, e foi fazer um apito pra imitar uma anta.

Quando o Carlos ouviu, fiaaaa... Escutou uma anta. Ele pegou a espingarda e saiu remando, ainda respondia, quando já estava perto, a anta calou-se, ele por ali reparando. Ele já tava no ponto. Pedro tacou-lhe a flecha no joelho dele e pulou em cima, ele gritava pra ele não matar, mas que nada. Nessas alturas o Juventino estava lá em casa comigo, vinha subindo aí do rio um pessoal do outro lado, gritaram pro Juventino, que estavam com quatro dias que procuravam o Carlos e ainda não tinham achado, lá onde ele estava, acharam espingarda, terçado e a roupa dele, mas ele não acharam. Assim, o Pedro ficou com a índia do irmão (Farias, 2016 citado por Saunier, 2023, p. 79)².

Outro relato de morador do mesmo quilombo, do Sr. Waldemar dos Santos, aponta a presença de um grupo de indígenas habitando no rio Cachorro, que manteve relações próximas com os quilombolas de Cachoeira Porteira. Na memória do Sr. Waldemar havia, há anos, a constituição de famílias formadas por mulheres indígenas do rio Cachorro e quilombolas, bem como o inverso:

Pra cá só existia uma aldeia de índio, só essa aldeia do Cachorro, só essa aldeia que viviam aqui no nosso município, aqui do Trombetas, essa aldeia existia, eles vinham brincar aqui, fazer essa coisa assim, inclusive teve uma mistura de moreno com eles, bom dizer casava moreno com índio, vários morenos viviam com índias nesse meio (Farias, 2016 citado por Saunier, 2023, p. 79).

A presença feminina indígena é consolidada na memória de vários membros que compõem as famílias

² Os nomes reais dos entrevistados foram substituídos para preservar as identidades.

e no mito de origem desses territórios (Acevedo Marin, 2006; Farias, 2016; Saunier, 2023). No Marajó, as famílias contam suas origens familiares, compostas por negros fugidos do regime escravocrata das propriedades locais com mulheres indígenas, como a narrativa do Sr. Lair, morador do quilombo Bairro Alto:

Meu tataravô teve essas famílias. Foi esse nosso parente que encontrou a índia no mato. O meu pai contava que seu pai e seu avô vieram desse lado da África, mas ele não lembrava quem o trouxe. Eles vieram trabalhar na fazenda de Marajó e fugiram. Encontraram essa terra e localizaram. O meu bisavô teve muitos filhos. Ele teve filhos com uma índia que ele encontrou no mato (Acevedo Marin, 2006 citado por Saunier, 2023, p. 80).

Gomes (2011), ao estudar *in loco* os quilombos do baixo Tocantins, sobretudo aqueles ligados historicamente aos municípios de Cametá, Baião e Mocajuba, descreveu sua impressão sobre as famílias pluriétnicas no atual povoado. Segundo o historiador, esses povoados são resultado de descendentes de escravizados fugidos das propriedades das cidades próximas que se instalaram nas terras mais distantes dos núcleos habitados pelos 'brancos', durante os séculos XVIII e XIX. No entorno, desses terrenos, estabeleceram contatos comerciais e sociais com os indígenas da região, como em São José do Itatu:

Em Itatu, verificam-se as características de população de "caboclos", uma mistura com indígenas. Segundo a tradição oral, o povoado tece como origem um pequeno grupo de negros fugidos por volta de meados do século XIX, havendo contatos com grupos indígenas circunvizinhos (Gomes, 2011, p. 385).

Arquitetonicamente a madeira e a palha estão presentes na confecção de edificações residenciais e de diferentes usos nos quilombos paraenses. O mosaico iconográfico demonstra as arquiteturas de diferentes grupos quilombolas e indígenas no território paraense, registrados nos séculos XX e início do XXI.

Contudo, ainda que haja uma aproximação evidente nas arquiteturas quilombolas com influência direta da cultura indígena local, entendemos que a forma

de construir quilombola não está baseada unicamente em uma releitura de conhecimentos aprendidos com indígenas, uma vez que os quilombolas também possuíam seus repertórios materiais e culturais.

Falamos, pois, em releitura, já que a lógica produtiva da arquitetura indígena e a quilombola é diametralmente oposta. Enquanto a primeira guarda uma cosmologia única, baseada em um pensamento mágico por trás da concepção estrutural de uma construção, a segunda está em fazeres reproduzidos inicialmente por uma racionalidade, pautada predominantemente na solução de problemas urgentes, como a proteção e a segurança (Saunier, 2023).

Todavia, é válido ressaltar a relevância de um aporte da pesquisa arqueológica para a análise da cultura material dos quilombos amazônicos. Ainda que o presente artigo trate sobre os espaços construídos, focando sobretudo nas tecnologias e nos materiais de construção, as análises das culturas materiais pretéritas seriam relevantes fontes para o entendimento dessa questão.

Costa (2016) expõe que a arqueologia da escravidão e da diáspora no Brasil, no contexto amazônico, ainda apresenta poucas pesquisas. O autor ainda destaca os trabalhos exemplares realizados nos quilombos de Ambrósio, em Minas Gerais, e de Palmares, em Alagoas, sendo este último uma referência, pois a comunidade preservou a memória e o interesse na pesquisa pelo tema.

Dessa forma, este estudo se baseou nas fontes históricas documentais, nos trabalhos antropológicos que coletaram nos discursos e nas vivências internas de determinados territórios quilombolas paraenses fontes importantes. Segundo O'Dwyer (2005, p. 263), a expedicionária francesa Otille Coudreau, no final do século XIX, expunha a existência de um sítio pertencente aos mocambeiros em fuga próximos à cachoeira do Cajual, no baixo Amazonas.

Mais recentemente, a dissertação de mestrado de I. Moraes (2012), bem como a tese de doutorado de Jacques (2015), as duas no âmbito do Programa de Pós-Graduação

em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGA), nas áreas de concentração em arqueologia, demonstram como os grupos quilombolas da Amazônia paraense perpetuam modos de construir baseados nos conhecimentos ancestrais de seus antepassados.

Esses modos de fazer as arquiteturas estão aportados, sobretudo, na exploração de lógicas como medidas espaciais e técnicas construtivas que respeitam o terreno e os materiais naturais do entorno, ainda que materiais construtivos industriais, como telhas, tijolos e cimento, sejam introduzidos, gradativamente, em muitas construções.

CONCLUSÃO

Por séculos, vimos que os quilombolas foram receptivos à adaptação de diferentes fontes de conhecimento como meio de sobrevivência nas terras amazônicas do Pará. Com os indígenas, reconheceram que poderiam extrair e intercambiar conhecimentos diversos, os quais seriam necessários para garantir o desenvolvimento de seus lugares e a permanência neles; e, mais do que isso, puderam firmar parentesco e laços consanguíneos com diferentes nações. Os inúmeros registros documentais demonstram como esses grupos, em diferentes pontos do território paraense, guardam saberes que estão introjetados em sua memória coletiva, reconhecendo o importante papel das populações indígenas como formadoras da cultura quilombola da Amazônia paraense.

Nos relatos das publicações e dos trabalhos historiográficos e antropológicos, a interação entre indígenas e quilombolas já figura como consolidada e sólida. O desdobramento dessas relações, intrincadas e complexas, na cultura material também aparece dessa forma. Como demonstrado neste artigo, esses aspectos são apontados, por séculos, em diferentes fontes oficiais.

Comprovamos, portanto, sobre a hipótese inicial levantada que a existência documental do produto dos espaços construídos nos quilombos na Amazônia paraense foi influenciada pelos conhecimentos indígenas. De fato, em muitos territórios quilombolas da região, durante o

século XIX, esses dois grupos conviveram, ora de forma conflituosa, ora de maneira pacífica, moldando os modos de vida dos territórios quilombolas.

Os quilombolas não ignoraram o rico repertório de conhecimento adaptativo secular dos grupos nativos, ao contrário, quando possível, o exploraram em relações de mutualidade. Não podemos pensar na elaboração dos espaços construídos dos territórios quilombolas na Amazônia paraense, durante o século XIX, sem a presença indígena.

No entendimento das origens dos assentamentos do povo quilombola na Amazônia brasileira, percebemos que a cultura material é um testemunho importante e fundamental desse processo. A interação pluriétnica entre indígenas e quilombolas fica clara na análise de seus espaços construídos, expressa seja nos sistemas construtivos, nas tecnologias ou nos partidos arquitetônicos, seja nos discursos dos atuais habitantes desses territórios. Indígenas e quilombolas demonstram, portanto, o intercâmbio de conhecimentos da vivência pluriétnica dos quilombos amazônicos.

REFERÊNCIAS

- Acevedo Marin, R. E., & Castro, E. (1998). *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios* (2. ed). Cejup; UFPA.
- Acevedo Marin, R. E. (2006). *Herdeiros das terras de Deus Ajude, Salvaterra-PA*. Projeto de Pesquisa e publicações sobre Grupos Negros no Pará. Convênio Secretaria Executiva de Justiça do Estado do Pará – SEJU; Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ); Universidade Federal do Pará Núcleo de Altos Estudos.
- Acevedo Marin, R. E., Ferreira, E. R., & Marques, F. L. T. (2014). *Patrimônio, cultura e territorialidade dos quilombolas do rio Capim* (1. ed). IPHAN.
- Alonso, J. L. R.-P. (2010). Tiempos afroindígenas en la Amazonia Brasileña. Primera Mitad del siglo XIX. *Revista de Índias*, 70(249), 583-608. <https://doi.org/10.3989/revindias.2010.019>
- Bezerra, J. M. (2012). *Escravidão negra no Pará (séculos XVII – XIX)*. Paka-Tatu.
- Chambouleyron, R., & Arenz, K. H. (2016). Indiens ou Noirs, libres ou esclaves: travail et métissage en Amazonie portugaise (XVII^e et XVIII^e siècles). *Caravelle – Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*, (107), 15-29.

- Costa, D. M. (2016). Arqueologia dos africanos escravos e livres na Amazônia. *Vestígios*, 10(1), 70-91. <https://doi.org/10.31239/vtg.v10i1.10568>
- Coudreau, H. (1899). *Voyage au Yamundá (21 janvier 1899 - 7 juin 1899)*. A. Lahure.
- Coudreau, O. (1901). *Voyage au Rio Cuminá, 20 Avril 1900 - 7 Septembre 1900*. A. Lahure.
- Coudreau, O. (1903). *Voyage au Rio Curua, 20 novembre 1900 - 7 mars 1901*. A. Lahure.
- Couto, J. V. (1855, dezembro 22). Parte Oficial. *Jornal Treze de Maio*, 16(619), 1-2.
- Farias, E. A. (2016). *Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas]. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5569>
- Frikel, P. (1961). Morí - A Festa do Rapé, índios Kachúyana; rio Trombetas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, (12), 1-36. https://boletimch.museu-goeldi.br/wp-content/uploads/2025/04/Antropologia_n1-20_1957-1964_12-FRIKEL.pdf
- Frikel, P. (1970). *Os Kaxúyana, notas etno-históricas* (Publicações Avulsas, n. 14). MPEG.
- Frikel, P. (1973). *Os Tiriýó, seu sistema adaptativo*. Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Funes, E. A. (1995). *Nasci nas matas, nunca tive senhor, história e memória dos mocambos do baixo Amazonas* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Gomes, F. S. (1997). *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (secs. XVII-XIX)* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Gomes, F. S. (2011). Terra e camponeses negros: o legado da pós-emancipação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (34), 375-393.
- Gomes, F. S. (2015). *Mocambos e quilombos, uma história do campesinato negro no Brasil* (Coleção Agenda Brasileira). Claro Enigma.
- Harris, M. (2017). *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. Editora Unicamp.
- Henrique, M. C. (2018). *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX*. EdUERJ.
- Hessel, L. (1974). *Pequeno vocabulário rondoniense*. UFRGS.
- Hugh-Jones, S. (1985). The Maloca: A world in a house. In E. Carmichael (Ed.), *The hidden peoples of the Amazon* (pp. 78-93). British Museum Publications.
- Jacques, C. C. (2015). *"Aqui já morou muita gente". Arqueologia e prática de pesquisa na Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi, Amapá* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. <https://www.ppga.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/teses/43-2015-2>
- Laurindo Junior, L. C. (2021). *Rios de escravidão: tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-29122021-175607>
- Meira, M. (1991). *Laudo antropológico Área Indígena "Baixo Rio Negro"*. Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Moraes, I. P. de. (2012). *Do tempo dos pretos d'antes aos povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/4038>
- Moraes, J. M. (1846, agosto 15). *Discurso recitado pelo exm. Sr. Doutor João Maria de Moraes, Vice-presidente da Província do Pará na Abertura da Primeira Sessão da quinta legislatura da Assembléa Provincial*. Arquivo Público do Estado do Pará, Belém.
- O'Dwyer, E. (2005). Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica*, (19), 91-11.
- Sá, C., & Côrrea, E. H. B. (1979). Habitação indígena no Alto Xingu. In E. Silveira (Org.), *Encontros com a civilização brasileira* (pp. 129-142). Civilização Brasileira.
- Salles, V. (1971). *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. Ministério da Cultura.
- Saunier, C. N. M. (2023). *Espaços construídos dos quilombos no Pará [séculos XIX e XXII]* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. https://drive.google.com/file/d/1jWYyJbLq8IYIABfG-0vhbjGMQCGE_Rk/view
- Smith, H. H. (1879). *Brazil, The Amazons and the Coast*. Charles Scribner's Sons.
- Spix, J. B. von, & Martius, C. F. P. von. (1981). *Viagem pelo Brasil: 1817-1820* (4. ed.). Ed. Itatiaia.
- Wallace, A. R. (2004). *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro* (17. ed.). Edições do Senado Federal.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Cambios socio-ambientales y su influencia en el funcionamiento de los Sistemas Agroforestales Familiares: estudio de caso etnobotánico en el periurbano de Corrientes (Argentina)

Socio-environmental changes and their influence on Family Agroforestry Systems: an ethnobotanical case study in the periurban area of Corrientes (Argentina)

Analia Pirondo^I  | Florencia Aída Itatí Elías^I  | Violeta Furlan^{II} 

^IInstituto de Botanica del Nordeste. Corrientes, Corrientes Province, Argentina

^{II}Instituto de Antropología de Córdoba. Córdoba, Córdoba Province, Argentina

Resumen: Los Sistemas Agroforestales Familiares (SAF) ofrecen múltiples beneficios para la familia. Sin embargo, la especificidad de las dinámicas espaciales y sociales que los sostienen están siendo impactadas por las presiones derivadas de los cambios socio-ambientales. Se realizó un estudio sobre la composición vegetal, utilidades y funcionamiento en los SAF, junto a la identificación de las presiones derivadas de cambios socio-ambientales en un sitio que forma parte del periurbano de la ciudad de Corrientes, Argentina. Se realizaron entrevistas semiestructuradas, junto con observación directa y visitas guiadas por los SAF. Los resultados demostraron una heterogeneidad vegetal, al igual que en el conjunto de prácticas de manejo, que responden a criterios de selección, preferencias y necesidades de los propietarios de los SAF. Se demostró que las presiones derivadas de los cambios socioambientales como la movilidad diaria hacia los centros urbanos, expansión urbana y la variabilidad climática creciente, afectan la sostenibilidad de los SAF estudiados. Se concluye que la capacidad de adaptación de los cuidadores de los SAF ante las nuevas condiciones es clave para su sostenimiento en el tiempo. Mientras que se reconoce que los SAF podrían comportarse como espacios cruciales de innovación, revalorización y adaptación ante las nuevas condiciones socioambientales.

Palabras-clave: Presiones socio-ambientales. Sistemas socio-ecológicos. Diversidad Biocultural. Urbanización. Nordeste Argentino.

Abstract: Family agroforestry systems (SAF) provide multiple benefits to households. However, the specificity of the spatial and social dynamics that sustain them are affected by pressures arising from socio-environmental changes. This study examined the plant composition, benefits and functioning of SAF, together with the identification of pressures derived from socio-environmental changes in a site that is part of the peri-urban area of the city of Corrientes, Argentina. Semi-structured interviews were conducted, together with direct observation and guided visits to the SAF. The results showed a heterogeneity in the plants, as well as in the set of management practices that reflect the selection criteria, preferences and needs of the SAF owners. The results shown that the pressures resulting from socio-environmental changes, such as daily mobility to urban centers, urban expansion and increasing climatic variability, affect the sustainability of the studied SAF. It is concluded that the adaptive capacity of SAF caregivers to the new conditions is key to their sustainability over time. In this sense, SAF may function as crucial spaces for innovation, revaluation and adaptation to changing socio-environmental conditions.

Keywords: Socio-environmental pressures. Socio-ecological systems. Biocultural Diversity. Urbanization. Northeastern Argentina.

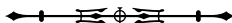
Pirondo, A., Elías, F. A. I., & Furlan, V. (2026). Cambios socio-ambientales y su influencia en el funcionamiento de los Sistemas Agroforestales Familiares: estudio de caso etnobotánico en el periurbano de Corrientes (Argentina). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250033. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0033>

Autor de correspondencia: Analia Pirondo. Instituto de Botanica del Nordeste. Sargento Juan Bautista Cabral, 2131. Corrientes, Corrientes Province, Argentina. CEP 3400 (analiapirondo@hotmail.com).

Recibido el 13/05/2025

Aprobado el 26/01/2026

Responsabilidad editorial: Márlia Coelho-Ferreira



INTRODUCCIÓN

Los Sistemas Agroforestales Familiares (SAF) se definen por comprender diferentes espacios que circundan a la vivienda, en donde sus habitantes mantienen una combinación de plantas con diferentes formas de vida tales como árboles, arbustos y herbáceas (Kumar & Nair, 2004, p. 136; Amaral & Guarim, 2008, p. 330; Kumar, 2021, p. 5). Estos sistemas ofrecen múltiples beneficios a la unidad doméstica, como el suministro de plantas útiles, la creación de espacios de socialización y la provisión de bienes y servicios ecosistémicos (Calvet-Mir et al., 2012, p. 154; Galhena et al., 2013, p. 2; Larios et al., 2013, p. 2; Woldeyes et al., 2016, p. 549).

También, los SAF se destacan por tener un rol fundamental en el mantenimiento de la diversidad biocultural local, ya que se comportan como sitios de experimentación en donde se establecen diferentes interacciones dinámicas entre las personas y las plantas (Almada & Souza, 2017, p. 19; Moreno-Calles et al., 2013, p. 376; Pochettino et al., 2014, p. 2), y por estar en permanente conexión con la biodiversidad circundante y la historia de ocupación local del territorio (Huai & Hamilton, 2009, p. 155; Peroni et al., 2016, p. 2). De este modo, las relaciones que las personas establecen en sus SAF, junto con los intercambios que se establecen con otros SAF vecinos a lo largo del tiempo, configuran un paisaje particular que es sostenido a partir de conocimientos ecológicos locales, y por los modos específicos de aproximación y apropiación del entorno, tal como lo sugieren Paulus y Schlindwein (2001, p. 48) y Toledo y Barrera Bassols (2008, p. 70).

A nivel mundial se han realizado investigaciones que abordan el estudio de los SAF desde una perspectiva etnobotánica, y que focalizan en diferentes aspectos como la diversidad de plantas, sus utilidades, formas de manejo, saberes asociados, entre otros. Ejemplos de estos estudios son los realizados en México (Blanckaert et al., 2004, p. 42; Larios et al., 2013, p. 3; Casas et al., 2014, p. 37), Brasil (Albuquerque et al., 2005, p. 493; Peroni et al., 2016, p. 3), Benin (Gbedomon et al., 2017, p. 3307) e Indonesia (Sihalahi & Nisyawati, 2018, p. 230).

Desde la misma perspectiva en Argentina, también se vienen desarrollando investigaciones que incluyen a los distintos espacios contenidos dentro de los SAF. Hurrell et al. (2011, p. 214) ha caracterizado los huertos periurbanos de la región rioplatense (Buenos Aires), destacando su composición florística, usos y destino de la producción, así como el carácter adaptativo de las prácticas hortícolas y los saberes tradicionales que las sustentan. Pochettino et al. (2012, p. 106) ha analizado y comparado los conocimientos botánicos que orientan el manejo de huertos familiares en áreas rurales del NOA, y en áreas periurbanas del Río de la Plata, interpretándolos como respuestas adaptativas basadas en la experiencia local con el ambiente. Lambaré y Pochettino (2012, p. 176) han estudiado los huertos familiares de una comunidad del Noroeste Argentino, enfocándose en la diversidad de variedades locales de duraznos (*Prunus persica*), junto con las prácticas de manejo y los saberes locales que sostienen su conservación. Furlan et al. (2015, p. 69) ha trabajado examinando el diseño y manejo de los SAF en Misiones, de acuerdo a la selección de las estrategias productivas que utilizan los agricultores, y como estas modelan los paisajes. Más recientemente, Furlan y Garramuño (2022, p. 5) han estudiado la contribución nutricional que hacen las mujeres al cultivar en sus jardines domésticos especies alimenticias y medicinales que aportan a la seguridad y soberanía alimentaria local y que contribuyen a la conservación biocultural. Mientras que Kujawska y Jiménez-Escobar (2023, p. 2) concluyen que los jardines domésticos son espacios vivos donde se transmite el conocimiento entre generaciones y se entrelazan la diversidad biológica y cultural, expresando parte de la identidad de los saberes medicinales de poblaciones migrantes.

Actualmente, ante la crisis socioambiental mundial las investigaciones se enfocan en estudiar cómo el avance de la urbanización, la migración, el impacto de fenómenos meteorológicos exacerbados por la crisis climática, entre otros, afectan los enclaves locales (Vandebroek & Balick,

2012, p. 1; Flores, 2015, p. 10; Dehaan et al., 2020, p. 2; Ladio et al., 2023, p. 2; Albuquerque et al., 2023, p. 2). Esto se debe a que estos cambios socioambientales generan nuevas condiciones que modifican tanto el ambiente como los modos de vida de las personas, que en muchos casos debilitan la especificidad de las dinámicas espaciales y sociales y que impactan en la funcionalidad de los SAF (Kumar & Nair, 2006, p. 8; Nair, 2006, p. 366).

Siguiendo esta idea, este estudio se propuso comprender cómo los cambios socioambientales pueden afectar a los SAF mediante el análisis de un caso concreto, que ha cambiado de entorno rural a periurbano en los alrededores de Corrientes (López et al., 2014, p. 526). Este último entendido como un complejo territorial de transición entre áreas netamente urbanas y rurales, con límites dinámicos que dependen del ritmo de urbanización (Barsky, 2005, p. 1, 2010, p. 16).

Las preguntas que guiaron la investigación fueron: ¿Cómo se componen y funcionan los sistemas agroforestales (SAF) en el área de estudio? ¿Qué tipos de presiones socioambientales enfrentan? ¿De qué manera dichas presiones inciden en el sostenimiento y la continuidad de los SAF?

En función de ello, los objetivos específicos son: 1) indagar en la composición, utilidades y funcionamiento de los SAF; y 2) identificar los factores de cambio socioambiental percibidos localmente, así como su repercusión en el sostenimiento de los SAF.

CONTEXTO DE ESTUDIO

El Paraje Primer Ingenio Correntino se encuentra en el departamento de San Cosme, provincia de Corrientes, a 25 kilómetros de la ciudad de Corrientes Capital (Figura 1). Desde una perspectiva fitogeográfica, el Paraje está ubicado en el Distrito Chaqueño Húmedo, una región caracterizada por un mosaico de vegetación que incluye bosques de especies xerófitas y mesófitas, sabanas y selvas de albardón (Oyarzabal et al., 2018, p. 47).

Como su nombre lo indica, su origen se remonta a la instalación de un Ingenio Azucarero a mediados de siglo

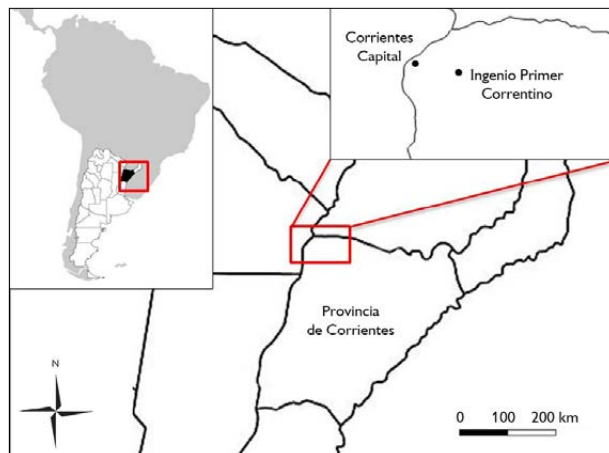


Figura 1. Ubicación del área de estudio Paraje Primer Ingenio Correntino (27° 25' 55" S, 58° 37' 28" O). Fuente: elaboración propia.

XIX que atrajo la concentración de familias para realizar diferentes trabajos relacionados con el cultivo de la caña de azúcar (*Saccharum officinarum* L.) (Barrios, 2016, p. 45). A inicios del siglo XX se produce el cese de la fábrica y muchos de los trabajadores migraron, mientras que otros se quedaron en el sitio trabajando inicialmente como jornaleros (trabajador rural contratado por día o jornada), y luego en localidades vecinas (Cocco, 2003, p. 13).

En la actualidad, el Paraje posee una población aproximada de 296 habitantes (INDEC, 2010) y cuenta con una infraestructura básica compuesta por una escuela primaria, un colegio secundario, un centro de salud, un destacamento policial, una plaza y una capilla católica. Por su proximidad a la ciudad de Corrientes, y como consecuencia de la expansión del ejido urbano de esta última, el Paraje comienza a integrarse a su área periurbana (López et al., 2018, p. 3). Al respecto la bibliografía señala que el gran Corrientes comienza a expandirse sobre áreas rurales que pertenecen al municipio de Santa Ana de los Guácaras, en respuesta a la gran oferta inmobiliaria (López et al., 2014, p. 526; López et al., 2018, p. 9).

Como consecuencia de la expansión de la ciudad, se establecen en el Paraje nuevos habitantes que difieren del habitante tradicional, ya que solo edifican sus viviendas y no desarrollan sus actividades ni se involucran en la

vida comunitaria del sitio (López et al., 2018, p. 10). Esta investigación se llevó a cabo con la población tradicional del Paraje, la cual sigue profundamente arraigada al territorio y hace uso de los servicios e infraestructuras locales para atender sus necesidades cotidianas.

Algunos de los habitantes siguen residiendo en las viviendas que fueron otorgadas por la fábrica a sus trabajadores en el pasado, mientras que otros han construido sus viviendas en terrenos que se ubican dentro del conglomerado que define el antiguo trazado del Paraje. Este entramado de viviendas, distribuidas en terrenos de diferentes tamaños, ha configurado un diseño espontáneo, donde las calles de arena delimitan de manera irregular en bloques de viviendas. En este contexto, se distinguen tres áreas principales que se pueden diferenciar según la época en que se construyeron las viviendas y el tamaño de los terrenos (Figura 2).

En cuanto a las actividades económicas, la mayoría de los habitantes realiza trabajos temporarios como albañilería, mantenimiento de jardines, atención al público, servicio doméstico y de cuidados, entre otros, en las localidades vecinas como Santa Ana y Corrientes, en combinación con otras tareas dentro del Paraje. Entre éstas últimas actividades productivas y de esparcimiento se destacan aquellas vinculadas al mantenimiento y cuidado de los SAF, prácticas aportan al sustento de las familias y que constituyen un componente central de la identidad local y la vida comunitaria (Elías, 2021, p. 26; López et al., 2014, pp. 526, 528). No obstante, en las últimos tres décadas, estas dinámicas locales comienzan a verse afectadas por transformaciones más amplias derivadas de cambios socioambientales globales (Steffen et al., 2005, p. 30, 2015, p. 2). Ejemplo de ello es la pérdida de remanentes de bosque en el sitio (Elías, 2021, p. 21), creciente tendencia de la población rural a desplazarse



Figura 2. Principales áreas identificadas en el paraje: A) incluye a las tres calles principales, y es donde se ubican las viviendas más antiguas construidas para ser habitadas por los trabajadores de la antigua fábrica, cuyos terrenos tienen un tamaño promedio de 100 m²; B) incluye las viviendas aledañas al área anterior que fueron construidas luego del cierre de la fábrica, situadas en terrenos con un tamaño promedio de aproximadamente 300 m²; C) incluye las viviendas más recientes en terrenos con una extensión de aproximadamente 25 m², las cuales limitan con los principales remanentes de bosque del paraje. Fuente: elaboración propia a partir de Elías (2021).

diariamente, o bien migrar, hacia los centros urbanos en busca de empleo (López et al., 2018, p. 4), entre otras.

METODOLOGÍA

El trabajo de campo se realizó durante los meses de junio a octubre del año 2023. En el mismo, se llevaron adelante 3 técnicas propuestas en diferentes manuales etnobotánicos como son la observación directa, las visitas guiadas por los SAF, y entrevistas semi-estructuradas (Cotton, 1996, p. 91; Cunningham, 2001, p. 12; Albuquerque et al., 2019, p. 6). Para ello se obtuvo el consentimiento informado de las personas participantes de manera oral a partir de una breve exposición de los objetivos, y además se acordó con los participantes diversos ítems del consentimiento, como es la colección de las plantas, la toma de imágenes fotográficas, su participación en las entrevistas y grabación, anonimización de los datos, entre otros (ISE, 2006).

Se realizó una selección de las personas participantes residentes en los SAF, priorizando a quienes asumen la mayor responsabilidad en el cuidado y mantenimiento de estos sistemas, motivo por el cual se utiliza el término de 'cuidadores de los SAF'. En total se llevaron adelante 14 entrevistas semi-estructuradas, de las cuales 11 fueron respondidas por mujeres y 3 por hombres, de acuerdo con el género autopercebido. La franja etaria comprendió a personas entre los 30 a 70 años de edad. La técnica de muestreo fue no-probabilística y la selección de personas se realizó mediante la técnica de bola de nieve (Albuquerque et al., 2019, p. 179).

La observación directa en los SAF consistió en observar las distintas tareas de cuidado de las plantas, y la forma de vincularse con éstas y vecinos. Además, se realizó un recorrido guiado por los SAF, momento en que se recolectaron ejemplares de las especies vegetales testigo, junto con la compilación de información sobre sus denominaciones locales, usos, lugar de donde procede, entre otros aspectos relevantes que incluyeron características morfológicas distintivas, ubicación en el predio doméstico, formas de manejo, etc.

Al mismo tiempo, se elaboraron croquis de los SAF y se tomaron fotografías que documentan tanto las plantas como su disposición espacial.

Los ejemplares recolectados fueron identificados y depositados en el herbario del Instituto de Botánica de Nordeste (CTES). La determinación botánica se realizó con bibliografía especializada, y a partir de comparaciones con material de referencia del herbario del CTES. La determinación del origen biogeográfico se realizó de acuerdo a la Base de datos online de la Flora del Cono Sur (Zuloaga et al., 2009). Para la actualización nomenclatural se empleó la base de datos online International Plant Names (IPNI, 2025).

ANÁLISIS DE DATOS

A partir de la información recolectada, se realizaron matrices de datos en Excel para la sistematización de las especies vegetales. Esta información se analizó cualitativamente respecto a datos como el status botánico de las especies, agrupamiento en categorías de uso y categorías de manejo, adaptadas de Pirondo (2016, p. 25) y de Furlan et al. (2017, p. 4), respectivamente. Para el análisis cuantitativo de la información se realizaron cuantificaciones de frecuencia simple por categoría y análisis de riqueza y composición de las especies.

Asimismo, se codificaron las entrevistas de siguiendo un esquema de ejes temáticos y se complementaron con información recolectada en un diario de campo etnográfico. El análisis de los datos de las entrevistas y de la observación directa se organizó en fichas temáticas, se realizó un análisis de tipo inductivo.

RESULTADOS

COMPOSICIÓN, UTILIDADES Y FUNCIONAMIENTO DE LOS SAF

Se identificaron tres tipos de SAF según sus dimensiones y su ubicación dentro de tres áreas del Paraje, que se corresponde con la historia de ocupación de lugar como se describió

en el contexto de estudio (Figura 3). La composición de especies fue variando en cada vivienda, ya que su selección responde principalmente a tres criterios: a) los beneficios que se obtiene de cada planta; b) las formas de adquisición y, c) los cuidados requeridos para cada una de ellas.

La composición total del sitio, consistió de 98 especies, de las cuales 61% son exóticas y 39% nativas,

pertenecientes a 85 géneros y 49 familias botánicas. Las familias con mayor número de especies fueron: Rutaceae, Fabaceae, Euphorbiaceae, Verbenaceae y Lamiaceae (Tabla 1). Las utilidades de las plantas se agruparon en las siguientes categorías de uso: ornamental, alimenticia, medicinal, sombra, repelente, protectora y cerco (Figura 4).

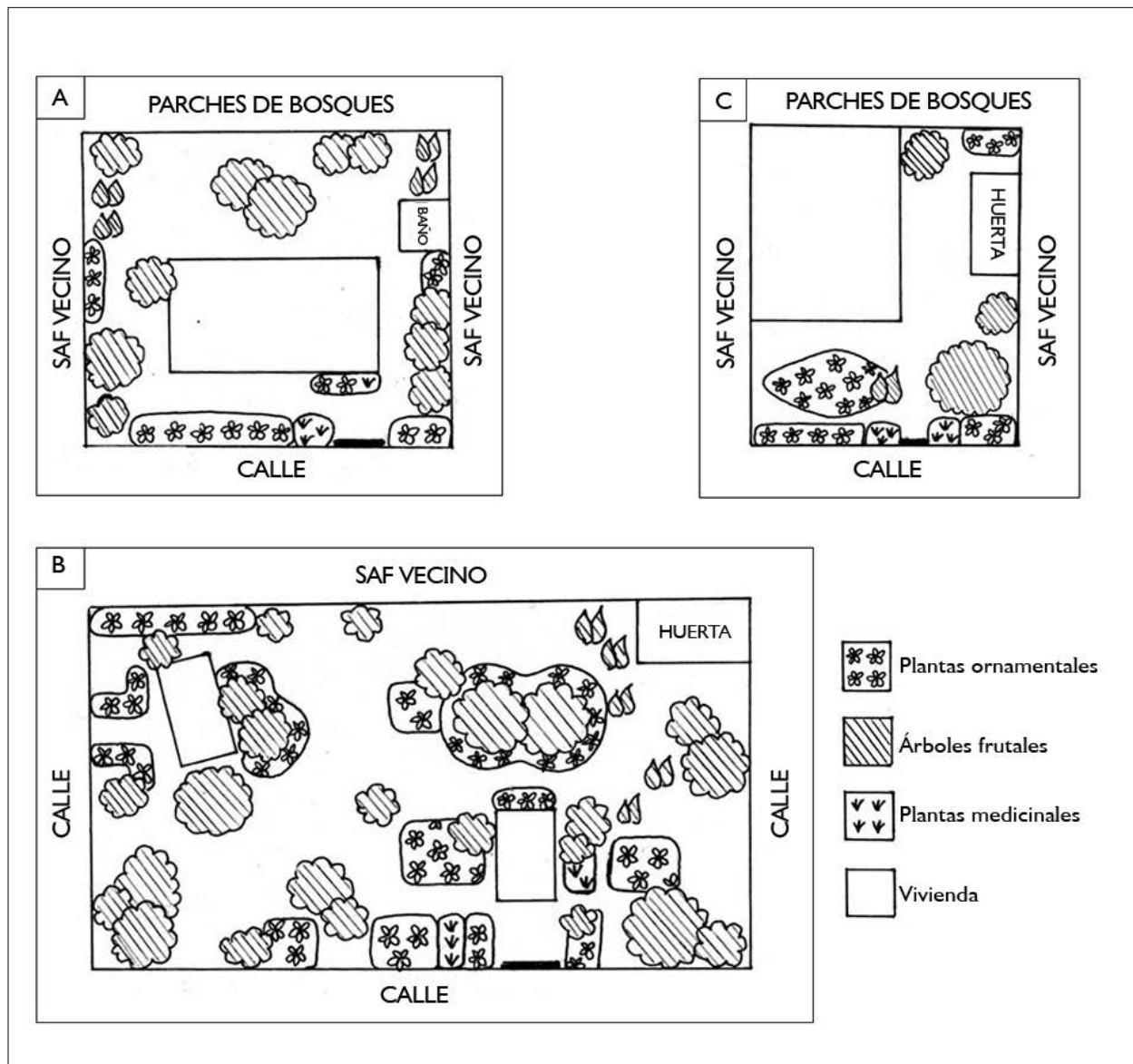


Figura 3. Croquis mostrando el diseño y la composición de diferentes SAF estudiados según el área del paraje en que se ubican (A, B, C). Fuente: elaboración propia.

Tabla 1. Listado de las plantas registradas en los SAF. Se presenta la familia botánica, el nombre científico, el nombre común, la categoría de uso (O = ornamental, A = alimenticia, M = medicinal, S = sombra, Re = repelente, P = protectora, Ce = cerco vivo) y el origen biogeográfico (N = nativa, E = exótica). (Continúa)

Familia botánica	Nombre científico	Nombre común	Categoría de Uso	Origen Biogeográfico
Acanthaceae	<i>Pachystachys lutea</i> Nees	Coralito amarillo	O	E
	<i>Thunbergia erecta</i> (Benth.) T.Anderson	Campanita	O	E
Amaranthaceae	<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze	Penicilina	M	N
Amaryllidaceae	<i>Allium fistulosum</i> L.	Cebollita	A	E
		Cebollita de verdeo		
	<i>Hippeastrum</i> sp.	Lirio	O	N
	<i>Urceolina amazonica</i> (Linden ex Planch.) Christenh. & Byng	Lirio blanco	O	E
Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i> L.	Mango	A y S	E
Apiaceae	<i>Anethum graveolens</i> L.	Eneldo	M	E
	<i>Pimpinella anisum</i> L.	Anís	M y Re	E
Araceae	<i>Caladium bicolor</i> (Aiton) Vent.	Corazón herido	O	N
	<i>Syngonium podophyllum</i> Schott	Punta de flecha	O	E
	<i>Zantedeschia aethiopica</i> (L.) Spreng.	Cala	O	E
Araliaceae	<i>Hydrocotyle</i> sp.	Camalotito	O	N
Arecaceae	<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. ex Mart.	Coco	A	N
		Coquito		
	<i>Caryota urens</i> L.	Palmera de cola de pescado	O	E
Aristolochiaceae	<i>Aristolochia</i> sp.	Ysipó	O	N
Asparagaceae	<i>Cordylina</i> sp.	Hoja de visto violeta	O	N
	<i>Dracaena fragrans</i> (L.) Ker Gawl.	Palo de agua	O	E
	<i>Dracaena trifasciata</i> (Prain) Mabb.	Espada de San Jorge	P	E
		Cola de Tigre		
Asphodelaceae	<i>Aloe maculata</i> All.	Aloe	M	E
Asteraceae	<i>Artemisia absinthium</i> L.	Ajenjo	M	E
	<i>Dahlia</i> sp.	Dalia	O	E
	<i>Euryops</i> sp.	Margarita	O	E
	<i>Pluchea sagittalis</i> (Lam.) Cabrera	Yerba lucero	M y Re	N
Balsaminaceae	<i>Impatiens walleriana</i> Hook. f.	Alegría del hogar	O	E
Begoniaceae	<i>Begonia</i> sp.	Begonia rosa	O	N
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> (Vell.) Mattos	Lapacho	O y S	N
	<i>Spathodea campanulata</i> P.Beauv.	Tulipanero	O	E
Boraginaceae	<i>Borago officinalis</i> L.	Borrajá	M	E
	<i>Varronia curassavica</i> Jacq.	María negra	M	N

Tabla 1.

(Continúa)

Familia botánica	Nombre científico	Nombre común	Categoría de Uso	Origen Biogeográfico
Brassicaceae	<i>Lepidium</i> sp.	Rompepiedra	M	N
Cactaceae	<i>Epiphyllum phyllanthus</i> (L.) Haw.	Cactus de flor roja	O	N
	<i>Schlumbergera truncata</i> (Haw.) Moran	Santa Teresita	O	E
Commelinaceae	<i>Tradescantia zebrina</i> Bosse	Amor de hombre	O	E
Crassulaceae	<i>Kalanchoe</i> sp.	Kalanchoe rojo	O	E
		Kalanchoe		
Cucurbitaceae	<i>Cucurbita maxima</i> Duchesne	Zapallo	A	N
Cyperaceae	<i>Cyperus</i> sp.	Papiro	O	N
Ericaceae	<i>Rhododendron</i> sp.	Azalea	O	E
		Azalea rosa		
		Azalea blanca		
Euphorbiaceae	<i>Codiaeum variegatum</i> (L.) Rumph. ex A.Juss.	Croto	O	E
	<i>Euphorbia milii</i> Des Moul.	Corona de Cristo	O	E
	<i>Euphorbia pulcherrima</i> Willd. ex Klotzsch	Estrella federal roja	O	E
	<i>Euphorbia tithymaloides</i> L.	Hoja de visto	O	E
Fabaceae	<i>Delonix regia</i> (Bojer ex Hook.) Raf.	Chivato	O y S	E
	<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong	Timbó	O y S	N
	<i>Erythrina americana</i> Mill.	Colorín	O	E
	<i>Erythrina crista-galli</i> L. var. <i>crista-galli</i>	Ceibo	O	N
	<i>Gleditsia amorphoides</i> (Griseb.) Taub. var. <i>amorphoides</i>	Espina corona	O	N
	<i>Senegalia bonariensis</i> (Gillies ex Hook. & Arn.) Seigler & Ebinger	Yuquerí	O	N
	<i>Vachellia caven</i> (Molina) Seigler & Ebinger	Espinillo	O	N
Geraniaceae	<i>Geranium</i> sp.	Geranio	O	N
Hydrangeaceae	<i>Hydrangea</i> sp.	Hortensia	O	N
Iridaceae	<i>Trimezia candida</i> (Hassl.) Ravenna	Falsa orquídea	O	N
		Iris		
Lamiaceae	<i>Coleus barbatus</i> (Andrews) Benth. ex G.Don	Boldo	M	E
	<i>Mentha × rotundifolia</i> (L.) Huds.	Yerba buena	M y Re	E
	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Albahaca	A	E
	<i>Salvia splendens</i> Sellow ex Nees	Salvia	O	E
Lauraceae	<i>Persea americana</i> Mill.	Palta	A	E
Malvaceae	<i>Hibiscus × rosa-sinensis</i> L.	Rosa china	O	E

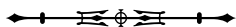


Tabla 1.

(Continúa)

Familia botánica	Nombre científico	Nombre común	Categoría de Uso	Origen Biogeográfico
Moraceae	<i>Ficus</i> sp.	Ficus	O	N
	<i>Morus alba</i> L.	Mora	A y S	E
		Mora negra		
Musaceae	<i>Musa × paradisiaca</i> L.	Banana brasileira	A	E
		Platano		
Myrtaceae	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Ñangapiry	A	N
	<i>Psidium guajava</i> L.	Guayaba	A y S	N
		Guayaba blanca		
Nyctaginaceae	<i>Bougainvillea glabra</i> Choisy	Santa Rita	O	E
		Santa Rita roja		
		Santa Rita violeta		
Oleaceae	<i>Fraxinus</i> sp.	Fresno	O y S	E
Orchidaceae	<i>Dendrobium nobile</i> Lindl.	Orquídea	O	E
	<i>Oeceoclades maculata</i> (Lindl.) Lindl.	Orquídea de tierra	O	E
Oxalidaceae	<i>Oxalis triangularis</i> A. St.-Hil.	Trébol violeta	O	N
	<i>Oxalis</i> sp.	Trébol	O	N
Passifloraceae	<i>Passiflora caerulea</i> L.	Maracuyá	A	N
Poaceae	<i>Bambusa</i> sp.	Takuara	Ce	E
	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	Cedrón	M	E
Polypodiaceae	<i>Platynerium bifurcatum</i> (Cav.) C.Ch.	Cuerno de ciervo	O	E
Pteridaceae	<i>Adiantum pseudotinctum</i> Hieron.	Culantrillo	M	N
	<i>Pteris</i> sp.	Helecho	O	N
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl.	Níspero	A	E
	<i>Prunus persica</i> (L.) Batsch	Durazno blanco	A	E
		Durazno amarillo		
	<i>Rosa chinensis</i> Jacq.	Rosa roja	O	E
	<i>Rosa</i> sp.	Rosita blanca	O	E
Rubiaceae	<i>Ixora coccinea</i> L.	Ixora	O	E
Rutaceae	<i>Citrus</i> sp.	Naranja ombligo	A	E
		Naranja injertada		
	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	Mandarina bergamota	A	E
		Mandarina criolla		
		Mandarina injertada		
	<i>Citrus × aurantium</i> L. cv. 'Común'	Naranja dulce	A	E
	<i>Citrus × aurantium</i> L. cv. 'Duncan'	Pomelo blanco	A	E
		Pomelo rosado		



Tabla 1. (Conclusion)

Familia botánica	Nombre científico	Nombre común	Categoría de Uso	Origen Biogeográfico
Rutaceae	<i>Citrus</i> sp.	Limón arrugado	A	E
	<i>Citrus × limon</i> (L.) Osbeck	Limón	A y S	E
	<i>Citrus × taitensis</i> Risso	Limón mandarina	A	E
	<i>Murraya paniculata</i> (L.) Jack	Mirto	O	E
	<i>Ruta chalepensis</i> L.	Ruda	M, P y Re	E
Sapindaceae	<i>Allophylus edulis</i> (A.St.-Hil., A.Juss. & Cambess.) Hieron. ex Niederl.	Cocú	M	N
Solanaceae	<i>Brunfelsia australis</i> Benth.	Jazmín paraguayo	O	N
	<i>Capsicum</i> sp.	Morroncito	A	N
	<i>Solanum lycopersicum</i> L.	Tomate	A	E
		Tomatito cherry		
		Tomate ciruela		
Urticaceae	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	Ambay	O	N
Verbenaceae	<i>Aloysia polystachya</i> (Griseb.) Moldenke	Burrito	M	N
	<i>Aloysia virgata</i> (Ruiz & Pav.) Pers.	Niño rupa	M	N
	<i>Duranta erecta</i> L.	Duranta	Ce	E
	<i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E.Br. ex Britton & P.Wilson	Salvia	M	N

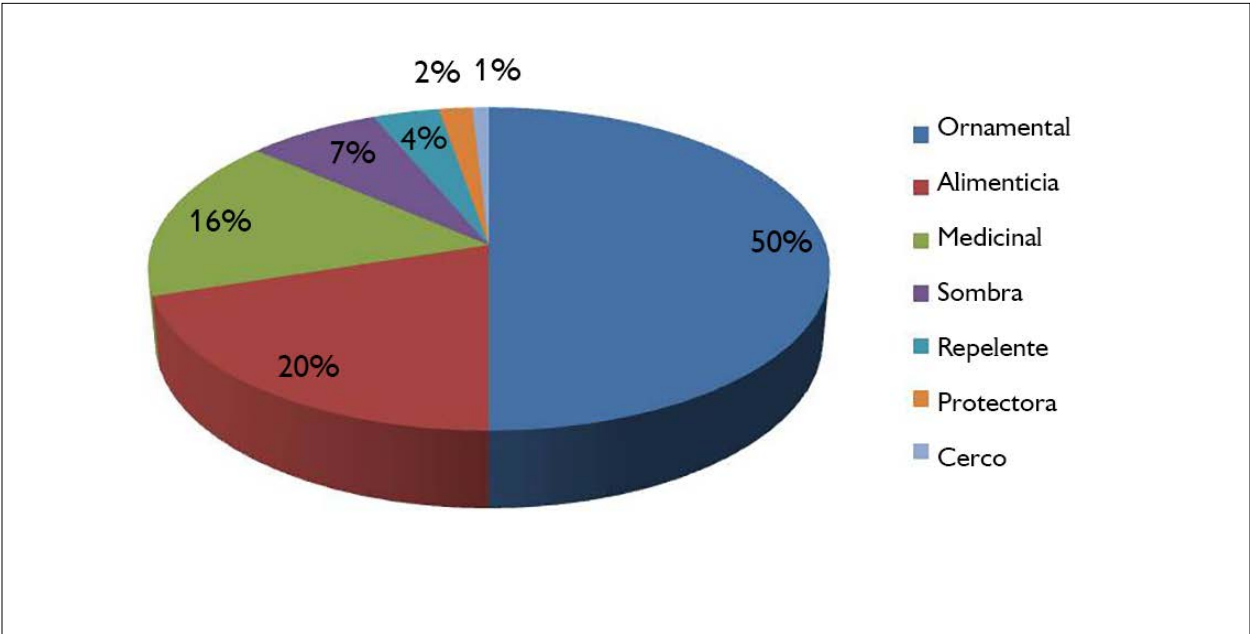


Figura 4. Categorías de uso registradas para las plantas presentes en los SAF del Ingenio Primer Correntino. Fuente: elaboración propia a partir de Elías (2021).

Las familias Rutceae y Fabaceae se distinguen por ofrecer recursos apreciados por los habitantes durante la época estival. Las Rutáceas aportan gran variedad de cítricos, tales como *Citrus reticulata* y *Citrus x limon*, mientras que las Fabáceas presentan árboles añosos con gran porte como *Delonix regia* y *Enterolobium contortisiliquum* que ofrecen mayormente sombra y cobijo a las viviendas. Por otro lado, la familia Fabaceae además de ofrecer árboles valorados por su cualidad de brindar sombra, también es apreciada por presentar árboles decorativos en estos sistemas. Los mismo ocurre con las Euforbiáceas que incluyen especies con hojas llamativas y coloración peculiar, que adornan los jardines durante gran parte del año. Este valor estético de las plantas es una tendencia que se observa reiteradamente en los jardines, y que se conjuga con la vida comunitaria y las actividades de ocio y recreación compartidas. Por último, las Lamiáceas y las Verbenáceas reúnen muchas de las plantas medicinales que tienen un crecimiento espontáneo como por ejemplo *Coleus barbatus* y *Lippia alba*. Estas especies son consideradas un bien para las familias, y son conservadas por esta razón.

Con las plantas ornamentales los cuidadores se sienten más familiarizados. Por ello, su mantenimiento se convierte en una actividad principal, además de contribuir a crear un entorno agradable para el esparcimiento. Estas plantas valoradas por su función estética, se destacaron por ofrecer un atractivo temporal durante la época floración y en algunos casos por tener hojas decorativas, como por ejemplo *Dendrobium nobile*, *Rosa* sp., *Hippeastrum* sp., *Zantedeschia aethiopica*, entre otras.

En cuanto a las plantas alimenticias, se observó que en su mayoría se trata de árboles añosos ya establecidos en los SAF por generaciones anteriores. En esta categoría predominaron los árboles frutales como, *Citrus reticulata*, *Psidium guajava*, *Mangifera indica*, *Morus nigra*, *Citrus x aurantium* y *Citrus x limon*. Las preferencias se basaron en el sabor y aroma de los frutos frescos, ya que su consumo es mayoritariamente directo. Aunque, también se suelen consumir los frutos en elaboraciones caseras como

mermeladas, dulces y compotas. Se observó que este hábito está más arraigado en los adultos de las familias, mientras que los niños sólo consumen aquellos frutos con un característico sabor dulce, como *Eugenia uniflora*, *Musa x paradisiaca* y *Acrocomia aculeata*. Además, los cuidadores mencionaron que este consumo entre los niños actualmente está disminuyendo por el reemplazo de alimentos ultra procesados con gran cantidad de azúcar añadido.

Las plantas medicinales, incluyeron las plantas que crecen de forma espontánea en los SAF o bien aquellas son cultivadas en macetas o botellas. Las mismas forman parte de la medicina casera, y son una estrategia de reservas de remedios o 'botiquín natural', que complementan sin reemplazar las medicinas oficiales. Ejemplo de ellas es *Anethum graveolens*, empleado en infusiones como el mate para aliviar molestias estomacales, y *Aloe maculata*, utilizado en el tratamiento de afecciones cutáneas mediante la aplicación directa del mucílago de sus hojas en la zona afectada.

En menor medida se distinguieron otras plantas útiles ubicadas dentro de otras categorías como: a) repelente, para designar aquellas plantas aromáticas con la capacidad de eliminar o espantar insectos considerados como 'plagas', b) protectoras, aquellas plantas que protegen al hogar y sus habitantes contra males de origen cultural, y c) cercos, para aquellas plantas que forman el perímetro externo de los SAF y complementan las cercas elaboradas de materiales convencionales.

Se registraron diversas prácticas de manejo implementadas por los cuidadores en los SAF (Figura 5). Entre las más utilizadas se distinguió la práctica de sembrar (52%) y la reproducción vegetativa de las especies, a través del uso de esquejes llamados localmente como 'gajos o gajitos' (22%). La obtención de las semillas y los 'gajos' surge principalmente del intercambio y el regalo entre vecinos y familiares, aunque en ocasiones también surge de la recolección en baldíos, calles y remanentes de bosque accesibles. La compra de semillas es poco frecuente y, cuando ocurre, se realiza en centros urbanos cercanos.

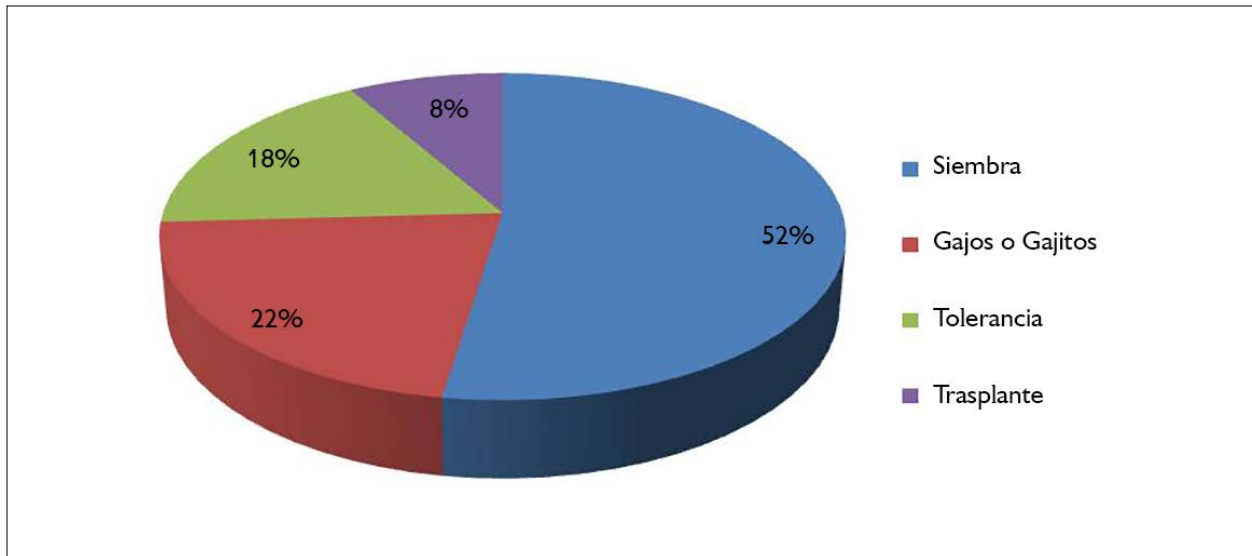


Figura 5. Prácticas de manejo realizadas en los SAF del Ingenio Primer Correntino. Fuente: elaboración propia.

Otra de las prácticas de manejo identificadas es la tolerancia (18%) hacia plantas de crecimiento espontáneo, que requieren de cuidados mínimos, y que se conservan principalmente por su valor medicinal. Por último, se registró la práctica del trasplante de especies (8%), ya sea desde los SAF de vecinos, remanentes de bosques cercanos o mediante el rescate o 'adopción' de plantas en mal estado halladas en los bordes de caminos u otros espacios, y que requieren de una persona cuidadora que le dedique especial atención para su sobrevivencia.

Asimismo, se reconocieron otras actividades relacionadas con prácticas de manejo que tienen que ver con los cuidados cotidianos, que favorecen el mantenimiento y la diversificación de las especies vegetales en los SAF. Entre ellas se destacaron: riego, poda, uso de guías o soportes, remoción de la tierra y plantas invasoras, ausencia de pesticidas de origen comercial, y la estrategia de utilizar 'abono del monte'. Esta última consiste en la extracción de tierra desde los parches de bosques lindantes a los SAF, que contiene abundante materia orgánica, entre otras condiciones favorables, que le otorgan gran eficacia para abonar la tierra en los SAF.

Por último, se observó que estas prácticas de manejo se benefician en su conjunto a partir de diferentes interacciones e intercambios que se generan entre los SAF vecinos y los remanentes de bosques cercanos. Ejemplo de ellos es la recolección de frutos comestibles y la dispersión de sus semillas, ya sea por parte de los lugareños o por la circulación de fauna como aves, monos, caballos, que se desplazan entre ambos espacios. De estas interacciones surgen muchas de las plantas identificadas localmente como aquellas 'que salen solas o son del monte', como en el caso de *Anethum graveolens*, *Varronia curassavica* y *Aloysia virgata*.

De manera transversal a todas estas prácticas observadas, se destacó la importancia de la transmisión de conocimientos que se comparten de manera oral entre vecinos y familiares. Sin embargo, muchos de estos saberes que provienen de generaciones anteriores se combinan con nuevos conocimientos que los cuidadores adquieren durante sus desplazamientos a los centros urbanos, así como también de información procedente de fuentes escritas y/o audiovisuales como las provistas por acceso a Internet, redes sociales y otros medios de comunicación como radio y televisión, que impulsan innovaciones en el manejo de los SAF.

REPERCUSIONES DE LOS CAMBIOS SOCIO-AMBIENTALES EN EL SOSTENIMIENTO DE LOS SAF

Uno de los principales factores identificados de cambio socioambiental en el sitio, es la necesidad de desplazamiento diario hacia los centros urbanos en busca de oportunidades laborales de diferente índole. Esta movilidad diaria reduce el tiempo y las posibilidades de atender, conocer y comprender el funcionamiento de los SAF. De la misma manera se ve afectada la transmisión de conocimientos, al disminuir el tiempo para compartir e intercambiar saberes en la práctica cotidiana. Algunas personas entrevistadas mencionaron el abandono de las prácticas de manejo tradicionales en los SAF por este motivo.

No obstante, también se reconoció que el desplazamiento diario a la ciudad, expandió las redes de intercambio de material vegetal y de información asociada, más allá del núcleo familiar y vecinos. Esta nueva dinámica ha generado innovaciones que los cuidadores ven como positivas, ejemplo de ello es la introducción de plantas exóticas que tienen rápido crecimiento y son de fácil mantenimiento, en contraste con el uso de plantas locales que tienen otros ritmos o requieren de mayores cuidados.

Otro de los factores identificados, se relaciona con la expansión urbana y la consecuente transformación del sitio rural. Este fenómeno modifica el entorno e interrumpe los modos de vida propios de la ruralidad como consecuencia del avance de la construcción de viviendas y aumento de la proporción de suelo cimentado. Ejemplo de ello es la recurrente pérdida de acceso a los remanentes de bosques, o bien la fragmentación de los mismos que afecta la recolección de especies espontáneas, así como su intercambio, búsqueda de tierra para abono, entre otros.

Otra presión identificada por la población local se relaciona con la alteración de los patrones de lluvia, y la recurrencia de eventos extremos (como sequías o inundaciones) que afectan directamente las prácticas de manejo tradicionales de los SAF, llegando a modificar o bien inutilizan los calendarios estacionales locales usados

históricamente. Por ello, los cuidadores indicaron que mantienen cierta flexibilidad entre sus prácticas de manejo, como es la modificación de la frecuencia de poda o riego, la alternancia de sitios de extracción de abono de monte, búsqueda de especies de crecimiento rápido, entre otras, que les permite reacomodar o regenerarse ante ciertas eventualidades.

Ante dicha variabilidad climática, los cuidadores mencionaron que algunas especies pueden adaptarse, pero muchas otras no pueden hacerlo suficientemente rápido, lo que resulta en la pérdida de especies locales. En estos casos los cuidadores de los SAF mencionaron que optan por la búsqueda de especies que no son propias del sitio, las cuales toleran una amplia gama de condiciones.

En este sentido, se observó de forma recurrente la incorporación de plantas que pueden prosperar en las 'nuevas' condiciones climáticas, que lleva a los cuidadores a diversificar y ajustar sus prácticas de manejo de sus SAF, buscando minimizar el impacto adverso ante este tipo de perturbaciones.

DISCUSIÓN

COMPOSICIÓN, USOS Y SOSTENIMIENTO DEL SAF

La composición de plantas hallada en los SAF, responde mayoritariamente a criterios de selección que son definidos por las preferencias y necesidades de las familias, coincidiendo con lo que se ha visto a nivel nacional (Hurrell et al., 2011, p. 214; Pochettino et al., 2014, p. 11) e internacional (Kumar & Nahir, 2004, p. 138).

La presencia de un mayor número de plantas exóticas en relación con las nativas, es una tendencia que concuerda con otros estudios (Caballero-Serrano et al., 2016, p. 124; Furlan, 2017, pp. 125, 128; Taylor et al., 2017, p. 70). Autores como Poot-Pool et al. (2015, p. 215) y Gbedomon et al. (2017, p. 3323) proponen que este patrón podría explicarse como un proceso de diversificación frecuente en áreas semi rurales y periurbanas. Al respecto, Niinemets

y Pañuelas (2008, p. 60) plantearon que dicho proceso aumenta la biodiversidad en las ciudades en respuesta a un mayor flujo de plantas exóticas. Gbedomon et al. (2017, p. 3323) sugiere además que, debido a este predominio de plantas exóticas, los SAF constituyen mejores espacios de conservación a nivel regional que a nivel local. Por su parte, autores como Albuquerque (2006, p. 2), Alencar et al. (2010, p. 68) y, más recientemente, Kujawska y Jiménez-Escobar (2023, p. 11), plantean que las especies exóticas se incorporan a las farmacopeas tradicionales para cubrir vacíos terapéuticos no atendidos por especies nativas, diversificando así el repertorio local de especies útiles. Sería interesante indagar a futuro acerca de las razones subyacentes sobre la composición mayoritaria de especies exóticas, y en particular, profundizar si ésta es parte de una respuesta o estrategia mayor para enfrentar la incertidumbre que generan los eventos climáticos extremos, tal como expresan Rangel-Landa et al. (2017, p. 40) para un estudio realizado en los SAF de México.

En relación a las utilidades atribuidas a las plantas se observó que, el orden de importancia local de las categorías de uso identificadas coincide con los resultados de investigaciones realizadas en México, país referente para estudios sobre SAF a nivel mundial (Blanckaert et al., 2004, p. 39; Larios et al., 2013, p. 2; Ortiz-Sánchez et al., 2015, p. 791). Asimismo, se identificó la inclusión de algunas especies vegetales en más de una categoría de uso, lo que podría indicar una mayor valoración local, como sugieren N'Woueni y Gaoue (2021, p. 6) para los SAF de Benin.

En cuanto a las plantas ornamentales, se observó una valoración relacionada con su función de ofrecer sombra y resguardo durante las altas temperaturas estivales, al igual que lo mencionado en un estudio realizado en un ambiente rural de la provincia de Corrientes (Pirondo, 2016, p. 47). Esta mención permite interpretarlas como refugios climáticos a pequeña escala, entendidos como espacios capaces de proporcionar confort térmico para las altas temperaturas (Maia et al., 2023, p. 40). Esto último, es consistente con las costumbres que son propias de

la ruralidad del área, como el compartir actividades de recreación o momentos de esparcimiento entre vecinos y parientes bajo la sombra en sus jardines en la época estival, y que contrastan con las dinámicas de la vida en contextos urbanos (Nair, 2006, p. 366; Almada, 2023, p. 259).

En cuanto a las plantas alimenticias se observó una similitud a lo hallado para los SAF urbanos y periurbanos de Latinoamérica donde abundan las especies frutales (Semedo & Barbosa, 2007, p. 497; Pulido et al., 2008, p. 10; Akinnifesi et al., 2010, p. 139; Furlan et al., 2017, p. 8). En el sitio estudiado, esta característica podría relacionarse con la baja disponibilidad de frutas en los mercados locales, tal como lo señala Mereles Romero (2019, p. 39), y porque las especies frutales contribuyen a diversificar y complementar la alimentación de las familias (Furlan & Garramuño, 2022, p. 2). Por otro lado, se observó entre los niños una preferencia por los frutos de sabor más dulce, como consecuencia de la incorporación de alimentos con altos contenidos de azúcares en su dieta. Esta tendencia coincide con lo señalado por Reyes-García et al. (2019, pp. 7-8), quienes advierten que, a medida que las áreas rurales se integran a la economía de mercado urbana, se produce un cambio en los hábitos alimentarios. Dicho proceso contribuye a la homogeneización de la dieta y a la pérdida progresiva de la soberanía y la seguridad alimentaria en el ámbito familiar (Páez, 2015, p. 4).

En referencia a las plantas medicinales, se observó que no todas se utilizan, algunas se preservan a modo de reserva y como elementos de intercambio, concordando con Almada (2011, p. 5) y Furlan et al. (2016, p. 1638) quienes mencionan que en contextos cambiantes y dinámicos como los del periurbano, estas estrategias ayudan a preservar la soberanía sanitaria de las comunidades.

Los resultados hallados sobre las prácticas de manejo, coinciden con los datos presentado por Furlan et al. (2017, p. 8) quienes afirman que la siembra y reproducción vegetativa se realizan mayormente en ambientes con alto grado de antropización. La realización de otras prácticas que implican la interacción con otros espacios como

remanentes de bosque, baldíos, entre otros, podrían comportarse como una estrategia fundamental para la pervivencia en el tiempo de los SAF tal como propone Stupino et al. (2014, p. 147). Conjuntamente, se reconoció la importancia que tienen la transmisión de conocimientos entre familiares y vecinos para el sostenimiento en el tiempo de los SAF, tal como es mencionado en estudios de otras regiones de nuestro de Argentina (Pochettino & Lema, 2008, p. 228; Gargoloff & Pochettino, 2020, p. 295).

Finalmente, se observó que espacios estudiados continúan generando condiciones de diversidad, conectividad, intercambio, cooperación, aprendizaje e innovación que le otorga resiliencia a los SAF del sitio de estudio, tal como plantea Biggs et al. (2012, p. 424).

FACTORES DE CAMBIO SOCIO-AMBIENTAL IDENTIFICADOS Y SU INFLUENCIA EN EL MANTENIMIENTO DEL SAF

Según los resultados, se pudieron identificar factores derivados de los cambios socio-ambientales que influyen sobre las dinámicas históricas que sostienen los SAF estudiados.

Uno de ellos se relaciona con movilidad diaria de la población hacia los centros urbanos, que altera el tiempo para atender los SAF y debilita los lazos entre éstos y sus cuidadores. Al mismo tiempo, disminuyen el tiempo para compartir conocimientos, lo que a futuro podría generar una brecha generacional donde las generaciones más jóvenes reduzcan sus conocimientos relacionados con el mantenimiento de las SAF (Caniago & Siebert, 1998, p. 3). Es por ello que este factor tal como proponen autores como Aswani et al. (2018, p. 11) hace más vulnerable el vínculo entre los sistemas y sus cuidadores. No obstante, estos conocimientos tradicionales al ser dinámicos (Berkes et al., 2000, p. 1252), y al estar expuesto a nuevas fuentes de información podrían conducir a la hibridación y a no perderse (M. Quinlan & R. Quinlan, 2008, p. 3). Esta idea podría estar relacionada con lo que proponen autores como Poot-Pool et al. (2015, p. 203),

Peroni et al. (2016, p. 2) y Almada (2023, p. 11) quienes plantean que el encuentro entre lo urbano y lo rural refuerza puede reforzar la diversidad biocultural. Asimismo, Pulido et al. (2008, p. 13) y Díaz-Reviriego et al. (2016, p. 1) advierten sobre la importancia de las redes de intercambio como factor principal en el mantenimiento de los SAF en Latinoamérica. Mientras que Vogl y Vogl Lukasser (2003, p. 363) y Nair (2006, p. 366) mencionan, que el creciente contacto y contraste con los centros urbanos contribuye a que se valoricen y reconozcan los beneficios del cuidado y mantenimiento de los SAF.

Otro factor identificado en el Paraje es el avance de la urbanización que propicia la fragmentación de paisaje, tendencia que ha sido reconocida para áreas periurbanas del Sur Global por Salem y Tsurusaki (2024, p. 2). Este crecimiento urbano impulsa la conversión del hábitat natural, la cual implica la pérdida de los remanentes de bosques en el sitio, degradando significativamente la biodiversidad (Foley et al., 2005, p. 8; Seto et al., 2012, p. 18). De esta manera, esta nueva configuración espacial podría comportarse como un desafío para los cuidadores, quienes al tener que optar por nuevas estrategias ante ambiente en continua transformación, generen una mayor resiliencia (Salas-Zapata et al., 2012, p. 4).

Por último, la variabilidad climática fue señalada de manera recurrente como un factor que altera las prácticas de manejo y genera nuevos desafíos para los cuidadores, quienes deben adaptarse a condiciones cada vez más inciertas (Thornton et al., 2014, p. 3014; Watts et al., 2022, p. 12).

En este sentido, y en consonancia con lo hallado por Tengö y Belfrage (2004, p. 17) es alentador que los cuidadores de los SAF reconozcan las nuevas condiciones climáticas que inciden en sus sistemas, llevándolos a responder y ajustar sus prácticas. Al respecto Teves y Doumecq (2024, p. 177) destacan que dicha capacidad para identificar e interpretar los cambios socioambientales, les permitiría generar estrategias locales para afrontar y mitigar dichos impactos.

CONCLUSIÓN

Se concluye que tanto la heterogeneidad observada en la composición vegetal como en las prácticas de manejo desarrolladas en los SAF responden a criterios de selección, preferencias y necesidades familiares. En este sentido, las capacidades y motivaciones de sus cuidadores resultan determinantes para asegurar la sostenibilidad de estos sistemas en el tiempo. No obstante, en un contexto donde los cambios socioambientales comienzan a redefinir las dinámicas locales, el funcionamiento de los SAF podría verse comprometido.

Entre las principales presiones identificadas localmente se destacaron, la necesidad de desplazamiento diario hacia los centros urbanos, la disminución del tiempo disponible compartido para la transmisión oral de conocimientos, la incorporación de nuevas especies con mayor capacidad de adaptación cuya versatilidad las hace más resistentes ante la incertidumbre climática, la alteración de los calendarios estacionales, la disminución de oportunidades de aprovechamiento de las áreas de monte colindantes y la tendencia hacia el reemplazo de frutas por alimentos con altos contenido de azúcares en la dieta por parte de las niñas.

Sin embargo, ante lo expuesto, se observó de forma alentadora el desarrollo de nuevas estrategias de adaptación por parte de la población local que sostiene a los sistemas en la actualidad. Por ello resulta clave, para el mantenimiento de los SAF a futuro, la capacidad de sus cuidadores para ajustar criterios y prácticas, así como también el reconocimiento del valor que tienen los SAF en sus vidas, en un escenario donde la interacción entre lo rural y lo urbano redefine las motivaciones y aspiraciones de las familias.

En este sentido, también se concluye que éstos SAF ubicados en territorios condiciones transicionales, podrían comportarse como espacios cruciales de innovación, revalorización y adaptación de saberes y prácticas locales ante las nuevas condiciones socioambientales. De esta manera, estos SAF no solo contribuirían a la sostenibilidad del entorno inmediato, y la mejora de las condiciones de vida de las familias, sino que también podrían constituirse en escenarios de aprendizaje social para afrontar los desafíos

que genera la crisis socioambiental global, con fuertes impactos a escala local.

REFERENCIAS

- Akinnifesi, F. K., Sileshi, G. W., Ajayi, O. C., Akinnifesi, A. I., Moura, E. G., Linhares, J. F. P., & Rodrigues, I. (2010). Biodiversity of the urban home gardens of São Luís city, Northeastern Brazil. *Urban Ecosystems*, 13, 129-146. <https://doi.org/10.1007/s11252-009-0108-9>
- Albuquerque, U. P., Andrade, L. H. C., & Caballero, J. (2005). Structure and floristics of homegardens in Northeastern Brazil. *Journal of Arid Environments*, 62(3), 491-506. <https://doi.org/10.1016/j.jaridenv.2005.01.003>
- Albuquerque, U. P. (2006). Re-examining hypotheses concerning the use and knowledge of medicinal plants: a study in the Caatinga vegetation of NE Brazil. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 2(30), 1-10. <https://doi.org/10.1186/1746-4269-2-30>
- Albuquerque, U. P., Lucena, R. F. P., Cunha, L. V. F. C., & Alves, R. R. N. (Eds.). (2019). *Methods and techniques in ethnobiology and ethnoecology* (2. ed.). Humana Press. <https://doi.org/10.1007/978-1-4939-8919-5>
- Albuquerque, U. P., Ladio, A., Almada, E. D., Vandebroek, I., Silva, M. T. P., & Fonseca-Kruel, V. S. (2023). Exploring biocultural diversity in urban ecosystems: an ethnobiological perspective. *Ethnobiology and Conservation*, 12(10), 1-12. <https://doi.org/10.15451/ec2023-06-12.10-12>
- Alencar, N. L., Araújo, T. A. S., Amorim, E. L. C., & Albuquerque, U. P. (2010). The inclusion and selection of medicinal plants in traditional pharmacopoeias-evidence in support of the diversification hypothesis. *Economic Botany*, 64, 68-79. <https://doi.org/10.1007/s12231-009-9104-5>
- Almada, E. D. (2011). Urban Socio-Biodiversity: Ethnoecology of Cities. *Bioremediation, Biodiversity and Bioavailability*, 5(1), 1-8. [http://www.globalsciencebooks.info/Online/GSBOOnline/images/2011/BBB_5\(S1\)/BBB_5\(S1\)1-8o.pdf](http://www.globalsciencebooks.info/Online/GSBOOnline/images/2011/BBB_5(S1)/BBB_5(S1)1-8o.pdf)
- Almada, E. D., & Souza, M. O. (2017). Quintais como patrimônio biocultural. In E. D. Almada, & M. O. Souza (Orgs.), *Quintais: memórias, resistência e patrimônio biocultural* (pp. 15-29). EdUEMG.
- Almada, E. D. (Org.). (2023). *Roça grande: diversidade biocultural das cidades*. SBEE.
- Amaral, C. N., & Guarim, G. (2008). Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 3(3), 329-341. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222008000300004>

- Aswani, S., Lemahieu, A., & Sauer, W. H. H. (2018). Global trends of local ecological knowledge and future implications. *PloS ONE*, 13(4), 1-19. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0195440>
- Barrios, E. Y. (2016). *El Trencito Económico del Ingenio Primer Correntino (1892-1904)*. Ed. Moglia.
- Barsky, A. (2005). El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 9(194), 741-798.
- Barsky, A. (2010). La agricultura de "cercanías" a la ciudad y los ciclos del territorio periurbano: Reflexiones sobre el caso de la Región Metropolitana de Buenos Aires. In A. S. Nemirovsky (Coord.), *Globalización y Agricultura periurbana en la Argentina: Escenarios, recorridos y problemas* (pp. 15-30). FLACSO.
- Berkes, F., Colding, J., & Folke, C. (2000). Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. *Ecological Applications*, 10(5), 1251-1262. [https://doi.org/10.1890/1051-0761\(2000\)010\[1251:ROTEKA\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1890/1051-0761(2000)010[1251:ROTEKA]2.0.CO;2)
- Biggs, R., Schlüter, M., Biggs, D., Bohensky, E. L., Burnsilver, S., Cundill, G., ... West, P. C. (2012). Toward Principles for Enhancing the Resilience of Ecosystem Services. *Annual Review of Environment and Resources*, 37, 421-448. <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-051211-123836>
- Blanckaert, I., Swennen, R. L., Paredes-Flores, M., Rosas-López, R., & Lira-Saade, R. (2004). Floristic composition, plant uses and management practices in homegardens of San Rafael Coxcatlán, Valley of Tehuacán-Cuicatlán, Mexico. *Journal of Arid Environments*, 57(2), 179-202. [https://doi.org/10.1016/S0140-1963\(03\)00100-9](https://doi.org/10.1016/S0140-1963(03)00100-9)
- Caballero-Serrano, V., Onaindia, M., Alday, J. G., Caballero, D., Carrasco, J. C., McLaren, B., & Amigo, J. (2016). Plant diversity and ecosystem services in Amazonian homegardens of Ecuador. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, 225, 116-125. <https://doi.org/10.1016/j.agee.2016.04.005>
- Calvet-Mir, L., Gómez-Baggethun, E., & Reyes-García, V. (2012). Beyond food production: Ecosystem services provided by home gardens. A case study in Vall Fosca, Catalan Pyrenees, Northeastern Spain. *Ecological Economics*, 74, 153-160. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2011.12.011>
- Caniago, I., & Siebert, S. F. (1998). Medicinal plant ecology, knowledge and conservation in Kalimantan, Indonesia. *Economic Botany*, 52, 229-250. <https://doi.org/10.1007/BF02862141>
- Casas, A., Camou, A., Otero-Arnaiz, A., Rangel-Landa, S., Cruse-Sanders, J., Solís, L., ... Pérez-Negrón, E. (2014). Manejo tradicional de biodiversidad y ecosistemas en Mesoamérica: el Valle de Tehuacán. *Investigación Ambiental*, 6(2), 23-44.
- Cocco, D. A. (2003). *El Ingenio Primer Correntino (1882-1965): baluarte de la industria azucarera en la Provincia de Corrientes*. Ed. Moglia.
- Cotton, C. M. (1996). *Ethnobotany: Principles and Applications*. John Wiley & Sons.
- Cunningham, A. B. (2001). *Etnobotánica aplicada: Pueblos, uso de plantas silvestres y conservación* (Serie Pueblos y Plantas, Manuales de Conservación). Ed. Nordan-Comunidad.
- Dehaan, R., Hambly Odame, H., Thevathasan, N., & Nissanka, S. P. (2020). Local knowledge and perspectives of change in homegardens: a photovoice study in Kandy District, Sri Lanka. *Sustainability*, 12(17), 1-21. <https://doi.org/10.3390/su12176866>
- Díaz-Reviriego, I., González-Segura, L., Fernández-Llamazares, Á., Howard, P. L., Molina, J. L., & Reyes-García, V. (2016). Social organization influences the exchange and species richness of medicinal plants in Amazonian homegardens. *Ecology and Society*, 21(1), 1. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-07944-210101>
- Elías, F. A. I. (2021). *Estudio etnobotánico de los sistemas agroforestales familiares presentes en el Ingenio Primer Correntino, Corrientes* [Trabajo final de grado, Universidad Nacional del Nordeste].
- Foley, J. A., DeFries, R., Asner, G. P., Barford, C., Bonan, G., Carpenter, S. R., ... Snyder, P. K. (2005). Global Consequences of Land Use. *Science*, 309(5734), 570-574. <http://dx.doi.org/10.1126/science.1111772>
- Flores, O. M. (2015). Paisajes en emergencia: transformación, adaptación, resiliencia. *Revista INVI*, 30(83), 9-17. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582015000100001>
- Furlan, V., Cariola Szuchman, L., García, D. S., & Hilgert, N. I. (2015). Caracterización de los sistemas agroforestales familiares y estrategias de uso del ambiente en el Bosque Atlántico Argentino. *Gaia Scientia*, 9(3), 69-81. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/27706>
- Furlan, V., Kujawska, M., Hilgert, N. I., & Pochettino, M. L. (2016). To what extent are medicinal plants shared between country home gardens and urban ones? A case study from Misiones, Argentina. *Pharmaceutical biology*, 54(9), 1628-1640. <https://doi.org/10.3109/13880209.2015.1110600>
- Furlan, V. (2017). Guara-portu-ñol: uso y cultivo de plantas en jardines domésticos urbanos de Puerto Iguazú, Misiones, Argentina. In E. D. Almada, & M. O. Souza (Orgs.), *Quintais: memórias, resistência e patrimônio biocultural* (pp. 121-137). EdUEMG.
- Furlan, V., Pochettino, M. L., & Hilgert, N. I. (2017). Management of fruit species in urban home gardens of Argentina Atlantic Forest as an influence for landscape domestication. *Frontiers in Plant Science*, 8, 1-12. <https://doi.org/10.3389/fpls.2017.01690>

- Furlan, V., & Garramuño, M. P. (2022). Yo las espero todo el año... Las frutas cultivadas por mujeres en jardines domésticos. Sus aportes a la diversidad alimentaria y nutricional en Puerto Iguazú, Argentina. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(1), e20200092. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2020-0092>
- Galhena, D. H., Freed, R., & Maredia, K. M. (2013). Home gardens: a promising approach to enhance household food security and wellbeing. *Agriculture & Food Security*, 2(8), 1-13. <https://doi.org/10.1186/2048-7010-2-8>
- Gargoloff, N. A., & Pochettino, M. L. (2020). Agrobiodiversidad y conocimiento ambiental local. In S. J. Sarandón (Coord.), *Biodiversidad, agroecología y agricultura sustentable* (Libros de Cátedra, pp. 294-318). Edulp.
- Gbedomon, R. C., Salako, V. K., Adomou, A. C., Glèlè Kakaï, R., & Assogbadjo, A. E. (2017). Plants in traditional home gardens: richness, composition, conservation and implications for native biodiversity in Benin. *Biodiversity and Conservation*, 26, 3307-3327. <https://doi.org/10.1007/s10531-017-1407-8>
- Huai, H., & Hamilton, A. (2009). Characteristics and functions of traditional homegardens: a review. *Frontiers of Biology in China*, 4(2), 151-157. <https://doi.org/10.1007/s11515-008-0103-1>
- Hurrell, J. A., Costantino, F. B., Puentes, J. P., Ulibarri, E. A., & Pochettino, M. L. (2011). Huertos Familiares Periurbanos De Las Costas De Ensenada-Berisso Y De La Isla Martín García (Buenos Aires, Argentina). *Bonplandia*, 20(2), 213-229. <https://doi.org/10.30972/bon.2021325>
- INDEC. (2010). *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010*. <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-41-135>
- IPNI. (2025). International Plant Names Index. <http://www.ipni.org>
- ISE. (2006). The ISE Code of Ethics. <http://ethnobiology.net/code-of-ethics/>
- Kujawska, M., & Jiménez-Escobar, N. D. (2023). Shaping garden landscape with medicinal plants by migrant communities in the Atlantic Forest, Argentina. *Ecology and Society*, 28(4), 14. <https://doi.org/10.5751/ES-14633-280414>
- Kumar, B. M., & Nair, P. K. R. (2004). The enigma of tropical homegardens. *Agroforestry systems*, 61, 135-152. <https://doi.org/10.1023/B:AGFO.0000028995.13227.ca>
- Kumar, B. M., & Nair, P. K. R. (Eds.). (2006). *Tropical Homegardens: A Time-Tested Example of Sustainable Agroforestry*. Springer.
- Kumar, B. M. (2021). Homegardening for food and nutritional security and for biodiversity conservation during the pandemic times. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 746, 1-7. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/746/1/012002>
- Ladio, A. H., Longo, M., & Molares, S. (2023). Resilience processes and positioning of agroecological farmers in an urban horticultural fair in northwest Patagonia. *Ethnobotany Research and Applications*, 25, 1-35. <http://dx.doi.org/10.32859/era.25.54.1-35>
- Lambaré, D. A., & Pochettino, M. L. (2012). Diversidad local y prácticas agrícolas asociadas al cultivo tradicional de duraznos: *Prunus persica* (Rosaceae), en el Noroeste de Argentina. *Darwiniana, Nueva Serie*, 50(2), 174-186.
- Larios, C., Casas, A., Vallejo, M., Moreno-Calles, A. I., & Blancas, J. (2013). Plant management and biodiversity conservation in Náhuatl homegardens of the Tehuacán Valley, Mexico. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 9(74), 1-16. <https://doi.org/10.1186/1746-4269-9-74>
- López, S., Arce, G. A. R., & Alberto, J. F. (2014). Indicadores de desarrollo sostenible para espacios sujetos a la presión del crecimiento urbano. Estudio de caso: Santa Ana de los Guácaras, Corrientes. *Actas del XXXIV Encuentro de Geohistoria Regional* (pp. 523-533). Instituto de Investigaciones Geohistóricas.
- López, S., Arce, G. A., Mignone, A. M., & Alberto, J. A. (2018). Dinámica y tendencia de la expansión urbana del Gran Corrientes y su área de influencia directa. *Geográfica Digital*, 15(30), 1-17. <https://doi.org/10.30972/geo.15303543>
- Maia, A. T. A., Anguelovski, I., Connolly, J. J. T., & Chu, E. (2023). Buscando refugio: ¿pueden los refugios climáticos abordar vulnerabilidades interseccionales? *Papers: Regió Metropolitana de Barcelona: Territori, estratègies, planejament*, (65), 39-58.
- Mereles Romero, J. S. (2019). *Consumo de Frutas Locales y Conocimiento Botánico Tradicional asociado entre los niños que asisten a las escuelas primarias de la capital de Corrientes y alrededores: un enfoque Etnobotánico* [Trabajo final de grado, Universidad Nacional del Nordeste].
- Moreno-Calles, A. I., Toledo, V. M., & Casas, A. (2013). Los sistemas agroforestales tradicionales de México: Una aproximación biocultural. *Botanical Sciences*, 91(4), 375-398. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-42982013000400001&script=sci_abstract
- Nair, P. K. R. (2006). Whither Homegardens? In B. M. Kumar, & P. K. R. Nair (Eds.), *Tropical Homegardens: A Time-Tested Example of Sustainable Agroforestry* (pp. 355-370). Springer.
- Niinemets, Ü., & Peñuelas, J. (2008). Gardening and urban landscaping: significant players in global change. *Trends in Plant Science*, 13(2), 60-65. <https://doi.org/10.1016/j.tplants.2007.11.009>
- N'Woueni, D. K., & Gaoue, O. G. (2021). Species ethnobotanical values rather than regional species pool determine plant diversity in agroforestry systems. *Scientific Reports*, 11(23972), 1-10. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-03408-3>

- Ortiz-Sánchez, A., Monroy-Ortiz, C., Romero-Manzanares, A., Luna-Cavazos, M., & Castillo-España, P. (2015). Multipurpose functions of home gardens for family subsistence. *Botanical Sciences*, 93(4), 791-806. <https://doi.org/10.17129/botsci.224>
- Oyarzabal, M., Clavijo, J., Oakley, L., Biganzoli, F., Tognetti, P., Barberis, I., ... & León, R. J. C. (2018). Unidades de vegetación de la Argentina. *Ecología Austral*, 28(1), 040-063. <https://doi.org/10.25260/EA.18.28.1.0.399>
- Páez, L. (2015). Globalización, soberanía y patrimonio alimentario. *Antropología. Cuadernos de Investigación*, (15), 13-20. <https://doi.org/10.26807/ant.v0i15.33>
- Paulus, G., & Schlindwein, S. L. (2001). Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura? *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 2(3), 44-52.
- Peroni, N., Hanazaki, N., Begossi, A., Zuchiwschi, E., Lacerda, V. D., & Miranda, T. M. (2016). Homegardens in a micro-regional scale: contributions to agrobiodiversity conservation in an urban-rural context. *Ethnobiology and Conservation*, 5, 1-17. <https://doi.org/10.15451/ec2016-8-5.6-1-17>
- Pirondo, A. (2016). *Uso, manejo y acceso al recurso vegetal en comunidades rurales del macrosistema Iberá (Corrientes, Argentina)* [Tesis doctoral, Universidad Nacional del Nordeste].
- Pochettino, M. L., & Lema, V. S. (2008). La variable tiempo en la caracterización del conocimiento botánico tradicional. *Darwiniana*, 46(2), 227-239.
- Pochettino, M. L., Hurrell, J. A., & Lema, V. S. (2012). Local botanical knowledge and agrobiodiversity: Homegardens at rural and periurban contexts in Argentina. In A. I. Luna Maldonado (Ed.), *Horticulture* (pp. 105-132). In Tech.
- Pochettino, M. L., Hurrell, J. A., & Bonicatto, M. M. (2014). Horticultura periurbana: estudios etnobotánicos en huertos familiares y comerciales de la Argentina. *Ambienta*, (107), 2-15. <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/96934>
- Poot-Pool, W. S., van der Wal, H., Flores-Guido, S., Pat-Fernández, J. M., & Esparza-Olgún, L. (2015). Home Garden Agrobiodiversity Differentiates Along a Rural-Peri-Urban Gradient in Campeche, México. *Economic Botany*, 69, 203-217. <https://doi.org/10.1007/s12231-015-9313-z>
- Pulido, M. T., Pagaza-Calderón, E. M., Martínez-Ballesté, A., Maldonado-Almanza, B., Saynes, A., & Pacheco, R. M. (2008). Home gardens as an alternative for sustainability: challenges and perspectives in Latin America. In U. P. Albuquerque, & M. A. Ramos (Eds.), *Current Topics in Ethnobotany* (pp. 1-15). Research Signpost.
- Quinlan, M. B., & Quinlan, R. J. (2008). Modernization and Medicinal Plant Knowledge in a Caribbean Horticultural Village. *Medical Anthropology Quarterly*, 21(2), 169-192. <https://doi.org/10.1525/maq.2007.21.2.169>
- Rangel-Landa, S., Casas, A., García-Frapolli, E., & Lira, R. (2017). Sociocultural and ecological factors influencing management of edible and non-edible plants: the case of Ixcatlán, Mexico. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 13(59), 1-43. <https://doi.org/10.1186/s13002-017-0185-4>
- Reyes-García, V., Powell, B., Díaz-Reviriego, I., Fernández-Llamazares, Á., Gallois, S., & Gueze, M. (2019). Dietary transitions among three contemporary hunter-gatherers across the tropics. *Food Security*, 11, 109-122. <https://doi.org/10.1007/s12571-018-0882-4>
- Salas-Zapata, W. A., Ríos-Osorio, L. A., & Castillo, J. Á.-D. (2012). Marco conceptual para entender la sustentabilidad de los sistemas socioecológicos. *Ecología Austral*, 22(1), 74-79.
- Salem, M., & Tsurusaki, N. (2024). Impacts of Rapid Urban Expansion on Peri-Urban Landscapes in the Global South: Insights from Landscape Metrics in Greater Cairo. *Sustainability*, 16(6), 1-16. <https://doi.org/10.3390/su16062316>
- Semedo, R. J. C. G., & Barbosa, R. I. (2007). Árvores frutíferas nos quintais urbanos de Boa Vista, Roraima, Amazônia brasileira. *Acta Amazonica*, 37(4), 497-504. <https://doi.org/10.1590/S0044-59672007000400003>
- Seto, K. C., Güneralp, B., & Hutyra, L. R. (2012). Global forecasts of urban expansion to 2030 and direct impacts on biodiversity and carbon pools. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(40), 16083-16088. <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.1211658109>
- Silalahi, M., & Nisyawati, N. (2018). The ethnobotanical study of edible and medicinal plants in the home garden of Batak Karo sub-ethnic in North Sumatra, Indonesia. *Biodiversitas Journal of Biological Diversity*, 19(1), 229-238. <https://doi.org/10.13057/biodiv/d190131>
- Steffen, W., Sanderson, R. A., Tyson, P. D., Jäger, J., Matson, P. A., Moore III, B., ... Wasson, R. J. (2005). *Global Change and the Earth System: A Planet Under Pressure*. Springer.
- Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M., ... Sörlin, S. (2015). Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet. *Science*, 347(6223), 1-15. <https://doi.org/10.1126/science.1259855>
- Stupino, S. A., Lermanó, M. J., Gargoloff, N. A., & Bonicatto, M. M. (2014). La biodiversidad en los agroecosistemas. In S. J. Sarandón, & C. C. Flores (Eds.), *Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de Agroecosistemas sustentables* (pp. 131-158). Editorial Edulp.
- Taylor, J. R., Lovell, S. T., Wortman, S. E., & Chan, M. (2017). Ecosystem services and tradeoffs in the home food gardens of African American, Chinese-origin and Mexican-origin households in Chicago, IL. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 32(1), 69-86. <https://doi.org/10.1017/S174217051600003X>

- Tengö, M., & Belfrage, K. (2004). Local Management Practices for Dealing With Change and Uncertainty: A Cross-Scale Comparison of Cases in Sweden and Tanzania. *Ecology and Society*, 9(3), 4. <https://www.jstor.org/stable/26267678>
- Teves, L. S., & Doumecq, M. B. (2024). Studies About Environmental Change and Local Knowledge in Latin America. In M. L. Pochettino, A. Capparelli, P. C. Stampella, & D. Andreoni (Eds.), *Nature(s) in Construction: The Latin American Studies Book Series* (pp. 175-188). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-60552-9_11
- Thomton, P. K., Ericksen, P. J., Herrero, M., & Challinor, A. J. (2014). Climate variability and vulnerability to climate change: a review. *Global Change Biology*, 20(11), 3313-3328. <https://doi.org/10.1111/gcb.12581>
- Toledo, V. M., & Barrera-Bassols, N. (2008). *La Memoria Biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Icaria editorial.
- Vandebroek, I., & Balick, M. J. (2012). Globalization and loss of plant knowledge: challenging the paradigm. *PloS ONE*, 7(5), 1-6. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0037643>
- Vogl, C. R., & Vogl-Lukasser, B. (2003). Tradition, Dynamics and Sustainability of Plant Species Composition and Management in Homegardens on Organic and Non-Organic Small Scale Farms in Alpine Eastern Tyrol, Austria. *Biological Agriculture & Horticulture*, 21(4), 349-366. <https://doi.org/10.1080/01448765.2003.9755278>
- Watts, M., Hutton, C., Mata Guel, E. O., Suckall, N., & Peh, K. S. H. (2022). Impacts of climate change on tropical agroforestry systems: A systematic review for identifying future research priorities. *Frontiers in Forests and Global Change*, 5, 1-19. <https://doi.org/10.3389/ffgc.2022.880621>
- Woldeyes, F., Asfaw, Z., Demissew, S., & Roussel, B. (2016). Homegardens (Aal-oos-gad) of the Basket People of Southwestern Ethiopia: sustainable agro-ecosystems characterizing a traditional landscape. *Ethnobotany Research and Applications*, 14, 549-563. <https://doi.org/10.17348/era.14.0.549-563>
- Zuloaga, F. O., Morrone, O., & Belgrano, M. J. (Eds.). (2009). *Catálogo de las Plantas Vasculares del Cono Sur (Argentina, Sur de Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay)* (Vol. 1). Instituto de Botánica Darwinion. <http://www.darwin.edu.ar/proyectos/floraargentina/fa.htm>

CONTRIBUCIONES DE LOS AUTORES

A. Pirondo contribuyó con la conceptualización, la curación de datos, la investigación, la metodología, la supervisión y la redacción (revisión y edición); F. A. I. Elías contribuyó con la conceptualización, la curación de datos, la investigación, la metodología, la visualización y la redacción (revisión y edición); y V. Furlan contribuyó con la conceptualización, la metodología, la supervisión y la redacción (revisión y edición).

DATOS DE INVESTIGACIÓN

Los datos no se depositaron en un repositorio.

PREIMPRESIÓN

No publicada en un repositorio.

REVISIÓN POR PARES

Revisión doble ciego y cerrada.

Trade, alterity and cultural misunderstandings: Ashaninka and Inca

Comércio, alteridade e mal-entendidos culturais: Ashaninka e Inca

José Pimenta^I  | Cristiana Bertazoni^{II} 

^IUniversidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

^{II}University of Bonn. Bonn, Alemanha

Abstract: The pre-Andine Arawak, whose ancestral territory in the Peruvian Amazonia, bordered the Andean Central Region, engaged in intense exchanges with the Incas, a relationship characterized by both opposition and complementarity. Andean influences are particularly notable among the pre-Andine Arawak peoples. Drawing on academic literature and ethnographic research conducted with the Ashaninka of the Amônia River—a community located in the Upper Juruá region of Acre, Brazil—this article examines the connections between the Andes and Amazonia (during pre-Columbian until contemporary times), using the example of the Ashaninka. More specifically, the article analyzes the Ashaninka exchange system known as *ayôpari* as well as the myth of *Inka*. Whereas the former highlights ancient connections between the Incas and the Ashaninka through exchange networks; the latter focus on an Ashaninka myth whose central figure is a cultural hero named *Inka*.

Keywords: Ashaninka. Inca. Exchange. History. Myth.

Resumo: Os Arawak pré-andinos, cujo território ancestral na Amazônia peruana fazia fronteira com a região central dos Andes, mantiveram intensas trocas com os incas, uma relação caracterizada tanto pela oposição quanto pela complementaridade. As influências andinas são particularmente notáveis entre os povos Arawak pré-andinos. Com base na literatura acadêmica e na pesquisa etnográfica realizada com os Ashaninka do rio Amônia — uma comunidade localizada na região do alto Juruá, no estado brasileiro do Acre —, este artigo examina as conexões entre os Andes e a Amazônia (desde o período pré-colombiano até a época contemporânea), usando o exemplo dos Ashaninka. Mais especificamente, ele analisa o sistema de intercâmbio dos Ashaninka conhecido como *ayôpari*, bem como o mito do *Inka*. Enquanto o primeiro destaca as antigas conexões entre os incas e os Ashaninka por meio de redes de intercâmbio, o segundo se concentra em um mito ashaninka cuja figura central é um herói cultural chamado *Inka*.

Palavras-chave: Ashaninka. Inca. Intercâmbio. História. Mito.

Pimenta, J., & Bertazoni, C. (2026). Trade, alterity and cultural misunderstandings: Ashaninka and Inca. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250041. <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0041>

Corresponding author: José Pimenta. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Campus Darcy Ribeiro. Brasília, DF, Brazil. CEP 70910-900 (josepimenta17@gmail.com).

Received on 05/10/2025

Approved on 01/05/2026

Editorial responsibility: Priscila Faulhaber



INTRODUCTION

Historically, academia has framed Andes and Amazonia as two distinct, even opposing, cultural regions. The hierarchical, state-organized, and materially rich civilizations of the highlands were contrasted with the supposedly simple, egalitarian, and technologically rudimentary societies of Amazonia. This perspective was solidified by “Handbook of South American Indians” (Steward, 1948), the first major regional synthesis, which reinforced Western notions of Amazonia and its inhabitants (Taylor, 1992; Bertazoni, 2007). While the Andean Central Region and Mesoamerica were seen as cradles of complex civilizations, the so-called ‘tribes’ of the rainforest were depicted as small, autonomous, and egalitarian villages, constrained by a hostile and unproductive environment that hindered social stratification and political centralization (Meggers, 1954). Although Steward acknowledged some diversity—particularly between riverbank settlements and interfluvial areas—his perspective of Amazonia remained a mosaic of small-scale, socially autonomous societies, dominated by nature and technologically limited by environmental constraints (Viveiros de Castro, 1996).

This image of Amazonia has deeply influenced scholarly thought and has only been challenged in recent decades. Although likely unintentional, it also reinforced Western stereotypes that historically supported civilizing projects for the region and its inhabitants. The ‘invention of the Amazonia’ (Gondim, 1994) portrayed the area as the antithesis of civilization—a natural space that delayed progress and development. This perception easily evolved into the idea of a land that needed to be tamed and civilized. Such imagery fueled the ideas of Brazilian writers like Euclides da Cunha (1998) and Alberto Rangel (2001), as well as policies aimed at colonizing the region and its people.

Although Andes and Amazonia have significant differences, presenting them as entirely separate and independent cultural regions is increasingly unsustainable in light of contemporary scientific evidence. Scholars began questioning this rigid division more than half a

century ago (see, for example, Tello, 1960; Lathrap, 1963, 1970, 1973; Gade, 1972). More recent archaeological, historical, anthropological, linguistic and genetic research has not only dismantled Western myths about Amazonia, but has also highlighted the deep interconnections and mutual influences between the rainforest and the Andes (see, among others, Saignes, 1985; Renard-Casevitz, 1985, 1992, 1993; Renard-Casevitz et al., 1986; Santos-Granero, 1992, 2002; Taylor, 1992, 1999; Pärssinen & Korpisaari, 2003; Kummels & Noack, 2014; Barbieri et al., 2014; Pearce et al., 2020; Wilkinson, 2018, 2022; Bertazoni, 2007, 2014).

The Arawak speaking peoples probably started spreading from Northwest Amazonia around 3,000 B.P., having their major expansions throughout the Caribbean and South America between 500 B.C. and 500 A.D. (Heckenberger, 2002). Nowadays, Arawak communities have their largest concentrations in southern Venezuela; in central, northwestern and southwestern Brazil; as well as in eastern Peru. The Arawak speaking peoples located in eastern Peru are also known as pre-Andine Arawak (alternatively as Southern Arawak) and consist of the Yanesha, Machiguenga, Ashaninka and Yine (Piro). While the Andean cordillera frames the West of their territories, lowland Amazonia lays in their easternmost areas. The arrival and settlement of pre-Andine Arawak groups on the slopes of the Andean cordillera predates far back pre-Columbian times, with their expansion into the Peruvian Selva Central complete around 500 A.D (Wilkinson, 2018, p. 1364). Being ‘squeezed’ between Andes and Amazonia, the pre-Andine Arawak have participated in interactions between highlanders and lowlanders for centuries.

The Ashaninka represent one of the largest indigenous groups among the pre-Andine Arawak, they are around one hundred thousand in Peru where they inhabit a vast and discontinuous territory in the surroundings of the Apurímac, Ene, Perené, Tambo and Upper Ucayali rivers and their tributaries. Others live in the Gran Pajonal and by the Pachitea River (Varese, 1968, p. 11, 2002, p. 3).

Additionally, there are also around two thousand Ashaninka living in Brazil in seven demarcated indigenous territories in the region known as Alto Juruá, all in the Estate of Acre. Their arrival in this region took place more recently, at the end of the XIX century (Pimenta, 2018, p. 201).

Based on bibliographic analysis and ethnographic information, this article is the result of an interdisciplinary dialogue, and seeks to demonstrate how ethnography, enriched by history, corroborates the existence of intense relations between the so-called highlands and lowlands in pre-Columbian period, reaching contemporary times. The ethnographic data used in this study was collected among the Ashaninka of the Kampa Indigenous Land of the Amônia River, a region in the Brazilian state of Acre, near the Brazil-Peru border. Although geographically distant from the Andes, this community, as we will show throughout the text, continues to preserve traces of their ancestors' interactions with the Inca Empire.¹ The Ashaninka of Brazil represents a unique case for analyzing the relationship between Andes and Amazonia in ancient times as well as its resonances in contemporary times.

We begin by concisely addressing the complex and ambiguous relationships between the Incas and the peoples of Western Amazonia, particularly the pre-Andine Arawak, who played a key role as intermediaries between the highlands and lowlands along the eastern border of the central Andes. We then briefly explore how interactions between the Inca Empire and pre-Andine Arawak groups were shaped both by conflict and opposition, and by various forms of exchange. Within this dynamic landscape of mutual influences between the Andes and Amazonia, we focus on two examples which are the central part of this article. Firstly, we look at the Ashaninka traditional exchange system, known as *ayompari*, and secondly, we analyze elements of Ashaninka mythology, particularly the

myth of the *Inka*, revealing traces of Andean, particularly Inca, influences among the Ashaninka of the Amônia River.

INCAS AND ANTIS: AN AMBIVALENTE RELATIONSHIP

The rise of Inca hegemony in the Andean Central Region around the 13th century triggered profound transformations across the region, ultimately leading to the formation of *Tahuantinsuyu*—the empire of the four quarters. This vast domain encompassed *Chinchaysuyu*, *Collasuyu*, *Condesuyu*. Western Amazonia was referred by the Incas as *Antisuyu*, its inhabitants as *Antis*. Later, in the colonial sources, Western Amazonian peoples were broadly categorized under terms such as *Antis*, *Andes*, or *Chunchos*. These labels were often used interchangeably or with slight distinctions by the Spanish to refer to the inhabitants of the empire's eastern frontier (for a detailed discussion, see Varese, 1968, pp. 26–31, 2002, pp. 38–43).

Far from being a culturally homogeneous group, the *Antis* encompassed a diverse array of peoples, distinct from one another. Along the eastern border of the central Andes and Amazonia, they primarily belonged to the Pano and Arawak linguistic families, particularly the so-called 'pre-Andine Arawak.' However, due to the shifting nature of ethnic and linguistic boundaries, the exact composition of this group remains a subject of debate in academia. Generally, the term 'Pre-Andine Arawak' refers to the Ashaninka (Asháninka and Ashéninka), Matsiguenga, Nomatsiguenga, Amuesha (Yanesha), Piro (Yine), and some smaller groups (Santos-Granero & Barclay, 2005, p. XV; Santos-Granero, 2002, p. 29; Renard-Casevitz, 1992, pp. 202–203, 1993, p. 26). However, these groups also exhibit significant internal variations. The Amuesha (Yanesha), who underwent extensive linguistic and cultural interactions with pre-Inca Andean groups as well as the

¹ The Ashaninka, including the closely related Asháninka and Ashéninka groups, now number around 100,000 people. They are the largest indigenous group in the Peruvian Amazon and one of the most significant in the entire region. The majority live in the Central Jungle, east of the central Andes, while a small Asháninka/Ashéninka diaspora (c. 2,000 inhabitants) is also present in Brazil, in the Alto Juruá region of Acre.

Incas, and the Piro (Yine), influenced by neighboring Pano peoples, display greater cultural and linguistic cohesion compared to the others, despite minor differences. For this reason, until the 1980s, the generic term *Campa* (or *Kampa* in Brazil) was commonly used to refer to the Ashaninka (Asháninka and Ashéninka), Matsiguenga, and Nomatsiguenga, and occasionally also included the Amuesha (Yanesha) (Santos-Granero, 2002, p. 29). Under pressure from the Pano, who gradually expanded into the Ucayali region, the pre-Andine Arawak were pushed toward the foothills of the central Andes, while the Piro settled along the Urubamba River (Santos-Granero, 2002). As a result, this western branch of the pre-Andine Arawak family—already neighbors of the Wari Empire—became, later, strategic neighbors of the Inca Empire as well, along its central frontier from eastern Huánuco to Madre de Dios (Renard-Casevitz, 1992, p. 199), thus occupying a pivotal position between the Andean Central Region and Western Amazonia.

Before the European invasion, relations between the Incas, the pre-Andine Arawak, and the Pano fluctuated between periods of conflict and alliance. Shaped by partially contrasting worldviews and political ideologies, the Inca and Amazonian societies often stood in opposition. Antisuyu held an ambiguous place in the Inca worldview. On one hand, it was conceptually integrated into the empire as one of its four *suyus* (quarters) and was symbolically linked to Chinchaysuyu, the most important region in the Inca system. In this sense, the empire itself could scarcely be imagined without Antisuyu. On the other hand, the peoples, flora, fauna, and landscape of Antisuyu were depicted in stark contrast to Andean civilization. According to this Inca view, the *Anti* Indians were portrayed as uncivilized peoples who practiced anthropophagy, and whose ceremonies, architecture, and language were considered rudimentary compared to those of the Incas. Although Antisuyu was formally part of the empire, Inca perceptions of Western Amazonia and its inhabitants cast them as the 'Other,' defined in opposition to the Andean ideal.

The region was both feared and valued: a land abundant in resources and shamanic power, inhabited by fierce warriors, yet also seen as a domain of uncivilized peoples who resisted full submission to Inca rule (for a detailed discussion see Bertazoni, 2020).

In contrast, the western Amazonian peoples—particularly the pre-Andine Arawak and Pano—viewed their powerful Andean neighbors as a society built with rigid hierarchies, fundamentally incompatible with their values and way of life in the forest. As Santos-Granero (1992) argues, groups that had direct contact with the Inca Empire, such as the Amuesha, Ashaninka, Machiguenga, and Huni Kuin, held radically different philosophical views on society and power. They saw the Incas' highly centralized and authoritarian rule as the very negation of society itself. For the Huni Kuin, the Inca redistributive system contradicted their principles of symmetrical reciprocity and represented an illegitimate claim to power (Santos-Granero, 1992, pp. 287–288). The Amuesha, on the other hand, perceived Inca authority as oppressive, built on economic exploitation, political absolutism, and the control of personal freedoms—including sexuality, as exemplified by the emperor's right over the *acillakuna* or virgins of the Sun. To them, the Incas exercised a truly despotic power, even asserting the right to take their own lives—an idea entirely incomprehensible in their worldview (Santos-Granero, 1992, pp. 291–292).

The Incas carried out periodic incursions into the eastern regions, aiming to impose their hierarchical system and subjugate the peoples of Amazonia. In response to the threat posed by this powerful neighbor, Amazonian groups—skilled warriors and deeply knowledgeable about their environment—joined forces to resist the expansionist ambitions of a shared enemy (Renard-Casevitz, 1992, p. 200, 1993, p. 34). Whenever the Inca Empire threatened to conquer the forest, pan-ethnic confederations emerged, bringing together pre-Andine Arawak and Pano groups. Though unstable and temporary, this pan-Amazonian confederations successfully prevented Inca expansion and

large-scale incursions of non-Amazonians into the lowlands for centuries.² The peoples of Antisuyu repeatedly repelled Inca attempts at domination. According to Renard-Casevitz (1992, p. 200), a stretch of rainforest known as the *ceja de montaña*, situated at around 2,000 meters in altitude, became a buffer zone—neither fully controlled by the empire nor by its closest Amazonian neighbors, the pre-Andine Arawak.

Conflict in the region was not limited to wars between the Incas and the Western Amazonians. The pre-Andine Arawak also fought periodically with their Pano neighbors, who in turn clashed among themselves. Marie-France Renard-Casevitz has extensively analyzed these complex interethnic dynamics before the European invasion, focusing on the shifting relationships between the Incas, pre-Andine Arawak, and Pano peoples (see Renard-Casevitz, 1985, 1992, 1993; Renard-Casevitz et al., 1986). Her work highlights how these groups alternated between war and trade depending on circumstances, with the pre-Andine Arawak occupying a particularly advantageous position. Although they lacked a centralized political system, the Arawak were part of a vast network of political and economic cooperation, sometimes extending to Pano groups. United by a strong sense of identity, they formed a distinct *nation*, characterized by shared cultural elements such as the *cushma* (or *kushma*, a traditional garment) and common mythological references. Among their most notable cultural traits,³ scholars have emphasized

their absence of endo-warfare distinguishing them from their Pano neighbors, with the exception of the Piro (Heckenberger, 2002, p. 115; Hornborg, 2005, p. 592; Renard-Casevitz, 1985, p. 90, 1992, pp. 204–205, 1993, p. 31; Santos-Granero, 2002, pp. 41–42).⁴ Thus, the prohibition of endo-warfare differentiates the pre-Andine Arawak from the Pano, their Amazonian neighbors. Although the Arawak maintained peace among themselves, they fought not only against the Inca, but also against the Pano.

The political alliance between the Arawak and the Pano, which periodically formed in response to Inca incursions, was rooted in intra-Amazonian trade networks, where salt blocks served as a form of currency (Varese, 1968). Salt was highly valued among Amazonian peoples—not only for enhancing food flavor but also as an essential means of preserving food in the region's hot and humid climate. One of the main and most important salt sources, Cerro de la Sal (*Tzivi* in the Ashaninka language), was located in Arawak territory and held great significance as the political, economic, and spiritual center of the pre-Andine Arawak. Beyond being a source of salt, Cerro de la Sal was (still is) a mountain-divinity, a powerful place, a non-human being with agency and personhood. Additionally, it was also a hub where different ethnic groups would meet not only for salt trade, but also for spiritual practices. These attributes made Cerro de la Sal a unique place within the cosmology of the pre-Andine Arawak.⁵

² With the European invasion, the Antis united to resist Spanish colonization. One of the most notable multi-ethnic Amazonian war confederations in Peruvian history was led by Juan Santos Atahualpa, who in 1742 rallied various Central Forest peoples to oppose Spanish expansion. His movement successfully kept much of the region off-limits to Europeans for nearly a century. However, this resistance began to lose force with the intensified incursion of outsiders during the rubber boom in the late 19th century (Renard-Casevitz, 1992, pp. 207–208). Before that, Old Vilcabamba was also very well-known and was a place for Inca refuge during the early sixteenth century just after the Spaniards invaded Peru. It was in this Inca city that, in 1536, Manco, half-brother of Atahualpa, escaped and resisted the Spaniards until 1544 when the Spanish had him killed. Afterwards, his two sons, Titu Cusi and Tupac Amaru, continued to demonstrate some resistance to the Spaniards, but Titu Cusi died mysteriously and Tupac Amaru was captured and executed in Cuzco by the Spaniards (Regalado de Hurtado, 1997). During this resistance in the east of the Andes, the Incas probably found refuge and support among the pre-Andine Arawak.

³ Cultural trait is understood here as a tendency, rather than a rule.

⁴ On the general characteristics of the Pano ethnolinguistic group, see, for example, Erikson (1992, 1993).

⁵ Unfortunately, Cerro de la Sal and several other sacred sites significant to the Ashaninka—both in Brazil and Peru—are now located on private property, restricting access and often requiring permission from landowners who frequently deny entry.

With access to the Cerro de la Sal, the pre-Andine Arawak played a central role in intra-Amazonian trade and served as key intermediaries between the Incas and the Pano peoples of the Ucayali, thanks to their strategic position between the Andes and Amazonia. Despite philosophical and social contrasts, the boundaries between the Andes and Amazonia—between the Incas and the Antis—were not entirely impermeable. While conflict was a persistent threat, periods of peace fostered friendly relations and extensive exchanges (not only of goods) between the Incas and Amazonian peoples. As Renard-Casevitz aptly summarizes, the two worlds stood in opposition yet also complemented each other:

Between the empire and the Antis there were multiform relationships, economic, political, ritual, shamanic, therapeutic and even matrimonial.⁶ So much so that the ideological separation introduced by the Inca Empire between the highlands and the savagery of the forest is partial, giving an important place to the complementary opposition between high and low and integrating the forest into the imaginary as the lower half of the global dualistic scheme, even going so far as to consider the Anti and the Chunchu as descendants of the great ancestors who took refuge in the darkness of the forest when the Inca sun emerged and the source of shamanic and therapeutic powers. (Renard-Casevitz, 1992, p. 200).⁷

Before the European invasion, trade networks between Andean and Amazonians facilitated a flow of goods in both directions: down to the forest and up to the mountains. During times of peace, especially in the summer, delegations of Amazonian, primarily pre-Andine Arawak and Pano, would travel to the nearest Inca cities, bringing forest products such as wild animals, skins, feathers, wooden objects, medicinal plants, honey etc. In exchange, the Antis would return to their territories with textiles and, notably, metal objects like gold and silver

jewelry, and copper axes. Many of these goods were subsequently redistributed through kinship networks and intra-Amazonian trade. While the full extent of these trade networks as well as potential markets remains unclear, some authors (Valensi, 1974; Hirth & Pillsbury, 2013) discussed whether the Incas tried to eliminate these markets and exchange networks, most likely in order to promote the inca redistributive system as the main economic force of the Tahuantinsuyu. Richard Chase Smith (2006) offers a fascinating study of the sacred sites of the Amuesha in the Andes and reveals the breadth of their trade routes that crossed the mountain range until the Pacific coast. Beyond the oppositions between Incas and Arawak, some authors emphasize the importance of exchanges, interdependence, and complementarity between them. For example, Wilkinson (2018) associated the bulk exchange of Amazonian feathers with the development of centralized power in the Andean Central Region around 500 A.D. onwards (the time when the pre-Andine Arawak were completing their migration in the Andean piedmont which coincides with the onset of the Wari civilization), suggesting that the impact of Amazonia in the Andes during this period has been largely underestimated. The author claims that Amazonian developments during this period influenced State emergence in the Andean Central Region, thus reversing the traditional view of Amazonia as unable of supporting complex societies. In a later article, through a multidisciplinary approach—considering archaeological, linguistic, genetic, and historical data—Wilkinson (2022) argues that the relationship between the Incas and the pre-Andine Arawak was mostly amicable, marked by ritualized warfare rather than the overt hostility the Incas exhibited toward non-Arawak Amazonian peoples. Wilkinson (2022) also challenges the common academic equivalence of

⁶ An article published in 2023 by Salazar et al. reinforces this by demonstrating, via DNA analysis, the presence of an Ashaninka woman who was buried in Machu Picchu (Salazar et al., 2023).

⁷ This dynamic was not unique to the border between the Andes and Amazonia. A similar situation was documented by Taussig (1987) in his study of Colombia's Putumayo region, further to the north. He highlights the Incas' ambivalent attitude toward Amazonian peoples—an intriguing mix of fascination and fear. The Incas viewed them as possessors of deep botanical knowledge and powerful magical practices, capable of both witchcraft and healing (Taussig, 1987). Translated from the Portuguese to English by the authors.

the terms *Anti* and *Chuncho*, suggesting that these terms refer to different types of relationships and should not be used synonymously. According to his view, *Anti* refers to a complementary and special relationship, characterized by ritual warfare, and applies to the pre-Andine Arawak to the north and northeast of Cuzco. In contrast, *Chuncho* was used to describe the peoples of the piedmont to the south and east of Cusco, as well as those of the lowlands, all of whom were considered 'savages' by the Incas, with whom they established a bellicose relationship (Wilkinson, 2022). Considering other research done about the Incas-Arawak *modus operandi* (Bertazoni, 2007, 2014), these are positions that we strongly embrace, although more research is needed to solidify this perspective of the Incas-Arawak special relationship.

More recently, Olah et al. (2026) reconstructed the journey of Amazonian parrot feathers recovered from an elite tomb at the religious centre of Pachacamac, on the Peruvian coast, associated with the pre-Inca Ychsma culture that flourished during the Late Intermediate Period (ca. 1000–1470 CE). Their findings point to a sophisticated trade network in which Arawak-speaking groups appear to have played a key role as intermediaries, with a central trans-Andean corridor linking the coast to their territories, and Cerro de la Sal among the key nodes within this network.

ASHANINKA *AYOMPARI*: NEGOTIATING ALTERITY THROUGH EXCHANGE

Ethnographic studies with the pre-Andine Arawak and Pano peoples of Western Amazonia continue to reveal Andean, and particularly Incan, influences in their cultures. Some of these influences are so evident that they require little explanation. For instance, visitors to the Apiwtxa village of the Ashaninka on the Amônia River often draw immediate parallels with the Andes and specially the Incas. The Ashaninka chew coca leaves and use musical instruments like drums and pan flutes, which closely resemble those found in the Andes. Ashaninka women are also skilled weavers, producing

the *kitharentsi* (also known as *kushma*) on looms. This garment, a key symbol of Ashaninka identity (Beysen, 2008; Pinhanta, 2019), bears a striking resemblance to the tunics worn by Andean indigenous peoples.

Beyond material culture, deeper connections with the Andes, possibly predating the Inca, can be found in subtler aspects of Ashaninka culture. Before exploring the myth of the *Inka*, we shall examine the Ashaninka system of exchange, known as *ayōpari* in their language. Both *ayōpari* and the *Inka* myth offer compelling examples of the intertwined history between the Incas and the Ashaninka.

Given the limitations of oral history, it is unrealistic to expect the Ashaninka of the Amônia River to provide precise accounts of exchanges with the Incas before the European invasion. Instead, they speak in broader terms, recalling trade with other indigenous Amazonian peoples before the arrival of the whites. The Huni Kuin, Piro, and Shipibo are the groups they mention most often. Most of the Ashaninka of the Amônia river also say they used to trade in the past with 'indigenous people of the mountains,' without specifically identify the Incas. However, in 2015, a group of Ashaninka from both Brazil and Peru visited several sacred sites located in the Peruvian Selva Central. During this visit, they stopped in the town of Muruai where Benki Pyiäko—one of the leaders of the Ashaninka of the Amônia River—stated that this was a place where their ancestors would receive blessings before entering entering trading routes between the Selva Central and the the Andean Central Region in order to trade with the incas (Comandulli, 2015, p. 8).

The Ashaninka of Brazil interpret their interactions with different groups across various historical periods through the lens of their traditional trading system called *ayōpari* (Pimenta, 2006, 2009). Their engagement in extensive intra-Amazonian trade networks during pre-Columbian and possibly early colonial times, as well as their peaceful exchanges with the Incas, is understood as a type of *ayōpari*, reinforcing its central role in their social and economic relationships.

Although there is a vast ethnographic literature on the Ashaninka, particularly in Peru, studies specifically focused on *ayōpari* represent only a portion of this broader scholarship. Notable early contributions include the pioneering work of Varese (1968, 2002), followed by Bodley (1973, 1981) and the comprehensive work done by Schäfer (1991, 2023), all of whom highlighted the central role of exchange in Ashaninka society. Drawing on his fieldwork among the Ashaninka of the Gran Pajonal, Pichis, and Ucayali regions in the 1960s, Bodley (1973) characterized their traditional exchange system as a form of ‘deferred exchange’. More recently, *ayōpari* has been examined by Hvalkof and Veber (2005, pp. 226–235), Killick (2008), and Pimenta (2006, 2009) in the case of the Ashaninka of Brazil.

The origin of the term *ayōpari* remains a subject of debate. Some scholars suggest that it derives from a modification of the Spanish word *compadre*, introduced into the central Peruvian jungle by indigenous Quechua speakers. In Quechua, *compadre* evolved into *cumpari*, which was later adapted into Arawak as *yumparai* or *yompari* (Schäfer, 1991, pp. 45–46; Hvalkof & Veber, 2005, p. 228). In the Ashaninka language, *ayōpari* consists of the inclusive first-person plural prefix *a-* (‘we’), followed by *yōpari*, which can be translated into English as ‘friend’ or ‘exchange partner’. When referring to a specific *ayōpari*, an Ashaninka man uses the first-person singular possessive form, *nyōpari* (‘my friend,’ ‘my exchange partner’).

The Ashaninka of the Amônia River explain that *ayōpari* has multiple meanings and can be used in different contexts. At its most basic, *ayōpari* refers to a friendly social interaction between Ashaninka individuals who do not know each other personally and are not related by blood or marriage. For example, when traveling to a distant region where he has no relatives, an Ashaninka will introduce himself as *ayōpari*. In this context, the term serves as a kind of ‘visiting card,’ signaling that the newcomer belongs to the same people and arrives with

friendly intentions. As an ‘unknown relative,’ the *ayōpari* represents an ‘other-yet-similar.’ Although *ayōpari* can simply describe a social interaction between unfamiliar Ashaninka individuals, it also signifies a deeper relationship between two people who choose to ‘do *ayōpari*,’ meaning they become ‘true friends’ and ‘exchange partners.’ It is this latter meaning of *ayōpari*—as both ‘friend’ and ‘exchange partner’—that is of particular interest here.

The *ayōpari* system enables a person to establish relationships of friendship and partnership with someone outside his kinship network through the exchange of goods. This exchange is a key element of the *ayōpari* bond. As observed in the Gran Pajonal (Schäfer, 1991, p. 50), the Ashaninka of the Amônia River describe an *ayōpari* as a “friend who gives me things.” Similar to the exchange expeditions discussed in the previous section, *ayōpari* visits typically take place during the dry season. The goods exchanged vary widely, including both traditional indigenous items such as clothing, bows, and arrows, hunting dogs, as well as industrial products like machetes, rifles, and cartridges. With colonization, Western goods became integrated into indigenous exchange networks, acquiring new meanings in the process (Schäfer, 1991; Hugh-Jones, 1992). For centuries, *ayōpari* partnerships allowed Ashaninka communities—particularly those more isolated from the Western world—to access industrial goods by leveraging extensive exchange networks. Over time, these products came to play an increasingly central role in *ayōpari* transactions (Bodley, 1973; Schäfer, 1991, 2023).

The *ayōpari* relationship extends beyond economic exchange; it establishes a bond between partners who commit to a moral contract and cultivate a close interpersonal connection, where prestige and honor play fundamental roles. Schäfer (1991, 2023) explored the social, cultural, and emotional dimensions of *ayōpari*, highlighting how it is governed by ethical principles and predefined behavioral norms. Exchange partners are bound by mutual protection and support, with trust,

loyalty, honesty, and generosity being essential virtues in maintaining the relationship.⁸ Despite the colonization of the Peruvian Amazonia and the increasing sedentarization of indigenous peoples within defined territories—such as *native communities* (*comunidades nativas*) in Peru and ‘indigenous lands’ (*terras indígenas*) in Brazil—which have restricted mobility and made exchange relationships more challenging, the *ayōpari* tradition has persisted. The Ashaninka of the Amônia River affirm that they continue to maintain trading partnerships across the Brazilian and Peruvian border (Pimenta, 2009). Although, as demonstrated by Schäfer (1991, 2023), the *ayompari* among the Ashéninka was marked by a system of reciprocal exchange grounded in cooperation. Its primary aim extended beyond the mere acquisition of goods to include the cultivation and preservation of harmonious social relations. This practice can be seen as a form of agreement built on trust and enduring social ties, in which greed had little or no place. However, the arrival of colonizers brought profound changes to this system. The exchanges between the Ashéninka and the *colonos* became deeply unequal and exploitative, frequently marked by violence, including flogging and other forms of abuse.

The extensive ethnographic literature on the lowlands has demonstrated that indigenous openness to otherness is rooted in the possibility of forging alliances with the ‘Other’—expanding kinship networks and integrating outsiders to neutralize real or potential threats. Among the Ashaninka of the Amônia River, the institution of *ayōpari* appears to fulfill this function. Across different historical periods, it has enabled local groups to engage

with outsiders, effectively ‘domesticating’ or ‘familiarizing’ them, as the ‘Other’ is always a potential adversary. In this sense, *ayōpari* serves as an interpretative model through which the Ashaninka qualify relationships of friendship and exchange with various Others.⁹ Shaped by historical circumstances, these relationships can extend beyond indigenous groups to include whites who are considered ‘friends,’ forming what could be described as an ‘interethnic *ayōpari*’ (Pimenta, 2006, 2009). As mentioned before, when asked about their exchange relationships prior to European colonization, the Ashaninka of the Amônia River explain that their ancestors ‘did *ayōpari*’ with the Huni Kuin, the Piro, and also with ‘Indians from the mountains.’¹⁰

THE *INKA* ASHANINKA AS AN INTERETHNIC MISUNDERSTANDING

A central character that permeates the symbolic and mythological universe of the Amazonian indigenous peoples living near the Andean Central Region is the *Inka*.¹¹ In Pano ethnographic literature, a substantial body of myths revolves around this character, though his presence and significance vary across different Pano speaking groups (Lagrou, 2006; Brabec de Mori, 2019; Calavia Sáez, 2000). Erikson (1992, p. 245), for instance, highlights myths from the Huni Kuin, Cashibo, Conibo, and Shipibo, which explicitly recall a time when they “lived under the dominion of the *Inka*.” Similarly, the *Inka* appears in the traditions of the Amuesha and other indigenous peoples of the Andean piedmont (Santos-Granero, 2002, pp. 279-304).

In the mythology of many Ashaninka communities, references to the *Inka* are also common, although, as

⁸ The Ashaninka of the Amônia River say that the *ayōpari* system also exists between women. In this case, the products exchanged are mainly textiles, baskets, pots, etc. In its female version, the system is called *ayōpao*, a term also used by women to refer to their ‘exchange partners’ or ‘friends’ (*nyōpao*). Schäfer (1991, 2023) also mentions *ayōpari* among women.

⁹ Not by chance, the Ashaninka cooperative in the Amônia River is called *ayōpari*.

¹⁰ It may seem anachronistic to say that the Ashaninka’s exchange relations with the Incas before the European arrival were *ayōpari* relationships, given that the term likely emerged during colonial times. However, what matters is not determining exactly how these exchanges took place in the past—a task that may well be beyond our reach—but understanding how the Ashaninka of the Amônia River today construct and interpret their past interactions with the ‘Indians of the mountains.’

¹¹ We have chosen to use the spelling *Inka* here, in italics and with a k, for the sake of clarity, i.e. to differentiate the Amazonian *Inka*, a mythical character, from the historical Incas.

with the Pano, this is not true for all of them.¹² When the *Inka* appears among the Ashaninka, as in other Andean piedmont societies (Santos-Granero, 2002, p. 295), he is closely tied to the emergence of the white man. In fact, among the Ashaninka of the Amônia River, the myth of the white man and the myth of the *Inka* are often intertwined. For them, telling the history of the *Inka* is essentially explaining how the white man came into the world.

The myth of the *Inka* or the myth of the white man has been documented in the literature of the Ashaninka since the earliest ethnographies (see Varese, 1968, pp. 124-133, 2002, pp. 152-162; Weiss, 1969, pp. 342-354). This myth has also been used to explain the messianic attitudes of the Ashaninka people (Brown & Fernández, 1991). Below, we present a summarized version of this myth, collected in the Apiwtxa village on the Amônia River, to highlight some of its key dimensions.

In the past, the *wirakotxa* (the white man) lived in a lake. Under the sight of *Pawa* (the main Ashaninka solar divinity), *Inka* went fishing with another Ashaninka at dawn. They heard a chicken at the bottom of the lake, and the *Inka* said:

Inka: Boy, are we going to catch that?

Ashaninka: No need, just leave it. We're not going to touch it.

The next day, the same thing happened. Again, while fishing in the lake, he heard a chicken and then a dog barking at the bottom. He didn't know what it was, but his curiosity grew . . . The *Inka* went to see *Pawa*, who warned:

Ashaninka: Don't move, my son!

But the *Inka* didn't listen and went fishing. He heard chickens very close, and dogs.

'I'm going to catch the chicken,' the *Inka* thought.

He set a hook with a banana . . . The chicken appeared, and when he put it in again, a dog came out. After hearing

another noise, he picked up the banana, and out came the white man. This is how the *wirakotxa* came to earth. *Pawa* became angry and asked:

Pawa: Why did you bring the *wirakotxa*?

Inka: Father, I went to catch some chicken, and the *wirakotxa* came out instead.

Pawa: I didn't want this white man with us. I left him at the bottom of the lake, but you liked him. Now you can keep him! I'm leaving, and you [Ashaninka] will stay with the *wirakotxa* and work for him.

The *Inka*'s disobedience profoundly disrupted the natural order established by *Pawa*. As a result, the white man spread across the land, which had originally been inhabited only by the Ashaninka. He began to 'walk in every corner,' making life unbearable for the indigenous people. While different versions of the myth of the *Inka* exist, varying depending on the storyteller, they all share common elements.

The first point that we consider important to emphasize is that *Inka* is an Ashaninka. He is a powerful *tasorentsi*,¹³ one of the first sons of *Pawa*. He is not, therefore, the historical Inca. According to Ashaninka accounts, at the beginning of time, they were the sole inhabitants of the Earth, where *Pawa* lived with his family. *Inka* was responsible for the emergence of the white man, called *wirakotxa*—a term of Quechua origin.

In Inca cosmology, *Viracocha* was a world creator deity who emerged in the primordial times and created the universe, the sun, the moon, the stars, as well as all living beings. The word *viracocha* is usually translated as 'Foam of the Sea.' However, some authors (Steele & Allen, 2004) prefer the term 'Reservoir of Fat' as the most plausible translation, both grammatically and culturally. During colonial times, the term *viracocha* was also used to refer to the Spaniards. Still nowadays, the Ashaninka use this term to refer to the white people.¹⁴

¹² Interestingly, there is no reference to the *Inka* among the Ashaninka communities of the Ene River, despite their geographic proximity to the central Andean region (Viana, 2019).

¹³ *Tasorentsi* is as a kind of demigod, children of *Pawa*, who made the world what it is today.

¹⁴ This term is also used by other indigenous peoples in Western Amazonia to refer to white people, such as the Piro of the Lower Urubamba (Gow, 1991, p. 85, note 25).

In the myth of the *Inka*, the emergence of the *wirakotxa* is the result of *Inka*'s disobedience to the god *Pawa*, who, when creating the world, had separated the Ashaninka from the white people. According to Weiss (1969) in Ashaninka cosmology:

lakes are confined to the more inaccessible uplands, and while their existence is known, they are ascribed marvelous properties. It is believed that within them live human beings adapted to breathing water as we do to air, together with all their houses, livestock, etc. It is in fact believed that the white race emerged from just such a lake. It is further believed that the waters of these lakes are capable of rising up to engulf the unfortunate Campa who ventures too near (Weiss, 1969, p. 67).

Lakes are precisely the gateways to the underwater world, ruled by the great anaconda (*nōke*) and inhabited by malevolent spirits that bring disease and death (Varese, 1968, pp. 129–130, 2002, pp. 157–158). The Ashaninka of the Amônia River regard the anaconda as both the 'Mother of the waters' and a malevolent spirit (*kamari*). *Inka*'s disobedience and irresponsibility are yet another example in a long list of mistakes made by *Pawa*'s first children in primordial times. These transgressions served to justify the current state of the world and its imperfections.

The presence of the chicken and the dog in the myth is also not coincidental. These animals are associated with white people and were unknown to the Ashaninka, who possess a rich body of myths explaining the origins of their endemic fauna. At the beginning of time, many animals were originally Ashaninka, unlike the chicken and the dog. For various reasons, these two animals were transformed by *Pawa* (or by a *tasorentsi*), losing their human form. Among the Ashaninka, there is an extensive repertoire of stories that recount the transformation of humans into animals and plants.¹⁵ However, at least among the Ashaninka of the Amônia River, we have not found any myths that explain

the appearance of the chicken and the dog. Although both animals have Indigenous names—*txaapa* for chicken and *otsitsi* for dog—the only mythological reference to them appears in the myth of *Inka*.¹⁶ In this story, they emerge from the bottom of a lake, where they had been faithful companions of the white man. *Inka*'s first capture of these two animals is interpreted as a warning from *Pawa* to his son, urging him to cease his dangerous actions. By breaking the divine rules, *Inka* provoked the wrath of *Pawa*, the Creator-God. Tired of his children's repeated disobedience—despite his efforts to 'teach them how to live'—*Pawa* chose to leave the earth and reside in the heavens, enjoying immortality and an ideal world, while leaving the Ashaninka to endure the imperfections of the terrestrial world.

On the Amônia River, information about *Inka*'s fate following his unfortunate fishing expedition is imprecise and have different versions. Some Ashaninka say that, after the white man emerged from the bottom of the lake, he captured *Inka* and took him to a distant land, where he has been held prisoner ever since. The hope for the 'return of *Inka*' to redeem his people—an idea that has gained traction in some Ashaninka communities in Peru (Brown & Fernández, 1991)—is occasionally mentioned, though usually in a humorous or ironic tone. Some Ashaninka even describe *Pawa*'s son as a traitor who simply forgot his people and chose to live voluntarily among the whites. It is worth noting that in several accounts, the Ashaninka of the Amônia River locate the lake of the *Inka* myth—the supposed birthplace of the white people—in the 'mountains,' that is, the Andes. Similarly, *Inka* is said to have either been taken or to have gone willingly to live with the white man in the mountains. The first *wirakotxa* that the Ashaninka of the Amônia River claim to have encountered was a Spanish.

¹⁵ A detailed exploration of the complex classifications the Ashaninka make of what we commonly refer to as the animal and the vegetable world lies beyond the scope of this paper. Among the anthropologists who have conducted research with the Ashaninka, Lenaerts (2004) has produced the most comprehensive study on this topic.

¹⁶ For a discussion about the domesticated dogs in pre-Columbian Andes and Amazonia, see Sánchez-Villagra et al. (2025).

Colonial records from the conquest of Peru confirm that the Spanish (or missionaries serving the Iberian Crown) were indeed the first whites to come into contact with Ashaninka communities, as early as the late 16th century, descending from the highlands into the Amazon.

It is also important to highlight that the myth of the *Inka* is closely associated with technological power and Western commodities. The Ashaninka of the Amônia River say that *Pawa* was an all-powerful god who possessed all forms of knowledge—including technological knowledge—which he entrusted to his son *Inka*, who was meant to share it with the Ashaninka only. However, when *Inka* went to live among the whites, this knowledge ended up in their hands instead.

The association between *Inka*, white people, and industrial goods is a recurring theme in the ethnographic literature on the lowlands and is not new in the case of the Ashaninka. It was already noted in the earliest ethnographies on this Indigenous group (see, for example, Weiss, 1969, pp. 348-355). Nonetheless, it is worth making a few additional comments in order to understand how the Ashaninka interpret their current economic dependence on whites. Despite minor variations, all versions of the myth of the *Inka* collected along the Amônia River converge in portraying industrial goods as having a native origin. These goods were given by *Pawa*¹⁷ and were originally meant to benefit the Ashaninka. It was *Inka*, an Ashaninka deity (*tasorentsi*), who passed

on to the whites the technological power required to produce such goods. In other words, for the Ashaninka of the Amônia River, the technological and economic superiority of the Western world is the result of the theft of sacred knowledge that was originally intended for the Ashaninka. This is seen as the immoral outcome of a type of social behavior that is unacceptable within Indigenous society, but characteristic of the white man—greed that leads to plunder. Whereas Indigenous society is founded on principles of exchange and generosity, whites are perceived as guided by avarice and theft. Robbed of technological knowledge in mythical times, the Ashaninka became economically dependent on the whites and, against their will, were forced to learn how to interact with them—namely, through barter and through the practice of *ayōpari* (Pimenta, 2006, 2009). Some Ashaninka associate this economic dependence to the progressive loss of the Cerro de la Sal which were taken from the Ashaninka by the Peruvian State in the mid-19th century.¹⁸

The character of the *Inka* in Ashaninka mythology is therefore different from the Inca empire. Although scientific research reveals strong historical connections between the Ashaninka and the Inca, the same word refers to two different cognitive and discursive worlds in this specific case. *Inka* and Inca are not to be confused—which is why we have chosen to write them differently here. Nevertheless, in interactions between the Ashaninka and non-Indigenous people, it is common to

¹⁷ In the pre-Columbian Andes, *Pachacamac* is an important pre-inca divinity. However, Varese mentions an Ashaninka deity of similar name, *Pachakamaite*, as the owner of goods (including industrial ones) who is also identified by the Ashaninka as *Pawa*. Varese presents a myth that clearly associates *Pachakamaite* with *Pawa*: “Pachakamaite is Páwa [Father and God] and lives downriver. He is not a *virakocha*, he is not a *chori* [Andean]. He is the child of the Sun . . . Pachakamaite makes everything: machetes, cooking pots, gunpowder, cartridges, salt, shotguns, ammunition, axes. Because previously, the Asháninka were poor and had nothing; they had no machetes, axes, nothing. Where did the Asháninka get everything? Back then they would go there, to Pachakamaite, and there they got everything. That is the way it was before; now we do not know. In the past the Asháninka used to know” (Varese, 1968, pp. 138-139, 2002, pp. 168-169).

¹⁸ In addition to learning how to trade with whites, the Ashaninka also had to learn to read and write. One version of the myth of the *Inka* collected on the Amônia River makes an explicit connection between the economic supremacy of the whites and literate knowledge. According to a shaman, *Pawa* also possessed the ability to write and had carefully recorded all his knowledge in a book, which he entrusted to *Inka*. When the white man captured *Inka*, he seized the book, studied its contents, and thus gained control over the production of industrial goods—leaving the Ashaninka without this knowledge and economically dependent. Our interlocutor viewed modern schooling, which promotes reading and writing, as a path for the Ashaninka to reclaim this knowledge—knowledge that was originally meant for them but was stolen by the whites.

witness situations in which the myth of *Inka* and historical narrative become entangled, leading to misunderstandings and the kind of cultural misalignment so familiar in ethnographic encounters.

In interactions between the Ashaninka and non-Indigenous people, the mention of the word *Inca* immediately opens up a semantic field filled with ambiguities and interpretive conflicts. As previously noted, intrigued by certain diacritical elements of Ashaninka material culture that they automatically associate with Andean peoples—such as clothing or musical instruments—many white visitors to the Ashaninka of the Amônia River make an immediate connection between them and the ancient Incas. Due to a cultural misunderstanding, they often assume that the Ashaninka are simply ‘descendants of the Incas.’ This unfounded assertion has become increasingly common among journalists, as well as tourists and members of NGOs visiting the Apiwtxa village. At times, it causes some discomfort among the Ashaninka, who find themselves constantly needing to clarify and ‘update’ their ‘story of the *Inka*.’ After all, how could the Ashaninka be descendants of a people called the ‘Inca’ if *Inka* is Ashaninka himself? If *Inka* is one of the first offspring of *Pawa*, the existence of a people and an empire with the same name—recorded in the history books of the whites—can only be explained through some event connected to the mythic figure of *Inka*.

When asked whether they are ‘descendants of the Incas,’ and aware that their white interlocutors do not share the same cognitive universe, the Ashaninka usually reply politely but vaguely that they are not ‘descendants,’ but rather distant ‘relatives’ of the Incas. When they sense their interlocutor is more open to listening, they may add that they cannot be descendants of the Incas—because, in fact, it is the Incas who are descendants of the Ashaninka. That is how one of the main leaders of the Ashaninka from the Amônia River responded to a journalist from a satirical magazine from Rio de Janeiro who asked whether they were related to or descended from the Incas:

Related. That’s what the *yacuxa*¹⁹ people say—they say we’re descended from the Incas. But from what I see in our history, it’s the Inca who’s descended from the Ashaninka, who came from the Ashaninka people (“Índio não é tudo igual”, 2000, p. 7).

This inversion may have left the journalist confused. It might seem like a presumptuous or even arrogant response to some non-Indigenous people, but it is entirely logical and understandable within the Ashaninka worldview. *Inca* and *Inka* are not the same. While the journalist is asking about the historical Incas, the leader is responding about the mythical *Inka*. Neither is wrong. The interlocutors are simply talking about different things. It is a confusing dialogue, a semantic misalignment created by the encounter of two distinct cultural universes. Although the terms are identical, each point to different ontologies, each with its own premises rooted in specific cognitive frameworks of being and perceiving the world. *Inka* and *Inca* serve as an example of what Viveiros de Castro (2004) called ‘controlled misunderstandings,’ which lie at the heart of the anthropological endeavor.

In any case, the Ashaninka statement that it is the Incas who are descendants of the Ashaninka, not the contrary, is in agreement with scientific data. As already mentioned above, according to the archaeological records, the Ashaninka, or at least their closest ancestors, inhabited the Andean piedmont since at least 500 A.D. much before the Incas who arrived in the Andean Central Region only around the 13th century.

Another possible reading of the *Inka* myth is that it is trapped into two different expressions of history, namely history as a discipline as the Western tradition understands it, and mythology as an expression of history as understood by the indigenous tradition. The relationships between myth and history have been extensively addressed by both anthropologists and historians. In anthropology, the most famous example is certainly Captain Cook’s encounter with the Hawaiians, which led to the Briton’s tragic fate (Sahlins, 1981).

¹⁹ This is a transcription error. The journalist transcribed the term *wirakotxa* (white) as ‘*yacuxa*.’

Although it is not the case to enter into this discussion here, it is important to reinforce that, as put by Bianchi (2023), myths and history should not be understood in opposition to each other: myths and cosmologies are also narratives about history, even though they are not historical narratives. Additionally, as written by Hill (1988, p. 5): “both myth and history are modes of social consciousness through which people construct shared interpretative frameworks.”

Looking at the *Inka* myth in this light, it is possible that the myth of the *Inka* was a way of the Ashaninka to include new events (as well as the foreign animals: the chicken and the dog) that happened after 1532 into their repertoire of myths or in their expression of history. Through this reading of the myth in question, *Inka* is indeed not the historical Incas. Nevertheless, within Ashaninka history, perhaps the Incas and the *Inka* are not completely dissociated from each other. In this specific case, myth and history seem to be intertwined, suggesting that a sharp severance between the historical Inca and the mythological *Inka* is more an understanding of a type of (modern) history that sees these two expressions of history as opposed. Although the purpose of this analysis is not to offer a detailed interpretation of the *Inka* myth, the Ashaninka have alternative ways of incorporating and interpreting important events into their own historical narrative in a fashion that makes sense within their own internal logic and in dialogue with their cosmology. Rather than deducing whether the Inca and the *Inka* are part of the same historical narrative, a more interesting exercise is to reflect upon the particular ways in which history can manifest itself in different cultures.

FINAL CONSIDERATIONS

No scholar today would deny the intense connections between the Andes and Amazonia in pre-Columbian times. In various fields, contemporary science has provided solid empirical evidence of the mutual influences between these two geographic regions, which for a

long time were crystallized as radically distinct and even opposing cultural areas. Beyond the Andes/Amazon division, the broader division between highlands and lowlands also needs to be questioned. As Combès (2012) has shown, the history and culture of the indigenous peoples who currently inhabit the Bolivian llanos region also reveal the intense exchanges they had with the Inca, but the Andean influences in the lowlands extend beyond the Bolivian Amazon and are visible even in the Chaco (Villar & Combès, 2012; Combès, 2021).

Situated between the eastern slope of the central Andes and the lowlands of the Amazon, the pre-Andine Arawak, including the Ashaninka, exemplify the complexity of these interrelations between the highlands and the lowlands. Even today, despite living far from the Andes, the Ashaninka of the Amônia River continue to carry the marks of the mountain range and of the Incas. By combining a historical perspective with an ethnographic approach, this article aimed to highlight how Andean influences and the legacy of the ancient Inca Empire continue to be present among the Ashaninka of the Amônia River. The exchange relationship of *ayompari* and the myth of *Inka* were the chosen examples to demonstrate these connections. Further in-depth and targeted research would undoubtedly open up other avenues to explore. Beyond these specific relationships and their particular characteristics, open to interpretations and academic debates, this article also sought to emphasize that the Ashaninka were never passive objects in the history of the Others, whether Andean or European. Depending on the context, their relations with the ancient Inca Empire in pre-Columbian times were marked by opposition, ambiguity, but also complementarity. As Mauss (1990 [1925]) famously said over a century ago in his “The gift: the form and reason for exchange in archaic societies”, there are only two ways to relate to the Other: war or exchange. Whether in war or in exchange, in indigenous myth or in the history of the whites, the Ashaninka have always asserted their agency and protagonism.

ACKNOWLEDGEMENTS

José Pimenta thanks the *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) for partially funding his research work (Finance Code 001). Cristiana Bertazoni was funded by the *Deutsche Forschungsgemeinschaft* (DFG, German Research Foundation) – project number: 510844672. The authors would also like to thank Guilherme Bianchi for his comments on a previous version of this article and the two anonymous reviewers for their valuable comments and suggestions.

REFERENCES

- Barbieri, C., Heggarty, P., Yang Yao, D., Ferri, G., De Fanti, S., Sarno, S., Ciani, G., Boattini, A., Luiselli, D., & Pettener, D. (2014). Between Andes and Amazon: The genetic profile of the Arawak-speaking Yanésa. *American Journal of Physical Anthropology*, 155(4), 600–609. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ajpa.22616>
- Bertazoni, C. (2007). *Antisuyu: An investigation of Inca attitudes to their western Amazonian territories* [Doctoral dissertation, University of Essex].
- Bertazoni, C. (2014). Apu Ollantay: Inca Theater as an example of the modes of interaction between the Incas and Western Amazonian Societies. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 9(1), 27–36. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222014000100003>
- Bertazoni, C. (2020). The place of the Antisuyu in the discourse of Guamán Poma de Ayala. In A. Pearce, D. Beresford-Jones, & P. Heggarty (Eds.), *Rethinking the Andes-Amazonia divide: a cross-disciplinary exploration* (pp. 297–312). University College London Press. <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10112618/1/Rethinking-the-Andes-Amazonia-Divide.pdf>
- Beyesen, P. (2008). *Kitarentse: Pessoa, arte e estilo de vida ashaninka do oeste amazônico* [Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-40342/kitarentse-pessoa-arte-e-estilo-de-vida-ashinka-do-oeste-amazonico#google_vignette
- Bianchi, G. (2023). *Historicidades em deslocamento: temporalidade e política em mundos ameríndios*. Autografia.
- Bodley, J. (1973). Deferred exchange among the Campa Indians. *Anthropos*, 68, 589–596.
- Bodley, J. (1981). Deferred exchange among the Campa Indians: A reconsideration. In P. D. Francis, F. J. Kense, & P. G. Duke (Eds.), *Networks of the past* (pp. 49–59). Archaeological Association of the University of Calgary.
- Brabec de Mori, B. (2019). The Incas still exist in the Ucayali Valley: what we can learn from songs. In J. J. Rivera Andía (Ed.), *Non-humans in Amerindian South America: ethnographies of indigenous cosmologies, rituals and songs* (pp. 167–196). Berghahn Books.
- Brown, M., & Fernández, E. (1991). *War of shadows: The struggle for utopia in the Peruvian Amazon*. University of California Press.
- Calavia Sáez, O. (2000). O inca pano: mito, história e modelos etnológicos. *Mana*, 6(2), 7–35. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132000000200001>
- Comandulli, C. (2015). *Tsonkiri Expedition*. Mimeo.
- Combès, I. (2012). ¿Incas en la selva? Para tejer una etnohistoria de las tierras bajas de Bolivia. In D. Villar, & I. Combès (Eds.), *Las tierras bajas de Bolivia: miradas históricas y antropológicas* (Colección Ciencias Sociales, n. 29, pp. 63–76). El País/Museo de Historia de la UAGRM.
- Combès, I. (2021). *Una etnohistoria del Chaco boliviano* (Colección Ciencias Sociales y Historia, n. 49). El País.
- Cunha, E. da. (1998). *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Fundação Cultural do Acre.
- Erikson, P. (1992). Uma singular pluralidade: a etno-história Pano. In M. Carneiro da Cunha (Ed.), *História dos índios no Brasil* (pp. 239–252). Companhia das Letras. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap239-252/p239-252_Erikson_Uma_singular_pluralidade_a_etno-historia_pano.pdf
- Erikson, P. (1993). Une nébuleuse compacte: le macro-ensemble pano. *L'Homme*, 126–128(2-4), 45–58. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aerikson-1993-nebuleuse/Erikson_1993_UneNebuleuseCompacte_MacroPano.pdf
- Gade, D. W. (1972). Comercio y colonización en la zona de contacto entre la sierra y las tierras bajas del Valle del Urubamba, Peru. In *Historia, etnohistoria y etnología de la selva sudamericana: Actas y memorias del XXXIX Congreso Internacional de Americanistas* (Vol. 4, pp. 207–221). Instituto de Estudios Peruanos. <https://repositorio.iep.org.pe/server/api/core/bitstreams/f3e7aad0-3db7-46f2-a682-7ea329e87fa6/content>
- Gondim, N. (1994). *A invenção da Amazônia*. Marco Zero.
- Gow, P. (1991). *Of mixed blood: Kinship and history in Peruvian Amazonia*. Clarendon Press.
- Heckenberger, M. (2002). Rethinking the Arawakan diaspora: Hierarchy, regionality, and the Amazonian formative. In J. D. Hill, & F. Santos-Granero (Eds.), *Comparative Arawakan histories: Rethinking language family and culture area in Amazonia* (pp. 99–122). University of Illinois Press.

- Hill, J. D. (Ed.). (1988). *Rethinking history and myth. Indigenous South American perspectives on the past*. University of Illinois Press.
- Hirth, K., & Pillsbury, J. (2013). Redistribution and markets in Andean South America. *Current Anthropology*, 54(5), 642–647. <https://doi.org/10.1086/673114>
- Hornborg, A. (2005). Ethnogenesis, regional integration, and ecology in prehistoric Amazonia: toward a system perspective. *Current Anthropology*, 46(4), 589–620. <https://doi.org/10.1086/431530>
- Hugh-Jones, S. (1992). Yesterday's luxuries, tomorrow's necessities: Business and barter in northwest Amazonia. In C. Humphrey, & S. Hugh-Jones (Eds.), *Barter, exchange and value: An anthropological approach* (pp. 42–74). Cambridge University Press.
- Hvalkof, S., & Veber, H. (2005). Los Ashéninka del Gran Pajonal. In F. Santos, & F. Barclay (Eds.), *Guía etnográfica de la Alta Amazonía* (Vol. V: Campa ribereños, Ashéninka, pp. 75–279). Smithsonian Tropical Research Institute. <https://pt.scribd.com/document/419403557/Guia-Etnografica-de-La-Alta-Amazonia-Vol-CINCO-Santos-Barclay-Weiss-Hvalkof-Veber>
- Índio não é tudo igual. Bundas entrevista o Moisés dos Ashaninka. (2000, 16–22 maio). *Bundas*, 1(48), 6–12.
- Killick, E. (2008). Godparents and trading partners: social and economic relations in Peruvian Amazon. *Journal of Latin American Studies*, 40(2), 303–328. <https://doi.org/10.1017/S0022216X08004008>
- Kummels, I., & Noack, K. (Eds.). (2014). *Las conexiones temporales, regionales y transatlánticas de los Andes y la Amazonia: Personas y objetos como actores de una historia entrelazada*. Nuevos Mundos. Mundos Nuevos.
- Lagrou, E. (2006). Laughing at power and the power of laughing in Cashinahua narrative performance. *Tipiti*, 4(1–2), 33–56. <https://digitalcommons.trinity.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1024&context=tipiti>
- Lathrap, D. (1963). Los Andes Centrales y la Montaña: Investigación de las relaciones culturales entre la Montaña Peruana y las altas civilizaciones de los Andes Centrales. *Revista del Museo Nacional*, 32, 197–202.
- Lathrap, D. (1970). *The upper Amazon*. Thames & Hudson. <https://archive.org/details/in.gov.ignca.49409/page/n75/mode/2up>
- Lathrap, D. (1973). The antiquity and importance of long-distance trade relationships in the moist tropics of pre-Columbian South America. *World Archaeology*, 5(2), 170–186. <https://doi.org/10.1080/00438243.1973.9979564>
- Lenaerts, M. (2004). *Anthropologie des indiens Ashéninka d'Amazonie: nos sœurs Manioc et l'étranger Jaguar*. L'Harmattan.
- Mauss, M. (1990 [1925]). *The gift: the form and reason for exchange in archaic societies* (W. D. Halls, Trans.). Routledge.
- Megggers, B. J. (1954). Environmental limitations on the development of culture. *American Anthropologist*, 56(5), 801–824. <https://doi.org/10.1525/aa.1954.56.5.02a00060>
- Olah, G., Bover, P., Llamas, B., Heiniger, H., Segura Llanos, R., & Shimada, I. (2026). Ancient DNA and spatial modeling reveal a pre-Inca trans-Andean parrot trade. *Nature Communications*, 17, 2117. <https://doi.org/10.1038/s41467-026-69167-9>
- Pärssinen, M., & Korpisaari, A. (Eds.). (2003). *Western Amazonia: multidisciplinary studies on ancient expansionistic movements, fortifications and sedentary life* (Renvall Institute Publications, 14). University of Helsinki.
- Pearce, A., Beresford-Jones, D., & Heggarty, P. (Eds.). (2020). *Rethinking the Andes-Amazonia Divide: A cross-disciplinary exploration*. University College London Press. <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10112618/1/Rethinking-the-Andes-Amazonia-Divide.pdf>
- Pimenta, J. (2006). De l'échange traditionnel à l'économie du "développement durable": La notion de "projet" entre les Ashaninka du Haut Juruá (Amazonie brésilienne). *Cahiers du Brésil Contemporain*, 63–64, 17–50. <http://www.revues.msh-paris.fr/vernumpub/04-Jos%C3%A9%20Pimenta.pdf>
- Pimenta, J. (2009). Parceiros de troca, parceiros de projetos: o ayompari e suas variações entre Ashaninka do Alto Juruá. In M. I. Smiljanic, J. Pimenta, & S. G. Baines (Orgs.), *Faces da Indianidade* (pp. 101–126). Nexus Design. <https://pt.scribd.com/document/339863588/Faces-da-Indianidade-pdf>
- Pimenta, J. (2018). Amor rebelde: história, política e casamento no Alto Juruá. *Mana*, 24(2), 199–234. <https://doi.org/10.1590/1678-49442018v24n2p199>
- Pinhanta, M. A. (2019). *Kitharentsi: a arte da tecelagem das mulheres Ashaninka* [Master's thesis, Universidade de Brasília].
- Rangel, A. (2001). *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. Valer/Governo do Estado do Amazonas.
- Regalado de Hurtado, L. (1997). *El Inca Titu Cusi Yupanqui y su tiempo: Los Incas de Vilcabamba y los primeros cuarenta años del dominio español*. Pontificia Universidad Católica del Perú. <https://doi.org/10.18800/9789972420924>
- Renard-Casevitz, F.-M. (1985). Guerre, violence et identité a partir des sociétés du piémont amazonien des Andes Centrales. *Cahiers ORSTOM, Série Sciences Humaines*, 21(1), 81–98. https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_4/sci_hum/19896.pdf

- Renard-Casevitz, F.-M., Saignes, T., & Taylor, A.-C. (1986). *L'Inca, l'espagnol et les sauvages: Rapports entre les sociétés amazoniennes et andines du XVIe au XVIIe siècle*. Éditions du CNRS.
- Renard-Casevitz, F.-M. (1992). História Kampa, memória Ashaninka. In M. Carneiro da Cunha (Ed.), *História dos índios no Brasil* (pp. 197–212). Companhia das Letras. https://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap197-212/p197-212_Renard-Casevitz_Historia_kampa_memoria_ashaninka.pdf
- Renard-Casevitz, F.-M. (1993). Guerriers du sel, sauniers de la paix. *L'Homme*, 33(126–128), 25–43. https://www.persee.fr/doc/hom_0439-4216_1993_num_33_126_369627
- Sahlins, M. (1981). *Historical metaphors and mythical realities: Structure in the early history of the Sandwich Islands Kingdom*. University of Michigan Press. https://is.muni.cz/el/1423/jaro2006/SAN102/um/1108737/Sahlins_Marshall._2004._1981._Historical_Metaphors_and_Mythical_Realities.pdf
- Saignes, T. (1985). *Los Andes orientales: Historia de un olvido*. Instituto Francés de Estudios Andinos de la Realidad Económica y Social. <https://archive.org/details/saignes-thierry.-los-andes-orientales-historia-de-un-olvido-2014/page/n3/mode/2up>
- Salazar, L., Burger, R., Forst, J., Barquera, R., Nesbitt, J., Calero, J., Washburn, E., Verano, J., Zhu, K., Sop, K., Kassadjikova, K., Asencios, B., Davidson, R., Bradley, B., Krause, J., & Fehren-Schmitz, L. (2023). Insights into the genetic histories and lifeways of Machu Picchu's occupants. *Science Advances*, 9, eadg3377. <https://doi.org/10.1126/sciadv.adg3377>
- Sánchez-Villagra, M., Bertazoni, C., & Vander Velden, F. (2025). On the lack of domestic dogs in pre-Columbian lowland Amazonia and their deep history of entanglements with humans in South America. *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 30, e70006. <https://doi.org/10.1111/jlca.70006>
- Santos-Granero, F. (1992). *Etnohistoria de la Alta Amazonía: Siglos XVI–XVIII*. Abya-Yala.
- Santos-Granero, F. (2002). The Arawakan matrix: Ethos, language, and history in native South America. In J. Hill, & F. Santos-Granero (Eds.), *Comparative Arawakan histories: Rethinking language family and culture area in Amazonia* (pp. 25–50). University of Illinois Press.
- Santos-Granero, F., & Barclay, F. (2005). *Guía etnográfica de la Alta Amazonia – Volumen V – Campa ribereños, Ashéninka*. Smithsonian Tropical Research Institute. <http://hdl.handle.net/10469/20951>
- Schäfer, M. (1991). Ayompari “el que me da las cosas”: El intercambio entre los Ashéninka y Asháninka de la selva central peruana en perspectiva histórica. In P. Jorna, L. Malaver, & M. Oostra (Eds.), *Etnohistoria del Amazonas* (pp. 45–62). Abya-Yala.
- Schäfer, M. (2023). *Ayompari, amigos y el látigo: El trueque ashéninka en el entramado social y económico del Gran Pajonal, Perú*. Fondo Editorial de la PUCP.
- Smith, R. C. (2006). Where our ancestors once tread: Amuesha territoriality and sacred landscape in the Andean Amazon of Central Peru. In C. Gros, & M.-C. Strigler (Eds.), *Être Indien dans les Amériques* (pp. 69–84). Éditions de l'Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL).
- Steele, P., & Allen, C. (2004). *Handbook of Inca mythology*. ABC-CLIO. <https://i.4pcdn.org/tg/1438433486937.pdf>
- Steward, J. (1948). *Handbook of South American Indians* (Vol. 3: The tropical forest tribes). Smithsonian Institution. <http://www.etnolingustica.org/handbook:vol3>
- Taussig, M. (1987). *Shamanism, colonialism, and the wild man: A study in terror and healing*. University of Chicago Press.
- Taylor, A.-C. (1992). História pós-colombiana da Alta Amazônia. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 213–238). Companhia das Letras.
- Taylor, A.-C. (1999). The western margins of Amazonia from the early sixteenth to early nineteenth century. In F. Salomon, & S. B. Schwartz (Eds.), *The Cambridge history of native peoples of the Americas: South America* (Vol. 3, Pt. 2, pp. 188–256). Cambridge University Press.
- Tello, J. (1960). *Chavín: Cultura matriz de la civilización andina*. Universidad de San Marcos. https://books.google.com.br/books/about/Chav%C3%ADn_cultura_matriz_de_la_civilizaci.html?hl=es&id=VINIAAAAMAAJ&redir_esc=y
- Valensi, L. (1974). História e antropologia econômica: A obra de Karl Polanyi. In L. Valensi (Org.), *Para uma história antropológica: a noção de reciprocidade* (pp. 15–26). Edições 70.
- Varese, S. (1968). *La sal de los cerros: notas etnográficas e históricas sobre los Campa de la selva del Perú*. Universidad Peruana de Ciencias e Tecnología. <https://pt.scribd.com/document/427839525/La-sal-de-los-cerros-pdf>
- Varese, S. (2002). *Salt of the mountain: Campa Asháninka history and resistance in the Peruvian jungle*. University of Oklahoma Press. https://books.google.com.br/books?id=NCXw6o3YaMkC&printsec=copyright&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Viana, P. (2019). *Ibechirajeta, ser/estar alegre: Uma cosmopolítica Asháninka do rio Ene* [Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7756264

- Villar, D., & Combès, I. (Eds.). (2012). *Las tierras bajas de Bolivia: miradas históricas y antropológicas* (Colección Ciencias Sociales, n° 29). El País.
- Viveiros de Castro, E. (1996). Images of nature and society in Amazonian ethnology. *Annual Review of Anthropology*, 25, 179–200. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/images-nature-and-society-amazonia-ethnology>
- Viveiros de Castro, E. (2004). Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 2(1), 3–22. <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1/>
- Weiss, G. (1969). *The cosmology of the Campa Indians of Eastern Peru* [Doctoral dissertation, University of Michigan].
- Wilkinson, D. (2018). The influence of Amazonia on state formation in the ancient Andes. *Antiquity*, 92(365), 1362–1376. <https://doi.org/10.15184/aqy.2018.194>
- Wilkinson, D. (2022). Incas and Arawaks: A special relationship along the Andes-Amazonian frontier. *Andean Past*, 13, 265–293. https://digitalcommons.library.umaine.edu/andean_past/vol13/iss1/13/

AUTHOR'S CONTRIBUTION

The authors declare that they actively participated in all stages of the manuscript's preparation.

RESEARCH DATA

The data have not been deposited in a repository.

PREPRINT

Not published in a repository.

PEER REVIEW

Double-blind, closed review.

Entre rios e lagoas: novos dados para o contexto Guarani do litoral sul catarinense a partir do sítio arqueológico Lagoa da Velhinha

Between rivers and lagoons: new data for the Guarani context of Santa Catarina southern coast from the Lagoa da Velhinha archaeological site

Juliano Bitencourt Campos^I  | Edenir Bagio Perin^{II}  | Fernanda Schneider^{III}  | Rafael Milheira^{IV}  |
Sílvia Aline Pereira Dagostim^{I,III}  | Marcos César Pereira Santos^V  | Francisco Silva Noelli^{VI}  | Paulo DeBlasis^{VII} 

^IUniversidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, Santa Catarina, Brasil

^{II}Arqueosul Arqueologia e Gestão do Patrimônio. Criciúma, Santa Catarina, Brasil

^{III}Universidade do Vale do Taquari. Lajeado. Rio Grande do Sul, Brasil

^{IV}Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

^VUniversidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará, Brasil

^{VI}Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal

^{VII}Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta novos dados para a arqueologia Guarani do litoral sul do Brasil a partir do estudo do sítio Lagoa da Velhinha, um contexto inédito junto à Lagoa dos Esteves, município de Balneário Rincão, Santa Catarina. Lagoa da Velhinha foi uma aldeia pequena, mas estável e duradoura, estabelecida no século XIV e abandonada, provavelmente, no século XVI. Apresenta-se a análise do registro arqueológico, mais duas novas datas radiocarbônicas, discutindo-se sua relação com outros sítios Guarani do litoral. Os novos dados i) reforçam os modelos interpretativos sobre a ocupação Guarani massiva próxima do período colonial no litoral sul-brasileiro, que pode ser marcada em meados do século XIV, intensificando-se ao longo do século XV; ii) mostram que a plena ocupação Guarani se distancia, em alguns séculos, do fim da longa ocupação dos sambaquieiros da costa; iii) indicam processos de abandono rápido das aldeias no século XVI em razão do avanço das ações do colonialismo português, como foi registrado em outros contextos litorâneos brasileiros.

Palavras-chave: Arqueologia Guarani. Lagoa da Velhinha. Etnohistória.

Abstract: This article presents new data for the Guarani archaeology of the southern coast of Brazil. It is based on the study of the Lagoa da Velhinha site, a recently found context near Lagoa dos Esteves, Santa Catarina. Lagoa da Velhinha was a small but stable and long-lived village, established in the 14th century and probably abandoned in the 16th century. The paper brings the analysis of the archaeological record, with two new radiocarbon dates included, and the relationship with other Guarani sites on the coast is discussed. The new data i) reinforce the interpretative models on the massive Guarani occupation close to the colonial period on the southern Brazilian coast, which can be traced back to the mid-14th century, intensifying throughout the 15th century; ii) show that the full Guarani occupation was several centuries apart from the end of the long-lasting occupation of the *sambaquis* (shellmound builders) of the coast; iii) indicate processes of rapid abandonment of villages in the 16th century due to the advance of Portuguese colonialism, as recorded in other southern Brazilian coastal contexts.

Keywords: Guarani Archaeology. Lagoa da Velhinha. Ethnohistory.

Campos, J. B., Perin, E. B., Schneider, F., Milheira, R., Pereira Dagostim, S. A., Santos, M. C. P., Noelli, F. S., & DeBlasis, P. A. D. (2026). Entre rios e lagoas: novos dados para o contexto Guarani do litoral sul catarinense a partir do sítio arqueológico Lagoa da Velhinha. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250057. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0057>

Autor para correspondência: Juliano Bitencourt Campos. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA). Rodovia Governador Jorge Lacerda, 3800. Criciúma, SC, Brasil. CEP 88807-400 (jbi@unesb.net).

Recebido em 30/07/2025

Aprovado em 05/02/2026

Responsabilidade editorial: Jorge Eremites de Oliveira



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados da pesquisa no sítio arqueológico Lagoa da Velhinha, situado junto à Lagoa dos Esteves, no município de Balneário Rincão, Santa Catarina (Campos & Perin, 2020, 2023) (Figura 1)¹. O sítio resulta da ocupação pré-colonial Guarani no território sul-catarinense, antes longamente ocupado por grupos Jê do Sul (Schmitz et al., 1999; Noelli, 2000; Merencio & DeBlasis, 2021) e sambaquieiros (Gaspar, 2000; DeBlasis et al., 2021). Os Guarani são falantes de uma das 42 línguas da família linguística Tupi-Guarani, de origem amazônica, que ocuparam boa parte da região Sul do Brasil, em contínua expansão demográfica e busca por novos territórios, um processo iniciado há, pelo menos, 2.500 anos (Loponte et al., 2025; Brochado, 1984, 2024; Bonomo et al., 2015). Neste sítio, a distribuição espacial da materialidade, composta por uma significativa variabilidade cerâmica e lítica, permite caracterizar o sítio como uma *ta* (Montoya, 2011, p. 519), traduzida em espanhol como 'pueblo' e em português como 'aldeia', integrada em um *guara* (Montoya, 2011, p. 128), traduzido como 'pátria', parcialidade, 'país', formado por uma rede de *tas*, semelhante ao conjunto de sítios representados na Figura 1, que talvez representem uma fração das comunidades do *guara* daquela área. Reconhecendo o sistema de alianças e parentesco em um *guara* (e entre *guaras*), é possível compreender a lógica política e ecológica Guarani para formar constelações de comunidades em relação, permitindo inferir suas características organizacionais situadas histórica e socialmente. Conforme indica Montoya (2011, p. 550), o território de cada *ta* pode ser grafado como *tekohá* ou *tekoá* (*tekuáva*, traduzido com o sentido de 'morada').

Assim, os dados apresentados permitem analisar aspectos contextuais e materiais da *ta* do sítio Lagoa da Velhinha.

Permitem, também, retomar os modelos interpretativos da presença do *guara* nessa parte do litoral, onde a quantidade de sítios arqueológicos e fontes históricas sugere uma demografia elevada ao longo da costa sul-catarinense nos séculos XV e XVI. Por fim, o contexto arqueológico da ocupação final do sítio Lagoa da Velhinha sugere um processo de abandono rápido no século XVI.

ARQUEOLOGIA GUARANI NO EXTREMO SUL CATARINENSE

O extremo sul catarinense foi pesquisado a partir dos anos 1960 (Rohr, 1982; Schmitz, 1996, 1998; Schmitz et al., 1999; Lino & Campos, 2003; Farias, 2005). Até 2011, a maior parte dos dados arqueológicos da região resultou do trabalho de licenciamento ambiental (por exemplo, Fossari, 1991; Lavina, 1997-1998, 2000, 2003, 2005; Caldarelli, 2003; Campos, 2008, 2009, 2010a, 2011). São raras, mas importantes, as pesquisas acadêmicas nesta região litorânea, como os estudos no sítio Içara 1 (Schmitz et al., 1999). A partir de 2012, foi implementado o primeiro projeto de pesquisa regional de longa duração, contribuindo para o estudo sistemático da ocupação pré-colonial na região (Campos et al., 2012, 2013; Campos, 2010b, 2014, 2015; M. Santos et al., 2015, 2016, 2018; Viana et al., 2017; J. Santos et al., 2017)².

Dezoito sítios arqueológicos foram localizados e investigados na área entre a foz do rio Araranguá e lagoas conexas. Três concheiros e cinco sítios Guarani foram pesquisados em maior detalhe, produzindo 16 datações entre 3.697 e 230 anos AP³ (M. Santos et al., 2016). Tais datas, juntamente com outras da região contígua ao norte, configuram quatro horizontes de ocupação diferenciados. O primeiro se refere aos sítios da Tradição Umbu, situados na porção serrana da encosta, desde o Holoceno antigo

¹ O estudo do sítio foi realizado no âmbito de um programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação do Condomínio Blue Lagoon, município de Balneário Rincão, Santa Catarina.

² Denominado "Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba (AERUM)", ligado ao grupo de pesquisa "Arqueologia e gestão integrada do território", certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com base na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em Criciúma.

³ As datações radiocarbônicas apresentadas neste artigo são calibradas antes do presente (AP).

até o período colonial, demonstrando longevidade e continuidade indígena na região (Farias et al., 2016).

O segundo se situa, no extremo sul catarinense, entre aproximadamente 3.697 e 1.275 anos AP, com sambaquis na faixa costeira entre 8.000 e perto de 1.000 anos atrás, ocupação muito documentada nas lagoas da região de Laguna, ao norte do sítio Lagoa da Velhinha (Giannini et al., 2010; Kneip et al., 2018; DeBlasis et al., 2021). Na área da pesquisa, dois sambaquis foram datados e apontam o horizonte de maior profundidade temporal para a região, conforme datas do sambaqui do Geraldo (3.697-3.377 AP). O terceiro horizonte, entre 1.532-1.184 AP, abrange os 'sambaquis tardios' (DeBlasis et al., 2021) que, de alguma forma, se relacionam aos grupos Jê do Sul (Schmitz et al., 1999; Merencio & DeBlasis, 2021). O quarto horizonte tem sítios datados entre 910-230 anos AP, e marca a presença Guarani (M. Santos et al., 2016; J. Santos et al., 2017; Milheira, 2010; Milheira & DeBlasis, 2013; Noelli et al., 2014; Campos, 2015; Kneip et al., 2018; Farias et al., 2016; Novasco et al., 2021; Kozłowski et al., 2022; Noelli et al., 2022).

No extremo sul catarinense, a maioria dos sítios Guarani está sobre os terraços pleistocênicos mais elevados (Mateus, 2017). Essas áreas, no costado interior das lagoas do Faxinal, Esteves e Mãe Luzia, em geral, exibem cobertura vegetal do bioma Mata Atlântica, com formação de Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas (Milheira, 2010; Campos et al., 2013; Campos, 2015). Até o presente, foram registrados 21 sítios arqueológicos Guarani no município de Balneário Rincão.

Os registros históricos da ocupação Guarani no litoral sul catarinense referem uma demografia Guarani elevada na primeira metade do século XVI, onde chegaram a ocupar as áreas mais rebaixadas e abertas dos vales interioranos (DeBlasis et al., 2025). Esse fato levou os portugueses e tupiniquins da capitania de São Vicente a atacar sistematicamente as suas

tas para escravizar pessoas, começando no litoral norte catarinense na década de 1520, alcançando o litoral central na década seguinte e o litoral sul na década de 1550. Os primeiros relatos sobre europeus no litoral catarinense, nas tas do litoral central, datam de 1515-1516, 1526, 1527 e 1530 (Mello, 2005; Armenta, 1870). A referência de acesso ao litoral sul era a área de Laguna, então conhecida como Viaça ou Biaça (grafada de diferentes formas), situada a aproximadamente 50 km ao norte do sítio Lagoa da Velhinha. Esse nome topográfico se traduz como 'barra ou boca de rio' na língua Guarani: *y mbyasa*, termo registrado em 1639 no dicionário de Montoya (2011, p. 632). A primeira descrição da população da área de *y mbyasa* é de 1º de maio de 1538, onde se pode incluir o litoral até o rio Araranguá:

... que S. M. envíe un factor suyo que traiga labradores, que no son menester conquistadores, porque es gente recia, y si los lastimasen, luego eran alzados. Y es una gente tan animosa que no dejarían hombre a vida, porque son grandes flecheros, y traen unas pelotas que con un hombre armado darán en tierra, porque es gente de grandes fuerzas⁴ (Armenta, 1870, p. 554).

As tas tinham casas-longas de diversos tamanhos, conforme o registro arqueológico e as fontes históricas, sendo importante compreender que o seu comprimento era proporcional à quantidade de residentes (Noelli, 2022). No litoral catarinense, há pouca informação histórica, mas são descritas as maiores casas avistadas na área atual de Florianópolis em 1541, quando a expedição de Cabeza de Vaca passou o inverno onde hoje fica o bairro do Estreito, no continente, "a um tiro de pólvora" da ilha de Santa Catarina. Vaca relatou para Oviedo y Valdés (1852 [1557], p. 203) que havia na ilha cinco tas, algumas com "moradas o casas luengas de a sesenta, y ochenta y a cien passos" (60 passos = cerca de 49,2 m; 80 passos = cerca de 65,5 m; 100 passos = cerca de 82 m). O sítio Lagoa

⁴ "... que S. M. envíe um feitor seu que traga lavradores, porque não são necessários conquistadores, pois é gente forte, e se forem lastimados, logo se rebelarão. E é gente tão animosa que não deixarão nenhum homem com vida, porque são grandes frecheiros e trazem umas bolas [boleadeiras] que derrubam um homem armado, porque é gente de grande força".

da Velhinha, discutido neste estudo, registra plantas baixas bem menores, 'pequenas' (ver adiante), aqui consideradas evidências de sítios 'novos' instalados naquela área. É uma situação condizente com as descrições históricas da diminuição do tamanho da população Guarani até o início do século XVII, após 60 anos de conflitos com os tupiniquins e portugueses no contexto dos ataques para escravizar pessoas da região – além das fugas para o interior e do grave efeito de epidemias.

O período colonial trouxe impactos significativos para o tamanho da demografia Guarani do litoral catarinense, entre a atual ilha de São Francisco do Sul e o rio Mampituba. Por exemplo, em 1530, a ilha de São Francisco do Sul era "bien poblada de indígenas" (Santa Cruz, 1918 [1542], p. 548); já em 1552, essa área era considerada um "despoblado de indígenas" – despovoada não significa vazia, mas com menor quantidade de gente (Vizcaya, 1946 [1552], p. 310), devido aos contínuos ataques escravagistas iniciados na década de 1520 (Noelli, 2025, pp. 86-92). Em 1527, há um raro exemplo do tamanho de uma população local: a cerca de quatro léguas (24 km) da atual praia de Garopaba, provavelmente nas imediações do *y mbyasa*, uma embarcação espanhola que naufragou foi resgatada por "quatro mil" homens Guarani (Mello, 2005, p. 117).

O fato é que a demografia histórica e a própria história da população Guarani no litoral catarinense durante o período colonial nunca foram sistematicamente pesquisadas até o presente, sendo um tema inteiramente aberto à pesquisa. Contudo, o conjunto de evidências arqueológicas sugere uma área com muitos sítios e densidade demográfica crescente a partir do século XV.

O SÍTIO LAGOA DA VELHINHA

O sítio Lagoa da Velhinha (LV-I) está situado na localidade de Lagoa dos Esteves, no município de Balneário Rincão, a aproximadamente 175 m da lagoa e 2.500 m da linha de praia, com elevação local de seis metros acima do nível do mar, coordenadas UTM E665045 N6805733. Ocupa aproximadamente 330 m² na área mais elevada

de terraços aplainados que se destacam na margem sudeste da lagoa, integrada às outras lagoas através de canais naturais em meio a trechos paludosos. Trata-se de um ecótono predominantemente coberto por estrato florestal, com vegetação arbustiva e campestre nas áreas com banhados (Figura 1).

A observação minuciosa da superfície permitiu identificar duas pequenas áreas com solo escuro muito próximas, interpretadas como fundos de habitação (ver discussão à frente). Após remover a vegetação rasteira, foi possível evidenciar as duas manchas enegrecidas (M1 e M2), com 8,8 m e 8,3 m de comprimento e 5,7 m e 4,9 m de largura, respectivamente, onde os vestígios arqueológicos se concentram. Em seguida, abriu-se uma longa trincheira, revelando o pacote arqueológico raso. Na mancha 1, foi aberta outra pequena trincheira transversal, ampliada para 6 m² na área central. Na mancha 2, foram escavados 4 m². As escavações foram realizadas em níveis artificiais de 10 cm, e o sedimento foi peneirado com malha de 4 mm. Toda a área de entorno imediato do sítio arqueológico foi documentada por levantamento topográfico georreferenciado, complementado com voo por drone (Figura 2).

Em ambas as manchas, a escavação revelou dois estratos, seguidos do sedimento arenoso estéril abaixo. No primeiro, entre a superfície e 20 cm de profundidade, foram identificadas cerâmicas bastante fragmentadas, e alguns líticos, visivelmente afetados pelo pisoteio do gado. Por todo o pacote, são frequentes também evidências de bioturbação por galerias do roedor tuco-tuco (*Ctenomys* sp.), presença comum em sítios instalados em ambiente costeiro, arenoso, com campos de dunas fixas. Apesar desses distúrbios, a estrutura estratigráfica permaneceu bem preservada.

No segundo estrato (B), abaixo de 20 cm de profundidade, os vestígios cerâmicos são abundantes, com fragmentos maiores e, não raro, ainda espacialmente articulados, em meio ao sedimento arenoso muito escuro definidor do horizonte de ocupação. Essa camada mais escura, rica em carvão e material orgânico, muito densa em vestígios, vai até cerca de 35 cm, quando se

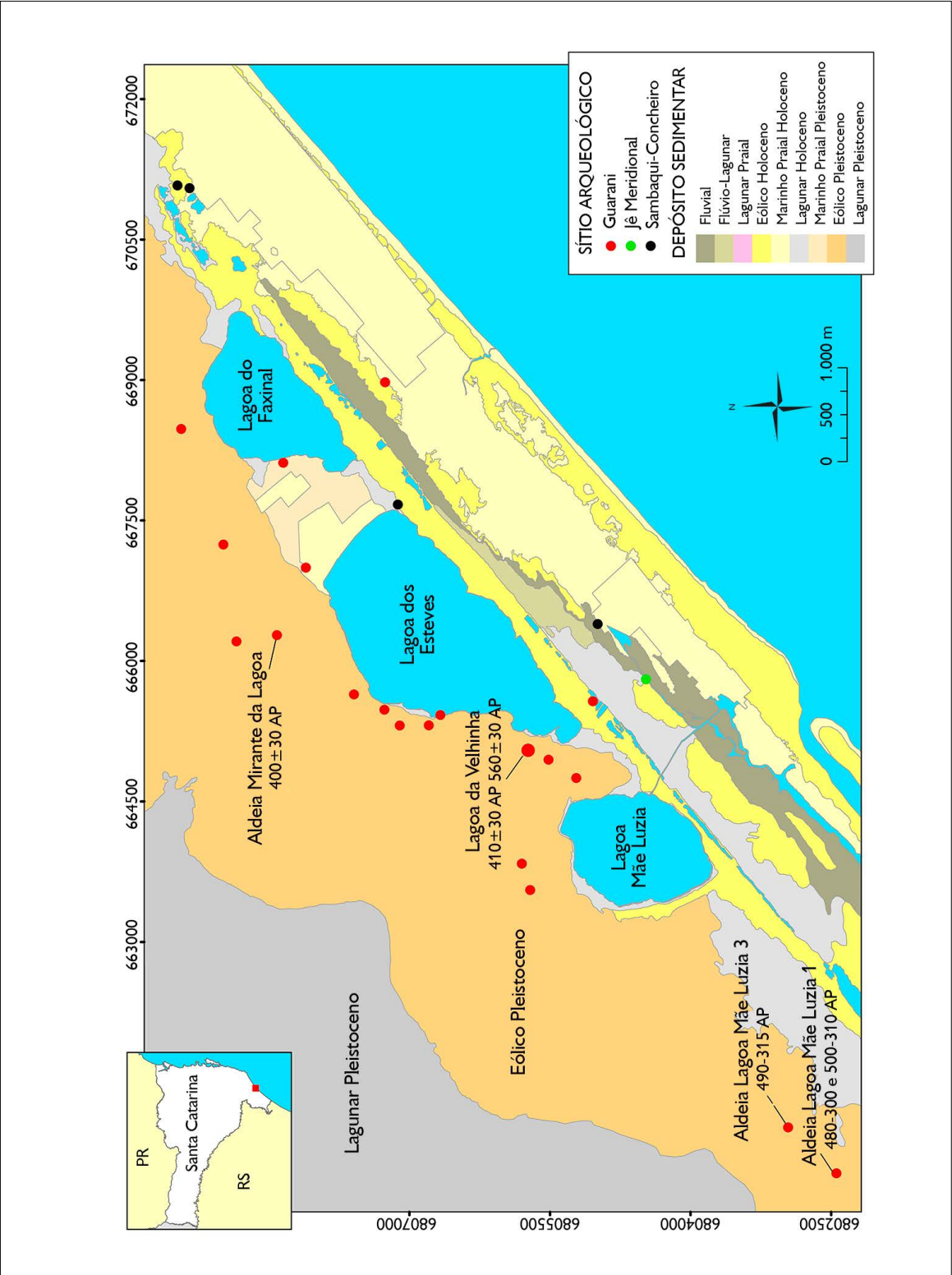


Figura 1. Sítios Guarani e depósitos sedimentares junto às lagoas do extremo sul catarinense. Coordenadas em UTM, fuso 22S, datum SIRGAS2000. Fonte: adaptado de Mateus (2017).

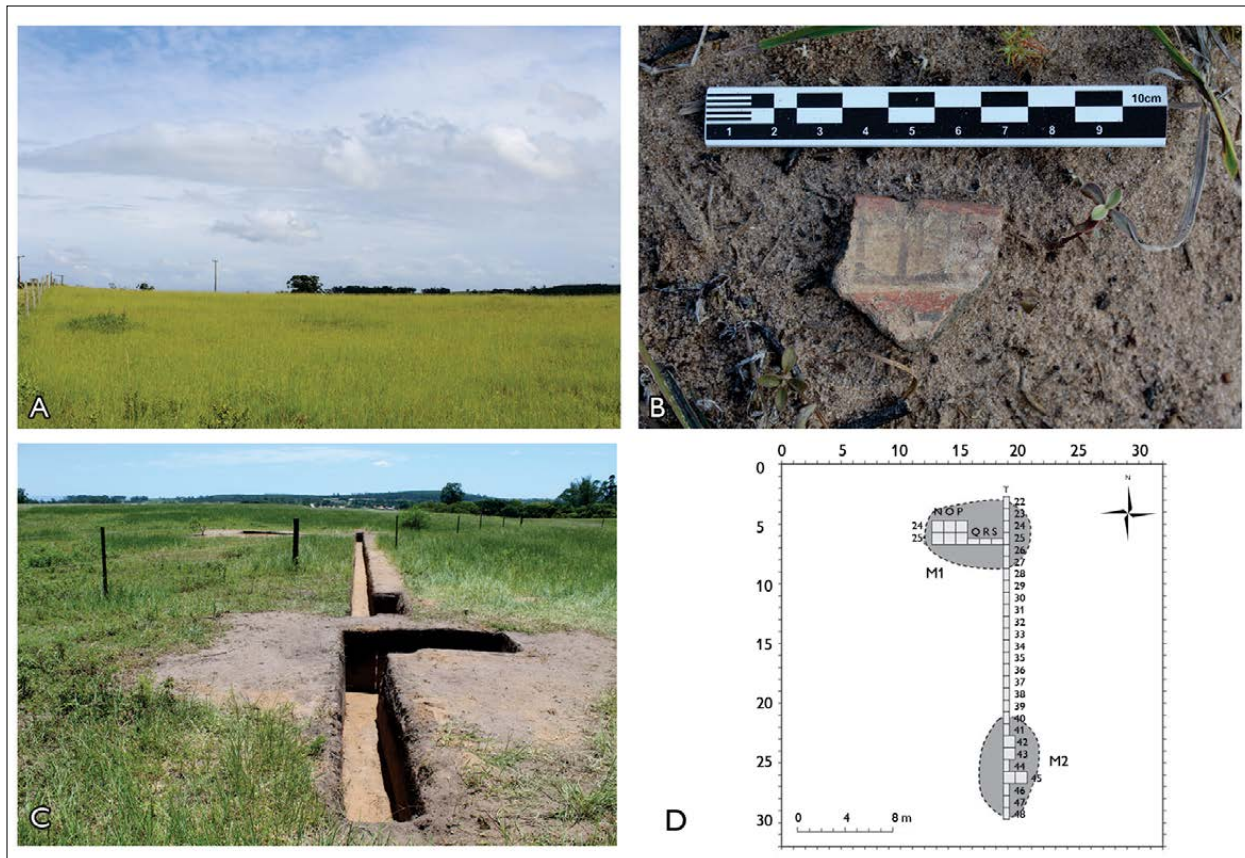


Figura 2. A) Trecho onde se encontra o sítio LV-I; B) fragmento cerâmico decorado em superfície; C) vista da área escavada; D) localização das manchas escuras e plano de escavação. Fotos: Edénir Bagio Perin (2021). Imagem elaborada por Edénir Bagio Perin e Paulo DeBlasis (2025).

vai diluindo e praticamente desaparece por volta de 40-45 cm de profundidade, cedendo lugar ao substrato de cor laranja do terraço arenoso (Figuras 3 e 4). Esse horizonte de sedimento arenoso escuro consiste no piso de ocupação da aldeia, onde os fragmentos cerâmicos são numerosos e ocorrem em pequenas concentrações, associadas a carvão abundante e artefatos líticos, sobretudo alisadores-calibradores e lascas de calcedônia. Percebe-se também uma discreta diferença altimétrica⁵ entre as duas manchas, em função da topografia local.

Deste pacote sedimentar provêm as amostras de carvão para datação radiocarbônica do sítio Lagoa da Velhinha (Tabela 1). Ambas as amostras foram calibradas com o programa Oxcal v4.4.4 (Bronk Ramsey, 2021), utilizando a curva SHCal20 indicada para o hemisfério Sul (Hogg et al., 2020).

A distribuição dos fragmentos cerâmicos se concentra no interior das manchas escuras, bem marcada entre 20 e 40 cm de profundidade, contando-se centenas de fragmentos cerâmicos, líticos e alguns

⁵ A documentação dos eixos (x-y) dos vestígios permitiu também obter modelos tridimensionais. Inicialmente, foi necessário obter a altitude geoidal dos vestígios arqueológicos documentados em campo com o nível topográfico e calculada a altitude de cada peça em planilha eletrônica. Utilizando o *software* ArcMap, criou-se um Triangular Irregular Network (TIN) e por intermédio do *software* ArcScene foi possível manipular o TIN e associar a nuvem de pontos à superfície tridimensional.

vestígios faunísticos⁶ (Figura 5). A densidade por função Kernel (Silverman, 1986), elaborada no *ArcMap*, ilustra a distribuição dos vestígios no interior da área escavada na Mancha 1 (Figura 6).

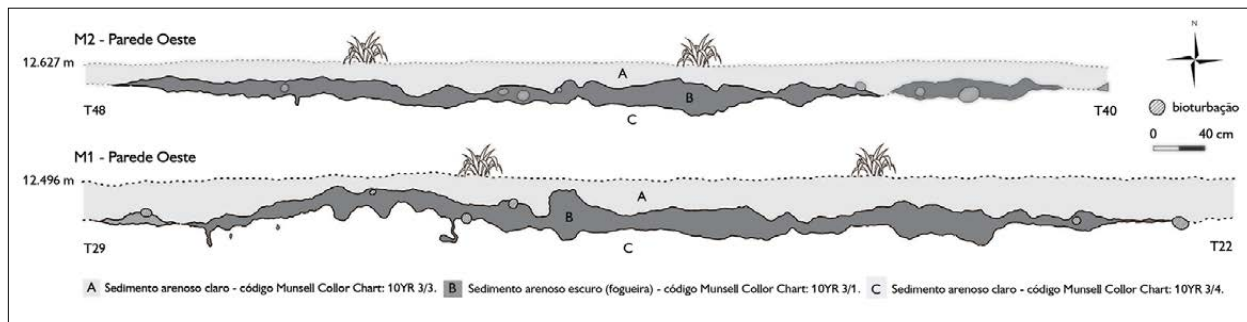


Figura 3. Perfis das manchas M1 e M2 do sítio arqueológico Lagoa da Velhinha (estratos A, B e C). Fonte: imagem elaborada por Edenir Bagio Perin, Juliano Bitencourt Campos e Paulo DeBlasis (2025).



Figura 4. A) Aspecto da trincheira 2; B) vista da área escavada na Mancha 1; C) fragmentos de borda evidenciados na escavação da Mancha 1 (quadra 25), entre 20 e 30 cm – escala 10 cm; D) perfil da Mancha 1 – escala 50 cm. Fotos: Edenir Bagio Perin (2025).

⁶ Os restos faunísticos consistem em fragmentos rarefeitos de ossos grandes de fauna terrestre, muito fragmentados e dispersos, por vezes queimados. Esses materiais não se conservam bem no solo ácido da região.

Tabela 1. Datações radiocarbônicas produzidas para o sítio Lagoa da Velhinha. Legendas: CRA = *Conventional Radiocarbon Age* (idade radiocarbônica convencional); cal AP = anos calibrados antes do presente; cal AD = calibrado em *Anno Domini*.

Código de laboratório	CRA	cal AP	cal AD	Quadrícula	Profundidade (cm)
Beta 696116	560 ± 30	557-501	1.393-1.449	P24	35
Beta 696117	410 ± 30	499-323	1.451-1.627	T45	25

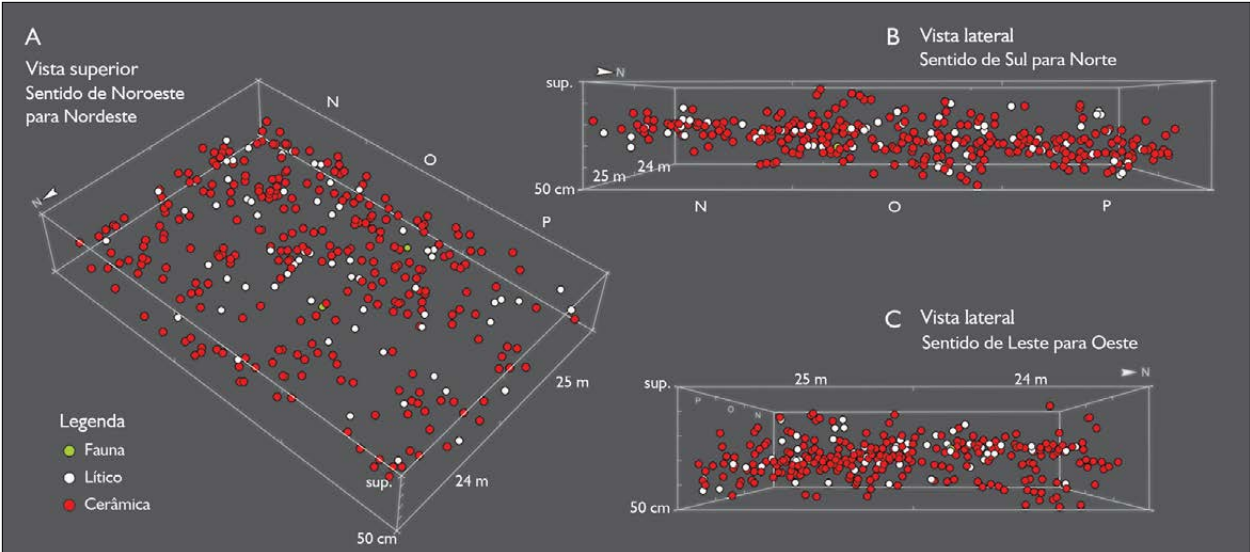


Figura 5. Dispersão dos vestígios cerâmicos, líticos e faunísticos evidenciados na área escavada da Mancha 1 do sítio Lagoa da Velhinha. Fonte: imagem elaborada por Edenir Bagio Perin, Juliano Bitencourt Campos e Paulo DeBlasis (2025).

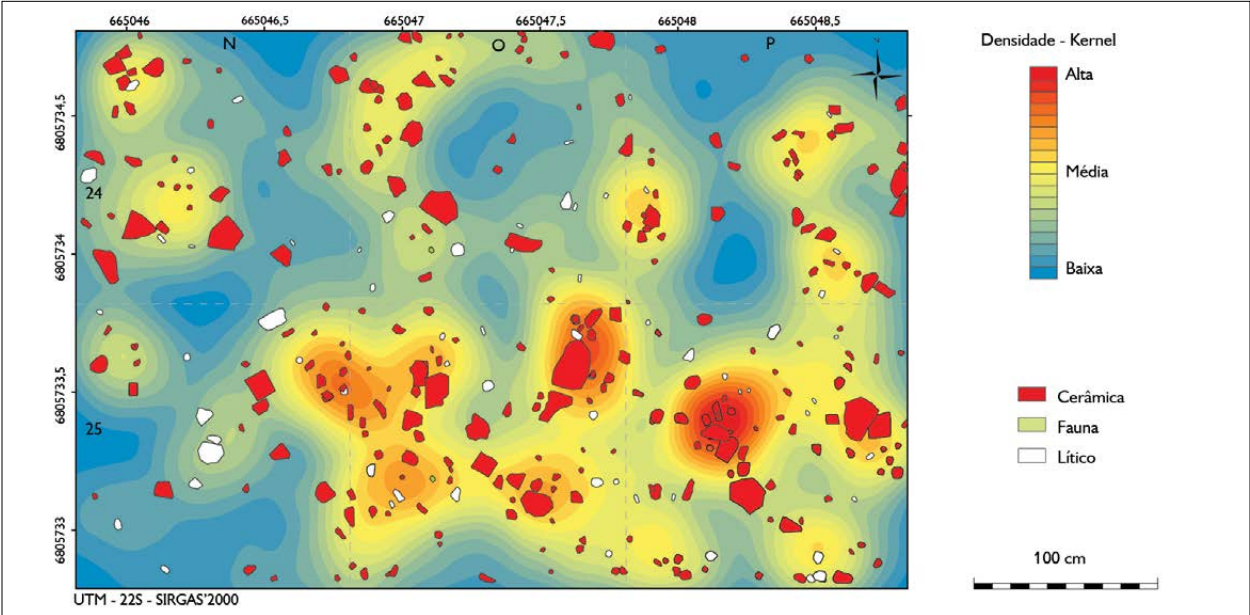


Figura 6. Mapa de densidade Kernel para os vestígios identificados na Mancha 1 do sítio Lagoa da Velhinha. Fonte: imagem elaborada por Edenir Bagio Perin, Juliano Bitencourt Campos e Paulo DeBlasis (2025).

A CERÂMICA DO SÍTIO LAGOA DA VELHINHA

Foram recuperados 1.147 fragmentos de cerâmica⁷ em oito níveis distintos: superficial (1,6%), 0-10 cm (3,4%), 10-20 cm (12,4%), 20-30 cm (46,6%), 30-40 cm (27,8%), 40-50 cm (8%), 50-60 cm (0,1%) e 60-70 cm (0,1%). A maior concentração está entre 20 e 40 cm de profundidade, especialmente na faixa de 20 a 30 cm, justamente no intervalo da camada escura. A análise tecnopológica do material priorizou sete atributos técnicos e de estilo (Schneider & N. Machado, 2020, pp. 400-403): tempero, técnica de manufatura, *design* morfológico, cor da pasta (para medir tentativamente a atmosfera de queima), tratamento de superfície, decoração pintada e decoração plástica. Esses critérios foram elaborados a partir da literatura especializada e específica para a cerâmica Guarani (La Salvia & Brochado, 1989; Brochado et al., 1990; Milheira, 2008; Neumann, 2008; Milheira et al., 2013; Noelli et al., 2018). Além destes sete atributos, a secção do pote (fundo, parede, borda, borda/parede, fragmento, massa) foi tabulada e as peças foram medidas. O grau de conservação das peças foi avaliado (desgaste leve, médio e severo), assim como a forma da borda e o tipo de lábio. Por fim, foram observadas marcas de desgaste atípicas, evidenciadas em alguns fragmentos.

As peças com 'desgaste leve' permitem a melhor observação. A maioria apresentou desgaste leve (652 fragmentos, 57%) e médio (369 fragmentos, 32%), indicando um bom panorama para o estudo dos atributos. Com relação à secção do pote, paredes predominam (~66%), seguidas de itens não identificáveis (18%), bordas (11%), bordas/paredes (3%), fundos (1,5%) e massas (bolotas de argila, 0,7%). Pelo menos um fundo e uma massa de argila atingiram grandes proporções, com respectivamente 26,5 cm e 9 cm de diâmetro.

Foram avaliadas a forma e o tipo de lábio em 169 bordas (e bordas/paredes). As bordas diretas representam 33% da coleção (n = 56); as extrovertidas, 28% (n = 47); e as introvertidas, 14% (n = 24). Em 25% (n = 42), não foi possível identificar a borda. Com relação ao tipo de lábio, 60% (n = 101) são arredondados; 15% (n = 26) são agudos; 12% (n = 20) são planos; 2% (n = 3) são arredondados com incisões e 1% (n = 2) apresenta canaleta. Em 10% (n = 17), não foi possível identificar esse elemento. Há seis temperos na pasta: grãos de areia, quartzo, chamote, óxido de ferro, fibra vegetal e carvão. Esses elementos foram encontrados isolados ou agrupados nas pastas, distribuídos em nove combinações. Três tipos são mais comuns: areia (~37%), areia + chamote (~34%) e areia + quartzo (~15%)⁸. Como a areia está presente em todos os fragmentos, é provável que, pelo menos em parte, integre a composição natural da argila.

A técnica de manufatura predominante é a roletada (~71%), facilmente percebida quando a quebra das vasilhas ocorre na linha dos roletes, deixando-os em evidência. Em 28%, não foi possível identificar a técnica de manufatura com segurança, e em 1% ocorre o modelado, presente nas massas (bolotas de argila) e em outros dois fragmentos. Para 171 peças, foi possível sugerir o *design* morfológico das vasilhas. Seguindo Brochado et al. (1990) e Noelli et al. (2018), foram avaliados os aspectos morfológicos marcantes nas paredes, como carenas, as formas das bordas e os tipos de decoração. São quatro tipos de vasilha: *kambuchi* (vaso para guardar líquido) em 104 fragmentos, *kambuchi kaguava* (vaso para beber) em 41 fragmentos, *ña'ẽmbe* (tigela para comer) em dez fragmentos e *japepo* (panela para cozinhar) em dez fragmentos (Figura 7).

⁷ Em laboratório, os materiais foram higienizados a seco com escova de cerdas macias, suficiente para retirar o excesso de sujidade (basicamente areia seca), garantindo menor perda de informações para eventuais análises futuras (pigmentação, microvestígios botânicos, ácidos graxos etc.).

⁸ Apesar de se verificar os mesmos temperos para a cerâmica Guarani em diferentes contextos, combinações e preferências variam. No sítio Trovoada 1 (litoral norte do Rio Grande do Sul), por exemplo, os temperos majoritários são óxido de ferro e chamote, com areia em todos os fragmentos (Campos et al., 2023). De maneira geral, a mesma preferência (óxido de ferro e chamote) foi observada no vale do rio Taquari (Schneider & N. Machado, 2020). Entretanto, entre sítios da mesma região, observam-se variações peculiares, como o uso de fragmentos de quartzo e calcedônia como antiplástico.

Além dos quatro tipos morfológicos ora mencionados, foram encontrados três fragmentos de miniaturas de vasilha (diâmetro de boca menor do que 7 cm), sendo dois do mesmo pote (Figura 7). Essas miniaturas dificilmente são manufaturas para a preparação de alimentos ao fogo. Em geral, não tinham a mesma função das vasilhas de

tamanho normal (Brochado et al., 1990); diferente do uso doméstico, processos de ensino-aprendizagem geralmente são associados a esses achados (Rizzardo & Rogge, 2013).

Para a cerâmica Guarani, sugere-se que a queima ocorria em baixas temperaturas e em fogueiras a céu aberto (Brochado, 1980), condições em que dificilmente

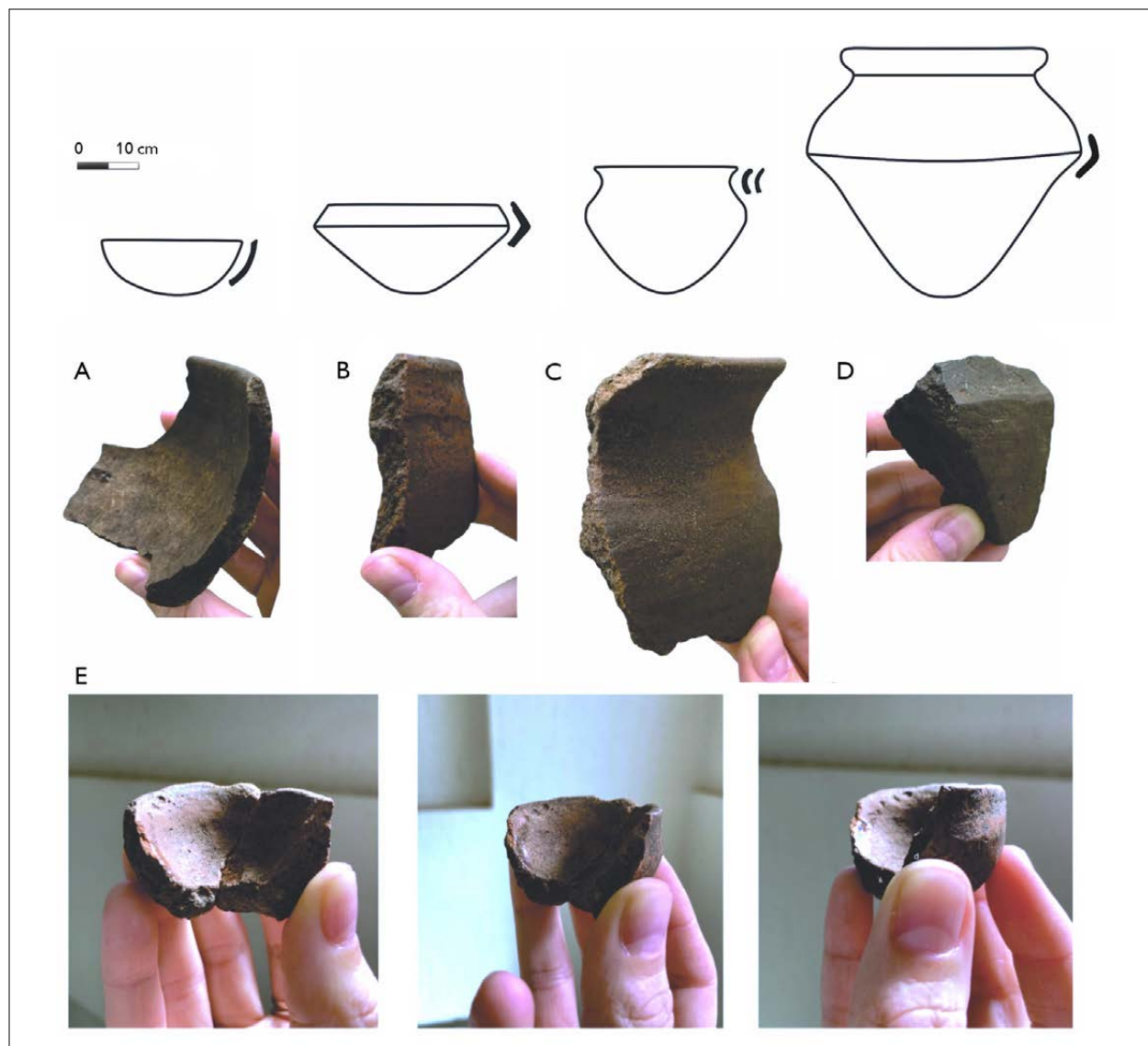


Figura 7. Acima, tipos morfológicos reconstruídos a partir da coleção do sítio Lagoa da Velhinha. Da esquerda para a direita: *ñã'êmbé* (tigela); *kambuchi kaguava* (vaso para beber); *japepo* (panela) e *kambuchi* (vaso para guardar líquido). No meio, borda introvertida com pintura interna sugestiva para *ñã'êmbé* (A); borda introvertida com quebra na carena sugestiva para *kambuchi kaguava* (B); borda extrovertida sugestiva para *japepo* (C); parede de grande espessura com carena bem marcada sugestiva para *kambuchi* (D). Abaixo, remontagem parcial de miniatura encontrada no sítio (E). Desenhos e fotos: Fernanda Schneider (2025).

atingiria plena maturidade (Rice, 1987), com o núcleo permanecendo escurecido. Tal tendência não se verifica aqui, observando-se equilíbrio entre queima redutora e oxidante. As cores preto, cinza, sanduíche, clara/escura, que representam a queima redutora, perfazem 49,5% da amostra, enquanto as cores marrom-claro, laranja e rosa, que representam a queima oxidante, aparecem em 50,5% da amostra. Queima equilibrada aparece também na cerâmica Guarani do vale do Taquari, nordeste do Rio Grande do Sul (Schneider & N. Machado, 2020). Em outros contextos, é relatada maior frequência de cerâmica oxidada, como visto nos sítios do Rio da Várzea, norte do Rio Grande do Sul, em aproximadamente 66% dos fragmentos (Neumann, 2008) ou, para as cerâmicas Guarani do litoral sul catarinense, em 67% dos fragmentos (Milheira et al., 2013).

No tratamento de superfície, observa-se o uso de alisamento, barbotina (camada de argila decantada e transformada em um caldo com espessura entre 1 e 3 mm) e engobo (banho de argila com ou sem tinta com espessura ≤ 1 mm) (Figura 9). Tais tratamentos, em ambas as faces das peças, foram encontrados em oito combinações. Predomina engobo na parte interna e externa ($\sim 51\%$), seguido de barbotina, também em ambas as faces ($\sim 14\%$), e ainda barbotina na parte externa e engobo na parte interna ($\sim 13\%$). As outras combinações foram menos frequentes. Em 11%, não foi possível identificar o tratamento de superfície em qualquer das faces. No que se refere à decoração plástica, quase toda a coleção é composta de cerâmicas alisadas ou corrugadas, mas foram evidenciados também os tipos digitado, escovado, ponteados, roletados, estocados e ungulados (Figura 8).

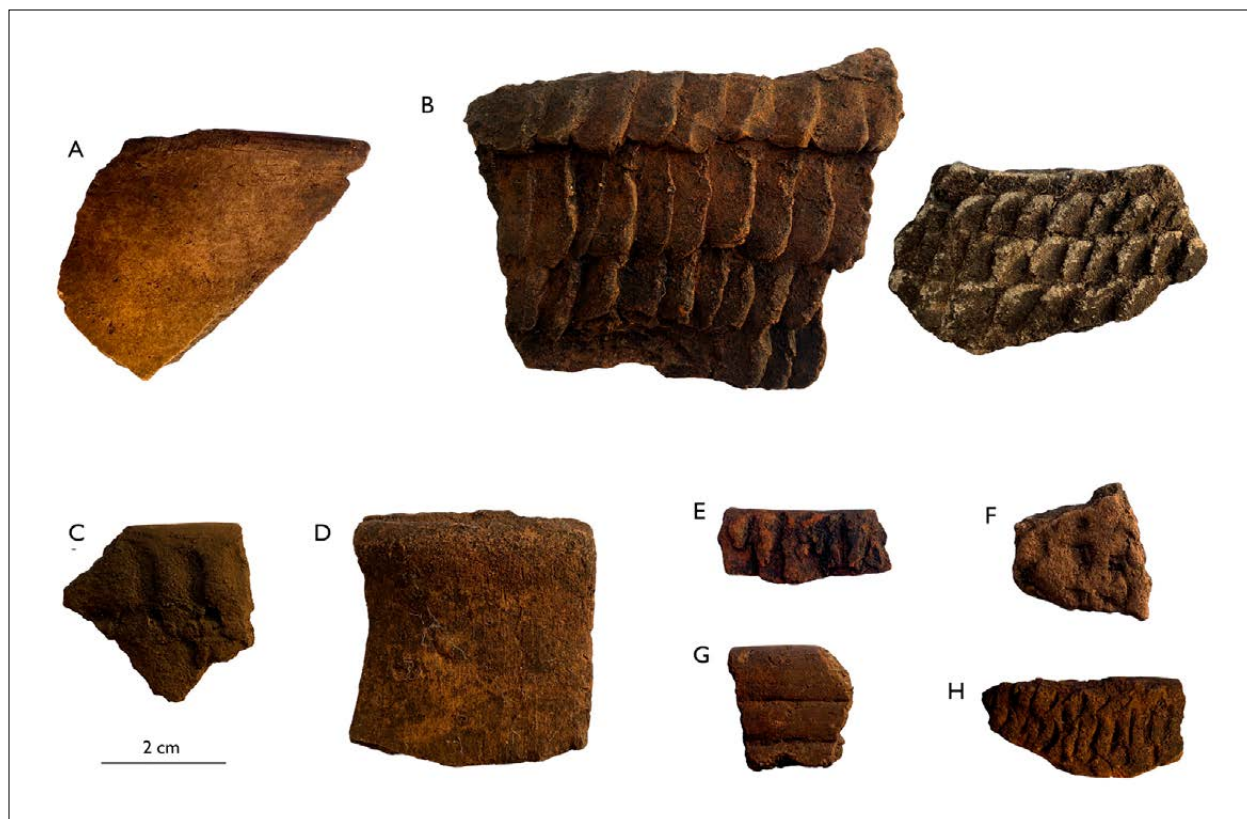


Figura 8. Tipos de decoração plástica presentes na cerâmica do sítio Lagoa da Velhinha: A) alisado; B) corrugados; C) digitado; D) escovado; E) estocado; F) ponteados; G) roletados; H) ungulados. Fotos: Fernanda Schneider (2025).

Todos os tipos de decoração são associados à cultura Guarani, não havendo tipos exóticos.

A decoração pintada ocorre em ~16% (n = 192) dos fragmentos, com traços de pigmentação (pintura gráfica ou engobo pigmentado) (Figura 9). Este percentual é significativo e parecido ao obtido por Schneider (2019) para alguns sítios Guarani da região do vale do Taquari (~17%), e não está distante da média observada para a cerâmica Guarani do Nordeste (~13%, A. Machado, 2008) e da região central do Rio Grande do Sul (~15%, Rogge, 1996).

No extremo sul catarinense, é comum, em sítios Guarani, o uso de engobo vermelho, branco e vermelho sobre branco, além do predomínio da pintura de motivos geométricos vermelhos em vasilhas *japepo* e *kambuchi* (J. Santos et al., 2017). No sítio Lagoa da Velhinha, uma parte considerável da pintura é representada apenas por engobo com adição de pigmentação. Foram verificados o engobo vermelho em 11,6% das peças, o branco em 3,3%, o branco/vermelho em 0,8% e o preto em 0,3%.

A maioria dos grafismos consiste em linhas vermelhas (3,6%), brancas (0,1%), pretas (0,2%) e em associação

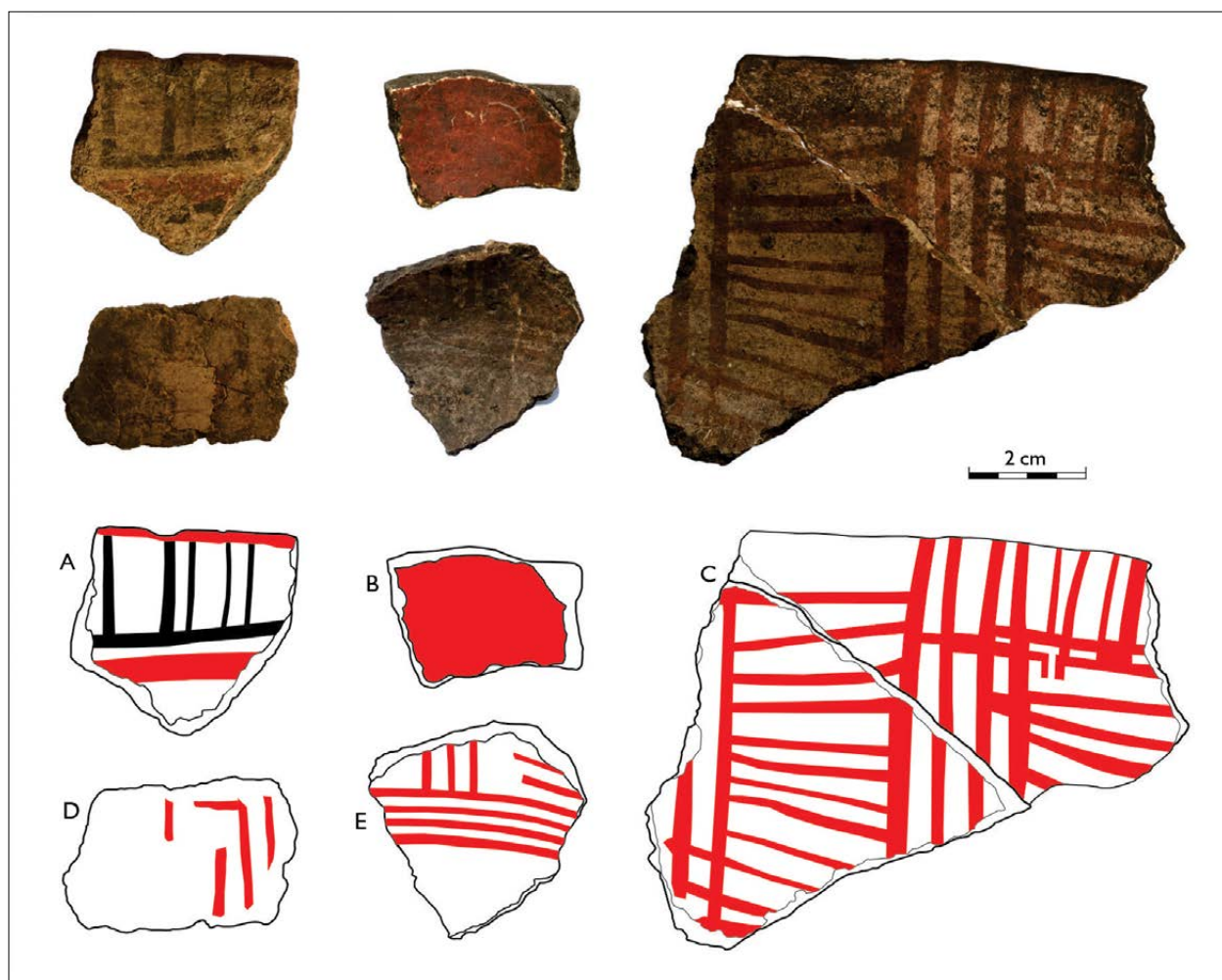


Figura 9. Exemplos de pintura de Lagoa da Velhinha: (A) engobo branco e grafismos preto/vermelho; (B) engobo vermelho; (C) engobo branco com grafismo vermelho; (D) engobo branco com grafismo vermelho; (E) engobo branco com grafismo vermelho. Fotos: Fernanda Schneider. Desenhos: Edenir Bagio Perin.

entre branco e vermelho (0,1%) e preto e vermelho (0,2%) (Figura 11). Por exemplo, no oeste catarinense, Carbonera et al. (2017) reportam quantidade significativa de ferro (Fe) sobre pigmentos vermelhos, indicando o uso de argilas ricas em óxido de ferro para a obtenção dessa cor; e traços de potássio (K), zinco (Zn), rubídio (Rb), ítrio (Y) e zircônio (Zr) nos pigmentos brancos.

Em 40 fragmentos de cerâmica, ocorrem curiosas marcas de desgaste, similares entre si (Figura 10). Essas marcas, finos sulcos repetidos (cerca de 1 mm), foram realizadas após a fragmentação das peças, e não durante o uso da cerâmica enquanto vasilha inteira, como se depreende das marcas presentes nas superfícies fraturadas, configurando um desgaste por reuso. Esses fragmentos têm, na sua maioria, formato quadrado, retangular e triangular, com tamanho médio de 3 a 5 cm de comprimento, e espessura entre 0,5 e 2 cm.

Enquanto os vestígios cerâmicos geralmente se concentram mais entre 20-30 cm e 30-40 cm, como se relatou acima, os fragmentos com essas marcas de desgaste se concentram nos níveis superiores, entre 10-20 cm (45%) e entre 20-30 cm (40%), quase não aparecendo no nível 30-40 cm (10%), onde as cerâmicas, em geral, seguem abundantes.

Em síntese, o sítio Lagoa da Velhinha apresenta coleção cerâmica (n = 1.147) constituída totalmente por fragmentos, 76% dos quais foram recuperados entre 20 e 40 cm de profundidade. Seus atributos mostram congruência com o padrão técnico das ceramistas Guarani do litoral do sul do Brasil. O tempero é formado basicamente por areia, ou areia e chamote; como a areia aparece em todos os fragmentos, é possível que seja natural na argila. A técnica de manufatura principal é a roletada, identificada em mais de 70% dos fragmentos. A atmosfera de queima (inferida pela cor da pasta)



Figura 10. Marcas de reutilização de fragmentos cerâmicos do sítio Lagoa da Velhinha. Fotos: Fernanda Schneider (2025).

foi bastante equilibrada entre redutora e oxidante, sendo que a pasta laranja homogênea foi a que mais apareceu. O tratamento de superfície mais representativo foi o engobo em ambas as faces, aparecendo em mais de 50% das peças, conferindo-lhes, em geral, um aspecto refinado. Ressalte-se que nem todo engobo considerado na avaliação de tratamento de superfície possui pigmentação (a pigmentação foi minoria), sendo que o principal critério utilizado para a avaliação de engobo como tratamento de superfície foi a espessura do banho de argila, e não a presença de tinta.

Apesar de haver pelo menos oito tipos de decoração plástica, as mais frequentes são o alisado (~58%) e o corrugado (~27%). Com relação à pintura, há pigmentação em ~16% dos fragmentos (considerando engobos pigmentados e grafismos), observada nas cores branca, vermelha, preta e combinações entre branco e vermelho e vermelho e preto. O grafismo apareceu

em apenas ~4% dos fragmentos, com a maior parte da pigmentação observada no engobo (~13%), em especial o engobo vermelho. A principal constatação que se pode fazer sobre a presença de pigmentação nessas vasilhas é que elas não foram feitas para serem usadas diretamente sobre o fogo (Noelli et al., 2018).

Bordas e paredes com tamanho suficiente para reconstrução morfológica foram bem representativas, permitindo a observação da variabilidade formal do conjunto, que consiste em panelas para cozinhar (*japepo*), tigela para comer (*ñã'embe*), tigela para beber (*kambuchi kaguava*) e vaso para armazenar líquido (*kambuchi*). Conforme Brochado et al. (1990), os *kambuchi* são grandes vasos usualmente pintados e utilizados para guardar água e armazenar bebidas alcoólicas fermentadas. Alguns autores entendem que a presença de vasos grandes nos sítios Guarani, como o *kambuchi*, é variável no 'kit doméstico'

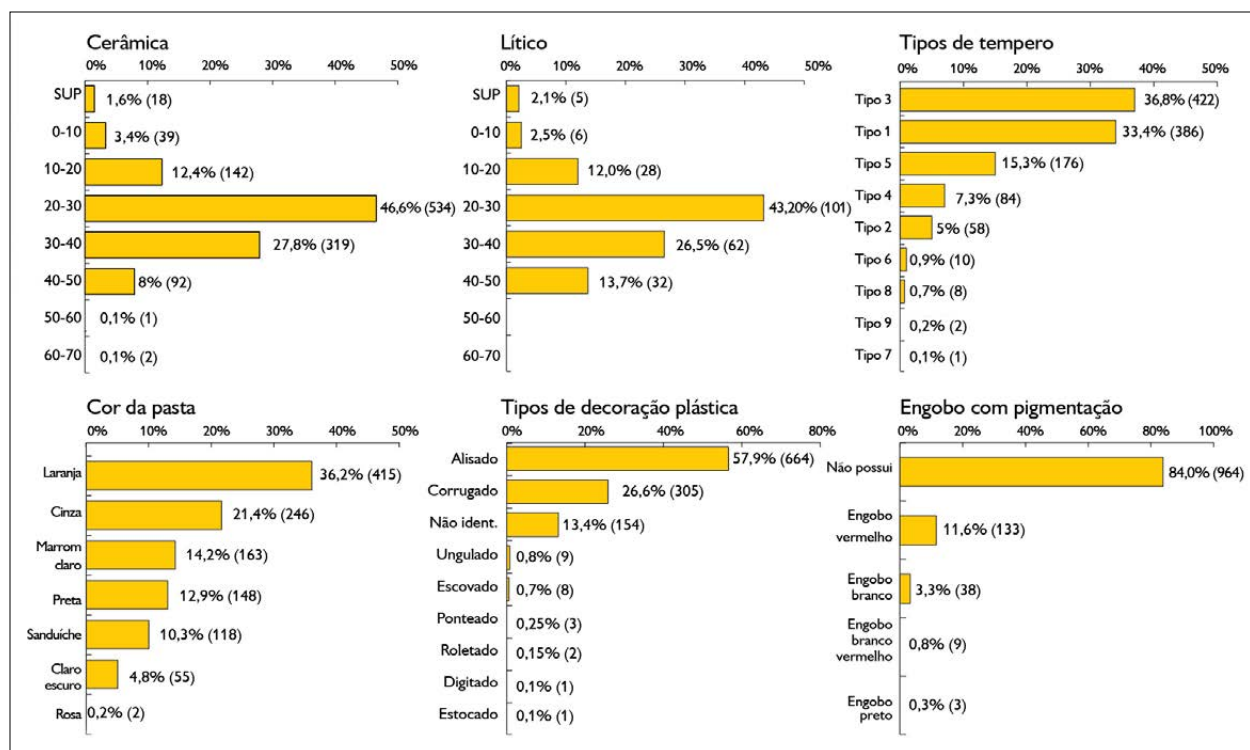


Figura 11. Acima, à esquerda e no centro, distribuição vertical dos vestígios cerâmicos e líticos resgatados no sítio Lagoa da Velhinha. Nos demais, frequência de tipos de tempero, cor da pasta, tipos de decoração plástica e variações de engobo com pigmentação identificados na cerâmica do sítio. Fonte: imagem elaborada por Fernanda Schneider, Juliano Bitencourt Campos, Paulo DeBlasis e Edenir Bagio Perin (2025).

– que também pode apresentar vasilhas marcadoras de processos de ensino-aprendizagem, como as miniaturas de vasilha, permitindo considerar se o local é uma aldeia mais duradoura ou um acampamento temporário (Rogge, 2005; Milheira, 2010; Milheira & J. Santos, 2020). Embora sejam conhecidos alguns exemplos da presença de cerâmica Jê intrusiva em sítios Guarani do litoral (Campos et al., 2023), neste sítio ela não foi detectada.

Por fim, as marcas de desgaste (reutilização) foram observadas em 40 fragmentos cerâmicos. Até o momento, não há notícias desse mesmo tipo de marcas para outros contextos Guarani. O mais parecido foi relatado por Kashimoto e Martins (2019) para sítios do Mato Grosso do Sul, onde os fragmentos apresentam marcas mais largas, sugestivas para o uso como calibradores ou polidores de madeiras, taquara ou ossos. Relatam, ainda, a presença de fragmentos utilizados como afiadores de lâminas polidas de machado. É digno de nota que as marcas lembram o desgaste feito por linhas de tear ou mesmo o uso em atividades de pesca, porém, pela ausência de comparações, não fomos capazes, no momento, de sugerir o uso exato dessas cerâmicas. Para o Lagoa da Velhinha, além do ineditismo do achado, destaca-se que a maior frequência foi observada nos níveis superiores da mancha preta e na porção imediatamente acima, sugerindo, ainda que preliminarmente, que esse tipo de tecnologia possa ter sido adotado ou se popularizou em um momento mais tardio da ocupação. Como se discute adiante, as datações para este sítio indicam que a ocupação se estendeu até o período colonial.

OS MATERIAIS LÍTICOS DO SÍTIO LAGOA DA VELHINHA

Foram recuperados 234 vestígios líticos no sítio Lagoa da Velhinha, coleção que exhibe pouca variedade, mas que numericamente não é desprezível quando comparada com outros contextos Guarani. A matéria-prima mais frequente é o arenito, bastante friável (~63%), seguido da calcedônia (~30%). Rochas básicas aparecem de maneira discreta. Um pouco mais da metade é composta por resíduos de

debitagem (~57%), sobretudo fragmentos e lascas, com destaque também para as microlascas, todas em calcedônia (~12%). Nesse material, a debitagem bipolar domina, com lascas pequenas, em geral sem córtex, indicando que o desbaste parece ter-se dado alhures. Lascamento unipolar em basalto é raro. Os instrumentos compõem ~43% da coleção, e são representados basicamente por alisadores (com a superfície polida pelo uso) e afiadores (sem e com canaletas, sulcos em 'U' e em 'V') em blocos de arenito muito usados e fragmentados, esgotados, que respondem por 93% desse conjunto (Figura 12). Além deles, ocorrem: uma pequena mão-de-pilão de basalto, um quebra-coquinho de arenito, algumas poucas lascas de calcedônia e basalto com marcas de uso.

Instrumentos comuns em contexto Guarani, como lâminas de machado e raspadores mais volumosos, não aparecem na coleção. A presença de microlascas indica retoque ou reavivamento, mas artefatos retocados estão ausentes. Chama a atenção a baixa presença de termóforos na coleção, visto que é comum nestes contextos o registro de seixos ou blocos fraturados por ação térmica, associados a estruturas de combustão. No caso da calcedônia, nota-se a intenção de produzir lascas finas e alongadas, já que as 71 lascas bipolares encontradas neste sítio exibem espessura média de apenas 0,4 cm. Observa-se a presença de 'lamelas' cujas partes distais exibem formatos puntiforme e lanceolado, como já observado em outro contexto Guarani (Milheira et al., 2013, p. 140). É provável que a debitagem bipolar presente neste material seja um indicador de que exiba, na fonte, dimensões reduzidas. Ao contrário do arenito Botucatu, abundante na região, a calcedônia é material alóctone na faixa litorânea (Costa, 2016, pp. 104-105). Mais para o interior, ao pé das serras (a cerca de 35-40 km de distância), onde os rios da região têm maior poder de transporte, ocorrem cascalheiras com rochas semelhantes, o que indica que este sítio integra um sistema de assentamento de circulação de tecnologia, que envolve a região litorânea e serrana, entre aldeias de distintos territórios.



Figura 12. A-D) Lâminas e lamelas em calcadônia; E-H) lascas de calcadônia exibindo marcas de uso. Fotos: Fernanda Schneider (2025).

A OCUPAÇÃO GUARANI NAS LAGOAS COSTEIRAS DOS ESTEVES, MÃE LUZIA E FAXINAL

As pesquisas arqueológicas realizadas no litoral do extremo sul catarinense documentam a presença de um número considerável de sítios arqueológicos de grupos Guarani. Para esse território, os trabalhos de Campos (2010b, 2014, 2015), Campos e Perin (2020, 2023), Lavina (1997-1998, 1999), Lino (2007), M. Santos et al. (2016, 2018) e J. Santos et al. (2017) apresentam um amplo levantamento regional e investigações intrassítio que, juntamente com o sítio deste artigo, servem de base para uma aproximação ao contexto arqueológico Guarani no ambiente litorâneo do entorno das lagoas Mãe Luzia, dos Esteves e Faxinal. Este cenário costeiro, com acesso a recursos diversificados da lagoa e das florestas circundantes, já foi ocupado por sambaquieiros e, mais recentemente, por grupos Jê do Sul. O horizonte mais recente consiste dos sítios associados aos grupos Guarani, assentados principalmente junto à borda interior das lagoas (J. Santos et al., 2017). A ocupação de ambientes lagunares é um padrão recorrente nas áreas imediatamente ao norte (Kneip et al., 2018; Milheira & DeBlasis, 2013) e ao sul (Wagner, 2009; Schmitz, 1996, 1998) do trecho lagunar aqui estudado.

A distribuição dos sítios Guarani conhecidos no ambiente lacustre das lagoas Mãe Luzia, dos Esteves e Faxinal permite identificar dois padrões de implantação em relação aos aspectos fisiográficos locais. O sítio Lagoa da Velhinha está instalado junto à ponta sul da Lagoa dos Esteves, assentado sobre depósitos eólicos pleistocênicos, extensas áreas um pouco mais elevadas da planície costeira, no revés das lagoas. Esse padrão de implantação se repete para cerca de uma dúzia de outros sítios Guarani conhecidos na área, sendo poucos aqueles localizados no setor entre a praia e as lagoas, uma faixa estreita onde foram registrados apenas quatro sítios sobre depósitos eólicos holocênicos e praias, subatuais.

Um pouco mais ao sul do sítio Lagoa da Velhinha (a cerca de 500 m), existem outros dois sítios Guarani descritos

por Campos et al. (2023), Ponta da Lagoa dos Esteves e Ponta da Lagoa Mãe Luzia, implantados sobre os mesmos depósitos eólicos pleistocênicos que ocorrem entre as duas lagoas. Dois outros sítios próximos também ocorrem mais a oeste, SC-ARA-03 e SC-ARA-04. Outro agrupamento ocorre na margem oeste da lagoa dos Esteves, com cinco sítios: SC-ARA-21, SC-ARA-22, SC-ARA-23, SC-ARA-24 e SC-ARA-27.

Nos sítios dessa região, são recorrentes cerâmicas diversificadas em termos de morfologia, tamanho e densidade, associadas a materiais líticos e algum vestígio zooarqueológico. A coleção do sítio Lagoa da Velhinha mostra grande coerência em relação às cerâmicas Guarani do litoral meridional brasileiro e mesmo com as indústrias do interior (Campos et al., 2023; Milheira et al., 2013; Schneider & N. Machado, 2020; Rogge, 2005). O conjunto morfológico compreende panelas para cozinhar (*japepo*), tigelas para comer (*ñã'ẽmbe*), tigelas para beber (*kambuchi kaguava*) e grandes vasos pintados, os *kambuchi*, que, segundo as referências etnográficas, eram utilizados para guardar água e armazenar bebidas alcoólicas fermentadas, usadas especialmente durante as festas e beberragens (Brochado et al., 1990).

Outros sítios caracterizados como aldeias, aqueles identificados no município de Araranguá, a poucos quilômetros ao sul, apresentam a mesma morfologia em seu vasilhame, por vezes um tipo a mais ou a menos (J. Santos et al., 2017). Observa-se também a presença marcante de cerâmica com espessura maior do que 15 mm, característica que não está presente em sítios de ocupação mais efêmera, do tipo acampamento. No Lagoa da Velhinha, também foi identificada uma quantidade expressiva de vasilhas espessas ou muito espessas: 28% dos fragmentos têm entre 11 e 20 mm e 2,9% entre 21 e 30 mm; enquanto as cerâmicas mais comuns, usadas no dia a dia, costumam ter até 10 mm de espessura, eventualmente 15 mm; os fragmentos espessos indicam a presença de panelas e vasos grandes, especialmente aqueles utilizados para armazenamento de líquidos fermentados, do tipo *kambuchi*.

No sítio Lagoa da Velhinha, foram identificadas duas manchas de terra preta alinhadas e próximas entre si. Pelo menos dois trabalhos trazem dados sobre a densidade, o formato e o alinhamento dos conjuntos de manchas identificados em sítios Guarani do litoral sul de Santa Catarina. O levantamento de Milheira (2010) em Jaguaruna, área contígua ao norte do sítio Lagoa da Velhinha, registrou de uma até cinco manchas por sítio, com formas circulares, elípticas e irregulares. Segundo o autor, não se deve considerar que era o formato da planta baixa da casa, mas o resultado de fatores pós-deposicionais e do próprio tipo de colapso das estruturas (horizontal ou vertical) (Milheira, 2010). Características parecidas foram observadas em Araranguá (J. Santos et al., 2017), onde sítios com manchas únicas, em conjuntos de três ou de cinco, foram identificados. Em ambos os casos, as manchas aparecem alinhadas, em pares espelhados ou dispostas em espécie de semicírculo. Além das casas, estruturas variadas compunham a aldeia e deixavam registro na estratigrafia, por isso nem toda mancha preta deve ser interpretada da mesma forma. Mas, em geral, as manchas bem delimitadas e repletas de vestígios de uso doméstico e cotidiano (cerâmica, líticos e restos de fauna), como aquelas vistas para o sítio Lagoa da Velhinha, representam fundos de residência e documentam bem os espaços de aldeamento.

Para o litoral sul de Santa Catarina, a passagem de Jerônimo Rodrigues deixou algumas pistas de como se organizavam as aldeias Guarani remanescentes do século XVII. Ao percorrer a região de Laguna, ao norte do sítio Lagoa da Velhinha, o missionário descreveu a existência de quatro ou cinco aldeias que distavam cerca de uma légua e meia entre si (~6 km). Essas pequenas aldeias eram formadas por uma ou até cinco casas, nas quais viviam famílias extensas. Ao observar um contexto que já sofria há mais de um século com as consequências da pressão colonizadora europeia, o missionário relatou a desarticulação das grandes aldeias de Laguna com certa precisão:

E assim nos metemos na primeira casa da primeira aldeia, que segunda nem terceira e outra alguma tinha. E assim são cá todas as aldeias, de maneira que, a uma casa, chamam uma aldeia. E esta não tinha dentro em si mais de três moradores, ou para melhor dizer três casais com três ou quatro filhos (Rodrigues, 1940, pp. 216-217).

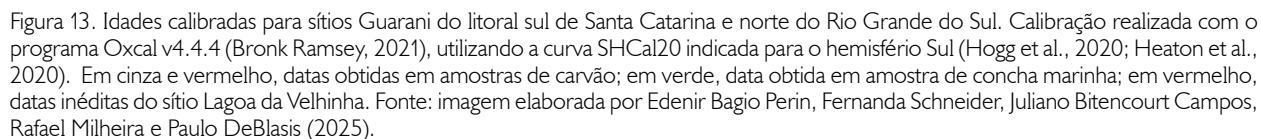
Para o sítio Lagoa da Velhinha, duas datações radiocarbônicas foram produzidas. A mais antiga, 560 ± 30 AP (cal AD 1.393-1.449), coletada a 35 cm de profundidade, indica com segurança que a sua ocupação teve início ainda no período pré-colonial. A mais tardia, 410 ± 30 AP (cal AD 1.451-1.627), coletada a 25 cm de profundidade, demonstra que a aldeia esteve ativa no início do período colonial, com possibilidade de ter se estendido até o início do século XVII. A diferença de idade das amostras aponta que há boa preservação estratigráfica. As datas sugerem se tratar de uma ocupação de longa duração, uma aldeia que, considerando o limite inicial da data mais antiga e o final da data mais recente, pode ter sido ocupada (ou reocupada) por mais de dois séculos.

A presença Guarani registrada pelos cronistas do século XVII é confirmada também pelos dados cronológicos obtidos em outros sítios arqueológicos da região, como se pode observar na Tabela 2 e nas Figuras 13 e 14. A área do complexo lagunar da região de Laguna-Jaguaruna (Milheira & DeBlasis, 2013; Kozłowski et al., 2022) até o complexo estuarino do rio Araranguá junto às lagoas Mãe Luzia, dos Esteves e Faxinal, aqui examinadas (J. Santos et al., 2017) – e além, ao longo do litoral sul-riograndense –, é marcada por datações bastante recentes, como visto para os sítios Trovoada 1, Aldeia Mãe Luzia 1, Aldeia Mãe Luzia 3 e Aldeia Mirante da Lagoa (M. Santos et al., 2016; Campos et al., 2023; Milheira, 2010).

Para esses sítios, os intervalos calibrados colocam a possibilidade de terem sido ocupados até o início do século XVII ou além. Trovoada 1 (Capão da Canoa, no litoral norte do Rio Grande do Sul), por exemplo, o sítio mais tardio evidenciado no contexto, apresenta um intervalo cronológico que adentra o século XVIII. Caracterizado como um pequeno assentamento Guarani,

Tabela 2. Datações radiocarbônicas disponíveis para sítios Guarani no litoral sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul. Calibração realizada com o programa Oxcal v4.4.4 (Bronk Ramsey, 2021), utilizando a curva SHCal20, indicada para o hemisfério Sul (Hogg et al., 2020). Legendas: CRA = *Conventional Radiocarbon Age* (idade radiocarbônica convencional); cal AP = anos calibrados antes do presente; cal AD = calibrado em *Anno Domini*; * = data obtida a partir de amostra de concha marinha, calibrada a partir da curva de calibração Marine20, indicada para amostras marítimas.

Sítio	Código	CRA	cal AP	cal AD	Fonte
Trovoada 1	Beta 621210	210 ± 30	295-232	1.656-...	Campos et al. (2023)
Aldeia Mãe Luzia 1	Beta 366851	320 ± 30	480-300	1.503-1.665	Campos (2014), M. Santos et al. (2016), J. Santos et al. (2017)
Aldeia Mãe Luzia 1	Beta 366853	340 ± 30	500-310	1.497-1.653	Campos (2014), M. Santos et al. (2016), J. Santos et al. (2017)
Aldeia Mãe Luzia 1	Beta 366854	340 ± 30	500-310	1.497-1.653	Campos (2014), M. Santos et al. (2016), J. Santos et al. (2017)
Aldeia Mãe Luzia 1	Beta 366850	350 ± 30	500-310	1.487-1.648	Campos (2014), M. Santos et al. (2016), J. Santos et al. (2017)
Aldeia Mãe Luzia 3	Beta 403218	380 ± 30	490-315	1.461-1.630	Campos (2014), M. Santos et al. (2016), J. Santos et al. (2017)
Aldeia Mirante da Lagoa	Beta 403217	400 ± 30	495-320	1.455-1.628	Campos (2014), M. Santos et al. (2016), J. Santos et al. (2017)
Lagoa da Velhinha	Beta 696117	410 ± 30	499-435	1.451-1.627	Este trabalho
Morro Bonito II	Beta 262754	430 ± 40	336-501	1.440-1.627	Milheira (2010)
Laranjal I	Beta 262751	440 ± 40	339-504	1.433-1.626	Milheira (2010)
Morro Bonito III	Beta 262755	440 ± 40	498-530	1.433-1.626	Milheira (2010)
Olho d'Água I	Beta 280652	920 ± 60*	480-600	1.424-1.743	Milheira (2010)
Morro Bonito I	Beta 262753	520 ± 50	500-540	1.326-1.612	Milheira (2010)
Arroio Corrente V	Beta 280654	530 ± 40	466-519	1.329-1.461	Milheira (2010)
Sibelco	Beta 262752	550 ± 60	500-560	1.307-1.496	Milheira (2010)
Lagoa da Velhinha	Beta 696116	560 ± 30	557-501	1.393-1.449	Este trabalho
Olho d'Água I	Beta 280652	570 ± 40	480-600	1.322-1.450	Milheira (2010)
Passo Fundo	SI-411	540 ± 100	-	1.289-1.628	Stuckenrath e Mielke (1970), Schmitz e Sandrin (2009)
Passo Fundo	SI-410	520 ± 200	-	1.160-...	Stuckenrath e Mielke (1970), Schmitz e Sandrin (2009)
Bassani 1	SI-412	870 ± 100	-	1.020-1.386	Stuckenrath e Mielke (1970), Schmitz e Sandrin (2009)
Baixo Rio d'Una 1	Beta 396226	910 ± 30	920-74	1.048-1.266	Novasco et al. (2021)
Bassani 1	SI-413	1.070 ± 110	-	773-1.217	Stuckenrath e Mielke (1970), Schmitz e Sandrin (2009)



talvez um paradiro litorâneo, apresenta pouca cerâmica (duas centenas), alguns fragmentos intrusivos de cerâmica Taquara e um instrumental lítico pouco frequente, parecendo refletir bem os pequenos núcleos familiares remanescentes que resistiram após a desarticulação do modelo socioeconômico Guarani ativo à época do contato (Campos et al., 2023). Esses sítios tardios, pequenos

e isolados, provavelmente se encontram dispersos em outros pontos da região.

No litoral sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, ademais da presença dos sítios tardios que avançam ao século XVII e chegam próximo ao século XVIII, as datas se concentram fortemente em um intervalo de 300 anos (entre ~1.350 e 1.650 AD), período que

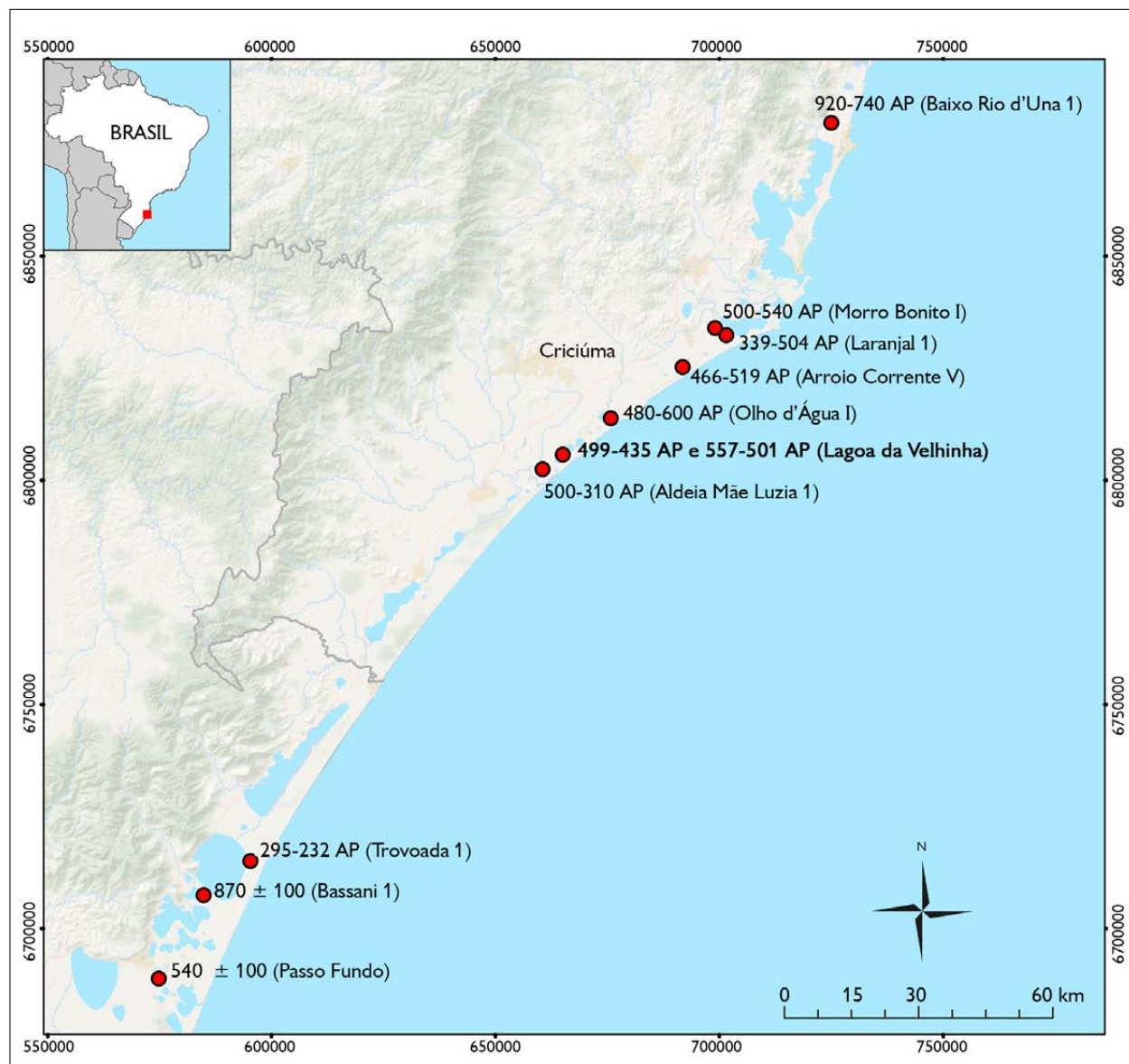


Figura 14. Distribuição de idades calibradas para sítios Guarani do litoral sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul. Mapa: Elaborado por Edenir Bagio Perin, Paulo DeBlasis e Juliano Bitencourt Campos (2025).

parece ser o mais intenso para a ocupação Guarani do litoral. Mais ou menos nesse mesmo período, também se observa um impressionante acréscimo de sítios ativos para os Guarani de todo o interior do sul do Brasil (Noelli, 2004; Bonomo et al., 2015; Schneider, 2019; Loponte et al., 2024), parecendo se constituir em um fenômeno de mobilidade de grande amplitude nessa área. Para o contexto litorâneo, é notável apontar que esse período massivo de ocupação Guarani guarda uma distância de alguns séculos em relação ao fim da era sambaquieira, não parecendo manter relação com o desaparecimento daquela sociedade. Há apenas uma data que permite sobrepor a chegada dos grupos ceramistas Guarani na costa atlântica com o limiar da ocupação sambaquieira (sítio Baixo Rio d'Una 1, datado de 910 ± 30), no entanto, a ocupação massiva Guarani teria ocorrido em torno de um século antes da colonização europeia.

Se o século XIV se define como um momento de expansão, as primeiras aldeias do litoral foram instaladas, muito provavelmente, antes desse período efervescente e bem marcado no contexto arqueológico. É hipótese corrente na arqueologia das terras baixas do Brasil meridional que a ocupação Guarani no Atlântico Sul se deu através da expansão no sentido sul-norte (Brochado, 1984, 2024), com avanços paralelos à linha de costa pelas planícies costeiras desde a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, até alcançar o litoral do Paraná. No modelo de Brochado (1984), refinado por Bonomo et al. (2015), a chegada Guarani na costa do Atlântico Sul teria acontecido por volta do ano 1.000, durante a segunda onda de expansão desses povos. Para essa fase inicial, contudo, poucos sítios são conhecidos.

Até o momento, apenas uma datação radiocarbônica segura foi reportada para essa fase mais antiga no litoral sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul.

O sítio Baixo Rio d'Una 1, no município de Imbituba, escavado e datado por Novasco et al. (2021), possui uma data recuada de 910 ± 30 AP (cal AD 1.048-1.266), obtida no interior de uma mancha de terra preta. Outros dois sítios também apresentam datas antigas para a região, mas elas devem ser consideradas com alguma reserva. O sítio Bassani 1, por exemplo, localizado em Capão da Canoa, litoral norte do Rio Grande do Sul, apresenta duas datas recuadas: 870 ± 100 (cal AD 1.020-1.386) e 1.070 ± 110 (cal AD 773-1.217). Nesse sítio, foram recuperados dois enterramentos primários acompanhados de vasilhas cerâmicas e um enterramento em urna. Mas, diferentemente do sítio Baixo Rio d'Una 1, não é unicomponencial, apresentando, junto dos vestígios e sepultamentos Guarani, uma pequena fração de cerâmica Jê superficial, fato que não permite o uso dessas datas de forma confiável para o contexto Guarani. O sítio ZPE, por sua vez, também localizado próximo a Imbituba, apresenta datas antigas, concentradas entre 700 e 1.000 anos atrás, que foram obtidas por termoluminescência (Lavina, 1999).

Datas em termoluminescência aplicadas em cerâmica Guarani têm apresentado, de forma repetida, resultados mais recuados quando equiparados com datações radiocarbônicas em contextos comparáveis⁹ (Soares, 1997; Rogge & Schmitz, 2009; Milheira, 2010; Schneider, 2019). A isso se soma o fato de que o autor das datas informou que não seguiu corretamente os protocolos de coleta das amostras cerâmicas, tendo exposto os fragmentos à luz, o que pode ter contribuído para sua contaminação.

Também deve ser tratada com cautela a datação em amostra de concha marinha (*Donax hanleyanus*) do sítio Olho d'Água 1, localizado em Jaguaruna, onde uma datação convencional feita em uma estrutura de combustão aponta idade de 920 ± 60 AP. Considerando o efeito reservatório marinho, quando calibrada, a data

⁹ Dois problemas são recorrentes na realização de termoluminescência em cerâmica: não levar em conta as dimensões do fragmento (comprimento, largura e espessura) e datar cerâmica com núcleo escuro. Núcleos escuros (muito comuns para a cerâmica Guarani) significam que a temperatura não foi suficiente para promover todas as alterações químicas no interior das paredes do vasilhame e 'zerar' a termoluminescência (Simões et al., 2002; Corrêa, 2017).

passa a situar-se entre os anos 1.424-1.743 cal AD ou 526 a 208 AP. Além disso, esse mesmo sítio tem uma datação feita em amostra de carvão com idade convencional de 570 ± 40 AP, cuja calibração sugere uma faixa temporal situada entre 1.322-1.450 cal AD ou os anos 629 a 500 AP. Enfim, em ambas as amostras, a calibração aponta uma ocupação entre os séculos XIV e XV.

Com a exclusão dos sítios Bassani 1, ZPE e a data em concha marinha do sítio Olho d'Água 1, o sítio Baixo Rio d'Una 1 é o único que apresenta uma datação antiga confiável para a região. Essa baixa representatividade não deve ser percebida como um problema, visto que a presença de poucas datas nos períodos mais antigos das ocupações regionais Guarani é comum. Nas áreas mais bem datadas do interior, como no médio rio Uruguai (Loponte et al., 2024) e no vale do Taquari (Schneider et al., 2017; Schneider, 2019), por exemplo, as datas mais antigas são muito escassas. Tudo indica que os primeiros assentamentos dos novos lugares acessados e ocupados eram demograficamente mais discretos; assim, a expectativa é de que não se encontrem datas recuadas com facilidade ou em grande número.

Neste sentido, os dados sugerem que o *boom* demográfico Guarani só parece ter acontecido a partir do século XIV, não só no litoral sul de Santa Catarina, mas de uma forma generalizada para todo o contexto Guarani na costa atlântica (Milheira, 2010; Bonomo et al., 2015; Schneider, 2019; Loponte et al., 2025). É nessa fase efervescente que o modelo de enxameamento de Brochado (1984, 2024) fica claro no registro arqueológico (Schneider et al., 2017). Diferentemente das expectativas de que o crescimento demográfico teria acontecido de forma lenta e gradual, a grande maioria dos dados tem demonstrado, cada vez mais, que o crescimento acontece em saltos e foi intercalado por longos momentos de pausa

(Corrêa, 2014; Bonomo et al., 2015; Schneider, 2019; Loponte et al., 2025). Essa interpretação é consonante com a proposta de Novasco et al. (2021), que consideram que o processo inicial se dá em torno de 400 anos antes da ocupação europeia, intensificando-se no limiar da colonização. Para a faixa litorânea que vai do Rio Grande do Sul até São Paulo, também é a partir dessa fase que a distribuição extensa de datações acontece, sugerindo, então, um crescimento rápido, provocado por pressão demográfica (Milheira, 2010). De fato, os dados arqueológicos e os relatos dos cronistas coloniais reportam grande quantidade de aldeias Guarani nas terras baixas interioranas na bacia platina, como também destacado acima, o que pode ter levado a deslocamentos regionalizados em direção ao litoral.

A semelhança da cultura material identificada nos sítios Guarani pesquisados no sul catarinense reflete o que deve ter sido a estabilidade social e econômica dessa população ao longo do período pré-contato. Junto com certa estabilidade ambiental nos últimos 700 anos, essa população teria usufruído de um cenário ideal para a replicação do modelo de aldeamento Guarani, formando *tekohás*¹⁰ e *guaras* nos ambientes lacustres da porção meridional do litoral catarinense, entre Imbituba e Torres.

O sítio Lagoa da Velhinha, assim como as aldeias circunvizinhas, estava estabelecido em planícies arenosas antigas, florestadas, junto às lagoas. No contexto social dos tempos pré-coloniais, provavelmente era uma aldeia conectada a outras unidades, como os sítios Ponta da Lagoa Mãe Luzia e Ponta da Lagoa dos Esteves, bem como outros próximos. Sua cultura material sugere fortemente que se tratava de um assentamento familiar mais duradouro, onde a vida social e as festas aconteciam. Após décadas de estabilidade, o contato com os colonos europeus implicou mudanças demográficas profundas, culminando

¹⁰ Conforme Noelli (1993, pp. 251-255), a organização social Guarani considera no primeiro nível uma família extensa, ou *tejý*; em segundo lugar, um conjunto de casas que abrigam as famílias extensas, uma aldeia ou *tekohá*; em terceiro nível, o conjunto de aldeias que estão inseridas em um território, região ou província, chamado *guara*.

na modificação do modelo territorial Guarani e na redução das dimensões e do contingente de aldeias.

Nesse cenário, muitos acampamentos e parados tardios apresentam características expressas na escassez de vestígios e nas próprias dimensões diminutas dos fundos de cabana, que parecem confirmar isso. Lagoa da Velhinha, muito provavelmente, também viveu esse momento de ruptura social, passando de uma aldeia duradoura, construída ainda no período pré-colonial, para um refúgio isolado em tempos coloniais. Assim como as demais aldeias da rede em que se insere, Lagoa da Velhinha apresenta um contexto repleto de materiais típicos de uso cotidiano, refugados no solo de maneira não planejada. Considerando que se trata de um padrão de formação do registro arqueológico Guarani de amplitude regional, entende-se que o abandono rápido dos assentamentos tenha sido resultado das ações de violência das bandeiras vicentistas e das ações missionárias intensificadas entre os séculos XVI e XVII.

CONCLUSÕES

Os resultados apresentados trazem novas perspectivas sobre a presença Guarani no litoral sul catarinense. O sítio Lagoa da Velhinha, assim como muitos sítios Guarani da mesma área, começam a ser ocupados nos séculos XIV e XV, mantendo-se estáveis por décadas, como mostram os contextos em que se encontram os vestígios cerâmicos e os líticos analisados, caracterizados pelas manchas de terra preta antropogênica e pelas datações. Apesar de se tratar de uma *ta* pequena, foi duradoura e sugere consistentemente um padrão de separação 'precoce' das famílias, ao contrário das aldeias com grandes casas-longas e referências de grande quantidade de moradores. É necessária mais pesquisa para compreender se o tamanho reduzido das casas resulta de questões sociais; no momento, parece plausível que talvez resulte da estratégia de formar vários *tekohás* articulados em uma rede de *tas*.

Implantado junto à ponta sul da Lagoa dos Esteves, o sítio está assentado sobre depósitos eólicos pleistocênicos

um pouco mais elevados em relação à planície costeira, próximo à linha de lagoas. Esse tipo de paisagem foi o preferido para a instalação das aldeias Guarani no costado interior das lagoas do Faxinal, dos Esteves e Mãe Luzia, sugerindo que o padrão de assentamento optava pelos locais mais secos e arejados da área então coberta por estratos arbóreos do bioma Mata Atlântica. Assim, o mesmo cenário desvelado para o Lagoa da Velhinha pode ser estendido para as dezenas de outras aldeias localizadas na vizinhança.

Do ponto de vista regional, os dados analisados no Lagoa da Velhinha reforçam os modelos interpretativos que indicam que a ocupação Guarani no litoral sul-brasileiro se tornou massiva a partir dos séculos XIV e XV. Além disso, demonstram que o sítio foi abandonado, como outros sítios da região, no contexto colonial. Nesse período, as grandes e densas aldeias conectadas entre si por laços de aliança e parentesco diminuíram significativamente e, em algumas áreas, desapareceram, dando lugar a pequenos assentamentos, ao mesmo tempo que forçaram parte da população Guarani a mudar para onde estavam seus parentes e aliados nas bacias dos rios Uruguai e Antas, e nos 'campos de Viamão'. O grande desafio é compreender as opções de quem ficou no litoral, resistiu ao colonialismo, especialmente com a presença eventual dos Tupiniquim, portugueses e seus descendentes que vinham para atacar os antigos territórios do Tape, do Uruguai e da Lagoa dos Patos, situados no atual Rio Grande do Sul. E, também, para perceber como se relacionaram com os ocupantes vicentinos que invadiram e fundaram Laguna na década de 1670.

AGRADECIMENTOS

Os autores são gratos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Bolsa de Pesquisa de Produtividade (PQ) concedida ao primeiro autor (processo nº 304070/2026-2 e 312543/2022-0). À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), pela concessão da bolsa de mestrado à quinta autora (processo nº 984/2025). Ao CNPq, pela bolsa de pesquisa de

pós-doutorado no exterior (PDE) concedida ao último autor (processos nº 201642/2025-5 e 403308/2024-0). À Arqueosul Arqueologia e Gestão do Patrimônio, pelo suporte ao desenvolvimento desta pesquisa. Agradecemos ainda aos pareceristas, cujas observações auxiliaram a construção do texto.

REFERÊNCIAS

- Armenta, G. de. (1870). Carta al Dr. Juan Bernal Díaz de Lugo (carta datada de 1 de mayo de 1538). In G. de Mendieta, *Historia eclesiástica indiana* (pp. 553–555). Antigua Librería.
- Bonomo, M., Angrizani, R. C., Apolinaire, E., & Noelli, F. S. (2015). A model for the Guarani expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International*, 356, 54–73. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2014.10.050>
- Brochado, J. J. P. (1980). *Social ecology of the Marajoara Culture* [Dissertação de mestrado, University of Illinois].
- Brochado, J. J. P. (1984). *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America* [Doctoral dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign].
- Brochado, J. J. P., Monticelli, G., & Neumann, E. S. (1990). Analogia etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas Guarani arqueológicas. *Veritas*, 35(140), 727–743.
- Brochado, J. J. P. (2024). *Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura da América do Sul*. Tikibooks.
- Bronk Ramsey, C. (2021). *OxCal v.4.4.4* [software]. <https://c14.arch.ox.ac.uk/oxcal.html>
- Caldarelli, S. B. (Org.). (2003). *Parecer técnico acerca do valor do patrimônio cultural e natural da região situada entre a barra de Laguna, município de Laguna, e a barra do rio Araranguá, município de Araranguá, para fins de tombamento e de criação de uma unidade de conservação: relatório técnico*. Scientia Ambiental.
- Campos, J. B. (2008). *Salvamento arqueológico na jazida de argila na Linha Rovaris, Turvo-Santa Catarina: relatório final*. UNESCO.
- Campos, J. B. (2009). *Salvamento arqueológico na jazida de argila de Taquaruçu, Ermo-Santa Catarina: relatório final*. UNESCO.
- Campos, J. B. (2010a). *Programa de salvamento arqueológico na jazida de argila de Vila Maria, município de Nova Veneza-Santa Catarina: relatório final*. UNESCO.
- Campos, J. B. (2010b). *O uso da terra e as ameaças ao patrimônio arqueológico na região litorânea dos municípios de Araranguá e Içara, sul de Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade do Extremo Sul Catarinense].
- Campos, J. B. (2011). *Programa de resgate arqueológico da jazida de argila Araçá, município de Nova Veneza-Santa Catarina: relatório final*. UNESCO.
- Campos, J. B., Ribeiro, L. S., Ricken, C., Rosa, R. C., Savi, C. N., & Zocche, J. J. (2012). As gravuras rupestres do projeto encostas da serra no sul do estado de Santa Catarina, Brasil. *Arkeos: Perspectivas em Diálogo*, (32), 121–132.
- Campos, J. B., Santos, M. C. P., Rosa, R. C., Ricken, C., & Zocche, J. J. (2013). Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense. *Cadernos do LEPAARQ*, 10(20), 9–39. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v10i20.2127>
- Campos, J. B. (2014). *Relatório final do Programa de Resgate Arqueológico da Jazida de Areia Eckert Campo Mãe Luzia, município de Araranguá, Santa Catarina, Brasil*. UNESCO.
- Campos, J. B. (2015). *Arqueologia entre rios e a gestão integrada do território no extremo sul de Santa Catarina, Brasil* [Tese de doutorado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro].
- Campos, J. B., & Perin, E. B. (2020). *Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do condomínio Blue Lagoon, município de Balneário Rincão, SC: relatório final*. Arqueosul.
- Campos, J. B., & Perin, E. B. (2023). *Programa de gestão ao patrimônio arqueológico na área do condomínio Blue Lagoon, município de Balneário Rincão, SC: relatório final*. Arqueosul.
- Campos, J. B., DeBlasis, P. A. D., Perin, E. B., Schneider, F., Ferrasso, S., Araújo, A. L., . . . Dagostim, S. A. P. (2023). Muita comida, pouca gente: Perspectivas acerca dos sítios rasos do litoral norte do Rio Grande do Sul. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 18(2), e20220077. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2022-0077>
- Carbonera, M., Appoloni, C. R., & Santos, G. H. (2017). Materiais pictóricos da cerâmica Guarani do alto Uruguai a partir de medidas de fluorescência de raios X. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (28), 133–144. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2017.116676>
- Corrêa, A. A. (2014). *Pindorama de Mboia e Ikaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2014.tde-17102014-154640>
- Corrêa, A. A. (2017). Datações na bibliografia arqueológica brasileira a partir dos sítios Tupi. *Cadernos do LEPAARQ*, 14(27), 379–406. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v14i27.9595>
- Costa, J. G. (2016). *A relação entre matérias-primas e tecnologia lítica no território pré-histórico do Extremo Sul Catarinense, Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro]. <http://hdl.handle.net/10400.26/18064>

- DeBlasis, P. A. D., Gaspar, M., & Kneip, A. (2021). Sambaquis from the southern Brazilian coast: Landscape building and enduring heterarchical societies throughout the Holocene. *Land*, 10(7), 757. <https://doi.org/10.3390/land10070757>
- DeBlasis, P. A. D., Kozłowski, H., Perin, E. B., Campos, J. B., Guimarães, G. M., & Farias, D. S. E. (2025). A ocupação da encosta da serra sul catarinense: encontros culturais no Holoceno tardio. *Revista de Arqueologia*, 38(1), 108-136. <https://doi.org/10.24885/sab.v38i1.1217>
- Farias, D. S. E. (2005). *Distribuição e padrão de assentamento: proposta para os sítios da tradição Umu na encosta de Santa Catarina* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].
- Farias, D. S. E., Kneip, A., Guimarães, G. M., Demathé, A., Atorre, T., & DeBlasis, P. A. D. (2016). Ecologias culturais na Mata Atlântica pré-colonial de Santa Catarina. In D. C. Cabral, & A. G. Bustamante (Orgs.), *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica* (pp. 124-148). Editora Prisma.
- Fossari, T. (1991). *Estudos ambientais a nível de inventário para a implantação da Rodovia Interpauas no Estado de Santa Catarina (São João do Sul - Laguna)*. Ambiental Consultoria e Planejamento Ltda.
- Gaspar, M. (2000). *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Jorge Zahar Editor.
- Giannini, P. C. F., Villagran, X. S., Fornari, M., Nascimento Junior, D. R. do, Menezes, P. M. L., Tanaka, A. P. B., Assunção, D. C., DeBlasis, P., & Amaral, P. G. C. do. (2010). Interações entre evolução sedimentar e ocupação humana pré-histórica na costa centro-sul de Santa Catarina, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 5(1), 105-128. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000100008>
- Heaton, T. J., Köhler, P., Butzin, M., Bard, E., Reimer, R. W., Austin, W. E. N., Bronk Ramsey, C., Grootes, P. M., Hughen, K. A., Kromer, B., Reimer, P. J., Adkins, J., Burke, A., Cook, M. S., Olsen, J., & Skinner, L. C. (2020). Marine20—The Marine radiocarbon age calibration curve (0–55,000 cal BP). *Radiocarbon*, 62(4), 779–820. <https://doi.org/10.1017/RDC.2020.68>
- Hogg, A., Heaton, T., Hua, Q., Palmer, J., Turney, C., Southon, J., Bayliss, A., Blackwell, P., Boswijk, G., Bronk Ramsey, C., Pearson, C., Petchey, F., Reimer, P., Reimer, R., & Wacker, L. (2020). SHCal20 Southern Hemisphere calibration, 0–55,000 years cal BP. *Radiocarbon*, 62(4), 759-778. <https://doi.org/10.1017/RDC.2020.59>
- Kashimoto, E. M., & Martins, G. R. (2019). *Catálogo de artefatos cerâmicos arqueológicos de Mato Grosso do Sul* (Série Cultura Material). Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.
- Kneip, A., Farias, D., & DeBlasis, P. A. D. (2018). Longa duração e territorialidade da ocupação sambaqueira na Lagoa de Santa Marta, Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, 31(1), 25-51. <https://doi.org/10.24885/sab.v31i1.526>
- Kozłowski, H., Kneip, A., & DeBlasis, P. A. D. (2022). Aspectos da ocupação Sambaqueira e Guarani na Lagoa de Imaruí, litoral sul de Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, 35(2), 63-84. <https://doi.org/10.24885/sab.v35i2.994>
- La Salvia, F., & Brochado, J. P. (1989). *Cerâmica Guarani*. Posenato Arte e Cultura.
- Lavina, R. (1997-1998). *Projeto de levantamento arqueológico Rodovia Interpauas: 1º e 2º relatórios parciais. Içara-Araranguá/SC*. IPAT/UNESC.
- Lavina, R. (1999). *Projeto de salvamento arqueológico da ZPE, Imbituba, SC: relatório final*. UNESC.
- Lavina, R. (2000). *Projeto de salvamento arqueológico da Rodovia Interpauas (trecho Morro dos Conventos a Lagoa dos Esteves, Araranguá-Içara, SC): relatório final*. UNESC.
- Lavina, R. (2003). Sítios arqueológicos litorâneos. In S. B. Caldarelli (Org.), *Parecer técnico acerca do valor do patrimônio cultural e natural da região situada entre a barra de Laguna, município de Laguna, e a barra do Rio Araranguá, município de Araranguá, para fins de tombamento e de criação de uma unidade de conservação: relatório técnico* (pp. 107-142). Scientia Ambiental.
- Lavina, R. (2005). *Levantamento arqueológico da jazida Eckert: relatório final*. UNESC.
- Lino, J. T., & Campos, J. B. (2003). Expedições arqueológicas do sul do estado de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, 9(1), 17-34.
- Lino, J. T. (2007). *Arqueologia Guarani na bacia hidrográfica do rio Araranguá, Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <http://hdl.handle.net/10183/13387>
- Loponte, D., Carbonera, M., & Radaeski, J. (2024). The Guaraní expansion in the Upper Uruguay River: chronology, colonization strategies, social impacts and environmental changes. *Journal of Archaeological Science: Reports*, (60), 104826. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2023.104826>
- Loponte, D., Carbonera, M., Schneider, F., Gascue, A., Milheira, R. G., Santos, M. C. P., Campos, J. B., Cerezer, J., Lourdeau, A., Acosta, A., Bortolotto, N., Rogge, J., Machado, N. T., Ali, S., Pérez, M., Bandeira, D. da R., Muller, I., & Borger, J. (2025). The Guaraní expansion through the Lowlands of South America. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 17(78). <https://doi.org/10.1007/s12520-024-02158-3>
- Machado, A. J. (2008). *Avançar, adaptar e permanecer: a tradição tupiguarani no Médio Rio das Antas* [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].

- Mateus, A. P. (2017). *Geologia e paleogeografia do sistema deposicional Laguna barreira IV na região das lagoas dos Esteves, do Faxina e Mãe Luzia, sul do estado de Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/238647>
- Mello, A. D. (2005). *Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos. Exploração e conquista 1501-1542* (Vol. 1). Expressão.
- Merencio, F. T., & DeBlasis, P. A. D. (2021). Análises de mobilidade no litoral sul de Santa Catarina entre 2000-500 cal AP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (36), 57-91. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.162703>
- Milheira, R. G. (2008). *Território e estratégia de assentamento Guarani na planície sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste-RS* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].
- Milheira, R. G. (2010). *Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2010.tde-23082010-161634>
- Milheira, R. G., & DeBlasis, P. A. D. (2013). Ocupação do território Guarani no litoral sul-catarinense. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano - Series Especiales*, 4(1), 148-160.
- Milheira, R. G., Farias, D. S. E., & Alves, L. (2013). Perfil tipológico da indústria cerâmica Guarani da região sul de Santa Catarina. *Revista Tempos Acadêmicos*, (11), 210-233.
- Milheira, R. G., & Santos, J. (2020). Dos potes ao território: o desafio metodológico brochadiano em dois contextos Guarani. *Revista Habitus*, 18(2), 450-471. <https://doi.org/10.18224/hab.v18i2.8334>
- Montoya, A. R. (2011). *Tesoro de la lengua guaraní*. CEPAG.
- Neumann, M. A. (2008). *Ñande Rekó: diferentes jeitos de ser Guarani* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15902>
- Noelli, F. S. (1993). *Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí, Rio Grande do Sul* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. <http://www.etnolinguistica.org/tese:noelli-1993>
- Noelli, F. S. (2000). A ocupação humana na região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. *Revista USP*, (44), 218-269. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269>
- Noelli, F. S. (2004). O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In K. Tommasino, L. T. Mota, & F. S. Noelli (Eds.), *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang* (pp. 19-55). EDUEL.
- Noelli, F. S., Milheira, R. G., & Wagner, G. P. (2014). Os sítios arqueológicos Guarani do litoral sul do Brasil, Uruguai e Argentina: registros até 2013. In R. G. Milheira, & G. P. Wagner (Orgs.), *Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil* (pp. 177-186). Appris.
- Noelli, F. S., Brochado, J. J. P., & Corrêa, A. A. (2018). A linguagem da cerâmica Guarani: sobre a persistência das práticas e materialidade (parte 1). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 10(2), 167-200. <https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20935>
- Noelli, F. S. (2022). Che rog pypia aje katu! A linguagem da casa-longa Guarani no século XVII. *Revista Tellus*, 22(48), 193-226. <https://doi.org/10.20435/tellus.v22i48.825>
- Noelli, F. S., Votre, G. C., Santos, M. C. P., Pavei, D. D., & Campos, J., B. (2022). Ñande reko: os fundamentos do conhecimento ambiental tradicional guarani no Sul do Brasil. *Vegetation History and Archaeobotany*, 31, 187-203. <https://doi.org/10.1007/s00334-021-00848-9>
- Noelli, F. S. (2025). *Não há colonialismo sem tekoába: uma arqueologia das relações e da materialidade entre Tupiniquim e Portugueses na Capitania de São Vicente, Brasil (1502-1700)* [Tese de doutorado, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10400.5/101400>
- Novasco, R. V., Mello, A. B., Cerezer, J. F., Schwengber, V. L., Mafioletti, L., Torquato, T. V., & Santos, J. (2021). Apontamentos sobre a ocupação Guarani no litoral sul de Santa Catarina: o caso do sítio arqueológico Baixo Rio D'Una 1. *Pesquisas. Antropologia*, (76), 129-142. <https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/076/076-003.pdf>
- Oviedo y Valdés, G. F. (1852 [1557]). *Historia general y natural de las Indias, islas y tierra-firme del Mar Océano* (Vol. 2, tomo primero de la segunda parte). Imprenta de la Real Academia de la Historia.
- Rice, P. M. (1987). *Pottery analysis: a sourcebook* (2. ed.). The University of Chicago Press.
- Rizzardo, F. M., & Rogge, J. H. (2013). Estudo sobre a individualidade da mulher indígena na produção de vasilhas cerâmicas da tradição Guarani. *Revista Memore*, (1), 86-94. <https://doi.org/10.19177/memore.v1e1201386-94>
- Rodrigues, J. (1940). A missão dos carijós (1605-1607). In S. Leite (Org.), *Novas cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. Companhia Editora Nacional.
- Rogge, J. H. (1996). *Adaptação na floresta subtropical: a tradição tupiguarani no Médio Rio Jacuí e no Rio Pardo* (Documentos, 6). Instituto Anchietano de Pesquisa/UNISINOS. <https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos06.pdf>

- Rogge, J. H. (2005). Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. *Pesquisas Antropologia*, (62), 9-119.
- Rogge, J. H., & Schmitz, P. I. (2009). Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS. *Pesquisas Antropologia*, (67), 23-132. <https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/067/Rogge%20e%20Schmitz.pdf>
- Rohr, J. A. (1982). Pesquisas arqueológicas no município catarinense de Urussanga. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 11-14(12-15), 48-59.
- Santa Cruz, A. (1918 [1542]). *Islario general de todas las islas del Mundo*. Imprenta del Patronato de Huérfanos de Intendencia y Patronato Militares.
- Santos, M. C. P., Costa, J. G., & Campos, J. B. (2015). Escolhas de matérias-primas rochosas por grupos pré-históricos caçadores-coletores na microbacia do Rio da Pedra, Jacinto Machado/Santa Catarina. *Cadernos do LEPAARQ*, 12(23), 22-42. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v12i23.3634>
- Santos, M. C. P., Pavei, D. D., & Campos, J. B. (2016). Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba. Paleoambiente, cultura material e ocupação humana na paisagem litorânea do extremo sul catarinense entre 3.500-200 anos AP. *Revista Cadernos do CEOM*, 29(45), 64-86. <https://doi.org/10.22562/2016.45.03>
- Santos, J., Milheira, R. G., & Campos, J. B. (2017). Entre rios, dunas, lagoas e o mar: arqueologia guarani no litoral sul de Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, 30(1), 28-55. <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.501>
- Santos, M. C. P., Pavei, D. D., & Campos, J. B. (2018). Sambaqui Lagoa dos Freitas, Santa Catarina: Estratigrafia, antiguidade, arqueofauna e cultura material. *Revista Memore*, 5(1), 157-196. <https://doi.org/10.19177/memore.v5e12018156-195>
- Schmitz, P. I. (1996). Acampamentos litorâneos em Içara, SC: um exercício em padrão de assentamento. *Clio. Arqueologia*, (11), 99-118.
- Schmitz, P. I. (1998). Continuidade e mudança no litoral de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (8), 25-31. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1998.109519>
- Schmitz, P. I., Rosa, A. O., Izidoro, J. M., Haubert, F., Krever, M. L. B., Bitencourt, A. L. V., . . . Beber, M. V. (1999). Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas Antropologia*, (55), 1-164. <https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/055.pdf>
- Schmitz, P. I., & Sandrin, C. (2009). O sítio Lagoa dos Índios e o povoamento Guarani da planície costeira do Rio Grande do Sul. In P. I. Schmitz (Ed.), *Arqueologia do Rio Grande do Sul* (Documentos, 11, pp. 89-134). Instituto Anchieta de Pesquisas.
- Schneider, F., Wolf, S., Kreutz, M. R., & Machado, N. T. G. (2017). Tempo e espaço Guarani: um estudo acerca da ocupação, cronologia e dinâmica de movimentação pré-colonial na Bacia do Rio Taquari/Antas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 12(1), 31-56. <https://doi.org/10.1590/1981.81222017000100003>
- Schneider, F. (2019). *Poder, transformação e permanência: a dinâmica de ocupação Guarani na Bacia do Rio Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil* [Tese de doutorado, Universidade do Vale do Taquari]. <http://hdl.handle.net/10737/2613>
- Schneider, F., & Machado, N. T. G. (2020). Organização regional dos assentamentos Guarani: uma proposta interpretativa a partir da cerâmica arqueológica. *Habitus*, 18(2), 393-419. <https://doi.org/10.18224/hab.v18i2.8642>
- Silverman, B. W. (1986). *Density estimation for statistics and data analysis*. Chapman and Hall.
- Simões, A. P. A., Kunzli, R., Moraes, J. C. S., Arantes Neto, M. S., & Yukimitu, K. (2002). Um estudo das temperaturas de queima de cerâmicas e suas consequências na datação arqueológica. In *Anais do XV Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais* (pp. 480-484). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Soares, A. L. R. (1997). *Guarani, organização social e arqueologia*. EDIPUCRS.
- Stuckenrath, R., & Mielke, J. E. (1970). Smithsonian Institution Radiocarbon Measurements VI. *Radiocarbon*, 12(1), 193-204. <http://dx.doi.org/10.1017/S0033822200036286>
- Viana, W. C., Back, M., Campos, J. B., Cerezer, J. F., & Zocche, J. J. (2017). 'Terra-preta' em sítios arqueológicos no litoral sul de Santa Catarina, Brasil: o caso dos sítios Olho D'Água I e Escola Isolada Lagoa dos Esteves. *Interiencia*, 42(8), 522-528. <https://www.redalyc.org/pdf/339/33952871007.pdf>
- Vizcaya, J. S. (1946 [1552]). Carta escrita da costa do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo*, (46), 309-311.
- Wagner, G. P. (2009). *Sambaquis da barreira da Itapeva: uma perspectiva geoarqueológica* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. <https://hdl.handle.net/10923/3866>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

J. B. Campos contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração de projeto, supervisão, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); E. B. Perin com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, supervisão, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); F. Schneider com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição); R. Milheira com conceituação, análise formal, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); S. A. P. Dagostim com curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto, recursos, validação, visualização e escrita (rascunho original); M. C. P. Santos com conceituação, análise formal, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); F. S. Noelli com conceituação, análise formal, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); e P. A. D. DeBlasis com conceituação, análise formal, investigação, metodologia, supervisão, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Encruzilhadas museais digitais: informação étnico-racial crítica e ciberativismo no Museu Afrodigital do Maranhão

Digital museum crossroads: critical ethnic-racial information and cyberactivism at the Museu Afrodigital do Maranhão

Kátia Silene Souza de Brito¹  | Clovis Carvalho Britto¹  | Deborah Silva Santos¹ 

¹Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: O artigo analisa as potencialidades dos museus afrodigitais brasileiros como espaços de produção e difusão da informação étnico-racial crítica e de ciberativismo, tendo como estudo de caso o Museu Afrodigital do Maranhão. A partir de conceitos como informação étnico-racial crítica, ciberativismo, museus afrodigitais e encruzilhadas museais digitais, mobiliza uma metodologia qualitativa, com base em revisão bibliográfica, análise documental e na concepção de encruzilhada como perspectiva analítica-metodológica. Evidencia, a partir do estudo de caso, como os museus afrodigitais possuem a potencialidade de mobilizar estratégias antirracistas na produção de insurgências em articulação entre ensino, pesquisa e extensão, juntamente com as comunidades. Demonstra como a interface digital pode ressignificar narrativas museais sobre a população negra, visando o combate ao racismo e ao epistemicídio.

Palavras-chave: Museus afrodigitais. Informação étnico-racial crítica. Ciberativismo. Museu Afrodigital do Maranhão.

Abstract: This paper analyzes the potential of Brazilian Afrodigital museums as spaces for the production and dissemination of critical ethnic-racial information and cyberactivism, using the Afrodigital Museum of Maranhão as a case study. Based on concepts such as critical ethnic-racial information, cyberactivism, afrodigital museums, and digital museum crossroads, it mobilizes a qualitative methodology based on a literature review, documentary analysis, and the concept of crossroads as an analytical and methodological framework. Based on the case study, it highlights how Afrodigital museums have the potential to mobilize anti-racist strategies in the production of insurgencies in the articulation between teaching, research, and extension in collaboration with local community. It demonstrates how digital interface can resignify museum narratives about the black population with a view to combating racism and epistemicide.

Keywords: Afrodigital museums. Critical ethnic-racial information. Cyberactivism. Afrodigital Museum of Maranhão.

Brito, K. S. S., Britto, C. C., & Santos, D. S. (2026). Encruzilhadas museais digitais: informação étnico-racial crítica e ciberativismo no Museu Afrodigital do Maranhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250046. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0046>

Autor para correspondência: Clovis Carvalho Britto. Universidade de Brasília. Campus Darcy Ribeiro. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 (clovisbritto@unb.br).

Recebido em 29/05/2025

Aprovado em 25/03/2026

Responsabilidade editorial: Marília Cury



INTRODUÇÃO

Base de pensamento e de ação, a encruzilhada, agente tradutório e operador de princípios estruturantes do pensamento negro, é cartografia basilar para a constituição epistemológica balizada pelos saberes africanos e afrodiaspóricos. E nos oferece a possibilidade de interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico que emerge dos processos inter e transculturais, nos quais se confrontam e se entrecruzam – nem sempre amistosamente – práticas performáticas, concepções e cosmovisões, princípios filosóficos e metafísicos, saberes diversos, enfim (Martins, 2021, p. 51).

Na atualidade, as tecnologias digitais apresentam avanços no que se refere a alguns debates nos âmbitos políticos, sociais, culturais, econômicos e epistemológicos, entre eles sobre as relações raciais no Brasil. O ambiente digital também se tornou um dos espaços estratégicos para a insurgência da população negra, de transgressão das regras criadas pela branquitude e de criação de ambientes informacionais que problematizam sobre questões étnico-raciais, decolonialidade, raça, racismo e gênero.

O termo branquitude, segundo Bento (2022), está relacionado às práticas, aos benefícios, aos privilégios e/ou aos direitos que possuem as pessoas brancas e que, através da violência, do racismo estrutural e do pacto narcísico, se apropriam dos bens materiais e imateriais das outras populações a quem marginalizam. Portanto, é importante reconhecer iniciativas que tensionam os efeitos da branquitude, especialmente nas redes digitais:

Nessa encruzilhada digital, há uma insurgência epistêmica e as inovações tecnológicas trazem a possibilidade de subversão desse contexto colonial, contribuindo para a criação de ações e políticas de aproximação do público com os acervos, reunião do patrimônio afrodiaspórico e reconstrução da identidade negra, com o compartilhamento de novas informações (Brito, 2024, pp. 143-144).

Através dos processos informacionais, bem como dos registros imagéticos e audiovisuais, os museus afrodigitais possuem a faculdade de reconfigurar as políticas,

os métodos e as práticas de organização museológica, trazendo reflexões e críticas sobre a forma como o patrimônio cultural africano e afro-brasileiro é gerido pelas instituições. Portanto, é relevante visualizar o modo como o espaço virtual – a despeito do colonialismo digital (Faustino & Lippold, 2023) – também possibilita, em suas brechas, a experimentação e a valorização do patrimônio, da cultura e da memória negra, permitindo que outras narrativas surjam, com novas referências e representações.

Em diálogo com o pensamento de Martins (2021), em epígrafe, evidenciamos, neste artigo, o modo como, nos últimos anos, surgiram encruzilhadas museais digitais. De acordo com a autora, os povos negros se constituem nas encruzilhadas a partir de múltiplos e polissêmicos saberes: “. . . a encruzilhada é lugar radial de centramento e descentramento, interseções e desvios, texto e traduções, confluências e alterações, influências e divergências, fusões e rupturas, multiplicidade e convergência, unidade e pluralidade” (Martins, 2021, p. 51). Lembra, portanto, que a cultura negra é uma cultura das encruzilhadas, tendo Exu como princípio dinâmico e mediador.

Exu (Èsù em Iorubá), no sistema religioso afro-brasileiro, é um princípio cosmológico¹. Orixá primordial, é o intermediário entre a humanidade e as demais divindades, “. . . geralmente transportando as oferendas destinadas a apaziguá-los” (Sodré, 2017, p. 13).

. . . força que viabiliza a Vida, assegura a dinâmica da existência humana, favorece a transformação e os acontecimentos, a lei, o comando e a transgressão, a ordem e a desordem. Comunicador entre o *orum* (céu) e o *aiyé* (terra), une o sagrado e o profano. Senhor das feiras, comércios, encruzilhadas, seu *lôcus* é o atravessamento, os espaços de trocas e passagens (Fernandes, 2015, p. 19), “onde ocorrem negociações e parcerias, onde se estabelecem relações de confiança e desconfiança, de vantagens e desvantagens” (Sálami & Ribeiro, 2011 citados por Fernandes, 2015, p.19).

É a partir dessa referência que dialogamos com a ideia de encruzilhadas museais digitais. Algumas dessas

¹ Para maiores informações, consultar Martins (2021) e Britto et al. (2019).

iniciativas afrodigitais são construídas por profissionais nas universidades, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão, no intuito de tensionar o colonialismo digital (Faustino & Lippold, 2023), suas ramificações e seus impactos contemporâneos. Entre elas, citamos os museus afrodigitais que compõem a rede afrodigital de museus no Brasil, propulsores de processos de aprendizagem em conjunto com as comunidades ancestrais, pela busca da construção e da difusão de conhecimentos afrocentrados (Sansone, 2012; J. Silva, 2019). Uma encruzilhada digital para tecer epistemologias que “. . . ressignifiquem os sentidos e as representações sobre a população negra nos contextos museais: através de fotografias, áudios, vídeos, discursos, enunciados, descrições, comentários que fazem referência ao patrimônio cultural africano e afro-brasileiro” (Brito, 2024, p. 258).

A partir dessas reflexões, nossa hipótese de pesquisa problematiza se os museus afrodigitais, inseridos na rede de museus afrodigitais, praticam uma insurgência a partir dos seus processos museológicos ao promoverem a informação étnico-racial crítica e o ciberativismo. Essa informação étnico-racial crítica é sinônimo de uma educação antirracista, fruto de um letramento racial crítico:

Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais (Ferreira, 2015, p. 138).

Portanto, o intuito deste artigo é evidenciar se os museus afrodigitais contribuem para um letramento racial crítico, tendo como estudo de caso a configuração do Museu Afrodigital do Maranhão (MAD/MA), um dos museus universitários integrantes da rede, a partir de uma metodologia qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental em torno da informação étnico-racial crítica, do ciberativismo e da rede de museus afrodigitais. No mesmo aspecto, é importante destacar que o operador

conceitual das encruzilhadas também consiste em uma “. . . perspectiva analítico-metodológica É o território onde as trocas se estabelecem e também uma forma de leitura desses trânsitos nas relações ambivalentes de conflito e cruzamento” (Macedo, 2024, p. 97).

Conforme destacou Santos (2022), nem todos os museus afro-brasileiros seguem perspectivas antirracistas, alguns inclusive reproduzem discursos excludentes e mantenedores do pensamento das elites nacionais acerca das relações raciais brasileiras. Todavia, demonstra a existência de museus afro-brasileiros comprometidos com o enfrentamento ao racismo e com a promoção da igualdade racial. Seguindo essa leitura, reconhecemos que os museus afrodigitais possuem a potencialidade para a ampliação e a afirmação da pluralidade de memórias, o acesso aos acervos e a desconstrução de narrativas racistas, “. . . movimento que se soma a eclosão de lutas decoloniais que intentam reconceitualizar o museu, espaço esse que historicamente celebra as memórias eurocêtricas e a colonialidade moderna” (Brito, 2024, p. 28).

Portanto, o intuito é perceber como as encruzilhadas museais digitais consistem em experiências museais afrocentradas no ambiente digital, comprometidas com a informação étnico-racial crítica e com o ciberativismo. Trata-se de, assim como os ciberterreiros, compreendê-las como “. . . um conceito-ação aberto, em expansão, um mergulho nas artes e culturas afrodiaspóricas. Um território transiente onde a produção e a transmissão do conhecimento se dão a partir . . . de dispositivos ancestrais para *hackear* os códigos coloniais” (Amâncio, 2023, p. 240).

INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL CRÍTICA E CIBERATIVISMO

Em sua configuração inicial, as instituições ocidentais tornaram inacessível a inserção da informação étnico-racial crítica nos campos do saber científico. Os símbolos, as categorias e os conceitos de origem indígena e africana foram alvos da estrutura racista, reproduzida e propagada

no campo científico pela violência epistêmica e ontológica. Diferentes imagens e textos foram construídos pelas dinâmicas de produção, uso e difusão da informação racializada, perspectivas reforçadas ao longo dos séculos pelos paradigmas científicos evolucionistas e positivistas.

O racismo é uma das formas de discriminação que impactam a produção do conhecimento, por exemplo, na reprodução de pensamentos eurocentrados, legitimando determinadas formas de ser e saber. Carneiro (2005) se refere a um dispositivo de racialidade, ou seja, a uma rede de elementos presente em enunciados científicos, discursos, instituições, hipóteses, leis, regulamentos, programas e estruturas das organizações que, através de suas técnicas, procedimentos e práticas, se autorreproduz e reinterpreta, deixando marcas e cicatrizes.

Nessa discussão, a informação étnico-racial, em uma perspectiva crítica ou antirracista, torna-se um instrumento pedagógico e emancipatório, uma estratégia de resistência e atualização epistemológica para colaborar na construção de outras memórias, histórias e parâmetros que valorizem conhecimentos, projetos e problemáticas da população indígena e negra.

Segundo H. Oliveira e Aquino (2012, p. 486), algumas características conceituais (essenciais e acidentais) podem ser aplicadas ao termo 'informação étnico-racial', como pode ser visto no Quadro 1.

Para Fevrier et al. (2022), a informação étnico-racial pode propiciar que um grupo étnico alcance a sua afirmação e emancipação social, financeira, política e educacional. Essa perspectiva também é compartilhada

por F. Silva e Fideles (2021), reconhecendo-a no campo científico a partir de quinze temáticas-síntese, conforme apresentado no Quadro 2.

De acordo com Lopes et al. (2015), a informação étnico-racial pode ser um capital social ou, através dela, constituir uma história étnico-racial. Já H. Oliveira e Aquino (2012) e Sá e Francelin (2021) argumentam que ela consiste em um instrumento para evidenciar a perspectiva informacional com base na questão racial, no intuito de combater o racismo para que os processos infocomunicacionais produzam outros conhecimentos centrados, por exemplo, nas memórias e nos saberes tradicionais da população africana e afro-brasileira:

... um conceito que pode unir termos como informação, raça e etnia, na tentativa de evidenciar as problemáticas relacionadas à sub-representação ou apagamento destas memórias afro-brasileiras, através da inserção de paradigmas científicos na Ciência da Informação – pesquisas, ensino, prática e políticas de informação dos dispositivos e unidades de informação que atendam públicos específicos, em que o processo de informar favoreça a reconstrução das memórias e percepções sobre a(o) negra(o) no meio social (Brito, 2024, pp. 52-53).

A informação étnico-racial pode propiciar maiores divulgação, acesso e uso dos registros sobre os grupos étnicos marginalizados, tanto no ambiente físico quanto no digital. Todavia, não basta apenas a mobilização da informação étnico-racial, é necessário que os agentes e grupos se tornem protagonistas das suas narrativas, promovendo a correção das distorções históricas criadas pelo dispositivo da racialidade (Carneiro, 2005).

Quadro 1. Características conceituais aplicadas à informação étnico-racial. Fonte: H. Oliveira e Aquino (2012, p. 486).

Características essenciais		Características acidentais	
Constitutivas	- Ser informação; - Passível de significação; - Mediada pela linguagem; - Refere-se a uma etnia.	Gerais	- Diversidade de suportes.
Consecutivas	- Estar em um suporte físico; - Significação feita pelos sujeitos; - Pode produzir conhecimento; - Contém referências culturais de uma etnia.	Individualizantes	- Afirma a história e a cultura de uma etnia.

Quadro 2. Informação étnico-racial. Fonte: adaptado de F. Silva e Fideles (2021, p. 45).

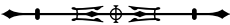
Número	Temas
1	Estudos decoloniais, pós-coloniais e contracoloniais
2	Religiões e religiosidades de matriz africana
3	Feminismo e mulherismo negros
4	Raça, classe, gênero e interseccionalidade
5	Construção da identidade étnico-racial
6	Educação das relações étnico-raciais
7	Estudos críticos da branquitude
8	Racismo (em suas facetas institucionais, recreativo etc.)
9	Estética negra, corporalidade e identidade étnico-racial
10	Comunicação, teatro e arte
11	Necropolítica, genocídio e epistemicídio
12	Estudos africanos e da diáspora
13	Intelectualidade e pessoas negras
14	Epistemologias africanas, negras e afrodiaspóricas
15	Formação e prática docente

Por essa razão, é necessário que se institua um letramento racial crítico, conforme destacou Lima (2023), quando concebeu a necessidade de uma educação antirracista das relações étnico-raciais, sustentada em um pensamento ético-epistemológico e na superação do racismo estrutural e das relações de poder vigentes:

É uma escolha política utilizar a denominação Educação Antirracista das Relações Étnico-Raciais (EARER) e não Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) porque entendo que, desde que a primeira criança negra, nesse país, sentou-se em um banco escolar para assistir a uma aula ministrada por uma professora/or branca/o, nesse momento, se iniciou um tipo de educação das relações étnico-raciais que perdura em muitas instituições de ensino público e privado nesse país e que está a serviço da manutenção branca da colonialidade do poder. A educação das relações étnico-raciais já existe há séculos e ela é, por origem, uma educação construída, operacionalizada e legitimada pelo racismo . . . Mais do que propor uma mera alteração nominal na consagrada ERER, o acréscimo da palavra-força 'antirracista', tem o propósito de reafirmar uma ética antirracista e defender a necessidade de agenciamento no combate às tentativas da ideologia de supremacia racial branca, de fraudar, desvirtuar e descaracterizar as políticas de educação para as relações étnico-raciais. Assim, nos valendo de mecanismos políticos e aparatos legais, queremos nos

certificar de que as propostas de ensino-aprendizagem, alegadamente pautadas na legislação antirracista brasileira, atinjam, de fato, o propósito antirracista. Entrementes, advogamos uma EARER para a valorização do trabalho de décadas dos movimentos negros brasileiros em favor de uma ERER social e racialmente referenciada, ao tempo em que apontamos para a criação de uma política pública, nacional que fiscalize, fomenta e oriente a sociedade brasileira para o cumprimento da legislação contra o racismo – que é estruturante, também, das relações interétnico-raciais (Lima, 2023, pp. 48 e 124).

Acreditamos que as mesmas reflexões podem ser aplicadas ao campo nocional da informação étnico-racial. Além disso, é importante perceber o modo como a informação étnico-racial crítica ou antirracista tem sido produzida e difundida por meio de tecnologias digitais, permitindo que pessoas invisibilizadas remodelem a produção do conhecimento, colocando em suspeição as estruturas sociais dominantes e construindo novas formas de representação. As redes digitais, que contribuem para práticas de desinformação e racismo, também podem permitir, por exemplo, que haja a “ . . . restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos que até então foram vistos como destituídos da condição de fala e da



habilidade de produção de teorias e projetos políticos” (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016, pp. 20-21), em um movimento que remete ao quilombamento.

Ao longo dos séculos, a população negra deu continuidade a uma consciência de luta político-social, através da lógica quilombista que inspira desde o século XV diversas formas de organização: quilombos originários do período colonial e também quilombos contemporâneos, constituídos como “. . . rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras” (A. Nascimento, 2002, pp. 337-338). A. Nascimento (2002) denominou essa *práxis* afro-brasileira de ‘quilombismo’, movimento que surge com a formação dos quilombos, a partir da necessidade de resistência, sobrevivência e fortalecimento dos africanos e afro-brasileiros que lutaram contra a submissão, a exploração e a violência.

Essa lógica também foi mencionada por Vergès (2023), quando analisou as formas de resistência da população negra:

Aquilombar (*marronner*) continua sendo a ação mais radical, a ação de desordem absoluta sob a escravidão. Sob a escravidão, o quilombamento era a negação da própria lógica do sistema de *plantation*, porque a vida em liberdade era vivida num espaço regido pela interdição da liberdade. No entanto, não idealizamos nem fazemos uma heroização fácil aqui: se tomar um/a quilombola era entrar em guerra com o poder escravagista colonial e o racismo. . . . Aquilombar era virar as costas para as plantações a fim de construir espaços soberanos nos morros e nas montanhas . . . e inventar uma nova vida. Era defender espaços de liberdade e dignidade num mundo onde a vida negra não contava (Vergès, 2023, pp. 242-243).

Nas últimas décadas, é possível perceber as ressonâncias dessas práticas de resistência e a sua reinvenção a partir do quilombamento digital, reforçando o argumento de A. Nascimento (2002, p. 339), quando destacou que “. . . o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico”. Essa interpretação também sustenta as análises de Conceição (2020, p. 6),

quando definiu o quilombamento digital como “. . . uma atualização do movimento quilombista na contemporaneidade, que se utiliza de técnicas e ferramentas tecnológicas na tentativa de ter uma sociedade com equidade e afetos”. A pesquisadora aponta para um crescimento, no contexto brasileiro, do número de pessoas que acessam a internet, fator que contribuiu para a organização da população negra em torno das redes digitais e transformou os processos culturais por meio de espaços alternativos que tentam subverter a ordem hegemônica: “Se pudéssemos transportar estratégias quilombolas para o período da contemporaneidade, traríamos dos antigos quilombos sua organização e afetividade para a esfera do digital, conceituados academicamente e pela população negra como ‘quilombos digitais’” (Conceição, 2020, p. 11).

Exemplares desse movimento são as análises de Borges (2022), no livro “Redes educativas e o ciberativismo da juventude de terreiro da nação Ijexá”, ao demonstrar como o ciberativismo se tornou estratégia mobilizada pela população negra para se conectar e lutar contra o racismo, a partir de uma educação antirracista. Esse movimento consiste no ativismo pautado em um letramento racial antirracista e que se manifesta em “. . . compartilhamentos, curtidas e comentários nas redes sociais digitais como dispositivo político na disputa por narrativas” (Borges, 2022, p. 39), bem como na criação de museus comprometidos com a informação étnico-racial crítica no ciberespaço, a exemplo dos museus afrodigitais.

A REDE AFRODIGITAL DE MUSEUS

Os museus afrodigitais têm a potencialidade de ser um espaço museal antirracista responsável por “. . . preservar imagens, memória, histórias, práticas culturais e devoções, identidades, pesquisas acadêmicas, produção artística e literária, valorizando a história e a cultura africana e afro-brasileira” (Santos, 2022, p. 105). Uma tipologia de museu digital que compõe o quadro dos museus afro-brasileiros, sendo espaço de contribuição para contestar as ideias de neutralidade, objetividade e universalidade do patrimônio.



Conforme argumentamos, não é somente a difusão de informações étnico-raciais que torna os museus afro-brasileiros comprometidos com a luta antirracista, é justamente o modo crítico como essas informações são mobilizadas que contribuiria para que fossem visualizados como importantes ferramentas para a educação das relações étnico-raciais. O mesmo pode ser reconhecido no caso dos museus afrodigitais que, segundo Roza (2015), servem como instrumentos de transformação dos procedimentos da musealização e patrimonialização através da rede, auxiliando no surgimento de novas formas de evocação de lembranças e rememoração de experiências da população negra: “. . . necessário a construção de novas identidades de pessoas sub-representadas, responsável pela formação de acervos da cultura e do patrimônio afro-brasileiro ao digitalizar, inventariar e disponibilizar os acervos no ciberespaço” (Brito, 2024, p. 55).

Os museus afrodigitais são espaços que contribuem para a geração de pesquisas, reflexões, informações e conhecimento sobre as memórias da população negra de forma interativa e dinâmica. Seguindo esse entendimento, eles podem ser percebidos “. . . como um lugar democratizante em que se produzem relações de alteridade, construções identitárias, isto é, de reconhecimentos e pertencimentos locais, regionais e nacionais” (Sansone, 2012, p. 336). Essas experiências contribuem para uma crítica à política de conservação e uso das novas tecnologias para construir outra geopolítica do conhecimento, com a criação de museus e arquivos a partir da perspectiva Sul-Sul (Sansone, 2012).

É importante, portanto, destacar que os museus afrodigitais surgem em um contexto em que eclodem conceitos como empoderamento, ciberativismo e afropertencimento, além do crescimento de pesquisas sobre diversidade, direitos humanos e desigualdade no Brasil. Ao mesmo tempo, trata-se de um momento em que ações na área política e social favoreceram a criação desses ambientes no Brasil, como os compromissos internacionais assinados pelo governo brasileiro.

Desse modo, são resultado das mobilizações promovidas pelos movimentos negros e indígenas que incitaram os processos de reparação, a instituição de políticas de igualdade racial e o combate ao racismo.

Portanto, é fundamental conceber o surgimento dos museus afrodigitais no bojo das mudanças ocorridas no Brasil que permitiram a ampliação e a consolidação do campo museológico. No âmbito das políticas culturais e museais, destacam-se a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988a); a Fundação Cultural Palmares, criada pela Lei n.º 7.668 de 1988 (Brasil, 1988b); o Decreto n.º 3551 de 2000 (Brasil, 2000), que institui o registro de bens culturais da natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro; a Política Nacional de Museus (PNM), de 2003, que estabelece o anteprojeto de lei para a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Paralelamente, os museus afrodigitais – assim como os museus e processos museais afro-brasileiros em geral – também foram impactados ou fortalecidos por políticas museais voltadas para a promoção de igualdade racial, a exemplo do Plano Nacional de Cultura, do Plano Setorial de Museus, do Programa Pontos de Memória, da 7ª Primavera de Museus: Museu, Memória e Cultura Afro e do Plano Setorial de Cultura Afro da Fundação Cultural Palmares.

Na atualidade, com as novas tecnologias digitais, os museus afrodigitais trazem à tona outros projetos museológicos voltados à preservação da memória, da história e do patrimônio africano e afro-brasileiro. Esses projetos não só estimulam a gestão coletiva através das redes, como também possibilitam que os registros e os inventários suscitem reflexões sobre raça, poder, geopolítica, patrimônio intangível e repatriação (J. Silva, 2019). Essas instituições se transformaram em espaços potentes para a promoção de debates sobre a decolonização dos museus, para que haja a reparação histórica da violência perpetrada pelo colonialismo e reatualizada pela colonialidade, com a intenção de fazer uma releitura das coleções, documentações e curadorias a partir da contextualização e de abordagens afrocentradas (Sousa et al., 2022).

Nas duas últimas décadas, algumas experiências museológicas afrocentradas utilizaram o ciberespaço com o intuito de contribuir para a luta antirracista. Essas experiências foram desenvolvidas em plataformas virtuais e são resultado da cooperação entre instituições acadêmicas, governos, movimento negro, associações e comunidades. Como exemplo, é possível mencionar o Museu Virtual da Lusofonia (MVL), em Portugal; o Museu Virtual Afro-Peruano de San Luis de Cañete (MUAFRO), no Peru; o Museu Digital Terreiro Tumbenci, na Bahia; o Museu AfroBrasil-Sul (MABSul), no Rio Grande do Sul; o Museu Virtual Nações do Candomblé, na Bahia; e o Museu de Arte Negra, no Rio de Janeiro.

É nesse contexto que surge, no Brasil, a rede afrodigital de museus, que consiste em um projeto centrado na filosofia Sankofa², a partir da articulação de profissionais de instituições federais de ensino superior, com o intuito de patrimonializar as lutas da população negra. Em 1998, teve início o plano de ação de construção do primeiro museu afrodigital que originou a rede, o Museu Afrodigital da Memória Africana e Afro-Brasileira, através do Curso Internacional Fábrica de Ideias, no antigo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro. Essa experiência faz parte, desde 2002, do Programa Permanente de Extensão em Pós-Graduação, no Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, Bahia.

Desse modo, teve início a construção de um arquivo digital dos estudos afro-baianos, centrado na noção de repatriação digital, ou seja, como nos afirmam Sansone (2012) e J. Silva (2019), o retorno de artefatos das populações negras aos seus locais de origem, através de cópias digitais, reproduzidas de documentos originais que atualmente estão sob a salvaguarda de

arquivos estrangeiros. Precisamente no *Schomburg Center for Research in Black Culture*, no Harlem, uma biblioteca pública em Nova Iorque voltada à pesquisa, à preservação e à exposição acervos e documentos que retratam as experiências afro-americanas, afrodiaspórica e do continente africano, quando, no Centro *Schomburg*, o antropólogo Lívio Sansone se deparou com fotografias da congregação da UFBA que não se encontravam disponíveis na Bahia. Posteriormente, por uma opção política e retórica e em virtude dos desafios da repatriação digital, transformaram o arquivo digital e o denominaram de Museu Afrodigital. Nesse contexto, originaram as primeiras coleções como consequência da repatriação virtual de acervos dos Estados Unidos e da França através da cooperação com instituições estrangeiras.

A intenção foi estimular o uso do repositório para salvaguarda, digitalização, pesquisa, comunicação e curadoria de exposições sobre a memória, o cotidiano e o patrimônio cultural, material e imaterial, africano e afro-brasileiro: acervos documentais diversos, compostos por imagens, sons, textos, materiais audiovisuais: "... produtos de negros, sobretudo daqueles que até então não têm tido vez e têm sido condenados ao silêncio ou à invisibilidade" (Sansone, 2012, p. 333), como babalorixás, ialorixás, ativistas, políticos, intelectuais, acadêmicos, além de coletivos negros. A partir dessa experiência, fica evidente a compreensão de que a patrimonialização e a musealização são seletivas, havendo a necessidade de que as pessoas negras "... possam classificar, organizar e hierarquizar sua produção cultural, por meio de mecanismos de curadoria coletiva e interativa, em lugar de deixar este 'direto' a antropólogos e curadores convencionais" (Sansone, 2012, p. 335).

A partir dessa experiência, instituíram parcerias em âmbito nacional e internacional, resultando em

² Originária da língua dos povos *Akan*, tradição filosófica dos territórios de Gana, Burkina Faso, Togo e Costa do Marfim, da África ocidental, a palavra *sankofa* vem dos termos *Sanko* (= voltar) e *fa* (= buscar, procurar). Nasce do provérbio "*Se wowere fina wosankofa a yenkyi*" que, em tradução livre, significa "não é tabu voltar para trás e recuperar o que você perdeu". Integra um conjunto de mais de oitenta símbolos gráficos, o *Adinkras*, que possui significados e é representado por "... ditames ou fábulas que expressam conceitos filosóficos" (E. Nascimento, 2008, p. 31). A simbologia do ideograma Sankofa remete à ideia de reconquista de várias dimensões.



uma rede composta por seis 'estações afrodigitais': o Museu Afrodigital da Memória Africana e Afro-Brasileira, da Universidade Federal da Bahia (Figura 1); o Museu Afrodigital do Maranhão, da Universidade Federal do Maranhão; o Museu Afrodigital Galeria Mato Grosso, da Universidade Federal do Mato Grosso; o Museu Afrodigital de Pernambuco, da Universidade Federal de Pernambuco; o Museu Afrodigital Galeria do Rio de Janeiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e o Museu Afrodigital – Estação Portugal. No Quadro 3, destacamos os museus afrodigitais que integram a rede e o ano de sua criação.

No decorrer da criação da rede de museus afrodigitais, várias articulações internas e externas

foram realizadas e debates foram estabelecidos, como os desenvolvidos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), no comitê de museus e patrimônios da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e na rede de memória da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Além disso, seus membros integram associações, grupos de trabalho, conselhos e comitês relativos às culturas afro-brasileiras e africanas.

Ao longo de sua trajetória, o acervo da rede se constituiu a partir de pesquisas etnográficas, históricas e antropológicas, com base em quatro conceitos que norteiam politicamente as atividades: repatriação digital, doação digital, etnografia digital e solidariedade digital.



Figura 1. Página inicial do Museu Afrodigital da Memória Africana e Afro-Brasileira. Fonte: MAD/BA (2026).

Quadro 3. Rede afrodigital de museus. Fonte: elaborado pelas autorias (2025).

Título	Instituição	Ano de criação
Museu Afrodigital da Memória Africana e Afro-Brasileira	Universidade Federal da Bahia	2010
Museu Afrodigital de Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	2010
Museu Afrodigital Galeria do Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso	2010
Museu Afrodigital Galeria do Rio de Janeiro	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2010
Museu Afrodigital do Maranhão	Universidade Federal do Maranhão	2012
Museu Afrodigital Estação Portugal	-	2013

1) Repatriação digital: sugerimos aos arquivos estrangeiros que possam ficar conservando de boa forma os documentos originais, mas que sejam altruístas com as cópias digitais, que deveriam ser circuladas livremente sem altos custos de reprodução, permitindo aos pesquisadores analisar documentos sem ter que necessariamente se deslocar e viajar para o exterior; 2) Doação digital: por meio da criação de um termo de cessão digital, já disponível em nossa *homepage*, e indicando a Biblioteca Nacional como repositório digital, por meio da plataforma Dspace, tencionamos induzir uma política e prática de disponibilização; . . . 3) Etnografia digital: este método visa a captação de documentos e, contemporaneamente, a sensibilização de comunidades específicas no sentido de aderir ao movimento para a doação digital. Isto faremos por meio de nossa pesquisa de campo por meio de uma estação itinerante de digitalização e, mais adiante, de museu mambembe, que procura seu público e cria momentos de dramatização em torno da memória; . . . 4) Generosidade e solidariedade digital: Este ponto parte da constatação que estamos a vivenciar um novo e crescente anacronismo no processo de criação de difusão do conhecimento. A web poderia se tornar, explorando novas fronteiras metodológicas, uma grande e nova forma de compartilhar a experiência de pesquisa. . . . Também cooperar na curadoria de museus presencias ou virtuais, explorando novas formas de curadoria coletiva – a descrição e apresentação de cada documento exposto seriam feita [sic] em grupo, ou com vozes e perspectivas diferentes, com a possibilidade de ser constantemente atualizada (Sansone, 2012, pp. 339-340).

Os processos de digitalização, arquivamento, musealização e divulgação de acervos em formato digital conectados à informação étnico-racial criam uma nova cartografia, expõem outras agências e trazem referências culturais, lideranças e expressões de resistência que negam o mito da democracia racial, sintetizados na Figura 2.

A plataforma digital serve para ressemantizar memórias, imagens e coleções. Consiste em uma experiência que integra “. . . uma rede internacional de museus digitais em que cada museu dessa rede é também um ponto de partida, uma parada, uma mirada, um ponto de encontro para estudiosos, anônimos, pesquisadores, colecionadores, estudantes no tema da africanidade e afrodescendência” (J. Silva, 2019, p. 81). O intuito é romper, desconstruir institucionalmente as falsas informações e representações racializadas sobre a população negra, além de evidenciar pilares conceituais que se interpenetram, entre eles: decolonialidade, memória africana e afro-brasileira, repatriação/restituição digital, afrodigital, antirracismo e feminismo.



Figura 2. Perfil da rede afrodigital. Fonte: Brito (2024, p. 227).

A INSURGÊNCIA DO MAD/MA

O MAD/MA é composto de acervos digitalizados provenientes dos estudos etnográficos de pesquisadoras/es como Mundicarmo Rocha Ferretti, Sérgio Figueiredo Ferretti e Pierre Verger. Constituído em 2012, na coordenação do antropólogo e professor Sergio Figueiredo Ferretti (1937-2018), hoje é coordenado pela professora Marilande Martins Abreu e vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (DESOC/UFMA) e ao Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular (GPMina).

Como afirma Loureiro (2022), o museu contém diversas informações sobre a população negra do estado do Maranhão em registros audiovisuais, fotográficos e sonoros, enunciados, discursos, manuscritos, teses, dissertações, monografias, cadernos de campo, cartas, notas, documentos e dados coletados, VHS, DVD, cassetes, CD, negativos, papéis, impressos e arquivos em HD. Essa documentação pode ser acessada através de menus de navegação do *site*, que estão dispostos em categorias: museu, exposições, acervo, projetos, educativos e notícias (Figura 3).

Para Marilande Abreu (em entrevista concedida a Brito, 2024), atual coordenadora do MAD/MA, entre os episódios que considera importantes para a criação do museu está a participação dos seus integrantes no curso avançado em estudos étnico-raciais, que serviu como espaço de discussão e trocas de conhecimento, a Escola Doutoral Internacional Fábrica de Ideias (UFBA). Em suas análises, esse curso influenciou a digitalização do acervo que envolve quarenta anos de pesquisa do casal Ferretti, no Maranhão, com investigações sobre a religião afro-brasileira, líderes e mestres locais. A intenção era não deixar esse material guardado, arquivado ou disperso e, sim, pensar em uma forma de divulgação. Dessa ideia, surgiu o esforço inicial de digitalizar uma parte das imagens, que inclui também material audiovisual e o acervo etnográfico do casal que outros pesquisadores, ao passarem pelo estado, doaram ao GPMina. Documentos que consistem em coleções do museu afrodigital, reconhecidos por sua atual coordenadora como “. . . um museu riquíssimo para a história do Maranhão. . . ., para essa história de resistência das comunidades de matriz africana de luta” (Marilande Abreu em entrevista concedida a Brito, 2024, p. 176).



Figura 3. Página inicial do MAD/MA. Fonte: MAD/MA (2025a).

Atualmente, o MAD/MA, além de existir no formato digital, possui uma versão física na UFMA que está acessível à comunidade acadêmica, aos interessados na temática africana e afro-brasileira, além das comunidades tradicionais e de terreiros. A equipe do museu é constituída por antropólogos/os, historiadoras/es, mestras/es em tecnologia, artistas visuais, estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, Ciência da Computação, Artes Visuais e História.

O espaço virtual construído pelos museus afrodigitais serve para favorecer a construção de novas representações da população afro-brasileira no contexto museal, como também refletir sobre as questões raciais, da patrimonialização da dor, das lutas e da descolonização da memória (J. Silva, 2021). Além disso, se propõe ser um espaço para as memórias transatlânticas, acessíveis aos diferentes públicos, utilizando “. . . aplicações de tratamento e organização de dados como a análise descritiva e o pré-processamento de dados” (L. Oliveira & Martins, 2019, p. 3).

Na plataforma digital, com a digitalização do acervo etnográfico, histórico-social, artístico-cultural do MAD/MA, é possível ter acesso às 43 imagens representativas da população negra maranhense por meio de quatro categorias: o Bumba Meu Boi do Maranhão, em seus variados estilos, como o grupo Boi Costa de Mão Brilho da

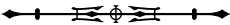
Sociedade, de Cururupu, Maranhão, “. . . inscrito no Livro de Registro de Celebrações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e em 2019, recebeu da Unesco o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade” (MAD/MA, 2026a); a Casa das Minas, que foi incluída no Livro de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); a Casa de Nagô que, em 1986, foi tombada através do Decreto Estadual de n.º 10.029 pela Superintendência de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (SPPHAP); e o Tambor de Crioula do Maranhão, uma manifestação cultural que é um exemplo de resistência dos ancestrais africanos escravizados, sendo registrado, em 2007, como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Além dessa divisão, existem mais duas categorias de exposições: a de longa duração traz o acervo que, atualmente, se encontra na Fundação Pierre Verger, do fotógrafo, etnólogo, antropólogo e pesquisador francês Pierre Edouard Léopold Verger (1902-1996); enquanto a de curta duração aborda a relação dos encantados com a fotografia e as práticas ritualísticas do Terreiro do Justino/Avarequetê/São Benedito, como se pode observar no Quadro 4.

A abordagem museal do MAD/MA é representativa de símbolos, elementos da identidade, tradição matriarcal africana, práticas ritualísticas dos terreiros, formas de

Quadro 4. Exposições do MAD/MA. Fonte: adaptado de Brito (2024).

1) Longa duração		
Título	Documentos digitalizados	Instituição detentora/Fotógrafa(o)
Pierre Verger – Casa das Minas	8 imagens	Fundação Pierre Verger
Pierre Verger – Casa de Nagô	14 imagens	Fundação Pierre Verger
1. Exposição Quilombos do Maranhão: 1.1 Quilombos do Maranhão 1.2 Cotidianos Quilombolas Maranhenses	1.1) 18 imagens 1.2) 14 imagens	1.1) José Ribamar P. do Nascimento 1.2) Reinilda de Oliveira Santos
2) Curta duração		
Título	Documentos digitalizados	Instituição Detentora/Fotógrafa(o)
Relação dos encantados com a fotografia	12 imagens	Sergio Ferretti e Mundicarmo Ferretti
Terreiro do Justino/Avarequetê	35 imagens	Marilande Martins Abreu



expressão e saberes reconhecidos como patrimônio cultural imaterial brasileiro, além de refletir sobre o genocídio e a gentrificação das comunidades tradicionais maranhenses. A (re)semantização das coleções e dos acervos, por meio da digitalização pautada no ciberativismo e na informação étnico-racial crítica, favorece uma nova perspectiva sobre o imaginário racial multicultural e plurirracial, com a inclusão de outras vozes, tornando crianças, jovens, mulheres e homens negros/os protagonistas, como verificamos na Figura 4.

A Figura 4 evidencia o afeto entre crianças, jovens e adultos/os negros/os e faz parte da exposição “Quilombos do Maranhão”, que está dividida em dois verbetes. O primeiro verbete, intitulado “Quilombos do Maranhão”, retrata diversas comunidades quilombolas do estado do Maranhão e é composto por instantes fotografados por José Ribamar Pereira do Nascimento, que celebram: 1) os trabalhos artesanais de produção de cofo pelos moradores da comunidade São Sebastião dos Pretos (Itapecuru, Maranhão); 2) o ritual religioso e a casa quilombola do quilombo Santa Joana (Itapecuru-Mirim, Maranhão); 3) o cofo – utensílio produzido com folhas de palmeiras e a produção de farinha da comunidade Felipa (Itapecuru-Mirim, Maranhão); 4) os homens que tocam o tambor de crioula da comunidade Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim, Maranhão); 5) o cotidiano das pessoas e o extrativismo com a quebradeira de coco babaçu da

comunidade quilombola Catucá (Bacabal, Maranhão); 6) as mulheres que trabalham com a quebra do coco e os momentos de fé e devoção da comunidade quilombola Monte Alegre (Lima Campos, Maranhão); 7) o cotidiano das residências e das mulheres da comunidade quilombola Santa Joana (Codó, Maranhão); 8) o dia a dia das crianças na escola e as mulheres na cozinha de uma residência da comunidade quilombola Matões dos Moreiras (Codó, Maranhão); e 9) a dança de coco e a presença de um homem diante de um altar religioso na comunidade quilombola Juçaral (Presidente Juscelino, Maranhão).

Já o segundo módulo da exposição, que tem como verbete ‘Cotidianos quilombolas maranhenses’, representado na Figura 5, aborda o museu físico “Meu Quilombo Minha História”, produto do projeto de pesquisa e inventário de referências culturais. O museu foi construído pela Associação Cultural Pé no Chão, através das/os pesquisadoras/es Andréa Frazão, Cida Macêdo, Jandir Gonçalves, Reinilda Oliveira e Silvia Diniz, de forma participativa com as lideranças e as nove comunidades quilombolas do Maranhão, entre elas: Cariongo, Vila Fé em Deus, em Santa Rita; Carro Quebrado, Queluz e Pedrinhas, em Anajatuba, e Santa Galo, Outeiro dos Nogueiras, Jaibara dos Nogueiras e Pedrinhas Clube de Mães, em Itapecuru-Mirim, que mapearam os modos de ser, fazer, celebrar e saber quilombola. Esse módulo digital



Figura 4. Momentos de ternura entre membros da comunidade São Sebastião dos Pretos (Itapecuru, Maranhão). Foto: Ribamar Nascimento. Fonte: MAD/MA (2022).



Figura 5. Casa que abriga o Museu ‘Meu Quilombo Minha História’. Foto: Reinilda de Oliveira Santos. Fonte: MAD/MA (2022).

apresenta uma das características conceituais aplicadas à informação étnico-racial crítica, a característica essencial consecutiva, que é a da significação feita pelas/os sujeitas/os. Apresenta imagens digitais desses artefatos, produzidos em conjunto com as comunidades quilombolas, que foram responsáveis por darem o significado a cada objeto:

... uma vez que representam os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano de cada comunidade. As peças são oriundas dos saberes associados a atividades, técnicas, ofícios e matérias-primas locais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados a cultura, memória e identidade (MAD/MA, 2022).

Por isso, compreendemos que o MAD/MA é um instrumento pedagógico e emancipatório, por "... contribuir na ampliação e fortalecimento da Lei 10.639/03 [Brasil, 2003], que define a obrigatoriedade do ensino de culturas afro-brasileiras e africanas; e da Lei 11.645/08 [Brasil, 2008], que obriga o ensino de culturas indígenas, nas escolas brasileiras" (MAD/MA, 2026b), através de projetos de pesquisa e extensão que trabalham questões como educação, patrimônio e tecnologia. Nesse aspecto, reflete sobre as culturas afro-brasileiras, africanas e afro-indígenas no Maranhão, com os projetos "Novo olhar sobre as representações do afrorreligioso no Museu: aba educativa no site do MAD/MA como ferramenta educativa para o ensino de história" e o "Museu Afrodigital da UFMA como instrumento metodológico: uma experiência em escolas públicas de ensino médio do Maranhão".

Seja na construção de seus projetos e acervos, na produção do conhecimento mediado pela linguagem ou ao se referir e afirmar a história e a cultura das comunidades quilombolas, através de diversos suportes, tanto de forma geral quanto individualizante, o MAD/MA expressa as características essenciais e acidentais aplicadas por H. Oliveira e Aquino (2012) à informação étnico-racial. Exemplar desse aspecto é o projeto "Personalidades negras: verbetes biográficos de artistas, intelectuais e ativistas maranhenses do século XX", que traça a trajetória e a biografia de personalidades negras da região centro-sul

maranhense, do município Grajaú, Maranhão, entre elas a de João da Cruz Atenas (Figura 6), músico, compositor e mestre da cultura afro-maranhense.

Mestre Atenas, como é conhecido popularmente, é responsável pelos grupos Bumba-Meu-Boi da Vila Kennedy e Bumba-Meu-Boi Brilho da Noite, que ajudou a fundar. Constituiu também o bloco carnavalesco Bafo da Onça, no bairro Expoagra, e é integrante do grupo musical "Retorno do Samba" e da Academia Grajauense de Letras e Artes (AGLA).

Por meio dessas iniciativas, o MAD/MA traz novas perspectivas e representações sobre o papel da população negra, a partir "... de uma reflexão acerca do porque determinados personagens são lembrados, e outros silenciados, seja no ensino ou na pesquisa" (MAD/MA, 2025b), ações que respeitam as "... especificidades dos personagens analisados, situando-os em seu grupo, contexto social e tempo histórico" (MAD/MA, 2025b).

Outra ação é o *podcast* "Desvenda o poder feminino na cultura popular maranhense", que atualmente possui treze episódios sobre a ancestralidade, as lutas, as conquistas, a história, a memória e o legado, a partir das vozes de mulheres negras – líderes comunitárias, ativistas e representantes feministas. Em grande parte dos museus físicos, as mulheres negras são silenciadas, visto que



Figura 6. João da Cruz Atenas. Fonte: MAD/MA (2025b).

“... o silêncio constrói a invisibilidade. A mulher negra está lá e, no entanto, ela não existe. O que faz algo ‘visível’ numa arte baseada na representação visual” (Vergès, 2023, p. 194). Contudo, através do *podcast* do MAD/MA, o público pode acessar diversas temáticas sobre o protagonismo das mulheres nas religiosidades de matriz africana e nas culturas populares do estado. A iniciativa evidencia, assim, as “histórias de luta por direitos, preservação cultural e reconhecimento da importância do papel da mulher negra” (MAD/MA, 2026c) na formação da identidade social maranhense, como agentes de transformação social, importantes no combate ao racismo e à discriminação. Entre elas, destacamos Dona Jovina Silva Gomes, Ieda Maria Silva, Socorro Nascimento, Jô Brandão de Nanã, Dona Benedita (Bita) Arouche, Mãe Dedé de Boço Có, Dona Iolanda da Conceição Freitas, Claudia Regina Avelar Santos e Nadir Olga Cruz.

Através da linguagem digital, o MAD/MA torna-se relevante como instrumento para difundir e preservar essas referências relativas à memória e à história da população negra maranhense. Suas atividades constroem outra representação dos acervos afro-brasileiros e das pessoas negras, englobando outros discursos e epistemologias, saberes e modos de subjetivação. Isso é relevante quando reconhecemos que a maioria dos museus brasileiros físicos sempre associou imagens negativas às pessoas negras, nos processos de representação, classificação, ordenação e armazenamento do conteúdo informativo dos documentos. A presença negra está lá, mas invisibilizada, roubaram-lhe seu nome, sua genealogia, sua nacionalidade, seu território, sua história, sua cultura e sua religiosidade.

... as narrativas, trajetórias e memórias das mulheres negras, mesmo quando se refere ao universo da moda feminina, restringem-se ao uso das suas saias, batas/camisas, colares, torços e panos da costa por ilustrar o cenário da escravidão e reiterar a sua condição de ‘coisa’. Retiram-lhe, ainda, nessa composição, a capacidade de estabelecer toda e qualquer relação que não seja a de trabalho na condição de subalternizada (Flores, 2017, p. 118).

Todavia, o MAD/MA apresenta desafios e problemáticas que permeiam o processo de musealização do patrimônio

cultural afro-brasileiro no espaço digital. Entre os fatores externos, podemos listar: falta de investimento público federal; ausência de uma política patrimonial digital no país; baixo investimento para a contratação de profissionais – museólogas(os), curadoras(es), assessoras(es) e restauradoras(es); frequência de ataques cibernéticos; racismo algorítmico; e dificuldade de acesso a política pública. E entre os internos: a interatividade da plataforma; as contínuas mudanças de domínio e atualização dos *softwares*; a obsolescência digital; a adaptação das/os funcionárias/os à questão de gestão de conteúdo e criação de repositório digital; e a fragilidade dos dados e da segurança digital (Brito, 2024).

A configuração do MAD/MA evidencia que ele reforça os quatro conceitos que estruturam os museus que integram a rede afrodigital: repatriação digital; doação digital; etnografia digital; e generosidade e solidariedade digital (Sansone, 2012). Além disso, dialoga com perspectivas contemporâneas, a partir de conceitos como decolonialidade, memória africana e afro-brasileira, repatriação e restituição digital, coleção afrodigital, antirracismo e feminismo negro, delineando, como defende J. Silva (2019), outra cartografia sobre o passado e o presente, a partir de um mapeamento e um georreferenciamento da produção do conhecimento.

São insurgências acadêmicas realizadas nos projetos científicos e de extensão, em que os museus afro-digitais desenvolvem uma experiência de ciberativismo. Vistas e sentidas nos processos de aprendizagem e pesquisas de campo, em conjunto com as comunidades ancestrais, pela busca da construção do conhecimento e saberes que estão além-mar ou aquém-mar. Uma encruzilhada digital para tecer outras teorias e práticas que ressignifiquem os sentidos e as representações sobre a população negra nos contextos museais (Brito, 2024, p. 258).

Algumas ações podem ser visualizadas nas sessões educativas do MAD/MA, construídas a partir de cinco temáticas: as indumentárias ritualísticas, as comidas sagradas, os símbolos de terreiro, as moradas de encantados e os instrumentos e os cantos sagrados. Tais experiências são exemplos de como as temáticas-síntese, trazidas por

F. Silva e Fideles (2021) sobre a informação étnico-racial, podem servir como instrumento para promover uma educação antirracista e humanista, além de valorizar as diferenças culturais. As sessões têm como foco as religiões afro-maranhenses e objetivam: combater os estereótipos históricos e o racismo religioso; integrar conhecimentos afro-religiosos no currículo escolar; e fomentar o respeito à diversidade e à liberdade religiosa.

O MAD/MA é um museu universitário, uma tecnologia educativa utilizada como mecanismo de combate ao racismo, através das pesquisas ou dos conteúdos digitais. Conforme destacou Borges (2002), apesar de a sociedade contemporânea estar conectada, a população negra apresenta historicamente uma participação midiática desprivilegiada. Nesse aspecto, o MAD/MA surge como experiência insurgente, um exemplo potente de ativismo digital ou ciberativismo.

O MAD/MA se torna um exemplo de reimplementação das tecnologias da informação e da comunicação, nos moldes apresentados por T. Silva (2022), quando afirmou existir uma reinterpretação material e simbólica da tecnologia, com a transgressão da função e significado do artefato material para recriá-lo. Desse modo, exigem a produção de bases de dados e representações imagéticas e epistêmicas que preencham as lacunas existentes e corrijam as distorções construídas sobre a população negra. Representa, assim, aquilo que Roshani (2020, p. 51) designou como ativismo digital antirracista, prática que “. . . constrói a transição do luto à luta[.] redefinindo a herança cultural e identidades, maximizando oportunidades, restabelecendo a cidadania e a participação cívica, moldando o debate público e resistindo às desigualdades estruturais históricas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou algumas possibilidades e desafios da digitalização e da transformação digital do patrimônio cultural afro-brasileiro, tendo como estudo de caso o MAD/MA. Uma insurgência realizada no interior de um projeto que articula ensino, pesquisa e extensão em conjunto com a

comunidade a partir da produção de epistemologias que ressignificam os sentidos e as representações nos contextos museais sobre a população negra. Desse modo, é importante mencionar que o MAD/MA, bem como os demais museus que integram a rede de museus afrodigitais, utiliza a digitalização com o intuito de combater o racismo e o epistemicídio, além de desconstruir os estereótipos sobre as/os africanas/os e as/os afro-brasileiras/os que se perpetuam nos museus físicos e se mantêm em grande parte do ambiente digital.

A criação da interface do MAD/MA em rede digital é um espaço de resistência e insurgência construído a partir da informação étnico-racial crítica e do ciberativismo. Consiste, assim, em um exemplo de encruzilhada museal digital, tornando-se “. . . saída para supracumprir a contradição *lowlife, high-tech* do atual estágio de produção capitalista e racialização digital, a chance de descolonização tecnológica, é a criação ou o fortalecimento de novas formas de luta e organização” (Faustino & Lippold, 2023, p. 16).

A digitalização, portanto, pode favorecer outras formas de indexação, tratamento e armazenamento das informações, a exemplo de categorias, discursos e enunciados que não legitimem o racismo algorítmico (T. Silva, 2022), o que incentiva o surgimento de novos procedimentos institucionais, propostas teóricas e práticas que construam “. . . outros espaços de liberdade e justiça social. E mobilize[m] e dialogue[m] de forma contínua com outros povos e comunidades, além dos muros das universidades” (Brito, 2024, p. 265), com o intuito de promover um letramento racial crítico.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

REFERÊNCIAS

- Amâncio, G. (2023). Ciber-terreiro. In F. Carnevalli, F. Regaldo, P. Lobato, R. Marquez, & W. Cançado (Orgs.), *Terra: antologia afro-indígena* (pp. 237-247). Ubu Editora; PISEAGRAMA.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

- Bernardino-Costa, J., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
- Borges, L. (2022). *Ciberxirê: redes educativas e o ciberativismo da juventude de terreiro da nação Ijexá*. CRV.
- Brasil. (1988a). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1988b). Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17668.htm
- Brasil. (2000). Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm
- Brasil. (2003). Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm
- Brasil. (2008). Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm
- Brito, K. S. S. (2024). *Entre traumas e resistências: encruzilhadas da informação étnicorracial e ciberativismo na Rede Afro-digital de museus* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/51762>
- Britto, C. C., Aguiar, F. J. F., & Aguiar, J. C. T. M. (2019). Encruzilhadas museológicas: ressonâncias da presença/ausência de Exu no Museu Afro-Brasileiro de Sergipe. *Anais do Museu Paulista*, 27, 1-29. <https://doi.org/10.1590/1982-02672019v27e20>
- Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Conceição, K. S. (2020). *Aquilombamento digital: mulheres negras, comunicação e trabalho em uma rede de afetos* [Monografia, Universidade de São Paulo].
- Faustino, D., & Lippold, W. (2023). *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana* (Coleção Estado de Sítio). Boitempo.
- Fernandes, A. O. (2015). *Axé: apontamento para uma a-tese sobre Exu que jamais (se) escreverá* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <https://drive.google.com/file/d/1hEGaMLNdcqmLju6NVQmaVHNHKNyE7kMN/view>
- Ferreira, A. J. (2015). *Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: com atividades reflexivas*. Estúdio Texto.
- Fevrier, P. R., Silva, F. C. G., Garcez, D. C., Romeiro, N. L., & Alves, A. P. M. (2022, novembro). Direitos humanos, informação e racismo: uma análise do perfil do instagram do quilombo intelectual. In *Anais do XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Flores, J. (2017). *Mulheres negras e museus de Salvador: diálogo em branco e preto*. Fundo de Cultura.
- Lima, V. A. (2023). *O branco no preto e o preto no branco: EARER e o uso social da memória no fazer-se antirracista de pessoas brancas* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254060>
- Lopes, F. C., Bortolin, S., & Silva, M. N. (2015, outubro). O negro e a mediação: a Ciência da Informação como campo de discussão étnico-racial. In *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Loureiro, J. (2022, setembro). Acervo etnográfico do casal Ferretti e Museu Afrodigital do Maranhão: caminhos e desafios para a memória. In *Anais da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Macedo, L. (2024). Redes sociais como boca do mundo: encruzilhadas, arte e inteligência artificial. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, (18), 92-106. https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2024/10/CPF18_dossie6.pdf
- Martins, L. M. (2021). *Performances do tempo espiralar*. Cobogó.
- Museu Afrodigital - Bahia (MAD/BA). (2026). <https://museuafrodigitalufba.org/>
- Museu Afrodigital - Maranhão (MAD/MA). (2022). <https://museuafro.ufma.br/?p=6250>
- Museu Afrodigital - Maranhão (MAD/MA). (2025a). https://www.museuafro.ufma.br/?page_id=5533
- Museu Afrodigital - Maranhão (MAD/MA). (2025b). *Personalidades Afro – Maranhenses: João da Cruz Atenas*. <https://museuafro.ufma.br/?p=6572#>
- Museu Afrodigital - Maranhão (MAD/MA). (2026a). *Bumba Meu Boi do Maranhão*. <https://museuafro.ufma.br/?p=5808>
- Museu Afrodigital - Maranhão (MAD/MA). (2026b). *Estágios*. https://museuafro.ufma.br/?page_id=6671

- Museu Afrodigital - Maranhão (MAD/MA). (2026c). *Podcast desvenda o poder feminino na cultura popular maranhense*. <https://museuafro.ufma.br/?p=6493>
- Nascimento, A. (2022). *Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista* (2. ed.). Fundação Palmares.
- Nascimento, E. L. (Org.). (2008). *A matriz africana do mundo* (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, 1). Selo Negro.
- Oliveira, H. P. C., & Aquino, M. A. (2012). O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. *Liinc em Revista*, 8(1), 466-492. <https://doi.org/10.18617/liinc.v8i2.453>
- Oliveira, L. F. R., & Martins, D. L. (2019, outubro). Fundação Nacional de Artes: estudo de caso da migração e publicação dos dados do acervo digital com o software livre Tainacan. In *Anais do XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Roshani, N. (2020). Discurso de ódio e ativismo digital antirracismo de jovens afrodescendentes no Brasil e Colômbia. In T. Silva (Org.), *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiáspóricos* (1. ed., pp. 45-66). LiteraRUA.
- Roza, L. M. (2015). Heterogeneidade temática e usos da memória de uma experiência histórica: uma visita ao Museu Digital da Memória Afro-Brasileira e Africana. *Revista História Hoje*, 3(6), 223-238. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v3i6.145>
- Sá, C. A., & Francelin, M. M. (2021). Afrocentricidade, memória e informação. *Liinc em Revista*, 17(2), 1-22. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.573>
- Sàlami, S. K., & Ribeiro, R. I. (2011). *Exu e a Ordem do Universo*. Oduduwa.
- Sansone, L. (2012). Patrimônio.Org e os dilemas da patrimonialização do intangível: da invisibilidade à hipervisibilidade de alguns aspectos da cultura afro-brasileira. In L. Sansone (Org.), *A política do intangível: museus e patrimônios em nova perspectiva* (pp. 327-346). EDUFBA.
- Santos, D. S. (2022). Apontamentos sobre narrativas nos Museus Afro-Brasileiros. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 11(22), 94-116. <https://doi.org/10.26512/museologia.v11i22.44697>
- Silva, F. C. G., & Fideles, L. S. (2021). O Quilombo intelectual, informação étnico-racial científica e a valorização intelectual da população negra. *Informação@Profissões*, 10(3), 34-50. <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2021v10n3p34>
- Silva, J. B. (2019). Museus digitais: desafios e disputa por memórias. In C. A. Furtado, & L. Sansone (Orgs.), *Lutas pela memória em África* (pp. 69-92). EDUFBA.
- Silva, J. B. (2021). Memórias da dor: o patrimônio sensível da pandemia. *Sul-Sul*, 2(1), 121-140. <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/sulsul/article/view/858>
- Silva, T. (2022). *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. Edições Sesc São Paulo.
- Sodré, M. (2017). *Pensar nagô*. Vozes.
- Sousa, V., Capoano, E., Costa, P. D. R., & Pimenta, C. A. M. (2022). Uma reflexão sobre pós-colonialidade, decolonização e museus virtuais: o caso do Museu Virtual da Lusofonia. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 19(54), 80-105. <https://doi.org/10.18568/cmc.v18i54.2528>
- Vergès, F. (2023). *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. UBU Editora.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

K. S. S. Brito com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); C. C. Britto contribuiu com conceituação, análise formal, supervisão e escrita (revisão e edição); e D. S. Santos com conceituação, análise formal, supervisão e escrita (revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Aviação duplo-cega, fechada.

O discurso intelectual e o projeto nacional para a Amazônia nas páginas da Revista Brasileira de Geografia e da Cultura Política (1939-1945)

The intellectual discourse and the national project for the Amazon in the pages of the Revista Brasileira de Geografia and Cultura Política (1939-1945)

Matheus Villani Cordeiro¹  | Rômulo de Paula Andrade¹ 

¹Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo examina a atuação dos colaboradores de duas revistas alinhadas ao regime: a Revista Brasileira de Geografia e a Cultura Política. A abordagem prioriza a atuação de seus colaboradores, expondo como contribuíram para consolidar a imagem da Amazônia como território indispensável à construção de um projeto de capitalismo nacional sob a égide estadonovista. Na década de 1940, a Amazônia assumiu um lugar central nos projetos estatais brasileiros, impulsionada pela necessidade de integração econômica e pela importância geopolítica durante a Segunda Guerra Mundial. No contexto do Estado Novo (1937-1945), a região foi concebida como fronteira de modernização, sobretudo a partir do 'Discurso do Rio Amazonas' e da política da 'Marcha para o Oeste'. A formulação de uma nova representação da Amazônia tornou-se fundamental: intelectuais e ideólogos alinhados ao regime empenharam-se em difundir a ideia de que o espaço amazônico não apenas detinha vasto potencial econômico, mas também necessitava da intervenção ordenadora do Estado. Saúde, agricultura, colonização, uso de recursos, transporte e logística tornaram-se eixos centrais para viabilizar tanto a recuperação econômica quanto a incorporação material e simbólica da região ao restante do território nacional.

Palavras-chave: Amazônia. Estado Novo. Representações territoriais. Intelectuais.

Abstract: This article examines the work of contributors to two magazines aligned with the Estado Novo regime: *Revista Brasileira de Geografia* and *Cultura Política*. The analysis focuses on the activities of their collaborators, highlighting how they contributed to consolidating the representations of the Amazon as a strategic territory for the construction of a national capitalist project under the aegis of the Estado Novo. In the 1940s, the Amazon assumed a central role in Brazilian state projects, driven by the need for economic integration and by its geopolitical importance during World War II. Within the context of the Estado Novo (1937-1945), the region was conceived as a frontier of modernization, especially following the "Discurso do Rio Amazonas" and the "Marcha para o Oeste" policy. The formulation of new representation of the Amazon became fundamental: intellectuals and ideologues aligned with the regime strove to disseminate the idea that the Amazonian space not only possessed vast economic potential but also required the organizing intervention of the State. Health, agriculture, colonization, natural resource exploitation, transportation, and logistics emerged as central axes to enable both economic development and the material and symbolic incorporation of the region into the rest of the national territory.

Keywords: Amazon. *Estado Novo*. Territorial representations. Intellectuals.

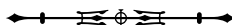
Cordeiro, M. V., & Andrade, R. P. (2026). O discurso intelectual e o projeto nacional para a Amazônia nas páginas da Revista Brasileira de Geografia e Cultura Política (1939-1945). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250078. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0078>

Autor para correspondência: Matheus Villani Cordeiro. Casa de Oswaldo Cruz. Av. Brasil, 4365 – Manguinhos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 21040-900 (matheusvillani07@gmail.com).

Recebido em 12/12/2025

Aprovado em 01/04/2026

Responsabilidade editorial: Priscila Faulhaber



INTRODUÇÃO

Questões relativas à Amazônia brasileira nos anos 1940 têm sido objeto de ampla atenção da historiografia, sobretudo no que concerne ao interesse do governo central, manifesto desde os anos 1930, em integrá-la à economia nacional, bem como ao papel estratégico assumido pela região no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), particularmente após os Acordos de Washington (1942), que estabeleceram o fornecimento de recursos, em especial borracha, ao esforço de guerra dos Aliados. Os acordos desdobraram-se em iniciativas como envio de recursos financeiros e técnicos estadunidenses para a região amazônica, bem como a mobilização de trabalhadores brasileiros, recrutados por agências estatais e encaminhados aos seringais, episódio historicamente conhecido como a 'Batalha da Borracha'. A literatura especializada tem se debruçado sobre múltiplos aspectos desse processo, incluindo o discurso estadunidense sobre a Amazônia, os critérios e mecanismo de recrutamento dos trabalhadores, as condições de deslocamento e as campanhas publicitárias utilizadas (Reis et al., 2022; Miranda & Hochman, 2021; Moraes, 1991; Garfield, 2013, 2009; Andrade, 2024, 2010; Weinstein, 2007; Morales, 2002; Cordeiro, 2025).

A partir da década de 1930, a incorporação simbólica e material da Amazônia passou a ser configurada como um dos objetivos dos projetos governamentais, adquirindo maior proeminência com a instauração do Estado Novo, em 1937. Sob o argumento de reverter o quadro de abandono e negligência que marcara a região Norte durante a Primeira República brasileira (1889-1930), e ao mesmo tempo buscando o apoio das elites locais, o governo de Getúlio Vargas procurou inserir a Amazônia como espaço estratégico para a modernização, a industrialização e o desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, iniciativas e acontecimentos como a política da 'Marcha para o Oeste', o 'Discurso do Rio Amazonas', a criação do Instituto Agrônomo do Norte (IAN), a implantação de colônias agrícolas e os debates sobre o Plano de Saneamento da Amazônia, entre outros,

foram expressões do lugar que a região amazônica ocupou naquele período.

'O Discurso do Rio Amazonas' ocorreu em 10 de outubro de 1940, na sede do Ideal Club, em Manaus, durante a viagem oficial do presidente Getúlio Vargas à região Norte do país (Vargas, 1941). A visita presidencial integrou a agenda política voltada à aproximação do governo central em relação a áreas consideradas periféricas do território nacional, em um momento em que o Estado brasileiro buscava reforçar sua presença institucional e administrativa em regiões historicamente menos integradas ao eixo político e econômico do país. Outro fator é que o 'Discurso' deve ser contextualizado ao interior das diretrizes formuladas no âmbito da política de interiorização da 'Marcha para o Oeste', cujo objetivo se estendia também à Amazônia, no sentido de estimular a ocupação e a integração de áreas consideradas estratégicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geopolítico.

Amparados pelo discurso dos ideólogos do Estado Novo e por outros intelectuais dedicados à interpretação da Amazônia, esses projetos recorreram a representações já enraizadas no imaginário social. Com isso, buscavam não apenas reforçar tais imagens, mas também conferir legitimidade à perspectiva estadonovista sobre a região, especialmente no que se refere aos seus elementos culturais e ao aproveitamento de seus recursos potenciais. Grande parte dessas representações foi mobilizada como fundamento ideológico das políticas e dos projetos implementados pelo Estado Novo. Nesse contexto, buscou-se superar leituras tradicionais que vinculavam a Amazônia a imagens negativas, como a noção de 'inferno verde' ou outras interpretações de matriz literária e determinista, que enfatizavam os supostos 'obstáculos' impostos pelo clima, pelas condições ambientais e pela própria população local.

Em contrapartida, delineou-se uma nova concepção sobre a região amazônica, fundamentada em seu potencial econômico e em sua relevância estratégica para o desenvolvimento nacional. Essa reconfiguração discursiva não apenas legitimava a presença do Estado e a

implementação de políticas de colonização e integração, mas também confrontava a ideia de que o meio natural era um obstáculo intransponível ao avanço humano na Amazônia. Nesse contexto, a região passou a ser resignificada por esses agentes como um espaço passível de modernização e incorporação à dinâmica nacional. A produção intelectual da época, organizada em torno dos chamados 'problemas regionais', conforme a literatura da época, refletia essa mudança de perspectiva. Questões como saúde pública, alimentação, agricultura, colonização, povoamento, aproveitamento dos recursos naturais, logística e transporte foram analisadas de forma interdependente, articulando-se a debates mais amplos sobre a superação da dependência externa de produtos, a soberania nacional, o território e as fronteiras, a diversificação econômica e o estímulo à industrialização do país. Dessa forma, a região foi progressivamente enquadrada em um discurso que a posicionava como fronteira de oportunidades para o projeto de modernização nacional.

Esses agentes publicaram seus trabalhos em diferentes periódicos, entre os quais se destacam a Revista Brasileira de Geografia (RBG) e a Cultura Política. Fundada em 1939, a RBG funcionou como espaço de divulgação das atividades do Conselho Nacional de Geografia (CNG), ligado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, durante o Estado Novo, esteve vinculada ao controle do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Destaca-se que a RBG surgiu em um momento de revalorização do conhecimento científico e técnico, especialmente sobre o interior do país. Já a Cultura Política constituiu o principal órgão de difusão do próprio DIP, reunindo a colaboração de inúmeros intelectuais identificados com o regime e atuando como instrumento privilegiado de legitimação de suas diretrizes ideológicas.

Este artigo examina as interações entre discurso político, ciência e produção intelectual no processo de reconfiguração discursiva da Amazônia brasileira durante o Estado Novo. Por meio da análise de publicações da RBG e da Cultura Política, busca-se evidenciar

como os colaboradores dessas revistas contribuíram para resignificar a região, promovendo uma inflexão significativa em relação às representações negativas que historicamente a associavam ao isolamento e ao atraso, em direção a uma imagem de território estratégico para a modernização nacional. Nesse contexto, a Amazônia foi progressivamente incorporada ao ideário estatal de integração territorial e expansão econômica, assumindo centralidade simbólica e funcional no imaginário social.

O RESSURGIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA NA PERSPECTIVA DOS AUTORES DA RBG (1939-1945)

No decorrer da década de 1930, no contexto de uma nova fase da Geografia brasileira, marcada pela criação dos cursos superiores na área, pela valorização nas políticas de Estado e pela criação e reformulação de instituições concomitantes ao processo de modernização da administração federal, foram instituídos o CNG e o IBGE. Ambas as instituições desempenharam papel fundamental na difusão de métodos e teorias modernas voltadas à produção do conhecimento geográfico sobre o território nacional, sendo este associado, em grande medida, a produções de militares, viajantes, médicos, escritores e outros profissionais instruídos. Algumas instituições já existiam, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), criada em 1883 e transformada, em 1945, na Sociedade Brasileira de Geografia (SBG), e a Diretoria-Geral de Estatística (DGE), fundada em 1871 e posteriormente fundida à Diretoria de Estatística Comercial (DEC), originando o Departamento Nacional de Estatística (DNE), subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Apesar da atuação dessas agências, direcionadas à produção do conhecimento geográfico, cartográfico e estatístico, somente em 1934 foi criado o primeiro curso superior de Geografia no Brasil.

Fundada em 1934, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) inaugurou o primeiro curso superior de

Geografia no Brasil. Segundo Anselmo (2006, p. 252), a criação desses cursos foi impulsionada pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Nesse contexto, destacaram-se dois nomes fundamentais, Pierre Deffontaines (1894-1978) e Pierre Monbeig (1908-1987), ambos geógrafos franceses. Deffontaines, integrante da missão francesa¹ na recém-criada USP, fundou, em 1934, juntamente com Rubens Borba de Moraes, Caio Prado Júnior e Luís Flores de Moraes Rego, a Associação de Geógrafos do Brasil (AGB). No ano seguinte, transferiu-se para o Rio de Janeiro, convidado pela Universidade do Distrito Federal (UDF) para organizar o curso de Geografia, sendo então substituído na USP por Pierre Monbeig.

Conforme argumenta Moraes (1991, p. 171), a constituição de um aparato institucional por meio da criação dos cursos universitários de Geografia em São Paulo, em 1934, e no Rio de Janeiro, em 1935, aliada à normatização da disciplina no ensino básico, acelerou o processo de consolidação de agências nacionais voltadas à produção e à difusão de estudos geográficos e estatísticos. Esses marcos institucionais contribuíram decisivamente para a emergência de uma comunidade de geógrafos no Brasil. Nesse contexto, ainda que os cursos de Geografia estivessem inicialmente direcionados à formação de professores, instituições como o IBGE e o CNG assumiram papel central como agências de pesquisa científica, atuando ao lado de entidades de longa tradição, como o Observatório Nacional (ON) e o Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Entre suas iniciativas, destacam-se as expedições científicas promovidas pelo CNG, que conformaram um modelo de reconhecimento do território inspirado na tradição dos viajantes europeus do século XIX (Camargo, 2009b, p. 24).

O IBGE sintetizou um conjunto de ideias que vinham se desenvolvendo entre os meios intelectuais desde o início

do século XX, principalmente no que tange à necessidade de superar o federalismo brasileiro e ampliar o poder do Estado. Entre os principais articuladores desse pensamento, encontra-se Alberto Torres², e suas obras, que atraíram a imaginação de outros intelectuais preocupados com a ausência de harmonia entre a Constituição de 1891, expressamente liberal, e a realidade nacional (Maia & Almeida, 2021). Aranha (2014, pp. 2-8) aponta que, nos anos iniciais, as atividades desenvolvidas pelo IBGE estiveram associadas à produção de saberes técnicos e científicos, alinhados ao projeto de territorialização empreendido pelas políticas do Estado Novo, no qual o conhecimento geográfico passou a ser considerado essencial. O material produzido, como tabelas, mapas e censos, foi utilizado com a finalidade de auxiliar na organização do território nacional e na intervenção social e política.

Dentre as instituições criadas no período varguista, o IBGE destacou-se como uma das expressões mais significativas do projeto político então em curso. Sua atuação configurou-se como um mecanismo estratégico de articulação entre o controle social e o ordenamento espacial, ao mesmo tempo em que mobilizou técnicos, intelectuais e artistas na produção e na difusão de símbolos, representações e conhecimentos geográficos sobre o Brasil. Além de constituir-se em porta de entrada para as principais correntes da Geografia internacional, o IBGE beneficiou-se da colaboração de diversos geógrafos estrangeiros atuantes no país, o que contribuiu para a consolidação de um pensamento geográfico institucionalizado. Foi sob a liderança do historiador e jurista José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), primeiro presidente do IBGE, que a instituição consolidou suas bases. Ministro das Relações Exteriores entre 1934 e 1937 e um dos principais responsáveis pela criação do CNG, Macedo Soares assumiu, em 1938, a direção do

¹ Sobre a Missão Francesa na USP, ver Campos (2019).

² Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917) foi um político, jornalista e advogado brasileiro. As suas obras integram o pensamento social brasileiro, especialmente na consolidação do nacionalismo brasileiro. Ao longo de sua trajetória, publicou obras como "O problema nacional brasileiro" (Torres, 1933 [1914]), "A organização nacional" (Torres, 1914), "As fontes da vida no Brasil" (Torres, 1915).

recém-criado instituto. Nesse período, foi criada a RBG³, que alcançou ampla repercussão ao publicar monografias regionais e relatos de expedições científicas ao interior do país (Daou, 2001, p. 142; Camargo, 2009a, pp. 301-302).

Nos primeiros anos, a RBG foi dirigida pelo engenheiro Cristóvão Leite de Castro (1904-2002), com apoio de uma comissão de especialistas em Geografia, entre os quais os professores Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), Sílvio Fróis de Abreu (1902-1972) e Vanda de Matos Cardoso, pelo tenente-coronel José de Lima Figueiredo (1902-1956) e pelo engenheiro José Carlos Junqueira Schmidt. A revista publicou artigos técnico-científicos aprovados pela comissão de redação, acompanhados de resumos em diversos idiomas (francês, inglês, alemão, espanhol, italiano e esperanto), informes do CNG e notícias do cenário geográfico internacional. Entre 1940 e 1945, passou por uma reestruturação, incorporando novos membros, como os professores João Capistrano Raja Gabaglia (1904-1953), Jorge Zarur (1916-1957) e José Veríssimo da Costa Pereira (1904-1955), o geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1959) e o engenheiro Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), com Eduardo Pessoa Câmara como secretário. Nesse mesmo período, a revista esteve vinculada ao DIP, entre 1941 e 1945.

Em um período em que os cursos superiores de Geografia no Brasil ainda estavam em consolidação, a RBG tornou-se um importante espaço que reuniu artigos e dossiês de autores com formações heterogêneas. A produção do conhecimento geográfico sobre o território nacional, ao longo da primeira metade do século XX, envolveu diferentes agentes sociais, e não se restringia

a profissionais formados na área. Embora o periódico se propusesse a difundir uma perspectiva técnica e profissional, como principal veículo do CNG, não havia como não ceder espaço a outras categorias produtoras de conhecimento geográfico, como militares, engenheiros, escritores e viajantes que exploravam o interior do país. Esse caráter plural era reforçado pela valorização do trabalho de campo, considerado essencial pela Escola Francesa de Geografia, cuja influência predominava na formação da Geografia brasileira naquele momento.

Para Ribeiro (2024, pp. 5-6), a mobilização de militares, intelectuais e ministros de Estado, como o próprio José Carlos de Macedo Soares, permitiu que a RBG encontrasse no “território” o conceito ideal para apoiar o regime estadonovista. Nesse sentido, o discurso caracterizou-se pela busca da brasilidade, da centralização estatal e do autoritarismo nacionalista, elementos que se relacionavam a um espaço territorial ainda a ser conquistado, tanto em caráter empírico quanto simbólico. Segundo Camargo (2009a), a atuação de engenheiros participantes nas produções e discussões geográficas, entre eles Cristóvão Leite de Castro, primeiro diretor da RBG, foi decisiva para consolidar a imagem pragmática que a revista buscava projetar, por meio da publicação de estudos voltados ao planejamento territorial. Nos primeiros anos, os artigos reuniam autores oriundos de instituições diversas, como o Clube de Engenharia, o IHGB, universidades, Forças Armadas, entre outras. Essa pluralidade de formações e perspectivas resultou em um discurso heterogêneo sobre o espaço territorial, permitindo à RBG congregar uma ampla gama de vozes

³ A RBG surgiu a partir da Resolução n. 18, de julho de 1938, da Assembleia Geral do CNG, vinculada ao IBGE, com o objetivo de impulsionar a divulgação sobre os conhecimentos geográficos brasileiros, com uma abordagem atraente e educativa. A criação de uma revista como principal veículo de divulgação do CNG seguiu o padrão adotado por outras instituições geográficas. Dessa forma, a criação de um periódico facilitaria, em grande escala, a promoção do CNG enquanto entidade oficial da Geografia brasileira. Além disso, com a entrada do Brasil na União Geográfica Internacional (UGI), sua circulação estimulou o intercâmbio e a difusão de ideias e conhecimentos com outros países. Organizada e dirigida pela Secretaria Geral do Conselho e impressa no Serviço Gráfico do IBGE, a RBG começou a ser publicada em janeiro de 1939, em períodos trimestrais, com publicações nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. A tiragem era mínima, de cinco mil exemplares, distribuídos gratuitamente a diversos órgãos nacionais, ministérios, diretórios, autoridades dos principais poderes, às principais instituições econômicas e culturais do país e, especialmente, às sociedades de geografia e às instituições internacionais, considerando os países integrantes da União Geográfica Internacional (CNG, 1939, pp. 7-8).

e consolidar-se como espaço de interlocução entre diferentes campos do saber.

Durante a Era Vargas, as teorias geopolíticas estimularam o engajamento, especialmente de militares e geógrafos, ou profissionais com conhecimento geográfico, nos debates acerca da soberania nacional. A imprensa, nesse contexto, foi revitalizada por antigas discussões políticas que retornavam revestidas de novas formulações. O chamado processo 'civilizatório' do sertão, interpretado como missão da República, foi apropriado e reelaborado pelo discurso estadonovista. Assim, as concepções geopolíticas em circulação no período de Getúlio Vargas atribuíram um caráter moderno ao autoritarismo brasileiro, ao mesmo tempo em que ofereceram legitimidade à centralização do poder e ao controle social (Garfield, 2013, p. 31).

Entre os temas recorrentes nas publicações da RBG, a Amazônia assumiu posição central. No início da década de 1940, a política da 'Marcha para o Oeste' consolidou-se como um dos eixos estratégicos do Estado Novo de Vargas, sustentando a ideia de que o conhecimento geográfico era imprescindível para orientar as políticas de colonização e exploração das extensas áreas classificadas pelo discurso oficial como 'desocupadas' ou subaproveitadas. Nesse quadro, o célebre 'Discurso do Rio Amazonas', proferido por Getúlio Vargas em Manaus, em 1940, simbolizou e intensificou o interesse estratégico do regime sobre a região, reafirmando a Amazônia como peça-chave nos planos estadonovistas de desenvolvimento e integração territorial (Vargas, 1941).

Nesse contexto, o geógrafo e ministro do Tribunal de Contas, Bernardino José de Souza, propôs, em 1940, que a próxima edição do Congresso Brasileiro de Geografia

fosse realizada em Belém, Pará. Embora inicialmente previsto para 1943, o Congresso acabou adiado em virtude de diversos fatores, entre os quais a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942. Posteriormente, decidiu-se pela transferência do evento para o Rio de Janeiro, onde foi realizado em 1944. No âmbito das iniciativas impulsionadas pelo poder central em relação à região amazônica, destacaram-se as comemorações do quarto centenário do 'descobrimento' do rio Amazonas, episódio associado à expedição de Francisco de Orellana (1511-1546), em 1542. Organizadas pelo DIP, essas celebrações contribuíram significativamente para ampliar a visibilidade da região.

A RBG passou a estimular seus colaboradores a submeterem trabalhos sobre a Amazônia, o que resultou em um expressivo volume de contribuições. Inicialmente, a revista planejou organizar um número especial dedicado exclusivamente à região. No entanto, devido à grande quantidade de textos recebidos, os artigos amazônicos foram distribuídos ao longo de todos os números de 1942 e parte de 1943. Os estudos contemplaram uma ampla diversidade de enfoques, alguns privilegiaram perspectivas históricas sobre a exploração e a colonização, enquanto outros apresentaram análises de caráter informativo e aplicado, relacionadas às agendas políticas e econômicas do período, além de destacarem a relevância estratégica da Amazônia no contexto da Segunda Guerra Mundial. Aproveitando-se da quantidade de trabalhos enviados à RBG, o CNG publicou, durante o X Congresso Brasileiro de Geografia, a obra "Amazônia brasileira" (CNG, 1944), composta a partir de textos previamente divulgados pela RBG. Entre os autores reunidos, estavam Gastão Cruls⁴, Pedro de Moura⁵,

⁴ Gastão Luiz Cruls (1888-1939) foi um médico e intelectual brasileiro que se destacou sobretudo como escritor. Atuou no Serviço de Profilaxia Rural da Paraíba do Norte entre 1921 e 1923, mas logo se afastou da medicina para dedicar-se à literatura. Tornou-se um dos precursores da ficção científica no Brasil e ganhou reconhecimento nacional por suas obras sobre a Amazônia, ajudando a popularizar a região. Além de romancista e crítico literário, fundou a Editora Ariel, na década de 1930, e exerceu funções no serviço público. Ver Cordeiro e Andrade (2023).

⁵ Pedro de Moura (1901-1988) foi um engenheiro e geólogo brasileiro que contribuiu para o mapeamento geológico da Amazônia. Por meio do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), subordinado ao Ministério da Agricultura, Moura realizou o primeiro levantamento geológico da região amazônica, entre 1925 e 1938. Moura também foi responsável pela descoberta do primeiro campo de petróleo do Brasil, localizado no estado da Bahia.

Sílvio Fróis de Abreu⁶, Alberto José de Sampaio⁷, José de Lima Figueiredo⁸, entre outros. O livro incorporou ainda seções adaptadas da revista, como “Vultos da Geografia Amazônica” e “Tipos e Aspectos da Amazônia”, inspiradas nas tradicionais séries “Vultos da Geografia do Brasil” e “Tipos e Aspectos do Brasil” (CNG, 1944).

Entre 1939 e 1945, a RBG consolidou um repertório de trabalhos sobre a Amazônia que combinou temas de estatística, geografia física e humana, como migração, colonização, saúde e produção, além de diagnósticos setoriais nas áreas da agricultura, extrativismo, mineração, transporte e logística, resultado do esforço empreendido para inventariar os recursos naturais amazônicos e, ao mesmo tempo, sugerir caminhos práticos para a incorporação econômica da região. No número inaugural, Pierre Deffontaines apontou que a Amazônia representava um imenso potencial econômico para o Brasil, com vasta massa floresta, superior em diversidade e riquezas. A alta capacidade de navegação do rio Amazonas e de seus afluentes permitiria a penetração, por milhares de quilômetros, no território nacional por meio de um sistema de circulação exclusivamente fluvial. Tal como seus contemporâneos, Deffontaines também advogou substituir métodos rudimentares por técnicas modernas de manejo florestal e conservação, reforçando uma agenda de racionalização produtiva que ecoaria em diversos colaboradores da RBG (Deffontaines, 1939a, 1939b, 1939c).

Algumas iniciativas alinhadas a essa visão já se encontravam em curso na Amazônia. Entre elas, destacavam-se os empreendimentos da Companhia Ford no Pará, responsáveis pela criação dos projetos agroindustriais de Fordlândia e Belterra para a produção de borracha em larga escala mediante técnicas de cultivo sistematizado.

Paralelamente, o Instituto da Borracha promovia incentivos para a adoção de métodos mais organizados e eficientes, representando um dos principais esforços do Estado brasileiro para modernizar e dinamizar a economia regional. Essas experiências foram analisadas pelo médico e escritor Gastão Cruls, que visitou Belterra e, igualmente, as colônias nipônicas de Maués e Parintins. Em suas observações, datadas do final de 1938, Cruls destacou que os dirigentes de Belterra buscavam diversificar a produção agrícola além da borracha, introduzindo culturas como o algodão e o timbó, além de idealizarem a adaptação de espécies estrangeiras, como a teca (*Tectona grandis*). Otimista quanto ao futuro da região, Cruls defendia que a racionalização da produção da borracha representava um dos caminhos para a recuperação econômica da Amazônia. Em condições adequadas, argumentava que o produto brasileiro poderia competir com o asiático no mercado internacional, apoiado em duas vantagens decisivas, a proximidade com os Estados Unidos, maior centro consumidor, e a superior qualidade da borracha nacional (Cruls, 1939).

Uma característica recorrente nas publicações sobre a Amazônia veiculadas pela RBG no período em questão foi a ênfase atribuída pelos autores à suposta abundância de recursos naturais e às perspectivas econômicas que poderiam ser deles derivadas. Tais recursos eram frequentemente concebidos como instrumentos de estímulo e sustentação para o processo de colonização da região. Nesse contexto, destaca-se a análise realizada pelo engenheiro do Departamento de Aeronáutica Civil, Américo Barbosa de Oliveira, referente à economia da castanha no médio e baixo rio Tocantins. Embora reconhecesse a relevância produtiva dessa atividade,

⁶ Sílvio Fróis de Abreu (1902-1972) foi um geógrafo e químico brasileiro. Fundador do CNG e do IBGE, Fróis de Abreu foi também um dos mais importantes colaboradores da RBG.

⁷ Alberto José de Sampaio (1881-1946) foi um botânico e figura influente no movimento ecológico brasileiro. Chefiou a seção de Botânica do Museu Nacional (MN) e participou de diversas expedições ao interior do Brasil. Em 1928, integrou, ao lado de Gastão Cruls, a expedição do Serviço de Inspeção de Fronteira direcionada aos limites com a Guiana holandesa.

⁸ José de Lima Figueiredo (1902-1956) foi um militar brasileiro que atuou entre 1927 e 1928 nos Serviços de Inspeção de Fronteiras, com foco nas fronteiras com a Bolívia e o Peru.

A. Oliveira (1940) argumentava que ela reproduzia os mesmos entraves que haviam conduzido à crise da economia da borracha nas décadas anteriores. Para o autor, o pleno aproveitamento do potencial da castanha deveria ser orientado de modo a favorecer uma colonização efetiva da região⁹.

Outro aspecto recorrente na RBG dizia respeito ao potencial mineral da região amazônica, ainda incipientemente explorado e pouco conhecido naquele período. O geógrafo Sílvio Fróis de Abreu e o engenheiro Henrique Cáper Alves de Sousa apresentaram ensaios nos quais analisaram os impactos decorrentes da exploração aurífera no noroeste do Maranhão, bem como as limitações estruturais e ambientais que dificultavam a consolidação do vale amazônico como uma zona mineradora economicamente viável (Abreu, 1939; Sousa, 1940). Para além do ouro e de outros recursos minerais, a problemática do petróleo na Amazônia também se destacou na RBG.

Nesse contexto, destacam-se os trabalhos de Sílvio Fróis de Abreu que, em publicações de 1942, 1945 e 1946, analisou a constituição geológica dos solos amazônicos e discutiu os indícios, bem como as possibilidades de exploração petrolífera na região. Tais estudos expressavam a crescente atenção científica e técnica dedicada à questão, estimulada, em grande medida, pelos indícios identificados na região do Tapajós durante as prospecções conduzidas pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura nas primeiras décadas do século XX.

Essa perspectiva seria posteriormente reforçada pelas investigações geológicas de Pedro de Moura e Victor Oppenheim¹⁰, que corroboraram a hipótese da presença de petróleo na bacia amazônica (Abreu, 1945, 1942).

Em 1946, em tese apresentada à IV Assembleia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), Abreu reforçou a relevância do tema, ainda que apontasse a situação obscura do baixo Amazonas quanto à presença de petróleo. Reconhecia avanços nas regiões de Itaituba e Monte Alegre, no Pará, mas ressaltava que o médio e o alto Amazonas permaneciam praticamente desconhecidos, dada a ausência de sondagens e de estudos geofísicos mais robustos. O desafio central, entretanto, não se limitava à comprovação da existência de reservas, mas também à questão estratégica de sua localização em relação às demandas do país. Nesse debate, Abreu (1946) defendia que a exploração de reservas em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura poderia ser economicamente inviável.

Outros diversos estudos sobre a Amazônia foram publicados na RBG, contemplando diferentes perspectivas analíticas. Entre eles, destaca-se a investigação acerca da geografia dos transportes, conduzida pelo engenheiro Silva (1939)¹¹. No campo dos recursos hídricos, o geógrafo Carvalho (1942)¹² examinou as potencialidades da bacia do Amazonas para a geração de energia elétrica. Já o médico e escritor J. F. Lima (1943)¹³ abordou a exploração econômica dos recursos amazônicos, enquanto o engenheiro Correia Filho (1942) dedicou-se à análise dos processos de ocupação e colonização da região. As contribuições da

⁹ Em 1939, a castanha consolidava-se como a principal atividade econômica não apenas no Pará, mas também no Amazonas e no então território do Acre. De acordo com o relatório das atividades agrícolas daquele ano, elaborado pelo Ministério da Agricultura, a exportação de borracha somou 11.861 toneladas, enquanto a de castanha alcançou 27.360 toneladas. Os Estados Unidos e o Canadá figuravam como seus principais destinos de exportação, evidenciando a importância internacional do produto amazônico (Ministério da Agricultura, 1939, p. 39).

¹⁰ Victor Oppenheim (1906-2005) foi um geólogo letão que atuou na América do Sul, onde realizou pesquisas, descobertas e levantamento de mapas geológicos.

¹¹ Moacir Malheiros Fernandes Silva (1891-?) foi um engenheiro brasileiro. Trabalhou no Serviço de Controle de Secas e no IBGE, além de ser membro permanente do CNG.

¹² Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980) foi um geógrafo e professor francês radicado no Brasil. Atuou no IHGB, foi membro da SGRJ e membro fundador do CNG.

¹³ José Francisco de Araújo Lima (1884-1945) foi um médico e escritor brasileiro natural do Pará. Reconhecido como um dos intérpretes da Amazônia em sua época, publicou obras de destaque, como "Amazônia, a terra e o homem" (J. F. Lima, 1937 [1933]).

revista também abarcam representações visuais, como as ilustrações de Percy Lau¹⁴, que sintetizaram aspectos sociais e territoriais do Brasil, e estudos em geografia física, como os do renomado geólogo Pedro de Moura (Moura, 1940).

A geografia da Amazônia foi explorada em trabalhos de Martins (1942) e Aguiar (1944)¹⁵, enquanto a fauna regional foi examinada pelo zoólogo do MN, Mello-Leitão (1943)¹⁶. Questões cartográficas e sanitárias, derivadas da estada de José de Lima Figueiredo no Acre, também receberam destaque em diferentes momentos (Figueiredo, 1940, 1942, 1945), incluindo análises sobre fronteiras amazônicas e a fisiografia do território do Guaporé. O clima amazônico constituiu outro eixo recorrente das publicações, em geral, marcado pela rejeição ao pessimismo climático e ao determinismo ambiental, sendo tratado de forma mais aprofundada no estudo de Schmidt (1942). A flora e a alimentação amazônicas foram igualmente objeto de reflexão, como se observa no trabalho de Sampaio (1941). Em conjunto, esses artigos nos revelam a pluralidade de enfoques e a densidade analítica que caracterizaram a produção da RBG sobre a Amazônia durante sua fase inicial, no final da década de 1930 e início de 1940.

As publicações sobre a Amazônia na RBG não apenas reuniram dados indispensáveis para os projetos do Estado, como também contribuíram para consolidar a importância estratégica da região no imaginário nacional. Esses estudos sublinharam o papel da Amazônia como um eixo central para o progresso econômico do Brasil, especialmente em termos de recursos naturais e potenciais industriais. Os autores mencionados participaram ativamente da construção de uma narrativa sobre a Amazônia que perpassou todo o século XX. Essa narrativa enfatizava

a região como um território merecedor de atenção prioritária e incentivos do poder central, tanto pela sua riqueza natural quanto pelo seu papel na soberania nacional. Tal imagem foi reforçada por iniciativas estatais que buscavam incorporar a Amazônia ao projeto de modernização do país, destacando-a como um espaço vital para a consolidação de um Brasil economicamente forte e territorialmente integrado.

Para o CNG, para o IBGE e para os colaboradores da RBG, a Amazônia representou não apenas uma fronteira geopolítica essencial ao projeto de modernização e expansão do capitalismo nacional, mas também um espaço dotado de singular complexidade. Sua vastidão territorial, sua diversidade socioambiental e os desafios logísticos associados faziam com que fosse frequentemente representada como território enigmático, resistente à plena assimilação, sobretudo nos discursos de caráter educativo e de divulgação científica. As publicações da RBG expressaram esse duplo registro, de um lado, a Amazônia como fronteira econômica e estratégica a ser incorporada ao espaço nacional; de outro, como desafio científico e geográfico a ser desvendado pelas lentes da modernidade.

A AMAZÔNIA NA VITRINE DO ESTADO NOVO: DISCURSO INTELECTUAL NAS PÁGINAS DA CULTURA POLÍTICA (1941-1945)

No mês de março de 1941, estreou o primeiro número da revista *Cultura Política*, um mensário de estudos brasileiros. Inicialmente, a revista foi impressa pela Indústria do Livro, no Rio de Janeiro, mas, a partir de 1943, os serviços de impressão e produção gráfica passaram a ser realizados pela Imprensa Nacional, também localizada na então capital federal. Durante seus cinco anos de existência, de 1941 a 1945,

¹⁴ Percy Alfred Lau (1903-1973) foi um ilustrador e desenhista peruano radicado no Brasil. Atuou em diversos projetos do IBGE, percorrendo várias regiões do país e ilustrando paisagens e aspectos da sociedade brasileira.

¹⁵ Braz Dias de Aguiar (1881-1947) foi um oficial da Marinha do Brasil. Embora nascido no Rio de Janeiro, então capital federal, manteve uma estreita relação com a Amazônia ao longo de sua trajetória. Ele foi diretor da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites do Setor Norte.

¹⁶ Cândido Firmino de Mello-Leitão (1886-1948) foi um zoólogo brasileiro e pioneiro da aracnologia na América do Sul, área sobre a qual publicou diversos estudos. Durante anos, chefiou a seção de Zoologia do MN.

a Cultura Política foi um dos principais veículos do DIP. Seu diretor foi o professor e escritor Almir Bonfim de Andrade¹⁷, convidado para exercer a função pelo jornalista Lourival Fontes (1899-1967), então diretor do DIP.

A escolha de Almir de Andrade para dirigir a revista Cultura Política esteve diretamente vinculada à confiança pessoal de Getúlio Vargas, que o indicou a Lourival Fontes após Andrade publicar, na Revista Brasil, uma análise sobre a obra "A nova política do Brasil", de Vargas (1938-1947). Dessa forma, a revista nasceu como órgão oficial do Estado Novo, demandando uma direção afinada ao discurso varguista, posição para a qual Andrade se mostrou plenamente qualificado (Gomes, 1996, p. 127). Consolidado como um dos principais ideólogos do regime, Andrade acumulou funções culturais e educativas, mantendo-se à frente da Cultura Política durante toda a sua existência e, a partir de 1943, assumindo também a direção da Agência Nacional, setor do DIP responsável pela propaganda oficial (L. Oliveira, 1982). Sob sua direção, a revista reuniu intelectuais alinhados ao estadonovismo, sendo a Cultura Política concebida como vitrine cultural e política do regime, promovendo valores e diretrizes centrais ao projeto varguista.

Desde sua primeira edição, a Cultura Política reuniu intelectuais consagrados, como Cassiano Ricardo¹⁸, Graciliano Ramos, Artur Hehl Neiva, Francisco Galvão e Azevedo Amaral, entre outros, o que reforçou sua relevância mesmo em trajetória breve. A revista contou com contribuições significativas da elite intelectual brasileira, especialmente ligada à cultura e à educação, consolidando-se como espaço de formulação do discurso estadonovista.

Segundo Velloso (1982, pp. 80-81), o periódico destinou espaço prioritário aos "grandes intelectuais", considerados estratégicos para legitimar concepções sobre o Estado e a nação. Suas publicações eram direcionadas a um público restrito, composto majoritariamente pelos próprios intelectuais. Assim, a articulação promovida pela Cultura Política foi fundamental para consolidar o projeto ideológico do Estado Novo; enquanto os 'grandes intelectuais' elaboravam o discurso, cabia aos 'médios intelectuais', reunidos em outras revistas oficiais, como a Ciência Política, difundir essas ideias ao conjunto da sociedade.

Conforme Gomes (1996, pp. 128-130), a Cultura Política vivenciou duas fases. A primeira ocorreu de 1941 a 1942, período em que Lourival Fontes dirigiu o DIP. A segunda fase, de 1942 a 1945, foi marcada pelos desdobramentos internos e externos da Segunda Guerra Mundial. A entrada do Brasil no conflito ao lado dos Aliados, em 1942, trouxe impactos significativos, atingindo figuras do Estado Novo abertamente simpáticas à Alemanha nazista, como Filinto Müller (1900-1973), Vasco Leitão da Cunha (1903-1984), Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) e o próprio diretor do DIP, Lourival Fontes. A crise política decorrente dessa mudança acabou envolvendo a Cultura Política, especialmente após a substituição de Lourival Fontes, figura central no comando do DIP.

Ao longo de sua trajetória, a Cultura Política abrangeu uma ampla variedade de temas, que iam desde panoramas da história do Brasil, analisados por intelectuais como Alberto Torres, Nuno Pinheiro e Vicente Licínio Cardoso, na seção "Textos e Documentos Históricos", até debates políticos e econômicos, como o bandeirantismo, discutido

¹⁷ Almir Bonfim de Andrade (1911-1991) foi um escritor, bacharel em direito e professor brasileiro. Almir de Andrade foi colaborador em uma série de jornais e revistas, é mais conhecido pela atuação à frente da Cultura Política e da Agência Nacional.

¹⁸ Escritor e jornalista brasileiro, Cassiano Ricardo Leite (1895-1974) foi um dos fundadores do Movimento Verde-Amarelo, uma ala fortemente nacionalista proveniente do Modernismo brasileiro. Em 1928, Ricardo publicou a obra "Martim Cererê" (Ricardo, 1928), um retrato do Brasil e da identidade brasileira, com a intenção de superar a imagem pessimista do homem nacional, ainda muito ligada à figura do Jeca Tatú, personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato. Em 1936, Cassiano Ricardo, ao lado de outros escritores, fundou o grupo 'Bandeira', de caráter nacionalista, com o objetivo de combater as ideologias estrangeiras, tanto o comunismo quanto o liberalismo. Nas décadas de 1930 e 1940, período em que publicou "Marcha para o Oeste" (Ricardo, 1940), Ricardo ocupou cargos públicos importantes no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) de São Paulo e na Rádio Nacional. Também se destacou no jornal A Manhã, onde se tornou um porta-voz do Estado.

por Cassiano Ricardo, e as políticas de interiorização então em evidência. Entre os assuntos recorrentes, destacaram-se integração nacional, imigração, federalismo, identidade nacional, bandeirantismo, industrialização, agricultura, trabalhismo, questões amazônicas e a Segunda Guerra Mundial. A Amazônia, em particular, ocupou posição de destaque nas páginas da revista, recebendo amplo espaço de reflexão e análise. Até 1942, os artigos concentravam-se em propostas vinculadas ao projeto nacional para a região, com ênfase na “Marcha para o Oeste” e em planos de colonização voltados à substituição do nomadismo extrativista por práticas agrícolas sedentárias. Após 1942, a Cultura Política divulgou diversas informações sobre os processos de recrutamento e a instalação dos seringueiros nos campos de trabalho, além de comunicar os desdobramentos das iniciativas das agências responsáveis pelos serviços no âmbito dos Acordos de Washington.

No que se refere às publicações sobre a Amazônia na Cultura Política, a análise pode ser dividida em duas fases distintas. A primeira corresponde aos anos de 1941 e 1942, quando os colaboradores da revista valorizaram elementos regionais e enfatizaram a relevância estratégica da região para o poder central, onde observa-se forte mobilização propagandística do DIP, especialmente em torno do ‘Discurso do Rio Amazonas’. A segunda fase tem início em agosto de 1942 e se estende até 1945, ano em que a Cultura Política foi encerrada em decorrência da dissolução do DIP. Nesse período, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a assinatura dos Acordos de Washington, ainda nos primeiros meses de 1942, deslocaram o foco das publicações. A produção da borracha tornou-se o tema central, dada sua relevância estratégica para o esforço de guerra e para aproximação com os Estados Unidos.

Outro aspecto relevante em Cultura Política foi o predomínio de colaboradores oriundos da região Norte entre aqueles que escreveram sobre a Amazônia. Essa escolha revela uma clara tendência da revista em privilegiar narrativas produzidas por intelectuais e estadistas locais. Tal orientação pode ser interpretada sob duas perspectivas

complementares: de um lado, o esforço em demonstrar o alinhamento das elites intelectuais e dirigentes nortistas ao Estado Novo, ao participarem ativamente da construção cultural e intelectual veiculada por uma das principais publicações oficiais do regime; de outro, reforça a legitimidade da intervenção do poder central na Amazônia, uma vez que personalidades reconhecidas da região se apresentavam como colaboradoras diretas e favoráveis às iniciativas governamentais.

Conforme observa Cordeiro (2025), a revista Cultura Política congregou intelectuais alinhados ao projeto ideológico do Estado Novo, responsáveis por formular um discurso oficial acerca da região amazônica. Nesse processo, privilegiaram temas como clima, imigração, fronteira e natureza, com especial ênfase na valorização dos elementos regionais, notadamente a figura do caboclo amazônico. Para sustentar tal construção simbólica, recorreram a imagens, personagens e representações já consolidadas no imaginário social da época, amplamente difundidas pela literatura das primeiras décadas do século XX, sobretudo em Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau. A apropriação desses referenciais literários permitiu a incorporação de elementos à retórica estadonovista, como a ideia do ‘abandono histórico’ da Amazônia pelos governos republicanos, bem como a concepção do sertanejo como raça vigorosa, entre outros aspectos que reforçaram a narrativa pretendida.

A maioria dos colaboradores que escreveram sobre a Amazônia na revista Cultura Política mobilizou a ideia de ‘ressurgimento’, articulando as políticas destinadas à região, naquele contexto, à memória do apogeu da economia da borracha. Longe de ignorarem os inúmeros entraves que marcavam a realidade amazônica, esses autores buscaram salientar a sua amplitude, analisando-os sob a ótica das prioridades definidas pelo Estado brasileiro. Entre os ‘problemas’ frequentemente mencionados, figuravam a precariedade da infraestrutura de saneamento, a insuficiência das políticas educacionais, a ausência de estratégias consistentes de povoamento e

as limitações impostas pela logística e pelo transporte. Ademais, o caráter nômade da exploração extrativista era identificado como um dos principais desafios à consolidação de processos de colonização estável e ao crescimento econômico da região.

Os ditos 'problemas' foram recorrentemente tematizados nas páginas da Cultura Política. As narrativas veiculadas buscavam alinhar-se ao discurso oficial, sustentando que tais questões não determinavam a suposta condição de 'atraso' regional. Pelo contrário, esses 'problemas' eram analisados como passíveis de superação mediante a ação planejada do Estado Novo. Nessa chave interpretativa, consolidou-se uma perspectiva que vinculava o anunciado 'ressurgimento' amazônico à implementação de um projeto nacional de integração e modernização. Essa visão, ao mesmo tempo em que idealizava um futuro de prosperidade para a região, ressignificava tradições discursivas anteriores, evocando imagens como a lenda do Eldorado, a 'Canaã prometida' do Brasil e, conforme a conhecida profecia do naturalista prussiano Alexander von Humboldt, o destino da Amazônia como 'celeiro do mundo'.

Do ponto de vista dos ideólogos do Estado Novo, o chamado 'Discurso do Rio Amazonas' constituiu o marco simbólico do 'ressurgimento' da Amazônia, sendo amplamente interpretado como início de uma nova etapa histórica para a região. Pinheiro (1941), educador paraense, enfatizou o impacto dessa intervenção ao deslocar a representação da Amazônia de um imaginário romântico-ufanista para a condição de território essencial. De modo geral, os colaboradores da Cultura Política buscaram reconfigurar a imagem da Amazônia, afastando-a, sobretudo, das visões pessimistas presentes no que chamaram de 'falsa literatura', imersa no determinismo geográfico, climático e no darwinismo social que constantemente recaía sobre seu clima, raça e meio.

Nesse contexto, intelectuais e políticos oriundos do Norte do país, como Azevedo (1941a, 1941b)¹⁹ e Galvão (1941b)²⁰, posicionaram-se de forma crítica em relação às interpretações de cunho determinista sobre a Amazônia, predominantes na produção literária do final do século XIX e início do XX. Nas páginas da revista Cultura Política, ambos publicaram artigos de opinião impregnados de um sentido de missão, nos quais defendiam a necessidade de 'resgatar' o caboclo amazônico, concebendo-o como sujeito potencialmente capaz de protagonizar o processo de modernização, desde que assistido pela intervenção do Estado central. A valorização do caboclo e dos elementos regionais articulava-se aos esforços dos colaboradores da Cultura Política em formular uma perspectiva histórica que realçasse a solidez e a resiliência do elemento humano diante das adversidades impostas pela floresta. Em suas formulações, o homem amazônico, mesmo privado de condições estruturais adequadas, era representado como agente de uma luta incessante por sua permanência no vale amazônico, em um registro discursivo que evocava o tom euclidiano da oposição entre homem e natureza.

De acordo com Galvão (1943), sua obra "Terra de ninguém" (Galvão, 2002 [1934]) constituía uma representação da luta silenciosa travada pelo homem amazônico. A narrativa enfatizava o antagonismo entre o explorador aventureiro, movido pela ganância, e o caboclo fragilizado pela doença. Ao dar centralidade à angústia desse sujeito em meio à selva, Galvão (1943) afastava-se das descrições idealizadas que exaltavam os encantos da terra e as maravilhas da natureza amazônica. O próprio autor afirmava buscar compor um verdadeiro 'cântico de libertação' do caboclo, figura historicamente associada à malária, ao abandono e à marginalização literária. Apesar dessas adversidades, o caboclo permanecia como presença resistente, sobrevivendo no interior da floresta.

¹⁹ Raul de Azevedo foi um político e escritor brasileiro. Foi presidente da Comissão de Eficiência do Ministério da Viação. Membro da Academia Amazonense de Letras (AAL) e da Academia Brasileira de Letras (ABL).

²⁰ Francisco Galvão foi um escritor e político brasileiro. Ex-deputado estadual pelo estado do Amazonas, autor da obra "Terra de ninguém" (Galvão, 2002 [1934]) e colaborador oficial da Cultura Política no Amazonas.

Em ensaio publicado em 1941, Galvão (1941a) examinou o processo histórico de colonização da Amazônia, enfatizando a participação de diferentes grupos sociais e étnicos, o branco, o negro, o nordestino, o caboclo e o indígena. Para o autor, foi da miscigenação entre esses elementos que emergiu aquilo que denominou de 'milagre verde' da região, em explícita oposição ao diagnóstico de Euclides da Cunha, que temia a incapacidade do homem em resistir ao peso avassalador da natureza. Galvão (1941a) sustentava que o caldeamento racial conferira ao habitante da planície amazônica a tenacidade necessária para sua permanência, explicando, assim, sua resiliência diante das adversidades. A própria insistência do homem em sobreviver na floresta já seria, em sua perspectiva, a prova de uma vitória em curso, restando apenas a direção adequada para consumir definitivamente a conquista sobre o meio hostil.

Em consonância com as imagens projetadas por Getúlio Vargas em seu célebre 'Discurso do Rio Amazonas' (Vargas, 1941), o que evidencia uma padronização discursiva acerca da região, Francisco Galvão, como a maioria dos colaboradores da Cultura Política, partilhava da convicção de que o Estado Novo deveria assumir o papel de guia no processo de modernização nacional. A visita de Vargas à Amazônia, em 1940, revestiu o regime da condição de testemunha ocular, legitimando o discurso oficial. Esse acontecimento foi amplamente explorado pelo DIP, pois reafirmava a autenticidade do interesse do poder central pela região, já que o próprio chefe de governo havia presenciado tanto os 'problemas' enfrentados quanto as potencialidades econômicas.

Para determinados autores, como Pinheiro (1941), o principal 'problema' da Amazônia residia no próprio homem. Argumentava-se que era necessário 'curá-lo' física e espiritualmente, dotando-o das condições materiais e morais indispensáveis para ocupar o território e transformá-lo em força produtiva. Além disso, o clima amazônico, frequentemente alvo de acusações deterministas, também foi objeto de reflexão. Tanto na Cultura Política quanto, como já demonstrado, na RBG, os colaboradores empenharam-se em contestar a interpretação que condenava a região em função de seu ambiente natural. Ainda que reconhecessem que o clima e as condições ambientais propiciavam o desenvolvimento de enfermidades, como a malária e a febre amarela, enfatizavam que o cerne do problema não se encontrava nas características geográficas ou climatológicas, mas nas doenças que delas derivavam.

Os colaboradores recorreram a diversas referências de naturalistas estrangeiros, como Louis Agassiz²¹ e Alfred Russel Wallace²², cujas observações sobre a Amazônia enfatizavam tanto a salubridade quanto a amenidade do clima local, descrito por eles como um dos mais brandos do mundo. Paralelamente, apropriaram-se do argumento defendido por Afrânio Peixoto, médico e escritor brasileiro, segundo o qual a saúde humana não dependia de coordenadas geográficas, mas de condições de saneamento e de intervenções sanitárias adequadas. Com base nesse repertório científico e intelectual, autores como Galvão (1943) empenharam-se em refutar as leituras deterministas que vinculavam o clima amazônico a uma suposta inviabilidade de progresso. O objetivo central era

²¹ Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) foi um zoólogo e geólogo suíço, mais conhecido por liderar a Expedição Thayer entre 1865 e 1866. O objetivo da expedição consistia em registrar antropologicamente os tipos raciais brasileiros, além disso, Agassiz buscou coletar espécimes e estudar o efeito da glaciação no Hemisfério Sul para corroborar sua teoria criacionista, fortemente influenciada pelo catastrofismo de Georges Cuvier (1769-1832). As experiências da viagem pelo Brasil foram publicadas em 1868, com o título de "A journey in Brazil" (Agassiz & Agassiz, 1868). A respeito das contribuições científicas da expedição de Agassiz, ver Antunes et al. (2016).

²² Alfred Russel Wallace (1823-1913) foi um naturalista e geógrafo britânico. Ao lado de Henry Walter Bates (1825-1892), também naturalista, ambos desembarcaram juntos no Brasil em 1849. Wallace permaneceu por quatro anos percorrendo a América do Sul e estudando seus aspectos. Sobre as experiências extraídas da pesquisa em campo e as viagens de Alfred Russel Wallace pela Amazônia, ver C. Lima (2014).

demonstrar que, em qualquer parte do mundo desprovida de políticas públicas de higiene e infraestrutura sanitária, o homem estaria exposto não à hostilidade do clima, mas às enfermidades decorrentes dessa ausência.

Em ensaio publicado em 1941 sobre o saneamento da Amazônia, João Batista de Azevedo Lima²³, médico e chefe do Distrito Médico Pedagógico da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, argumentou que a região fora historicamente contaminada por correntes migratórias associadas a uma ocupação estrangeira, aventureira e imprudente. Sua análise fundamentou-se em estudos sobre a gênese das principais enfermidades presentes na Amazônia e em um levantamento histórico do quadro nosológico do estado do Amazonas. Segundo Azevedo Lima (1941), a febre amarela teria se manifestado pela primeira vez no Amazonas em 1856, aproximadamente seis anos após a epidemia que atingira o Rio de Janeiro entre 1849 e 1850. A malária, por sua vez, teria surgido inicialmente em 1829, na cidade de Macacu, no estado do Rio de Janeiro, antes de se expandir para a região amazônica. A cólera teria chegado entre 1855 e 1856, introduzida pelos vapores Marajó e Tapajós. Já o agente patogênico da leishmaniose, de acordo com o médico, tinha procedência oriental, enquanto o beribéri, também identificado na Amazônia, não deveria sequer ser classificado como doença tropical ou infecciosa. Para Azevedo Lima (1941), portanto, o cerne do problema não residia no clima, mas na hostilidade do *habitat*, que deveria ser corrigida por meio de intervenções sanitárias. Nesse sentido, considerava legítima a indignação dos amazonenses contra a imagem de insalubridade reiteradamente atribuída à região.

Contudo, os esforços intelectuais e discursivos para dissociar o clima amazônico do pessimismo considerado 'exagerado' não alteravam a realidade objetiva, já que os índices de mortalidade decorrentes das enfermidades que

assolavam a região permaneciam altíssimos e configuravam um dos principais entraves ao projeto governamental de ocupação da Amazônia. À época, as doenças constituíam não apenas um dado incontornável da vida cotidiana, mas também um eixo estruturante do pensamento social sobre a região. Tal perspectiva já se fazia presente em obras literárias como "Inferno verde" (1908), de Alberto Rangel, em que a malária figurava como o algoz da floresta hostil, responsável por devastar o homem, sempre descrito como um intruso (Rangel, 2001 [1908]). Três décadas após a publicação, a doença ainda se mantinha entre os maiores obstáculos ao povoamento e à integração da Amazônia ao projeto nacional.

Na edição de agosto de 1941, a revista Cultura Política dedicou sua seção "Panorama da Atividade Governamental" ao tema do saneamento amazônico. O periódico destacou a região como uma das maiores preocupações do Estado Novo, defendendo que uma área fértil e estratégica não poderia permanecer 'abandonada'. A ideia de 'abandono histórico' serviu, então, para legitimar as iniciativas do regime varguista; ao mesmo tempo em que criticava a negligência dos governos anteriores, denunciava o federalismo como entrave à ação central. Nesse sentido, a visita de Vargas em 1940 era apresentada como marco simbólico da diferença entre o Estado Novo e seus predecessores. Para a revista, somente um regime centralizador e autoritário teria condições de viabilizar um projeto para a Amazônia, pois o pacto federativo liberal, ao garantir excessiva autonomia aos estados, teria levado à paralisia administrativa e à omissão do poder central em questões vitais ("Panorama da atividade", 1941, pp. 225-228).

O panorama amazônico combinava condições insalubres, alta mortalidade e baixa densidade demográfica. A população concentrava-se em núcleos urbanos precários, sem infraestrutura de higiene, o que favorecia

²³ José Batista de Azevedo Lima foi um médico e político brasileiro. Foi diretor da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ).

a propagação de epidemias e dificultava o povoamento. Os ideólogos estadonovistas viam, portanto, dois desafios interligados: atrair colonos para o vale amazônico e garantir sua permanência por meio de proteção sanitária. Dentro do espírito da 'Marcha para o Oeste', o regime vinculava o saneamento à ideia de progresso nacional, inserindo a Amazônia no programa de grandes realizações centralizadoras. Na visão da Cultura Política, esse esforço marcava a transformação do 'inferno verde' em 'celeiro do mundo'; drenar pântanos, combater doenças e criar condições salubres eram considerados pré-requisitos para qualquer atividade produtiva.

Para o médico Azevedo Lima (1941), a "salvação" da Amazônia dependia de um vasto conjunto de medidas sanitárias que atingissem tanto o homem quanto o agente patogênico, ancoradas na medicina tropical, na higiene pública, na engenharia hidráulica e na agronomia científica. Ele defendia um projeto grandioso, capaz de mobilizar especialistas altamente capacitados, com vigor físico, competência técnica e sentimento nacional. Primeiro, seria preciso restaurar a saúde da população; depois, caberia à agronomia racionalizar o uso da terra e estimular o povoamento. Mas o saneamento não era o único entrave. Nas páginas da Cultura Política, configuraram com frequência outros 'problemas': transportes, proteção social do trabalhador, educação, agricultura e o latifúndio seringalista.

Embora defendessem o potencial do projeto nacional, os colaboradores da revista não pareciam acreditar em transformações rápidas. O que se buscava era criar um horizonte de expectativas, recuperando a memória do ciclo da borracha e explorando imagens positivas que afastassem o pessimismo associado ao clima, à população e à suposta insalubridade regional. A profecia de Humboldt, que previa transformar a Amazônia em 'celeiro do mundo', não se concretizou. No entanto, o projeto estadonovista deu maior visibilidade à região e, somado às demandas geradas pela guerra, consolidou sua importância nacional e internacional, mesmo após o fim do Estado Novo, em 1945.

Em 1945, no penúltimo número da revista, a Cultura Política publicou a reportagem especial "Recuperação e ressurgimento da Amazônia" (1945). O texto revisitou um século de história, de 1840 a 1940, até o 'Discurso do Rio Amazonas' (Vargas, 1941), destacando realizações governamentais e a condição estratégica da região no contexto da Segunda Guerra Mundial. O objetivo era mostrar que os esforços de saneamento e infraestrutura não começaram com os Acordos de Washington, mas já vinham de antes. Nesse ponto, a revista ressaltava os ganhos obtidos com os Acordos de Washington, sublinhando a prudência do governo brasileiro ao negociar com os Estados Unidos e a capacidade de articular novas agências em cooperação com órgãos já existentes ("Recuperação e ressurgimento da Amazônia", 1945, pp. 122-143). A reportagem encerrou-se com a frase enfática: "Na paz, como na guerra, o plano prosseguirá" ("Recuperação e ressurgimento da Amazônia", 1945, p. 143), reafirmando a continuidade da obra do Estado Novo na Amazônia.

Cumprir salientar que o projeto nacional concebido para a Amazônia foi inicialmente formulado em um contexto de paz. Entretanto, com a assinatura dos Acordos de Washington e a consequente entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, esse projeto sofreu uma interrupção significativa. Os objetivos anunciados no 'Discurso do Rio Amazonas' e na política da 'Marcha para o Oeste' foram substituídos por novas prioridades impostas pelo esforço de guerra. A urgência em garantir recursos estratégicos, em especial a borracha, levou o governo brasileiro a abandonar os incentivos voltados à colonização e à sedentarização, promovendo em seu lugar um nomadismo extrativista, considerado indispensável naquele momento. Nesse sentido, Secreto (2007, p. 121) observa que o 'Discurso do Rio Amazonas' não passou de uma carta de intenções que não se concretizou, uma vez que a ideia de encaminhamento de famílias para a região amazônica foi substituída pelo recrutamento e pelo envio de trabalhadores aos seringais.

A partir de 1944, o foco da imprensa brasileira deslocou-se da mobilização interna na Amazônia para a participação do Brasil no conflito europeu, com o envio de tropas para lutar na Itália. Em 1945, contudo, a situação dos chamados 'soldados da borracha' voltou à pauta pública quando jornais brasileiros e internacionais denunciaram a tragédia humana da Campanha da Borracha, estimando-se cerca de 25 mil mortos ou desaparecidos. A gravidade da situação levou à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1946, para investigar o desastre ocorrido na Amazônia. O relatório resultante pressionou o Congresso Nacional a exigir assistência federal aos seringueiros e medidas para conter a migração nordestina para a região, incluindo apoio ao retorno dos trabalhadores e auxílio às famílias. Apesar dessas iniciativas, a indenização oficial aos soldados da borracha só foi reconhecida na Constituição de 1988. A repercussão do caso marcou também a primeira grande mobilização do Congresso Nacional em torno da Amazônia e revelou, após o fim da censura do Estado Novo, um quadro muito mais grave do que o panorama otimista anteriormente divulgado pelos órgãos de propaganda governamental vinculados ao DIP (Garfield, 2013, p. 204; Secreto, 2007, p. 131; Andrade, 2024, pp. 168-170).

Os colaboradores da revista *Cultura Política* empenharam-se em construir uma narrativa de continuidade entre o projeto nacional para a Amazônia concebido em período anterior à guerra e as iniciativas implementadas após a assinatura dos Acordos de Washington, em 1942. Os intelectuais vinculados à publicação acompanharam o desenrolar da Campanha da Borracha e buscaram reinterpretar as alterações estruturais introduzidas nos planos do Estado Novo para a região amazônica. Tal esforço visava legitimar a ideia de que as medidas decorrentes do acordo bilateral entre os governos brasileiro e estadunidense não constituíam uma ruptura, mas, antes, uma etapa subsequente, ou mesmo uma antecipação, das ações que já vinham sendo promovidas sob a liderança de Getúlio Vargas. Nesse sentido, eram convictos de que o projeto nacional persistiria após o término do conflito, entendendo

os acordos como instrumentos de aceleração de um futuro já delineado, o de saneamento, de recuperação econômica e, em última instância, de um 'ressurgimento' da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os incentivos promovidos pelo poder central, no âmbito das políticas do Estado Novo, fundamentaram-se sobretudo na construção da imagem da Amazônia como um território destinado, no futuro, a integrar circuitos mais amplos do comércio e da civilização global. Esse crescente interesse do governo central pela região foi acompanhado por um aumento significativo na produção de estudos a ela dedicados nas revistas analisadas. No caso da RBG, por exemplo, entre 1939 e 1945, foram publicados 29 artigos autorais sobre assuntos da Amazônia, além de notas editoriais e debates que abordavam temas relacionados (Cordeiro, 2025).

Os resultados desses estudos desempenharam um papel fundamental na construção de um ideário oficial sobre a Amazônia, que articulava visões nacionalistas aos interesses políticos e econômicos do Estado. Esse ideário não apenas reforçou a importância da região no projeto de capitalismo nacional varguista, mas também servia como justificativa ideológica para as políticas intervencionistas do governo. Nesse contexto, a produção intelectual, tanto na RBG quanto na *Cultura Política*, além de abordar um tema que despertava crescente interesse político, econômico e científico, integrou os esforços para consolidar a proposta de integração da Amazônia ao projeto nacional, apresentando a região como um pilar estratégico para o desenvolvimento econômico do país. A política de integração territorial promovida por Getúlio Vargas combinava nacionalismo e modernização econômica, ancorando-se, sobretudo, na justificativa da exploração dos recursos naturais e no discurso do 'aproveitamento' da região, elementos que seriam retomados em períodos posteriores.

A RBG e a *Cultura Política* exerceram papel relevante na difusão e legitimação do projeto nacional para a Amazônia durante o Estado Novo. A RBG dedicou-se à sistematização de estudos voltados ao reconhecimento

territorial, publicando levantamentos sobre recursos naturais, características geográficas, dinâmicas populacionais e potencialidades econômicas da região. Esses trabalhos contribuíram para a ampliação do conhecimento técnico sobre a Amazônia e dialogaram com iniciativas estatais de planejamento territorial, como as políticas de interiorização e de integração econômica da região ao restante do país. Já a Cultura Política atuou principalmente na consolidação dos fundamentos ideológicos desse projeto, colaborando para a construção de um imaginário sobre a Amazônia, amplamente mobilizado pelo discurso oficial.

Apesar de suas especificidades, ambas as revistas estavam vinculadas ao DIP e reservaram espaço significativo a temas alinhados à agenda estadonovista. As diferenças entre os grupos de colaboradores são perceptíveis: enquanto os artigos da RBG apresentavam linguagem predominantemente técnica e científica, os ensaios publicados em Cultura Política eram orientados à formação política e ideológica. Ainda assim, a supervisão institucional do DIP contribuiu para certa convergência discursiva em torno da Amazônia. Alguns autores, inclusive, circularam entre as duas revistas, como foi o caso de José Francisco de Araújo Lima.

Os intelectuais analisados neste estudo podem ser compreendidos como agentes do processo de modernização nacional, na medida em que atuaram tanto na formulação quanto na difusão de uma narrativa que apresentava a Amazônia como um espaço estratégico para o desenvolvimento econômico do país.

De modo geral, as publicações, em ambas as revistas, procuraram contrapor-se às leituras pessimistas que até então recaíam sobre a Amazônia, sobretudo em relação às suas condições naturais e à população local. Nesse sentido, contribuíram para a ressignificação da região, gradualmente elevada ao estatuto de espaço estratégico para o desenvolvimento nacional. Na RBG, em particular, consolidou-se o que se pode denominar, talvez, de 'geografia do aproveitamento', um conjunto de estudos alinhados às diretrizes estatais, voltado a identificar formas de uso

e exploração que tornassem a Amazônia funcional ao crescimento econômico do país. Essa perspectiva não apenas valorizava os recursos naturais, mas também propunha soluções para desafios considerados entraves à integração econômica, como problemas de transporte, qualidade do solo, práticas agrícolas, projetos de colonização, estratégias de povoamento e outros aspectos estruturais.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

- Abreu, S. F. (1939). Observações sobre a Guiana maranhense. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(4), 26-54. <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/825689c1213b353c3e5dfe7276211992833866bd.pdf>
- Abreu, S. F. (1942). O solo da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(2), 299-312.
- Abreu, S. F. (1945). Fundamentos geográficos da mineração brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, 7(1), 3-137.
- Abreu, S. F. (1946). Aspectos geográficos, geológicos e políticos do petróleo no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 8(4), 509-534.
- Agassiz, L., & Agassiz, E. C. (1868). *A journey in Brazil*. Ticknor and Fields.
- Aguiar, B. D. (1944). Geografia amazônica: nas fronteiras do Norte. *Revista Brasileira de Geografia*, 6(3), 327-348.
- Andrade, R. P. (2010). "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 5(2), 453-468. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000200015>
- Andrade, R. P. (2024). *Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, políticas e destruição, 1930-1966*. Editora Fiocruz. <https://fiocruz.br/livro/amazonia-na-era-do-desenvolvimento-saude-politicas-e-destruicao-1930-1966>
- Anselmo, R. C. M. S. (2006). Sistematização/Institucionalização da geografia nacional brasileira: revendo a influência de Everardo Backheuser. *Geografia*, 31(2), 241-255. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1363>

- Antunes, A. P., Massarani, L. M., & Moreira, I. C. (2016). Uma análise da rede de auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866). *Revista Brasileira de História das Ciências*, 9(1), 113-125. <https://doi.org/10.53727/rbhc.v9i1.149>
- Aranha, P. (2014). O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. *Terra Brasilis*, 3, 971. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.971>
- Azevedo, R. (1941a). O discurso do Rio Amazonas. *Cultura Política*, 1(9), 157-160. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&pagfis=2816>
- Azevedo, R. (1941b). A Amazônia. *Cultura Política*, 1(5), 250-255. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&pagfis=1495>
- Azevedo Lima, J. B. (1941). Os saneamento do Amazonas. *Cultura Política*, 1(3), 98-111. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&id=27349009208316&pagfis=745>
- Camargo, A. P. R. (2009a). A história da geografia no IBGE: um preâmbulo. In N. C. Senra (Ed.), *Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)* (pp. 301-313). IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=242899>
- Camargo, A. P. R. (2009b). A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, 2(1), 23-39. <https://doi.org/10.53727/rbhc.v2i1.361>
- Campos, N. (2019). Missão Francesa na USP (1934 e 1954): dois acontecimentos, dois recortes. *Revista de História e Historiografia da Educação*, 3(9), 101-128. <https://doi.org/10.5380/rhhe.v3i9.69843>
- Carvalho, C. M. D. (1942). O rio Amazonas e sua bacia. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(2), 333-352.
- Conselho Nacional de Geografia (CNG). (1939). Resolução n.º 18 - de 12 de julho de 1938, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(1), 7-8.
- Conselho Nacional de Geografia (CNG). (1944). *Amazônia brasileira*. IBGE.
- Cordeiro, M. V., & Andrade, R. P. (2023). Entre o mistério e o vivido: as interpretações sobre a natureza amazônica nas obras de Gastão Cruls. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, 13(3), 163-205. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2023v13i3.p163-205>
- Cordeiro, M. V. (2025). *Estudos amazônicos, seus autores e ideias: estado, ciência e desenvolvimento (1940-1966)* [Tese de doutorado, Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz]. <https://arca.fiocruz.br/handle/icict/70998>
- Cordeiro, M. V., & Andrade, R. de P. (2026). *Conjunto de dados para "O discurso intelectual e o projeto nacional para a Amazônia nas páginas da Revista Brasileira de Geografia e da Cultura Política (1939-1945)".* [SciELO Data]. <https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.RXRTAL>
- Correia Filho, V. (1942). Devassamento e ocupação da Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(2), 263-298.
- Cruls, G. (1939). Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(4), 3-25. <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/8eab7d88d51f9540b407051144c9b737bc98233f.pdf>
- Daou, A. M. (2001). Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil. In Z. Rosendahl, & R. L. Corrêa (Orgs.), *Paisagem, imaginário e espaço* (pp. 135-162). EdUERJ.
- Deffontaines, P. (1939a). Geografia Humana do Brasil - Capítulo 1. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(1), 19-67.
- Deffontaines, P. (1939b). Geografia Humana do Brasil - Capítulo 2. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(2), 20-56.
- Deffontaines, P. (1939c). Geografia Humana do Brasil - Capítulo 4. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(3), 16-59.
- Figueiredo, J. L. (1940). O Acre e suas possibilidades. *Revista Brasileira de Geografia*, 2(2), 173-215.
- Figueiredo, J. L. (1942). Fronteiras amazônicas. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(3), 173-215.
- Figueiredo, J. L. (1945). Alguns aspectos fisiográficos do território do Guaporé. *Revista Brasileira de Geografia*, 7(2), 245-260.
- Galvão, F. (1941a). O homem e o deserto amazônicos. *Cultura Política*, 1(4), 44-50. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&pagfis=999>
- Galvão, F. (1941b). O sentido social da Amazônia. *Cultura Política*, 1(1), 149-154. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&pagfis=149>
- Galvão, F. (1943). O homem da Amazônia vencerá a natureza. *Cultura Política*, 5(25), 94-96. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&pagfis=7892>
- Galvão, F. (2002 [1934]). *Terra de ninguém: romance social do Amazonas*. Valer.
- Garfield, S. (2009). Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*, 29(57), 19-65. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000100002>
- Garfield, S. (2013). *In search of the Amazon: Brazil, the United States, and the nature of a region*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822377177>

- Gomes, A. M. C. (1996). *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Editora FGV.
- Lima, C. O. (2014). *A experiência de campo de Alfred Russel Wallace na Amazônia Oitocentista: viagem, ciência e interações* [Tese de doutorado, Casa de Oswaldo Cruz].
- Lima, J. F. A. (1937 [1933]). *Amazônia, a terra e o homem*. Ed. Nacional. <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/186>
- Lima, J. F. A. (1943). A exploração da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, 5(3), 371-418.
- Maia, J. M. E., & Almeida, T. F. (2021). Estado e políticas territoriais na Era Vargas (1930-1945). In M. A. Vannucchi, & L. A. Abreu (Orgs.), *Era Vargas (1930-1945)* (Vol. I, pp. 174-205). Editora PUCRS.
- Martins, L. S. (1942). Notas sobre a geografia da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(4), 709-748. <https://pt.scribd.com/document/162274042/rbg-1942-v4-n4>
- Mello-Leitão, C. F. (1943). Fauna amazônica. *Revista Brasileira de Geografia*, 5(3), 344-370.
- Ministério da Agricultura. (1939). *Relatório do Ministério da Agricultura*. Tipografia do Ministério da Agricultura.
- Miranda, G. A., & Hochman, G. (2021). Selecionar, cuidar e encaminhar: os médicos na Batalha da Borracha (1942-1944). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(3), e20190152. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0152>
- Moraes, A. C. R. (1991). Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, 4(8), 166-176.
- Morales, L. A. (2002). *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. Editora Annablume.
- Moura, P. (1940). Relevo da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(3), 323-343.
- Oliveira, A. B. O. (1940). Considerações sobre a exploração da castanha no baixo e médio Tocantins. *Revista Brasileira de Geografia*, 2(1), 3-15. <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/80b750adf9537ab0748d4bb7c42f66e701d316b9.pdf>
- Oliveira, L. L. (1982). Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade. In L. L. Oliveira, M. P. Velloso, & A. M. C. Gomes (Orgs.), *Estado Novo: ideologia e poder* (pp. 31-47). Editora Zahar.
- Panorama da atividade governamental - Saneamento da Amazônia. (1941). *Cultura Política*, 1(6), 225-228. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&id=27349009208316&pagfis=1803>
- Pinheiro, R. (1941). A obra social do governo e o aproveitamento da Amazônia. *Cultura Política*, 1(3), 112-117. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&pagfis=759>
- Rangel, A. (2001 [1908]). *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas* (5. Ed.). Editora Valer.
- Recuperação e ressurgimento da Amazônia. (1945). *Cultura Política*, 5(50), 122-143. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&id=27349009208316&pagfis=14442>
- Reis, A. F. de S., Siqueira, G. K., & Freitas, T. N. de (Orgs.). (2022). *SEMTA: Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – por J. P. Chablos*. Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.
- Ribeiro, G. S. (2024). O efeito DIP e a ordem do discurso geográfico: censura, nacionalismo e território na Revista Brasileira de Geografia do IBGE durante o Estado Novo (1939-1945). *Revista da ANPEGE*, 20(42), 3-37. <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/19161>
- Ricardo, C. (1928). *Martim Cererê ou o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis*. Editora Hélios.
- Ricardo, C. (1940). *Marcha para Oeste*. José Olympio.
- Sampaio, A. J. (1941). Molduras florísticas às obras de engenharia rural. *Revista Brasileira de Geografia*, 3(2), 415-421.
- Schmidt, J. C. J. (1942). O clima da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(3), 465-493. <https://pt.scribd.com/document/158446682/rbg-1942-v4-n3>
- Secreto, M. V. (2007). A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, 2(40), 115-135. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1288>
- Silva, M. M. F. (1939). Geografia dos transportes no Brasil - Capítulo III - Interiorização. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(4), 55-60. <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/03f0b7d0945ee5443481cc1930daa67ca01ce5d3.pdf>
- Sousa, H. C. A. (1940). O ouro e a vida nalgumas regiões do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 2(1), 16-34.
- Torres, A. (1914). *A organização nacional*. Tipografia Nacional.
- Torres, A. (1915). *As fontes da vida no Brasil*. Papelaria Brasil
- Torres, A. (1933 [1914]). *O problema nacional brasileiro*. Companhia Editora Nacional.
- Vargas, G. (1938-1947). *A nova política do Brasil* (11 v.). José Olympio.
- Vargas, G. (1941). O “Discurso do Rio Amazonas”. *Cultura Política*, 1(8), 227-230. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163538&pagfis=2533>

Velloso, M. P. (1982). Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In L. L. Oliveira, M. P. Velloso, & A. M. C. Gomes (Orgs.), *Estado Novo: ideologia e poder* (pp. 71-108). Editora Zahar.

Weinstein, B. (2007). Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria. *Revista do IEB*, (45), 153-176. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i45p153-176>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declararam participação ativa durante todas as etapas de elaboração do manuscrito.

DADOS DA PESQUISA

Os dados foram depositados no repositório SciELO Data e podem ser acessados em Cordeiro e Andrade (2026).

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Caçadores-coletores na Serra do Mar durante o Holoceno inicial e tardio Hunter-gatherers in the Serra do Mar during the early and late Holocene

Gabriel Procópio Nunez Silva¹  | Laercio Loiola Brochier¹  |
Leonardo José Cordeiro Santos¹  | Luis Augusto Koenig Veiga¹  | Fabio Parenti¹ 

¹Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil

Resumo: O sítio arqueológico Céu Azul está situado no limite entre o planalto e a costa atlântica, na bacia do rio Pequeno, afluente do alto rio Iguaçu. Constitui um dos sítios líticos a céu aberto mais antigos do estado do Paraná, com datações da transição pleistoceno-Holoceno. As descrições sugerem se tratar do mesmo sítio escavado por José W. Rauth, por volta dos anos 1970. O sítio se localiza na vertente oeste da Serra do Mar e possui ao menos dois níveis arqueológicos bem definidos, ambos coincidentes com solos enterrados e que ocupam a porção distal de um colúvio sobrejacente a um antigo depósito fluvial. Este estudo foca no processo de formação, por meio da caracterização dos níveis arqueológicos no contexto da estrutura, da dinâmica e da evolução dos depósitos sedimentares e pedológicos, bem como na proveniência, mediante a classificação das matérias-primas e avaliação das possíveis fontes de aprovisionamento. Os resultados indicam que o principal agente de transporte na formação do sítio é o gravitacional, com contribuição aluvial nos níveis inferiores. As linhas de seixos e os solos enterrados indicam períodos de morfogênese e pedogênese. A matéria-prima predominante é o riolito, provavelmente proveniente da Formação Guaratubinha, e seu aprovisionamento deve ter ocorrido nos depósitos de canal.

Palavras-chave: Sítio a céu aberto. Processo de formação. Fluorescência de raios-x. Micromorfologia de solos.

Abstract: The Céu Azul archaeological site is at the interface between the plateau and the Atlantic coastal region, in the basin of the Pequeno River, a tributary of the Upper Iguaçu River. It is one of the oldest open air lithic sites in the state of Paraná, dating to the Pleistocene-Holocene transition. The descriptions suggest it is the same site excavated by José W. Rauth in the 1970s. The site is located on the western slope of the Serra do Mar, within the Atlantic Forest, and contains at least two well-defined archaeological levels, both coinciding with buried soils and occupying the distal portion of a colluvial deposit overlying an ancient fluvial deposit. This study focuses on two aspects: (1) site formation process, with the characterization of the archaeological levels in the context of the structure, dynamics, and evolution of the sedimentary and pedological deposits; (2) and provenance, with the classification of the raw materials and assessment of potential procurement sources. The results indicate that the primary transport mechanism in the site's formation is gravitational, with alluvial contributions at lower levels. Stone lines and buried soils indicate periods of morphogenesis and pedogenesis. The predominant raw material is rhyolite, probably originating from the Guaratubinha Formation, and its procurement probably occurred from fluvial channel deposits.

Keywords: Open air site. Formation process. X-ray fluorescence. Soil micromorphology.

Silva, G. P. N., Brochier, L. L., Santos, L. J. C., Veiga, L. A. K., & Parenti, F. (2026). Caçadores-coletores na Serra do Mar durante o Holoceno inicial e tardio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250060. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0060>

Autor para correspondência: Gabriel Procópio Nunez Silva. Universidade Federal do Paraná. A. Cel Francisco H. dos Santos, s/n. Curitiba, PR, Brasil. CEP 81531-980 (procopiosp@gmail.com).

Recebido em 31/07/2025

Aprovado em 01/04/2026

Responsabilidade editorial: Guilherme Mongeló



INTRODUÇÃO

Evidências de sítios a céu aberto com idades do Holoceno inicial no Brasil seguem raras em relação às documentadas em abrigos e cavernas (Bueno et al., 2013; Kipnis, 1998; Schmitz, 1987). As condições supostamente mais favoráveis à preservação nos ambientes abrigados em relação aos a céu aberto é um axioma bem conhecido, embora estudos sobre processos formativos em cavidades apontem potenciais fatores negativos (Araujo et al., 2008; Villagran et al., 2017). Por sua vez, terraços aluvionares, depósitos coluviais nas encostas e ambientes paludiais podem ser igualmente propícios à preservação do registro arqueológico e paleontológico (Mishra et al., 2007; Parenti et al., 2021; Vidal & Wagner, 2020). Entretanto esses ambientes denominados 'a céu aberto' estão mais susceptíveis aos agentes meteóricos, o que implica compreender como as dinâmicas e a evolução desses variados segmentos de paisagens impactaram na formação do registro arqueológico. O conhecimento desses processos não se dá apenas como potencial ferramenta direcionada à detecção de sítios, mas também à interpretação das dinâmicas de assentamento, mobilidade e busca por recursos, em especial nos processos culturais que se integram aos fatores ecológicos, climáticos e sazonais.

Nesse sentido, há dados que indicam a presença de grupos caçadores-coletores no contexto da Mata Atlântica, em compartimentos associados à Serra do Mar junto à costa sudeste e sul brasileira durante o Holoceno inicial (Collet, 1985; B. Costa, 2021; Figuti et al., 2013). Essas evidências tensionam a premissa de relativa escassez de sítios associados às vertentes da Serra do Mar, considerando-as áreas pouco propícias a sua ocorrência e preservação. Isso porque são áreas avaliadas com baixo potencial de preservação de sítios arqueológicos, por conta da elevada dinâmica geomórfica de deslizamentos periódicos. A sinergia entre os relevos íngremes e a alta pluviosidade favorecem os movimentos de massa e têm no verão sua maior recorrência. Esses processos são, em parte, provocados pelo aumento da pressão gerada pela saturação do solo, que diminui a

coesão e permite a ruptura e o movimento gravitacional. Aspectos como a amplitude da encosta, a forma da bacia, a diversidade de perfis de solo e a inclinação da drenagem também contribuem nos processos de vertente (Gomes & Vieira, 2016; Selby, 1993). Entre os movimentos gravitacionais observados na Serra do Mar, destacam-se os escorregamentos, os fluxos de detritos e as quedas de blocos (De Ploey & Cruz, 1979; Vieira & Gramani, 2015).

Os escorregamentos planares, ou translacionais, ocorrem ao longo do limite entre os estratos com diferenças de densidade, como o solo e o saprólito, e se depositam próximo da cicatriz (Selby, 1993). Os fluxos de detritos, por sua vez, se caracterizam por desagregar e converter o solo em um fluido viscoso, capaz de se depositar a quilômetros de distância de sua fonte (J. Costa, 1984). O material depositado pelos fluxos de detritos apresenta grau de seleção, com material rudáceo na parte frontal e progressivamente mais fino e liquefeito em direção à cauda, com algum material grosso em suspensão no terço médio (Pierson, 1986). Os movimentos gravitacionais podem gerar agração lateral dos cursos fluviais, com a formação de barras e destruição de terraços; colmatação, extinção e mudança de cursos fluviais secundários; entre outros (Silva et al., 2014).

Portanto, há que se averiguar sob que condições ocorrem os processos formativos em sítios arqueológicos nesses compartimentos serranos e de elevada pluviosidade. Por fim, à medida que se ampliam estes dados, é possível também aprimorar os modelos interpretativos referentes ao processo de povoamento da América do Sul (Anderson & Gillam, 2000; Araujo et al., 2012; Bueno & Dias, 2015; Dillehay et al., 2008; Suárez, 2017).

No Paraná, poucos sítios líticos foram datados, contudo esta cronologia abrange quase todo o Holoceno (Figura 1). No estado, sítios caçadores-coletores com datas do Holoceno médio e inicial foram localizados até o momento no segundo e no terceiro planalto; enquanto no primeiro planalto, em meio à Floresta de Ombrófila Mista, são conhecidos apenas dois sítios com cronologia estabelecida. Um é o sítio Marrecas 6, localizado na região

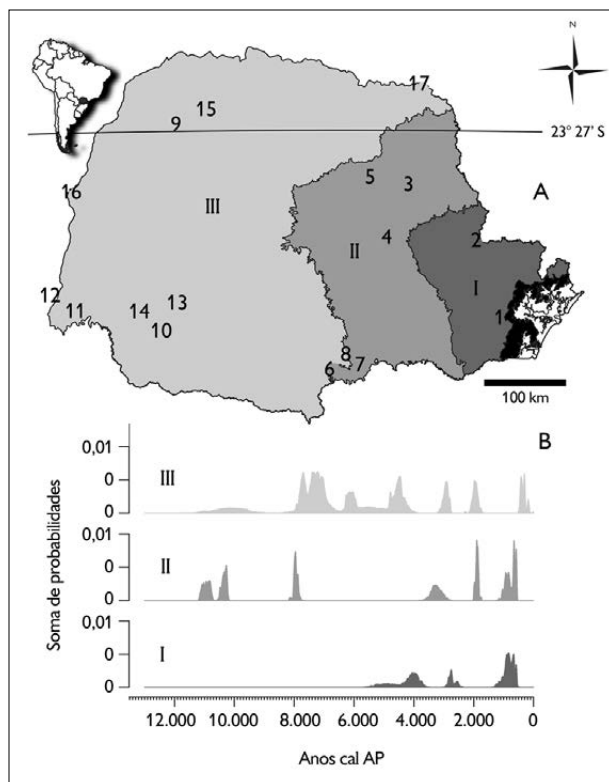


Figura 1. Mapa dos sítios caçadores-coletores datados no Paraná em relação às unidades geomorfológicas. A) Localização dos sítios: 1 - Céu Azul 2, 2 - Fazenda Marrecas 6, 3 - Abrigo Tunas, 4 - Pinheiro Seco, 5 - Ribeirão Barra Grande 3, 6 - União da Vitória, 7 - Boguëlski, 8 - Passo do Iguaçu, 9 - José Vieira, 10 - Ouro Verde I, 11 - Porto Gomes 1, 12 - Porto Gomes 2, 13 - Toninho da Recapadora, 14 - Salto Caxias I, 15 - Porto Novo de Areia 1, 16 - Marina 3, 17 - Fazenda Represa Grande; soma de probabilidades das datações dos sítios caçadores-coletores nas unidades geomorfológicas, $n = 26$; B) datas calibradas no *software* R, com pacote Rcarbon, curva SHcal20. Fonte: Chmyz et al. (2008), EPPC (2022), Parellada (2005), Schmitz (1987) e G. Silva (2022).

do Vale do Ribeira e escavado no final da década de 1990. O outro é o sítio Fazenda Céu Azul (PR CT 65), próximo à Serra do Mar, escavado por José Wilson Rauth, entre as décadas de 1960 e 1970 (Rauth, 1976; Chmyz et al., 2008; Chmyz & Chmyz, 1986; Parellada, 2005). Ambos os sítios possuem datas entre o final do Holoceno médio e início do superior (Kern, 1981; Schmitz, 1987).

Os resultados da escavação do sítio Fazenda Céu Azul não foram publicados, contudo uma parte foi utilizada para estabelecer a fase Céu Azul, dentro da Tradição Umbu.

Para tal, levou-se em conta a descrição e o croqui da localização do sítio, a presença de 'pontas de flecha' e quatro datas radiocarbônicas entre 3.705 ± 130 e 755 ± 60 AP ($4.415-3.699$ e $785-562$ cal AP) (Chmyz et al., 2003; Kern, 1981; Schmitz, 1987).

O sítio arqueológico Céu Azul 2 está inserido nesse panorama, encontrado em 2015 durante uma prospecção que visava encontrar o sítio Fazenda Céu Azul. A razão de revisitar este sítio em particular se deve, em primeiro lugar, ao fato de ser a principal referência cronológica de caçadores-coletores na região, em segundo lugar, à sua localização, junto à Serra do Mar.

A localização do sítio Fazenda Céu Azul foi estimada a partir da ficha do sítio, depositada nos arquivos do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA-UFPR), que possui uma descrição do local e o croqui (Silva et al., 2026). No levantamento, foram detectados vestígios líticos na estrada vicinal, na margem esquerda do rio Pequeno. O material arqueológico aflorava em cortes de barranco produzidos pela exploração de camada de cascalho, estratigraficamente abaixo das ocorrências. O material lítico estava disposto em pelo menos dois níveis arqueológicos, ambos associados a solos enterrados de matriz silto-argilosa. Entre os artefatos encontrados, havia muitas lascas, pontas bifaciais pedunculadas e planos-convexos (Figura 2). A matéria-prima predominante é vulcânica, com coloração entre cinza e preta (melanocrática), de textura maciça e bandada, semelhante à observada em outros sítios da região. Em razão da correspondência com a possível localização do sítio escavado por Rauth, optou-se inicialmente por nomeá-lo de Céu Azul 2, conservando a referência histórica.

Neste artigo, são apresentados os primeiros resultados da pesquisa realizada no sítio arqueológico Céu Azul 2. Os objetivos deste trabalho foram analisar: (1) o processo de formação do sítio, considerando o entorno geomorfológico e a cronologia obtida; (2) e a proveniência, classificando a principal matéria-prima e avaliando as possíveis fontes de abastecimento.

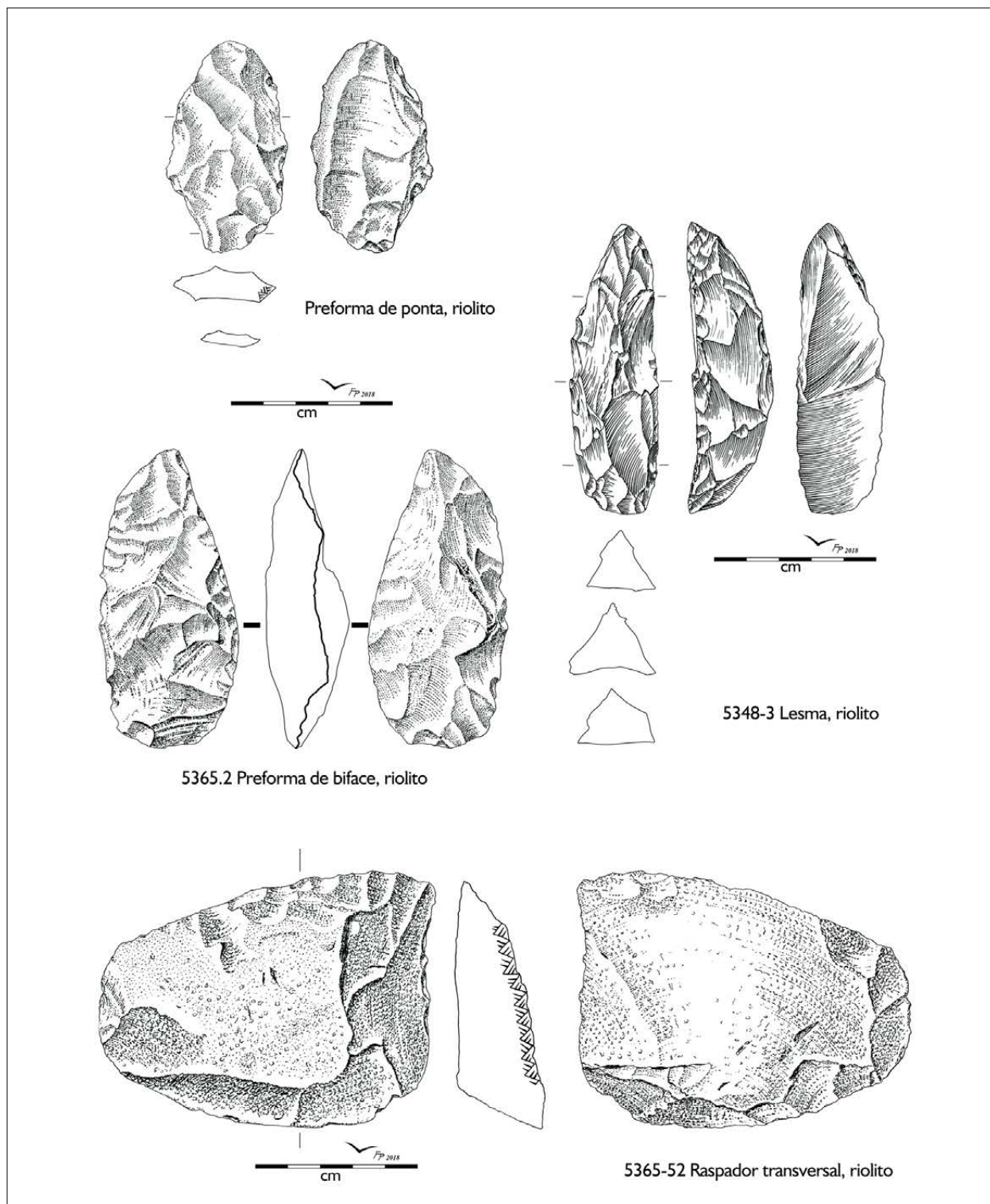


Figura 2. Artefatos em riolito localizados em superfície, junto ao sedimento mobilizado pela exploração do cascalho. Desenhos: Fabio Parenti.

CONTEXTO DA ÁREA DE ESTUDO

O sítio arqueológico Céu Azul 2 se localiza em fundo de vale próximo às nascentes da Serra do Mar, em terreno de menor declividade, associado à presença de patamares encaixados e mais aplainados em área de colinas associadas a antigos coluviões no alto curso do rio Pequeno, afluente do rio Iguaçu, no município de São José dos Pinhais, Paraná (Figura 3). As colinas rebaixadas possuem porções distais aplainadas, com aspectos de terraço aluvial. O embasamento é constituído predominantemente por gnáisses e granitos, sendo comum a presença de extensos diques de diabásios orientados na direção noroeste (NW).

A bacia hidrográfica do rio Pequeno apresenta uma área aproximada de 128 km², entre os municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, com altitude entre 800 e 1.100 m (Soares & Souza, 2012). No alto e médio curso,

tem orientação leste-oeste, com inserção nos complexos graníticos e gnáissicos-migmatíticos, atravessando diques de diabásio e segmentos da Formação Guaratubinha, representada por um complexo vulcânico-sedimentar (riolitos e andesitos) de idade neoproterozoica (Barão et al., 2017; Reis Neto et al., 2000). No baixo curso, a orientação é sudeste-nordeste, com controle predominantemente lito-estrutural, mas de baixa declividade dos canais e menor inclinação do terreno (Soares & Souza, 2012). Nesta porção inferior, o curso atravessa sedimentos da Formação Guabirotuba (bacia sedimentar de Curitiba), se deslocando por uma planície mais extensa de aluviões atuais e terraços aluvionares e colinas. Neste segmento, foram localizados sítios e artefatos isolados de grupos caçadores-coletores ao longo dos terraços e das colinas adjacentes a pequenos cursos fluviais (Chmyz, 1997; Sganzerla et al., 1996).

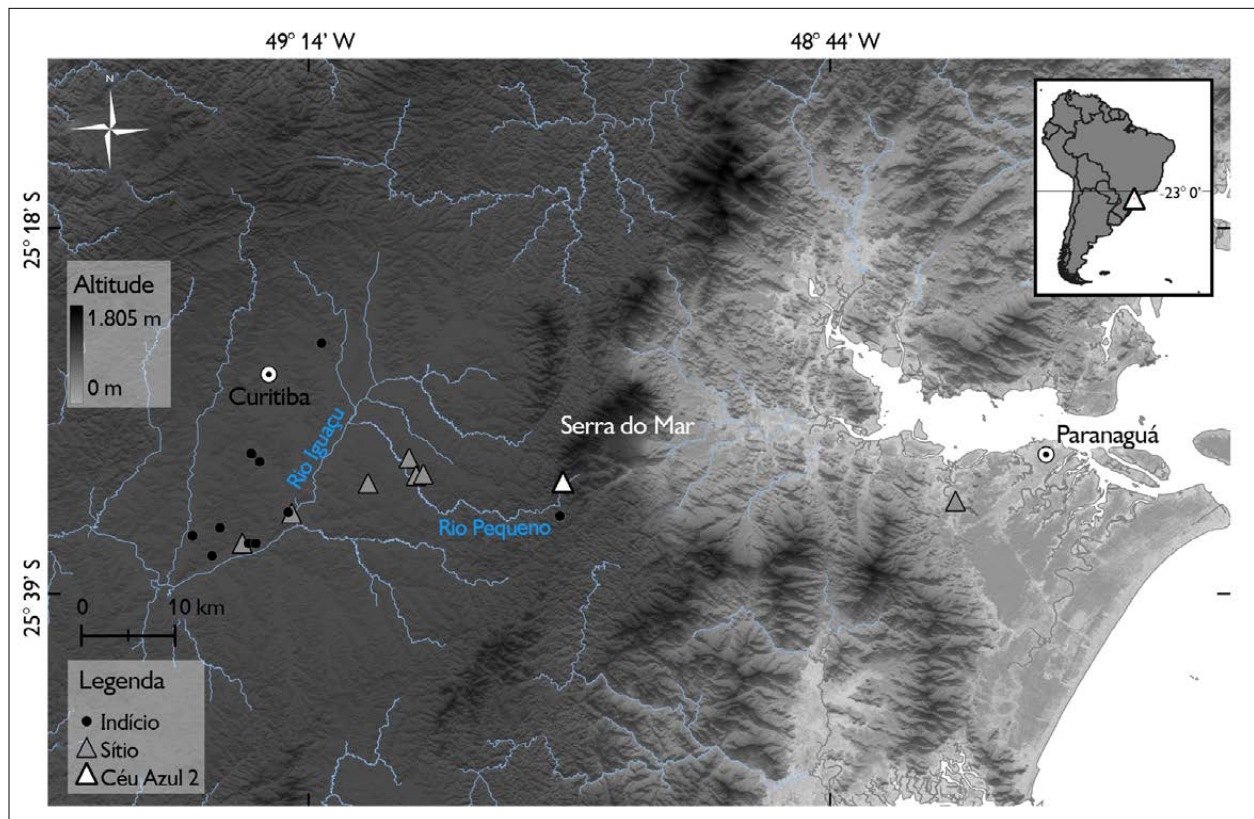


Figura 3. Mapa de localização do sítio Céu Azul 2 e posição dos principais sítios e indícios líticos. Fontes: Chmyz (1975, 1997) e Sganzerla et al. (1996).

No Paraná, a Serra do Mar constitui uma das cinco unidades de paisagens naturais do estado (Maack, 1968). Os cumes podem chegar a 1.800 m de altitude, onde os mais elevados são geralmente formados por batólitos de granitos neoproterozoicos-cambrianos, encaixados em meio a gnaisses e migmatitos (Complexo Gnáissico-Migmatítico, do arqueano-proterozoico inferior), e que sustentam a borda do planalto, formando um degrau que marca o limite entre o primeiro planalto e o litoral (Almeida & Carneiro, 1998).

Esta área faz parte do maior segmento contínuo de Mata Atlântica, que é um dos principais *hotspots* de biodiversidade do mundo (Myers et al., 2000), se estendendo de Santa Catarina até o Rio de Janeiro. Do ponto de vista fitogeográfico, na região do planalto, predomina a Floresta Ombrófila Mista Altomontana, caracterizada pela presença de pinheiros-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), enquanto a vertente atlântica é recoberta pela porção mais úmida e densa da Mata Atlântica. Sua composição florística é resultado das chuvas orográficas que se formam por influência das serras e vertentes que barram as correntes úmidas oceânicas, com precipitação média anual de 1.600 mm bem distribuída, havendo pequena variação entre o verão e o inverno (Carlucci et al., 2021; Wrege et al., 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o estudo do processo de formação, inicialmente, foi realizado levantamento topográfico e topossequência com objetivo de cartografar a cobertura pedológica para estabelecer sua relação com os níveis arqueológicos (Boulet et al., 1978, 1982). No total, foram efetuadas seis tradagens, realizadas com trado holandês, e a cada mudança de camada os sedimentos eram descritos quanto a textura, cor (a partir do código Munsell) e profundidade. A posição das tradagens foi determinada com GPS e as amostras foram acondicionadas em pedocomparador.

Para uma descrição mais detalhada das unidades estratigráficas e dos níveis arqueológicos, foram coletadas cinco amostras indeformadas de solo, para análise micromorfológica. As amostras foram impregnadas *in situ*,

adaptando a proposta de Asscher e Goren (2016), com resina EPOXI 2314 com viscosidade de 600-800 cp e endurecedor EPOXI SQ3160 na proporção 2:1. Para melhorar a condutividade da resina no solo, foi acrescido à solução de resina o endurecedor álcool etílico ($\text{CH}_3\text{CH}_2\text{OH}$) na proporção 1:1. A solução foi homogeneizada em tubo Falcon de 50 ml e aplicada com pipeta descartável de 3 ml. As amostras foram retiradas após 48 horas. A finalização da impregnação e a confecção das lâminas delgadas foram feitas no Laboratório de Laminação do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Paraná (LAMIN-UFPR). As descrições foram realizadas no Laboratório de Microarqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (LABMICRO-MAE-USP), em microscópio petrográfico Leica 2700P, seguindo as indicações contidas em Stoops et al. (2010), com foco na diferenciação dos agentes de transporte e processos pedogenéticos.

A partir dos levantamentos topográficos e arqueológicos preliminares, foi selecionada uma área para escavação, ocorrida entre maio e junho de 2021. A superfície escavada foi de 18 m², que representa, aproximadamente, 4,5% da área estimada do sítio (~400 m²). A malha de quadrículas foi estabelecida a partir de *datum* local com quadras de 1 x 1 m. Foram abertas doze quadras, nove na superfície do sítio e três em degraus, no talude do depósito, visando o nível arqueológico inferior. Como havia dois cortes perpendiculares e camadas bem definidas, optou-se por realizar a escavação em níveis naturais. Adicionalmente, foram abertas três trincheiras para observar a continuidade do depósito e a lateralidade das camadas: a primeira (T1) junto ao corte-referência, a segunda (T2) na área do estacionamento e a terceira (T3) do outro lado da estrada. Como o estrato rudáceo apresentou clastos arredondados, com características de depósito fluvial, na T1 foram amostrados dez clastos em intervalos de 10 cm para complementar a descrição e avaliar se havia granocrescência.

O segundo eixo da pesquisa visou a classificação das matérias-primas dos artefatos líticos e a prospecção

das possíveis fontes. Nesta etapa, foram observadas as rochas vulcânicas, predominantes na maior parte dos sítios líticos da região e que também estão presentes em sítios do litoral. A seleção das áreas a serem prospectadas se baseou nos levantamentos geológicos disponíveis para a região, tendo em conta potenciais afloramentos e depósitos secundários (Barão et al., 2017; Barão & Trzaskos, 2017; Reis Neto et al., 2000). As formações de interesse foram os diques de diabásio associados à Formação Serra Geral e os riolitos e andesitos da Formação Guaratubinha.

A etapa de classificação das rochas foi realizada a partir da descrição de lâminas delgadas (duas amostras) e de análises litogeoquímicas (dez amostras) por meio de fluorescência de raios-x (FRX). Para as análises químicas, foram selecionadas oito amostras arqueológicas dos sítios Céu Azul 2 e Arroio André (PR CT 65) e dois blocos coletados no entorno do sítio Céu Azul. Destes blocos, também foram feitas duas lâminas delgadas para análise petrográfica. A escolha do segundo sítio se deve pela proximidade geográfica, estando o Arroio André no terço inferior da bacia do rio Pequeno, e pela semelhança das matérias-primas e da morfologia das pontas pedunculadas.

As lâminas foram confeccionadas no LAMIN-UFPR e as descrições foram realizadas no Laboratório de Pesquisa em Microscopia (LAPEM) da UFPR, em microscópio petrográfico Olympus BX-5. A análise litogeoquímica foi feita no Laboratório de Análise de Minerais e Rochas (LAMIR) da UFPR, por meio de FRX, e sua classificação seguiu o diagrama total álcalis *versus* sílica (TAS) (Le Maitre et al., 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CLASSIFICAÇÃO E FONTES DA MATÉRIA-PRIMA

As prospecções das fontes de matéria-prima ocorreram num raio de 10 km no entorno do sítio, com foco nos diques de diabásio (Formação Serra Geral) e nos afloramentos e depósitos secundários associados à Formação Guaratubinha.

Nos diques de diabásio prospectados, não foram localizadas amostras com texturas mais finas. Seguindo o modelo de estruturas zonadas, na margem desses corpos, no contato com a rocha encaixante, se formariam rochas mais vítreas e, consequentemente, mais aptas para lascamento (Motoki & Sichel, 2006; Sgarbi, 2012). Nos afloramentos prospectados da Formação Guaratubinha, foram identificados riolitos, contudo nenhum deles era semelhante ao observado nos sítios da região. Matéria-prima semelhante à dos artefatos foi localizada apenas próximo ao sítio, no rio Pequeno, em depósito de canal e em trincheira em frente ao corte de referência.

A partir das descrições das lâminas petrográficas, as amostras foram identificadas como riolitos, que se diferenciam entre si pelas estruturas, uma fluidal (n° 5378) e outra compacta (n° 5376). Ambas possuem matriz vítrea – sendo a amostra n° 5378 esferulítica –, compostas por quartzo microcristalino e fenocristais de quartzo anédricos, identificados pela extinção ondulante. Com a complementação da análise litogeoquímica, seguindo o diagrama TAS, todas as amostras foram classificadas como riolitos (Figura 4).

Na região do alto Iguaçu, a única fonte de riolitos mapeada e descrita em literatura é a Formação Guaratubinha (Figura 5), que possui gênese em eventos vulcano-sedimentares e tectônicos (Barão et al., 2017; Reis Neto et al., 2000). Os dados litogeoquímicos disponíveis dessa formação (Barbosa, 2018) indicam que há alguma diversidade de riolitos, tanto do ponto de vista macroscópico quanto geoquímico (Figura 4, diagrama TAS). Contudo, o que se observa nos sítios líticos da região é maior frequência da variedade preta (melanocrática), utilizada na produção de pontas bifaciais pedunculadas e plano-convexas.

Os resultados sugerem que esses grupos caçadores-coletores tinham preferência por uma variedade de riolito dentre os disponíveis na Formação Guaratubinha. Nesse sentido, essa formação se projeta como uma importante fonte de matéria-prima para os grupos humanos que ocuparam a região ao longo do Holoceno.

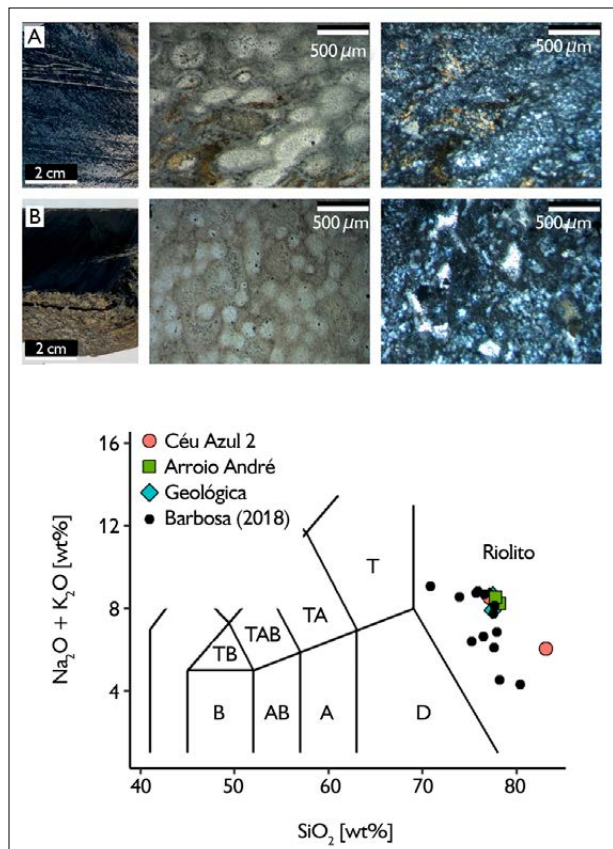


Figura 4. Fotomicrografias das lâminas petrográficas do riolito bandado (A) e maciço (B), e abaixo, o diagrama TAS. Legenda: A = Andesito; B = Basalto; AB = Andesito basáltico; D = Dacito; TB = Traquibasalto; TAB = Traquiandesito basáltico; TA = Traquiandesito; T = Traquito. Fonte: adaptado de G. Silva (2022).

No contexto do sítio, foram localizados blocos rolados de riolito, todavia, dada a alteração no local provocada pela exploração do cascalho, a origem deles é incerta. Contudo, a presença de blocos naturais e núcleos sugere que há afloramentos próximos às nascentes do rio Pequeno, ficando o material disponível também nos depósitos de canal. Esta possibilidade é reforçada pela ocorrência *in situ* de bloco de riolito em meio à camada rudácea do antigo canal fluvial subjacente aos níveis arqueológicos.

Em relação às outras matérias-primas, enquanto nos sítios da margem esquerda do rio Iguaçu predominam os riolitos, no sítio Floresta das Imbuías, localizado na margem direita e a cerca de 32 km do Céu Azul 2, a mais frequente

é o quartzo (Figura 5). Neste sítio, verifica-se a presença de raspadores em arenito silicificado, rocha incomum na região do primeiro planalto, mas, por outro lado, comum em sítios próximos às formações Botucatu e Serra Geral, como na região oeste, junto às margens do rio Paraná (Kashimoto & Gilson, 2016), e no centro-oeste de São Paulo e do Paraná (Batalla et al., 2019; Cheliz et al., 2020). Os silexites, por sua vez, são raros no sítio Céu Azul 2, mas nos outros sítios da região possuem proporções semelhantes às observadas em outros sítios paleoíndios, representando, no máximo, 15% da indústria (Araujo & Pugliese, 2009). Os silexites são considerados exógenos à bacia sedimentar de Curitiba, sendo que as prováveis áreas-fontes devem situar-se a aproximadamente 100 km do rio Pequeno (Brochier & Lima, 1996).

ESCAVAÇÃO E CONTEXTO

No corte do depósito da área selecionada para escavação, foram identificadas seis camadas, associadas a duas fácies sedimentares. A fácies inferior é de origem fluvial, composta por seixos de quartzo, granito e raros riolitos, de granocrescência normal e suportados por matriz silto-arenosa. Superposto ao depósito fluvial, observou-se uma sequência coluvial de textura silto-argilosa, com dois horizontes melanizados, nos quais afloram artefatos. Esses solos enterrados indicam momentos de estabilidade, com atuação de processos pedogenéticos, seguidos por períodos de instabilidade, com movimento gravitacional da encosta em direção ao fundo do vale.

Na escavação, foram encontrados 281 artefatos, distribuídos em dois níveis arqueológicos, ambos associados aos solos enterrados (Tabela 1). O material é composto por artefatos líticos, majoritariamente produzidos em riolito, principal matéria-prima dos sítios líticos da região do alto Iguaçu. Outras matérias-primas aparecem no nível arqueológico superior, que, apesar de serem poucas, já indicam alguma diversidade.

Na camada mais superficial, foram encontrados vestígios da antiga cerca, parte do palanque de concreto e

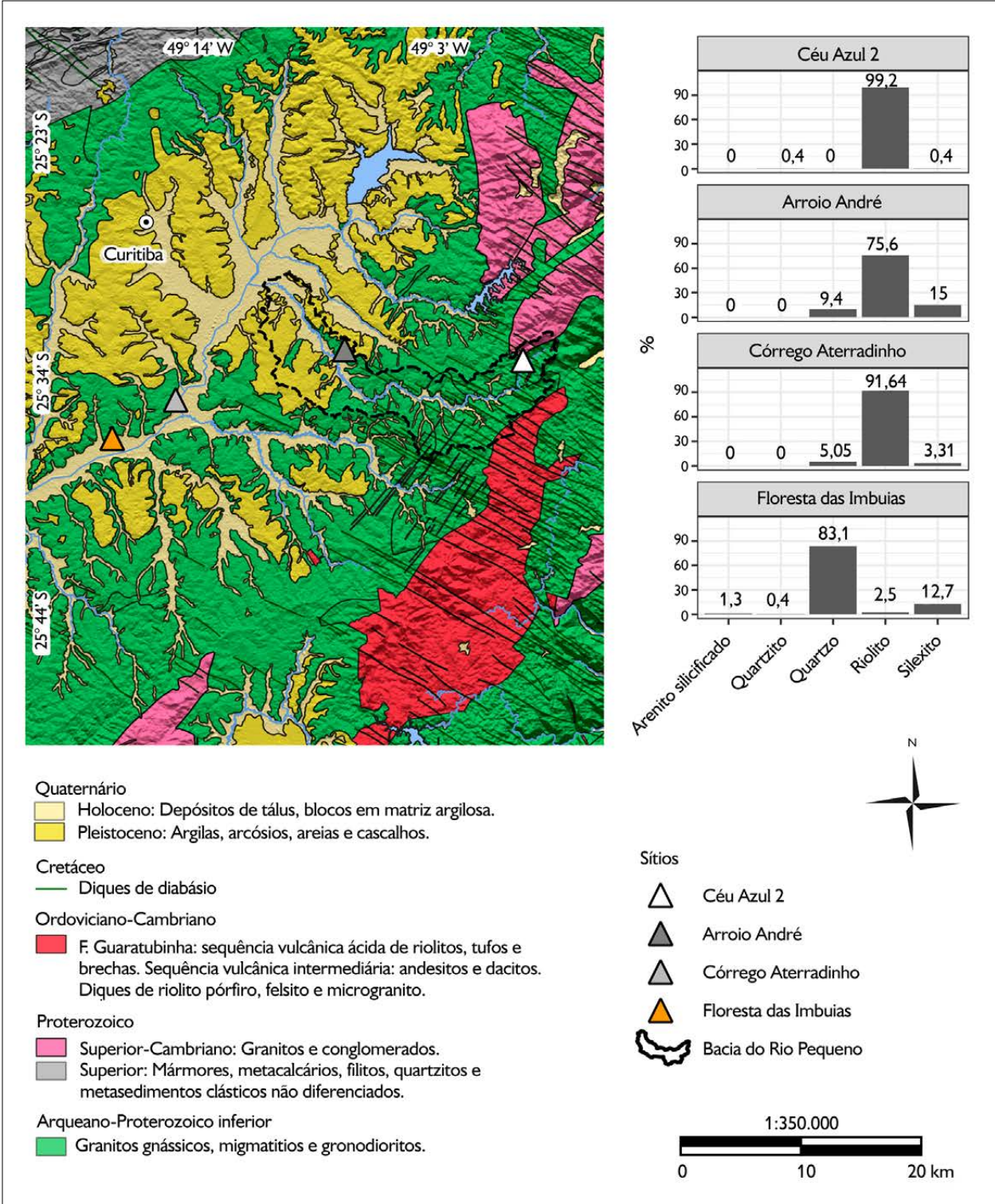


Figura 5. Mapa geológico e localização dos sítios. Gráfico com as proporções de matérias-primas. Fonte: adaptado de G. Silva (2022).

arame, que podem ter gerado impactos pontuais no nível arqueológico superior. Este impacto ocorreria em razão da escavação de fossas para a implantação dos palanques, que poderiam remanejar material para superfície e também ser preenchida com material recente. Neste nível, os artefatos se concentravam no solo enterrado (Figura 6, camada 2), com peças esparsas na superfície e na camada 1 (Figura 6). Nota-se que, na porção norte, uma parte da camada 1 foi erodida. Na camada 3, não foram localizados vestígios, contudo cabe ressaltar que este nível foi escavado apenas na face norte do depósito, nos degraus feitos no talude, sendo uma amostra pequena. No nível arqueológico inferior, os artefatos acompanhavam a inclinação da camada 4 no sentido leste-oeste. O único artefato formal encontrado em contexto foi neste nível e trata-se de uma ponta bifacial fraturada no corpo.

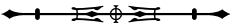
Para a cronologia, foram realizadas cinco datações (Tabela 2) com fragmentos de carvões. Considerando

que o nível superior não foi totalmente escavado e foi parcialmente afetado pela implantação de uma cerca, optou-se por datar apenas as camadas inferiores. Neste sentido, foi selecionada uma amostra da base da camada 3, três da camada 4 e uma do teto da camada 5.

Na base da camada 3, obteve-se uma data do começo do Holoceno tardio, de 4.081-3.780 cal AP (Walker et al., 2018). Na camada 4, onde se concentram os artefatos do nível inferior, as três datas ficaram entre 10,7 e 11,9 cal AP (Figura 6). Já a data do teto da camada 5 foi mais recente, entre 4.142 -3.882 cal AP, indicando provável problema tafonômico, uma vez que não há indícios de inversão estratigráfica ou argiloturbação. Nesse sentido, nota-se que, no perfil exposto e na distribuição dos artefatos, não há elementos que indiquem atividades de vertebrados (Álvarez et al., 2020; Bocek, 1986) ou raízes (Schaeztl et al., 1990).

Tabela 1. Frequência de artefatos por camada.

	Camadas				
	Superfície N = 40	1 N = 54	2 N = 156	4 N = 35	Total N = 285
Classe					
Fragmento	17 (42,5%)	9 (16,7%)	70 (44,9%)	4 (11,4%)	100 (35,1%)
Lasca	23 (57,5%)	44 (81,5%)	76 (48,7%)	29 (82,9%)	172 (60,4%)
Pré-forma	0	1 (1,8%)	0	1 (2,8%)	2 (0,7%)
Estilha	0	0	10 (6,4%)	0	10 (3,5%)
Ponta bifacial	0	0	0	1 (2,9%)	1 (0,4%)
Matéria-prima					
Silexito	2 (5,0%)	5 (9,3%)	14 (9,0%)	0	21 (7,4%)
Quartzito	1 (2,5%)	1 (1,9%)	2 (1,3%)	0	4 (1,4%)
Riolito	37 (92,5%)	48 (88,9%)	140 (89,7%)	35 (100%)	254 (90,4%)
Profundidade (cm)					
Mediana	-	-22,9	-23,4	-104	-
Máximo / Mínimo	-	-31 / -9,8	-34,7 / -8,6	-117 / -98,7	-
Código Munsell					
	10 YR 2/2	10 YR 2/2	10 YR 2/1	7,5 YR 3/3	-
Densidade de artefatos (m²)					
	3,33	4,5	13	11,6	-



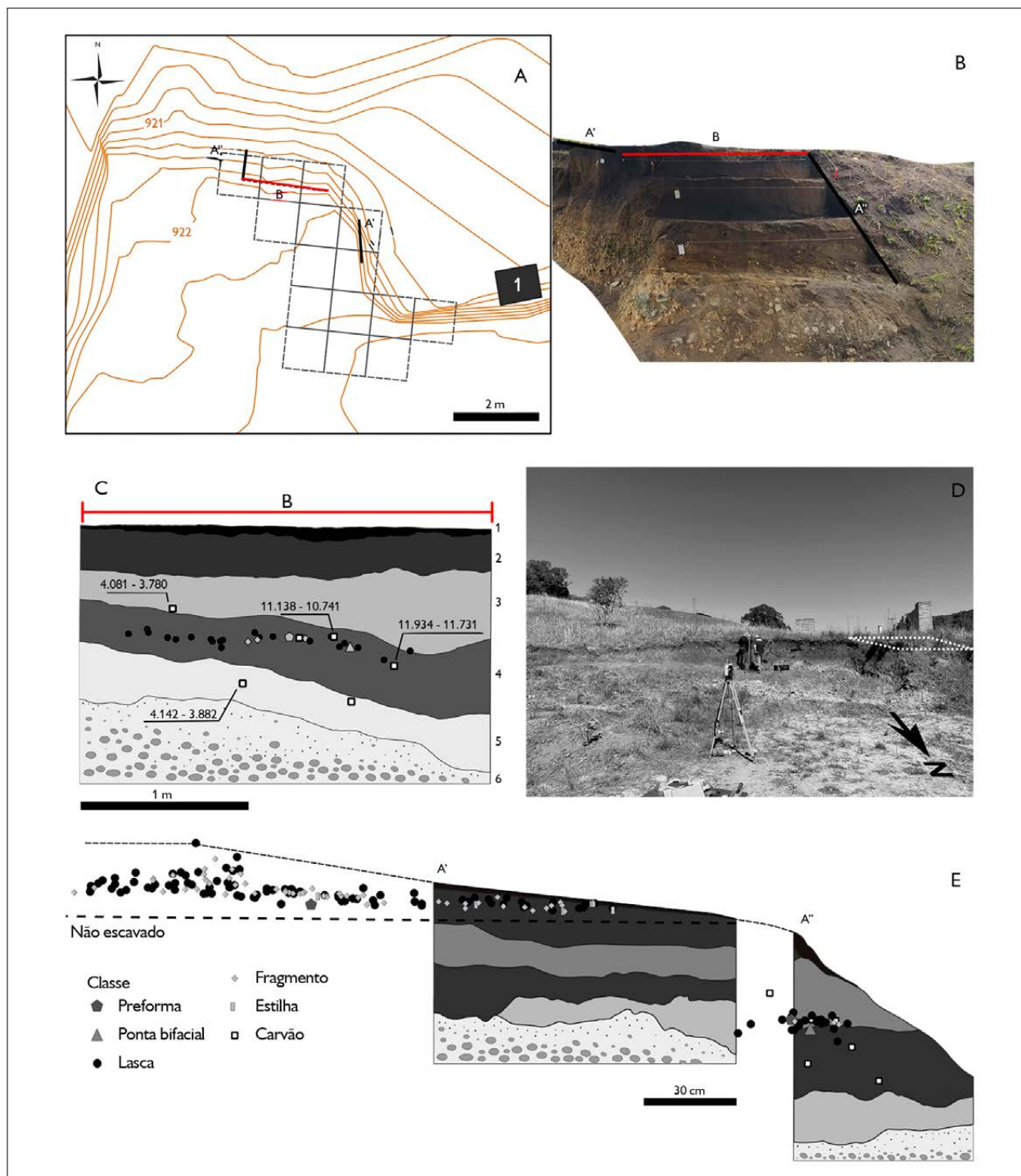


Figura 6. Distribuição dos artefatos e posição dos cortes: planta baixa e indicação dos cortes levantados (A); foto com a posição dos cortes levantados (B); corte B com a distribuição dos artefatos e das amostras de carvão datadas do nível arqueológico inferior (C); vista frontal do sítio com pontilhado branco indicando a superfície de escavação (D); distribuição dos artefatos em relação aos cortes A' e A'' (E). Fonte: adaptado de G. Silva (2022).

Tabela 2. Datações radiocarbônicas por AMS do sítio Céu Azul 2. Idades calibradas no *software* R com o pacote Rcarbon (Crema & Bevan, 2021), curva SHcal 20 (Hogg et al., 2020). Fonte: G. Silva (2022).

Código de laboratório	Número de catálogo CEPA	Camada	Idade convencional	Idade calibrada (Cal AP) 2 σ	$\delta^{13}C$ (‰)
Beta-615244	304	3	3.650 $\pm$ 30	4.081-3.780	-26,6
Beta-615243	364	5	3.700 $\pm$ 30	4.142-3.882	-26,1
Beta-563408	L3	4	9.560 $\pm$ 30	11.083-10.723	-29,1
Beta-615245	306	4	9.620 $\pm$ 30	11.138-10.741	-25,3
Beta-615246	307	4	10.220 $\pm$ 30	11.934-11.731	-27,1

Todavia, no talude do depósito, observaram-se pequenos formigueiros, que, pela construção de galerias, podem ter gerado as condições para translocação vertical do carvão (McBrearty, 1990; McKey, 2022; Wood & Johnson, 1978). Outra possibilidade seria a antropoturbação, tendo o pisoteamento como um dos fatores contribuintes (Nielsen, 1991; Villa & Courtin, 1983). Destaque-se que ambos os fatores podem ter atuado e contribuído para a translocação do material.

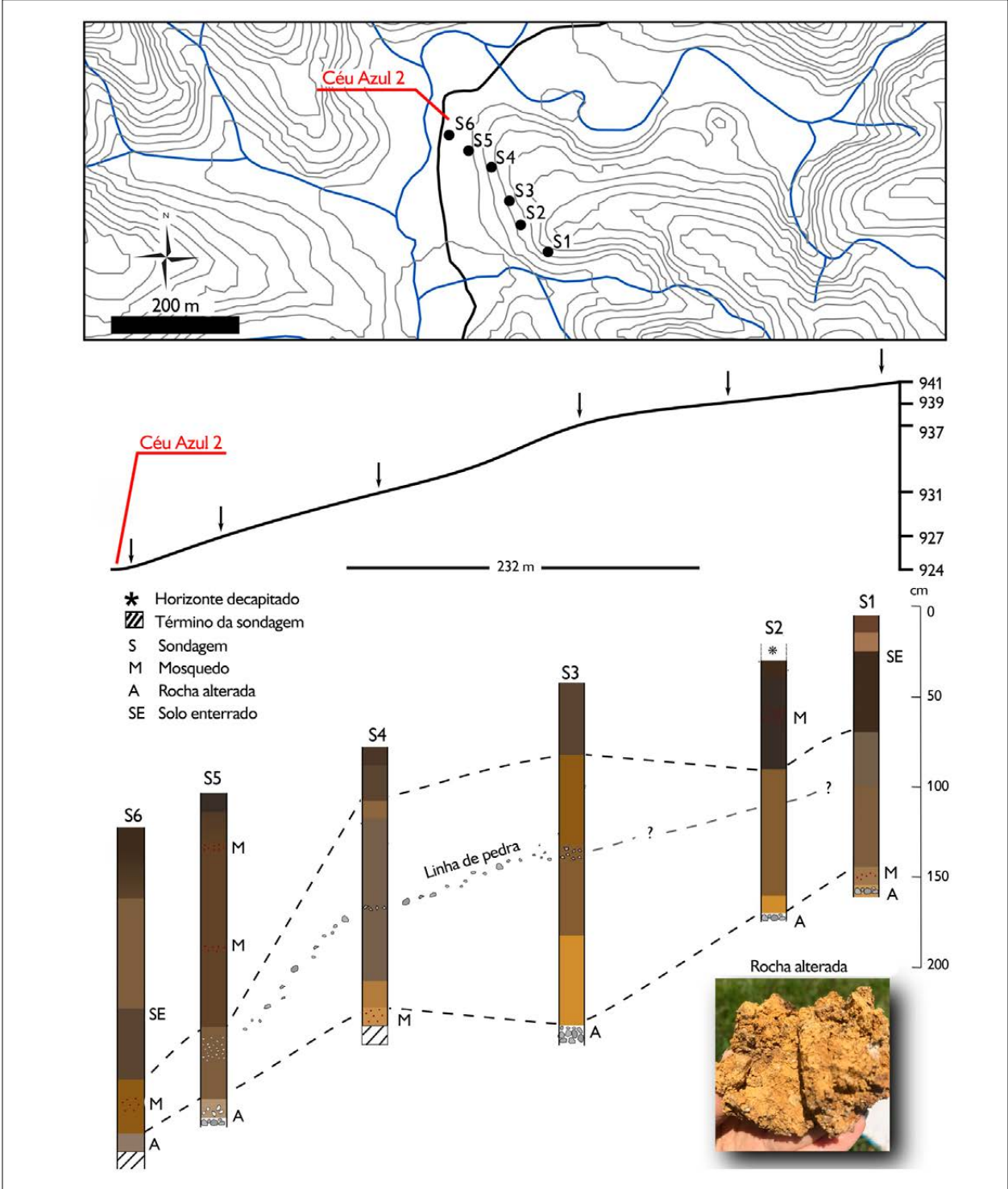
As datas do nível inferior indicam uma ocupação inicial durante a transição Pleistoceno-Holoceno, período marcado pela mudança de clima seco e frio para quente e úmido, com ligeira expansão da Mata Atlântica e da Floresta de Araucárias. O aumento da temperatura e da umidade provavelmente tiveram reflexo tanto nos movimentos gravitacionais – uma vez que, no primeiro momento, os sedimentos estariam mais suscetíveis à mobilização –, quanto no processo de pedogênese observado na camada 4. Já a camada 3 possui uma data do começo do Holoceno tardio, entre 4.081-3.780 cal AP. Dados geoquímicos da região sul indicam que no Holoceno tardio houve aumento da precipitação em relação ao Holoceno médio (Bernal et al., 2016), o que deve ter acentuado a mobilização de sedimentos da encosta.

Esse aumento da umidade também foi descrito na região dos Campos Gerais, a partir de dados palinológicos, que indicam que o começo da expansão da Floresta de Araucárias teria ocorrido por volta de 3.000 anos cal AP, acentuando-se no Paraná após

1.500 anos cal AP (Behling, 2002). Além do clima, a expansão dos grupos Jê meridionais na região é apontada como um dos elementos que favoreceram a ampliação da Floresta de Araucárias (Iriarte & Behling, 2007; Piraquive-Bermúdez et al., 2024). A camada 2 caracteriza-se por ser um solo enterrado, que marca um período de estabilidade. No litoral sudeste do Brasil, foi descrito um período de oscilação climática entre 2.300 e 1.400 anos cal AP (Scheel-Ybert, 2001). Essa oscilação pode ter gerado as condições para formação do horizonte A e de seu posterior sepultamento.

A partir da topossequência (Figura 7), foram observados elementos que complementam a descrição da sequência coluvial verificada na base da encosta, os quais sugerem períodos de pedogênese e morfogênese, ou de biostasia e resistasia (Erhart, 1956). No topo (S1) e no terço inferior (S6) da vertente, foram encontrados solos enterrados, semelhantes ao constatado nos cortes junto ao sítio. Entre o terço médio (S3) e o inferior (S5), observam-se níveis de linhas de pedra, com abundância de fragmentos rochosos no último (S5). Esses alinhamentos geralmente são autóctones, com gênese associada às oscilações climáticas e aos processos geomorfológicos e pedológicos, que, pela ação do intemperismo, retrabalhariam os veios de quartzo, permitindo seu remanejamento ao longo da vertente e, por fim, seu recobrimento (Braucher et al., 2004; Santos et al., 2010).

Nas sondagens, também foram observados níveis mosqueados. Essas feições ocorrem em condições de



oxirredução, ocasionadas pela saturação do sistema. Com a má drenagem, ocorre redução e mobilização dos compostos de Fe e Mn, que, em períodos secos, oxidam e voltam a ficar imóveis. Tal dinâmica pode gerar zonas de acúmulo (manchas entre amareladas e avermelhadas, indicando presença de Fe, ou manchas escuras, associadas ao Mn) e perda dos compostos de Fe-Mn (matriz acinzentada) (Duchaufour, 1982; Veneman et al., 1976).

No terço superior, o mosqueado da S1 provavelmente está associado à proximidade com a rocha alterada (S1), pouco permeável, enquanto, na S2, deve estar atrelado ao corte da vertente para a construção de uma moradia (S2), o que pode ter criado uma condição de acúmulo da umidade. Já no terço inferior, os mosqueados podem estar relacionados com as antigas cotas do lençol freático, anteriores à incisão do canal (Jacobs et al., 2002).

A partir das trincheiras T1 e T2, observou-se que a base do depósito é constituída de material argiloso, com características de caulim. A profundidade da T1 foi de 1,40 m e, nela, o nível rudáceo possuía aproximadamente 1 m de espessura, com contato abrupto em relação ao caulim. Nessa trincheira, foram medidos 100 clastos, com sua distribuição indicando estratificação gradacional em granocrescência descendente (Sgarbi, 2012) (Figura 8).

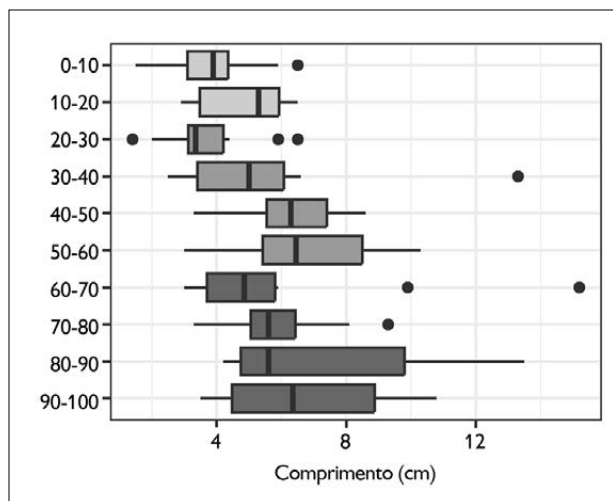


Figura 8. Boxplot do comprimento dos clastos por níveis de 10 cm. Fonte: adaptado de G. Silva (2022).

Esse arranjo sugere uma oscilação na capacidade de transporte, porém indica diminuição geral, sendo o topo da camada rudácea recoberto por material arenoso. Em alguns pontos do corte do depósito, entre a porção arenosa da fácies fluvial e o material coluvial, havia formações de concreções de ferro nas discordâncias erosivas, que delineavam o contato entre elas. Na S3, o sedimento era melanizado e argilo-siltoso, sem artefatos, e a camada de cascalho estava a 70 cm de profundidade.

Para análise micromorfológica, foram selecionadas cinco amostras no corte exposto (Figura 9). As amostras, no geral, apresentam vazios com empacotamento complexo, de tipo entrelaçado e com presença de canais. Os agregados possuem blocos subangulares, com microestruturas angulares e subangulares. A micromassa tem limpidez turva e cor de interferência moteada (fábrica-b). A fração mineral grossa é formada predominantemente por quartzo. Nas camadas 4 e 3, são mais frequentes as partículas sub-arredondadas, enquanto, nas camadas 2 e 1, as partículas são no geral angulosas. A distribuição relativa entre agregados e fração grossa é porfírico-gefúrica.

Na camada 4, onde se concentra o nível arqueológico inferior, foram coletadas duas amostras (Figura 9, amostras 4 em A e 5 em B). Nela, foram observados revestimentos de argila límpida, sendo alguns com microlaminação. A fração grossa é composta por areia média e fina, e esparsos fragmentos de carvão (Figura 10). Outros elementos identificados foram um nódulo de Fe-Mn anórtico (Wieder & Yaalon, 1974) e nódulos com características de fosfato, que podem ter origem geológica e biológica, sendo a última associada a excrementos de animais e dejetos humanos (Karkanas & Goldberg, 2010; Verrecchia & Trombino, 2021).

Na camada 3, foi coletada uma amostra (Figura 9, amostra 3 em A), na mesma cota da linha de seixos observada no corte. Nela, estavam presentes revestimentos de argila límpida, onde parte deles apresentava microlaminação. Nos agregados, foram identificados hiporrevestimentos de óxi(hidr)óxido de Fe-Mn.

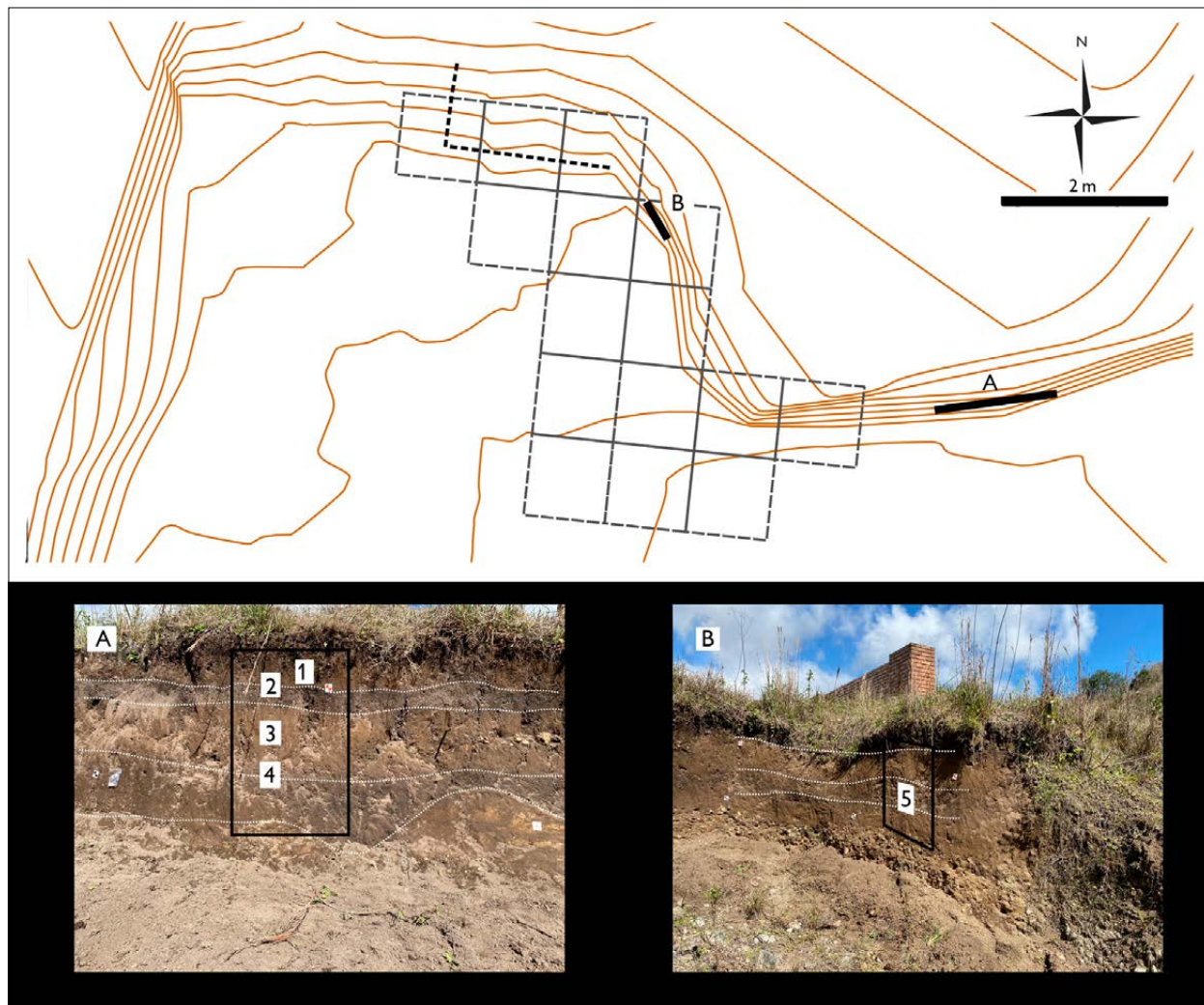


Figura 9. Mapa dos cortes amostrados e posição das coletas de amostras de solo indeformadas para análise micromorfológica. Fonte: adaptado de G. Silva (2022).

Nesta camada, não foram localizadas evidências macroscópicas de ocupação, contudo, na lâmina, observa-se maior frequência de fragmentos de microcarvões e nódulos com aspecto de fosfato (Figura 11).

Na camada 2, onde se concentra o nível arqueológico superior, foi coletada uma amostra (Figura 9, amostra 2 em A). A fração grossa é composta por quartzos com tamanhos de areia fina e, em menor frequência, por areia média. Nos agregados, foram observados hiporrevestimentos de óxi(hidr)óxido Fe-Mn. Foram observados nódulos com

aspecto de fosfato, semelhantes aos descritos nas camadas inferiores (Figura 12).

Por fim, na camada 1, onde também se localiza parte do nível arqueológico superior, foi realizada uma amostragem (Figura 9, amostra 1 em A). Nesta, a fração grossa é composta por quartzos com predomínio de areia fina e, em menor frequência, média. Nos vazios, há presença de revestimentos e preenchimentos de argila límpida, parte delas com microlaminação. Foram observados microcarvões dispersos na matriz e nódulos com aspecto de fosfato (Figura 12).

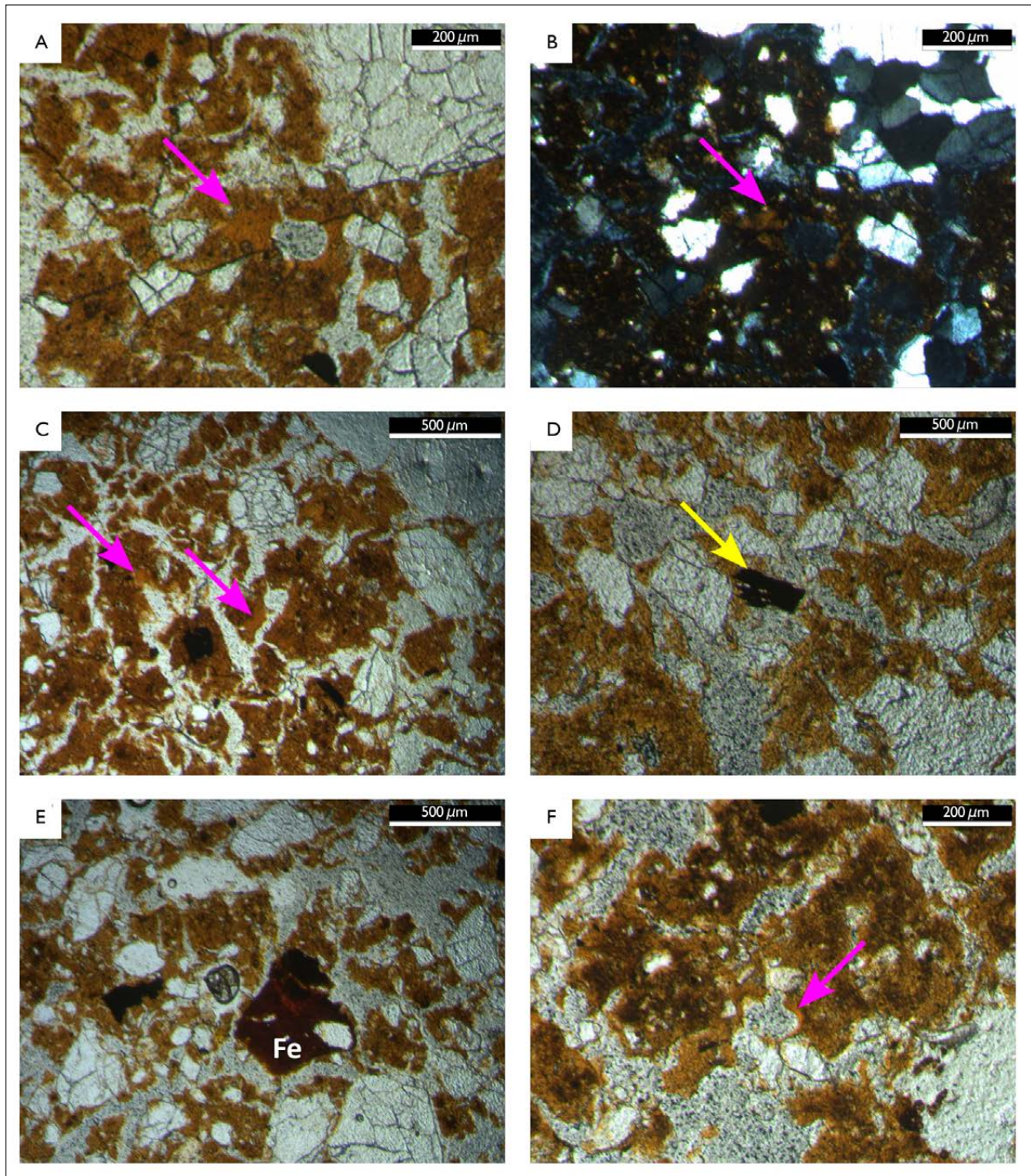


Figura 10. Fotomicrografias da camada 4. Imagens de revestimento de argila límpida da lâmina BL4 em luz polarizada plana (PPL) (A) e luz polarizada cruzada (XPL) (B); revestimentos de argila límpida e microcarvões em PPL da lâmina BL4 (C); microcarvão em PPL da lâmina BL5 (D); nódulo anórtico de Fe-Mn em PPL da lâmina BL5 (E); revestimento de argila límpida em PPL da lâmina BL5 (F). Fonte: adaptado de G. Silva (2022).

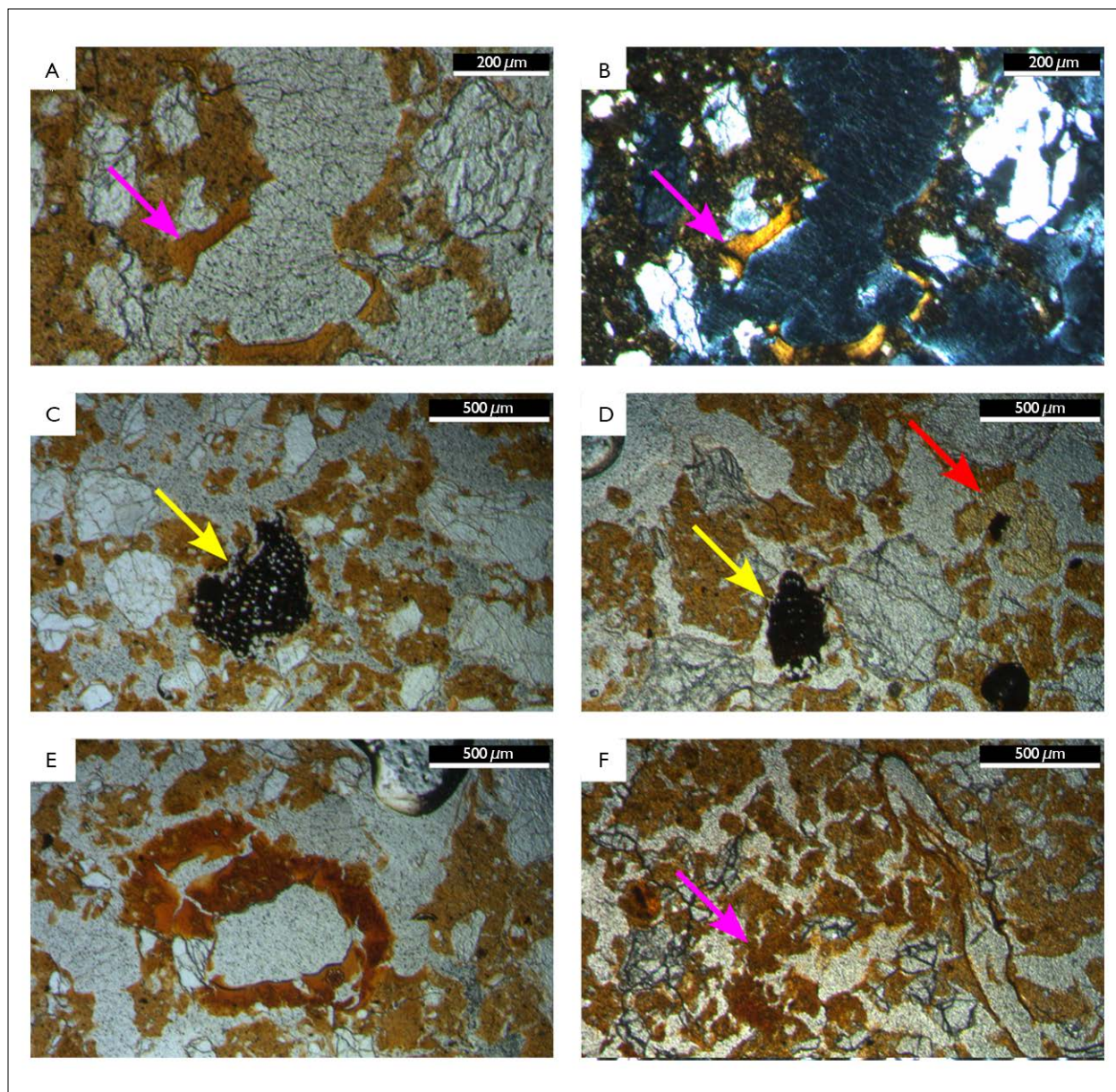


Figura 11. Fotomicrografias da camada 3. Revestimento lípido de argila microlaminada em PPL (A) e XPL (B); a seta amarela indica fragmentos de carvão (C-D) e a seta vermelha, nódulo com aspecto de fostato (D); revestimento microlaminado de argila com hiporrevestimento de óxi(hidr)óxido de Fe-Mn (E); hiporrevestimento de óxi(hidr)óxido de Fe-Mn (F). Fonte: adaptado de G. Silva (2022).

A partir das descrições das lâminas delgadas, observou-se que nas camadas 4 e 3 a predominância era de quartzos subarredondados e em menor frequência subangular. Enquanto nos níveis superiores, nas camadas 2 e 1, eram mais comuns os angulosos, com raros

subangulosos. A diferença no arredondamento dos quartzos entre as camadas e a presença de nódulo anórtico de Fe-Mn na camada 4 sugerem que, inicialmente, o aporte aluvionar e coluvial foi concomitante e que ao longo tempo passou a predominar os processos

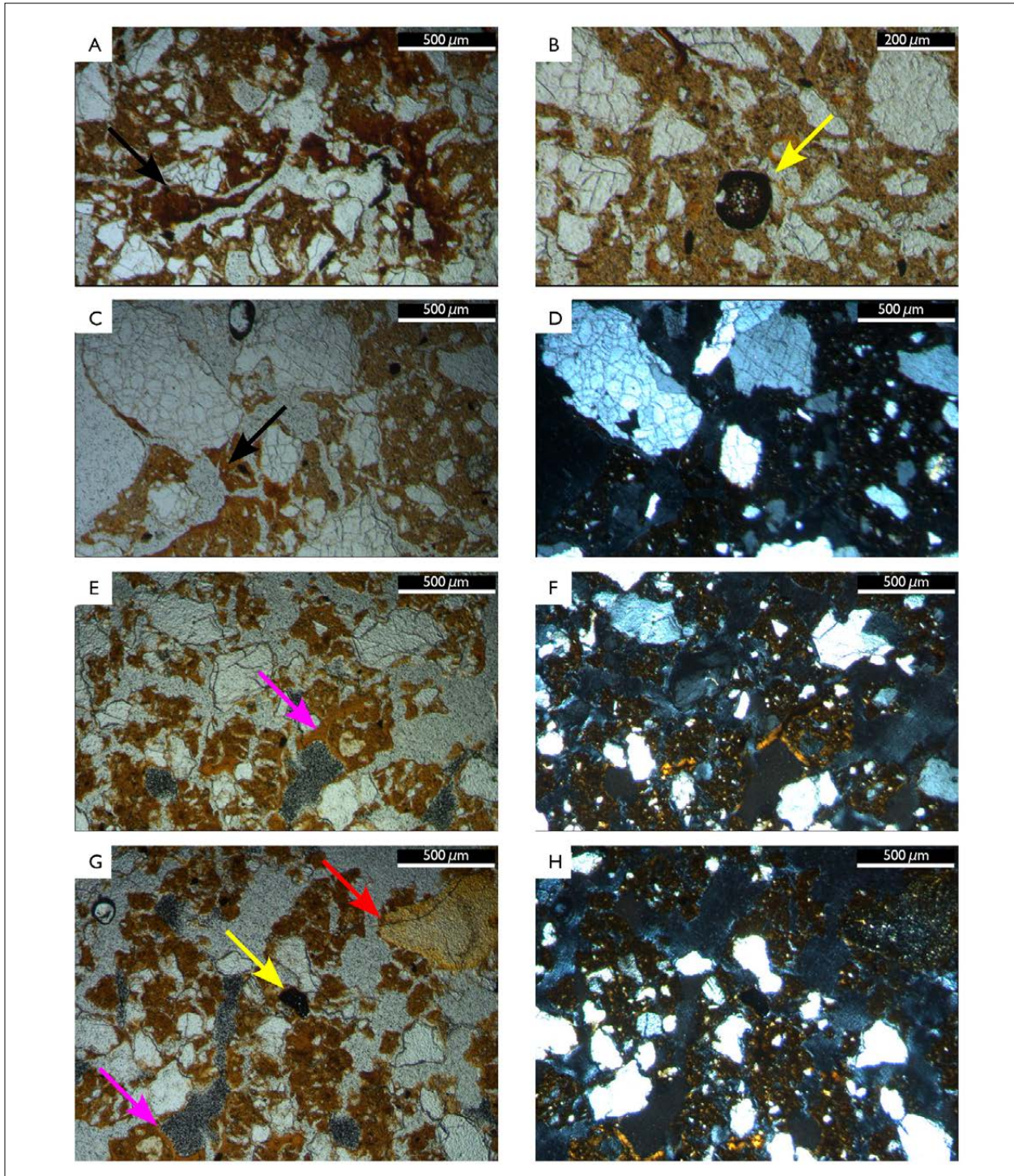


Figura 12. Fotomicrografias das camadas 2 e 1. Hiporrevestimentos de óxi(hidr)óxido de Fe-Mn em PPL (A e C) e XPL (D) e espóra queimada (B). Preenchimentos e revestimentos de argila límpida em PPL (E e G, seta lilás) e XPL (F e H), fragmento de microcarvão (G) e nódulo com aspecto de fosfato (G, seta vermelha) na camada 1. Fonte: adaptado de G. Silva (2022).

gravitacionais na formação do depósito. Nas lâminas, não foram identificadas outras feições típicas de colúvio, como agregados arredondados, revestimentos soltos ou densas microfácies de argila, que poderiam indicar fluxos laminares. A ausência desses elementos pode estar relacionada com a intensidade dos eventos gravitacionais e com os processos pedogenéticos, que podem apagar essas feições (Bertran & Texier, 1999; Múcher et al., 2010; Paisani et al., 2023).

Nas camadas 1, 3 e 4, foram observados revestimentos e preenchimentos de argila límpida microlaminada, que se formam em subsuperfície. Esta translocação vertical das argilas é decorrente da percolação de água, sendo as laminações resultado da periodicidade dessas fases úmidas. Na camada 3, foi constatada a maior abundância de revestimentos, que pode estar associada a um momento de aumento da umidade. Essa mudança teria proporcionado as condições para o processo de pedogênese observado na camada 2 e também a migração e o acúmulo de argila na camada 3. Tais mudanças podem ser um reflexo das oscilações e alterações climáticas descritas para o Holoceno a partir de estudos palinológicos (Behling, 2002; Behling et al., 2004; Scheel-Ybert, 2001) e isotópicos (Bernal et al., 2016).

SÍTIO FAZENDA CÉU AZUL

Com a localização do sítio, uma das questões iniciais era entender se era o mesmo sítio escavado por Rauth, por volta da década de 1970. As informações disponíveis no acervo do CEPA-UFPR (Silva, 2026) indicam se tratar da mesma área. Os outros dados disponíveis são as datações de amostras entre 35 e 125 cm de profundidade, com idades entre 755 ± 60 e 3.705 ± 130 , respectivamente; além de breves descrições que mencionam a presença de pontas pedunculadas (Chmyz et al., 2003; Kern, 1981; Schmitz, 1987). A dispersão do material em superfície indica que grande parte deste terraço conserva registros dessas ocupações. Nesse sentido, provavelmente, na atual pesquisa, foi escavada uma porção diferente daquela feita por Rauth.

A data do começo do Holoceno tardio obtida por ele reforça a ideia de ocupação nesse período, já que o único indício encontrado neste estudo para a ocupação ser desse período foram os microcarvões identificados na lâmina da camada 3 (Figura 11).

PROCESSO DE FORMAÇÃO

O principal agente de transporte no processo de formação do sítio Céu Azul 2 é gravitacional, com influência fluvial nos níveis inferiores, como indicam a topossequência e as descrições micromorfológicas. Esses sedimentos colúvio-aluvionares estão sobre um depósito fluvial de canal, com clastos em granocrescência normal (Figura 13A).

Nos sedimentos depositados acima mencionados, com datas do Holoceno inicial, encontra-se o nível de ocupação mais antigo. As características desse solo enterrado indicam que este nível arqueológico se formou a partir de processos colúvio-aluvionares, expressos no grau de esfericidade das partículas e na presença de nódulo anórtico de Fe-Mn (Figura 13B). Esta camada também se caracteriza pela melanização, que sugere um período de estabilidade e desenvolvimento de horizonte pedológico.

A camada 3, que sepulta o nível arqueológico inferior, também é formada por sedimentos colúvio-aluvionares. Nesta unidade, com data do início do Holoceno tardio, foram observados diversos microcarvões na lâmina, o que pode ser um indicativo de ocupação. Nesta camada e na superior (camada 2), foram observados hiporrevestimentos de óxi(hidr)óxido de Fe-Mn, que indica condição de oxirredução (Lindbo et al., 2010), provavelmente por influência do canal ou por mudanças no lençol freático, antes de sua acomodação na posição atual.

Já o nível arqueológico superior, possui artefatos distribuídos entre o horizonte A atual e o solo enterrado (Figuras 13C e 13D). Nas camadas superiores, predominam processos gravitacionais na formação do registro arqueológico. A distribuição deve ser um efeito da bioturbação e do processo de desmatamento e ocupação das últimas décadas.

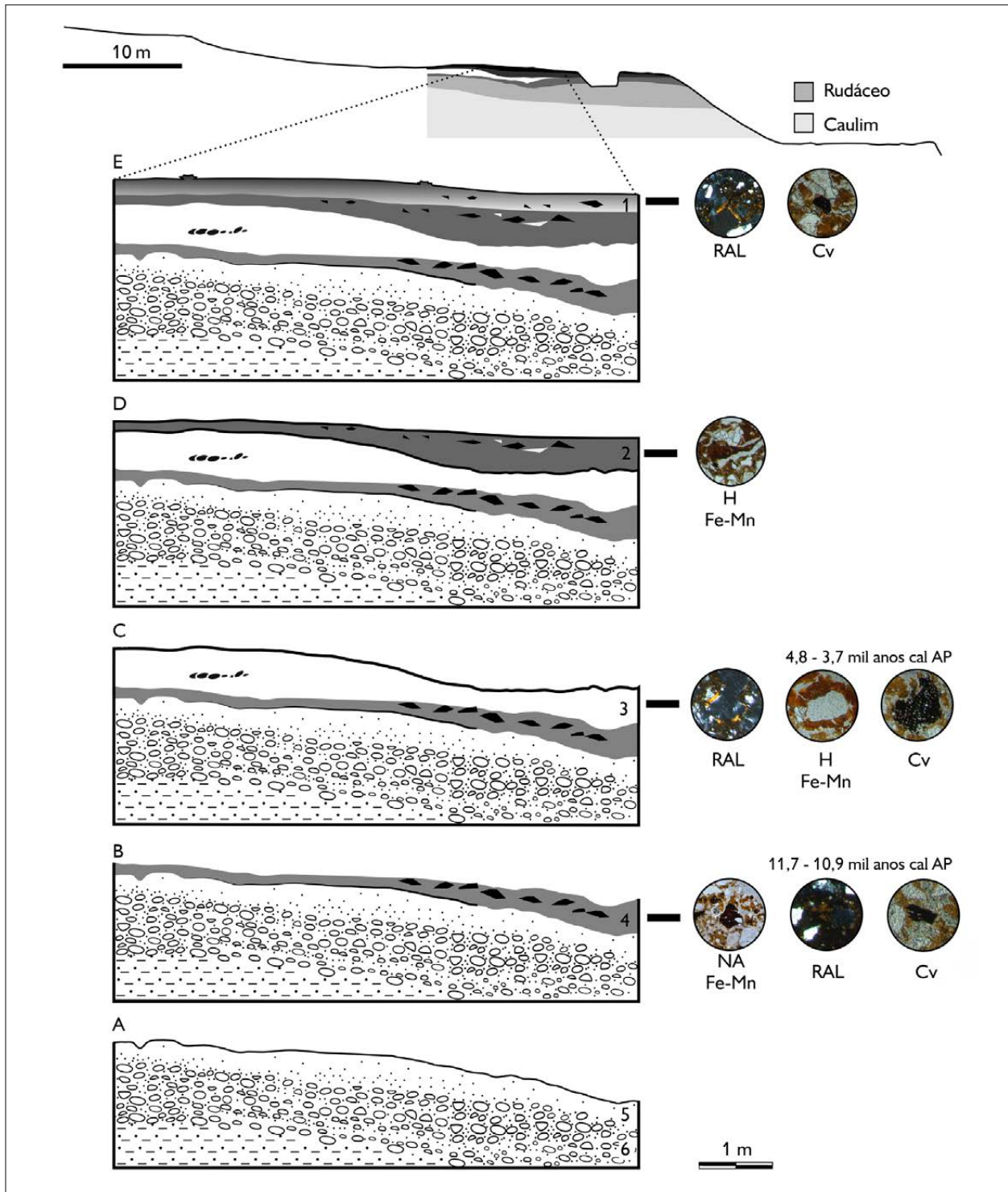


Figura 13. Síntese do processo de formação do sítio arqueológico Céu Azul 2. Nódulo anórtico (NA), revestimento de argila límpida (RAL), carvão (Cv), hiporrevestimento (H). Fonte: adaptado de G. Silva (2022).

CONCLUSÃO

Os dados do sítio Céu Azul 2 indicam que os artefatos estão depositados *in situ* em ambos os níveis arqueológicos, com algum remanejamento, em razão da atividade biológica e dos processos pedogenéticos. As datações indicam que as ocupações da região da Serra do Mar por grupos caçadores-coletores ocorreu no Holoceno inicial e tardio, e que uma das atividades desenvolvidas no local seria a coleta de matéria-prima lítica específica, a qual, pelo alto teor de sílica, poderia substituir os sílexitos, que são escassos na bacia sedimentar de Curitiba. A aquisição dela provavelmente ocorreu nos depósitos do canal, como sugerem os blocos na fácies fluvial na base do sítio e no canal atual e os blocos lacados encontrados no entorno do sítio. Por provavelmente estarem próximos dos afloramentos de origem, as rochas apresentam córtex pouco liso ou até mesmo rugoso. O riolito utilizado na produção de pontas bifaciais pedunculadas e planos convexos é comum na maior parte dos sítios da região, sendo predominante em alguns. Nesse sentido, coloca a região como um ponto de referência na aquisição de matéria-prima, utilizado em diferentes momentos ao longo do Holoceno. Esses dados se complementam com os obtidos por Rauth, sugerindo tratar-se do mesmo sítio, com datações que apontam uma dinâmica territorial envolvendo planalto e Serra do Mar.

A conservação do registro arqueológico neste contexto de serra parece estar associada com processos gravitacionais de baixa energia. O depósito como um todo se caracteriza como colúvio-aluvionar, com discordância erosiva entre as fácies principais (fluvial e coluvial). No Holoceno inicial, os processos gravitacionais devem ter sido mais intensos em razão de os sedimentos estarem mais susceptíveis à mobilização. Todavia, o aumento da umidade, conforme indicado nos dados hidroclimáticos da região sul do Brasil (Bernal et al., 2016), devem ter sido acompanhados da instalação da cobertura vegetal que atenuaria o processo erosivo. Outro fator que pode ter se somado é o efeito orográfico que faz com que as maiores médias de pluviosidade ocorram na face litorânea

(Terassi & Galvani, 2017). No sul do Brasil, processos gravitacionais de menor energia foram descritos para o Quaternário tardio, formando sequências de solos enterrados e preenchendo ravinas e vales associados a mudanças e oscilações climáticas (Paisani et al., 2019, 2023).

Sítios paleoíndios a céu aberto com processo de formação semelhante ao do Céu Azul 2 foram identificados no Sudeste e no Sul do Brasil, apresentando momentos de pedogênese e morfogênese associados com as mudanças e as oscilações climáticas ao longo do Holoceno. No sul de Minas Gerais, no sítio Sumidouro, os momentos de depopulação foram identificados nos períodos de instabilidade, enquanto as ocupações ocorreram nos períodos estáveis (Araujo et al., 2013). No centro de São Paulo, no sítio Lagoa do Camargo 1, foram descritos dois períodos de sedimentação acentuada, em torno de 5 e 8,4 mil anos AP (Araujo et al., 2017). O período de instabilidade e movimento gravitacional por volta de 5 mil anos AP parece semelhante com o observado no sítio Céu Azul 2, onde revestimentos no solo enterrado sugerem que a região seguiu com umidade suficiente para promover a translocação das argilas, o que também deve ter contribuído com a erosão da vertente.

No Sul do Brasil, nas margens do rio Uruguay, os sítios Linha Policial 7, Uruguai 1 e Ilha Redonda 1 apresentaram características que indicam um período de instabilidade entre 12 e 3,5 mil anos cal AP, que teria auxiliado no sepultamento do registro arqueológico (Santos et al., 2024). Já no Holoceno tardio, foi identificado momento de estabilidade a partir de 3.500 anos cal AP, marcado por processo de pedogênese. A formação de solo nesse período provavelmente corresponde com solo enterrado próximo do horizonte A atual do sítio Céu Azul 2.

Nesses estudos, são observadas situações análogas, com as oscilações e as mudanças climáticas como fator que desencadeia os processos gravitacionais. Também indicam dinâmicas em escala mais ampla, que podem auxiliar nas interpretações e construções de quadros regionais. Tais estudos também expõem a necessidade de se elaborar procedimentos metodológicos de prospecção capazes de

localizar sítios nesses contextos com níveis arqueológicos mais profundos (Araujo et al., 2017).

Nesse sentido, o presente estudo reforça o potencial dos depósitos coluviais na preservação do registro arqueológico em deposição primária e indica como os processos de vertente, quando de baixa energia, podem favorecer a formação de um arquivo da história ambiental local.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradecemos o apoio financeiro da UFPR, através do processo nº 02/2020, e do Laboratório de Análise de Minerais e Rochas (LAMIR-UFPR). Também agradecemos o suporte dos colegas do Laboratório de Biogeografia e Solos (LABS-UFPR) do Departamento de Geografia da UFPR, dos docentes Dr. Leonardo Lagoeiro e Dra. Eleonora Vasconcellos e do técnico Adilson, do Laboratório de Laminação Petrográfica (LAMIN) do Departamento de Geologia da UFPR. Por fim, agradecemos os comentários e as sugestões dos dois revisores anônimos, que contribuíram para melhorar a qualidade deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- Almeida, F. F. M., & Carneiro, C. R. (1998). Origem e evolução da Serra do Mar. *Revista Brasileira de Geociências*, 28(2), 135-150. <https://doi.org/10.25249/0375-7536.1998135150>
- Álvarez, M. C., Rafuse, D. J., Bellinzoni, J. E., & Kaufmann, C. A. (2020). Armadillos as taphonomic agents of archaeological sites in the Pampas Region, Argentina. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 31, 102293. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2020.102293>
- Anderson, D. G., & Gillam, J. C. (2000). Paleoindian colonization of the Americas: implications from an examination of physiography, demography, and artifact distribution. *American Antiquity*, 65(1), 43-66. <https://doi.org/10.2307/2694807>
- Araujo, A. G. M., Feathers, J. K., Arroyo-Kalin, M., & Tizuka, M. (2008). Lapa das boleiras rockshelter: stratigraphy and formation processes at a paleoamerican site in Central Brazil. *Journal of Archaeological Science*, 35(12), 3186-3202. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2008.07.007>
- Araujo, A. G. M., & Pugliese, F. (2009). The use of non-flint raw materials by Paleoindians in Eastern South America: A Brazilian perspective. In F. Sternke, L. Eigeland, & L. J. Costa (Eds.), *Non-flint raw material use in Prehistory: old prejudices and new directions* (pp. 169-175). BAR Publishing.
- Araujo, A. G. M., Neves, W. A., & Kipnis, R. (2012). Lagoa Santa revisited: an overview of the chronology, subsistence, and material culture of Paleoindian sites in eastern central Brazil. *Latin American Antiquity*, 23(4), 533-550. <https://doi.org/10.7183/1045-6635.23.4.533>
- Araujo, A. G. M., Strauss, A. M., Feathers, J. K., Paisani, J. C., & Schrage, T. J. (2013). Paleoindian open-air sites in tropical settings: a case study in formation processes, dating methods, and paleo-environmental models in Central Brazil. *Geoarchaeology*, 28(3), 195-220. <https://doi.org/10.1002/gea.21442>
- Araujo, A. G. M., Paisani, J. C., Schrage, T. J., Feathers, J. K., Hartmann, G. A., & Ricci, O. (2017). The "Lagoa do Camargo 1" Paleoindian site: some implications for tropical geomorphology, pedology, and paleoenvironments in southeastern Brazil. *Geoarchaeology*, 32(6), 662-677. <https://doi.org/10.1002/gea.21628>
- Asscher, Y., & Goren, Y. (2016). A rapid on-site method for micromorphological block impregnation and thin section preparation. *Geoarchaeology*, 31(4), 324-331. <https://doi.org/10.1002/gea.21561>
- Barão, L. M., & Trzaskos, B. (2017). Brechas polifásicas da borda noroeste da bacia do Guaratubinha, sudeste do Paraná. *Geociências*, 36(4), 623-637. <https://doi.org/10.5016/geociencias.v36i4.11692>
- Barão, L., Trzaskos, B., Vesely, F., Castro, L. G., Ferreira, F., Vasconcellos, E. M. G., & Barbosa, T. C. (2017). The role of post-collisional strike-slip tectonics in the geological evolution of the late Neoproterozoic volcano-sedimentary Guaratubinha Basin, southern Brazil. *Journal of South American Earth Sciences*, 80, 29-46. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.jsames.2017.09.014>
- Barbosa, T. C. (2018). *Petrogênese das rochas vulcânicas ácidas e intermediárias de bacia do Guaratubinha - PR* [Dissertação de mestrado Universidade Federal do Paraná]. <https://hdl.handle.net/1884/56102>
- Batalla, N., Correa, L. C., & Araujo, A. G. M. (2019). Lithic landscapes and early inhabitants in Southeastern Brazil: first perspectives from a case study in Dourado, São Paulo State. *PaleoAmerica*, 5(1), 44-61. <https://doi.org/10.1080/20555563.2018.1564522>
- Behling, H. (2002). South and southeast Brazilian grasslands during Late Quaternary times: a synthesis. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 177(1-2), 19-27. [https://doi.org/10.1016/S0031-0182\(01\)00349-2](https://doi.org/10.1016/S0031-0182(01)00349-2)

- Behling, H., Pillar, V. P., Orlóci, L., & Bauermann, S. G. (2004). Late Quaternary *Araucaria* Forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambará do Sul core in southern Brazil. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 203(3-4), 277-297. [https://doi.org/10.1016/S0031-0182\(03\)00687-4](https://doi.org/10.1016/S0031-0182(03)00687-4)
- Bernal, J. P., Cruz, F. W., Stríkis, N. M., Wang, X., Deininger, M., Catunda, M. C. A., ... Auler, A. S. (2016). High-resolution Holocene South American monsoon history recorded by a speleothem from Botuverá Cave, Brazil. *Earth and Planetary Science Letters*, 450, 186-196. <https://doi.org/10.1016/j.epsl.2016.06.008>
- Bertran, P., & Texier, J.-P. (1999). Facies and microfacies of slope deposits. *Catena*, 35(2-4), 99-121.
- Bocek, B. (1986). Rodent ecology and burrowing behavior: predicted effects on archaeological site formation. *American Antiquity*, 51(3), 589-603. <https://doi.org/10.2307/281754>
- Boulet, R., Fristsch, E., & Humbel, F.-X. (1978). *Méthode d'étude et de representation des couvertures pedologiques de guyane Française*. Centre ORSTOM de Cayenne.
- Boulet, R., Humbel, F.-X., & Lucas, Y. (1982). Analyse structurale et cartographie en pédologie III - Passage de la phase analytique A une cartographie générale synthétique. *Cahiers de ORSTOM*, 19(4), 341-351.
- Braucher, R., Lima, C. V., Bourlés, D. L., Gaspar, J. C., & Assad, M. L. L. (2004). Stone-line formation processes documented by in situ-produced ¹⁰Be distribution, Jardim River basin, DF, Brazil. *Earth and Planetary Science Letters*, 222(2), 645-651. <https://doi.org/10.1016/j.epsl.2004.02.033>
- Brochier, L. L., & Lima, L. F. E. (1996). A ocorrência de silexitos na área do projeto arqueológico Contorno Leste de Curitiba. *Arqueologia*, 7, 81-88.
- Bueno, L., Dias, A. S., & Steele, J. (2013). The Late Pleistocene/Early Holocene archaeological record in Brazil: a geo-referenced database. *Quaternary International*, 301, 74-93. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2013.03.042>
- Bueno, L., & Dias, A. S. (2015). Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. *Estudos Avançados*, 29(83), 119-147. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100009>
- Carlucci, M. B., Marcilio-Silva, V., & Torezan, J. M. (2021). The Southern Atlantic forest: use, degradation, and perspectives for conservation. In M. C. M. Marques, & C. E. V. Grelle (Eds.), *The Atlantic Forest: history, biodiversity, threats, and opportunities of the mega-diverse forest* (pp. 91-111). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-55322-7_5
- Cheliz, P. M., Sousa, J. C. M., Mingatos, G. S., Okumura, M., & Araujo, A. G. M. (2020). The ancient human occupation (11-7 thousand years ago) of the southern Brazilian plateau: Geomorphological, geological, paleoenvironmental and technological characterization of archaeological sites related to three distinct lithic industries. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 13(6), 2553-2585. <https://doi.org/10.26848/rbgf.v13.6.p2553-2585>
- Chmyz, I. (1975). A ocorrência de sítio arqueológico com pontas-de-projétil no litoral paranaense - nota prévia sobre o sítio PR P 31 Ribeirão. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, April, 47, 81-89. <https://www.researchgate.net/publication/301201878>
- Chmyz, I., & Chmyz, J. C. G. (1986). Datações radiométricas em áreas de salvamento arqueológico do Estado do Paraná. *Arqueologia*, 5, 69-77.
- Chmyz, I. (1997). *Relatório do projeto arqueológico Renault*. CEPAL/UFPR; FUNPAR.
- Chmyz, I., Sganzerla, E. M., & Chmyz, J. C. G. (2003). Novas contribuições para o estudo do Sambaqui de Matinhos, no estado do Paraná. *Arqueologia*, 1(Número Especial), 1-55.
- Chmyz, I., Sganzerla, E. M., Volcov, J. E., Bora, E., & Ceccon, R. S. (2008). A arqueologia da área da LT 750kV Ivaiporã-Itaberá III, Paraná – São Paulo. *Arqueologia*, 5(Número Especial), 1-305.
- Collet, G. C. (1985). Novas informações sobre os sambaquis fluviais do Estado de São Paulo. *Arquivos do Museu de História Natural*, 10, 311-324.
- Costa, B. R. (2021). *Babitonga 10.000 AP: Caçadores-coletores no holoceno inicial na baixada norte de Santa Catarina* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pelotas].
- Costa, J. E. (1984). Physical Geomorphology of Debris Flows. In J. E. Costa, & P. J. Fleisher (Eds.), *Developments and Applications of Geomorphology* (pp. 268-317). Springer Berlin Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-69759-3_9
- Crema, E. R., & Bevan, A. (2021). Inference from large sets of radiocarbon dates: Software and methods. *Radiocarbon*, 63(1), 23-39. <https://doi.org/10.1017/RDC.2020.95>
- De Ploey, J., & Cruz, O. (1979). Landslides in the Serra do Mar, Brazil. *Catena*, 6(2), 111-122. [https://doi.org/10.1016/0341-8162\(79\)90001-8](https://doi.org/10.1016/0341-8162(79)90001-8)
- Dillehay, T. D., Ramírez, C., Pino, M., Collins, M. B., Rossen, J., & Pino-Navarro, J. D. (2008). Monte Verde: Seaweed, food, medicine, and the peopling of South America. *Science*, 320(5877), 784-786. <https://doi.org/10.1126/science.1156533>
- Duchaufour, P. (1982). *Pedology: Pedogenesis and classification* (T. R. Paton, Trans.). George Allen & Unwin.

- Erhart, H. (1956). *La genèse des sols en tant que phénomène géologique: esquisse d'une théorie géologique et géochimique biostase et rhexistase* (Collection Évolution des Sciences). Masson et CIA.
- Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural (EPPC). (2022). *Relatório final do Programa de Resgate Arqueológico UHE Tibagi Montante* (Vol. 3). EPPC.
- Figuti, L., Plens, C. R., & DeBlasis, P. (2013). Small Sambaquis and Big Chronologies: Shellmound Building and Hunter-Gatherers in Neotropical Highlands. *Radiocarbon*, 55(3, Parte 2 de 2). <https://www.cambridge.org/core/journals/radiocarbon/issue/7C00E038801C302B05A45F2471C0D143>
- Gomes, M. C. V., & Vieira, B. C. (2016). Saturated hydraulic conductivity of soils in a shallow landslide area in the Serra do Mar, São Paulo, Brazil. *Zeitschrift für Geomorphologie*, 60(1), 53-65. <https://doi.org/10.1127/zfg/2016/0229>
- Hogg, A. G., Heaton, T. J., Hua, Q., Palmer, J. G., Turney, C. S. M., Southon, J., ... Wacker, L. (2020). SHCal20 Southern Hemisphere Calibration, 0-55,000 Years cal BP. *Radiocarbon*, 62(4), 759-778. <https://doi.org/10.1017/RDC.2020.59>
- Iriarte, J., & Behling, H. (2007). The expansion of *Araucaria* forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. *Environmental Archaeology*, 12(2), 115-127. <https://doi.org/10.1179/174963107x226390>
- Jacobs, P. M., West, L. T., & Shaw, J. N. (2002). Redoximorphic Features as Indicators of Seasonal Saturation, Lowndes County, Georgia. *Soil Science Society of America Journal*, 66(1), 315-323. <https://doi.org/10.2136/sssaj2002.3150>
- Karkanias, P., & Goldberg, P. (2010). Phosphatic Features. In G. Stoops, V. Marcelino, & F. Mees (Eds.), *Interpretation of Micromorphological Features of Soils and Regoliths* (pp. 521-541). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-53156-8.00023-4>
- Kashimoto, E. M., & Gilson, R. M. (2016). Jazidas de matérias primas litológicas utilizadas por caçadores-coletores do Holoceno Inferior e Médio na bacia do Paraná, Brasil. *Anuario de Arqueologia*, 8, 7-27.
- Kern, A. A. (1981). *Le précéramique du plateau sud-brésilien* [Tese de doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales].
- Kipnis, R. (1998). Early hunter-gatherers in the Americas: perspectives from central Brazil. *Antiquity*, 72(277), 581-592. <https://doi.org/10.1017/S0003598X00087019>
- Le Maitre, R. W., Streckeisen, A., Zanettin, B., Le Bas, M. J., Bonin, B., Bateman, P., ... Wooley, A. R. (2002). *Igneous rocks: a classification and glossary of terms* (2. ed.). Cambridge University Press.
- Lindbo, D. L., Stolt, M. H., & Vepraskas, M. J. (2010). Redoximorphic Features. In G. Stoops, V. Marcelino, & F. Mees (Eds.), *Interpretation of micromorphological features of soils and regoliths* (pp. 129-147). Elsevier.
- Maack, R. (1968). *Geografia Física do Paraná*. Banco de Desenvolvimento do Paraná.
- McBrearty, S. (1990). Consider the humble termite: termites as agents of post-depositional disturbance at african archaeological sites. *Journal of Archaeological Science*, 17(2), 111-143. [https://doi.org/10.1016/0305-4403\(90\)90054-9](https://doi.org/10.1016/0305-4403(90)90054-9)
- McKey, D. (2022). Soil animals and archaeological site formation processes, with a particular focus on insects. *Les Nouvelles de l'Archéologie*, (167), 37-44. <https://doi.org/10.4000/nda.13754>
- Mishra, S., White, M. J., Beaumont, P., Antoine, P., Bridgland, D. R., Limondin-Lozouet, N., ... White, T. S. (2007). Fluvial deposits as an archive of early human activity. *Quaternary Science Reviews*, 26(22-24), 2996-3016. <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2007.06.035>
- Motoki, A., & Sichel, S. (2006). Avaliação de aspectos texturais e estruturais de corpos vulcânicos e subvulcânicos e sua relação com o ambiente de cristalização, com base em exemplos do Brasil, Argentina e Chile. *Geociências*, 59(1), 13-23. <https://doi.org/10.1590/S0370-44672006000100003>
- Mücher, H., Steijn, H. van, & Kwaad, F. (2010). Colluvial and mass wasting deposits. In G. Stoops, V. Marcelino, & F. Mees (Eds.), *Interpretation of micromorphological features of soils and regoliths* (pp. 37-48). Elsevier.
- Myers, N., Mittermeier, R. A., Mittermeier, C. G., Fonseca, G. A. B., & Kent, J. (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403(6772), 853-858. <https://doi.org/10.1038/35002501>
- Nielsen, A. E. (1991). Trampling the archaeological record: an experimental study. *American Antiquity*, 56(3), 483-503. <https://doi.org/10.2307/280897>
- Paisani, J. C., Lopes-Paisani, S. D., Lima, S., Ribeiro, F. J., Pontelli, M. E., & Fujita, R. H. (2019). Paleoenvironmental dynamics of low-order paleovalleys in the Late Quaternary – Palmas/ Caçador Summit Surface – Southern Brazil. *Catena*, 182, 104171. <https://doi.org/10.1016/j.catena.2019.104171>
- Paisani, J. C., Pereira, J. S., Vinicius de Sordi, M., & Manica, R. (2023). Pleistocene-Holocene colluvial facies from the Volcanic Plateau of the Paraná Sedimentary Basin (Rio Grande do Sul, Brazil) – sedimentation processes and paleoenvironmental implications. *Journal of South American Earth Sciences*, 126, 104344. <https://doi.org/10.1016/j.jsames.2023.104344>

- Parellada, C. I. (2005). *Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://repositorio.usp.br/item/001502553>
- Parenti, F., Aimola, G., Candelato, F., Chaves, S., Faure, M., Ferrari, S., ... Valli, A. M. F. (2021). Lagoa do Quari (São Raimundo Nonato, Piauí): palaeoenvironment and wetland archaeology in Northeastern Brazil. *Geoarchaeology*, 36(6), 829-853. <https://doi.org/10.1002/gea.21855>
- Piraquive-Bermúdez, D., Behling, H., Zolitschka, B., & Giesecke, T. (2024). Late Quaternary *Araucaria* forest and Campos (grasslands) vegetation dynamics inferred from a high-resolution pollen record from Lagoa Dourada in southern Brazil. *Quaternary Science Reviews*, 333, 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2024.108685>
- Pierson, T. C. (1986). Flow behavior of channelized debris flows, Mount St. Helens, Washington. In A. D. Abrahams (Ed.), *Hillslope processes* (pp. 269-296, Binghamton Geomorphology Symposium, 16). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003028840-13>
- Rauth, J. W. (1976). Introdução. *Revista do Museu de Antropologia e Arqueologia*, (1), 33-42.
- Reis Neto, J. M., Vasconcellos, E. M. G., & Bittencourt, C. (2000). Guaratubinha Formation - PR: petrographic characterization of the volcanoclastic rocks. *Revista Brasileira de Geociências*, 30(3), 371-374. <https://scispace.com/pdf/guaratubinha-formation-pr-petrographic-characterization-of-49v8y5q46p.pdf>
- Santos, L. J. C., Salgado, A. A. R., Rakssa, M. L., & Marrent, B. R. (2010). Gênese das linhas de pedra. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, 11(2), 103-108. <https://doi.org/10.20502/rbg.v11i2.157>
- Santos, M. C. P., Rosina, P., Carbonera, M., Hatté, C., & Lourdeau, A. (2024). Geoarchaeology of open-air sites of the Foz do Chapecó area in the upper Uruguay river, southern Brazil. *Quaternary Science Reviews*, 325, 108489. <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2023.108489>
- Schaetzl, R. J., Burns, S. F., Small, T. W., & Johnson, D. L. (1990). Tree uprooting: Review of types and patterns of soil disturbance. *Physical Geography*, 11(3), 277-291. <https://doi.org/10.1080/02723646.1990.10642407>
- Scheel-Ybert, R. (2001). Vegetation stability in the Brazilian littoral during the late holocene - anthracological evidence. *Pesquisas em Geociências*, 28(2), 315-323. <https://doi.org/10.22456/1807-9806.20305>
- Schmitz, P. I. (1987). Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. *Journal of World Prehistory*, 1(1), 53-126. <https://www.jstor.org/stable/25800520>
- Selby, M. J. (1993). *Hillslope materials and processes* (2. ed.). Oxford University Press.
- Sganzerla, E. M., Chmyz, I., Volcov, J. E., Miguel, R., & Cavalheiro, A. C. (1996). A Arqueologia do contorno leste de Curitiba. *Archaeologia*, 7, 1-79.
- Sgarbi, G. N. C. (2012). *Petrografia macroscópica das rochas ígneas, sedimentares e metamórficas* (2. ed.). Editora UFMG.
- Silva, G. P. N. (2022). *A evolução da paisagem no processo de formação do sítio arqueológico Céu Azul 2* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. <https://hdl.handle.net/1884/76578>
- Silva, G. P. N., Brochier, L. L., Santos, J. L. C., Veiga, L. A. K., & Parenti, F. (2026). *Dados de replicação para: Caçadores-coletores na Serra do Mar durante o Holoceno inicial e tardio* [SciELO Data]. <https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.RSA24Q>
- Silva, R. T., Tizuka, M. M., López, C. E., Favier-Dubois, C. M., Kashimoto, E. M., Rubin, J. C. R., ... Tatum, S. H. (2014). Simpósio de Geoarqueologia: temas abordados e resultados. *Habitus*, 12(1), 143-160. <https://doi.org/10.18224/hab.v12.1.2014.143-160>
- Soares, M. R. G. J., & Souza, J. L. M. (2012). Análise morfométrica da bacia hidrográfica do rio Pequeno em São José dos Pinhais (PR). *Geografia*, 21(1), 19-36. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/8982>
- Stoops, G., Marcelino, V., & Mees, F. (Eds.). (2010). *Interpretation of micromorphological features of soils and regoliths*. Elsevier. <https://doi.org/10.1016/C2009-0-18081-9>
- Suárez, R. (2017). The human colonization of the Southeast Plains of South America: Climatic conditions, technological innovations and the peopling of Uruguay and south of Brazil. *Quaternary International*, 431(Parte B), 181-193. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2016.02.018>
- Terassi, P. M., & Galvani, E. (2017). O efeito orográfico da Serra do Mar e o potencial erosivo das chuvas nas bacias hidrográficas do Ribeira e litorânea - Paraná. *Revista Brasileira de Climatologia*, 21, 327-345. <https://doi.org/10.5380/abclima.v21i0.47621>
- Veneman, P. L. M., Vepraskas, M. J., & Bouma, J. (1976). The physical significance of soil mottling in a Wisconsin toposequence. *Geoderma*, 15(2), 103-118. [https://doi.org/10.1016/0016-7061\(76\)90081-1](https://doi.org/10.1016/0016-7061(76)90081-1)
- Verrecchia, E. P., & Trombino, L. (2021). *A visual atlas for soil micromorphologists*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-67806-7>
- Vidal, V. P., & Wagner, G. P. (2020). Os sítios paleoíndios na localidade arqueológica Touro Passo: uma síntese do Propa (1972-1978) e os estudos geoarqueológicos recentes. *Revista Memorare*, 7(3), 100-120. <https://doi.org/10.19177/memorare.v7e32020100-120>

- Vieira, B. C., & Gramani, M. F. (2015). Serra do Mar: the most "tormented" relief in Brazil. In B. C. Vieira, A. A. R. Salgado, & L. J. C. Santos (Eds.), *Landscapes and landforms of Brazil* (pp. 285-297, World Geomorphological Landscapes Series). Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-017-8023-0_26
- Villa, P., & Courtin, J. (1983). The interpretation of stratified sites: A view from underground. *Journal of Archaeological Science*, 10(3), 267-281. [https://doi.org/10.1016/0305-4403\(83\)90011-0](https://doi.org/10.1016/0305-4403(83)90011-0)
- Villagran, X. S., Strauss, A., Miller, C., Ligouis, B., & Oliveira, R. (2017). Buried in ashes: Site formation processes at Lapa do Santo rockshelter, east-central Brazil. *Journal of Archaeological Science*, 77, 10-34. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2016.07.008>
- Walker, M., Head, M. J., Berkelhammer, M., Björck, S., Cheng, H., Cwynar, L., ... Weiss, H. (2018). Formal ratification of the subdivision of the Holocene Series/Epoch (Quaternary System/Period): Two new Global Boundary Stratotype Sections and Points (GSSPs) and three new stages/subseries. *Episodes*, 41(4), 213-223. <https://doi.org/10.18814/epiugs/2018/018016>
- Wieder, M., & Yaalon, D. H. (1974). Effect of matrix composition on carbonate nodule crystallization. *Geoderma*, 11(2), 95-121. [https://doi.org/10.1016/0016-7061\(74\)90010-X](https://doi.org/10.1016/0016-7061(74)90010-X)
- Wood, W. R., & Johnson, D. L. (1978). A survey of disturbance processes in archaeological site formation. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 1, 315-381. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-003101-6.50015-9>
- Wrege, M. S., Garrastazu, M. C., Soares, M. T. S., Fritzsons, E., Sousa, V. A., & Aguiar, A. V. (2017). Principais fitofisionomias existentes no estado do Paraná e os novos cenários definidos pelas mudanças climáticas globais. *Ambiência*, 13(3), 600-615. <https://doi.org/10.5935/ambiencia.2017.03.05>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

G. P. N. Silva contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, software, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); L. L. Brochier com conceituação, curadoria de dados, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, supervisão, validação e escrita (revisão e edição); L. J. C. Santos com conceituação, curadoria de dados, investigação, metodologia, supervisão, validação e escrita (revisão e edição); L. A. K. Veiga com curadoria de dados, investigação, metodologia, *software*, validação e visualização e F. Parenti com conceituação, curadoria de dados, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, recursos, supervisão, validação e escrita (revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados foram depositados no repositório SciELO Data e podem ser acessados em G. Silva et al. (2026).

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Sociobiodiversidade e bioeconomia nos setecentos: plantas nativas na obra “Flora Fluminensis”, de Frei Mariano da Conceição Veloso (1741-1811)

Sociobiodiversity and bioeconomy in the eighteenth century: native plants in the “Flora Fluminensis” by Frei Mariano da Conceição Veloso (1741-1811)

Maria das Graças Lins Brandão^I  | Juliana Paula-Souza^{II}  | Fabiana Luiza Ranzato Filardi^{III} 
Caroline Zheng^{IV}  | Padre Lauro Palú^V

^IUniversidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

^{II}Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

^{III}Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

^{IV}Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil

^V*In memoriam*

Resumo: Neste estudo, são elencadas as plantas úteis nativas do Brasil, registradas pelo botânico mineiro do século XVIII, Frei Mariano da Conceição Veloso, na obra “Flora Fluminensis”. Esta divulgação sobre o pretérito da sociobiodiversidade brasileira potencializa o desenvolvimento de uma bioeconomia, fato este já deslumbrado pelo autor em sua obra, organizada em 1790. Os textos referentes aos usos tradicionais, ou características das plantas, foram integralmente traduzidos do latim. A nomenclatura botânica foi atualizada e os usos tradicionais foram confrontados com registros feitos por outros autores dos séculos passados. De um total de 1.639 espécies, informações associadas a 153 delas foram recuperadas e seus usos tradicionais/potencial econômico, discutidos. Dentre elas, 48 são medicinais e usadas como catártico, vomitivo, no tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, dermatológicas, inflamações e febres. A presença de substâncias adstringentes, amargas, aromáticas, além de plantas alimentícias, que fornecem madeiras, fibras e pigmentos, é também destacada. Registros sobre os nomes indígenas das plantas, bem como seus usos como sucedâneos de espécies introduzidas ou importadas, foram ressaltados. O estudo mostra que a “Flora Fluminensis”, de Frei Veloso, é um importante repositório de informações estratégicas sobre as plantas brasileiras, e precisa ser mais bem conhecida e valorizada.

Palavras-chave: Usos tradicionais. Plantas medicinais. Plantas úteis. Plantas nativas. Século XVIII.

Abstract: This study inventories useful plants species native to Brazil, recorded by the 18th century botanist Frei Mariano da Conceição Veloso, in his “Flora Fluminensis.” By disseminating information about the historical uses of Brazilian sociobiodiversity, the study contributes to contemporary discussions on bioeconomy, a fact already envisioned by the author in his work, organized in 1790. The texts referring to the traditional uses or characteristics of the plants were fully translated from Latin. The botanical nomenclature was updated, and the recorded uses were compared with accounts provided by other authors from past centuries. Of a total of 1,639 species, information from 153 species was recovered and their economic potential discussed. Of these, 48 are medicinal plants used as cathartics, emetics, and in the treatment of sexually transmitted diseases, dermatological conditions, inflammatory disorders, and fevers. The presence of astringent, bitter and aromatic substances, as well as food plants that provide wood, fibers and pigments, are also highlighted. Records of the indigenous plant names of the plants, as well as their use as substitutes for introduced or imported species, were highlighted. The study shows that Frei Veloso’s “Flora Fluminensis” is rich in strategic information about Brazilian plants and needs to be better known and valued.

Keywords: Traditional uses. Medicinal plants. Useful plants. Native plants. XVIII century.

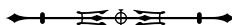
Brandão, M. G. L., Paula-Souza, J., Filardi, F. L. R., Zheng, C., & Palú, Padre L. (2026). Sociobiodiversidade e bioeconomia nos setecentos: plantas nativas na obra “Flora Fluminensis”, de Frei Mariano da Conceição Veloso (1741-1811). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250040. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0040>

Autora para correspondência: Maria das Graças Lins Brandão. Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antonio Carlos, 6627. Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP 31270-901 (mglinbrandao@gmail.com).

Recebido em 13/06/2025

Aprovado em 14/04/2026

Responsabilidade editorial: Márlia Coelho-Ferreira



INTRODUÇÃO

Pesquisas arqueológicas recentes vêm mostrando que a floresta amazônica, como a conhecemos hoje, foi composta de jardins bem organizados e administrados pelos ancestrais ameríndios (Schmidt et al., 2023). Milhões de pessoas viveram ali e cultivaram centenas de espécies de plantas – estudos apontam que a hiperdominância de 227 espécies arbóreas na Amazônia pode ser explicada por um processo de domesticação humana (Maezumi et al., 2018; Ter Steege et al., 2013), que envolveu uma enorme diversidade de plantas alimentícias ou, de alguma outra forma, úteis.

Registros escritos sobre o uso de plantas pelos ameríndios começaram a ser feitos apenas a partir da colonização das Américas. Um exemplo importante é a casca de espécies peruanas de *Cinchona* (quina), que produz o antimalárico quinino. Essas plantas são cultivadas hoje na Ásia para obtenção dessa substância para o preparo de medicamentos e como ingrediente amargo em refrigerantes tônicos (Cosenza et al., 2013).

No Brasil, um dos mais importantes remédios ameríndios registrados foi um emético e amebicida preparado com as raízes da *Carapichea ipecacuanha* (Brot.) L. Andersson (ipecacuanha ou poaia). Devido à sua importância, esta espécie está incluída atualmente em várias farmacopeias do mundo (Brandão et al., 2009). Muitos esforços têm sido feitos para o desenvolvimento de bioprodutos da sociobiodiversidade, visando estimular o florescente mercado baseado em produtos da natureza – a bioeconomia (Lindberg et al., 2023).

Neste contexto, recuperar os registros históricos sobre os usos das plantas é importante e estratégico, e vem sendo há décadas foco dos nossos estudos (Palhares et al., 2021;

Brandão et al., 2008, 2012). Desse modo, este estudo contém informações sobre usos tradicionais das plantas nativas do Brasil, presentes na obra “Flora Fluminensis”, organizada em 1790 pelo botânico Frei Mariano da Conceição Veloso¹ (Vellozo, 1881).

Frei Veloso era nativo de Tiradentes, Minas Gerais (1741), tendo iniciado sua vida religiosa no Rio de Janeiro, em 1755, onde faleceu em 1811. Em 1786, transferiu-se para São Paulo, onde lecionou História Natural e incrementou suas coletas nos arredores da Vila de São Paulo (M. Pereira & DeNipoti, 2016). Esta atividade despertou o interesse do Vice-Rei do Brasil que, então, determinou, em 1789, que ele estendesse os trabalhos para a capitania do Rio de Janeiro. Foi assim que Frei Veloso iniciou as coletas naquela região, a serem incluídas na obra “Flora Fluminensis” e enviadas ao Museu Real, em Lisboa (Bediaga & Lima, 2015; Gama, 1869).

A “Flora Fluminensis” foi uma obra científica pioneira no Brasil, com um volume reunindo descrições morfológicas e comentários para 1.639 espécies de plantas (nativas e exóticas), e outros onze volumes com as suas respectivas pranchas de ilustrações botânicas. A organização da obra foi finalizada em 1790, e levada pelo autor para Lisboa, onde acreditava que seria publicada. No entanto, as promessas oficiais de publicação não foram cumpridas, tendo Frei Veloso retornado com os manuscritos para o Brasil em 1808. Tais manuscritos ficaram desaparecidos até 1824, quando passaram a ser valorizados pelo então Imperador Pedro I, que considerou o trabalho científico desenvolvido por um naturalista brasileiro uma oportunidade de confirmar o potencial do Brasil como uma nação independente de Portugal (Bediaga et al., 2018). Sua genialidade continua surpreendendo, como é o caso das

¹ Neste artigo, adota-se a grafia moderna Frei Veloso para José Mariano da Conceição Veloso, enquanto, nas referências bibliográficas, mantém-se a grafia histórica Vellozo, conforme registrada nas publicações consultadas. A diferença entre José Mariano da Conceição Veloso e José Marianno da Conceição Vellozo corresponde, portanto, às formas moderna e histórica do nome do mesmo indivíduo. No período em que Frei Veloso viveu (séculos XVIII e XIX), era comum o emprego de consoantes dobradas, como em Marianno e Vellozo, em razão das convenções ortográficas e tipográficas da época. Em nomenclatura botânica, Vell. é a abreviatura de autoria utilizada para indicar José Mariano da Conceição Veloso.

“exsicatas de peixe” desenvolvidas por ele e descobertas recentemente (Ceríaco et al., 2023).

A sociobiodiversidade é definida pelo governo brasileiro como a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais, reconhecendo o valor econômico, cultural e ambiental dessa interação (Brasil, 2025). Da mesma forma, a bioeconomia representa um conjunto de atividades econômicas que utilizam recursos biológicos na produção de bens, serviços, energia e processos, com foco na sustentabilidade, na proteção ambiental e na inovação tecnológica (Brasil, 2025). Assim, o objetivo deste estudo é recuperar informações essenciais sobre as plantas da sociobiodiversidade brasileira, que possam contribuir para o desenvolvimento da florescente bioeconomia, o que já era vislumbrado por Frei Veloso.

MÉTODOS

Neste estudo, são apresentados os resultados de uma extensa revisão dos usos tradicionais e das características das plantas citadas na obra “Flora Fluminensis” (doravante chamada de “Flora”). Os textos desta obra foram traduzidos integralmente do latim para o português. A Tabela 1 apresenta uma síntese das informações sobre as espécies nativas, na qual cada planta citada por Veloso é precedida do número da página da obra onde está descrita, seguida de um código referente à localização das ilustrações [TL (= tomo)/número]. Os passos seguintes consistiram em quatro etapas:

(i) Atualização da nomenclatura botânica de cada espécie: realizada a partir de consultas às bases validadoras: Flora e Funga do Brasil (JBRJ, s.d.), *International Plant Names Index* (IPNI, s.d.), *W3Tropicos* (Missouri Botanical Garden, s.d.) e *World Flora Online* (WFO, s.d.). O objetivo foi buscar nomes aceitos para os termos referidos por Frei Veloso que atualmente sejam considerados sinônimos, apresentados na Tabela 1 entre colchetes. É importante ressaltar que os binômios listados na “Flora” constituem um tema complexo e um amplo campo de estudos nomenclaturais e tipológicos, com numerosas questões

ainda não solucionadas. Por esse motivo, é natural que existam conflitos de identificação entre os bancos de dados das bases consultadas. Assim, este estudo não objetiva apresentar uma revisão nomenclatural aprofundada ou definitiva dos nomes referidos pelo autor. Após o esgotamento das consultas às bases de dados virtuais, os nomes remanescentes foram verificados em bibliografias que abordam revisões nomenclaturais específicas relacionadas à obra de Veloso. Por fim, foram feitas análises das descrições e ilustrações da “Flora” para identificação de nomes duvidosos, e consultados taxonomistas para a confirmação deles, quando disponíveis;

(ii) Verificação da origem de cada planta: a confirmação sobre a origem nativa foi realizada a partir de consultas às mesmas bases de dados. Os usos descritos para as espécies exóticas, bem como discussões para a correta identificação de espécies nativas sem usos tradicionais ou outras que tenham características típicas da planta serão objetos de novos estudos;

(iii) Usos tradicionais: Estão inseridos para cada planta na Tabela 1. Para algumas plantas, Veloso não registrou usos tradicionais específicos, mas sugeriu que fossem buscadas informações nas obras de eminentes naturalistas europeus, como o holandês Guilherme Piso (1611-1678), por exemplo. Piso era médico e viajou pelo nordeste do país, colecionando plantas e animais, a partir de informações recebidas dos ameríndios. A obra “*Historia Naturalis Brasiliae*” (Piso & Marcgrave, 1648) foi considerada a principal referência sobre a biodiversidade brasileira até o início do século XIX, quando se iniciou um ciclo de expedições científicas pelo Brasil (Gurgel & Lewinsohn, 2009);

(iv) Usos registrados por outros autores: foram verificadas correspondências com usos tradicionais citados por outros autores dos séculos passados. Essas informações foram consultadas na base de dados bibliográfica Dataplant (s.d.), que transcreve usos tradicionais das plantas brasileiras a partir de obras e documentos históricos. Ela contém informações sobre 3.464 espécies nativas, recuperadas de 114 livros organizados e/ou publicados até 1950 (Tabela 1).

Tabela 1. Plantas com alguma característica própria e/ou uso tradicional citadas por Frei Veloso na “Flora Fluminensis”. Legendas: entre chaves = páginas do tomo onde constam as descrições de uso e/ou característica da planta; / = denominação científica dada por Veloso, quando diferente da nomenclatura atual; TL = número do tomo do livro; / = número da prancha com a ilustração da planta; * = usos correspondentes.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplant, s.d.)
Alstroemeriaceae		
<i>Alstroemeria caryophyllaea</i> Jacq. [p. 124/ <i>A. pelegrina</i> Vell. – TL 03/119]	Comumente conhecido como madressilva. Tem aroma suave característico, cultivado nos quintais.	Correa, Peckolt
<i>Alstroemeria cunha</i> Vell. [p. 124/ TL 03/121]	Portugueses chamam de madressilva. Tem aroma característico.	Peckolt
Anacardiaceae		
<i>Anacardium humile</i> A.St.-Hil. [p. 155/ <i>A. mediterraneum</i> Vell. – TL 04/046]	Fruto doce.	Burton, Correa, Gardner, Halfeld, Hoehne, Langsdorff, Martius, Spix, Sousa
<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi [p. 428/ <i>S. aroeira</i> Vell. – TL 10/135]	Tem vários usos médicos e mecânicos devido a sua adstringência*. Autores falam madeira impermeável.	(*Burmeister, Burton, Chernoviz, Correa, Daniel, Gardner, Langsdorff, Martius, Piso, Pohl, Raddi, Saint Hilaire, Sigaud, Sousa, Spix)
<i>Spondias purpurea</i> L. ² [p. 188/ <i>Spondias myrobalanus</i> L. – TL 04/185]	Ainda mantém o nome indígena Acajá. Madeira exsuda goma.	D'Abbeville, D'Orbgni, Hoehne, Martius, Correa
Annonaceae		
<i>Xylopia frutescens</i> Aubl. [p. 391/ <i>X. muricata</i> Vell. – TL 09/127]	Na linguagem brasileira é denominada pindaíba. Casca do fruto é acre e aromática. Aroma lembra o cravo e a pimenta indiana.	Correa, Le Cointe, Martius, Peckolt, Piso
Apiaceae		
<i>Eryngium pritis</i> Cham. & Schltdl. [p. 119/ <i>E. tucano</i> Vell. – TL 03/103]	Chamado de língua de tucano. Preparação é usada como gargarejo na inflamação da garganta*.	(*Chernoviz, Correa, Martius)
Aquifoliaceae		
<i>Ilex dumosa</i> Reissek [p. 42/ <i>Chomelia amara</i> Vell. – TL 01/106]	É a planta conhecida na Europa como chá do Paraguai, no Brasil como congonha. Os espanhóis deixam a folha tostada embebida com água e açúcar e a chamam de Mate*. No Paraguai tem grande abundância, no Potosy e outras cidades, de onde é exportada. É muito consumida nos campos da Prefeitura de Curitiba. O mesmo nome é dado para duas espécies, uma das quais é mais amarga que outra. Alguns botânicos fizeram imaginar que se tratava do gênero <i>Cassini</i> .	(*Correa, Martius)
Araceae		
<i>Asterostigma luschnathianum</i> Schott [p. 385/ <i>Arum dracontium</i> Vell. – TL 09/102; TP 09/103]	Tem manchas parecidas com a jararaca. Deve ter o nome devido a uso eficaz contra as picadas da serpente*. Raiz tuberosa.	(*Peckolt)

² Essa espécie não ocorre no Brasil. O autor provavelmente se referiu a *S. venulosa* (Engl.) Engl. No passado, já foi considerada uma variedade de *S. purpurea* L. (*Spondias purpurea* L. var. *venulosa* Engl.).

Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplamt, s.d.)
<i>Caladium bicolor</i> (Aiton) Vent. [pp. 386-387/ <i>Arum vermitoxicum</i> Vell. – TL 09/107; TP 09/108]	Nome indígena ara, mangará. Raízes em pó são muito usadas na medicina veterinária brasileira contra os vermes das feridas dos animais*.	(*Peckolt), Cardim, Chernoviz, Correa, Daniel, Le Cointe, Martius, Sampaio, Sousa
<i>Montrichardia arborescens</i> (L.) Schott [pp. 386-387/ <i>Arum arborescens</i> L. – TL 09/108]	Marcgrave chama de aninga-peri, nossos índios chamam como imbe-rana e os portugueses guimbe da praya. Muito comum rasteira ou como parasita. Das raízes podem fazer cordas grossas.	Bates, Chernoviz, Correa, Le Cointe, Martius, Peckolt, Sigaud, Silva-Manso
Araucariaceae		
<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze [p. 408/ <i>Pinus dioica</i> Vell. – TL 10/055; TL 10/056]	Resina abundante exsuda da casca. Não sei se a qualidade é semelhante à da Europa. Uso da resina é desconhecido. A madeira é boa para construção.	Anchieta, Bandeira, Bunbury, Burmeister, Caldcleugh, Castelnau, Cardim, Correa, Gardner, Halfeld, Hoehne, Langsdorff, Martius, Peckolt, Pohl, Raddi, Saint Hilaire, Scmazzon, Warming, Wied-Neuwied
Aristolochiaceae		
<i>Aristolochia cymbifera</i> Mart. & Zucc. [p. 383/ <i>A. orbiculata</i> Vell. – TL 09/096]	O odor fétido das flores levou ao nome indígena Anhangaputurû que significa Coffo do diabo. Outro nome é Ambuyaembo atribuído por Marcgrave.	Coimbra, Correa, Martius, Piso, Sigaud
<i>Aristolochia odoratissima</i> L. [p. 383/ TL 09/096]	Raiz odorífica.	Peckolt
Asparagaceae		
<i>Herreria salsaparilha</i> Mart. [p. 424/ <i>Rajania verticillata</i> Vell. – TL 10/115]	As raízes desta espécie substituem a salsaparrilha oficial*.	(*Chernoviz, Correa, D'Orbigny, Le Cointe, Martius, Mendes, Peckolt, Spix)
Asteraceae		
<i>Acanthospermum australe</i> (Loefl.) Kuntze [p. 322/ <i>Orcya adherescens</i> Vell. – TL 08/083]	Conhecido comumente como carrapixos. Este nome é apropriado porque as sementes aderem nas roupas.	Chernoviz, Coimbra, Correa, Le Cointe, Martius, Spix
<i>Ageratum conyzoides</i> L. [pp. 317-318/ <i>Cacalia mentrasto</i> Vell. – TL 08/069]	Conhecida comumente como erva de São João, mentrasto. Utilizado na constipação.	Castelnau, Chernoviz, Coimbra, Correa, Le Cointe, Martius, Piso, Sampaio
<i>Ambrosia polystachya</i> DC. [p. 400/ <i>A. maritima</i> Vell. – TL 10/26]	Tem odor suave.	Correa
<i>Baccharis crispa</i> Spreng. [p. 318/ <i>Cacalia decurrens</i> Vell. – TL 08/072; <i>C. sessilis</i> Vell. – TL 08/073]	Conhecida comumente como carqueja. Possui qualidades amargas*.	(*Bunbury, Martius, Peckolt, Sigaud, Spix), Burton, Chernoviz, Coimbra, Correa, Saint Hilaire
<i>Baccharis dracunculifolia</i> DC. [p. 317/ <i>Cacalia rosmarinus</i> Vell. – TL 08/067]	Assim como o Rosmarinus, recebe o nome de alecrim. Muito aromática.	Correa, Le Cointe, Saint Hilaire
<i>Baccharis serrulata</i> (Lam.) Pers. [p. 304/ <i>Chrysocoma sancta</i> Vell. – TL 08/003]	Possui qualidades vulnerárias: por isto santa.	Nenhum



Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/ pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplant, s.d.)
<i>Bidens squarrosa</i> Kunth [p. 340/ <i>Chrysanthemum scandens</i> Vell. – TL 08/129]	Na linguagem brasileira é chamada de Cambará. Comida pelos quadrúpedes.	Nenhum
<i>Chaptalia nutans</i> (L.) Pol. [pp. 344-345/ <i>Tussilago vaccina</i> Vell. – TL 08/143]	Conhecido comumente como língua de vaca que vem do nome brasileiro, Tapyra-pecû. Coletada muito frequentemente pelo país devido ao seu poder de cura.	Chernoviz, Correa, Piso
<i>Elephantopus mollis</i> Kunth [pp. 347-348/ <i>E. cervinus</i> Vell. – TL 08/148]	Essa planta costuma servir para alimentar os veados. O tufo desses cervos custa tanto quanto o bezoar asiático. As pessoas do interior usam o remédio em qualquer febre, o simples decocto. É amarga.	(*Chernoviz, Correa, Le Cointe, Martius), Saint Hilaire, Spix, Sigaud
<i>Mikania cordifolia</i> (L.f.) Willd. [p. 315/ <i>Cacalia angulata</i> Vahl – TL 08/062]	Contra picadas de cobra*.	(*Burton, Correa, Chernoviz, Martius, Peckolt, Spix)
<i>Mikania glomerata</i> Spreng. [p. 315/ <i>Cacalia trilobata</i> Vell. – TL 08/054]	Comumente conhecida como cipó-issica. Tira-se uma resina semelhante a da aroeira. Flores odoríficas, cândidas.	Correa, Coimbra
<i>Mikania officinalis</i> Mart. [p. 318/ <i>Cacalia cor-jesu</i> Vell. – TL 08/071]	É usado como excelente remédio no caso de lepra ou elefantíase.	Chernoviz, Correa, Martius, Sigaud, Spix
<i>Porophyllum ruderale</i> (Jacq.) Cass. [p. 318/ <i>Cacalia porophyllum</i> L. – TL 08/070]	Comumente conhecida como couvinha-cravinho. Tem odor forte, semelhante a <i>Brassica</i> . Tem uso médico como diaforética*.	(*Correa)
<i>Senecio brasiliensis</i> (Spreng.) Less. [p. 333/ <i>S. amabilis</i> Vell. – TL 08/107]	É uma planta com cheiro forte. Muitos chamam de bem-me-quer devido brincadeira de crianças que as vão arrancando dizendo bem me quer mal me quer. Pelo formato das folhas é chamada por alguns de lanceta portuguesa.	Coimbra, Correa
<i>Senecio oleosus</i> Vell. [p. 332/ TL 08/104]	A planta inteira é oleosa ao toque, não conheço seu uso popular.	Nenhum
<i>Sonchus oleraceus</i> L. [p. 325/ <i>S. laevis</i> Vill. – TL 08/087]	Comumente conhecida como serralha. É um legume.	Chernoviz, Correa, Warming
<i>Vernonanthura cymosa</i> (Vell.) H. Rob. [p. 307/ <i>Chrysocoma cymosa</i> Vell. – TL 08/016]	Conhecida comumente como saudades-do-brejo, devido ao odor doce. As raízes são compridas como da <i>Smilax</i> , mas não fortes suficiente para acabar com as doenças venéreas.	Nenhum
Bignoniaceae		
<i>Jacaranda caroba</i> (Vell.) DC. [p. 236/ <i>Bignonia caroba</i> Vell. – TL 06/043]	Conhecida comumente como carôba. Tem poder antivenéreo*. Os interioranos a deixam crescer muito. É amarga.	(*Coimbra, Chernoviz, Correa, Peckolt) Martius
<i>Jacaranda jasminoides</i> (Thunb.) Sandwith [p. 238/ <i>Bignonia curialis</i> Vell. – TL 06/055]	Também chamado ipee-roxo. Madeira dura, incorruptível, como as árvores desta família, quem a ignora?	Nenhum

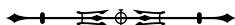


Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplant, s.d.)
<i>Tabebuia obtusifolia</i> (Cham.) Bureau [p. 238/ <i>Bignonia leucoxyloides</i> Vell. – TL 06/54]	Conhecida comumente como caixeta. Fornece madeira fina.	Correa
Bixaceae		
<i>Bixa orellana</i> L. [pp. 212-213/ TL 05/099]	Comumente conhecida como urucú. A farinha colorida, tirada do arilo das sementes, chamada na Europa de axiōtli, tem vários usos conhecidos por Orellana. Substitui o açafrão.	Vários (consultar o Dataplant)
Brassicaceae		
<i>Coronopus didymus</i> (L.) Sm. [p. 255/ <i>Lepidium americanum</i> Vell. – TL 06/108]	Mesmos usos da <i>Lepidium</i> cultivada.	Chernoviz, Martius, Peckolt
Bromeliaceae		
<i>Alcantarea regina</i> (Vell.) Harms [p. 129/ <i>Tillandsia regina</i> Vell. – TL 03/142]	Disputa com a <i>Yucca</i> , chamada de Pita, pelo tamanho e tipo de folhas.	Nenhum
Burseraceae		
<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand [p. 140/ <i>Myrsine ambrosiaca</i> Vell. – TL 04/03]	Nome indígena isica. Chamada almessega devido resina semelhante mastichi. Coumier disse que destas árvores origina a resina cinza da qual se faz o âmbar. Mas eu não acredito que seja.	Barleu, Brandão, Burton, Cardim, Chernoviz, Coimbra, Correa, D'Orbigny, Ducke, Le Cointe, Martius, Mendes, Peckolt, Piso, Sampaio, Sigaud, Sousa, Spix, Spruce, Wied-Neuwied
Cactaceae		
<i>Pereskia aculeata</i> Mill. [pp. 195-196/ <i>Cactus pereskia</i> L. – TL 05/26]	Comumente conhecida como ora pro nobis. Africanos usam como comida* no lugar do hibisco.	(*Noronha), Correa, Warming
Cannaceae		
<i>Canna glauca</i> L. [p. 01/ <i>C. angustifolia</i> L. – TL 01/002]	Nome indígena mbeery (ou beery ou meery), albará. A raiz amassada no pilão, com um pouco de água e açúcar, esfregada nos membros ajuda na paralisia.	Chernoviz, Correa, Le Cointe, Martius, Peckolt, Piso, Saint Hilaire, Spix
<i>Canna indica</i> L. [p. 01/ TL 01/001]	O mesmo acima.	Correa Ducke, Le Cointe, Martius, Peckolt, Piso, Sigaud
Capparaceae		
<i>Cratogeomys</i> L. [p. 191/ TL 05/003]	Comumente conhecida como gorarêma. Tem aroma de alho.	Bates, Caldcleugh, Chernoviz, Correa, D'Orbigny, Ducke, Hoehne, Martius, Peckolt, Piso
Caricaceae		
<i>Jacaratia spinosa</i> (Aubl.) A.D.C. [p. 427/ <i>Carica dodecaphylla</i> Vell. – TL 10/132]	Comumente conhecida como jaracatiá. Fruto leitoso. Depois que a água é derramada, pode ser comido com segurança.	Chernoviz, Cristóvão de Lisboa, D'Abbeville, Ducke, Hoehne, Le Cointe, Martius, Peckolt, Piso, Sousa



Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/ pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplant, s.d.)
Combretaceae		
<i>Laguncularia racemosa</i> (L.) C.F.Gaertn. ³ [p. 164/ <i>Bucida buceras</i> L. – TL 04/87]	Nome português e brasileiro Mangue. Córtex útil para curtir couro.	Correa, Le Cointe, Martius
Convolvulaceae		
<i>Ipomoea pes-caprae</i> subsp. <i>brasiliensis</i> (L.) Ooststr. [pp. 70-71/ <i>Convolvulus brasiliensis</i> L. – TL 02/062]	Devido as raízes longas é conhecida comumente como zarça de <i>Smilax</i> , salsa-da-praia. Outros dizem soldanella. Cultivada nos quintais. Padre Plumier lhe atribui virtude catártica*, caule leitoso.	(*Correa, Le Cointe, Martius, Piso, Silva-Manso)
Cordiaceae		
<i>Cordia trichotoma</i> (Vell.) Arráb. ex Steud. [pp. 93-94/ <i>Cordiada trichotoma</i> Vell. – TL 02/156]	Comumente conhecida como louro-batata, devido a semelhança com as <i>Laurus</i> , chamadas canela-batata. Tem a madeira inferior, mas apesar disto é usada nas obras.	Correa, Ducke, Peckolt
<i>Varronia curassavica</i> Jacq. [p. 76/ TL 02/085]	Semelhante a sálvia. Aroma forte.	Correa
Costaceae		
<i>Costus arabicus</i> L. [pp. 02-03/ TL 01/005]	Nome indígena e pacócaatinga, português cana-do-brejo. Aublet se equivocou quando disse que nosso <i>Costus</i> era chamado de <i>Genipa</i> e que dá uma tinta. Ele errou completamente porque a <i>Genipa</i> é uma árvore da quinta classe, que os índios esmagam a casca e tiram uma tinta para pintar o corpo. Todos que leram o Sistema das Plantas de Lineu sabem disto. Embora seja da mesma espécie do <i>Costus arabicus</i> , a raiz do nosso não tem o aroma e nem as propriedades do outro. O suco dos caules é usado comumente contra gonorreia*. Os caienensis usam para tratar feridas** que não são de origem venérea. Consultar Prefontaine e Bomanirius.	(*Martius), (**Peckolt), Ducke
Cucurbitaceae		
<i>Cayaponia cabocla</i> (Vell.) Mart. [p. 416/ <i>Bryonia cabocla</i> Vell. – TL 10/088]	Suco do fruto contuso, tomado com água, é emético e poderoso *catártico. Os habitantes aprenderam sobre ela com os índios bárbaros e a chamam de purga de caboclo.	(*Chernoviz, Correa, Martius, Sigaud, Silva Manso)
<i>Cayaponia tayuya</i> (Vell.) Cogn. [pp. 416-417/ <i>Bryonia tayuya</i> Vell. – TL 10/89]	Comumente conhecido como tayuya. O decocto é usado para colorir o algodão de amarelo.	Coimbra, Correa, Le Cointe, Martius, Silva Manso
<i>Fevillea trilobata</i> L. [p. 421/ <i>F. cordifolia</i> Vell. – TL 10/102]	Falsamente chamada de fava-de-santo-ignacio, ignatia, ygarsu que levam das Filipinas pela Europa. É completamente diferente. Nome brasileiro é nhandiroba. Tem virtude *emética, **catártica e alexifármaca. Moradores do Rio Amazonas usam para óleo de lamparinas.	(*Correa), (**Chernoviz, Le Cointe, Silva Manso), Brandão, Camara, Martius, Piso

³ Trata-se de um erro de identificação do autor, essa espécie não ocorre no Brasil. A partir da prancha e da descrição fornecidas por Vellozo (1881), o nome mais apropriado para essa referência é *Laguncularia racemosa* (L.) C.F. Gaertn., conhecida popularmente como “mangue-branco”.

Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/ pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplant, s.d.)
<i>Melothria pendula</i> L. [p. 29/ TL 01/069]	A mais digna planta para cultivar no jardim.	Chernoviz, Correa, Martius, Silva Manso, Spix
Cyclanthaceae		
<i>Thoracocarpus bisectus</i> (Vell.) Harling [pp. 388-389/ <i>Dracontium bisectum</i> Vell. – TL 09/117; TP 09/118]	Comumente chamada de timbô-peba. De suas raízes penduradas fazem cestas e cabazes.	Nenhum
Dennstaedtiaceae		
<i>Pteridium caudatum</i> (L.) Maxon [p. 450/ <i>Pteris caudata</i> L. – TL 11/80]	Chamada comumente de samambaia. As cinzas fornecem poderoso sal de álcali.	Martius
Dilleniaceae		
<i>Davilla nitida</i> (Vahl) Kubitzki [p. 221/ <i>Hieronia scabra</i> Vell. – TL 05/116]	Chamada comumente de cipó-carijó devido a sua cor. As pessoas do interior usam muito essa planta para fazer sebes.	Martius
Dioscoreaceae		
<i>Dioscorea cinnamomifolia</i> Hook. [p. 426/ <i>D. tuberosa</i> Vell. – TL 10/125]	Raiz tuberosa.	Correa, Peckolt
<i>Dioscorea hassleriana</i> Chodat [p. 426/ <i>D. hastata</i> Vell. – TL 10/126]	Raiz tuberosa.	Correa, Peckolt
<i>Dioscorea sinuata</i> Vell. [pp. 426-427 – TL 10/129; <i>Dioscorea crenata</i> Vell. – TL 10/127]	Raiz tuberosa.	Correa, Peckolt
Euphorbiaceae		
<i>Euphorbia hyssopifolia</i> L. [p. 194/ <i>Euphorbia serrulata</i> Vell. – TL 05/017]	Sobre a serventia médica consultar Piso.	Chernoviz, Le Cointe, Martius, Spix
<i>Joannesia princeps</i> Vell. [p. 77/ <i>Andicus pentaphyllus</i> Vell. – TL 02/086]	Tem qualidade *emética, catártica e levemente purgativa, quando se come uma ou duas sementes ou se faz uma emulsão. Já foi muito notório e usual entre os camponeses, mas não entre os médicos.	(*Barleu, Cardim, Castelnau, Chernoviz, Correa, Gomes, Langsdorff, Martius, Raddi, Piso, Pohl, Saint Hilaire, Sigaud, Spix, Silva Manso, Vasconcelos, Vicente de Salvador)
<i>Sapium glandulosum</i> (L.) Morong [p. 396/ <i>Omphalea glandulata</i> Vell. – TL 10/014]	Do leite desta planta faz-se um glúten para capturar passarinhos.	Bates, Chernoviz, Correa, Ducke, Le Cointe, Martius, Spix
Fabaceae		
<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan var. <i>colubrina</i> [p. 434/ <i>Mimosa colubrina</i> Vell. – TL 11/016]	Cauvi, pessoas do litoral chamam de colubrina. E também chamada angico porque toda parte é usada para a *curtição do couro.	(*Burton, Castelnau, Chernoviz, Coimbra, Correa, Gardner, Langsdorff, Martius, Saint Hilaire, Warming)
<i>Centrolobium robustum</i> (Vell.) Mart. ex Benth. [p. 280/ <i>Nissolia robusta</i> Vell. – TL 07/085]	Chamada araribã. Árvore altíssima. Da Europa e da América muito conhecida pela madeira.	Correa, Ducke



Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplamt, s.d.)
<i>Dalbergia nigra</i> (Vell.) Allemão ex Benth. [pp. 281-282/ <i>Pterocarpus niger</i> Vell. – TL 07/091]	Chamado comumente de caviúna. Todos sabem que esta madeira é útil para construção de domésticos. Uma grande abundância delas é exportada para a Europa onde é vendida a preços muito altos.	Correa, Ducke, Tschudi
<i>Dahlstedtia pinnata</i> (Benth.) Malme [p. 285/ <i>Piscidia erythrina</i> Vell. ⁴ – TL 07/100]	Chamada comumente de goraná-timbô. Os nossos índios, se não me engano, não usam essas plantas para entorpecer os peixes, por isto o nome Piscidia. Para isto usam as Paullinias, que também são chamadas de timbô servem para a sarna e doenças da pele, deve-se lavar.	Chernoviz, Correa, Piso
<i>Desmodium axillare</i> (Sw.) DC. [pp. 298-299/ <i>Hedysarum violaceum</i> Vell. – TL 07/148]	Nome indígena é mundubirana. É rastejante. Agarra na roupa por isto os portugueses o chamam amores. Usada como refrescante, especialmente na *gonorreia.	(*Correa)
<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong [p. 436/ <i>Mimosa contortisiliqua</i> Vell. – TL 11/025]	Conhecida comumente como timbuyba. Madeira boa para qualquer tipo de obra.	Ducke
<i>Enterolobium monjollo</i> (Vell.) Mart. [p. 436/ <i>Mimosa monjolo</i> Vell. – TL 11/026]	Conhecida comumente como monjolo vermelho. Madeira nobre.	Correa
<i>Indigofera suffruticosa</i> Mill. [p. 291/ <i>I. anil</i> L. – TL 07/120]	Nome indígena é caa-vu devido a cor azul. Muito conhecidas pelos habitantes do Rio de Janeiro e bastante cultivada devido a fécula tintorial com nome de *anil. A cada dia navios carregados levam a planta para Portugal.	(*Bandeira, Burton, Castelnau, Coimbra, Correa, Daniel, D'Orbigny, Ducke, Piso, Langsdorff, Le Cointe, Luccock, Pohl, Saint Hilaire, Spix, Spruce, Tschudi, Warming)
<i>Machaerium incorruptibile</i> (Vell.) Benth. [p. 279/ <i>Nissolia incorruptibilis</i> Vell. – TL 07/082]	Conhecida pelo nome de jacarandá, nome indígena jacarandá-tan. Árvore muito alta que dá uma madeira excelente para construção chamada jacarandá. Tem outras espécies de jacarandatán, que se distinguem pela cor e a dureza.	Correa, D'Abbeville
<i>Machaerium legale</i> (Vell.) Benth. [pp. 279-280/ <i>Nissolia legalis</i> Vell. – TL 07/084]	Jacarandá, jacarandá-banana, jacarandá-do-campo, jacarandá-preto, caviúna. As árvores com folhas abruptamente pinadas são chamadas de jacarandá. Quero avisar que existem alguns arbustos também chamados jacarandás popularmente, mas são muito diferentes das aqui descritas. São os jacarandás ... que pertencem ao gênero <i>Pterocarpus</i> e a esta classe específica.	Correa
<i>Periandra mediterranea</i> (Vell.) Taub. [p. 297/ <i>Glycyrrhiza mediterranea</i> Vell. – TL 07/145]	Raiz doce. Uso médico *semelhante à planta europeia.	(*Correa, Martius, Peckolt), Castelnau, Ducke, Le Cointe

⁴ Essa espécie tem distribuição na América Central, não ocorrendo no Brasil. A partir do nome popular “guaraná timbó” e descrição, provavelmente o autor se referiu a *Dahlstedtia pinnata* (Benth.) Malme.

Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplant, s.d.)
<i>Senna quinquangulata</i> (Rich.) H.S.Irwin & Barneby var. <i>quinquangulata</i> [p. 158/ <i>Cassia medica</i> Vell. – TL 04/062]	Casca da raíz é amarga e tem uso médico específico.	Correa, Ducke, Martius, Piso
<i>Sophora tomentosa</i> subsp. <i>occidentalis</i> (L.) Brummitt [p. 165/ <i>Sophora occidentalis</i> L. – TL 04/092]	Portugueses chamam de feijão-da-praia, brasileiros comandayba. Dizem que os cães morrem quando mastigam.	Correa, Sousa
<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville [pp. 431-432/ <i>Mimosa barbadetima</i> Vell. – TL 11/007]	Árvore pequena, casca grossa. Casca tem propriedades sérias como *adstringente, notada na Europa.	(*Burton, Camara, Chernoviz, Correa, Gomes, Langsdorff, Martius, Pohl, Saint Hilaire, Sigaud, Spix)
Heliotropiaceae		
<i>Heliotropium indicum</i> L. [p. 66/ TL 02/039]	Nome indígena aguaraquiunha-açú. Tem qualidade *abstergente e mundificante.	(*Chernoviz, Correa, Piso) Le Cointe, Martius
Hypericaceae		
<i>Hypericum brasiliense</i> Choisy [p. 223/ <i>Receveura graveolens</i> Vell. – TL 05/120]	Tem odor forte.	Chernoviz, Correa, Martius, Saint Hilaire
Iridaceae		
<i>Trimezia martinicensis</i> (Jacq.) Herb. [p. 375/ <i>Sisyrinchium fluminense</i> Vell. – TL 09/067]	Comumente conhecido como maririssô, também em português. Cultivada nos jardins, tem poder médico. É emética e *catártica.	(*Anchieta, Chernoviz, Correa, Gomes, Martius, Peckolt, Rodrigues, Sigaud)
Lamiaceae		
<i>Hyptis radicans</i> (Pohl) Harley & J.FB.Pastore [p. 238/ <i>Clinopodium repens</i> Vell. – TL 06/007]	Tem aroma de menta.	Bunbury, Burton, Chernoviz, Coimbra, Correa, Le Cointe, Martius, Peckolt
<i>Hyptis</i> sp. [p. 229/ <i>Clinopodium cordatum</i> Vell. ⁵ – TL 06/008]	Planta odorífica.	Nenhum
Lauraceae		
<i>Nectandra reticulata</i> (Ruiz & Pav.) Mez [p. 156/ <i>Laurus aestivalis</i> Vell. – TL 54/04]	Flores odoríficas.	Chernoviz, Correa, Le Cointe, Martius, Peckolt
<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer [pp. 156-157/ <i>Laurus odorifera</i> Vell. – TL 04/058]	Chamada comumente de sassafráz. Madeira tem odor.	Chernoviz, Correa, Martius, Peckolt
Loranthaceae		
<i>Psittacanthus robustus</i> (Mart.) Mart. [p. 130/ <i>Loranthus grandiflorus</i> Vell. – TL 03/147]	Este gênero de planta é chamado pelos índios como Tetipoteiba, que é interpretado como excremento dos pássaros, por isto chamada pelos portugueses erva-de-passarinho.	Peckolt

⁵ Este nome é duvidoso, a ilustração e descrição fornecidas por Vellozo não são suficientes para identificar adequadamente a planta. Com base nos dados disponíveis, a melhor referência para essa planta seria *Hyptis* sp.

Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplant, s.d.)
<i>Tripodanthus acutifolius</i> (Ruiz & Pav.) Tiegh. [p. 130/ <i>Loranthus odoriferus</i> Vell. – TL 03/146]	É bastante odorífera.	Peckolt
Malvaceae		
<i>Ceiba speciosa</i> (A.St.-Hil.) Ravenna [p. 272/ <i>Bombax aculeatum</i> Vell. – TL 07/056]	Árvore lindíssima quando está florida. Conhecido comumente como paineira.	Coimbra, Correa, Gardner, Saint Hilaire
<i>Helicteres ovata</i> Lam. [pp. 384-385/ <i>H. isora</i> Vell. – TL 09/101]	Para saber o valor médico consultar o Rajus.	Correa, Martius
<i>Luehea divaricata</i> Mart. [p. 303/ <i>Brotera mediterranea</i> Vell. – TL 07/164]	Duas espécies chamam-se em português açoita cavalos e são usadas para os mesmos fins.	Burton, Correa, Ducke, Le Cointe, Pohl, Saint Hilaire
<i>Luehea speciosa</i> Willd. [p. 303/ <i>Brotera maritima</i> Vell. – TL 07/163]	É utilizada para fazer alguns trabalhos mecânicos, nomeadamente, tamancos de madeira e clitelas brasileiras.	Correa, Ducke, Le Cointe
<i>Sida acuta</i> Burm.f. [pp. 262-262/ <i>S. scoparia</i> Lour. – TL 07/012]	Chamado em português. de vassoura, porque usam para varrer as casas e quintais. Na falta das *malvas que são afins a ela suprem.	(*Correa, Martius), Le Cointe
<i>Sterculia curiosa</i> (Vell.) Taroda [pp. 383-383/ <i>Mateatia curiosa</i> Vell. – TL 09/094]	O nome é cacau-silvestre que rivaliza com o nome indígena coaxixa. A baga é muito grande e não tem polpa. Alguns gostam de comer.	Martius
Marantaceae		
<i>Goepfertia tuberosa</i> (Vell.) Borchs. & S.Suárez [pp. 06-07/ <i>Thalia tuberosa</i> Vell. – TL 01/018]	Marcgrave chama de agutigue póobi. Nome brasileiro é caeté. A folha é colorida de roxo por baixo. As raízes assadas são comidas pelos indígenas. Com esta planta fazem tecidos e telas, mas são moles e é melhor usar as fibras das palmeiras. Não servem para nada a não ser fechar os buracos das cestas de taquara brasileira usadas nos dorsos dos cavalos e dos negros, para carregar toucinho, legumes e outras cargas.	Correa, Peckolt, Piso
Melastomataceae		
<i>Pleiochiton blepharodes</i> (DC.) Reginato et al. [pp. 174-175/ <i>Melastoma coccineum</i> Vell. – TL 04/136]	Diferentes nomes para as variedades anhangapiri, aningapiri, muiva, caaguigúyo. Sobre uso médico consultar o Piso.	Correa, Piso
<i>Pleroma mutabile</i> (Vell.) Triana [p. 173/ <i>Melastoma mutabile</i> Vell. – TL 04/130]	Os indígenas a chamam comumente de cuipeúna. A partir dela faz-se uma *tinta útil para o curtume.	(*Correa), Piso
Meliaceae		
<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart. subsp. <i>canjerana</i> [p. 167/ <i>Trichilia canjerana</i> Vell. – TL 04/102; <i>Turraea americana</i> Vell. – TL 04/100]	Chamada comumente de canjerana. Fornece madeira.	Chernoviz, Correa, Martius, Silva Manso

Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplamt, s.d.)
<i>Cedrela fissilis</i> Vell. [p. 71/ TL 02/068]	Árvore fornece madeira excelente. Duas espécies fornecem aos construtores madeira de muitíssimo valor. Fornece tábuas de 11 palmos e para isto é preciso ter uma circunferência de 44 palmos.	Barléu, Brandão, Correa, Daniel, Le Cointe, Peckolt, Saint Hilaire
<i>Guarea macrophylla</i> subsp. <i>tuberculata</i> (Vell.) T.D.Penn. [p. 142/ <i>G. tuberculata</i> Vell. – TL 04/010]	Nome brasileiro jituiva. A casca da raiz tem poder *catártico.	(*Correa), Martius
Menispermaceae		
<i>Cissampelos ovalifolia</i> DC. [p. 109/ <i>Echites dubius</i> Vell. – TL 03/050]	Chamada de orelha-de-onça. Raízes da planta são usadas na medicina rural para várias virtudes.	Chernoviz, Correa, Le Cointe, Martius, Peckolt, Saint Hilaire, Sigaud, Spix
<i>Odontocarya vitis</i> (Vell.) Miers ex B.D.Jacks. [p. 429/ <i>Cissampelos vitis</i> Vell. – TL 10/137]	Raiz usada no Brasil e tem o nome africano de abútua.	Nenhum
Moraceae		
<i>Dorstenia cayapia</i> Vell. [p. 51/ TL 01/137]	Nome indígena cayapiá, devido a semelhança do sexo dos macacos. Português contra-hera e figueira-terrestre devido ao odor e sabor. Devido a qualidade como antídoto *contraveneno tornou-a celeberrima e importante na Matéria Médica. Quero lembrar ao leitor que no interior tem outra <i>Dorstenia</i> que o povo usa cotidianamente.	(*Martius), Correa, Le Cointe, Peckolt, Spix
<i>Maclura tinctoria</i> (L.) D. Don ex Steud. [pp. 398-399/ <i>Morus tataiba</i> Vell. – TL 10/021; <i>M. tinctoria</i> L. – TL 10/022]	Madeira é resistente e amarela.	Brandão, Correa, Daniel, Ducke, Hoehne, Martius, Peckolt, Piso, Spix, Sousa, Vicente de Salvador, Warming
Myristicaceae		
<i>Virola sebifera</i> Aubl. [p. 401/ TL 10/030]	O nome bicuiba em português veio de abacuy-b. Oferece madeira para construção pouco durável, bom para caixas. Quando a madeira está verde escorre uma linfa vermelha que o pessoal guarda em canequinha e seca para formar sangue de drago. Por isto chamado também pau-sangue. Depois que seca ao sol fornece um óleo com uso médico. Assadas as sementes esmagadas conseguem um sebo que é a terça parte do peso, com o nome de bicuiba.	Chernoviz, Correa Le Cointe, Martius, Peckolt, Spix, Thevet
Myrtaceae		
<i>Campomanesia guavirova</i> (DC.) Kiaersk. [p. 201/ <i>Psidium dulce</i> Vell. – TL 05/056]	Conhecida comumente como guabiroba. O fruto é doce, sem acidez, como são as plantas congêneres. As do interior são mais saborosas.	Correa. D'Abbeville, Halfeld
<i>Campomanesia transalpina</i> (Vell.) O.Berg [p. 202/ <i>Psidium transalpinum</i> Vell. – TL 05/059]	Chamada de guabiroba. Segundo Piso tem força médica.	Nenhum
<i>Eugenia brasiliensis</i> Lam. [p. 204/ <i>Myrtus grumixama</i> Vell. – TL 05/071]	*Fruto cultivado nos quintais. Similar a cerejeira-anã europeia. Prepara-se com açúcar.	(*Coimbra, Correa, Cristóvão de Lisboa, D'Abbeville, Hoehne, Le Cointe, Martius, Peckolt, Piso, Sousa, Vasconcelos)

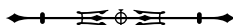


Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/ pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplamt, s.d.)
<i>Eugenia uniflora</i> L. [p. 199/ <i>Plinia rubra</i> L. – TL 05/046]	Existem duas espécies, das quais uma tem fruta vermelha e é sulcada e outra que tem fruta negra e sulcada. As duas espécies são chamadas popularmente de pitangas.	Agassis, Caudeclaugh, D'Orbigni, Le Cointe, Saint Hilaire, Wied-Neuwied
<i>Myrcia crocea</i> (Vell.) Kiaersk. [p. 197/ <i>Plinia crocea</i> Vell. – TL 05/034]	O mesmo da espécie anterior.	Nenhum
<i>Myrcia vellozoi</i> Mazine [p. 202/ <i>Myrtus racemosa</i> Vell. – TL 05/060]	Chamada comumente de uaeपुरuna, que em português significa fruta preta. É comestível.	Nenhum
<i>Pimenta pseudocaryophyllus</i> (Gomes) Landrum [p. 204/ <i>Myrtus caryophyllata</i> Vell. – TL 05/070]	Não perde em perfume e acidez para o *cravo da Índia, talvez seja uma <i>Eugenia</i> .	(*Correa, Gomes, Martius, Peckolt), Sigaud, Spix
<i>Plinia edulis</i> (Vell.) Sobral [p. 197/ <i>Eugenia edulis</i> Vell. – TL 05/034]	Chamada comumente de cambucá. *Polpa doce.	(*Correa)
<i>Plinia peruviana</i> (Poir.) Govaerts [pp. 202-203/ <i>Myrtus jaboticaba</i> Vell. – TL 05/062]	Os brasileiros colocam este fruto no lugar mais eminente. A prefeitura de São Vicente, no litoral de S. Paulo, diz que é onde são conhecidos os melhores. Por isso são transportados do mato para as hortas, onde são cultivadas. As pessoas do interior, que tem qualquer árvore carregada de frutos, cobram caro para que sejam colhidos. Os habitantes das margens do Rio São Francisco usam os frutos para fazer uma bebida fermentada. A árvore é lindíssima, digna de ser cultivada nos pomares dos reis, não só pela força das folhas, mas também pelas singularidades dos seus frutos que cobrem os ramos. O pericarpo é usado pelo povo do interior como adstringente para cortar a *diarreia, como clisteres.	(*Chernoviz, Correa, Sigaud), Burmeister, Burton, Caldcleugh, Castelnau, Gardner, Halfeld, Hoehne, Langsdorff, Luccock, Le Cointe, Noronha, Peckolt, Piso, Pohl, Saint Hilaire, Spix, Vasconcelos, Warming, Wied-Neuwied
<i>Psidium cattleyanum</i> Sabine [p. 200/ <i>P. arboreum</i> Vell. – TL 05/050]	Nome comum brasileiro é araçá. É azedo.	Brandão, Burton, Correa, Halfeld, Langsdorff, Le Cointe, Martius, Peckolt Raddi, Saint Hilaire, Sousa, Spix
Orchidaceae		
<i>Catasetum socco</i> (Vell.) Hoehne [p. 373/ <i>Cypripedium socco</i> Vell. – TL 9/65; <i>Cypripedium cothurnum</i> Vell. – TL 09/063]	Conhecido comumente por sumaré. O bulbo tem uma mucilagem meio grudenta, ótima para colar couros e madeiras.	Nenhum
Oxalidaceae		
<i>Oxalis debilis</i> Kunth [p. 186/ <i>O. violacea</i> L. – TL 04/176]	Existem algumas variedades desta espécie e todas são azedas. Uso médico em pacientes com *escorbuto.	(*Peckolt), Martius
<i>Oxalis rhombo-ovata</i> A.St.-Hil. [p. 187/ <i>O. bifida</i> Vell. – TL 04/183]	Existem algumas variedades desta espécie. Todas as variedades são azedas.	Nenhum
Passifloraceae		
<i>Passiflora alata</i> Curtis [p. 377/ <i>P. maliformis</i> Vell. – TP 09/073]	Fruto comestível. Folhas tem uso médico como descrito por Piso.	Chernoviz, Coimbra, Correa, Cristóvão de Lisboa, Hoehne, Le Cointe, Martius, Noronha, Piso

Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplant, s.d.)
<i>Passiflora edulis</i> Sims [p. 380/ <i>P. diaden</i> Vell. – TL 09/088]	Fruto amarelo, comestível. Folhas usadas como remédio.	Correa, Daniel, Hoehne, Le Cointe, Martius, Noronha
<i>Passiflora foetida</i> L. [p. 380/ TL 09/085; <i>P. polyadena</i> Vell. – TL 09/091]	Uma glândula secretória vaza um óleo, que deixa a planta untuosa e fétida.	Correa, Ferrão, Martius, Spruce
Phytolaccaceae		
<i>Gallesia integrifolia</i> (Spreng.) Harms [p. 191/ <i>Crateva gorarema</i> Vell. – TL 05/004]	Chamada comumente de gorarêma. Tem odor de alho. No engenho de cana é usado como lixívia para purificar o açúcar. As cinzas produzem sal alcalino quando incinerado.	Correa, Martius, Peckolt, Sousa
Piperaceae		
<i>Piper aduncum</i> L. [p. 26/ TL 01/060]	Pimenta chamada apertarúão porque é adstringente e usada pelas mulheres para ter a sensação de virgem. É aromática.	Coimbra, Correa, Le Cointe, Martius, Peckolt
<i>Piper anisum</i> (Spreng.) Angely [p. 25/ <i>P. jaborandi</i> Vell. – TL 01/055]	Chamada comumente de nhandí. A acidez da raiz parece com a do piretro.	Chernoviz, Correa, Martius, Peckolt, Sousa
<i>Piper divaricatum</i> G.Mey. [p. 26/ <i>P. crassum</i> Vell. – TL 01/059]	Chamado comumente de bettle. Tem uso médico nas queimaduras.	Correa, Peckolt, Piso
<i>Piper umbellatum</i> L. [p. 25/ TL 01/054]	Conhecido comumente por caapéba ou periparóba. Marcgrave afirma que os portugueses chamam esta pimenta de guaxima que pertence as Malvaceas. A raiz da planta tem uma força *aperitiva e uso médico.	(*Piso), Bunbury, Chernoviz, Coimbra, Correa, Daniel, Le Cointe, Martius, Mendes, Peckolt, Saint Hilaire, Sampaio, Sigaud, Sousa
Plantaginaceae		
<i>Scoparia dulcis</i> L. [p. 47/ TL 01/123]	Nome indígena tupixava e em português conhecido como vassourinha. Ocupa lugar na Matéria Médica Brasileira, tanto no *tenesmo, hemorroidas, inflamação dos anus ou dores, é um remédio pronto.	(*Chernoviz, Coimbra, Le Cointe, Martius, Piso), Bunbury, Correa, Sampaio, Saint Hilaire, Spix
Plumbaginaceae		
<i>Plumbago scandens</i> L. [p. 99/ TL 03/015]	Nome brasileiro ca-apomonga. Gosto de agrião.	Chernoviz, Correa, Le Cointe, Martius, Piso, Spix
Polygalaceae		
<i>Senega lancifolia</i> (A.St.-Hil. & Moq.) J.F.Pastore [p. 276/ <i>Polygala multicaulis</i> Vell. – TL 07/71]	Não é perda de tempo acrescentar polígalas descritas por mim como o nome brasileiro de uvapacari. Suas raízes são perfumadas. Se os nossos professores de botânica aprofundassem o estudo dessas espécies confirmariam sua ação como a <i>Polygala senega</i> . Os índios quando se lavam as roupas e os corpos esfregam o uvapacari devido ao perfume. Nem todas as raízes são perfumadas.	Nenhum
Proteaceae		
<i>Euplassa legalis</i> (Vell.) I.M.Johnst. [p. 41/ <i>Dicneckeria legalis</i> Vell. – TL 01/105]	É reconhecido sob o nome de cuticaem. Fornece madeira para construções.	Nenhum



Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplamt, s.d.)
Pteridaceae		
<i>Adiantum radianum</i> C.Presl [pp. 455-456/ <i>A. trapeziforme</i> Vell. – TL 11/098]	Conhecido pelo nome vulgar de Avenca. Penso que é uma espécie comumente usada nas Farmácias.	Chernoviz, Peckolt
Rubiaceae		
<i>Galium noxium</i> (A.St.-Hil.) Dempster [p. 43/ <i>G. paratyense</i> Vell. – TL 01/112]	Entre nosso povo é conhecida como ruivinha e a raiz é usada para colorir o couro de vermelho.	Bunbury, Burton, Castelnau, Correa, Saint Hilaire
<i>Genipa americana</i> L. [p. 89/ TL 02/141; <i>G. humilis</i> Vell. – TL 02/142]	O tronco arbóreo é altíssimo, mas baixo para a obtenção de frutos. Dá madeira para os construtores. Os índios usam *a tinta que pintam as roupas e os corpos.	Vários (consultar o Dataplamt)
<i>Posoqueria latifolia</i> (Rudge) Schult. [p. 97/ <i>Gardenia suaveolens</i> Vell. – TL 03/009]	Chamada comumente de assucena do mato. Flores com aroma suavíssimo.	Correa, Hoehne, Le Cointe, Noronha, Peckolt
<i>Ronabea emetica</i> (L.f.) A.Rich. [p. 62/ <i>Psychotria emetica</i> L.f. – TL 02/022]	Planta muito conhecida pelos farmacêuticos devido a sua *grande virtude. Agora também pelos botânicos devido ao trabalho do Mutis que levou várias amostras da América para a Europa.	(*Correa, Humboldt, Le Cointe, Silva Manso)
Sapotaceae		
<i>Pradosia lactescens</i> (Vell.) Radlk. [pp. 77-78/ <i>Pometia lactescens</i> Vell. – TL 02/087]	Chamada comumente por casca-d'anta, porque ela é comida por animais chamados de anta. Não deve ser confundida com outra planta com o mesmo histórico (<i>Drimys winteri</i>).	Antonil, Brandão, Correa, Hoehne, Lery, Martius, Peckolt, Piso, Sigaud, Sousa, Spruce, Thevet
Scrophulariaceae		
<i>Buddleja stachyoides</i> Cham. & Schtdl. [pp. 40-41/ <i>B. australis</i> Vell. – TL 01/104]	É chamado verbasco devido a semelhança com a espécie portuguesa; os nativos chamam de tonhõaemrambeora que significa calças de velha.	Bunbury, Chernoviz, Coimbra, Correa, Martius, Saint Hilaire, Spix
Solanaceae		
<i>Capsicum baccatum</i> L. [pp. 59-60/ TL 02/003; <i>C. comarim</i> – TL 02/002]	Chamada comumente de pica-de-macaco devido à semelhaça com os genitais. Cultivada nas hortas. Chamada comumente de pimenta-comary, que vem do nome brasileiro quecimerim. Também chamada pimentão e pimenta-de-cheiro. É ocre. Excelente remédio para *inflamação da garganta e do ânus. Ela serve como condimento.	(*Correa), Sampaio, Warming
<i>Capsicum baccatum</i> var. <i>umbilicatum</i> (Vell.) Hunz. & Barboza [p. 60/ <i>C. umbilicatum</i> Vell. – TL 02/007]	Nome popular fundo-de-lima. Ela serve como condimento. Coletada na horta.	Martius
<i>Solanum alternatopinnatum</i> Steud. [p. 84/ <i>Solanum oleraceum</i> Vell. – TL 02/125]	Chamada juquerióba que significa planta espinhosa. Cultivada nos quintais. Usada pelos portugueses como alimento. É também utilizada em gargarejos para inflamação na garganta.	Chernoviz, Correa, Hoehne, Martius, Warming

Tabela 1.

(Continua)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplamt, s.d.)
<i>Solanum caavurana</i> Vell. [p. 82/ TL 02/112]	É chamada pelos índios como caavurana, que entende que por baixo tem cor azul. Tem qualidades refrescantes usada no banho e como clísteres. É saponácea e usada para lavar.	Correa, Martius
<i>Solanum cordifolium</i> Dunal [p. 85/ <i>S. subscandens</i> Vell. – TL 02/128]	Vulgarmente chamada de juripeba, nome dado a algumas espécies de <i>Solanum</i> . Os frutos são pequenos. Atribui-se capacidade médica, decocto das raízes contra gonorreia.	Nenhum
<i>Solanum mauritianum</i> Scop. [p. 78/ <i>S. tabacifolium</i> Vell. – TL 02/089]	Conhecida comumente como caá ou fumo-bravo. São avidamente comidas pelos animais quadrúpedes.	Correa
<i>Solanum sisymbriifolium</i> Lam. [p. 84/ <i>Solanum edule</i> Vell.]	Conhecida como juá. Uma grande quantidade é consumida impunemente. Eles imitam a cor das cerejas.	Correa, Hoehne
<i>Solanum viarum</i> Dunal [p. 86/ <i>S. ambrosiacum</i> Vell. – TL 02/131]	Joá-amarelo. Fruto amarelo muito aromático. Pessoas do campo costumam usar como clísteres.	Nenhum
Thymelaeaceae		
<i>Daphnopsis fasciculata</i> (Meisn.) Nevling [pp. 142-143/ <i>Bosca stupacea</i> Vell. – TL 04/11]	Conhecida pelo nome vulgar embira. A casca desta planta não é muito duradoura, mas misturando com o vime melhora.	Nenhum
Urticaceae		
<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul [p. 420/ <i>C. peltata</i> Vell. – TL 10/101]	Tem propriedades médicas para curar cancros recentes, que não são venéreos. Tem uso mecânico também para produzir sais alcalinos próprios para a fabricação de vidro.	Correa, Hoehne, Le Cointe, Peckolt
<i>Urera nitida</i> (Vell.) P.Brack. [p. 398/ <i>Urtica nitida</i> Vell. – TL 10/20]	Queima.	Correa, Le Cointe, Peckolt
Verbenaceae		
<i>Citharexylum myrianthum</i> Cham. [p. 76/ <i>Ehretia lanceolata</i> Vell. – TL 02/83]	Chamado comumente de Taroman. Os frutos são comestíveis.	Nenhum
Violaceae		
<i>Amphirrhox longifolia</i> (A.St.-Hil.) Spreng. [p. 89/ <i>Braddleya legalis</i> Vell. – TL 02/140]	Portugueses chamam de canela-de-veado. Serve para construção.	Nenhum
<i>Anchietea pyrifolia</i> (Mart.) G.Don [p. 354/ <i>Viola summa</i> Vell. – TL 08/161]	Conhecido comumente como cipó-suma. Interioranos usam as raízes devido a força *catártica.	(*Chernoviz, Correa, Martius, Silva Manso) Coimbra, Saint Hilaire, Spix
Vitaceae		
<i>Cissus paullinifolia</i> Vell. [p. 40/ TL 01/102]	Atribuem a esta espécie uma força para curar *artrite, por isto os portugueses dão o nome de cipó-da-gota.	(*Hoehne)



Tabela 1.

(Conclusão)

Família/espécies [página da descrição/nomes segundo Veloso/ pranchas]	Nome popular, características e usos	Outros autores (de acordo com Dataplant, s.d.)
Xyridaceae		
<i>Xyris macrocephala</i> Vahl [pp. 29-30/ <i>Xyris indica</i> – TL 01/071]	Nome indígena jupicái, português erva de impingen, porque cura *impingens. A parte afetada aperta-se bem esfregando a planta fresca.	(*Le Cointe, Piso), Peckolt
Winteraceae		
<i>Drimys brasiliensis</i> Miers [<i>Drimys winteri</i> J.R.Forst. & G.Forst. – TL 05/132]	Conhecida comumente como casca-d’anta. Pessoas do interior atribuem a ela vários usos médicos.	Chenoviz, Coimbra, Correa, Daniel, D’Orbigny, Gardner, Martius, Peckolt, Sigaud, Saint Hilaire, Spix
Zingiberaceae		
<i>Renalmia chrysotricha</i> Petersen [p. 02/ <i>Alpinia humilis</i> Vell. – TL 01/004; <i>A. racemosa</i> Vell. – TL 01/003]	Os índios chamam de pacoseróca, em distinção do pacó-caatinga que hoje é chamado de paco-bá. As raízes da <i>A. humilis</i> são amargas. A fruta amassada com suco de frutas cítricas fornece uma tinta preta.	Martius

RESULTADOS E DISCUSSÃO

FREI VELOSO E A SOCIOBIODIVERSIDADE

A Tabela 1 traz os usos tradicionais, ou as características que contribuem para este uso, de 153 espécies nativas, distribuídas entre 63 famílias botânicas. A família mais bem representada é Asteraceae, com 17 espécies, seguida de Fabaceae, com 15. Outras famílias bem representadas são Myrtaceae (nove espécies), Solanaceae (oito), Malvaceae (seis), Cucurbitaceae e Euphorbiaceae (cinco cada), Dioscoreaceae, Piperaceae e Rubiaceae (quatro), Anacardiaceae, Araceae, Bignoniaceae, Cordiaceae, Meliaceae e Passifloraceae (três). Outras 11 famílias tiveram duas espécies registradas, enquanto 38 são representadas por apenas uma espécie. É importante observar que, diferentemente de hoje, na época em que Frei Veloso fez seus trabalhos de campo, a população do Brasil, especialmente os povos indígenas, faziam uso prioritariamente das plantas nativas (Brandão et al., 2008).

É possível que Frei Veloso tenha observado os usos de algumas plantas citadas na “Flora”, como *Anacardium humile* A.St.-Hil. (Anacardiaceae), *Vernonanthura cymosa* (Vell.) H.Rob. (Asteraceae) e *Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville (Fabaceae), que ocorrem no Cerrado (Pastore

& Pirani, 2020), durante sua juventude em Tiradentes (Brandão, 2019). Outra fonte de informação pode ter sido os indígenas da aldeia de São Miguel, atual distrito de São Miguel Paulista, onde exerceu a catequese (Stellfeld, 1952).

Um aspecto diferente de Frei Veloso em relação a outros autores de sua época é o registro de nomes populares das plantas segundo suas origens indígena, brasileira ou portuguesa (Fonseca, 2010; Stellfeld, 1944). A associação dos nomes indígenas ao uso tradicional de uma planta é importante, pois possibilita a identificação das etnias responsáveis pelo uso dos remédios, para, assim, repartir os benefícios da comercialização de produtos (Brasil, 2015).

Na época de Frei Veloso, os Tupinambás eram o povo predominante (Cordeiro & Lima, 2025). Assim, preservar os nomes originais das plantas representa também uma forma de inibir a erosão cultural que vem sendo sofrida pelos povos indígenas ao longo do tempo. Atualmente, a população brasileira vem, por exemplo, atribuindo nomes de medicamentos industrializados e comercializados nas farmácias a várias plantas. Não é difícil encontrar em uma simples horta plantas chamadas de Doril®, Novalgina® ou Terramicina®, entre outros nomes de produtos comerciais. Esse procedimento acelera a erosão cultural em curso e precisa ser combatido. Diversos nomes originais indígenas

foram citados por Veloso na “Flora” e estão disponíveis, juntamente com nomes citados por outros autores, em Dataplamt (s.d.).

USOS MEDICINAIS

Se eu tivesse uma voz de trovão eu exaltaria a virtude desta planta. Pela divina providencia a nenhum povo da América faltarão esta planta e por isto ela, entre outras, deve ser enaltecida pela sua natureza e arte⁶ (Vellozo, 1881, pp. 347-348).

Quarenta e oito espécies nativas foram registradas como medicinais por Frei Veloso. O uso como catártico foi o mais frequente (sete) e, entre as espécies que o apresentam, são mencionadas *Ipomoea pes-caprae* (L.) R.Br. (Convolvulaceae), *Fevillea trilobata* L. (Cucurbitaceae) e *Anchietea pyrifolia* (Mart.) G.Don (Violaceae). Para quatro outras espécies, a indicação de catártico é acompanhada do uso como emético, conforme observado para a *Cayaponia cabocla* (Vell.) Mart. (Cucurbitaceae), *Joannesia princeps* Vell. (Euphorbiaceae), *Trimezia martinicensis* (Jacq.) Herb. (Iridaceae) e *Guarea macrophylla* subsp. *tuberculata* (Vell.) T.D.Penn. (Meliaceae). Esses usos tradicionais foram bastante adotados até o final do século XIX, devido à crença, corrente naquela época, de que as doenças eram consequência de um ‘corpo sujo’. Assim, os tratamentos consistiam em aplicar remédios que ‘depurassem’ o organismo, ou seja, provocassem um ‘expurgo’ (Brandão et al., 2008, 2012).

Outro uso medicinal frequente citado por Veloso foi o tratamento de doenças de pele e mucosas. Impingens podem ser tratadas com *Xyris macrocephala* Vahl (Xyridaceae, erva-de-impingem), enquanto queimaduras podem ser medicadas com *Piper divaricatum* G.Mey. (Piperaceae). Plantas adstringentes são também importantes no tratamento de problemas de pele e mucosas, sendo indicadas quatro: *Schinus terebinthifolia* Raddi (Anacardiaceae), *Stryphnodendron adstringens*, *Plinia peruviana* (Poir.) Govaerts (Myrtaceae) e *Piper aduncum* L. (Piperaceae). A adstringência ocorre devido à presença de taninos, sendo que plantas ricas

dessas substâncias já foram, inclusive, usadas na indústria do curtume. Para tratar feridas, o autor registra também *Caladium bicolor* (Aiton) Vent. (Araceae), *Costus arabicus* L. e *Heliotropium indicum* L. (Heliotropiaceae), sendo para esta última atribuídas as ações abstergente e mundificante, essenciais para a cicatrização.

Para tratar inflamações da garganta e/ou do ânus, Frei Veloso cita *Eryngium pristis* Cham. & Schltdt. (Apiaceae), *Capsicum baccatum* L., *Solanum alternapinnatum* Steud. (Solanaceae) e *Scoparia dulcis* L. (Plantaginaceae). Plantas da família Solanaceae contêm substâncias químicas com estrutura esteroide, semelhante a alguns tipos de anti-inflamatórios (Delbrouck et al., 2023). Já Plantaginaceae é rica em mucilagem, substância com ação demulcente, que alivia a irritação das mucosas (Dybka-Stepién et al., 2021). Contra picadas de cobra, foram citadas *Asterostigma luschnathianum* Schott (Araceae), *Mikania cordifolia* (L.f.) Willd. (Asteraceae) e *Dorstenia cayapia* Vell. (Moraceae). Plantas dos gêneros *Mikania* e *Dorstenia* são ricas em cumarinas, substâncias anticoagulantes que interferem na distribuição do veneno pela corrente sanguínea (Pilon et al., 2024).

Doenças sexualmente transmissíveis representavam um flagelo até o início do século XX, antes do advento da penicilina (Atasanov et al., 2015). O ressurgimento dessas e de outras antigas doenças infectocontagiosas, decorrente do aquecimento global, bem como a necessidade de desenvolver novos medicamentos remontam a décadas (Arya, 1999). As plantas citadas por Frei Veloso para tratá-las pertencem a diferentes famílias botânicas, sinalizando ampla possibilidade da presença de substâncias ativas, com novas estruturas químicas, capazes de combater tais doenças (Valli et al., 2018). As ações antivenéreas das raízes de *Vernonanthura cymosa* foram comparadas por Frei Veloso com as de espécies de salsaparrilha, do gênero *Smilax* (Smilacaceae). Toneladas de salsaparrilhas foram transportadas para a Europa para tratar sífilis e outras doenças venéreas, desde o início da colonização. O comércio dessas

⁶ Trecho da “Flora” para *Elephantopus mollis* Kunth.

plantas movimentou a economia da Amazônia, ao lado do cravo, do Maranhão, e do bálsamo de copaíba, as chamadas “drogas do sertão” (Emperaire, 2000).

Frei Veloso refere-se ao potencial das *Smilax* somente ao citar outro tipo de salsaparrilha, *Herreria salsaparrilha* Mart. (Asparagaceae): “as raízes desta espécie substituem a salsaparrilha oficial” (Vellozo, 1881). Espécies de *Herreria* e *Smilax* são ricas em saponinas, substâncias com ação hipocolesterolêmica e hipolipidêmica, sendo comumente usadas na medicina tradicional como “depurativas do sangue” (F. Pereira et al., 2015). Quatro espécies são citadas por Frei Veloso para tratar doenças venéreas: *Jacaranda caroba* (Vell.) DC. (Bignoniaceae), *Costus arabicus* (Costaceae), *Desmodium axillare* (Sw.) DC. (Fabaceae) e *Solanum cordifolium* Dunal (Solanaceae).

É curioso que, para o tratamento de febres, a única indicação foi para *Elephantopus mollis* Kunth (Asteraceae). Elas eram um problema de saúde grave na época de Veloso, sendo as intermitentes uma das mais temidas, por ser sintoma da malária. A cura da malária foi copiada dos ameríndios no século XVII pelos espanhóis, a partir das cascas de espécies de *Cinchona*, chamadas quinas, que contêm quinino. Por outro lado, Frei Veloso descreve, no seu livro “Quinografia Portuguesa”, publicado em Lisboa em 1799 (Vellozo, 1799), informações sobre quatro espécies de falsas-quinas brasileiras: *Baccharis crispa* Spreng. (Asteraceae), *Solanum pseudoquina* A.St.-Hil. (Solanaceae), *Coutarea hexandra* (Jacq.) K.Schum. (Rubiaceae) e *Aspidosperma illustre* (Vell.) Kuhl. & Pirajá (Apocynaceae). Apesar de todas ocorrerem na região estudada por Frei Veloso, apenas *B. crispa* é citada na “Flora”, a qual é conhecida comumente como carqueja e tem sabor amargo (Vellozo, 1799).

É curioso também verificar que Frei Veloso tenha citado como planta de ‘grande virtude’ *Psychotria emetica* L.f. (atual *Ronabea emetica* (L.f.) A.Rich.), e não *Psychotria ipecacuanha* (atual *Carapichea ipecacuanha*), cujos efeitos medicinais já eram amplamente conhecidos desde os primórdios da colonização. Na época de Veloso, a ipecacuanha era um dos produtos mais importantes, com cerca de quatro toneladas das raízes

transportadas anualmente do Rio de Janeiro para Portugal, nos séculos XVIII e XIX (Dean, 1996). Segundo o próprio Frei Veloso, a planta era manipulada pelos farmacêuticos, ou seja, tinha eficácia reconhecida também na medicina convencional. Os efeitos medicinais da ipecacuanha foram minuciosamente descritos por Guilherme Piso, autor indicado para consulta pelo próprio Frei Veloso.

Várias plantas contêm substâncias aromáticas com propriedades medicinais, por exemplo, *Piper aduncum* L., que é antisséptico das mucosas, *Baccharis dracunculifolia* DC. (Asteraceae), utilizada pelas abelhas para a preparação de própolis, e *Varronia curassavica* Jacq. (Cordiaceae), que “tem aroma forte” (Vellozo, 1881). Com o óleo essencial desta última, pesquisadores brasileiros desenvolveram recentemente um produto anti-inflamatório tópico (Acheflan®) que vem ganhando o mercado farmacêutico nacional (Dutra et al., 2016). Outros exemplos de plantas aromáticas citadas por Frei Veloso são *Hypericum brasiliense* Choisy (Hypericaceae) – “tem odor forte” –, *Tripodanthus acutifolius* (Ruiz & Pav.) Tiegh. (Loranthaceae) – “é bastante odorífera” –, *Aristolochia cymbifera* Mart. & Zucc., *A. odoratissima* L. (Aristolochiaceae) – “odor fétido” – e *Senecio brasiliensis* (Spreng.) Less. (Asteraceae) – “é uma planta com cheiro forte” (Vellozo, 1881). Aromas intensos revelam a presença de substâncias voláteis de interesse farmacêutico nas plantas citadas por Frei Veloso, as quais precisam ser estudadas.

Neste estudo, buscou-se conhecer quais espécies citadas na “Flora” também foram citados por outros autores dos séculos passados, e se os usos foram correspondentes (marcadas com asterisco na Tabela 1). Entre os 69 autores cujas obras integram a base de dados do Dataplant (s.d.), 60 citaram alguma das plantas aqui tratadas (Tabela 1). Os usos como emético e purgativo de *Joannesia princeps* foram citados por 17 autores. Como adstringente, *Schinus terebinthifolia*, *Stryphnodendron adstringens* e *Anadenanthera colubrina* (Vell.) Brenan (Fabaceae) foram citadas por 17, 11 e dez autores, respectivamente. As duas últimas espécies têm grande importância na medicina oficial de

hoje e contam, inclusive, com monografias publicadas na última edição da “Farmacopeia brasileira” (Anvisa, 2024). Os usos de *Herreria salsaparrilha* e *Trimezia martinicensis* como depurativo e emético foram citados por oito autores. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), um uso igual e constante durante longo período pode atestar a efetividade de um remédio preparado com uma planta medicinal (Ricardo et al., 2018). Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tais produtos podem obter licença para registro como produtos tradicionais fitoterápicos (PTF) (Carvalho et al., 2025; WHO, 2013).

FREI VELOSO E A BIOECONOMIA

Talvez seja a mesma dos tintureiros europeus que chamam de Rubia. Se é a mesma europeia é aperitiva ou não? Os médicos dizem que sim, mas os farmacêuticos não dão o mesmo valor. Se estas comparações fossem aplicadas às nossas plantas, poderia descobrir o poder curativo de muitas delas, não digo mais porque pode parecer que estou cantando fora do coro⁷ (Vellozo, 1881, pp. 43-44).

Além das plantas com uso medicinal, a “Flora” traz outras espécies com substâncias químicas e/ou propriedades importantes que podem ser aproveitadas economicamente. Frei Veloso descreveu diferentes aromas de 20 plantas, que poderiam ser comercialmente aproveitadas na elaboração de condimentos para a área da gastronomia (Garcia-Casal et al., 2016). Exemplos são *Xylopia frutescens* Aubl. (Annonaceae), cujo fruto “lembra o cravo e a pimenta indiana”; *Hyptis radicans* (Pohl) Harley & J.F.B.Pastore (Lamiaceae), que “tem aroma de menta”; a madeira de *Ocotea odorifera* (Vell.) Rohwer (Lauraceae), que pode ser usada como canela; *Gallesia integrifolia* (Spreng.) Harms (Phytolaccaceae) e *Crateva tapia* L. (Capparaceae), que têm aroma de alho; enquanto *Porophyllum ruderale* (Jacq.) Cass. (Asteraceae) “tem odor forte, semelhante à *Brassica*” (Vellozo, 1881).

Vários frutos comestíveis foram indicados por Veloso, entre eles alguns muito conhecidos, como

os de *Anacardium humile* (cajuzinho-do-campo), *Campomanesia guavirova* (DC.) Kiaersk. (guabiroba), *Eugenia brasiliensis* Lam. (grumixama), *E. uniflora* L. (pitanga), *Plinia edulis* (Vell.) Sobral (cambucá), *P. peruviana* (Poir.) Govaerts (jabuticaba), *Psidium cattleianum* Sabine (araçá) (Myrtaceae), *Passiflora alata* Curtis e *P. edulis* Sims (maracujás) (Passifloraceae). Outros frutos de espécies de Myrtaceae e Solanaceae listados na Tabela 1 são menos conhecidos: *Campomanesia transalpina* (Vell.) O.Berg (também chamado de guabiroba), *Myrcia vellozoi* Mazine (uaepuruna) e *Solanum cordifolium* Dunal (juripeba).

Em estudo recente, Teixeira et al. (2019) recuperaram informações de mais de 500 espécies de frutos comestíveis nativos do Brasil da obra do botânico Manoel Pio Correa (1844-1934). Contudo, as três últimas espécies citadas acima não constam no referido estudo e nem em outras obras presentes no Dataplant (s.d.). Portanto, resultados como esses mostram o quanto os registros feitos por Frei Veloso trazem informações ainda inéditas e que precisam ser melhor consideradas.

Outras plantas nativas citadas na “Flora” como alimento são *Pereskia aculeata* Mill. (Cactaceae) e *Solanum alternatopinnatum* Steud. (Solanaceae). Para a primeira, Frei Veloso revela que era “comumente conhecida como ora-pro-nobis” e que “Africanos usam como comida no lugar do hibisco” (Vellozo, 1881). A ora-pro-nobis é uma planta muito valorizada hoje, movimentando toda uma cultura gastronômica. A partir da citação de Frei Veloso, é interessante notar que o uso culinário da planta teve início com os negros escravizados, indicação que certamente contribui para a valorização da cultura africana no Brasil. Felizmente, o emprego dos frutos e de outros alimentos vegetais nativos vem sendo atualmente impulsionado pelo movimento de consumo de produtos conhecidos como plantas alimentícias não convencionais (PANC) (Kinupp & Lorenzi, 2015).

Outro grupo de plantas com potencial econômico e valorizadas por Frei Veloso são as que contêm pigmentos.

⁷ Trecho da “Flora” para *Galium noxium* (A.St.-Hil.) Dempster.

Na “Flora”, são citadas as Rubiaceae *Galium noxium*, para “colorir o couro de vermelho”, e *Genipa americana* L., sobre a qual menciona que “os índios usam a tinta que pintam as roupas e os corpos” (Vellozo, 1881). A *Cayaponia tayuya* (Vell.) Cogn. (Cucurbitaceae) é indicada “para colorir o algodão de amarelo”, enquanto *Pleroma mutabile* (Vell.) Triana (Melastomataceae) teria “uma tinta útil para o curtume” e *Indigofera suffruticosa* Mill. (Fabaceae) era “bastante cultivada devido a fécula tintorial com nome de anil. A cada dia navios carregados levam a planta para Portugal” (Vellozo, 1881). Outras plantas são ricas em resinas, como *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze (Araucariaceae), *Mikania glomerata* Spreng. (Asteraceae) e *Protium heptaphyllum* (Aubl.) Marchand (Burseraceae). Além dos empregos medicinais, as resinas têm várias aplicações em cosméticos, adesivos, isolantes, sendo utilizadas até para a impressão em 3D (Horst & Tebcherani, 2017). *Catasetum socco* (Vell.) Hoehne (Orchidaceae), *Sapium glandulosum* (L.) Morong (Euphorbiaceae) e *Spondias purpurea* L. (Anacardiaceae) produzem uma ‘goma’. Essa substância vem sendo objeto de estudos que buscam usá-la em substituição a gelatina e outros produtos de origem animal (Haddadi et al., 2024).

Dezessete espécies fornecem madeiras, algumas nobres, impermeáveis ou incorruptíveis, próprias para construção: *Schinus terebinthifolia*, *Jacaranda jasminoides* (Thunb.) Sandwith (Bignoniaceae), *Araucaria angustifolia*, *Centrolobium robustum* (Vell.) Mart. ex Benth., *Enterolobium contortisiliquum* (Vell.) Morong, *E. monjollo* (Vell.) Mart., *Machaerium incorruptibile* (Vell.) Benth., *M. legale* (Vell.) Benth. (Fabaceae), *Cedrela fissilis* Vell. (Meliaceae), *Maclura tinctoria* (L.) D. Don ex Steud. (Moraceae), *Euplassa legalis* (Vell.) I.M. Johnst. (Proteaceae) e *Genipa americana*. Outras madeiras, consideradas por Frei Veloso como inferiores, também têm utilidades, como *Tabebuia obtusifolia* (Cham.) Bureau (Bignoniaceae) e *Cordia trichotoma* (Vell.) Arráb. ex Steud. (Cordiaceae), para a manufatura de sapatos e tamancos, *Luehea speciosa* Willd. (Malvaceae) e *Cabralea canjerana* (Vell.) Mart. (Meliaceae), para a produção de

caixas. É curioso observar a indicação para a confecção de utensílios domésticos para a *Dalbergia nigra* (Vell.) Allemão ex Benth. (Fabaceae). Esta espécie já foi muito explorada na produção de móveis de alta durabilidade e a sua citação pode ser uma consequência do descrito por ele para *Machaerium legale*: “Se eu tivesse mais tempo para este trabalho iria descrever o peso e qualidades destas madeiras. Mas o estreito do tempo não me permitiu fazer. Não faltarão pessoas interessadas na flora do Brasil para fazer isto” (Vellozo, 1881).

Frei Veloso descreve o uso de *Goeppertia tuberosa* (Vell.) Borchs. & S. Suárez (Marantaceae) para a produção de tecido, mesmo que de baixa qualidade, enquanto *Davilla nitida* (Vahl) Kubitzki (Dilleniaceae) era usada para fazer sebes. Ele descreveu o uso da casca da ‘embira’, *Daphnopsis fasciculata* (Meisn.) Nevling (Thymelaeaceae), que não é muito duradoura, mas melhora ao ser misturada com o vime. É importante destacar a informação citada por Motta e Salgado (1971) sobre o documento nº 409, de 22/11/1809, do Arquivo d’Eu, no qual Frei Veloso informa ao Conde de Linhares, ministro do príncipe regente D. João VI, que havia conseguido produzir um papel com a ‘embira’. Frei Veloso informa, ainda, que estava à procura de outras plantas filamentosas para a criação de uma fábrica de papel. A fábrica chamada Orianda foi instalada em Petrópolis em 1852 e, a despeito do alto índice de perfeição técnica, foi fechada em 1874, devido, entre outros fatores, à falta de matéria-prima (Motta & Salgado, 1971). A espécie *D. fasciculata* continua sendo objeto de estudos atualmente, com interesse no seu aproveitamento na indústria têxtil (Duarte et al., 2017). Alternativas naturais para a produção de tecido são importantes frente aos temíveis microplásticos (Olivatto et al., 2018).

Frei Veloso apresentou também informações sobre as plantas suculentas, espécies que recebem o nome popular de outro original, devido à sua semelhança morfológica ou ao uso tradicional. Um exemplo de suculento citado por Frei Veloso é *Ilex dumosa* Reissek (Aquifoliaceae), suculento do chá-mate oficial, *I. paraguayensis* A. St.-Hil. (Aquifoliaceae).

Ilex dumosa era a espécie preferida durante a época colonial e vem recebendo novamente destaque por conter nove vezes menos cafeína e um bom nível de polifenóis antioxidantes, benéficos à saúde (Kim et al., 2010). Outras espécies sucedâneas destacadas por Frei Veloso foram: *Pereskia aculeata* Mill. (ora-pro-nobis, Cactaceae), em substituição a *Hibiscus sabdariffa* L. (hibisco europeu, Malvaceae); *Bixa orellana* L. (urucu, Bixaceae), em lugar de *Crocus sativus* L. (açafrão europeu, Iridaceae); *Periandra mediterranea* (Vell.) Taub. (alcaçuz, Fabaceae), substituindo *Glycyrrhiza glabra* L. (alcaçuz europeu, Fabaceae); *Senega lancifolia* (A.St.-Hil. & Moq.) J.F.Pastore (Polygalaceae), substituindo *S. officinalis* Spach, de origem europeia; *Varronia curassavica* (erva-baleeira), que é semelhante a *Salvia officinalis* L. (sálvia, Lamiaceae); *Sida acuta* Burm. f. (Malvaceae), substituindo as espécies europeias de *Malva*; e *Buddleja stachyoides* Cham. & Schltdl. (verbasco, Scrophulariaceae), semelhante ao verbasco europeu (*Verbascum* spp., Scrophulariaceae). O potencial das espécies sucedâneas nacionais precisa ser melhor considerado nos estudos de agroecologia, agroflorestas e bioeconomia. Além de valorizar a biodiversidade, seus empregos inibem a introdução de espécies exóticas e gastos com a importação de matérias-primas.

CONCLUSÃO

Devido à falta de livros que tratem de plantas com uso medicinal americanas, não consegui compreender a visão lineana sobre esta planta, assim como muitas outras. Os sinônimos que ele citou em nada me acrescentaram. Seja o que for. Vou mostrar o que sinto⁸ (Vellozo, 1881, p. 285).

Mesmo isolado e afastado dos grandes centros científicos da época, Frei Veloso construiu um trabalho de envergadura: a “Flora Fluminensis”. As dificuldades enfrentadas por ele para construir esta obra, especialmente identificando taxonomicamente as espécies nativas, foram enormes, já que a florescente ciência botânica se concentrava na Europa. Frei Veloso publicou também

diversos manuais técnicos, entre eles a coleção “O fazendeiro no Brasil”, na qual traz orientações para o melhor aproveitamento de plantas condimentares, têxteis e tintoriais. O conjunto dos trabalhos desenvolvidos pelos autores deste artigo confirmam o quanto Frei Veloso estava à frente do seu tempo: além de valorizar o nativo, ele buscou organizar e difundir o conhecimento sobre o rico patrimônio brasileiro, visando o progresso econômico da nação. Os trabalhos do Frei Veloso poderiam já ter gerado conhecimentos inovadores para o Brasil. Esperamos que este estudo contribua para que seu desejo seja agora realizado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Olinto Rodrigues, IPHAN/Tiradentes, pelas preciosas informações, ao Campus Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela bolsa de professora residente no âmbito da Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT) da UFMG, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelos financiamentos concedidos por meio dos processos nº 440314/2023-2 e nº 440673/2019-4.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). (2024). *Farmacopeia brasileira* (7. ed., Vol. 1). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. <https://bibliotecadigital.anvisa.gov.br/jspui/handle/anvisa/11937>
- Arya, S. C. (1999). Global warming and the performance of drugs used to treat parasitic and other diseases. *Annals of Tropical Medicine & Parasitology*, 93(2), 207-208. <https://doi.org/10.1080/00034989958735>
- Atanasov, A. G., Waltenberger, B., Pferschy-Wenzig, E.-M., Linder, T., Wawrosch, C., Uhrin, P., Temml, V., Wang, L., Schwaiger, S., Heiss, E. H., Rollinger, J. M., Schuster, D., Breuss, J. M., Bochkov, V., Mihovilovic, M. D., Kopp, B., Bauer, R., Dirsch, V. M., & Stuppner, H. (2015). Discovery and resupply of pharmacologically active plant-derived natural products: a review. *Biotechnology Advances*, 33(8), 1582-1614. <https://doi.org/10.1016/j.biotechadv.2015.08.001>

⁸ Trecho da “Flora” para *Dahlstedtia pinnata* (Benth.) Malme.

- Bediaga, B., & Lima, H. C. (2015). A “Flora Fluminensis” de Frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. *Boletim do Museu Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 10(1), 85-107. <https://doi.org/10.1590/1981-81222015000100005>
- Bediaga, B., Gonzalez, M., & Lima, H. C. (2018). Reflexões sobre a “Flora Fluminensis” e a importância dos documentos do acervo do Arquivo Nacional. In J. M. C. Vellozo, “*Flora Fluminensis*” de Frei José Mariano da Conceição Vellozo: documentos (pp. 27-33). Eduff.
- Brandão, M. G. L., Zanetti, N. N. S., Oliveira, P., Grael, C. F. F., Santo, A. C. P., & Monte-Mór, R. L. M. (2008). Brazilian medicinal plants described by 19th century European naturalists and in the Official Pharmacopeia. *Journal of Ethnopharmacology*, 120(2), 141-148. <https://doi.org/10.1016/j.jep.2008.08.004>
- Brandão, M. G. L., Cosenza, G. P., Grael, C. F. F., Netto, N. L., & Monte-Mór, R. L. M. (2009). Traditional uses of American plant species from the 1st edition of Brazilian Official Pharmacopoeia. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, 19(2a), 478-487. <https://doi.org/10.1590/S0102-695X2009000300023>
- Brandão, M. G. L., Pignal, M., Romaniuc, S., Grael, C. F. F., & Fagg, C. W. (2012). Useful Brazilian plants listed in the field books of the French naturalist Auguste de Saint-Hilaire (1779–1853). *Journal of Ethnopharmacology*, 143(2), 488-500. <https://doi.org/10.1016/j.jep.2012.06.052>
- Brandão, M. G. L. (2019). *Plantas úteis e medicinais na obra de Frei Vellozo* (2. ed.). 3i Editora.
- Brasil. (2015, 20 maio). Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm
- Brasil. (2025). *Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia - Componente Sociobioeconomia - Documento-Base para Consulta Pública*. https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbc/comissao-nacional-de-bioeconomia/reunioes/3de-reuniao-cnbio/20250414_doc_base_consulta_publica_plano_sociobio_-versao_limpa-2.pdf
- Carvalho, A. C. B., Perfeito, J. P. S., Vidal Filho, W. B., & Silveira, D. (2025). A decade retrospective and prospects: how European regulatory alignment shapes Brazil's herbal medicine market. *Journal of Ethnopharmacology*, 353(Parte B), 120404. <https://doi.org/10.1016/j.jep.2025.120404>
- Ceríaco, L. M. P., Santos, B. S., Semedo, T. B. F., Garcia, L. C., & Moreira, C. R. (2023). The fish collection of José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) and the beginning of ichthyological research in Brail, with taxonomic description of the extant specimens. *Zootaxa*, 5391(1), 1-85. <https://doi.org/10.11646/zootaxa.5391.1.1>
- Cordeiro, J., & Lima, T. A. (2025). Invasão e contato: os Tupinambá no Rio de Janeiro do século XVI. *Revista de Arqueologia*, 38(2), 18-35. <https://doi.org/10.24885/sab.v38i2.1276>
- Cosenza, G. P., Somavilla N. S., Fagg, C. W., & Brandão, M. G. L. (2013). Bitter plants used as substitute of *Cinchona* spp. (quina) in Brazilian traditional medicine. *Journal of Ethnopharmacology*, 149(3), 790-796. <https://doi.org/10.1016/j.jep.2013.08.004>
- Dataplant. (s.d.). *Base de dados bibliográfica das plantas nativas usadas pelos brasileiros*. <https://www.dataplant.org.br/v3-novaversao-block/#/>
- Dean, W. (1996). *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Companhia das Letras.
- Delbrouck, J. A., Desagné, M., Comeau, C., Bouarab, K., Maloian, F., & Bouderald, P.-L. (2023). The therapeutic value of Solanum Steroidal (Glyco) Alkaloids: A 10-year comprehensive review. *Molecules*, 28(13), 4957. <https://doi.org/10.3390/molecules28134957>
- Duarte, A. Y. S., Queiroz, R. S., Sanchez, R. A., & Dedini, F. G. (2017). Ethnobotany and natural fibers in Brazil: preliminary studies of *Daphnopsis fasciculata* for textile applications. In R. M. Koslowski, & M. Muzyczek (Eds.), *Natural fibers: properties, mechanical behavior, functionalization and applications* (pp. 107-123). Nova Science Publishers.
- Dutra, R. C., Campos M. M., Santos, A. R. S., & Calixto, J. B. (2016). Medicinal plants in Brazil: Pharmacological studies, drug discovery, challenges and perspectives. *Pharmacological Research*, 112, 4-29. <https://doi.org/10.1016/j.phrs.2016.01.021>
- Dybka-Stepiën, K., Otlewska, A., Gózd, P., & Piotrowska, M. (2021). The renaissance of plant mucilage in health promotion and industrial applications: a review. *Nutrients*, 13(10), 3354. <https://doi.org/10.3390/nu13103354>
- Empereire, L. (2000). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. Editora UNESP.
- Fonseca, M. R. G. R. (2010). “A natureza concedeu a cada país ou a cada clima seus privilégios exclusivos”: a natureza brasileira na obra de Manuel de Arruda Câmara. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 5(2), 243-251. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000200004>
- Gama, J. S. (1869). *Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico Frei José Mariano da Conceição Veloso*. Tipografia de Pinheiro e Companhia.

- García-Casal, M. N., Peña-Rosas, J. P., & Gomés-Valadé, H. (2016). Sauces, spices, and condiments: definitions, potential benefits, consumption patterns, and global markets. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1379(1), 3-16. <https://doi.org/10.1111/nyas.13045>
- Gurgel, C. B. F. M., & Lewinsohn, R. (2009). Índios, jesuítas e bandeirantes: o uso das plantas medicinais no Brasil colonial (séculos XVI e XVII). In *Anais de História de Além-Mar* (Vol. X, pp. 113-127). Universidade Nova de Lisboa.
- Haddadi, M., Kamali, F., Mirhosseini, J., Shahbazi, M., & Vaferi, B. (2024). Experimental investigation of biopolymers influences on rheology and filtration properties of water-based drilling fluids. *Heliyon*, 10(23), e-40780. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e40780>
- Horst, D. J., & Tebcherani, S. M. (2017). Avaliação da utilização de resinas vegetais para a impressão tridimensional através da técnica modelagem por deposição fundida. *Espacios*, 38(12), 21-33.
- International Plant Names Index. (IPNI). (s.d.). The Royal Botanic Gardens, Harvard University Herbaria & Libraries and Australian National Herbarium. <http://www.ipni.org>
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). (s.d.). *Flora e Funga do Brasil*. <https://floradobrasil.jbrj.gov.br/>
- Kim, H. K., Saifullah, Khan, S., Wilson, E. G., Prat Kricun, S. D., Meissner, A., Goral, S., Deelder, A. M., Choi, Y. H., & Verpoorte, R. (2010). Metabolic classification of South American *Ilex* species by NMR-based metabolomics. *Phytochemistry*, 71(7), 773-784. <https://doi.org/10.1016/j.phytochem.2010.02.001>
- Kinupp, V. F., & Lorenzi, H. (2015). *Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil*. Plantarum.
- Lindberg, K., Martvall, A., Lima, M. G. B., & Franca, C. S. S. (2023). Herbal medicine promotion for a restorative bioeconomy in tropical forests: A reality check on the Brazilian Amazon. *Forest Policy and Economics*, 155, 103058. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2023.103058>
- Maezumi, S. Y., Alves, D., Robinson, M., Gregorio de Souza, J., Levis, C., Barnett, R. L., Almeida de Oliveira, E., Urrego, D., Schaan, D., & Iriarte, J. (2018). The legacy of 4,500 years of polyculture agroforestry in the eastern Amazon. *Nature Plants*, 4(8), 540-547. <https://doi.org/10.1038/s41477-018-0205-y>
- Missouri Botanical Garden. (n.d.). *Tropicos.org*. <https://www.tropicos.org>
- Motta, E., & Salgado, M. L. G. (1971). *O papel: problemas de conservação e restauração*. Museu de Armas Ferreira da Cunha.
- Olivatto, G. P., Carreira, R., Tornisiello, V. L., & Montagner, C. C. (2018). Microplásticos: contaminantes de preocupação global no Antropoceno. *Revista Virtual de Química*, 10(6), 1968-1989. <https://doi.org/10.21577/1984-6835.20180125>
- Palhares, R. M., Baratto, L. C., Scopel, M., Mugge, F. L. B., & Brandão, M. G. L. (2021). Medicinal plants and herbal products from Brazil: how can we improve quality? *Frontiers on Pharmacology*, 11, 606623. <https://doi.org/10.3389/fphar.2020.606623>
- Pastore, J. F. B., & Pirani, J. R. (2020). Proposal to conserve the name *Anacardium humile* against *A. mediterraneum* (Anacardiaceae). *Taxon*, 69(1), 199-200. <https://doi.org/10.1002/tax.12190>
- Pereira, F. L., Oliveira, V. B., Viana, C. T. R., Campos, P. P., Silva, M. A. N., & Brandão, M. G. L. (2015). Antihyperlipidemic and antihyperglycemic effects of the Brazilian salsaparrilha *Smilax brasiliensis* Spreng. (Smilacaceae) and *Herreria salsaparrilha* Mart. (Agavaceae) in mice treated with a high-refined-carbohydrate containing diet. *Food Research International*, 76(3), 366-372. <https://doi.org/10.1016/j.foodres.2015.07.034>
- Pereira, M. R. M., & DeNipoti, C. (2016). The production of 18th century scientific knowledge about the Brazilian Caatinga. *Halac*, 6(1), 170-183. <https://doi.org/10.5935/2237-2717.20160009>
- Pilon, G. D., Farias-de-França, A. P., Cantuária, N. M., Silva, M. G., Leão-Torres, A. G., Floriano, R. S., dos Santos, M. G., da Silva, N. J., Jr., Gerlach, O. M. S., Cechinel-Filho, V., & Oshima-Franco, Y. (2024). The protective action of *Coutarea hexandra* (Rubiaceae) on the neuromuscular blockade induced by *Lachesis muta muta* (Viperidae: Crotalinae) Venom. *Biomedical Research International*, 25, 4714510. <https://doi.org/10.1155/2024/4714510>
- Piso, W., & Marcgrave, G. (1648). *Historia Naturalis Brasiliae... in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Lugdun. Batavorum, apud Franciscus Hackium et Amstelodami apud Lud. Elsevirium. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:marcgrave-1648-historia>
- Ricardo, L. M., Dias, B. M., Mugge, F. L. B., Leite, V. V., & Brandão, M. G. L. (2018). Evidence of traditionality of Brazilian medicinal plants: The case studies of *Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville (barbatimão) barks and *Copaifera* spp. (copaíba) oleoresin in wound healing. *Journal of Ethnopharmacology*, 219, 319-331. <https://doi.org/10.1016/j.jep.2018.02.042>
- Schmidt, M. J., Goldberg, S. L., Heckenberger, M., Fausto, C., Franchetto, B., Watling, J., Lima, H., Moraes, B., Dorshow, W. B., Toney, J., Kuikuro, Yamalui, Waura, K., Kuikuro, H., Kuikuro, T. W., Kuikuro, T., Kuikuro, Y., Kuikuro, A., Teixeira, W., Rocha, B., . . . Perron, J. T. (2023). Intentional creation of carbon-rich dark earth soils in the Amazon. *Science Advances*, 9(38), eadh8499. <https://doi.org/10.1126/sciadv.adh8499>

- Stellfeld, C. (1944). Nomes vulgares das plantas estudadas por Frei Vellozo em sua ‘Flora Fluminensis’. *Tribuna Farmacêutica*, 12(7), 127-136.
- Stellfeld, C. (1952). *Os dois Vellozo: biografias de Frei José Mariano da Conceição Vellozo e Padre doutor Joaquim Vellozo de Miranda*. Gráfica Editora Sousa.
- Teixeira, N., Melo, J. C. S., Batista, L. F., Paula-Souza, J., Fronza, P., & Brandão, M. G. L. (2019). Edible fruits from Brazilian biodiversity: a review on their sensorial characteristics versus bioactivity as tool to select research. *Food Research International*, 119, 325-348. <https://doi.org/10.1016/j.foodres.2019.01.058>
- Ter Steege, H., Pitman, N. C. A., Sabatier, D., Baraloto, C., Salomão, R. P., Guevara, J. E., Phillips, O. L., Castilho, C. V., Magnusson, W. E., Molino, J.-F., Monteagudo, A., Núñez Vargas, P., Montero, J. C., Feldpausch, T. R., Honorio Coronado, E. N., Killeen, T. J., Mostacedo, B., Vasquez, R., Assis, R. L., . . . Silman, M. R. (2013). Hyperdominance in the Amazonian tree flora. *Science*, 342(6156), 1243092. <https://doi.org/10.1126/science.1243092>
- Valli, M., Russo, H. M., & Bolzani, V. S. (2018). The potential contribution of the natural products from Brazilian biodiversity to bioeconomy. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 90(1), 763-778. <https://doi.org/10.1590/0001-3765201820170653>
- Vellozo, Frei J. M. C. (1881). *Florae Fluminensis, seu Descriptionum Plantarum Praefectura*. Apud Machado & C. Via Gonçalves Dias. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4015>
- Vellozo, Frei J. M. C. (1799). *Quinografia Portuguesa ou Colecção de Varias Memorias sobre vinte e duas Especies de Quinas, Tendentes ao seu Descobrimto nos Vastos Dominios do Brasil*. Imprensa da Santa Igreja Patriarcal.
- World Flora Online (WFO). (s.d.). *The World Flora Online*. <http://www.worldfloraonline.org>
- World Health Organization (WHO). (2013). *Traditional Medicine Strategy 2014-2023*. WHO.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

M. G. L. Brandão contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto, recursos, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição); J. Paula-Souza com curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e escrita (revisão e edição); F. L. R. Filardi com curadoria de dados, análise formal, validação e escrita (revisão e edição); C. Zheng com curadoria de dados, análise formal e escrita (revisão e edição); e Padre L. Palú com curadoria de dados e investigação.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

As Mostras do Filme Etnográfico na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1975-1978)

The Ethnographic Film Festivals at the Cinematheque of the Museum of Modern Art in Rio de Janeiro (1975-1978)

Juliana Muyaert Mager 

Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta um primeiro estudo das quatro edições da Mostra do Filme Etnográfico realizadas na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro entre 1975 e 1978, construído a partir de pesquisa realizada no arquivo da Cinemateca e em fontes de imprensa. Em diálogo com essas fontes e a bibliografia especializada, o texto busca conectar a iniciativa do Museu com outros eventos dedicados às relações entre cinema e antropologia no Brasil no mesmo período, assim como observar os elos com o processo de criação e expansão de festivais etnográficos em nível global. Nesse sentido, propõe uma reflexão sobre a história dos festivais etnográficos e seus circuitos.

Palavras-chave: Mostras de cinema. Filme etnográfico. Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. História.

Abstract: This article presents a preliminary assessment of the four editions of the Ethnographic Film Festivals held at the Cinematheque of the Museum of Modern Art in Rio de Janeiro between 1975 and 1978, based on research conducted at the Cinematheque's archive and sources from the press. In dialogue with the specialized literature, the article seeks to situate the festivals within a broader set of activities dedicated to the relationship between cinema and anthropology in Brazil at the same period. It also examines their connections with the creation and expansion of ethnographic film festivals worldwide. In that sense, the article offers a reflection on the history of ethnographic film festivals and the transnational circuits.

Keywords: Film Festivals. Ethnographic Film. Museum of Modern Art in Rio de Janeiro Cinematheque. History.

Muyaert Mager, J. (2026). As Mostras do Filme Etnográfico na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1975-1978). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250086. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0086>
Autora para correspondência: Juliana Muyaert Mager. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de História. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 20051-070 (jumuyaert@gmail.com).

Recebido em 17/12/2025

Aprovado em 23/04/2026

Responsabilidade editorial: Priscila Faulhaber



INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, houve um significativo desenvolvimento da antropologia visual e da produção audiovisual de caráter etnográfico na América Latina, um adensamento da área que envolveu também a ampliação de espaços de circulação das obras, como mostras e festivais. Ainda assim, conforme aponta Hugo Chávez Carvajal (2017, p. 20), os espaços de difusão do cinema etnográfico e o intercâmbio entre os eventos no subcontinente seguem frágeis (Chávez Carvajal, 2017, p. 35).

María Paz Peirano (2017) observa como os festivais da região foram historicamente atravessados “pelo acesso limitado a financiamento e outros recursos”, bem como pelo “desenvolvimento recente da Antropologia Visual” (Peirano, 2017, p. 74), cuja consolidação se deu nos anos 1990. Para a autora, tal cenário teria impactado tanto o impulso para o surgimento de novas iniciativas como a permanência no tempo e o alcance dos festivais (Peirano, 2017, p. 75).

Ambos os autores apontam o Brasil como o país com o circuito mais desenvolvido da América Latina. De acordo com Peirano (2017, p. 24), a década de 1990 marca o surgimento dos primeiros festivais etnográficos na região, com o pioneirismo da Argentina, com o DocAnt (1990-2019), seguida pelo Brasil, com a Mostra Internacional de Filme Etnográfico (1993-2013). Nessa perspectiva, a América Latina se integra, tardiamente, ao subcircuito internacional de festivais etnográficos, em formação desde os anos 1950, a partir da Europa, ainda que filmes latino-americanos tenham sido incluídos no programa dos eventos europeus desde essa fase inicial.

O Festival dei Popoli foi criado em 1959, em Florença, na Itália, e tem sido considerado um dos primeiros festivais etnográficos da Europa. A presença de filmes brasileiros no

evento desde a segunda edição (Festival dei Popoli, 1960), na qual foi exibido “Arraial do Cabo” (1960), de Paulo César Saraceni, nos indica o reconhecimento dessas obras sob o selo do cinema etnográfico.

A sétima edição do festival italiano, em 1966, teve forte presença brasileira, contando com sete filmes do Brasil na programação, incluindo mostra competitiva e programas paralelos: “Memória do Cangaço” (1965), de Paulo Gil Soares; “Nossa escola de samba” (1965), de Manuel Horacio Giménez; “O circo” (1965), de Arnaldo Jabor; “Briga de galos” (1965), de Lázaro Torres; “Artigo 141”, de José Eduardo Marques de Oliveira; “Subterrâneos do futebol” (1965), de Maurice Capovilla; “Viramundo” (1965), de Geraldo Sarno. Ao mencionar a seleção das obras brasileiras, o texto do catálogo da edição de fevereiro de 1966 fala na “nova tendência documentária do Cinema Novo” (Festival dei Popoli, 1966), criando uma relação entre o filme etnográfico, o documentário e o que se convencionou chamar posteriormente de cinema brasileiro ‘moderno’.

Para além dessa presença nos eventos europeus, no presente artigo, buscamos lançar um novo olhar para a história dos festivais etnográficos no subcontinente latino-americano, a partir do Brasil. Contrariando a tese de que as primeiras iniciativas do tipo na região teriam sido realizadas nos anos 1990, encontramos os primeiros registros da realização de eventos voltados para o cinema etnográfico no país nos anos 1970. O pioneirismo coube à Mostra do Filme Etnográfico realizada em Salvador, com nove edições anuais entre 1973 e 1981, sob a organização do Grupo de Estudos Cinematográficos da Universidade Federal da Bahia (GEC/UFBA) e do Clube de Cinema da Bahia (CCB)¹, tendo à frente figuras-chave do campo cinematográfico, como Walter da Silveira e Guido Araújo² (Melo, 2022, p. 152).

¹ O Clube de Cinema da Bahia foi fundado em 1950, em Salvador. O GEC/UFBA foi criado em 1968, a partir do Departamento Cultural da UFBA. Juntos, foram responsáveis por organizar uma série de atividades cinematográficas que movimentaram a cena cultural soteropolitana. Entre os eventos promovidos, estavam as Jornadas de Cinema da Bahia (1972-2008), importante festival voltado para o curta-metragem e o cinema documentário.

² Guido Araújo foi cineclubista, cineasta e produtor cultural. Tornou-se parte do quadro de funcionários da UFBA em 1968, criando o GEC/UFBA. Foi também professor da Faculdade de Comunicação da instituição entre 1971 e 1999. Dirigiu as Jornadas de Cinema da Bahia entre 1972 e 2008.

Como relata Izabel Melo (2022, p. 152), que produziu as primeiras reflexões sobre o evento, uma de suas características era a escolha de um tema a cada ano: o índio, em 1973; o negro, em 1974; o homem nordestino, em 1975; o imigrante, em 1976; manifestações dramáticas espontâneas, em 1977; migrações internas no Brasil, em 1978. Melo (2022) concentra sua análise do evento até 1978, porém, durante a pesquisa para este artigo, encontramos informações sobre edições até 1981, identificando como temas o homem e a terra, em 1979, e o homem e a cidade, em 1980³.

De acordo com Guido Araújo (1976), a iniciativa soteropolitana serviu de inspiração para a criação de uma mostra com a mesma temática no Rio de Janeiro, na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ)⁴. A I Mostra do Filme Etnográfico na Cinemateca⁵ carioca foi organizada em agosto de 1975, completando quatro edições até 1978, também temáticas: o índio brasileiro, em 1975, o folclore brasileiro, em 1976, as religiões populares, em 1977, e as migrações internas no Brasil, em 1978. As quatro edições foram organizadas pela Cinemateca com o apoio e a colaboração de diferentes instituições e equipes a cada ano. Neste artigo, investigamos a trajetória desse evento, buscando oferecer um primeiro exercício de análise a partir dos vestígios de sua realização.

Este estudo foi conduzido a partir de pesquisa no arquivo da Cinemateca do MAM/RJ. Além dos informativos da Cinemateca, o material encontrado nos arquivos da instituição também inclui registros do processo de organização das mostras no Rio de Janeiro e materiais de divulgação, como cartazes e cadernos de programação. Vale mencionar o caráter lacunar da documentação encontrada, com importantes discrepâncias na documentação para as diferentes

edições, observações que apresentamos na segunda parte do artigo. A leitura e a interpretação desses documentos foram complementadas pela consulta a periódicos da base da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (FBN, s.d.), pela busca de testemunhos sobre os eventos e por pesquisa bibliográfica sobre as relações entre cinema e antropologia nos anos 1970.

Nossa análise das mostras realizadas no MAM/RJ se concentrou nos textos da curadoria e no desenho da programação. Também buscamos e assistimos parte dos filmes da programação, grande parte disponíveis em formato digital ou DVD, no entanto, não foi objetivo deste trabalho realizar análise fílmica das obras exibidas ou mapear sua presença nos arquivos. Nosso olhar para o programa busca compreender o modo como a mostra mobilizou o significado de cinema etnográfico em diálogo com debates do período no Brasil e no exterior, oferecendo pistas para uma história dos festivais de cinema etnográficos realizados no país.

MOSTRAS DO FILME ETNOGRÁFICO NO RIO DE JANEIRO: 1975 A 1978

Em 1975, ano de realização da I Mostra do Filme Etnográfico, a Cinemateca do MAM/RJ era dirigida por Cosme Alves Netto, à frente da instituição desde 1965. Como ressalta Fabián Núñez (2022, p. 2), sob a gestão de Netto – ou Cosme, como era chamado –, a Cinemateca desempenhou um “papel protagonista no cenário cultural da cidade” do Rio de Janeiro, como âmbito de promoção da cultura audiovisual, vivendo um momento de “consolidação e, principalmente, de expansão” a partir de 1971. A instituição também foi um espaço de resistência cultural à Ditadura Militar, cuja atuação foi marcada pelas tensas e ambíguas relações do campo cinematográfico com o Estado.

³ Não foi possível identificar o tema da nona edição, de 1981.

⁴ O MAM/RJ foi inaugurado em 1948 e, desde 1958, passou a ocupar o prédio atual, projetado pelo arquiteto Affonso Reidy, localizado no aterro do Flamengo, no centro da cidade.

⁵ A Cinemateca do MAM/RJ originou-se do Departamento de Cinema do museu, existente desde 1955.

A Mostra do Filme Etnográfico fazia parte das atividades de difusão desenvolvidas pela Cinemateca, articulando exibição, debates e exposições no Museu. De acordo com o comunicado à direção executiva do MAM/RJ, assinado por Cosme Alves Netto (Netto, 1975), a Mostra Etnográfica foi “planejada . . . em substituição à Mostra Internacional do Filme Científico”, suspensa após a extinção da Secretaria de Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro – a Mostra do Filme Científico foi retomada em 1976.

A primeira edição da Mostra do Filme Etnográfico foi realizada entre 18 e 24 de agosto de 1975. A atividade surgiu como resultado de uma parceria da Cinemateca com o Museu do Índio e o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (ICHF/UFF). A comissão organizadora foi formada por funcionários das três instituições, sob a coordenação da antropóloga Claudia Menezes, indicada pelo ICHF/UFF. O evento também contou com a colaboração do Instituto Nacional de Cinema (INC), do Departamento de Cultura do Estado do Rio de Janeiro⁶ e do Consulado Geral da França – que facilitou a vinda do cineasta francês Jean Rouch ao Rio de Janeiro.

De acordo com o Informativo n. 516 da Cinemateca, de 12 de agosto de 1975 (Informativo n. 516, 1975), em que consta o programa final⁷, foram exibidas 21 obras⁸, incluindo documentário e ficção, curtas e longas-metragens. No mesmo documento, é mencionada uma sessão com exibição de obras de Noel Nutels⁹, porém não constam dados de quais ou quantos filmes teriam sido programados. A curadoria foi feita a partir da colaboração

com diferentes arquivos que enviaram cópias para exibição: além da própria Cinemateca do MAM/RJ, foram enviadas para o Museu do Índio, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Rede Globo de Televisão, o Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Embrafilme e arquivos de particulares. A Figura 1 mostra a chamada e o programa da I Mostra, conforme divulgado no Informativo n. 516 (1975).

Segundo a curadora Claudia Menezes, o programa tinha um caráter diversificado, incluindo filmes “de interesse histórico”¹⁰, como o material da Comissão Rondon e do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e os fragmentos de “O descobrimento do Brasil” (1936), de Humberto Mauro, mas também documentários e reportagens de televisão. A seleção incluiu, ainda, o longa de ficção “Como era gostoso meu francês” (1971), de Nelson Pereira dos Santos.

Os materiais de divulgação do evento destacaram a presença de filmes dedicados a diferentes povos indígenas, abrangendo distintas áreas culturais (Alto Xingu, Tocantins-Xingu, Pindaré-Gurupi, Paranã) e troncos linguísticos (Tupi, Karib, Macro-Jê): Desaña, Kamayurá, Kuikuro, Txikão, Krain-ã-Kakore, Kalapalo, Kanela, Karajá, Kaiapó, Urubu-Kaapor, Xetã e Xucurus, conforme encontrado no folheto de divulgação “Mostra do Filme Etnográfico: o índio brasileiro” (Cinemateca do Museu de Arte Moderna et al., 1997) e no Informativo n. 516 (1975) da Cinemateca do MAM/RJ.

A programação completa pode ser conferida no Quadro 1.

⁶ Naquele momento, o INC vivia seus últimos meses, antes de ser extinto em 9 de dezembro de 1975 (Lei n.º. 6.281; Brasil, 1975), passando suas atribuições para a Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme). A cidade e o estado do Rio de Janeiro passavam por mudanças administrativas com a fusão após o fim do estado da Guanabara, decretado em março de 1975.

⁷ No informativo, consta uma nota avisando da possibilidade de mudanças de última hora na programação.

⁸ Em relatório da mostra, disponível no já citado comunicado interno da Cinemateca para a diretoria do Museu, Cosme Alves Netto menciona a exibição de 31 filmes ao longo do evento.

⁹ Noel Nutels nasceu na Ucrânia em 1913, mas naturalizou-se brasileiro, falecendo no Brasil em 1973. Foi médico sanitário e indigenista. Realizou várias expedições, registradas em 34 filmes em 16 mm.

¹⁰ O termo é da própria curadora e consta no texto de apresentação disponível no folheto (Cinemateca do Museu de Arte Moderna et al., 1997) de divulgação do evento.

[illegible]

Figura 1. Páginas do Informativo n. 516 (1975) da Cinemateca do MAM/RJ em que a I Mostra do Filme Etnográfico é divulgada, incluindo o programa detalhado do evento. Fonte: Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ.

Quadro 1. Filmes exibidos na I Mostra do Filme Etnográfico da Cinemateca do MAM/RJ¹¹. (Continua)

Filmes/vídeos exibidos (ano)	Diretor	Data
"No rastro do eldorado" (1925)	Silvino Santos	18/08
"O começo antes do começo" (1973)	Roberto Kahanê; Domingos Demasi et al.	18/08
"Os índios Urubu: um dia na vida de uma tribo da floresta tropical" (1950)	Darcy Ribeiro; Heinz Forthmann	18/08
"Rankokã Mekra Vulgo Kanelã" (1975)	Walter Lima Jr.	18/08
"Cocorico, Monsieur Poulêt" (1975)	Jean Rouch	18/08
"A epopéia da Comissão Rondon" (1955)	Achiles Tartari	19/08
"Os índios Xetãs da Serra dos dourados" (sem data)	Loureiro Fernandes e equipe	19/08
"O descobrimento do Brasil" (1937)	Humberto Mauro	20/08
"Batuque" (1970)	Stil	20/08
"Como era gostoso o meu francês" (1971)	Nelson Pereira dos Santos	20/08
"Kuikuro" (1945)	Nilo Velozo	21/08
"Jornada Kamayurá" (1966)	Heinz Forthmann	21/08

¹¹ Este e os demais quadros presentes neste artigo foram elaborados pela autora a partir de pesquisa realizada no arquivo da Cinemateca do MAM/RJ, tendo como principais fontes os informativos divulgados pela instituição. Na ausência desses documentos, as informações foram complementadas com fontes da imprensa indicadas ao longo do texto.

Quadro 1.

(Conclusão)

Filmes/vídeos exibidos (ano)	Diretor	Data
"A tribo hostil" (1956)	Jesko Von Putkamer	21/08
"Um reino na floresta" (1972)	Não informado	21/08
"Kalapalo" (1945)	Nilo Velozo	22/08
"Kuarup" (1963)	Heinz Forthmann	22/08
"A tribo que se escondeu do homem" (1972)	Adrien Cowell	22/08
"Ilha do bananal" (1970)	Genil Vasconcellos	23/08
"Os homens que vieram do céu" (1970)	François Floquet	23/08
"Ukrimakrinkrin" (1975)	Carlos Frederico	23/08
"A lenda de Ubirajara" (1975)	André Luiz	24/08
Homenagem a Noel Nutels: filmes não especificados	Noel Nutels	24/08

As exhibições de filmes foram realizadas na Cinemateca em duas sessões diárias: 16h30 e 18h30. Uma sessão especial teve lugar no primeiro dia do evento, na sala da "Maison de France"¹², com a projeção do filme "Cocorico, Monsieur Poulêt" (1975), do cineasta francês Jean Rouch, convidado internacional do evento. Além da mencionada variedade de formatos e metragens, vale destacar a abrangência temporal de cinco décadas, desde o filme de Silvino Santos, de 1925, até obras do ano de realização da mostra, 1975. A seleção privilegiou a produção nacional, à exceção do filme de Rouch.

Completando a programação, também foram organizadas duas mesas e duas palestras, conforme o Quadro 2¹³.

Nas mesas-redondas, que aconteciam após a exibição dos filmes, às 20h30, na Cinemateca do MAM/RJ, nomes do cinema, como Gustavo Dahl, Walter Lima Jr. e Jean Rouch, dividiram o espaço com pesquisadores das ciências sociais e humanas, como Roberto Da Matta, Heloisa Fenelon, Julio Cesar Melatti e Luis de Castro Farias, além de Heinz Forthmann¹⁴, que integrou a equipe do SPI como cinegrafista e fotógrafo. A mesa "Cinema e etnografia" e a palestra

Quadro 2. Mesas e palestras da I Mostra do Filme Etnográfico da Cinemateca do MAM/RJ.

Formato	Tema	Convidados	Data
Mesa-redonda	"A visão do mundo e as expressões artísticas do índio"	Heloisa Fenelon, Carlos Moreira e Luis de Castro Farias	21/08
Mesa-redonda	"Cinema e etnografia"	Roberto Da Matta, Heinz Forthmann, Walter Lima Jr., Gustavo Dahl e Jean Rouch. Coordenação: Claudia Menezes	22/08
Palestra	"Os índios Krahô: relações com as outras tribos e com os brancos"	Julio Cesar Melatti	23/08
Palestra	"Homenagem a Noel Nutels"	Carlos Moreira	24/08

¹² Sala de cinema ligada ao Consulado Francês do Rio de Janeiro.

¹³ Encontramos inconsistências na documentação quanto aos convidados das mesas. O informativo traz uma lista de nomes ligeiramente diferentes do comunicado interno que relata o evento (Netto, 1975). No Quadro 2, seguimos as informações divulgadas ao público no Informativo n. 516 (1975) e no Folheto (Cinemateca do Museu de Arte Moderna et al., 1997).

¹⁴ Heinz Forthmann foi diretor de cinema. Alemão, imigrou para o Brasil em 1932, depois nacionalizando-se brasileiro. Trabalhou no SPI - Serviço de Proteção aos Índios como fotógrafo e cinegrafista. Faleceu em 1978.

sobre “Os índios Krahô” foram organizadas em conjunto com o setor de exposições do MAM/RJ, em diálogo com uma exposição de arte indígena dedicada a desenhos e objetos culturais pertencentes à sociedade Krahô do Maranhão e a outras sociedades indígenas do alto do Xingu, paralelamente em cartaz no Museu.

De acordo com o comunicado interno de 29 de agosto de 1975 (Netto, 1975), a primeira edição da mostra contou com total de 2.332 espectadores nas exibições de filmes e 519 nas mesas-redondas – todas as atividades realizadas com entrada franca. Esse dado fornece algumas pistas sobre a recepção, apontando para a adesão do público ao evento – dimensão da experiência dos festivais e das mostras normalmente ausente dos registros disponíveis nos arquivos. Como a documentação tem lacunas, os dados de público de metade das edições não foram encontrados, o que dificulta a comparação e impede uma reflexão mais sólida acerca dos públicos frequentadores do festival ou sobre a composição dessas audiências.

Nos jornais¹⁵ da época, encontramos poucas matérias sobre as mostras. A maior parte das publicações consiste em breves notas sobre a programação. O principal material disponível ao pesquisador é composto pelos informativos da Cinemateca, que permitem visualizar o programa, a identidade visual e os textos da curadoria, bem como a conexão com a programação geral da instituição. A esse respeito, vale mencionar que a I Mostra, assim como as duas seguintes, foram realizadas em agosto, o mês do cinema brasileiro.

A I Mostra também contou com a impressão de um folheto de divulgação (Cinemateca do Museu de Arte Moderna et al., 1997), em que constava o programa completo e um texto assinado por Claudia Menezes, intitulado “Algumas considerações relativas à 1ª Mostra do Filme Etnográfico” (Menezes, 1975). Nesse material, a autora aponta como objetivo principal do evento “divulgar a problemática das minorias étnicas brasileiras e canalizar o interesse público no sentido de descobrir um

novo universo social, aquele constituído pelas sociedades tribais”, inserindo a mostra num movimento mais amplo de “documentação e pesquisa estritamente ligado ao conhecimento dos povos primitivos do Brasil”, que envolveria “coletar, recuperar e orientar a feitura de filmes que retratem a realidade indígena” (Menezes, 1975, p. 1).

Essa preocupação insere a mostra no debate de políticas para a preservação de documentação sobre os povos indígenas, incluindo a criação de arquivos audiovisuais. Nesse sentido, vale mencionar a criação, no ano seguinte, em 9 de junho de 1976, do Centro de Documentação Etnológica no Museu do Índio, com um setor para a documentação visual (Menezes, 1978, pp. 208-209) e a celebração de um acordo com a Cinemateca do MAM/RJ para a recuperação do material em película presente no acervo. Essas iniciativas estavam integradas ao debate sobre o patrimônio dos povos indígenas em âmbito nacional e internacional.

A leitura do texto de apresentação de Menezes (1975) para I Mostra e a observação da lista de obras selecionadas nos permitem observar a tentativa de acomodar – não sem tensões – um conjunto diverso de filmes relacionados à temática indígena, naquele momento composto quase totalmente por obras ligadas à iniciativa de órgãos oficiais de governo e/ou à divulgação cultural para canais de televisão, caracterizados por seu objetivo “utilitarista”, “propagandístico”, ou por um “exotismo” e “esquematismo” (Menezes, 1975, p. 3).

Desse modo, Menezes (1975) admite que grande parte das obras exibidas não poderia ser enquadrada em uma definição mais estrita do termo etnográfico, ligada à pesquisa:

Genericamente podemos rotular de etnográfico qualquer registro visual de fatos ou manifestações sociais, o que não significa afirmar que possa ser classificado de científico. Se tomarmos o termo etnografia em sua acepção teórica, como correspondendo aos primeiros estágios de uma pesquisa científica, compreendendo as tarefas relacionadas ao trabalho de campo . . . somos obrigados a concluir que poucos dentre os filmes apresentados poderão levar a chancela de filme etnográfico (Menezes, 1975, p. 2).

¹⁵ Conforme pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A curadora aponta, então, dois entendimentos para o filme etnográfico: uma definição mais generalista e outra atrelada ao trabalho científico. Embora tenha optado pelo primeiro caminho na organização do evento, é possível notar uma preferência de Menezes (1975) pelo modelo do filme de pesquisa, indicado como parâmetro. Propondo que uma “avaliação crítica da produção fílmica brasileira voltada para a apreensão do indígena” pudesse colaborar para “novos caminhos, que transformem o filme etnográfico em documentação científica” (Menezes, 1975, p. 5), a antropóloga traça como objetivo da mostra a contribuição para um estreitamento das relações entre antropologia e cinema.

Pelo menos três aspectos da relação entre cinema e ciências sociais já aparecem entrelaçados nessa primeira edição da mostra: o exercício de um olhar etnográfico pelo cinema; o uso do audiovisual como forma de documentação e registro de pesquisa; e o interesse pelas imagens das manifestações culturais e étnicas produzidas pelo Estado e pela indústria cultural. Em relação às temáticas, já começa a se desenhar um diálogo entre a mostra e o imaginário nacionalista no audiovisual, tendo como ponto de partida as imagens dos povos indígenas. Essa conexão entre cinema, nação e povo será explorada nas edições seguintes.

A II Mostra do Filme Etnográfico foi realizada entre 10 e 15 de agosto de 1976, tendo como tema o folclore brasileiro. O evento contou com o patrocínio da Secretaria Municipal de Turismo do Rio de Janeiro (SMTUR-RIO) e da Riotur¹⁶, e recebeu apoio da recém-criada Embrafilme – que havia incorporado as funções do extinto INC a partir do final de 1975¹⁷. A equipe responsável pela organização incluiu funcionários da equipe da Cinemateca e colaboradores externos, em que se destaca o coordenador do evento, o antropólogo Raul Lody – então ligado à

Secretaria Municipal de Turismo do Rio. Na Figura 2, pode-se ver imagem de divulgação da II Mostra.

Durante os anos 1970, o apoio do governo federal aos eventos cinematográficos ficava a cargo do Departamento de Assuntos Culturais (DAC)¹⁸ do Ministério da Educação e Cultura (MEC) – criado em 1970 e também responsável pela gestão da Embrafilme. Por meio do INC e depois da Embrafilme, o MEC esteve presente como colaborador em todas as edições da mostra. O suporte governamental ao evento deve ser entendido no âmbito do relacionamento desses órgãos e dos profissionais do campo com o regime militar que,



Figura 2. Página do Informativo n. 542 (1976) da Cinemateca do MAM/RJ em que a II Mostra do Filme Etnográfica é divulgada, incluindo a logo do evento. Fonte: Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ.

¹⁶ A RioTur é uma empresa de turismo ligada à Prefeitura do Rio de Janeiro. Foi criada em 14 de julho de 1972, visando promover a imagem da cidade no país e no exterior e atuar na organização dos grandes eventos municipais.

¹⁷ Vale observar que as quatro edições do evento coincidem com a gestão do cineasta Roberto Farias na empresa, cujo período foi de 1974 a 1979.

¹⁸ Entre 1974 e 1979, período de realização das Mostras Etnográficas no MAM, o DAC esteve sob a direção do cientista social Manoel Diegues Júnior (1912-1991) – pai do cineasta Carlos Diegues, ligado à geração do Cinema Novo.

como observa Tunico Amâncio (2011, p. 25), oscilou entre “submisso” e “conflitante”.

Além da mudança de coordenação e de tema, é possível observar algumas alterações no formato da programação em relação à I Mostra. A partir de 1976, a grade de programação passou a adotar como formato padrão a exibição de um bloco de filmes, seguida de debates com convidados, com sessões diárias às 19h no auditório da Cinemateca. Outras características do primeiro evento foram, contudo, mantidas, como a realização paralela de uma exposição de arte no MAM/RJ, dessa vez sobre arte popular, conforme o Informativo n. 542 (1976) da Cinemateca do MAM/RJ.

A curadoria, assinada por Raul Lody, selecionou 16 produções brasileiras, quase todas dos anos 1960 e 1970. Os filmes foram enviados por diferentes arquivos do país, como a própria Cinemateca do MAM/RJ, a Embrafilme, a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e coleções particulares, e organizados em sessões de acordo com temas ligados ao arco amplo do folclore, conforme o Quadro 3.

A mediação dos debates também foi assumida por Raul Lody. Os convidados eram cineastas, críticos de cinema, artistas visuais e folcloristas, incluindo a participação de nomes ligados aos órgãos de turismo envolvidos, como a Embratur – nota-se uma menor presença de cientistas sociais ligados às universidades em relação à primeira edição.

De acordo com o material de divulgação, a edição de 1976 esteve ligada às atividades do mês do cinema brasileiro e ao programa Agosto Folk-Turístico. Um dos pontos que merecem atenção é justamente o envolvimento direto dos órgãos de turismo no programa – para além do simples patrocínio. Embora não seja incomum a relação dos festivais com o turismo, dado o potencial econômico desses eventos para o setor, tais conexões são mais presentes em grandes festivais. Nesse sentido, o tema do evento ganha relevância devido à exploração turística das manifestações populares nacionais, bem como ao lugar do folclore nas políticas culturais da Ditadura Militar.

Quadro 3. Programa da II Mostra do Filme Etnográfico na Cinemateca do MAM/RJ.

Tema	Filmes/vídeos exibidos (ano)	Diretor	Debatedores	Data
Samba	“Partido Alto” (1978)	Carlos Tourinho	Xangô da Mangueira, Gilda Bojunga, Vera Figueiredo, Rubem Confeti	10/08
	“Artesanato do samba” (1977)	Vera Figueiredo e Zózimo Bulbul		10/08
	“Conversa de Botequim” (1972)	Luis Carlos Lacerda		10/08
Arte popular	“A mão do povo” (1975)	Lygia Pape	Lina Stilben (Museu de Artes e Tradições Populares), Frida Tenenblat (Embratur) e Lygia Pape	11/08
	“Beste” (1969)	Sergio Muniz		11/08
	“Cerâmica do Vale do Jequitinhonha” (1975)	José Tavares de Barros		11/08
	“Rendeiras do nordeste” (1975)	Ipojuca Pontes	Diana Correia Lima (Embratur), Ipojuca Pontes	12/08
	“Rendeiras e rendas populares” (sem data)	Raul Lody		12/08
Cultos populares	“Sai dessa, Exu!” (1972)	Roberto Moura	Jorge Guimarães de Oliveira (Embratur) e Roberto Moura	13/08
	“O povo das águas” (1967)	Soly Levy		13/08
	“Pirenópolis: o divino e as máscaras” (1969)	Lyonel Lucini		13/08
Folguedos	“Dramática popular” (1969)	Geraldo Sarno	Maria de Lourdes Ribeiro (Companhia Nacional de Folclore) e Geraldo Sarno	14/08
	“Laço de fita” (1976)	Paulo Cesar Saraceni		14/08
Folclore, turismo e manutenção de costumes	“A banda” (sem data)	Roland Henze	Antônio Carlos de Carvalho (Embratur), Lorman de Oliveira Santos (Secretaria Municipal de Turismo) e Miguel Borges	15/08
	“Radar cativo” (1970)	Miguel Borges		15/08
	“A baiana” (1973)	Moisés Kendler		15/08

Conforme destaca Ana Lorym Soares (2011, p. 2), “o folclore e os folcloristas tiveram espaço relevante no cenário cultural e institucional durante o Regime Militar”. Desde os anos 1940, com o Movimento Folclórico Brasileiro, o tema se fez presente nas discussões das políticas para o campo da cultura, reforçado pela instituição da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) em 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek (Soares, 2011, p. 6). Durante os anos 1960 e 1970, os governos militares investiram na elaboração de políticas para a esfera cultural, contexto no qual os folcloristas buscaram espaço valendo-se do “discurso homogeneizante de defesa do folclore” (Soares, 2011, p. 11) e promovendo uma visão romântica em defesa da preservação e unificação da cultura nacional.

Sobre esse tema, Alexandre Barbalho assinala a criação, em 1966, do Conselho Federal de Cultura (CFC), reunindo intelectuais de perfil conservador; e a retomada da temática do folclore, entendido “como manifestação do ‘Ser nacional’” (Barbalho, 2000, p. 77). Outros exemplos são a criação do dia do folclore, em 22 de agosto – mês que passa a ser o marco de celebrações e eventos culturais, ou ainda o surgimento de museus do folclore pelo país, com destaque para o Museu Nacional do Folclore Edison Carneiro, em 1968.

Embora com conotação diversa, a exploração da cultura popular em chave nacional também esteve no centro dos debates culturais das esquerdas nos anos 1960 e 1970, incluindo o cinema. Ao discutir as mostras realizadas em Salvador, Melo (2022) observa como os temas escolhidos para o evento se conectam a um desejo de “compreender o Brasil e sua população”, associado a “um imaginário de nação no campo das esquerdas” (Melo, 2022, p. 152), presente no período.

Assim, o tema da cultura popular nacional foi disputado à esquerda (Ridenti, 2000) e à direita, e esteve no centro das tensas negociações e dos conflitos entre o campo cultural e os governos militares. Consideramos que a curadoria das mostras etnográficas atua nesses complexos entrecruzamentos, combinando a exibição de obras de cineastas e a presença de agentes do campo das

esquerdas com a negociação e o diálogo com os governos militares e suas políticas culturais. Essa oscilação entre resistência e conciliação atravessa as edições da mostra, ora pendendo para um lado, ora para o outro.

A segunda edição da Mostra da Cinemateca do MAM/RJ se caracteriza por maior aproximação com as políticas culturais da Ditadura, já expressa na adoção da temática do folclore. Tal postura também se nota no texto “A documentação do fato etnográfico”, assinado por Raul Lody, disponível no Informativo n. 542 (1976), da Cinemateca. Nessa apresentação, o curador valoriza o cinema como ferramenta capaz de fixar os fatos etnográficos e explica as escolhas da organização:

... a validade do registro etnográfico, através do cinema, fomentou a realização desta II Mostra do Filme Etnográfico tendo como tema principal o folclore, onde sentimos as presenças dos muitos filamentos culturais que constituem nossas raízes e, por conseguinte, as nossas identidades de brasileiros e possuidores de códigos culturais, próprios da nossa realidade etnográfica (Lody, 1976, [n.p.]).

Essa visão se desdobra no texto “Em torno do filme etnográfico” (1976), sem assinatura, também disponível no Informativo n. 542, no qual se assinala o papel dos filmes como “janelas para o passado” de comunidades em transformação/apagamento, trazendo o tema da preservação, considerado central para a visão de cultura do movimento folclorista, e a questão do papel do cinema (etnográfico) na promoção de visões sobre a cultura popular.

Definindo um modelo para o filme etnográfico, no qual o cineasta deve ser assessorado por um antropólogo no processo de realização, o texto defende, de forma semelhante ao texto de Menezes (1975), na edição anterior, o papel do cientista social na realização dos filmes, mas, nesse caso, no lugar de orientação do modo ‘mais correto’ de representação da cultura registrada. Em relação à definição de cinema etnográfico, o texto “Em torno do filme etnográfico” (1976) apresenta uma defesa do filme como “fonte de dados de fenômenos passados” e faz referência ao debate internacional, citando contribuições de

Margaret Mead e Jean Rouch na International Conference on Visual Anthropology, realizada em Chicago, em 1973, e o trabalho do National Anthropological Film Center, no Museu Smithsonian, nos Estados Unidos.

O texto menciona, ainda, como critérios para a curadoria, a ligação com a temática central do folclore e a associação das obras com os “conceitos modernos” da cinematografia, unindo a visão preservacionista do folclore com uma modernidade técnica e estética do cinema (“Em torno do filme etnográfico”, 1976).

A esse respeito, vale notar que o programa da II Mostra incluiu obras de cineastas associados ao que se tem denominado de ‘documentário brasileiro moderno’, como Paulo César Saraceni, Miguel Borges, Geraldo Sarno e Sérgio Muniz.

Na terceira e quarta mostras, as conexões entre cinema, cultura popular e imaginário nacional permaneceram presentes, ganhando novos contornos, conforme veremos a seguir. A III Mostra do Filme Etnográfico teve lugar entre 8 e 14 de agosto de 1977 e foi organizada com patrocínio da Embrafilme. A coordenação do evento ficou a cargo da antropóloga Yvonne Maggie – então professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – e do sociólogo e teólogo Waldo César – ligado ao Instituto de Estudos da Religião (ISER). O tema escolhido para a edição foram as religiões populares no Brasil.

O programa incluiu uma seleção de filmes brasileiros, privilegiando o formato documentário, predominante desde a primeira edição. Segundo a apresentação contida no Informativo n. 567 (1977), da Cinemateca do MAM/RJ, no processo de seleção da curadoria, o critério técnico e artístico foi secundário em relação à capacidade das obras de trazer para a tela a “visão de mundo” dos grupos vinculados às manifestações religiosas representadas. Ao todo, foram selecionadas 22 obras,

além de cinejornais cujo número não é informado no programa. A Figura 3 traz as páginas do material de divulgação da III Mostra do Filme Etnográfico. A imagem que representa o evento é semelhante às dos anos anteriores, criando uma identidade visual para o evento.

Como no ano anterior, as sessões tiveram lugar diariamente às 19 horas na Cinemateca – com a adição de duas sessões complementares no horário das 16 horas. O custo do ingresso por programa era de Cr\$ 2,00, na moeda da época, o cruzeiro, marcando uma mudança em relação às edições anteriores, em que o acesso ao evento era gratuito. O formato se aproximou ao da segunda edição, com a exibição das obras organizadas em blocos, mas dessa vez sem temas pré-definidos. A projeção era seguida de debates com convidados, sendo esses cineastas e/ou pesquisadores dedicados ao estudo da religiosidade popular, conforme o Quadro 4.

Além dos nomes presentes nesta programação, cujos dados foram extraídos do Informativo n. 566 (1977), da Cinemateca do MAM/RJ, o texto de abertura do evento indica a participação de outros convidados, como José Carlos Avellar, Ralph della Cava, Rosilene Alvim, Pedro Ribeiro de Oliveira, Marco Aurélio Luz, Beatriz Nascimento e Rubem Alves. A escolha dos debatedores envolve a participação de cineastas, cientistas sociais e críticos de cinema.

Em relação às edições anteriores, é possível notar um destaque maior conferido às obras do ‘cinema brasileiro moderno’ das décadas de 1960 e 1970, incluindo diretores como Sergio Muniz, Arnaldo Jabor, Geraldo Sarno, Eduardo Escorel e Vladimir Carvalho – três obras da Caravana Farkas¹⁹ integraram o programa: “Viva Cariri”, “Viramundo” e “Visão de Juazeiro”. Entre outros motivos, essa escolha da curadoria pode ser relacionada à centralidade da problemática da imagem das religiões populares no cinema brasileiro desse período.

¹⁹ O título “Caravana Farkas” se refere a duas séries documentais produzidas pelo fotógrafo e cineasta Thomaz Farkas nos anos 1960 e 1970, “Brasil verdade” e “A condição brasileira”. O termo caravana para nomear ambas as experiências foi empregado pela primeira vez por Escorel, em 1997, na ocasião da organização de uma retrospectiva de filmes de Farkas no Centro Cultural Banco do Brasil.

Conforme observa Santiago Júnior (2014, p. 439), a abordagem das religiões de matriz africana pelo cinema sofreu mudanças significativas nos anos 1970, que implicaram um afastamento da ideia de alienação – predominante nas obras da década anterior – em direção a uma perspectiva de reconhecimento da religiosidade popular, com particular atenção para as manifestações de matriz afro-brasileira (Santiago Júnior, 2014, p. 418).

No mesmo período, a temática das religiões no Brasil também estava em discussão no âmbito da antropologia, sendo que a própria curadora do evento foi autora da dissertação de mestrado “Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito” (Velho, 1975)²⁰, defendida em 1974 e posteriormente

publicada em livro. A escolha do tema da III Mostra envolve, assim, um debate candente na antropologia e no cinema, além de estar ligada à prática profissional/acadêmica dos responsáveis pela curadoria e programação, Maggie e César, sempre com a participação ativa de Cosme Alves Netto.

Conforme foi possível observar no material produzido para as edições anteriores, os textos de apresentação publicados em catálogos e informativos oferecem elementos importantes para entender a concepção de cinema etnográfico em jogo nas mostras. No Informativo n. 567 (1977), da Cinemateca, encontramos, além da programação, um texto de Maggie (1977), sem título, no qual a antropóloga aproxima o cientista

cineoteca

museu de arte moderna do rio de janeiro

sab 13 Cinematca 19:00	III Mostra do Filme Etnográfico (VI) - Programa complementar: O POVO DAS ÁGUAS DE Solé Levy, 1968. A POLÍCIA DO DIVINO de Ruyseu Vazquez Cavallieri, 1968. AS GUARÁS DO ESPRÇO MOZART das irmãs Botelho, 1929. Sem debates.
Cinematca 19:00	III Mostra do Filme Etnográfico (VII) - ESPAÇO MÁGICO de Geraldo Sarno, 1976. IAC de Geraldo Sarno, 1977. Debates após a projeção
dom 14 Cinematca 19:00	III Mostra do Filme Etnográfico (VIII) - Programa complementar: EXU MANGUEIRA de José Araújo, 1979. Fragmentos de A CENICIA PUBLICA de Arnaldo Jabor, 1981. Sem debates.
Cinematca 19:00	III Mostra do Filme Etnográfico (IX-final) - DISTRIBUIÇÃO CENSURAL, ESMAÇAMENTO CRANIANO, REPRISATIZAÇÃO E FRUTUOSAS DIVERSAS , realização coletiva, 1977. O POVO DO VELHO PEDRO de Sérgio Muniz, 1968. Debates após a projeção.

A CHANCHADA, ESSA DESCONHECIDA

Fem eó de Atlântida viveu a chanchada brasileira dos anos 40/50. Gênero essencial para a sobrevivência da incipiente infraestrutura da indústria cinematográfica no Rio de Janeiro, as muitas dezenas de filmes feitos nesse período certamente fornecerão informações preciosas quando um definitivo estudo sobre a história do cinema carioca for empreendido. Embora progressivamente tenha sido esquecida a localidade conhecida como o mais popular do cinema no Rio - foi o café-concerto de produção e exibição durante mais de duas décadas. Vinte destes filmes, selecionados sem qualquer preocupação de valorização estética ou técnica, serão exibidos na Cineoteca do MAM ao longo do mês de agosto, dentro da programação anual "Um Mês de Cinema Brasileiro", organizada em conjunto com a Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro. A maioria deles nunca foi vista nos cineclubes ou mesmo na Cineoteca. Não serão certamente revelações excepcionais, mas a descoberta da face mais popular de nosso cinema. Os parafrazeadores ninguém gostava desses filmes, e não era o público. Nesta parada de chanchadas de parças 1 e 2 de agosto, diamante-se às 16:00, com entrada franca, estarão presentes Luis de Barros... O CIRCO CHOCOU, VAJAGENDO NO SOCIETY, José Carlos Burle/Ruy Costa (TRISTEZA NIO PAGAM DIVINDADES), Rolandino Elias/Vito Martins (CAIGER), H. Falcão Jr. (GRANDI CARLOS), Paulo Wanderley (BALANÇA MAS NIO CAI), Mario Berto (O PRIMO DO CANCAECIRO), Alcioleide de Carvalho (MILK FOR MULHER), S. Parais (RIGO RI À TOA), Ali Ghau (COLANDO DE COLEHA), Maria Bandia (NACIONALISMO), etc., entre outros. 2 de agosto, 16:00, Grandi Carlos, Abel Ferreira, Jaime Costa, Itala Ferreira, Wilson Grey, Nequitinha, Modesto de Sousa, Graciela Sobrinho, Brando Filho, Marlene, Mário Lago, São Kirby, Antonio Carlos, Trindade, Conchita Mascarenhas, Castro Nunes, 25 de agosto, 16:00, Carlos Gardel, Lina Bittencourt, Violeta Ferraz, Sôis Casado, Camelo Leandro, Marion, Jaracaca e Batistini, Jusé de Paula, Nadana Loti, Zuzu Valéria, Japones de Natal, Ronda, Linda e Mircinha Batistin, etc. etc. Programa completo a seguir. Opções sujeitas a mudanças e trocadas.

ter 2 Cinematca 16:00	A Chanchada, essa Desconhecida (I) - ...E O CIRCO CHOCOU de Luis de Barros, 1940. Aldo Garrido, Abel Fera, Arnaldo Amaral. Entrada franca.
qua 3 Cinematca 16:00	A Chanchada, essa Desconhecida (II) - TRISTEZA NIO PAGAM DIVINDADES de José Carlos Burle e Ruy Costa, 1944. Jaime Costa, Itala Ferreira, Oscarito, Grande Otelo. Entrada franca.
qui 4 Cinematca 16:00	A Chanchada, essa Desconhecida (III) - COM CAROTAS E UM CAPOTE de F. Falcão, 1945. Nequitinha, Sally Loretti, Modesto de Sousa, Graciela Sobrinho. Entrada franca.
sex 5 Cinematca 16:00	A Chanchada, essa Desconhecida (IV) - O PRIMO DO CANCAECIRO de Mario Brandt Batistin, 1950. Antonio Carlos, Graciela Batistin, Adia Maria, Matinhos, Catulo de Paula, Wilson Grey. Entrada franca.
sab 6 Cinematca 16:00	A Chanchada, essa Desconhecida (V) - BALANÇA MAS NIO CAI de Paulo Wanderley, 1951. Paulo Gracindo, Brando Filho, Marlene, Herival Rosendo, Mário Lago, Sergio de Oliveira. Entrada franca.
dom 7 Cinematca 16:00	A Chanchada, essa Desconhecida (VI) - MILKFOR MULHER de Alcides T. de Carvalho, 1947. 24 Trindade, Conchita Mascarenhas, Wilson Grey, Castro Nunes, Lana Bittencourt. Entrada franca.
ter 9 Cinematca 16:00	A Chanchada, essa Desconhecida (VII) - RIGO RI À TOA de Roberto 24 Trindade, 1950. 24 Trindade, Conchita Mascarenhas, Otonio, 24 Trindade, Dolores Duran, Jorge Veloz. Entrada franca.
qua 10 Cinematca 16:00	A Chanchada, essa Desconhecida (VIII) - TIRA A MEIO DIA de Ruy Costa, 1950. 24 Trindade, Conchita Mascarenhas, Otonio, 24 Trindade, Dolores Duran, Jorge Veloz. Entrada franca.



25 de julho

III mostra do filme etno grafico

HOMENAGEM POSTÚMA A CLAUDIO BUENO ROCHA

CINEMA KINCE FASSBINDER ITALY VERHOVEN MILLER WINDERS

6ª MOSTRA

30 de julho
a 6 de agosto

a partir de 2 de agosto

AS RELIGIOS POPULARES NO BRASIL

filmes e debates

ESTÁ NO MES DO CINEMA BRASILEIRO

Figura 3. Página do Informativo n. 566 (1977), da Cinemateca do MAM/RJ, em que a III Mostra do Filme Etnográfica é anunciada, incluindo imagem da logo do evento. Fonte: Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ.

²⁰ Yvonne Maggie defendeu a dissertação de mestrado “Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito” em 1974, na UFRJ, sob orientação de Roberto Da Matta. O livro foi publicado em livro em 1975 e depois reeditado em 2001.

social do documentarista, a partir de uma reflexão sobre a 'observação participante'. Para Maggie (1977), a aproximação de cineastas e cientistas sociais se encontraria justamente no compartilhamento dessa posição do observador participante. Ambos estariam "lidando com pessoas e voltados para uma realidade exterior". Por sua vez, estariam separados pelas diferentes linguagens empregadas – escrita ou audiovisual – e suas implicações epistemológicas, bem como pelos distintos compromissos – acadêmicos ou não.

Diferentemente da perspectiva adotada por Menezes (1975) e Lody (1976), Maggie (1977) não se interessa em discutir o uso da câmera como instrumento de pesquisa pelo cientista social ou a presença do pesquisador como assessor na produção cinematográfica, mas em discutir possíveis trocas, aproximações e distâncias entre os modos de abordagem do cinema e da antropologia na descrição e observação da cultura, em particular das religiões populares. Nesse sentido, o papel da mostra seria o de estabelecer um ponto de contato entre os mundos do cinema e da

Quadro 4. Programa da III Mostra do Filme Etnográfico da Cinemateca do MAM/RJ.

Filmes/vídeos exibidos (ano)	Diretor	Debatedores	Data
"O auto da vitória" (1966)	Geraldo Sarno	Yvonne Maggie (UFRJ), Waldo Cesar e Geraldo Sarno	08/08
"Viramundo" (1965)	Geraldo Sarno		
Cinejornais	Não consta informação		
"Romeiros da guia" (1972)	Vladimir Carvalho e João Ramiro de Mello	Douglas Teixeira Monteiro (Universidade de São Paulo - USP) e Mariza Leão	09/08
"A santa de coqueiros" (1920)	Ramon Garcia		
"Palmas pra Jesus" (1976)	Mariza Leão		
"Padre Zé estende a mão" (1972)	Jurandy Moura	Peter Fry (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp) e Roberto Moura	10/08
"Sai dessa, Exu!" (1972)	Roberto Moura		
"Saravá Brasil dos mil espíritos" (1971)	M.O. Schneider	Alba Zaluar (Unicamp) e Eduardo Escorel	11/08
"Padre Cícero" (1971)	Geraldo Sarno		
"Viva Cariri" (1970)	Geraldo Sarno		
"Visão de Juazeiro" (1972)	Eduardo Escorel	Pedro Ribeiro de Oliveira Rubem Cesar Fernandes (Unicamp) e Carlos Augusto Calil	12/08
"Porta do céu" (1975)	Djalma Batista		
"Simitério do Adão e Eva" (1975)	Carlos Augusto Calil		
"Eu sou brasileiro" (1973)	Maria do Rosário		
"Sala dos milagres" (1967)	Alberto Savá		
Cinejornais	Não consta	Sessão complementar informativa sem debates	13/08
"O povo das águas" (1968)	Saly Levy		
"A folia do divino" (1968)	Elyseu Visconti Cavaleiro		
"As curas do professor Mozart" (1929)	A. Botelho	Sessão complementar informativa sem debates	14/08
"Exu Mangueira" (1975)	Jom Tob Azulay		
"Fragmento de opinião pública" (1967)	Arnaldo Jabor		
"Destrução cerebral, esmagamento..." (1977)	Produção coletiva	Carlos Brandão e Rubem Alves (Unicamp), Paulo Chaves e Sergio Muniz	14/08
"O povo do Velho Pedro" (1968)	Sergio Muniz		

academia, sem uma predominância da pesquisa sobre o registro audiovisual.

Em entrevista para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Maggie (2009) comenta a experiência na organização da Mostra Etnográfica no MAM/RJ, oferecendo um dos raros testemunhos sobre os eventos:

A cinemateca do MAM era coordenada pelo Cosme Alves Netto que era pessoa muito importante para o Brasil, eu acho que ele recolheu a maior parte dos filmes brasileiros, a cinemateca deve muito a ele, e ele me chamou para fazer um... Na verdade, quem fazia isso com ele, tinha feito um ano foi a Claudia [Menezes], a Claudia, bom. E a Claudia me indicou para ele e eu fiz os seminários mais importantes sobre filmes documentários naquela época, nos anos 70. Por quê? Porque a Claudia tinha feito uma coisa mais reduzida, mais para poucas pessoas. E eu cheguei para o Cosme e falei "tudo bem, eu vou ver todos os filmes – era o festival de filme etnográfico, mas chamava outra coisa –, eu quero ver todos os filmes". O Cosme abriu toda a biblioteca, abriu tudo que ele tinha de cinema e foi uma das experiências mais incríveis da minha vida. E eu falava assim: "Não, mas nesse filme fala de um outro, me arranja essa cópia de tal!". Ele ia no nordeste, enfim, eu vi todos os filmes sobre religião naquela época e fiz um seminário chamando um cineasta e um antropólogo para comentar o filme. E foi uma coisa que não tem muito registro disso. A não ser, às vezes a Patrícia Monte-Mor, que deu continuidade a isso, de vez em quando ela fala... Mas eu não produzi nada escrito, porque era um esforço tamanho... Naquela época, em 1976, você não podia juntar mais de dez pessoas num seminário porque senão era uma coisa subversiva. Então o que acontecia? Era uma briga, era ao mesmo tempo o início do movimento negro, então vinham aquelas pessoas... E ninguém sabia mais discutir! Era uma agressividade, foi uma coisa muito chocante no Brasil. Mas eu vi todos os filmes... É, de religião. Depois teve um sobre o campo, teve... E foi aí que eu tive que pensar sobre o Brasil (Maggie, 2009, pp. 46-47).

O comentário de Maggie sobre as mostras nos oferece indícios da participação de diferentes públicos nas edições de 1977 e 1978, indicando que a audiência e a repercussão teriam sido maiores do que na primeira edição, mas também apontando para a presença de integrantes do movimento negro no evento. Outro elemento destacado no depoimento envolve as

dificuldades para realizar atividades e encontros desse tipo durante a Ditadura Militar, sob vigência do Ato Institucional nº 5. Nesse momento, Maggie (2009) faz menção ao papel da Cinemateca e do MAM/RJ como espaços de resistência cultural ao regime (Núñez, 2022) e ao papel da censura no controle aos eventos culturais.

Um segundo aspecto que merece comentário é a observação de Maggie sobre a violência dos debates, atribuída sobretudo aos integrantes do movimento negro, remetendo a discussões relevantes no campo cinematográfico do período. A falta de outros registros e relatos orais sobre a experiência das mostras nos deixa sem um contraponto à fala de Maggie; desse modo, buscamos pistas em outros eventos e fontes para entender o contexto das discussões travadas durante a III Mostra.

Nesse período, os debates sobre a questão racial estavam ganhando espaço no país. No âmbito do cinema, essas questões foram mobilizadas sobretudo a partir da discussão provocada pelo lançamento de obras que propuseram representações históricas da escravidão, como o caso do longa "Xica da Silva", de Cacá Diegues, que motivou críticas publicadas em revistas e periódicos, a exemplo da contundente avaliação da historiadora e ativista Beatriz Nascimento (1976), em que a autora acusa Diegues de desrespeitar a história e alimentar estereótipos sobre os negros, particularmente das mulheres.

Em 1981, a realização em Salvador do Seminário Cinema e Descolonização, organizado pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB), cujos registros foram publicados na revista "Filme Cultura" (Embrafilme, 1982), oferece indicações das questões que podem ter sido objeto de disputas na mostra em 1978. As falas do seminário, transcritas e editadas para a revista, apontam para uma cisão entre os palestrantes em torno de uma disputa sobre a representação do negro no cinema brasileiro. Participaram dos debates figuras do cinema como Jean-Claude Bernardet, Ismail Xavier e José Carlos Avellar; e da antropologia, como Muniz Sodré, Marco Aurélio Luz e Yvonne Maggie.

Santiago Júnior (2014, p. 435) descreve esse evento de 1981 como “um dos momentos fundamentais do encontro dos antropólogos com o cinema”. Ele aponta, a partir do texto de Ismail Xavier (1982), para “a polarização do debate entre um grupo formado pelos estudiosos acadêmicos, que acusavam a tradição do cinema brasileiro – principalmente o Cinema Novo e seus desdobramentos – de racismo e um ‘recalcamento da cultura negra’” (Santiago Júnior, 2014, p. 435), posição que teria sido contraposta por críticos de cinema, como o próprio Xavier, José Carlos Avellar e Jean-Claude Bernardet. Como apenas o relato desses três participantes foi publicado na mencionada edição da “Filme Cultura” (Embrafilme, 1982), o acesso ao debate pela reportagem é mediado pela posição dos mesmos – ainda que os registros tenham sido compilados a partir das gravações em áudio feitas pelo SECNEB. Podemos supor, assim, que Maggie (2009) se refere ao debate sobre as representações raciais no cinema brasileiro então em pleno desenvolvimento, ecoando a postura de defesa do campo cinematográfico diante das críticas dos intelectuais negros.

Um último ponto que merece ser destacado da fala de Maggie diz respeito à ausência de reflexões e estudos sobre a experiência das mostras organizadas no MAM/RJ. O texto de Santiago Júnior (2014), já referido, é uma das contribuições para a discussão sobre cinema e antropologia nesse período, mas o único evento mencionado pelo autor é o Seminário de Cinema e Descolonização, de 1981. Um dos motivos para esse silêncio é a escassez de vestígios da experiência das mostras, situação que afeta particularmente o acesso aos dados da última edição.

A IV Mostra foi realizada entre 3 e 8 de março de 1978, deslocando o evento do mês de agosto para o primeiro semestre. O tema escolhido foi “migrações internas”, o mesmo da VI Mostra baiana, realizada alguns meses depois em Salvador. A Figura 4 apresenta cartaz dessa edição em Salvador, em que se nota a Cinemateca do MAM/RJ entre os apoiadores do evento. Não foi possível encontrar o informativo da Cinemateca com os dados dessa edição, pois o mesmo não se encontra no arquivo da

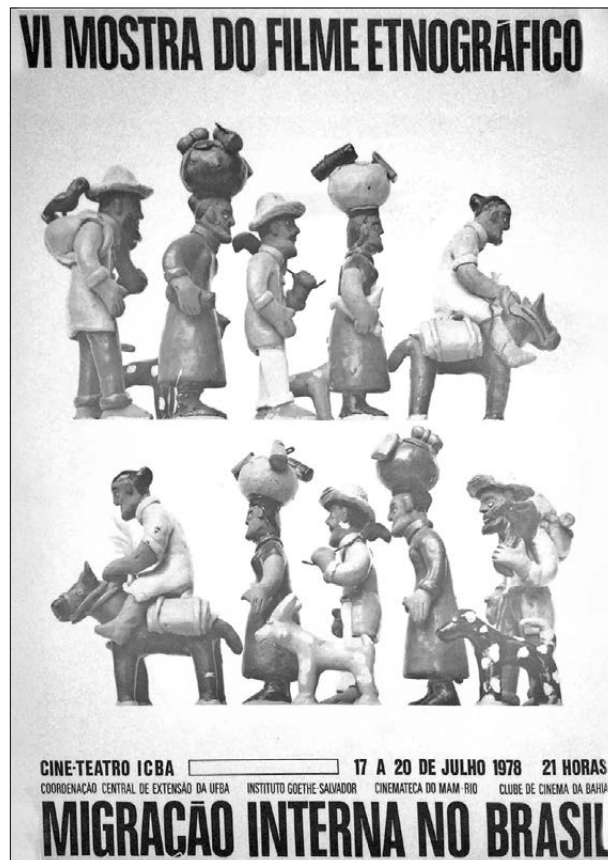


Figura 4. Cartaz da VI Mostra do Filme Etnográfico realizada em Salvador em julho de 1978. Fonte: Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ.

instituição; assim, as informações são lacunares, buscadas em fontes de imprensa, incluindo jornais e revistas. Não foram encontrados dados sobre patrocínio, apoiadores ou maiores detalhes sobre o processo curatorial.

De acordo com reportagem do número 29 da revista “Filme Cultura” (Embrafilme, 1978), a coordenação da mostra foi assumida novamente por Waldo César, acompanhado de Vanilda Paiva, pesquisadora da área da Educação. Em depoimento à FGV, Yvonne Maggie indica uma participação na organização do evento, mas, segundo a revista, a antropóloga teria estado presente apenas como debatedora de uma das mesas.

A reportagem ressalta a contribuição dos cineastas para o debate sobre o tema da migração e sua relevância

para a história e a cultura nacionais. A matéria oferece um pequeno resumo das discussões levantadas e indica a participação de um público aproximado de 2.100 pessoas no evento, permitindo comparar com os dados da primeira edição, em que foram contabilizados cerca de 2.300 espectadores nas sessões, apontando para uma estabilidade na audiência da mostra.

Como nos anos anteriores, a mostra do MAM/RJ apresentou temática ligada ao imaginário nacional, dirigindo o olhar para a figura do migrante. Melo (2022, p. 151) nota nesse e em outros recortes do evento um interesse pelos “sujeitos históricos marcadamente excluídos das narrativas hegemônicas sobre a história do Brasil”. Em sua análise da programação de Salvador, a autora assinala que o tema das migrações estava em relevo na imprensa e no debate político, presença que a autora associa ao acelerado processo de urbanização em curso no país, como parte de nossa “modernização conservadora” (Melo, 2022, p. 165). Essa migração interna atraiu a atenção dos cineastas brasileiros, conforme se faz notar na seleção de 29 filmes, longas e curtas, incluindo documentário e ficção.

O formato adotado na quarta edição era semelhante às edições anteriores, dessa vez com sessões diárias às 16h30 e às 19 horas, sendo a última acompanhada de debates, com profissionais do cinema e da antropologia. Os dados sobre os convidados foram retirados da edição 29 da “Filme Cultura” (Embrafilme, 1978)²¹ e de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, conforme o Quadro 5.

A seleção dos filmes para a IV Mostra marca uma crescente aproximação com o cinema brasileiro moderno, presente desde a inauguração e reforçada a partir da III Mostra. Merece destaque a presença de cineastas ligados ao Cinema Novo, que dirigem a maioria dos filmes do

programa. Com filmes das décadas de 1950, 1960 e 1970, a curadoria privilegiou o formato documentário, valendo mencionar a inclusão de obras da passagem para os anos 1960, como “Aruanda” (1959) e “Arraial do Cabo” (1960), que, já naquele momento, eram consideradas marcos entre a geração cinemanovista (Rocha, 1963). Também foram incluídas obras consideradas de ficção, que aparecem em maior número nesta edição, como “Morte e vida severina”, “Macunaíma”, “Vidas Secas” e “Rio, 40 graus”. A Caravana Farkas fez-se novamente presente com “O engenho”, de Geraldo Sarno. A seleção contou com filmes já exibidos em edições anteriores, como “Viramundo”, programado na segunda edição, e “Dramática Popular”, que fez parte da II Mostra, ambos também de Geraldo Sarno.

Ao pesquisar a documentação do MAM/RJ em busca dos registros da IV Mostra do Filme Etnográfico, encontramos o material de divulgação de outro evento correlato, em 1978. Trata-se da Mostra de Cinema Antropológico, em parceria com o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA), realizada entre 15 e 23 de março. Exibindo 34 filmes, a mostra do MoMA estava estruturada em 12 programas, divididos em três eixos temáticos: ‘visão do hemisfério ocidental’, ‘caminhos analíticos’ e ‘estratégias de filmagem’. Para a atividade no Rio de Janeiro, foi incluído um quarto eixo, denominado ‘situação do filme antropológico brasileiro’, com programa de quatro filmes – três deles exibidos em edições anteriores da Mostra do Filme Etnográfico do MAM/RJ.

De acordo com o material de divulgação do evento, a atividade foi realizada no contexto das trocas entre as instituições-membro da União de Cinematecas da América Latina (UCAL) e da Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF)²², indicando a articulação internacional entre cinematecas, mas também trocas entre os museus de arte moderna.

²¹ Encontramos algumas discrepâncias entre essas informações e a programação divulgada pelos jornais, optando pelo relato da revista.

²² De acordo com Fabián Núñez (2018, p. 151), a Cinemateca do MAM/RJ volta a se filiar à FIAF nesse ano de 1978. Nesse mesmo período, a Cinemateca ainda se anunciava publicamente como membro da UCAL, embora o órgão passasse por uma cisão interna desde meados dos anos 1970.

Quadro 5. Programa da IV Mostra do Filme Etnográfico da Cinemateca do MAM/RJ.

Filmes/vídeos exibidos (ano)	Diretor	Debatedores	Data
"Morte e vida severina" (1977)	Zelito Viana	Neide Sterci	03/03
"Choque cultural" (1975)	Zelito Viana		03/03
"A grande cidade" (1966)	Cacá Diegues	Sessão sem debates	04/03
"Homens do caranguejo" (1968)	Ipojuca Pontes	Leon Hirszman, Zuenir Ventura e Alex Viany	04/03
"Fragmento de rosa dos ventos" (1955)	Alex Viany		04/03
"Maioria absoluta" (1964)	Leon Hirszman		04/03
"Brasília, contradições de uma cidade nova" (1967)	Joaquim Pedro de Andrade		04/03
"Aruanda" (1959)	Linduarte Noronha	Darcy Ribeiro, Yvonne Maggie e Geraldo Sarno	05/03
"O engenho" (1969)	Geraldo Sarno		05/03
"Arraial do Cabo" (1960)	Mauro Carneiro e Paulo Cesar Saraceni		05/03
"Viramundo" (1965)	Geraldo Sarno		05/03
"Subúrbio Pessoa" (1972)	Sebastião França		05/03
"Vidas secas" (1973)	Nelson Pereira dos Santos	Sessão sem debates	05/03
"Macunáima" (1969)	Joaquim Pedro de Andrade	Sessão sem debates	06/03
"O curso do poeta" (1973)	David Neves e Jorge Laclete	Luis Eduardo Soares e Manfredo Caldas	06/03
"A feira" (1974)	Manfredo Caldas		06/03
"Fala Brasília" (1966)	Nelson Pereira dos Santos		06/03
"Dramática popular" (1968)	Geraldo Sarno		06/03
"Boi de reis" (1974)	Manfredo Caldas		06/03
"A opinião pública" (1967)	Arnaldo Jabor	Sessão sem debates	07/03
"Maragogipinho" (1969)	Guido Araújo	Breno Raigorodsky e João Batista de Andrade	07/03
"Nós e eles" (1978)	Augusto Sevá		07/03
"Ô xente, pois não" (1973)	Joaquim Assis		07/03
"Transamazônica" (1973)	Parrot		07/03
"Migrantes" (1973)	João Batista de Andrade		07/03
"Rio, quarenta graus" (1955)	Nelson Pereira dos Santos	Sessão sem debates	08/03
"Pau pra toda obra" (1976)	Reinaldo Volpato	Maria Cecília Velasco e Cruz, José Carlos Avellar e Sérgio Bernardes	08/03
"Destrução cerebral, esmagamento craniano, precipitação, fraturas generalizadas" (1977)	Criação coletiva		08/03
"Libertários" (1976)	Lauro Escorel		08/03

A presença dessa atividade na programação da Cinemateca carioca também é um indicativo do crescimento do debate sobre as conexões entre as ciências sociais e o cinema no âmbito nacional e

das trocas internacionais. A década seguinte seria de expansão dessas discussões, embora a institucionalização da antropologia visual no Brasil se consolide apenas nos anos 1990.



OS SENTIDOS DO CINEMA ETNOGRÁFICO NAS MOSTRAS DA CINEMATECA (1975-1978) E OS DILEMAS NA ESCRITA DA HISTÓRIA DOS FESTIVAIS AUDIOVISUAIS

Ao buscar compreender a definição de cinema etnográfico mobilizada pela organização das Mostras do Filme Etnográfico realizadas em Salvador, Melo (2022, p. 150) observa um entendimento “bastante elástico” do termo, expresso na variação temática e nas obras selecionadas para o programa das edições de 1973 a 1978.

Entre outros elementos, a autora busca explicar a marcante presença do cinema brasileiro moderno na curadoria, sobretudo a partir da terceira edição. Desse modo, assinala uma diferença entre as primeiras duas edições, nas quais identifica uma leitura francófona do filme etnográfico próxima ao cinema de Jean Rouch, e as demais – de 1975 a 1978 – com uma percepção ampliada e predomínio de “produções documentais, que faziam parte do cinema brasileiro moderno”, interessado na relação com o “outro” de classe/raça/ nacionalidade/ cultura (Melo, 2022, p. 150).

A partir da análise da documentação do GEC/UFBA e do CCB, Melo (2022) sugere que essa mudança de perfil curatorial poderia estar ligada a problemas operacionais enfrentados pelo GEC/UFBA no período, com prováveis impactos na capacidade de obtenção de filmes para o evento, considerando o efeito das questões de ordem prática nas escolhas da curadoria.

Encontramos na versão carioca do evento algumas características semelhantes às levantadas por Melo (2022), sendo possível observar uma diferença entre o perfil da I Mostra, de 1975, e o das três edições seguintes. De forma próxima ao observado por Melo (2022) em Salvador para 1973 e 1974, a curadoria da primeira edição carioca se caracterizou pela presença de obra estrangeira (um filme de Jean Rouch), enquanto as demais contaram apenas com

a cinematografia nacional²³. Também a edição de 1975 contou com maior presença de obras realizadas por/com antropólogos, se comparada aos anos seguintes.

Além de questões de ordem operacional indicadas por Melo (2022), assinalamos que tal distinção pode estar relacionada à temática da primeira edição, dedicada aos indígenas brasileiros, campo pioneiro de colaboração entre profissionais do audiovisual e antropólogos. Também não desconsideramos o impacto de limitações práticas ou institucionais na aquisição de cópias estrangeiras, no entanto, observando a programação de outros eventos nos informativos da Cinemateca, tal hipótese perde força.

Desse modo, gostaríamos de sugerir a presença de uma definição elástica do filme etnográfico atravessando as quatro edições da Mostra Etnográfica, com algumas variações. Conforme observamos na seção anterior deste artigo, cada equipe curatorial mobilizou os debates sobre o cinema etnográfico à sua maneira.

Enquanto a linha de interpretação de Menezes (1975), na primeira edição, combina o entendimento da câmera como instrumento de pesquisa com a separação de papéis claros entre cientista social e cineasta, a leitura de Lody (1976) retoma o papel de guia representado pelo cientista social na criação do filme. A perspectiva adotada por Maggie (1977) na terceira edição volta a retomar elementos da tradição de Rouch, com a defesa de um diálogo menos hierárquico entre cinema e antropologia.

Entre as definições propostas nos textos de apresentação e a seleção das obras, encontramos algumas dissonâncias, indicando uma distância entre as concepções teóricas sobre o cinema etnográfico e o confronto com os arquivos audiovisuais, no processo de curadoria. Dessa maneira, consideramos que o caráter elástico e mutável observado no evento resulta da tentativa das equipes de analisar e enquadrar o material audiovisual encontrado nos arquivos a partir de cada temática e do diálogo com os debates conceituais

²³ Sobre a prevalência de obras brasileiras, embora questões de ordem prática devam ser consideradas, é preciso levar em conta que a Cinemateca do MAM/RJ exibiu diversos programas com filmes estrangeiros no mesmo período, sendo difícil atribuir a decisão de se concentrar na produção nacional (apenas) à dificuldade de acesso aos filmes.

sobre o cinema etnográfico que ganhavam corpo nesse período. Essa visão alargada ensejou um reconhecimento do olhar etnográfico de obras do cinema brasileiro moderno, particularmente do documentário.

Em diálogo com Santiago Júnior (2014), nossa hipótese para essa relação com a cinematografia brasileira é de que a leitura presente na curadoria das mostras etnográficas estaria ligada a uma guinada etnológica do cinema brasileiro em curso na década de 1970, configurando uma “maneira de observar a cultura do povo que partia do reconhecimento e da tentativa de compreensão de sua alteridade cultural”, e à “emergência de determinado tipo de etnovisão autoconsciente e problematizadora do registro visual” (Santiago Júnior, 2014, p. 418).

Santiago Júnior (2014, p. 434) nota nesse período um movimento de mão dupla entre antropologia e cinema: “como os cineastas, que, ao se aproximarem da antropologia, sonharam ser etnólogos, os antropólogos de carreira foram envolvidos e/ou se envolveram no debate cinematográfico”. Entendemos que as mostras etnográficas operaram ao mesmo tempo como sintomas e agentes desse processo de intercâmbio.

Considerando essa guinada etnológica, que, conforme Santiago Júnior (2014), se inicia pelo exercício de um olhar etnográfico já nos anos 1960, a presença do cinema brasileiro moderno nas mostras no Rio de Janeiro e na Bahia, nos anos 1970, causa menos estranhamento. Outro elemento importante que se acrescenta a essa leitura é a presença dessas obras em festivais etnográficos estrangeiros, com destaque para o pioneiro “Festival dei Popoli” – “Rassegna Internazionale dal film etnografico e sociológico” –, conforme mencionado na introdução deste artigo.

Durante o “XII Coloquio Internazionale sul Film Etnografico e Sociologico”, realizado paralelamente a esse festival em 1966, Sérgio Muniz e Vladimir Herzog (1966) apresentaram o ensaio “O documentário social brasileiro: suas origens e tendências”. Já naquele momento, os autores ressaltam o papel de crítica social do cinema e mencionam os antecedentes desse documentarismo preocupado com a

realidade latino-americana. Ao final da exposição, os autores mencionam a aproximação do cinema com as ciências sociais, a partir das afinidades temáticas entre os campos. A perspectiva defendida por Muniz e Herzog encontra diálogo nos textos de apresentação das mostras realizadas na Cinemateca do MAM/RJ uma década mais tarde.

Desse modo, entendemos que as Mostras do MAM/RJ estavam conectadas com os debates daquele momento sobre o cinema etnográfico, incluindo a identificação de traços etnográficos nas obras do cinema moderno brasileiro, reconhecida pelos próprios cineastas brasileiros e por curadores de eventos internacionais desde a década anterior.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS PARA CONCLUIR

Com quatro edições, entre 1975 e 1978, as Mostras do Filme Etnográfico realizadas na Cinemateca do MAM/RJ, promoveram exhibições de filmes e debates, reunindo profissionais do cinema e das ciências sociais, a partir da parceria da Cinemateca com órgãos públicos, universidades e organizações não governamentais (ONG). A iniciativa contou com o engajamento direto de cientistas sociais que assumiram a organização e a curadoria, variando as equipes de acordo com cada edição.

As atividades estavam centralizadas na sala de exhibições da Cinemateca, mas também incluíram exposições no MAM/RJ e sessões em outros espaços da cidade do Rio de Janeiro – pelo menos na primeira edição. Com periodicidade anual, as mostras tiveram entre seis e sete dias de duração, exibindo entre 16 e 30 filmes por edição. A curadoria reuniu obras produzidas em diferentes momentos da história do cinema nacional – dos anos 1930 aos 1970 –, com variadas abordagens: documentários de registro das manifestações culturais e artísticas; reportagens televisivas; filmes com caráter de pesquisa realizados em parceria com cientistas sociais; e obras associadas ao cinema brasileiro moderno – passando pelos antecedentes do Cinema Novo, seu auge e por obras de renovação nos anos 1970.

O exame da proposta dos curadores, em conjunto com o programa divulgado, nos permitiu tratar de alguns pontos relevantes do perfil do evento, como a escolha dos temas que discutiram problemáticas caras à antropologia (e ao cinema nacional), abarcando as relações étnico-raciais, os povos indígenas no Brasil – na ocasião, ainda pensados sob a ideia-síntese do índio brasileiro –, a religiosidade popular, o folclore e as migrações internas.

Os textos de apresentação dos eventos oscilaram entre leituras que observaram o papel do cinema no registro de culturas em vias de desaparecimento ou como forma de olhar para os movimentos de transformação da sociedade brasileira. O trabalho de programação operou seleções e produziu leituras sobre o cinema etnográfico que buscavam acomodar o levantamento de filmes disponíveis a partir de uma perspectiva ampliada do termo etnográfico, conforme discutido no artigo. Apesar dessa perspectiva, pode-se notar nos textos da curadoria, com maior ou menor ênfase, a defesa da importância da participação efetiva de cientistas sociais no processo de criação audiovisual.

A partir da análise da documentação disponível, foi possível observar o diálogo com o GEC/UFBA e as mostras realizadas na Bahia entre 1973 e 1981. Também foi possível observar a relação com arquivos brasileiros para a obtenção das cópias para exibição no evento. Em relação aos arquivos, é importante notar como a curta e interrompida trajetória das Mostras do Filme Etnográfico analisadas neste artigo impactou seu arquivamento e inscrição na história. Os registros são fragmentados e não contemplam uniformemente as edições. Pouco conhecidas ou mencionadas no Brasil, não é difícil entender sua ausência de panoramas mais amplos, como o levantamento realizado por Maria Paz Peirano (2017).

Contemporâneas do processo de formação de um subcircuito especializado para o filme etnográfico em nível global, essas mostras promoveram a exibição de filmes, debates, exposições artísticas e atividades culturais e inspiraram a publicação de textos pioneiros sobre a relação entre cinema e antropologia. Em conjunto com as

Mostras do GEC/UFBA, a Mostra de Antropologia Visual do MoMA no MAM/RJ em 1978 e o Seminário Cinema e Descolonização de 1981 em Salvador, as Mostras do MAM/RJ apontam para a formação de um incipiente ecossistema em torno do cinema etnográfico (Vallejo & Peirano, 2022) no país, integrando arquivos e cinematecas, universidades, órgãos da cultura (e turismo) e outros colaboradores, como institutos culturais e embaixadas.

Sem superestimar o alcance desses eventos – uma vez que faltam elementos para afirmar que operassem propriamente como um circuito em âmbito nacional e a inserção nas redes internacionais era frágil –, sua existência nos permite supor um caráter mais global para a formação do subcircuito de festivais etnográficos. Consideramos, assim, que a investigação da trajetória de festivais menores na América Latina, sobretudo de iniciativas que antecedem ao movimento de expansão dos anos 1990, pode nos ajudar a repensar o lugar das cinematografias e eventos da América Latina na história dos festivais de cinema, em particular daqueles dedicados aos filmes etnográficos.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento da pesquisa no âmbito do programa Pós-Doutorado Nota 10 (processos SEI 204.235/2021 e 204.234/2021). Ao Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, em especial à professora Ana Maria Mauad, supervisora da pesquisa. Ao programa de bolsas de Iniciação Científica da UFF para pós-doutorandos e às estudantes bolsistas Ana Beatriz Camarinha e Camila da Paixão Mendes. À Izabel Melo e Bianca Pires pelas trocas durante o percurso de pesquisa para o artigo.

REFERÊNCIAS

- Amâncio, T. (2011). *Artes e manhas da Embrafilme*. EDUFF.
- Araújo, G. (1976, 23 de julho). Marcante a presença feminina na mostra do filme etnográfico. *A Tarde*, Caderno 2.

- Barbalho, A. (2000). Estado autoritário brasileiro: entre a tradição e a modernidade. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (19), 71-82.
- Brasil. (1975, 9 de dezembro). Lei nº 6.281, de 9 de dezembro de 1975. Extingue o Instituto Nacional do Cinema (INC), amplia as atribuições da Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6281.htm
- Chávez Carvajal, H. (2017). Circulación y distribución de cine etnográfico en América Latina. *Universitas, Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, (27), 19-43. <https://scielo.senescyt.gob.ec/pdf/uni/n27/1390-3837-uni-27-00019.pdf>
- Cinemateca do Museu de Arte Moderna, Museu do Índio & Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. (1997). *Mostra do Filme Etnográfico: o índio brasileiro*. Acervo da Biblioteca da FUNAI, Rio de Janeiro. <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto36/FO-CX-36-2216-97.PDF>
- Embrafilme. (1978, maio). *Filme Cultura* (Edição 29: Perspectivas do cinema brasileiro). Banco de Conteúdos Culturais. <https://www.bcc.org.br/filmecultura/29>
- Embrafilme. (1982, agosto-outubro). *Filme Cultura* (Edição 40: O negro no cinema brasileiro). Banco de Conteúdos Culturais. <https://www.bcc.org.br/filmecultura/40>
- "Em torno do filme etnográfico". (1976, agosto 2). In *Informativo n. 542*. Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ, Rio de Janeiro.
- Festival dei Popoli. (1960, dezembro). *Il Rassegna Internazionale del Film Etnográfico e Sociológico*. Catálogo do Arquivo do Festival dei Popoli. https://archiviofilm.festivaldeipopoli.org/wp-content/uploads/2023/03/2_cat_1960_compressed.pdf
- Festival dei Popoli. (1966, fevereiro). *VII Rassegna Internazionale del Film Etnográfico e Sociológico*. Catálogo do Arquivo do Festival dei Popoli. https://archiviofilm.festivaldeipopoli.org/wp-content/uploads/2023/03/7_cat_1966_compressed_compressed.pdf
- Fundação Biblioteca Nacional (FBN). (s.d.). *Hemeroteca Digital Brasileira*. Biblioteca Nacional Digital. <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>
- Herzog, V., & Muniz, S. (1966). O documentário social brasileiro: suas origens e tendências. In Itaú Cultural, & Instituto Vladimir Herzog, *Ocupação Vladimir Herzog* (pp. 27-30). Itaú Cultural. https://issuu.com/itaucultural/docs/publicacao_ocupacaovladimirherzog/1?ff
- Informativo n. 516*. (1975, 12 de agosto). Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ, Rio de Janeiro.
- Informativo n. 542*. (1976, 2 de agosto). Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ, Rio de Janeiro.
- Informativo n. 566*. (1977, 26 de julho). Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ, Rio de Janeiro.
- Informativo n. 567*. (1977, 11 de agosto). Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ, Rio de Janeiro.
- Lody, R. (agosto, 1976). A documentação do fato etnográfico. In *Informativo n. 542*. Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ, Rio de Janeiro.
- Maggie, Y. (1977, 11 de agosto). In *Informativo n. 567*. Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ, Rio de Janeiro.
- Maggie, Y. (2009). *Yonne Maggie (depoimento, 2009)*. Entrevista concedida a CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. CPDOC/FGV. <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1687.pdf>
- Melo, I. F. C. (2022). *Cinema, circuitos culturais e espaços formativos: novas sociabilidades e ambiência na Bahia (1968-1978)*. Eduneb. <https://doi.org/10.7476/9786588211564>
- Menezes, C. (1975, agosto). *Algumas considerações relativas à 1ª Mostra do Filme Etnográfico*. Arquivo da Cinemateca do MAM/RJ, Rio de Janeiro.
- Menezes, C. (1978). Atividades do Centro de Documentação Etnológica do Museu do Índio. *Revista de Antropologia*, 21(2), 207-211.
- Nascimento, B. (1976, 15 de outubro). A senzala vista da casa grande. *Opinião, Tendências e Cultura*, 20-21.
- Netto, C. A. (1975, 29 de agosto). *Comunicado interno do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*. Arquivo da Cinemateca do Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro.
- Núñez, F. (2018). Reflexões sobre a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro na virada dos anos 1960 aos 1970. *Significação - Revista de Cultura Audiovisual*, 45(50), 143-158. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2018.142098>
- Núñez, F. (2022). Esboço para um estudo histórico da gestão Cosme Alves Netto na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. *Rebeca - Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, 11(2), 1-22. <https://doi.org/10.22475/rebeca.v11n2.858>
- Peirano, M. P. (2017). Part I. Introduction: mapping ethnographic film festivals: a world overview. In M. P. Peirano, & A. Vallejo (Eds.), *Film festivals and anthropology* (pp. 21-36). Cambridge Scholars Publishing.
- Ridenti, M. (2000). *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Record.

- Rocha, G. (1963). *Revisão crítica do cinema brasileiro*. Civilização Brasileira.
- Santiago Júnior, F. C. (2014). ...E a etnologia fez os cineastas sonharem: olhar etnológico e alteridade no cinema brasileiro entre 1970 e 1980. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 9(2), 417-442. <https://doi.org/10.1590/1981-81222014000200010>
- Soares, A. L. (2011). Folclore e políticas culturais no Brasil nas décadas de 1960/1970. In *II Seminário Internacional Políticas Culturais da Casa Rui Barbosa*. https://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AnalyrmSoares_Folclore_e_políticas_culturais_no_Brasil_nas_decadas_de_1960-1970.pdf
- Vallejo, A., & Peirano, M. P. (2022). Conceptualising festival ecosystems: insights from the ethnographic film festival subcircuit. *Studies in European Cinema*, 19(3), 231-251. <https://doi.org/10.1080/17411548.2022.2103930>
- Velho, Y. M. (1975). *Guerra de orixá: um estudo de ritual e conflito*. Zahar.
- Xavier, I. (1982). Cinema e descolonização. *Filme Cultura*, (40), 23-27. <https://www.bcc.org.br/textos/225455>

DADOS DA PESQUISA

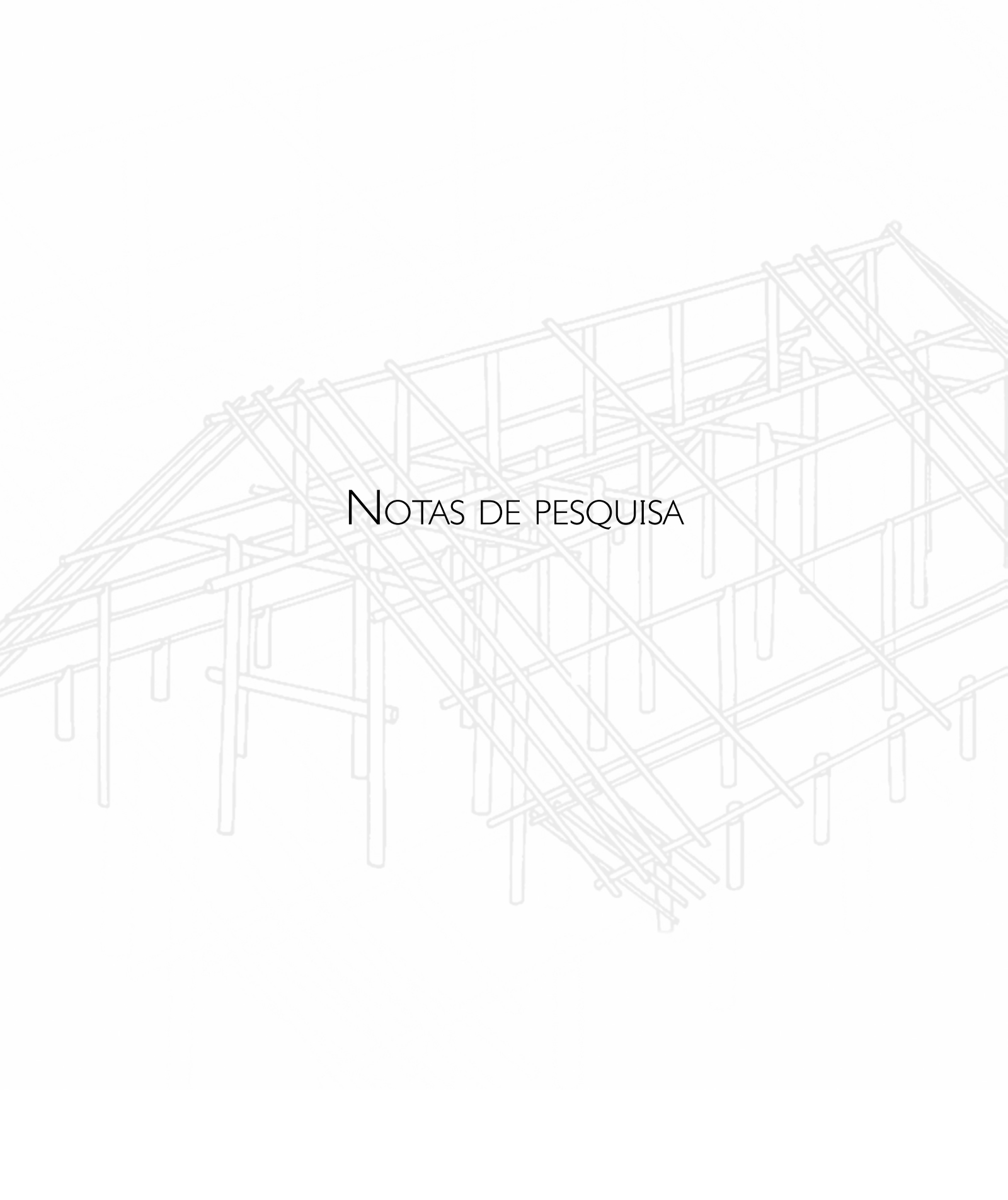
Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.



NOTAS DE PESQUISA

Cine compartido: narrativas audiovisuales en comunidades de Brasil y Ecuador

Shared cinema: audiovisual narratives in communities of Brazil and Ecuador

Juan Diego Andrango 

Universidad de Las Américas. Quito, Pichincha, Ecuador

Resumen: Este escrito es una pequeña memoria de un proyecto dentro del *Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina* (PROLAM) de la Universidad de São Paulo, donde se busca la relación y las disputas visuales, económicas y territoriales de los pueblos originarios de Abya Yala con la actual monopolización del mercado y el despojo territorial capitalista por parte de los grandes tenedores de tierra y poder, matizando en los pueblos originarios guaraníes de la ciudad de São Paulo en Brasil y distintas comunidades andinas del Ecuador, conjugando en varios procesos y talleres de audiovisual trabajos y desarrollados colectiva y colaborativamente en estos territorios, con el objetivo principal de democratizar el conocimiento y prácticas cinematográficas con los actores sociales de las comunidades, así como también de la apropiación de las herramientas para desarrollar narrativas desde sus cosmovisiones y cosmogonías como punto de enclave para disputar los espacios de la memoria visual y oral, pero sobre todo, que estos recursos se comprendan como elementos importantes para la lucha en el mantenimiento de la cultura, la lengua, su cuerpo, los conocimientos milenarios y los territorios que se pretenden aupados por el estado y los gobiernos de turno ser expropiados a través de la violencia.

Palabras-clave: Audiovisual. Territorio. Memoria. Pueblos originarios. Guaraní. Kichwa.

Abstract: This paper is a brief report on a project within the Graduate Program in Latin American Integration (*Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina* - PROLAM) at the University of São Paulo. The project seeks to explore the relationships as well as the visual, economic, and territorial disputes, of the Indigenous peoples of Abya Yala in the context of contemporary market monopolization and capitalist territorial dispossession driven by large landholders and dominant power structures. The study focuses on the Guaraní Indigenous people in the city of São Paulo, Brazil, and various Andean communities in Ecuador. It involves several audiovisual processes and workshops that have been collectively developed in these territories. The main objective is to democratize knowledge and cinematic practices among community members, as well as to empower them with tools to develop narratives from their own worldviews and cosmogonies. This initiative serves as a basis for contesting spaces of visual and oral memory. More importantly, such resources are understood as crucial elements in the struggle to maintain their cultures, languages, bodies, ancestral knowledge, and territories, which are threatened by the state and contemporary governments through processes of expropriation and violence.

Keywords: Audiovisual. Territory. Memory. Indigenous people. Guaraní. Kichwa.

Andrango, J. D. (2026). Cine compartido: narrativas audiovisuales en comunidades de Brasil y Ecuador. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250032. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0032>

Autor de correspondencia: Juan Diego Andrango. Universidad de Las Américas. Redondel del ciclista vía a Nayón. Quito, Pichincha, Ecuador. CEP 170206 (juan.andrango@udla.edu.ec).

Recibido el 11/07/2025

Aprobado el 05/02/2026

Responsabilidad editorial: Márcio Couto Henrique



TIEMPO Y ESPACIO EN EL AUDIOVISUAL COLECTIVO

“Os de abaixo tem medo, mas também causam temor”
(Tible, 2022)

Encontrar en el camino un espacio, territorio, tiempo colectividades y pueblos diversos del común en la actualidad (Figura 1), tiene su complejidad, conforme el vaticinio y la crisis capitalista se agudiza, las dinámicas sociales se vuelven hostiles y el individualismo aflora por conveniencia propia como característica principal del capitalismo y su insignia principal, la propiedad privada. Como “já apontava o velho barbudo, se explicitam entrelaçamentos da ideologia do controlo e sistema económico, no elo indissociável entre formas políticas e económicas, garantindo o terror da exploração e dominação” (Tible, 2022, p. 263).

El resquebrajamiento a opiniones ‘autorizadas’ a las imágenes que legitiman el prestigio imperialista a través de las lecturas de las retóricas y narrativas que se transfieren en las composiciones por medio del deseo y que este supere los niveles de endeudamiento. En ese sentido Leonardo Acosta menciona que “la sociología se psicologiza, y la *human enginnering* se establece como una forma de ‘terapéutica’, aunque en última instancia se trate simplemente de una mezcla de publicidad, soborno y demagogia” (Acosta, 2022, p. 74).

En un mundo cada vez más globalizado y las imposiciones del imperialismo, el cine popular construido en colectivo y de forma colaborativa, pero sobre todo de solidaridad y cooperativamente dentro de las

organizaciones sociales y pueblos originarios, juega un papel crucial en la resistencia política, económica, territorial, cultural y coloca una postura frente a la diversidad y la defensa de los derechos.

Estos no solo amplían el alcance del cine como medio de expresión históricamente artística, sino que también desafían las normas establecidas y la hegemonía cultural, generando y realizando la voz de todos y todas las compañeras que tradicionalmente hemos sido marginados en la narrativa oral, así como también en la esfera audiovisual y cultural.

El surgimiento y desarrollo de tecnologías accesibles como las cámaras digitales y las plataformas de edición ha democratizado aún más el proceso de hacer cine colaborativo, las actuales y distintas formas de conexiones digitales sin la necesidad de estar en un mismo territorio, han ayudado a que exista colaboraciones diversas y encontrar puntos en común para el encuentro, diálogo y debate frente a la imagen, y esto es lo que lo hace enriquecedor, ya que permite no solo la visibilización de las problemáticas de cada uno de los territorios, sino que además, posibilitan puntos de encuentro a partir y dentro de la imagen, convirtiéndose también en soportes de disputa y tensión dentro y fuera de las discusiones colectivas al momento de desarrollar y construir una imagen.

El cine colectivo además de desafiar e irrumpir a las narrativas dominantes, también hace que las comunidades y pueblos originarios nos apropiemos de estos recursos, al permitirnos controlar nuestra propia representación y promover el diálogo interno sobre temas relevantes a través de decisiones colectivas o asamblearias. Todo este trabajo participativo como un ejercicio político y de poder popular, fomenta la participación activa de la mayoría de los actores sociales y políticos dentro de los territorios involucrados o no en el tema comunicacional o en la producción audiovisual, generando un sentido de pertenencia y autenticidad en las historias contadas, alejándose de las prácticas del extractivismo epistémico y el asistencialismo de distintas instituciones que dan



Figura 1. Casa de rezo. Aldeia Paranapuã, Santos, São Paulo, Brasil.
Foto: Juan Diego Andrango (2022).

haciendo lo que desde las comunidades o aldeas se pueden y deben construir.

En este sentido, hay que comprender que la democracia burguesa, nos hace u obliga inconscientemente a pensar y tener que tolerar 'tomas de decisiones' desde la institucionalidad caduca, con las acciones que no estamos de acuerdo o nos repugnan, porque violentan nuestros derechos, poniendo de partida y teniendo en consideración que esta tolerancia es aceptada y legitimada por ciertos sectores sociales reaccionarios, conduciendo a que la mayoría de las ocasiones estas imposiciones sean dispuestas por cualquier tipo de violencia, reforzando este mensaje y prácticas aún, estando dentro del problema y conflicto, como dirían los mayores: 'qué al revés estamos'.

No obstante, se debe manifestar la presencia de valores y principios compartidos y organización colectiva en los territorios en disputa, por tanto, aunque suene a utopía, es importante tender tejidos, conexiones orgánicas, construir elementos y participar para que las cosas sucedan y que sean caminos y posturas que engrandezcan el desarrollo social dentro de los procesos organizativos. Creemos -en plural- con claridad que el trabajo popular y político en los procesos donde involucren la pedagogías del ver, tiene aunarse especialmente con matizar y posicionar a los actores sociales, en lo político y social -en las comunidades y aldeas de pueblos originarios existe vasta experiencia-, en otras palabras, debemos ser capaces de poseer respuestas de vanguardia a los ataques mediáticos y territoriales que ocurran en cualquier lugar del planeta de forma inmediata y contundencia, argumentada y sin elucubraciones, con cercanía por supuesto a la verdad como una práctica revolucionaria y objetivamente que formen fundamentalmente parte de los principios que se tejen y postulan en las organizaciones.

El mantenimiento de opiniones comunes y generales no provoca ningún espectáculo o escándalo y se manifiestan contra un consenso edificado sobre una masa cultural inerte con instituciones de distintas facciones que lo sustentan defendiendo la competencia en el mundo

de la cultura al decir que se impondrá el mejor modelo, estos postulados, van contrario a las dinámicas de las comunidades de pueblos originarios y campesinas, ya que en estos espacios se respiran aires de organización y acompañamiento cooperativo del trabajo como del mantenimiento de la cultura como espacios de 'escuelas vivas' como proceso de aprendizajes desde las necesidades reales y cercanas a estos territorios.

En este sentido, la disidencia visual, es responder políticamente al poder y al estado que es quien germina todo lo que el sistema desecha y que son asumidos por los responsables y los que representan desde el banquillo del poder. Una pedagogía holística en las aulas y por supuesto una pedagogía disidente de la mirada que se dispute e integre conocimientos prácticos/teóricos en los territorios donde nos desenvolvamos nosotros los actores políticos y económicos de la sociedad según nuestros territorios de desenvolvimiento y desarrollo colectiva, espacios de aprendizaje, trabajadores, campesinos, desempleados, y qué, esto estrictamente no sea solo una postura de transmisión de conocimientos unidireccional, sino de ¡ENSEÑANZA!, que constituyan centros de aprendizajes colectivo y cooperativos, espacios donde aprendamos y compartamos el conocimiento y experiencias con base a nuestras necesidades y cercanía a nuestra realidad material, que sintamos lo que aprendemos -sentipensantes-, lejos, pero muy lejos de utopías.

METODOLOGÍA

La elección metodológica de este proyecto responde a la necesidad de articular formas de investigación que reconozcan las voces, experiencias y cosmovisiones de las comunidades y aldeas originarias, evitando reproducir prácticas extractivistas territoriales y epistémicas o meramente descriptivas. Frente a la hegemonía de modelos académicos convencionales, se optó por enfoques colaborativos que enfatizan la participación activa de los actores sociales, el trabajo cooperativo y la construcción de conocimientos ampliados desde el territorio. Esta orientación metodológica se vincula directamente con

los objetivos de democratizar las herramientas audiovisuales, disputar los espacios de memoria visual, además de la simbólica y fortalecer procesos de identidad cultural y política en contextos de despojo y resistencia. En este sentido, las metodologías seleccionadas -la Investigación Acción Participativa (IAP), la Metodología Participativa Audiovisual (PA) y la Investigación Narrativa (IN)- se integran como estrategias complementarias que permiten, a través del cine compartido, documentar y también co-crear sentidos, relatos y prácticas que se devuelven a las comunidades como herramientas para la lucha, la resistencia y la memoria.

Este proyecto se ha desarrollado en varias comunidades Andinas en Ecuador, así como también de varias aldeas guaraníes Mbya en Brasil, para este escrito, solo tomaremos dos ejemplos, uno por cada país. En Ecuador, se realizó los talleres en 3 sesiones en la comunidad San Juan de Romerillos en el cantón de Machachi en Pichincha, se trabajó con alrededor de 5 niños y 6 niñas, acompañada de una persona guía que era en ese tiempo parte de la directiva de la comunidad. En Brasil, se trabajó con 5 niños y 2 niñas, acompañado del cacique de la aldea en Paranapuã, litoral sur de São Paulo (Quetzal El otro audiovisual, 2022b). Además, también en Brasil se desarrollaron talleres en la Aldeia Pyau en Jaraguá (Quetzal El otro audiovisual, 2022a) y en la Aldeia YVY-JU (Quetzal El otro audiovisual, 2023).

Para esto se ha tomado en consideración la Investigación Acción Participativa (IAP), disputada en el debate como poco rigurosos desde el enfoque cuantitativo, pues, Richardson (1994) define a la investigación acción como “investigación práctica” que se enfoca exclusivamente al mejoramiento de las prácticas. Sin embargo, también se lo puede referenciar al trabajo que se desarrolla dentro de la investigación, no solo desde la postura colonial del investigador de ‘solo’ recolectar información o datos, sino también, de ser partícipe de las dinámicas sociales en el campo social, accionar y corresponder a las necesidades de las comunidades, e incluso de ser parte de toma de decisiones cuando la comunidad y los actores sociales lo consienten de ello.

Zúniga-González et al. (2016) abordan a la Investigación acción en consonancia colectivo donde los docentes trabajan juntos para desarrollar y alterar sus interrogantes y marcos interpretativos, informados no sólo por un análisis de la situación inmediata y la de sus alumnos específicos (qué enseñan y que han enseñado), sino también, por los múltiples contextos - social, político, histórico, y cultural - dentro de los cuales enseñan.

Bajo esta dinámica, también se aborda la metodología Participativa Audiovisual (PA), que tomando en consideración la noción de ‘bienes comunes pedagógicos’ o ‘*educational commons*’ que promueve un sistema alternativo o paralelo que promueve la equidad, la cooperatividad, los principios y valores democráticos y participativos, logrando de esta forma la construcción cooperativa del saber y el conocimiento, manteniendo de esta forma la memoria y los saberes ancestrales entre los actores sociales que habitamos estos territorios, las comunidades y aldeas, para ello Arciniega et al. (2022), describen que los ‘bienes comunes educativos’:

. . . hace referencia a los procesos de aprendizaje, la transmisión, adquisición y producción de conocimiento. Propone que la gobernanza, la toma de decisiones y la construcción del saber sea co-gestionada por toda la comunidad educativa -educadores, niñas, niños, jóvenes y sus familias- en términos de apertura, diversidad y horizontalidad. En este esquema, la figura del adulto cumple el rol de acompañante y facilitador en la conversión de niños, niñas y jóvenes a *commoners*, es decir, en individuos creativos (Arciniega et al., 2022, p. 110).

Por último, la Investigación Narrativa (IN) también ha sido parte importante y fundamental en este proyecto de investigación que sigue en proceso, esto debido a que además de las cartografías realizadas, los actores sociales participantes han creado y descrito sus historias que ven como sus prioridades a ser contadas. Por tanto, la IN ha permitido contar las historias para dar sentido a sus vidas y también de dar un re-conocimiento a su territorio, considerando a este último como parte de todo, como su cuerpo, su materialidad, la naturaleza, los seres vivos

que viven a su alrededor, e inclusive, sus sueños. Arias Cardona y Alvarado Salgado (2015, p. 172) describe que:

Narrar, implica poner lo vivido en palabras, en tanto ideas y emociones; resignificar las experiencias, llenar de sentido la propia historia al re-nombrar y re-crear una serie de acontecimientos, que más que responder a un orden cronológico y objetivo, responden a un entramado lógico y subjetivo, que da cuenta de la configuración particular y compleja frente a los hechos vividos.

La IN, además de haber proporcionado una herramienta para que los actores sociales narren sus historias, también ha permitido que la escritura de esta memoria sea escrita bajo una mirada compartida, cooperativa y en un lenguaje que posteriormente pueda ser devuelta a las comunidades, para su uso -o no-. Por consiguiente, la investigación no queda perpetuada a un proceso rigurosamente académico, sino que se encamina de ser devuelto hacia los territorios de donde salió todo el proceso de construcción del conocimiento y el saber.

PROCESO Y DESARROLLO AUDIOVISUAL

En el ejercicio y práctica de los talleres se abordaron en cuatro tiempos; primero, el acercamiento con los participantes y pensar en el proceso creativo-pedagógico, segundo el desarrollo de las cartografías (mapas que terminan siendo los guiones); y tercero, el registro o grabación de los diseños cartográficos. Posteriormente, se desarrolla la edición del microdocumental, este se lo realiza de manera general y en estos casos es una mediación entre el gestor y las comunidades, y como último paso, es el de la aprobación de la narrativa audiovisual, ahora, se explica de manera breve cada paso.

El acercamiento es primordial como un primer paso de legitimación de los actores sociales para narrar sus historias, romper el esquema tradicional del investigado y actor social generando un proceso cooperativo de aprendizaje entre estas dos partes y además, de generar un espacio de confianza que no interrumpa los quehaceres entre los participantes y no cohibir en sus dinámicas, en este

paso, también se 'presenta' a un tercer actor: la cámara, como un dispositivo que nos permitirá perfilar nuestras historias con base a los construido cooperativamente.

En un segundo paso, en el desarrollo de los talleres, a los participantes por medio de juegos lúdicos y participativos, empezamos a diseñar o dibujar nuestro/el territorio que habitamos, esto como parte de conocimiento de nuestro vivir, pero también de reconocimiento de nuestras dinámicas entre lo material, la naturaleza y las relaciones implícitas en el desarrollo del diario vivir, esto como una manera de coexistir y de mantener la memoria latente de nuestros antepasados.

Posteriormente, con los diseños realizados participativamente, nos enfocamos en el registro audiovisual que los hacemos de igual manera cooperativamente, con los dispositivos que tengamos a disposición -aquí todo sirve y funciona-, como cámaras de video amateur, cámaras de alta calidad y hasta teléfonos móviles han sido utilizados para las grabaciones y la edición de los mismos. En este proceso, es importante mencionar el aprendizaje breve de cómo funcionan los dispositivos sin determinar un tiempo de los planos a grabar, pues aquí el tiempo y espacio de la mirada es importante para todo lo que los participantes quieren mostrar, también, la decisión de lo registrado se lo organiza de manera participativa, tomando en cuenta la opinión de los demás encontrar una mediación y acuerdos mínimos para sentirse representado en lo grabado por el compañero o compañera.

Por último, la edición del video dependerá de la disponibilidad de los actores sociales y las dinámicas de cada comunidad, en algunos casos este paso lo desarrolla el gestor y en otros casos habido la oportunidad de que la edición sea democrática y participativa, esta última manera de hacer, si toma más tiempo debido al debate generado por que poner y que no, aunque ha sido más enriquecedor este proceso, pero, por otra parte también dependerá de la coyuntura que se requiera los videos, y eso hace que la brevedad en tenerlos de manera rápida también irrumpa con este proceso democrático. Sin embargo, la distribución

de los videos desarrollados se lo realiza con la autorización oral y también escrita por parte de los caciques o lideranzas para presentar en festivales con la finalidad de mostrar las luchas de los pueblos originarios, pero también dentro de las comunidades que permitan fortalecer los procesos organizativos, sociales y políticos de las mismas. Por tanto, es importante tener en cuenta que ha habido muchos planos y momentos que se han registrado pero que no han sido mostrados audiovisualmente, debido a que esto podría traer inconvenientes para las personas involucradas y consecuentemente las comunidades.

PRÁCTICAS TEÓRICO/VISUALES DE CARTOGRAFÍAS AUDIO-VISUALES

“Nuestro defecto es aprender más por la escuela que por la vida” (Séneca)

Lo que se formula en estos territorios de disputa desde la colonización, la palabra, lo simbólico, etc. (Figura 2), en la práctica es un centralismo democrático y procesos pedagógicos -en ciertas comunidades, no en todas- que son fundadas en sí mismas, bajo una visión apreciativa de prácticas cooperativas y colectivas, en un sistema educativo/pedagógico que respondan a la relación actor social/materialidad, que signifique y dignifique un trabajo de cohesión social, promoviendo una superación histórica sociocultural y económica que materializa hábitos y principios colectivos siempre articulados a la solidaridad y la autonomía (Figura 3). Es esto lo que en el ámbito del audiovisual -o

comunicacional-, confunde en el estado del lenguaje moral dependiendo del contexto social, los textos abordados que implican una determinada línea de posicionamiento, connotando esto como base del comportamiento humano y en su mayoría emotivismo que se distingue de términos morales que difieren en la concepción compartida y cooperativa de lo bueno-malo, correcto-incorrecto -dialéctico por supuesto- esto genera confusión a la audiencia o espectador quienes han permanecido dormidos e inertes franca a una manipulación en su mayoría por parte de los medios de comunicación hegemónicos que, en gran medida, reproducen narrativas dominantes alineadas a intereses económicos y políticos de élites empresariales y financieras.

Entonces, tendríamos que posicionarnos y situarnos los que habitamos estos territorios por distintos aprendizajes, tradiciones, problemáticas y bagajes socioculturales; es decir, comprender la posición desde donde hablamos y decimos las cosas, de donde pertenecemos como herramienta necesaria e importante para defender nuestros derechos y responder por nuestras necesidades. En la mayoría de territorios a lo largo de Abya Yala, nos han inculcado por medio de la manipulación de los espacios digitales a estar demasiado emotivos, entorpeciendo nuestros sentidos e idiotizando nuestros pensamientos, este sentimentalismo tendremos que canalizarlo por el camino práctico y las políticas de representación que nos permita tener una elevación del estado de conciencia en los actores sociales colectiva y/o autónoma, para empujar por medio de estas luchas hacia una transformación social



Figura 2. Foto hecha por un niño asistente al taller lúdico en la creación audiovisual con niños de la Comunidad Juan de Romerillos, Machachi, Pichincha, Ecuador. Foto: Juan Diego Andrango (2022).



Figura 3. Escuela en la Aldeia Paranapuã, Santos, São Paulo, Brasil. Foto: Juan Diego Andrango (2022).

profunda; dicho de otra manera, que todo ese afán de romanticismo no deberíamos perderlo o borrarlo, sino más bien utilizarlo como una herramienta tal y como lo mencionaba Paulo Freire, para una pedagogía del amor y del respeto entre los actores sociales, la naturaleza y darle un significado de lucha a nuestro futuro con bases sólidas en nuestra realidad y nuestra materialidad para el porvenir social y una vida digna colectiva.

Por allí va la línea e importancia de dar luz y claridad a nuestras historias que históricamente han sido contadas por otros, por lo que en definitiva nos han despreciado y han usado como carne de cañón para todo el cúmulo de capital e incremento de su plusvalía, la resistencia por supuesto es territorial, pero también la comunicación debe estar o ser parte de este territorio para que se dispute desde la versión de lo que está pasando en los pueblos y desde dentro de estos; es decir, que la guerra es con información a través de los distintos medios de información, por ello, debemos entonces crear nuestras propias narrativas en los distintos territorios para desarrollar un contrapeso y disputar en consonancia y dinámicamente para que nosotros como actores sociales tengamos voz y dar un contraste de dicha información para legitimar nuestra posición desde nuestros propios sectores y dar un sentido de pertenencia a estas narrativas, historias y usos de estos dispositivos comunicacionales para que nos acerquen desde nuestras problemáticas y dar soluciones concretas de apoyo y solidaridad desde y hacia el común.

Consideramos a cada territorio como escuelas vivas que permiten una relación entre los distintos entes que se encuentran en estos espacios, su relevancia y puntos de acción en un tiempo determinado, la materialidad que coexiste con los actores sociales que convergen para el mantenimiento y la reproducción de la vida en cada uno de los árboles, los ríos, en las casas comunales o casas de reza en el caso de las aldeas guaraníes, son lugares de encuentro que posibilitan que los haceres, los saberes sean transmitidos de generación tras generación por medio de la memoria oral y por supuesto, ahora con los distintos

recursos de la memoria visual. Estos territorios, brindan esperanza en cuanto a la perduración de la memoria viva que ha sido silenciada y opacada con el transcurrir del tiempo, pero que se mantiene intacta dentro de los pueblos originarios y nuestro rol, como parte de estos sectores marginados nos compromete mucho más a romper esos preceptos de un estado cuyas estructuras han tendido a reproducir desigualdades y formas de control social, muchas veces reforzadas por modelos educativos de corte cívico-militar que inciden en las subjetividades colectivas.

No obstante, la incapacidad e insolita por parte del estado y los gobernantes, nos concede -aunque compleja- que a través de las metodologías en pedagogía mediática, se dé un valor sustancial al rol del comunicador y a la lectura de los espectadores frente al conglomerado y manipuladores recursos falsos que se encuentran en los distintos soportes financiados por distintos sectores oligárquicos, que rompen en el tejido social y el sentido común de las situaciones y problemáticas actuales, por tanto, hay que construir espacios comunicacionales que contribuya a un pensamiento analítico y rompa ese cerco unidireccional que se viene construyendo desde la hegemonía cultural, el poder estatal y económico desde ya varios años.

“Nossa história não começa em 1988” (Oliveira, 2023), como sostiene la Articulación de los Pueblos Indígenas de Brasil (APIB), constituye una afirmación que interpela la narrativa jurídica y estatal desde una perspectiva del materialismo histórico. En este sentido, la memoria colectiva de los pueblos indígenas se configura como un proceso histórico de larga duración, atravesado por relaciones de poder, disputas territoriales y formas continuas de resistencia que desbordan los marcos temporales establecidos por el Estado. En la coyuntura actual, la configuración de espacios, territorios y tiempos compartidos por diversas colectividades y pueblos presenta una complejidad creciente. A medida que la crisis sistémica del capitalismo se intensifica, las dinámicas sociales se tornan hostiles, consolidando el individualismo como un rasgo característico de un modelo que otorga centralidad

absoluta a la propiedad privada como principio organizador de la vida social.

En este contexto, las prácticas cinematográficas emergentes no solo amplían el alcance del cine como medio de expresión artística, sino que desafían activamente las normas establecidas y la hegemonía cultural. Dichas prácticas reivindican y amplifican las voces de los sujetos históricamente marginados en la narrativa audiovisual. No obstante, persisten limitaciones estructurales significativas: los espacios de exhibición son insuficientes y los costos asociados resultan prohibitivos, lo que restringe el impacto de estos proyectos más allá del intercambio de saberes y conocimientos que se gesta al interior de los territorios y las comunidades de lucha.

Ahora, también la necesidad de estas herramientas, técnicas, recursos y más, se deben adaptar con nuevos formatos y prácticas insurgentes, nos referimos a la necesidad del sostenimiento de la mirada y del ejercicio del VER como una postura política y bajo la cosmovisión de los pueblos. Con esta línea de entendimiento y claridad para la participación en los talleres de desarrollo audiovisual, se despliega un proceso de diálogo y debate entre los distintos actores para proponer guías y narrativas donde converjan las necesidades más cercanas y esbozar las posibilidades de registro con base en un proceso sostenible y de aprendizaje dialógico y continuo.

No obstante, el recorrido que se ha realizado quizá ha sido mínimo, pero se siente que es importante para el reconocimiento de las necesidades iguales -y distintas a la vez-, converger en procesos de memoria oral, visual, territorial de resistencia y lucha colectivo de los pueblos originarios, que también deben articularse con las luchas de los oprimidos en cada uno de los territorios, es importante y necesario tomar las riendas y los espacios para que la crisis del capitalismo sea develada en sus contradicciones y construir por nuestro lado barricadas de conciencia y procesos de emancipación popular.

PERCEPCIONES Y RESULTADOS

Si bien el proyecto se desarrolló bajo un marco compartido decolonial, cooperativo y colaborativo, las experiencias

en Ecuador y Brasil revelan particularidades derivadas de sus contextos históricos y sociopolíticos. En la comunidad andina de San Juan de Romerillos, el trabajo audiovisual estuvo atravesado por una larga tradición organizativa indígena y también las contradicciones que proviene de esta, con estructuras comunales consolidadas y una historia de resistencia ligada a las luchas rurales por la tierra y la educación bilingüe principalmente. En este entorno, los talleres reforzaron la transmisión intergeneracional de la memoria y la identidad territorial, vinculando las narrativas audiovisuales con procesos comunitarios de larga data.

Por otro lado, la aldea guaraní de Paranapuã, ubicada en la parte litoral sur del estado de São Paulo, el cine participativo se desarrolló en un contexto de fuerte presión urbana y disputas -*Demarcação*- por la permanencia en territorios cada vez más reducidos. Aquí, la narrativa audiovisual adquirió un carácter explícitamente político, asociándose a la denuncia de los impactos del despojo y la defensa de espacios culturales como las casas de rezo. Así, mientras en Ecuador predominó el énfasis en el fortalecimiento cultural y comunitario, en Brasil las producciones se posicionaron como estrategias de visibilización y resistencia frente a amenazas externas inmediatas, el desplazamiento territorial y los *lobbies* turísticos y constructoras que los amenazan. Estas diferencias muestran que, aunque existe una base metodológica común, el sentido y el impacto del cine compartido dependen estrechamente de las realidades locales y matizadas, así como de trayectorias históricas de cada pueblo.

En este sentido, las experiencias en campo demostraron que las narrativas audiovisuales producidas generaron un profundo sentido de identidad y pertenencia en los participantes. En la comunidad andina de San Juan de Romerillos (Ecuador), los niños que participaron valoraron la posibilidad de verse reflejados en imágenes que registraban su vida cotidiana y su territorio -no hubo video editado final, sino en los registrados-, considerándolas un soporte de memoria y un medio para el diálogo intergeneracional. Por su parte, en la

aldea guaraní de Paranapuã (Brasil) (Quetzal El otro audiovisual, 2022b), el microdocumental desarrollado fue recibido con certeza y valoración principalmente por la representación de la casa de rezo, cantos y procesos dinámicos y sociales, elementos que el cacique destacó como recurso pedagógico y político frente a las tensiones urbanísticas y el despojo territorial.

En ambos territorios, la exhibición final o previa con ejemplos de los videos o imágenes dentro de las comunidades abrió conversaciones colectivas sobre la necesidad de resguardar la memoria desde la propia mirada, así lo reforzaron en su participación. Aunque se expresaron reservas sobre la difusión pública de ciertos fragmentos -por el riesgo de interpretaciones externas inadecuadas y peligros que pueden surgir posteriormente-, prevaleció la idea de que el cine cooperativo constituye una herramienta para democratizar el acceso a medios audiovisuales y, al mismo tiempo, un instrumento de fortalecimiento cultural y de resistencia frente a procesos de dominación. Estos resultados evidencian que el proyecto trasciende el ámbito metodológico, consolidándose como un ejercicio de construcción de memorias vivas en territorios y memorias en disputa.

Las narrativas audiovisuales surgidas en los talleres reflejaron elementos simbólicos que dan cuenta de las prioridades y preocupaciones de cada comunidad. En San Juan de Romerillos (Ecuador), las cartografías -guiones- elaborados por los niños y niñas destacaron la centralidad de la naturaleza y su materialidad -montañas, páramos, cultivos, animales- y las prácticas cotidianas ligadas al trabajo y participación comunitaria. Estas representaciones muestran la estrecha relación entre territorio y vida social, además de evidenciar una narrativa orientada a la preservación de la memoria ancestral histórica y colectiva, y los vínculos colectivos como base de identidad.

Por su parte, en la aldea guaraní Mbya de Paranapuã (Brasil), la narrativa audiovisual puso énfasis en los espacios de rezo, la música y las dinámicas sociales como prácticas de resistencia cultural en un entorno cercanamente urbana y hostil.

La insistencia en mostrar la casa de rezo y los rituales cotidianos revela una voluntad de afirmar la espiritualidad guaraní frente a la amenaza constante del despojo territorial. Finalmente, los relatos producidos en ambos territorios refuerzan que el cine cooperativo y colaborativo, además de documentar prácticas culturales, consiente a los actores sociales y políticos construir una memoria visual propia, marcada tanto por la continuidad de sus cosmovisiones como por los desafíos específicos que enfrentan en cada territorio, construyendo también un cine propio que posibilita a futuro, reforzar la memoria a través del archivo audiovisual.

A MODO DE CIERRE

El recorrido y los tránsitos de las subjetividades que se van transformando y entretrejiendo en las conversaciones o el trabajo junto a los compañeros y compañeras, se solidifican lealmente como herramientas y ejercicios de solidaridad entre los pueblos históricamente oprimidos y desplazados por el estado, sus diferentes gobernantes, los monopolios y oligopolios; estas contradicciones además, permiten el desarrollo de procesos organizativos de solidaridad, de lucha autonómica que en la práctica se ha visto reflejado en la predisposición para el aprendizaje de estos talleres o conversatorios colectivos en la producción audio-visual, en fin, en la producción y reproducción de sentidos.

Romper con la versión clásica aristotélica para el desarrollo de 'guiones' y realizarlas de manera gráfica (cartografías), permitieron que se adapten elementos y recursos propios de las comunidades y aldeas como símbolos de pertinencia en la memoria y legitimen la relación entre los actores sociales, su materialidad y su territorio, hacen que se resignifiquen algunos espacios y el proceso colectivo se constituya como parte de la disputa visual y de la palabra en la construcción de los microdocumentales desarrollados.

Si bien la investigación y el proyecto no ha culminado, aún se sigue trabajando de manera conjunta en la devolución y visualización de los soportes realizados en cada territorio y las personas que conformaron el

proceso y también espacios donde se han compartido los audiovisuales, por cierto, quedan algunas narrativas por finalizarlas debido a la coyuntura y el trabajo anfíbio -diferentes y múltiples actividades- que debe optar el investigador para configurar todo el trabajo de investigación, está claro que es un trabajo de largo aliento y que en algún momento se tendrá que tomar la posta con otras y distintas herramientas que aporten en cada una de las luchas de los pueblos originarios, así como también de organizaciones populares y periféricas.

Cabe reconocer y recalcar que todo este trayecto ha sido autofinanciado y por supuesto tiene características de un lenguaje que sea entendible para las personas en territorio, acercando y democratizando también el saber y aportando lúdicamente en el aprendizaje conjunto en la elaboración de narrativas audiovisuales, es demasiado complicado asumir retos bajo las condiciones económicas actuales y emprender viajes que en ocasiones se limitan a subsanar problemas inmediatos e imprevistos, esto también, hace que el trabajo se lo haga sintiendo y palpando la realidad en carne propia y ajustando también ciertas individualidades que permitan avanzar en dichas decisiones. ¡Seguimos caminando lento, pero fuertes y alzando la voz para que sea escuchada en toda la pradera!

REFERENCIAS

- Acosta, L. (2022). Medios masivos e ideología imperialista. In C. Bolaño (Coord.), *Economía política de la comunicación y la cultura en América Latina (1970 y 1980)* (pp. 67-124). CLACSO.
- Arciniega, M., Palacios, M. J., Páez de la Torre, S., & Figueras-Maz, M. (2022). La metodología participativa audiovisual como recurso para la emergencia de espacios de resistencia. *Sociedad e Infancias*, 6(2), 109-122. <https://doi.org/10.5209/soci.83992>
- Arias Cardona, A. M., & Alvarado Salgado, S. V. (2015). Investigación narrativa: apuesta metodológica para la construcción social de conocimientos científicos. *Revista CES Psicología*, 8(2), 171-181. <https://doi.org/10.21615/cesp.3022>
- Oliveira, E. A. (2023). *Nossa história não começa em 1988: a favor da vida e contra a tese inconstitucional do Marco Temporal*. Instituto Humanitas Unisinos (IHU). <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/629167-nossa-historia-nao-comeca-em-1988-a-favor-da-vida-e-contra-a-tese-inconstitucional-do-marco-temporal-artigo-de-eder-alcantara-oliveira>
- Quetzal El otro audiovisual. (2022a, nov. 16). *Aldeia Tekoá Pyau - Jaraguá, São Paulo* [Video]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=fTugwbcdCiE&ab_channel=QuetzalElotroaudiovisual
- Quetzal El otro audiovisual. (2022b, dez. 6). *Aldeia Tekoá Paranaçu* [Video]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=0LSdDvKu9ns&ab_channel=QuetzalElotroaudiovisual
- Quetzal El otro audiovisual. (2023, out. 9). *IVY-JU. Tekoá Ivy-Ju - São Francisco do Sul, Santa Catarina* [Video]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=DLOfuqV9mIA&ab_channel=QuetzalElotroaudiovisual
- Richardson, V. (1994). Conducting research on practice. *Educational Researcher*, 23(5), 5-10. <https://doi.org/10.3102/0013189X023005005>
- Tible, J. (2022). *Política Selvagem*. GLAC edições & n-1 edições.
- Zúñiga-González, C. A., Jarquín-Saez, M. R., Martínez-Andrades, E., & Rivas-García, J. A. (2016). Investigación acción participativa: Un enfoque de generación del conocimiento. *Revista Iberoamericana de Bioeconomía y Cambio Climático*, 2(1), 218-224. <https://doi.org/10.5377/ribcc.v2i1.5696>

DATOS DE INVESTIGACIÓN

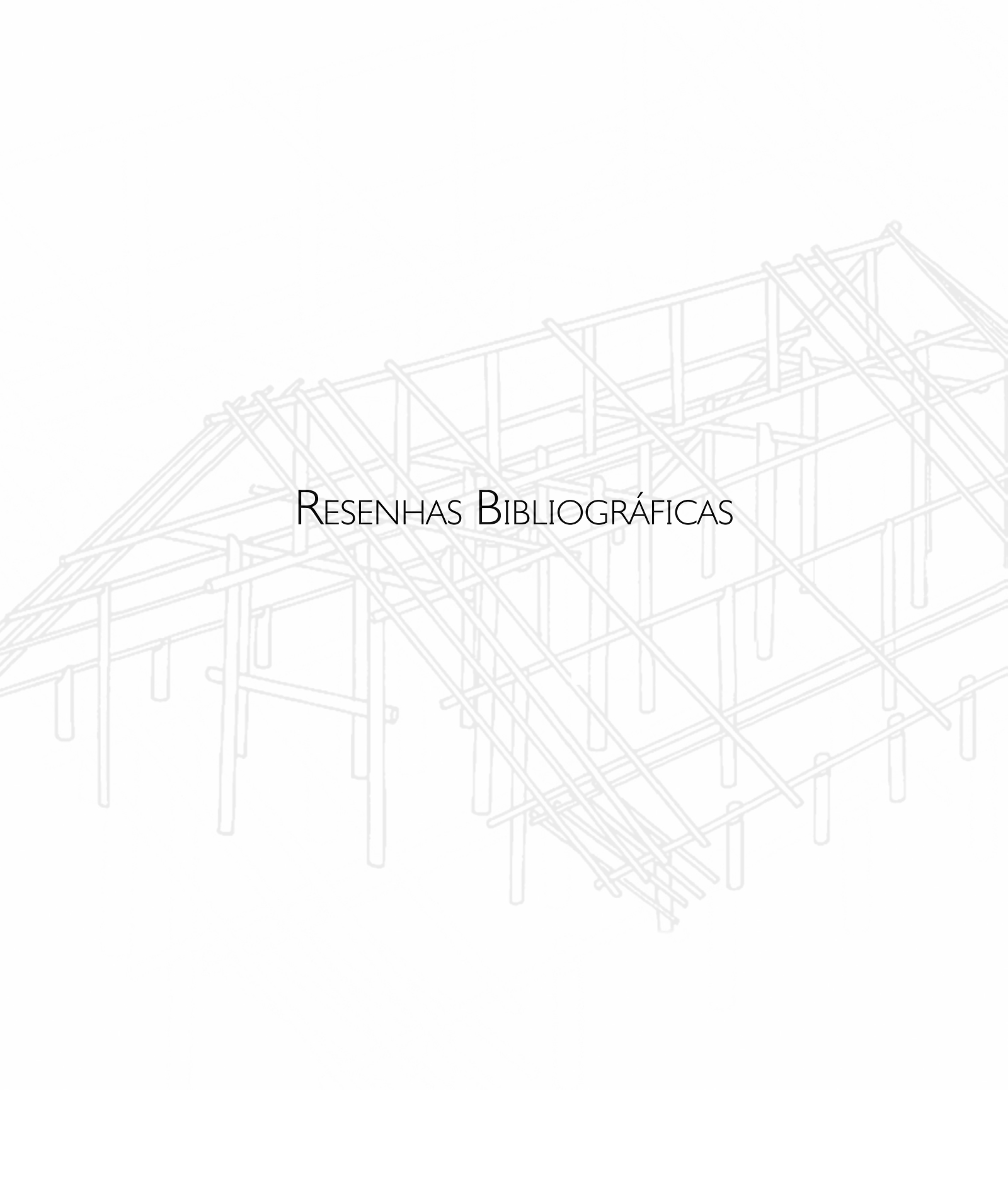
Los datos no se depositaron en un repositorio.

PREIMPRESIÓN

No publicada en un repositorio.

REVISIÓN POR PARES

Revisión doble ciego y cerrada.



RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

Admirável novo mundo: uma história da ocupação humana nas Américas

Brave new world: a history of human occupation in the Americas

Sebastião Lacerda Lima Filho 

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Ceará, Brasil
(arqueologiasobradinho@gmail.com)

Manoel Odorico de Moraes Filho 

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Ceará, Brasil
(odorico@ufc.br)



Esteves, B. (2023). *Admirável novo mundo: uma história da ocupação humana nas Américas*. Companhia das Letras.

Bernardo Esteves é um jornalista científico brasileiro especializado em divulgação de ciência. Atua como repórter e editor na revista Piauí, onde produz matérias aprofundadas sobre temas relacionados à ciência, ao meio ambiente e à saúde. É reconhecido por seu rigor jornalístico e pela capacidade de traduzir complexidade científica para o público geral. Ele é doutor em história das ciências e das técnicas e epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E, é dessa maneira que ele nos apresenta a obra “Admirável novo mundo: uma

história da ocupação humana nas Américas” (2023). O livro é uma síntese atualizada e essencial sobre o complexo debate da chegada e da dispersão humana nas Américas, tema central da arqueologia e da antropologia americanas, marcado por avanços tecnológicos acelerados e por uma profunda revisão de paradigmas. A obra transcende visões simplistas, focando especialmente na superação do modelo tradicional da travessia única pelo Estreito de Bering há cerca de 13 mil anos. Ao iniciar a narrativa em Lagoa Santa, Minas Gerais, e não em Serpent Mound, Ohio, Esteves desloca a discussão ao sul e inclui a pesquisa da ocupação humana nas Américas como um capítulo da história da ciência no Brasil.

Para isso, o autor adota uma perspectiva multidisciplinar rigorosa, integrando de forma consistente e crítica evidências arqueológicas (artefatos, datações), genéticas (DNA antigo e moderno), paleoambientais (mudanças climáticas, geologia) e linguísticas. Demonstra amplo domínio da literatura científica recente, fundamentando cada argumento em dados concretos e debates em curso, citando estudos-chave e pesquisadores proeminentes de forma objetiva.

Um dos maiores méritos técnicos reside na análise crítica e equilibrada das evidências que apontam para uma ocupação anterior ao consagrado período Clóvis (pré-16.000 anos). Na obra, existem as discussões sobre os sítios pré-Clóvis – mais antigos do que 12.500-13.000 anos, e já superados – e, por outro lado, o debate atual sobre sítios ainda mais recuados, anteriores a 16.000-17.000 anos ou pré-LGM (*Last Glacial Maximum*), por exemplo. Algo que continua no cerne das questões sobre povoamento das Américas.

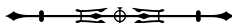
Bernardo Esteves examina minuciosamente sítios controversos, como Monte Verde (Chile), Santa Elina (Brasil)

Lima Filho, S. L., & Moraes Filho, M. O. (2026). Admirável novo mundo: uma história da ocupação humana nas Américas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250054. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0054>

Recebido em 05/12/2025

Aprovado em 22/04/2026

Responsabilidade editorial: Guilherme Mongeló



e White Sands (EUA), ponderando com objetividade os métodos de datação, o contexto estratigráfico e a natureza dos artefatos, expondo tanto fragilidades quanto forças de cada caso e destacando o consenso crescente para uma cronologia mais recuada. Em se tratando de Monte Verde, é importante frisar que ele possui duas ocupações: uma chamada Monte Verde 1 (MV-I), datada em 18.500 anos (Dillehay et al., 2015) e, de fato, controversa; e outra chamada Monte Verde II (MV-II), com aproximadamente 14.500 anos, que não só é amplamente aceita como foi, inclusive, o primeiro sítio consensualmente reconhecido como pré-Clóvis (Meltzer et al., 1997; Dillehay et al., 2008).

Paralelamente, a obra dedica atenção significativa à diversidade inicial das populações, explorando tecnicamente a hipótese de múltiplas levas migratórias. Discute com clareza as evidências genéticas e morfológicas, como o crânio de 'Luzia', que sugerem contribuições de populações com afinidades não apenas siberianas, mas também austromelanésias ou relacionadas, sem deixar de enfatizar as complexidades interpretativas e os desafios inerentes à genômica de populações extintas.

A avaliação das rotas de migração é tratada com notável equilíbrio técnico. O autor explica os modelos concorrentes – a rota interior pelo corredor livre de gelo entre as geleiras Laurentida e Cordilheira, e a rota costeira do Pacífico –, apresentando as evidências geológicas (como a abertura do corredor) e arqueológicas (sítios costeiros potenciais) para cada uma, concluindo pela plausibilidade e provável coexistência de ambas as rotas para diferentes grupos e momentos.

O livro brilha particularmente ao explicar o impacto revolucionário da genética de populações antigas (aDNA). Esteves detalha, com precisão, como análises de DNA antigo têm refinado a compreensão das linhagens fundadoras (haplogrupos mitocondriais A2, B2, C1, D1, D4h3a e X2a), o tempo de divergência das populações indígenas de seus ancestrais asiáticos e eventos de fluxo gênico posteriores à ocupação inicial, como os intrigantes sinais genéticos de afinidade Australásia.

A interação humano-ambiente e seu papel nas extinções da megafauna do Pleistoceno também recebem análise técnica objetiva. O autor apresenta as evidências que sustentam a 'hipótese da *overkill*' (caça excessiva) e as críticas robustas a ela, ponderando de forma equilibrada o papel concomitante das mudanças climáticas, baseando-se em registros fósseis, datações cruzadas e modelos ecológicos.

Uma refutação técnica contundente ao paradigma 'Clóvis Primeiro' é oferecida. Esteves demonstra como o acúmulo de evidências robustas de sítios anteriores e contemporâneos, mas culturalmente distintos, em diversas regiões das Américas, inviabiliza a noção de Clóvis como cultura fundadora única, explicando também os vieses metodológicos que perpetuaram esse modelo por décadas.

Além de focar no 'quando' e no 'por onde', o autor explora competentemente a complexidade das adaptações culturais e dinâmicas demográficas dos primeiros americanos. Discute a diversidade evidenciada no registro arqueológico quanto a estratégias de subsistência, tecnologias líticas e padrões de mobilidade, evitando cuidadosamente visões homogeneizadoras sobre esses grupos pioneiros.

A obra não evita os desafios inerentes ao campo. Esteves explicita com transparência as limitações do registro arqueológico, como a potencial submersão de sítios costeiros essenciais, as dificuldades de preservação, os riscos de contaminação do DNA antigo em climas tropicais e as incertezas intrínsecas aos modelos de datação e às simulações populacionais, reforçando, assim, o rigor de sua análise.

Portanto, é importante considerar que o livro "Admirável novo mundo: uma história da ocupação humana nas Américas" impõe-se como uma síntese notavelmente atualizada, capturando com fidelidade o momento dinâmico de descobertas e de revisões teóricas até aproximadamente 2022. O autor consegue integrar informações complexas de múltiplas disciplinas

de forma coesa e acessível, sem jamais sacrificar o rigor científico, posicionando-se como um estado da arte confiável.

Em conclusão, a obra de Bernardo Esteves constitui uma contribuição fundamental e objetiva para o entendimento da ocupação humana das Américas. Seu mérito principal reside na abordagem multidisciplinar equilibrada, na análise crítica e atualizada das evidências, na clareza ao expor controvérsias e incertezas, e na capacidade de síntese de um campo em transformação acelerada. Representa uma referência indispensável e um marco na divulgação científica rigorosa sobre este capítulo essencial da história humana.

REFERÊNCIAS

- Dillehay, T. D., Ramírez, C., Pino, M., Collins, M. B., Rossen, J., & Pino-Navarro, J. D. (2008). Monte Verde: seaweed, food, medicine, and the peopling of South America. *Science*, 320(5877), 784–786. <https://doi.org/10.1126/science.1156533>
- Dillehay, T. D., Ocampo, C., Saavedra, J., Sawakuchi, A. O., Vega, R. M., Pino, M., Collins, M. B., Cummings, L. S., Arregui, I., Villagran, X. S., Hartmann, G. A., Mella, M., González, A., & Dix, G. (2015). New archaeological evidence for an early human presence at Monte Verde, Chile. *PLOS One*, 10(12), e0145471. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0141923>
- Meltzer, D. J., Grayson, D. K., Ardila, G., Barker, A. W., Dincauze, D. F., Haynes, C. V., Mena, F., Núñez, L., & Stanford, D. J. (1997). On the Pleistocene Antiquity of Monte Verde, Southern Chile. *American Antiquity*, 62(4), 659–663. <https://doi.org/10.2307/281884>

Pssica, a minissérie Pssica, the miniseries

Gutemberg Guerra 

Universidade Federal do Pará
Belém, Pará, Brasil
(gguerra@ufpa.br)



Meirelles, F., & Meirelles, Q. (Diretores). (2025). *Pssica* [Minissérie]. Netflix.

A minissérie “Pssica”, baseada no livro homônimo de Edyr Augusto (2015), pode exigir a atenção dos espectadores durante vários dias. Não ter lido o livro pode ter como um dos efeitos imediatos a vontade de lê-lo e verificar o que uma e outra linguagem podem agregar às emoções que o tema e os problemas ali tratados suscitam.

De início, vale o registro de que visitantes e moradores de Belém, vagando pela Cidade Velha e nos ambientes urbanos do centro, podem ter se deparado com a equipe de filmagem de “Pssica” em um dos terrenos nas proximidades do Porto do Sal, por trás da Igreja do Carmo e em lugares comuns daquela área, frequentados pela equipe de produção e atores. Certamente, conversas com alguns integrantes da equipe terão provocado muita curiosidade sobre o que seria dali produzido. Além disso, a protagonista é natural de Belém, o que pode ter motivado

e levado mais ainda os contrterrâneos e conhecedores da região a assistir aos episódios.

Uma conexão necessária que a minissérie suscita é a da generalização de tecnologias de registro de imagens e o seu uso inadequado e sem controle social, deixando os jovens vulneráveis a agressões por quadrilhas e setores que perpetuam formas de dominação que historicamente deveriam ser consideradas anacrônicas, mas que permanecem presentes no mundo contemporâneo. Revela aspectos da Antropologia Social em que se entrelaçam grupos urbanos e os que vivem em contato direto com a natureza, embora interagindo com a malha de serviços e equipamentos sofisticados e entendidos como modernos. O foco da abordagem da minissérie é a violência no ambiente ribeirinho articulado com a dinâmica da metrópole, em que se faz presente uma economia marginal ao controle do Estado e da sociedade civil.

O primeiro e o segundo episódio da minissérie são chocantes. Provocam impacto pelo grau de violência e pelo cenário que é muito comum a quem vive e transita pelas ilhas na região do estuário amazônico. Nomes de lugares, apelidos e fenótipos de pessoas os aproximam mais ainda e despertam uma empatia imediata com o território que serve de cenário e o que nele se vive.

Quatro episódios se articulam em uma narrativa plena de muita ação, durante quase quatro horas de envolvimento dos espectadores. No primeiro, a vida de uma adolescente ribeirinha, Janelice, é completa e rapidamente modificada por causa da divulgação nas redes sociais de uma cena de intimidade dela com um namorado. As consequências da difusão das imagens têm impacto imediato na escola em que a garota estuda e onde passa a ser vítima de chacota e humilhação pelos colegas. Em seguida, o pai da jovem toma conhecimento do fato, a partir de terceiros, e reage

Guerra, G. (2026). Pssica, a minissérie. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250081. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0081>

Recebido em 11/12/2025

Aprovado em 01/04/2026

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



violenta e publicamente, tentando impedir a visualização do audiovisual. A mãe, evangélica, ao saber do ocorrido, reage enviando a protagonista para a casa de uma tia, em Belém. O assédio do marido dessa tia leva a garota a evitar a casa e a presença do companheiro da tia e, constrangida, passa a perambular pela cidade, se envolve em uma rede de prostituição que a sequestra e escraviza, submetendo-a a uma sequência de violências sexuais.

Histórias paralelas se entrelaçam, desde a de um investigador mobilizado pelo pai da protagonista e que se dispõe a achar o fio da meada para encontrar a jovem, passando pela dinâmica de uma quadrilha de ratos d'água que assalta embarcações e estabelecimentos ribeirinhos, uma ex-guerrilheira colombiana que perde marido e filho em um dos assaltos dos ratos d'água e a própria rede de tráfico de garotas sequestradas e fornecidas para bordéis, políticos, fazendeiros e coronéis da região.

Um ponto-chave do entrelaçamento de histórias é o rapto de Janelice, a jovem ribeirinha em situação de vulnerabilidade, e o duplo assassinato ocorrido no comércio da família da colombiana. As cenas do rapto de Janelice e do assalto ao armazém e à residência do casal de comerciantes deixam como resultado o marido e o filho da colombiana mortos. A sequência de cenas do rapto de Janelice conduz a um grupo de jovens sequestradas para serem submetidas à escravidão sexual por cafetões que exercem sua atividade ilegal entre o Marajó e a Guiana Francesa. Estas cenas conjugadas têm um conteúdo que associa a perda da família pela colombiana e a perda da família pela adolescente ribeirinha. No final da minissérie, juntam-se as duas mulheres em uma interpretação possível de que elas restabelecem suas perdas familiares, ficando como mãe e filha ou como amigas, fundidas pelas histórias de sofrimentos e superação.

Além dessas histórias, também aparece, secundariamente, mas não menos importante, o caso de uma jovem indígena que, vítima de sequestro, é apartada do irmãozinho menor de idade, que procura desesperadamente encontrar a irmã e retornar ao convívio dos seus.

A evisceração da violência da qual mais se ouve falar do que se vivencia, ou se vivencia tangencialmente nos centros urbanos, sem que a população se dê conta da proximidade, é gritante, intensa e instigante aos moradores de Belém. A revelação da vulnerabilidade da infância e juventude ao tráfico de pessoas, ao assédio sexual, à intolerância religiosa, aos preconceitos, ao racismo, à misoginia e às diversas formas de perversidade, incluindo-se a disputa armada e a política, são chocantes na abordagem de "Pssica".

O enredo da minissérie é muito bem elaborado, evocando signos entranhados na cultura amazônica, como o mergulho na água dos rios e igarapés, a floresta, as palafitas, a música, a mestiçagem de raças e as pregações evangélicas. Uma das mesclagens que remete à panamazônia é a mistura de línguas, representadas predominantemente por personagens do Brasil, falando português, da Colômbia, se expressando em espanhol, e da Guiana Francesa, falando francês, inglês e algumas expressões crioulas.

A caracterização das personagens e dos tipos masculinos e femininos com cabelos cortados e pintados como expressões de populações periféricas, os bordéis, as fazendas latifundiárias do Marajó, a algazarra dos ataques dos ratos d'água e a rede de bandidagem, remetendo às mais variadas transgressões, como o tráfico de jovens de populações tradicionais, o garimpo ilegal e a comercialização de madeira de lei, não deixam dúvidas sobre a amplitude e a complexidade antropológica da abordagem sobre os problemas da região.

O mais instigante da minissérie é a demonstração de poderes paralelos ao do Estado, tornando-o inócuo e ineficiente, mesmo contando com sua presença institucional e esforços de agentes desse mesmo Estado que findam isolados pela complexa e eficaz forma de atuação dos 'fora da lei'.

O desfecho leva para uma interpretação de justiça feita pelas próprias mãos, o que deveria provocar as autoridades para que revejam as formas de ação estatal e, fundamentalmente, para que a sociedade civil organizada possa ter controle sobre os seus membros e grupos sociais

que se desenvolvem e atuam ao arrepio dos acordos, das regras, das normas e das leis estabelecidas.

Mais do que uma minissérie para entretenimento, “Pssica” tem um conteúdo de denúncia concreta sobre os usos e abusos da infância e da adolescência na capital do segundo maior estado do país e no estuário do mais volumoso rio do mundo, em que permanecem se perpetuando relações sociais e econômicas extremamente anacrônicas, desumanas e com um grau de perversidade inadmissível.

“Pssica” não revela apenas o azar, como a palavra costuma ser traduzida na região e foi dada como

título para a trajetória de uma adolescente ribeirinha. A minissérie demonstra a que grau de degeneração pode chegar o ser humano na exploração do outro e como ainda há muito que se lutar para construir um país justo e saudável.

Está aí uma obra cinematográfica essencial para provocar reflexões e debate sobre os problemas mais pungentes e as soluções que a sociedade tem a obrigação de buscar no complexo universo amazônico.

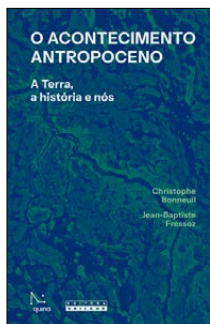
REFERÊNCIA

Augusto, E. (2015). *Pssica*. Boitempo; Samaúma Editorial.

**Entre o passado e o futuro:
reflexões sobre o Antropoceno
em Bonneuil e Fressoz**
*Between past and future: reflections
on the Anthropocene in Bonneuil
and Fressoz*

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos 

Instituto Federal do Amazonas
Eirunepé, Amazonas, Brasil
(awsvasconcelos@gmail.com)



Bonneuil, C., &
Fressoz, J.-B. (2024). *O
acontecimento Antropoceno:
a terra, a história e nós*
(M. Vieira, Trad.).
Editora da Unicamp.

A leitura de “O acontecimento Antropoceno: a terra, a história e nós” não se limita à assimilação de dados científicos nem à reconstituição cronológica de processos históricos associados à crise ambiental contemporânea.

Bonneuil¹ e Fressoz² propõem uma operação intelectual mais exigente: deslocar o leitor para dentro das camadas temporais, políticas e simbólicas que estruturam aquilo que hoje se convencionou chamar de Antropoceno. Trata-se menos de identificar um novo período geológico e mais de compreender os conflitos, as decisões e as disputas que tornaram possível a configuração atual do planeta.

Desde as primeiras páginas, a obra deixa claro que não pretende oferecer uma narrativa pacificada da crise ambiental. Ao contrário, os autores partem de uma recusa explícita às leituras naturalizantes que apresentam o Antropoceno como resultado inevitável da ação humana genérica ou como simples efeito colateral do progresso técnico. A hipótese central que orienta o livro, e que sustenta sua força crítica, é a de que a transformação radical da Terra resulta de escolhas históricas situadas, tomadas por agentes sociais concretos, em contextos atravessados por relações assimétricas de poder.

Essa perspectiva desloca o eixo interpretativo dominante. Em vez de perguntar apenas ‘o que’ aconteceu com o planeta, Bonneuil e Fressoz insistem em interrogar ‘quem’ decidiu, ‘como’ decidiu e ‘em benefício de quais interesses’. O Antropoceno, nesse sentido, não aparece como destino, mas como acontecimento político, histórico e socialmente produzido. Essa mudança de foco é decisiva, pois permite reinscrever a crise ambiental no campo da

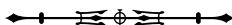
-
- ¹ Christophe Bonneuil é historiador das ciências e do meio ambiente, doutor em história pela Université Paris 7. É diretor de pesquisa em história no *Centre national de la recherche scientifique* (CNRS) e docente na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), onde leciona história das ciências e estudos ambientais. Entre suas principais obras, estão “Histoire des sciences et des savoirs” (Bonneuil & Pestre, 2015), “Une autre histoire des ‘Trente glorieuses’” (Pessis et al., 2013) e estudos sobre sementes, tecnociências e história ambiental da França.
- ² Jean-Baptiste Fressoz é historiador francês das ciências, das técnicas e do meio ambiente, com foco em história ambiental, saberes climáticos, Antropoceno e energia. É doutor em história pela EHESS e pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Atua como diretor de pesquisa no CNRS, ligado ao *Centre de recherches historiques* da EHESS, e professor na *École Nationale des Ponts et Chaussées*. Entre suas principais obras, estão “Introduction à l’histoire environnementale” (Fressoz et al., 2014), “Les Révoltes du ciel” (Fressoz & Locher, 2020) e “Sans transition: une nouvelle histoire de l’énergie” (Fressoz, 2024).

Vasconcelos, A. W. S. de. (2026). Entre o passado e o futuro: reflexões sobre o Antropoceno em Bonneuil e Fressoz. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20260001. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2026-0001>

Recebido em 08/01/2026

Aprovado em 25/03/2026

Responsabilidade editorial: Cristiana Barreto



responsabilidade histórica, abrindo espaço para a crítica e para a transformação.

Um dos méritos mais evidentes da obra está na recusa ao determinismo histórico. Os autores desmontam a ideia, ainda muito difundida, de que o desenvolvimento industrial e tecnológico seguiria uma trajetória linear e inevitável, conduzindo inexoravelmente ao cenário atual. Ao reconstruírem os debates, as controvérsias e as alternativas que marcaram os séculos XIX e XX, Bonneuil e Fressoz demonstram que outras vias foram pensadas, defendidas e, em muitos casos, deliberadamente descartadas. O Antropoceno, assim, emerge como o resultado de uma história de escolhas, e também de silenciamentos.

Essa abordagem ganha densidade quando os autores analisam a história da energia. Longe de conceberem a modernidade como uma sucessão de 'transições energéticas', eles evidenciam um processo de acumulação e sobreposição de fontes. O carvão não foi substituído pelo petróleo, nem este pela energia nuclear ou pelas renováveis; ao contrário, novas fontes foram continuamente incorporadas, ampliando o consumo energético global. A constatação de que o uso de carvão atingiu níveis recordes em pleno século XXI desmonta narrativas otimistas e evidencia a persistência estrutural de modelos predatórios.

Um dos momentos mais incisivos do livro revela como categorias aparentemente neutras – como 'transição' ou 'progresso' – operam como dispositivos ideológicos que obscurecem a permanência de práticas destrutivas. Ao historicizar essas noções, Bonneuil e Fressoz expõem seus limites explicativos e seus efeitos políticos.

Outro eixo fundamental da obra reside na articulação entre escalas globais e locais. O Antropoceno, afirmam os autores, é um fenômeno planetário, mas profundamente desigual. Seus impactos não se distribuem de maneira homogênea, nem suas responsabilidades podem ser atribuídas indistintamente à humanidade como um todo. Certas regiões, grupos sociais e países concentram os benefícios do modelo industrial, enquanto outros arcam de forma desproporcional com os danos ambientais e sociais.

Essa leitura é particularmente relevante para contextos como o brasileiro. A devastação da Amazônia, a expansão do agronegócio e a exploração intensiva de recursos naturais não são desvios ocasionais, mas expressões locais de dinâmicas globais analisadas no livro. A obra fornece, assim, instrumentos conceituais para compreender a inserção periférica do Brasil no Antropoceno, evidenciando como a desigualdade social e a degradação ambiental se reforçam mutuamente.

A análise das chamadas 'técnicas do Antropoceno' aprofunda esse diagnóstico. Bonneuil e Fressoz demonstram que as tecnologias não são neutras nem inevitáveis; elas incorporam valores, prioridades e interesses específicos. Ao examinarem a transferência de tecnologias militares para o campo civil, os autores revelam como lógicas de destruição e controle foram naturalizadas em nome do desenvolvimento. Essa perspectiva reforça a tese de que a crise ambiental não pode ser tratada como um problema meramente técnico, a ser resolvido por inovações pontuais, mas exige uma revisão profunda das estruturas políticas que orientam a produção tecnológica.

Nesse ponto, a crítica ao reducionismo científico assume papel central. Os autores argumentam que a fragmentação do conhecimento, característica das formas modernas de organização científica, dificulta a compreensão da complexidade do Antropoceno. Ao isolar variáveis e compartimentarem saberes, muitas abordagens acabam por obscurecer as interdependências entre processos ecológicos, econômicos e sociais. O livro, portanto, defende uma abordagem decididamente interdisciplinar, capaz de integrar história, ciência, política e economia.

Essa defesa da interdisciplinaridade não é meramente retórica. Ao longo da obra, Bonneuil e Fressoz dialogam com diferentes tradições intelectuais, estabelecendo pontes com a filosofia, a sociologia, a antropologia e a teoria política. O Antropoceno aparece, assim, não apenas como objeto de estudo, mas como problema epistemológico que desafia as fronteiras disciplinares consolidadas.

Outro aspecto digno de nota é a análise das narrativas hegemônicas sobre a crise ambiental. Os autores mostram como certas versões do Antropoceno se impuseram no debate público, frequentemente apagando conflitos, resistências e desigualdades. Ao enfatizarem a necessidade de narrativas alternativas, Bonneuil e Fressoz defendem a ampliação do campo discursivo, de modo a incluir vozes historicamente marginalizadas. Essa preocupação com a pluralidade narrativa confere à obra uma dimensão ética e política que ultrapassa a análise histórica *stricto sensu*.

No que se refere à relação entre ciência e poder, o livro oferece uma contribuição particularmente relevante. Longe de tratar a ciência como instância autônoma e neutra, os autores evidenciam sua imbricação com interesses econômicos e projetos políticos. Ao reconstruírem episódios em que o saber científico foi mobilizado para legitimar práticas predatórias, Bonneuil e Fressoz desconstróem a imagem idealizada da ciência como solução automática para a crise ambiental. Essa crítica não implica a rejeição do conhecimento científico, mas sua reinscrição em um horizonte de responsabilidade social e política.

A dimensão prospectiva da obra também merece destaque. Embora ancorado em uma análise rigorosa do passado, “O acontecimento Antropoceno” não se encerra na denúncia. Os autores insistem na necessidade de imaginar futuros alternativos, reconhecendo que o Antropoceno constitui uma nova condição planetária que exige transformações profundas nas formas de pensar e agir. Não se trata de oferecer receitas prontas, mas de abrir espaços para a experimentação coletiva e para a construção de outros imaginários.

Essa abertura ao futuro confere ao livro um caráter engajado, sem que isso comprometa sua densidade analítica. Bonneuil e Fressoz escrevem para mobilizar, não no sentido de prescrever soluções, mas de provocar deslocamentos cognitivos e éticos. A leitura da obra suscita inquietações que extrapolam o campo acadêmico, interpelando o leitor enquanto sujeito histórico implicado nos processos analisados.

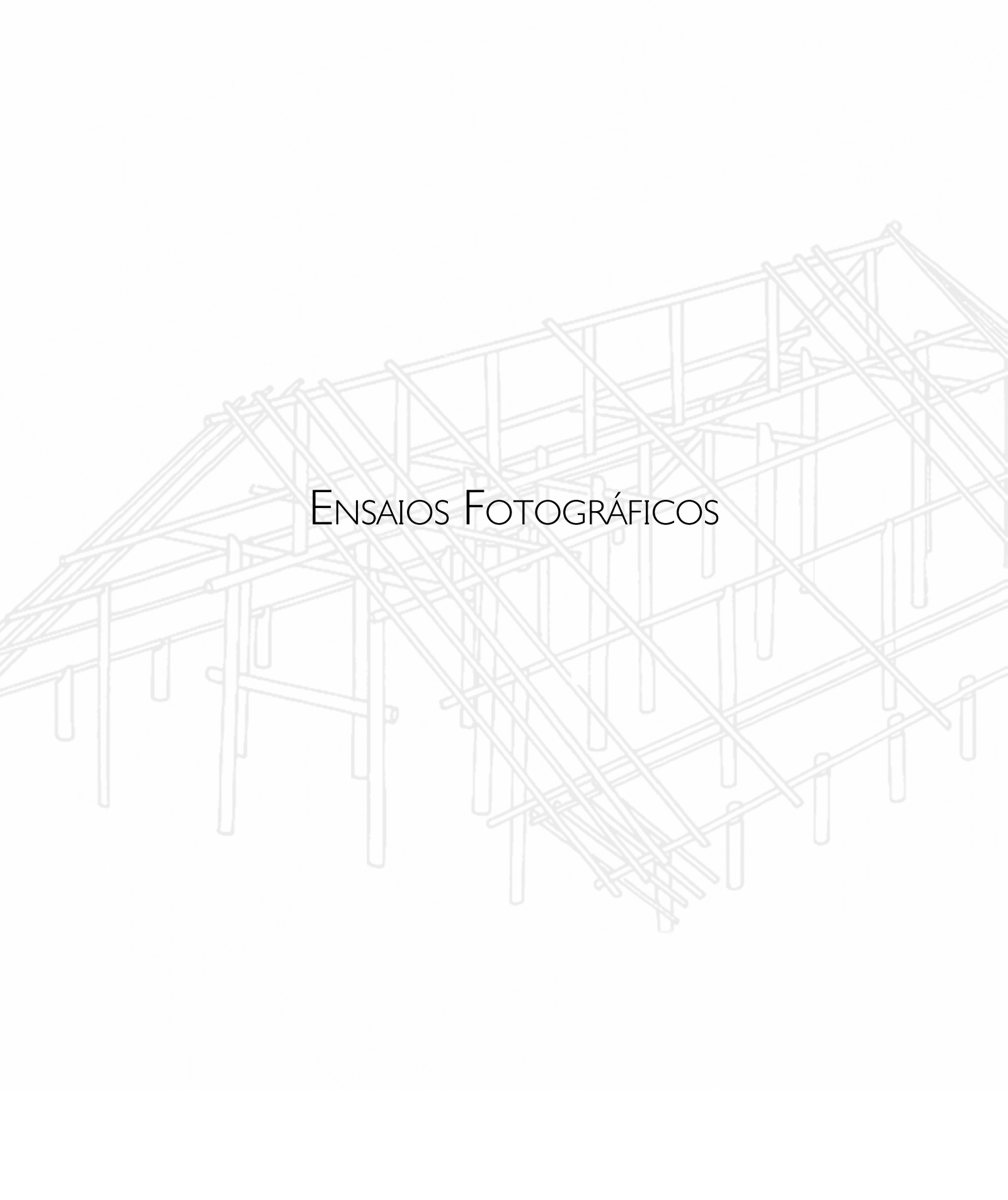
Há, ainda, um aspecto humanista que atravessa todo o livro. Ao refletirem sobre o Antropoceno, os autores não perdem de vista a questão fundamental do que significa ser humano em um planeta em transformação. A crise ambiental é apresentada não apenas como fenômeno externo, mas como experiência que afeta as formas de relação consigo, com os outros e com o mundo. Nesse sentido, a obra propõe uma reflexão ética que complementa e aprofunda sua análise histórica.

Por fim, merece menção a atenção dedicada à arte e à literatura como campos fundamentais para a construção de novas sensibilidades. Ao reconhecerem o papel da imaginação estética na elaboração de narrativas alternativas sobre o planeta, Bonneuil e Fressoz ampliam o horizonte do debate, sugerindo que a resposta ao Antropoceno não será apenas científica ou política, mas também simbólica.

Em síntese, “O acontecimento Antropoceno: a terra, a história e nós” se afirma como uma obra de referência para a compreensão crítica da crise ambiental contemporânea. Ao articular passado, presente e futuro, ciência e política, análise histórica e reflexão ética, Bonneuil e Fressoz oferecem ao leitor não apenas um diagnóstico rigoroso, mas um convite exigente à responsabilidade histórica. Trata-se de um livro que não busca tranquilizar, mas despertar: um gesto intelectual que, em tempos de colapso ambiental, revela-se tão necessário quanto urgente.

REFERÊNCIAS

- Bonneuil, C., & Pestre, D. (Orgs.). (2015). *Histoire des sciences et des savoirs. Le siècle des technosciences* (Vol. 3). Éditions du Seuil.
- Fressoz, J.-B., Graber, F., Locher, F., & Quenet, G. (2014). *Introduction à l'histoire environnementale*. La Découverte.
- Fressoz, J.-B., & Locher, F. (2020). *Les révoltes du ciel: Une histoire du changement climatique (XVe–XXe siècle)*. Éditions du Seuil.
- Fressoz, J.-B. (2024). *Sans transition: Une nouvelle histoire de l'énergie*. Éditions du Seuil.
- Pessis, C., Topçu, S., & Bonneuil, C. (2013). *Une autre histoire des “Trente Glorieuses”: Modernisation, contestations et pollutions dans la France d'après-guerre*. La Découverte.



ENSAIOS FOTOGRÁFICOS

Entre a morte e o ofício: os trabalhadores do Cemitério Santa Izabel, em Belém, Pará

Between death and work: the workers of Santa Izabel cemetery in Belém, Pará, Brazil

Pablo Ariel Fernandez¹  | Luiz de Jesus Dias da Silva¹ 

¹Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: No Cemitério Santa Izabel, em Belém do Pará, a manutenção do espaço funerário é sustentada por uma diversidade de ofícios exercidos cotidianamente por trabalhadores responsáveis por tarefas braçais. A pesquisa articula etnografia e fotografia como procedimentos complementares de registro analítico e de produção de evidências visuais das ambiências do lugar. O ensaio fotográfico acompanha rotinas e gestos, evidenciando como esses saberes são praticados em um espaço histórico marcado por processos de apagamento e de negligência. Observa-se a coexistência de saberes empíricos e práticas profissionalizadas, especialmente no modo como os trabalhadores se relacionam com a arquitetura escultórica do cemitério, lidando com túmulos, imagens sacras e materiais antigos que exigem cuidado, improviso e conhecimento acumulado. As imagens organizam um inventário do cotidiano que torna visível a centralidade desses ofícios e, simultaneamente, sua invisibilização social.

Palavras-chave: Cemitério Santa Izabel. Ambiências. Etnografia visual. Trabalho. Belém.

Abstract: At Santa Izabel Cemetery in Belém, Pará, the maintenance of the funerary landscape depends on a range of everyday manual occupations carried out by workers whose labor sustains the site. This research combines ethnography and photography as complementary methods of analytical documentation and visual evidence, capturing the ambiances of the cemetery. The photographic essay follows routines and gestures, revealing how these forms of knowledge are enacted within a historic space marked by neglect and processes of erasure. Empirical know-how and professionalized practices coexist, particularly in the ways workers engage with the cemetery's sculptural architecture—handling tombs, religious images, and deteriorating materials that demand care, improvisation, and accumulated experience. The images assemble an inventory of daily life that renders visible both the centrality of these occupations and their social invisibility.

Keywords: Santa Izabel cemetery. Ambiances. Visual ethnography. Labor. Belém.

Fernandez, P.A., & Silva, L. de J. D. da. (2026). Entre a morte e o ofício: os trabalhadores do Cemitério Santa Izabel, em Belém, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20250065. <http://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0065>

Autor para correspondência: Pablo Ariel Fernandez. Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, s/n. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (pabloariel.fernandez@gmail.com).

Recebido em 02/09/2025

Aprovado em 23/04/2026

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



O cemitério é o inverso da cidade, é o signo da solidariedade dos vivos (Ariès, 2012).

Fundado em 1874, no bairro do Guamá, na periferia de Belém do Pará, o Cemitério Santa Izabel surgiu como uma proposta moderna de racionalização da morte: avenidas, quadras, esculturas, bustos, cruzeiros – um ordenamento urbano destinado aos mortos, como uma cidade ideal onde o tempo não passaria. Com o tempo, no entanto, esse espaço foi sendo transformado também pelo trabalho humano silencioso, contínuo e invisível que o sustenta. A estética da eternidade foi invadida pelo tempo ordinário, mas também pelo esforço diário daqueles que sustentam a ambiência do cemitério.

Aberto diariamente das 9 h às 17 h, o cemitério permite observar a dinâmica de corpos em movimento: os que choram e os que trabalham. Há, nesse espaço, uma pedagogia da escuta, como propõe DaMatta (1997): aprende-se a respeitar os mortos. Mas também se aprende a conviver com os vivos que ali estão. O cuidado desse território é sustentado por um conjunto heterogêneo de profissionais que atuam de forma contínua na manutenção material, simbólica e administrativa do espaço cemiterial. Trata-se, em sua maioria, de homens em faixas etárias adultas – com predominância entre 35 e 60 anos – que desempenham funções como vendedores de flores (Figuras 1 e 10), trabalhadores autônomos (Figura 2), marmoristas (Figura 3), letristas (Figura 4), zeladores e trabalhadores responsáveis pela manutenção dos mausoléus (Figuras 5, 9, 11 e 12), artesãos de retratos em porcelana (Figura 6), funcionários da limpeza e capelães (Figura 7), sepultadores ou coveiros (Figuras 8 e 16), pedreiros (Figura 13) e trabalhadores responsáveis pela condução do carro fúnebre manual (Figuras 14 e 15). Esses trabalhadores operam em um campo marcado pela coexistência entre saberes tradicionais, transmitidos pela prática cotidiana, e formas mais institucionalizadas e profissionalizadas de trabalho.

A gestão e a manutenção do cemitério são atribuições da Secretaria de Zeladoria e Conservação

Urbana (SEZEL), por meio de seu Departamento de Necrópoles (DANE), em articulação com uma administração interna instalada no próprio espaço cemiterial. Os trabalhadores vinculados à prefeitura atuam uniformizados, sendo os sepultadores (coveiros) o grupo mais numeroso entre os servidores efetivos. Além das atividades diretamente relacionadas aos enterramentos, muitos deles acumulam outras funções no cotidiano do cemitério, como serviços de pedreiro e apoio à manutenção estrutural das sepulturas e áreas comuns.

Paralelamente, o funcionamento cotidiano do cemitério depende de um contingente expressivo de trabalhadores autônomos, que não utilizam uniforme institucional e exercem atividades como pedreiros, marmoristas, letristas e vendedores. Muitos desses profissionais acumulam mais de uma função, transitando entre diferentes serviços, conforme a demanda, o que evidencia a flexibilidade das relações de trabalho e a sobreposição de saberes técnicos no interior do espaço cemiterial.

Nesse contexto, trabalho, ofício e profissão não se apresentam como categorias estanques, mas como registros que se interpenetram nas práticas cotidianas do espaço funerário. Atividades produtivas recorrentes, saberes incorporados pela experiência e funções reguladas por exigências formais coexistem e se sobrepõem, revelando distintos graus de formalização laboral no interior do trabalho funerário (Castro & Giampaoli, 2022).

Os trabalhadores manuais assumem as tarefas técnicas e rotineiras de sepultar, preparar, conservar e zelar pelos túmulos, garantindo a continuidade material e administrativa do lugar. Há também uma ética de respeito aos mortos: caminham com cautela, depositam flores, acendem velas, rezam e silenciam.

Eles conhecem as esculturas, sabem de onde vieram, alguns contam histórias passadas de geração em geração, reconhecem o valor do mármore e dos símbolos cristãos: “Os mais ricos eram enterrados aqui na Avenida Central”; “Tem muita relíquia aqui, cara. Aqui ninguém dá atenção” (comunicação pessoal, 2025).

Até depois da morte existe hierarquia. O espaço nunca é neutro, pois reproduz e impõe as relações de poder de seu tempo (Lefebvre, 2006 [2000]). As esculturas neoclássicas importadas da Europa transformam-se em “capital simbólico” (Bourdieu, 1989). A arquitetura escultórica do Santa Izabel é um espelho oblíquo da sociedade. Cada gesto petrificado inscreve gênero, fé, classe e política. O mármore sussurra, e aqueles que estão dispostos a escutá-lo narram uma cidade que já não existe.

É na repetição de gestos ordinários – discretos, técnicos e contínuos – que essa sobreposição se torna perceptível, configurando uma parte das ambiências do lugar. Ela se constitui na circulação diária, no ritmo imposto pelas tarefas e na convivência com a morte como dimensão ordinária da vida social (Melo, 2019; Duarte, 2013). Mais do que perguntar o que se faz nesse espaço, importa observar como se faz: a postura corporal, o tom de voz, o cuidado com os objetos e o respeito silencioso que organiza as interações. Os rituais desses trabalhos funerários ocorrem em espaços liminares – entre vivos e mortos (Turner, 1974). Os trabalhadores habitam esse limiar. Seus gestos cotidianos performam ritos que mantêm a dignidade do espaço. Trata-se de um saber tácito, incorporado, que não se restringe ao campo religioso, mas se constrói na prática contínua do trabalho com a morte.

A morte, embora relegada à invisibilidade nos discursos hegemônicos, é uma dimensão constitutiva da vida social; seu manejo prático e simbólico – garantido por esses trabalhadores – é parte do ciclo vital de qualquer sociedade, sendo indispensável para a reprodução não apenas biológica, mas também cultural e afetiva da coletividade. O paradoxo da centralidade do trabalho reside no fato de que, embora ele siga sendo a base da reprodução social, os trabalhadores que o sustentam – sobretudo os da base informal e periférica – enfrentam intensa fragmentação, apagamento político e precarização crescente (Antunes, 2021). Crises recentes, como a pandemia de Covid-19, tornaram

evidente tanto a indispensabilidade desses agentes quanto a fragilidade das condições em que exercem suas funções, reforçando a necessidade de reconhecimento técnico, simbólico e patrimonial do trabalho funerário (Castro & Giampaoli, 2022).

No plano metodológico, a pesquisa articula a etnografia, compreendendo a fotografia como instrumento de produção de conhecimento, e não como mera ilustração. A imagem opera como mediação entre descrição e análise, aproximando-se do texto etnográfico ao construir verossimilhança a partir da proximidade com os sujeitos e os contextos observados (Geertz, 2001). As fotografias não buscam capturar a morte somente como evento, mas como latência, inscrita nos detalhes, nos intervalos e nos usos cotidianos do espaço.

O uso do preto e branco configura-se como uma escolha ética e analítica, na medida em que reduz o excesso visual e orienta a atenção para gestos, texturas e relações espaciais. Cada imagem é compreendida como uma representação situada, atravessada por escolhas técnicas, afetivas e políticas, na qual acaso, intenção e experiência se entrelaçam (Novaes, 1998; Darbon, 1998; Bittencourt, 1998).

O método fotográfico organiza-se a partir da observação não interventiva, articulada à investigação colaborativa, seguida pelo registro sistemático das atividades e pela disposição das imagens de modo a contextualizar o espaço do cemitério, constituindo um inventário visual do cotidiano do trabalho cemiterial (Caldarola, 1985, 1988; Attané & Langewiesche, 2005).

A descrição do ensaio incorpora, ainda, fragmentos de entrevistas e de excertos elaborados a partir dos enunciados efetivamente escutados pelo pesquisador no local. Esses fragmentos operam como camadas narrativas que tensionam e ampliam a leitura das imagens. Reconhecendo a parcialidade e a polissemia da fotografia, a imagem não se apresenta como prova, mas como sugestão de relações e de ambiências, reinscrevendo a morte em um campo de visibilidade deslocado do estritamente religioso (Sontag, 2020; Barthes, 1984).

Atravessado por múltiplas existências, o cemitério abriga presenças desiguais: algumas inscritas no mármore, outras diluídas na rotina do trabalho. Nesse território, convivem tempos distintos – o passado monumental, o presente marcado pela precariedade e um futuro incerto –, articulados diariamente pelos gestos daqueles que, entre a morte e o ofício, sustentam a vida ordinária do lugar.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2021). *Farewell to work? Essays on the world of work's metamorphoses and centrality* (M. van der Laan et al., Trad.). Brill.
- Ariès, P. (2012). *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias* (P. V. de Siqueira, Trad.; Ed. especial). Nova Fronteira.
- Attané, A., & Langewiesche, K. (2005). Reflexões metodológicas sobre os usos da fotografia na antropologia. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 21(2), 133-155. <https://ppcis.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Cadernos-de-Antropologia-e-Imagem-21.-10-Anos-1995-2005.pdf>
- Barthes, R. (1984). *A câmara clara: nota sobre fotografia* (J. C. Guimarães, Trad.). Nova Fronteira.
- Bittencourt, L. A. (1998). Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In B. Feldman-Bianco, & M. L. M. Leite (Orgs.), *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais* (pp. 107-212). Papirus.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Caldarola, V. J. (1985). Visual contexts: a photographic research method in anthropology. *Studies in Visual Communication*, 11(3), 33-54.
- Caldarola, V. J. (1988). Imaging process as ethnographic inquiry. *Visual Anthropology*, 1(4), 433-451. <https://doi.org/10.1080/08949468.1988.9966499>
- Castro, E. T., & Giampaoli, M. (2022). *Ofícios da morte: os saberes tradicionais de agentes funerários e sepultadores*. Cruz e Sousa.
- DaMatta, R. (1997). *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (5. ed.). Rocco. <https://tecnologia.ufpr.br/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2017/09/DAMATTA-Roberto-A-Casa-e-a-Rua.pdf>
- Darbon, S. (1998). O etnólogo e suas imagens. In E. Samain (Org.), *O fotográfico* (pp. 101-111). Hucitec.
- Duarte, C. R. (2013). Ambiência: por uma ciência do olhar sensível no espaço. In J.-P. Thibaud, & C. R. Duarte (Orgs.), *Ambiances urbaines en partage* (pp. 21-30). MétisPresses.
- Geertz, C. (2001). Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In C. Geertz, *Obras e vidas: o antropólogo como autor* (pp. 19-63). UFRJ.
- Lefebvre, H. (2006 [2000]). *A produção do espaço* (D. B. Pereira, & S. Martins, Trad.). Éditions Anthropos. https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri_lefebvre-a-producao-do-espace.pdf
- Melo, N. R. de. (2019). [Con]viver e [trans]formar pela ambiência: metodologias para o espaço construído. In C. R. Duarte, & E. Pinheiro (Orgs.), *Arquitividades subjeturas: metodologias para a análise sensível do lugar* (pp. 137-153). Rio Books; Editora PROARQ. <https://hal.science/hal-03125516/document>
- Novaes, S. C. (1998). O uso da imagem na antropologia. In E. Samain (Org.), *O fotográfico* (pp. 115-127). Hucitec.
- Sontag, S. (2020). *Contra a interpretação e outros ensaios* (D. Bottmann, Trad.). Companhia das Letras.
- Turner, V. W. (1974). *O processo ritual: estrutura e antiestrutura* (N. C. de Castro, Trad.). Vozes. https://monoskop.org/images/9/98/Turner_Victor_O_processo_ritual_Estrutura_e_antiestrutura.pdf

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

P. A. Fernandez contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação e escrita (rascunho original, revisão e edição); e L. de J. D. da Silva com metodologia, supervisão, validação, visualização e escrita (revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Aviação duplo-cega, fechada.



Figura 1. Vendedor de crisântemos em frente ao cemitério. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 2. Um autônomo cruza quem chega ao cemitério, carrega seus utensílios, diz “bom dia” e pergunta se gostaria de um serviço. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 3. Detalhe do trabalho de relevo que um marmorista realiza em galpão destinado a esse serviço no cemitério. “O cliente traz a pedra e a gente faz o resto”. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 4. Letrista realçando as palavras de uma lápide com tinta. “Cada letra, um real”. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 5. Trabalhadores utilizam mausoléus da Avenida Central para armazenar ferramentas. "Sempre pedimos permissão a quem tá enterrado lá". Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 6. F.S., 80 anos, artesão de retratos em porcelana para sepulturas, mostra o trabalho feito para o túmulo de sua irmã. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 7. Funcionária da limpeza acompanhando a Missa das Almas na capela do cemitério. A celebração foi conduzida por Frei Ribamar, 43 anos, rito que se mantém há cinco anos, desde o falecimento de seu predecessor. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 8. Coveiro descansando dentro da capela do cemitério. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 9. E., zelador, 50 anos, em momento de descanso, acariciando um cão. Trabalhadores cuidam dos animais que habitam o cemitério. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 10. Vendedor espalhando flores em enterro noturno. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 11. Zeladoras em frente a uma escultura *art nouveau* de Vittorio Lavezzari, trazida de Gênova em 1912. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 13. Pedreiro abrindo sepultura para exumação. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 14. Carro fúnebre manual e horizonte de lápides. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 15. Trabalhadores conduzindo o carro fúnebre em dia de chuva. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



Figura 16. Coveiro esperando caixão para realizar sepultamento. “Compartilhamos todos a mesma tristeza nos enterros”. Foto: Pablo Ariel Fernandez (2025).



TESES E DISSERTAÇÕES

Corpos de barro e de tinta: estilo e iconografia das urnas funerárias antropomorfas do estuário amazônico

Emerson Nobre da Silva 

emersonnobre@usp.br

Tese de Doutorado

Museu de Arqueologia e Etnologia

Universidade de São Paulo

São Paulo (SP), 2026

Clay and ink bodies: style and iconography of anthropomorphic funerary urns from the Amazon estuary

Emerson Nobre da Silva 

emersonnobre@usp.br

Doctoral Thesis

Museum of Archaeology and Ethnology

Universidade de São Paulo

São Paulo (SP) – Brazil, 2026

A tese investiga as concepções de corporalidade e as redes de interação social no estuário amazônico, abrangendo o período entre o século X d.C. e o contato europeu. O foco central da pesquisa são as urnas funerárias antropomorfas, especialmente aquelas associadas ao estilo cerâmico Caviana, distribuídas pelo arquipélago do Marajó e costa do Amapá. O trabalho explora como esses objetos cerâmicos não são apenas recipientes, mas sim a materialização de 'corpos' que articulam identidades e cosmologias antigas. O objetivo principal é compreender como as variações estilísticas e iconográficas das urnas refletem transformações nas formas de perceber e construir o corpo humano. A pesquisa busca identificar convergências formais entre diferentes regiões do estuário, analisando como a cultura material operava na produção de ancestralidade e na gestão da memória coletiva. Além disso, pretende-se demonstrar que essas urnas funcionavam como tecnologias rituais de estabilização ontológica, transcendendo a mera representação visual. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem morfoestilística e iconográfica, aplicada a um *corpus* comparativo de 82 peças, provenientes de diversos acervos museológicos. A metodologia envolveu a análise direta e indireta de coleções, o estudo de contextos funerários específicos e a comparação entre diferentes estilos cerâmicos (como Caviana, Mazagão, Maracá e Marajoara). O autor utiliza conceitos da antropologia da imagem e da arqueologia da corporalidade para interpretar os padrões decorativos e as formas das vasilhas. A tese demonstra que as urnas do estilo Caviana operam sob uma 'lógica quimérica', onde o corpo é fabricado através de uma combinação complexa de elementos anatômicos e simbólicos que conferem agência ao objeto. Uma contribuição fundamental é a identificação do modelo do 'corpo sentado' como um módulo de socialidade transversal, indicando a existência de uma geografia cultural policêntrica, com repertórios visuais compartilhados. Os resultados revelam uma gramática visual comum que conectava ilhas e continente, sugerindo que diferentes grupos participavam de uma mesma lógica de fabricação de corpos rituais, o que permitia a manutenção de identidades mesmo diante de rupturas históricas.

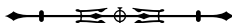
This thesis investigates conceptions of corporeality and social interaction networks in the Amazon estuary from the 10th century AD until European contact. The research focuses on anthropomorphic funerary urns, particularly those associated with the Caviana ceramic style, which is distributed throughout the Marajó archipelago and the Amapá coast. The study argues that these ceramic objects are not merely containers but materializations of "bodies" that embodied ancient identities and cosmologies. The primary objective is to understand how stylistic and iconographic variations reflect changes in the perception and construction of the human body. Using a morphostylistic and iconographic approach, the author analyzed 82 pieces from various museum collections, drawing on concepts from the archaeology of corporality and the anthropology images. Key findings reveal that Caviana urns operate according to a "chimerical logic," in which the body is constructed through a complex blend of anatomical and symbolic elements. A significant contribution of the study is the identification of the "seated body" model as a transversal social module, suggesting a polycentric cultural geography with shared visual repertoires. Ultimately, the research demonstrates the existence of a common visual grammar linking the islands and the mainland, indicating that different groups participated in a shared logic of ritual body construction to preserve collective memory and ancestry.

Silva, E. N. da. (2026). Corpos de barro e de tinta: estilo e iconografia das urnas funerárias antropomorfas do estuário amazônico. Resumo de tese de doutorado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(2), e20260013.

Recebido em 27/02/2026

Aprovado em 30/03/2026

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



Errata: A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645): estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar

No artigo intitulado “A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645): estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar”, com número de DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0024>, publicado no periódico Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 20, n. 1, 2025: e20240024.

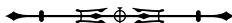
Onde se lia:

“Miranda, B. (2025, fev.). Dados de replicação para o artigo A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645). Estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar. [SciELO Data, V2]. <https://doi.org/10.48331/scielodata.XY33NV>”

Leia-se:

“Miranda, B. (2025, fev.). Dados de replicação para o artigo A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645). Estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar. [SciELO Data, V2]. <https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.M9LBTU>”

Equipe editorial do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas



BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICA EDITORIAL

Foco e escopo

O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* tem como missão publicar trabalhos originais em arqueologia, história, antropologia, linguística indígena e disciplinas correlatas, bem como promover a diversidade no que se refere à equidade de gêneros e grupos étnicos e à representatividade geográfica.

Políticas de seção

A revista aceita colaborações em português, espanhol, inglês e francês para as seguintes seções:

Artigos Científicos – textos analíticos originais, resultantes de pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento. De 15 até 30 laudas.

Artigos de Revisão – textos analíticos ou ensaísticos originais, com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema. De 15 até 30 laudas.

Notas de Pesquisa – relato preliminar mais curto que um artigo, sobre observações de campo, dificuldades e progressos de pesquisa em andamento, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados. Até 15 laudas.

Memória – seção que se destina à divulgação de acervos ou seus componentes que tenham relevância para a pesquisa científica; de documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; e de ensaios biográficos, incluindo obituario ou memórias pessoais. Até 20 laudas.

Debate – ensaios críticos sobre temas da atualidade. Até 15 laudas.

Resenhas Bibliográficas – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas na forma impressa ou eletrônica. Até cinco laudas.

Teses e Dissertações – descrição sucinta, sem bibliografia, de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livedocência. Uma lauda.

Entrevista - entrevistas com pesquisadores, pensadores ou agentes culturais cujas trajetórias e reflexões contribuam de forma relevante para o campo das Ciências Humanas. As entrevistas devem abordar temas atuais ou históricos com profundidade crítica, promovendo o intercâmbio de ideias e experiências. Até 5 laudas.

Ensaio Fotográfico - produções visuais que dialoguem com temas, práticas e problemáticas das Ciências Humanas. Os ensaios devem apresentar uma proposta estética e conceitual coerente, acompanhados de um texto introdutório que contextualize as imagens e sua relevância para o debate acadêmico ou sociocultural. Até xx imagens, com breves legendas e texto introdutório (até 5 páginas).

O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* publica resumos de teses e dissertações, mas não publica capítulos de teses ou de dissertações. Entendida a necessidade e o interesse acadêmico na divulgação de resultados oriundos da formação em nível de pós-graduação, recomenda-se, para esses casos, a produção de artigo científico com texto distinto do original, dando ênfase ao que se destaca na pesquisa da tese ou dissertação e com uso de citação direta, onde adequado. Essa orientação contempla monografias em geral, bem como trabalhos de conclusão de curso de graduação.

A revista não aceita resumos expandidos, textos na forma de relatório e nem trabalhos previamente publicados em qualquer meio de acesso público, com exceção para Preprints, que são manuscritos não avaliados por um periódico científico ou já avaliados, mas em processo de publicação, disponibilizados em servidores de preprints confiáveis. A editoria recomenda aos autores que disponibilizem os manuscritos à base SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>).

Ciência aberta

O periódico atua em conformidade com a Ciência Aberta e com os Critérios SciELO.

Cobrança de Taxas

O periódico é de acesso aberto, o que significa que todo o conteúdo está disponível gratuitamente, sem custo para o usuário ou instituição. Também não são cobradas taxas para submissão de manuscritos ou para a publicação.

Processo de avaliação pelos pares

A revista possui um Conselho Científico. Os trabalhos submetidos são primeiramente avaliados pelo Editor Científico ou por um dos Editores Associados. O Editor reserva-se o direito de sugerir alterações nos trabalhos recebidos ou devolvê-los, caso não estejam de acordo com os critérios exigidos para publicação.

Uma vez aceitos, os artigos seguem para avaliação dos pares (peer-review). Os artigos são analisados por dois especialistas, no mínimo, que não integram a Comissão Editorial e emitem pareceres independentes. Caso haja discordância entre os pareceres, o trabalho é submetido a outro(s) especialista(s). Caso mudanças ou correções sejam recomendadas, o trabalho é devolvido ao(s) autor(es), que terão um prazo de 30 dias para elaborar nova versão. Em atenção aos princípios de equidade étnica, de gênero e de representatividade geográfica, a revista tem o compromisso de potencializar a diversidade de opiniões especialistas, resguardados, obviamente, os princípios de expertise e formação exigidos. Após receber os pareceres anônimos, o Editor decide quanto à aceitação do artigo para publicação. Se aceito, o(s) autor(es) é/são convidado(s) a revisar o artigo com base nos pareceres e nas observações do Editor. O(s) autor(es) deve(m) explicar como a revisão foi realizada, dar justificativa em caso de não acatar sugestão dos pareceres, devendo obrigatoriamente usar a ferramenta “Controle de alterações” do Word para realizar as alterações no texto. O artigo revisado deve ser enviado através da plataforma online, por meio do link de revisão disponível em “PAINEL AUTOR” na plataforma ScholarOne, clicando em “CRIAR UMA REVISÃO”.

Após a aprovação, os trabalhos são publicados por ordem de chegada. O Editor Científico também pode determinar o momento mais oportuno. Um autor só poderá submeter nova contribuição passado período de 12 meses a contar da data da submissão anterior.

Ao final do documento, um fluxograma demonstra as etapas do processamento editorial na revista.

Contribuição dos Autores

No momento da submissão, é necessário informar sobre a contribuição de cada um dos autores, seguintes as categorias segundo o CRediT: 1) Administração de projeto; 2) Análise formal; 3) Aquisição de financiamento; 4) Conceituação; 5) Curadoria de dados; 6) Escrita - rascunho original; 7) Escrita - revisão e edição; 8) Investigação; 9) Metodologia; 10) Recursos; 11) Software; 12) Supervisão; 13) Validação; 14) Visualização. Essas informações são publicadas na última página do artigo.

Política de preprint

Como forma de acelerar a comunicação científica, o periódico recomenda o depósito de suas submissões na SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>) não sendo admitida, porém, a submissão simultânea para outro periódico. As submissões compartilham com os periódicos o ineditismo na publicação e o processo de avaliação não utilizará o procedimento duplo anonimizado, visto que, com a publicação na categoria Preprints, a autoria passa a ser conhecida. As contribuições passarão pelo processo de avaliação e, caso aceitas, os autores devem atualizar os registros no servidor de Preprints e informar a referência completa da publicação feita. Em caso de depósito de Preprint, os autores devem informar o link em um arquivo à parte, denominado “Preprint”, a ser submetido junto com o documento principal no momento do encaminhamento da contribuição, na Etapa 2: Carregamento de arquivos.

Política de dados

Após a aprovação dos artigos, recomenda-se que os autores depositem os dados associados à pesquisa na interface da revista no repositório SciELOData (<https://data.scielo.org/dataverse/brbgoeldi>). A recomendação aplica-se apenas para casos que não apresentem questões éticas ou legais. Para informações sobre o depósito dos dados no repositório SciELOData, acesse https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_deposito_pt.pdf.

Dados de pesquisa são registros científicos gerados ao longo do processo de investigação e essenciais para a validação dos resultados obtidos, a exemplo de projetos de pesquisa, relatórios submetidos a agências de fomento, descrições de acervos utilizados, tabelas, quadros e informações estatísticas não incluídas no artigo, bem como gravações ou transcrições de entrevistas orais. Todos os dados de pesquisa citados no manuscrito e já disponibilizados publicamente devem ser devidamente referenciados e listados na seção de referências (para informações sobre como citar esses documentos, acesse https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/guia-de-citacao-de-dados_pt.pdf).

Aos autores é obrigatória a assinatura do Formulário sobre conformidade com a Ciência Aberta a ser enviada junto com a versão prévia à publicação do artigo. Em caso de depósito em outros repositórios, o autor deverá informar o link nesta etapa à revista, por meio da declaração. Recomenda-se acessar a lista de repositórios para depósito de dados de pesquisa fornecida pela coleção SciELO, disponível em https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Lista-de-Repositorios-Recomendados_pt.pdf

Adoção de Softwares Uso de Recursos de Inteligência Artificial

O BMPEG. Ciências Humanas orienta autores e avaliadores a consultarem o “Guia de utilização de ferramentas e recursos de Inteligência Artificial (IA)” (<https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-uso-de-ferramentas-e-recursos-de-IA-20230914.pdf>) sempre que forem empregadas ferramentas ou conteúdos gerados por aplicações de inteligência artificial (IA) nos manuscritos, com destaque para os seguintes princípios elencados no guia:

- Informar/mencionar as fontes dos materiais usados na pesquisa e na redação do artigo ou capítulo. Todo e qualquer uso ou conteúdo gerado por uma aplicação de IA deve ser informado no resumo e na seção métodos ou equivalente;
- Certificar-se que todo o material citado seja corretamente atribuído, inclusive as citações completas, e que as fontes citadas respaldem as declarações da aplicação de AI, pois não é incomum que gerem referências a obras inexistentes;
- Assumir a responsabilidade pública por seu trabalho;
- Ocultar o uso e conteúdo de IA é uma falha ética que viola os princípios de transparência e honestidade em pesquisa.

Política de acessibilidade

É compromisso da revista a incorporação de recursos visuais e auditivos inerentes à inclusão e à acessibilidade. A autoria de cada submissão aceita para publicação deve enviar gravação em vídeo com a leitura de resumos dos artigos que será associado ao artigo publicado com acesso via link para usuários que necessitem ou desejem utilizar esse tipo de mídia.

Recomendações éticas

O periódico segue as diretrizes do *Committee on Publication Ethics* (COPE), bem como o uso do “Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica”. (2018), e segue as recomendações do Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (*International Committee of Medical Journal Editors* - ICMJE) para garantir a integridade dos resultados publicados pela revista.

O plágio é visto como um crime editorial, sendo uma conduta inaceitável para o periódico. Como forma de evitar esta falta de ética, o BMPEG. Ciências Humanas utiliza o software antiplágio *iThenticate*, do Crossref.

Declaração de direitos autorais

Todo o conteúdo do periódico, está licenciado sob uma *Licença* Creative Commons do tipo atribuição CC-BY. Nessa modalidade, as autorias mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação. Após a primeira publicação na revista, autorias poderão assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho como publicada nesta revista em repositório institucional ou publicar como capítulo de livro, com o devido reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. O Boletim segue as recomendações do Movimento de Acesso Aberto (Open Access), disponibilizando todo o seu conteúdo de modo online e gratuito.

Pesquisas com seres humanos

Pesquisas que envolvam seres humanos devem atender à Resolução CNS nº 466/2012 <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Em submissões resultantes de pesquisas com grupos humanos, é atribuição do(s) autor(es) enviarem, no ato da submissão do manuscrito, o termo de consentimento livre e esclarecido, documento pertinente ao cadastramento do estudo no Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. Recomenda-se ainda que os autores mencionem no manuscrito a aprovação da pesquisa por Comitê de Ética reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde (CONEP-CNS).

Indexadores

Anthropological Index Online;

Anthropological Literature;

Directory of Open Access Journals (DOAJ);

Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE);

Latindex;

Redalyc;

Scientific Electronic Library Online (SciELO);

SCOPUS ELSEVIER.

Apresentação de artigos

O *Boletim* recebe contribuições somente em formato digital. Os arquivos digitais dos artigos devem ser submetidos *online* na plataforma *ScholarOne* via o site da revista <http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas> ou diretamente via o *link* <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>, fornecendo obrigatoriamente as informações solicitadas pela plataforma. Antes de enviar seu trabalho, o autor precisa verificar se foram cumpridas as normas da revista. Disso depende o início do processo editorial.

O Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas não aceita submissões simultâneas de autor ou coautor. Um prazo de 12 meses deve ser observado para submissão de uma nova contribuição.

Cadastramento

O(s) autor(es) deve(m) realizar o cadastro (*Login/Senha*), criando uma conta pessoal na plataforma *online*, na seção “CRIAR UMA CONTA”, e preencher corretamente o perfil. O cadastramento/criação de uma conta precisa ser feito somente uma vez. Após isso, a conta deve ser usada para todas as submissões de trabalhos, revisões e pareceres.

Ao submeter o artigo, é necessário que todos os autores realizem cadastro na base de identificação acadêmica internacional *Connecting Research and Researchers* (ORCID). O cadastro é necessário para autores e coautores. A publicação científica atribui o *Digital Object Identifier* (DOI) nos trabalhos publicados, bem como adota a publicação contínua de artigos aprovados pela revista.

Encaminhamento

Para submeter um novo trabalho, o autor precisa fazer o *login* na plataforma *online* e clicar em "AUTOR". Após realizar este passo, o autor deve buscar a janela "PAINEL AUTOR" e iniciar o processo de submissão através do *link* "INICIAR NOVA SUBMISSÃO", no qual deverá realizar os sete passos:

- **Etapa 1: Tipo, título e resumo**

- Escolher o tipo de trabalho (artigo, resenha etc.).
- Preencher o título do trabalho.
- Fornecer o resumo.

- **Etapa 2: Carregamento de arquivos**

- Fazer o *upload* do(s) arquivo(s).
- (Pelo menos um dos arquivos deve representar o documento principal).

- **Etapa 3: Atributos**

- Acrescentar palavras-chave (3 até 6).

- **Etapa 4: Autores e instituições**

- Especificar se o submissor é o próprio autor ou se é um terceiro.
- Especificar autor de correspondência.
- Fornecer a contribuição do CRediT.

- **Etapa 5: Avaliadores**

- Especificar revisores da sua preferência e/ou aqueles que gostaria de evitar. É discrição da revista acatar ou não os avaliadores recomendados.

- **Etapa 6: Detalhes e comentários**

- Especificar quem financiou a pesquisa.
- Declarar que o trabalho foi submetido exclusivamente para o *Boletim* e ainda não foi publicado.
- Declarar que o trabalho está conforme as normas éticas da disciplina.
- Afirmar que os arquivos submetidos estão completamente anônimos, para possibilitar avaliação por pares, caso a opção do autor seja pelo não depósito do artigo em repositório confiável de Preprints
- Declarar se há conflito de interesse. No caso de haver, especificar.

- **Etapa 7: Avaliar e submeter**

- Verificar se todas as informações e arquivos estão completas, visualizar a prova em PDF e concluir a submissão, clicando em "SUBMETER".

Os trabalhos, depois de formatados, são encaminhados por *e-mail*, em PDF, para aprovação final dos autores, que devem responder com a maior brevidade possível. Nessa etapa, não são aceitas modificações no conteúdo do trabalho ou que impliquem alteração na paginação. Caso o autor não responda ao prazo, a versão formatada é considerada aprovada.

Diretrizes para autores

Todas as submissões devem ser enviadas por meio da plataforma de submissão *online ScholarOne*.

Os originais devem ser enviados:

1. Em Word, com fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5, em laudas sequencialmente numeradas. Os trabalhos de linguística indígena devem utilizar fonte compatível com o padrão Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, DéjàVu, Tahoma e outras que incluam todos os símbolos fonéticos do Alfabeto Fonético Internacional - AFI (International Phonetic Alphabet – IPA). Times New Roman é preferível, mas inclui IPA em Unicode somente a partir das últimas edições de Windows. **Nunca** improvisar símbolos do IPA usando letras comuns com tachamento (imitando *i*, *u* etc.).
2. Da primeira página, devem constar:
 - a. título (no idioma do texto e em inglês);
 - b. resumo;
 - c. *abstract*;
 - d. palavras-chave e *keywords*.
3. Os originais não podem incluir o(s) nome(s) do(s) autor(es) e nem agradecimentos.
4. Deve-se destacar termos ou expressões por meio de aspas simples.
5. Apenas termos científicos latinizados e palavras em língua estrangeira devem constar em itálico.
6. Os artigos deverão seguir as recomendações da *APA 7th Edition - Citation Guide* (acesso gratuito em <https://apastyle.apa.org/blog/coronavirus-response>) para uso e apresentação de citações e de referências.
7. Tabelas devem ser digitadas em Word, sequencialmente numeradas, com legendas claras.
8. Todas as figuras (ilustrações, gráficos, imagens, diagramas etc.) devem ser submetidas na plataforma online em arquivos à parte, com as respectivas legendas, numeradas sequencialmente. Devem ter resolução mínima de 300 DPI e tamanho mínimo de 1.500 pixels, em formato JPEG ou TIFF, obedecendo, se possível, as proporções do formato de página do *Boletim*, nos limites de 16,5 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em duas colunas) ou 8 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em uma coluna). As informações de texto presentes nas figuras, caso possuam, devem estar em fonte Arial, com tamanho entre 7 e 10 pts.
9. Figuras feitas em programas vetoriais podem ser enviadas, preferencialmente, em formato aberto, na extensão .cdr (X5 ou inferior), .eps ou .ai (CS5 ou inferior).
10. O texto do artigo deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações.
11. Seções e subseções no texto não podem ser numeradas.
12. Somente numeração de páginas e notas de rodapé devem ser automáticas. Textos contendo numeração automatizada de seções, parágrafos, figuras, exemplos, ou outros processos automatizados, como referenciação e compilação de lista de referências, não serão aceitos.
13. Observar cuidadosamente as regras de nomenclatura científica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.
14. Notas de rodapé devem ser numeradas em algarismos arábicos e utilizadas apenas quando imprescindíveis, nunca como referências.
15. Citações e referências a autores no decorrer do texto devem subordinar-se à seguinte forma: sobrenome do autor (não em caixa alta), ano, página(s). Exemplos: (Goeldi, 1897, p.10); Goeldi (1897, p.10).
16. Todas as obras citadas ao longo do texto devem estar corretamente referenciadas ao final do artigo, e todas as referências no final do artigo devem ser citadas no texto.

Estrutura básica dos trabalhos

1. **Título** – No idioma do texto e em inglês (quando este não for o idioma do texto). Deve ser escrito em caixa baixa, em negrito, centralizado na página.
2. **Resumo e Abstract** – Texto em um único parágrafo, verbo na voz ativa e terceira pessoa do singular, ressaltando os objetivos, método, resultados e conclusões do trabalho, com no mínimo 100 palavras e, no máximo, 200, no idioma do texto (Resumo) e em inglês (Abstract). A versão para o inglês deverá ser feita ou corrigida por um falante nativo (preferivelmente um colega da área), o que é de responsabilidade do(s) autor(es).
3. **Palavras-chave e Keywords** – Três a seis palavras que identifiquemos tem as do trabalho, para fins de indexação em bases de dados.
4. **Texto** – Deve ser composto de seções NÃO numeradas e, sempre que possível, com introdução, marco teórico, desenvolvimento, conclusão e referências. Evitar parágrafos e frases muito longos. Optar pela voz passiva, evitando o uso da primeira pessoa do singular e do plural ao longo do texto. Siglas devem inicialmente ser escritas por extenso. Exemplo: “A Universidade Federal do Pará (UFPA) prepara novo vestibular”. Citações com menos de 40 palavras devem estar dentro do parágrafo e entre aspas duplas (“); citações com 40 ou mais palavras devem ser destacadas do texto, com recuo de 1,3 cm da margem esquerda, com fonte menor e, conforme o exemplo a seguir:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente anti natural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenômeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p.61).

5. **Agradecimentos** – Devem ser sucintos: créditos de financiamento; vinculação a programas de pós-graduação e/ou projetos de pesquisa; agradecimentos pessoais e institucionais. Nomes de pessoas e instituições devem ser escritos por extenso, explicando o motivo do agradecimento. Note que a primeira versão submetida é para avaliação anônima e deve estar sem agradecimentos.
6. **Referências** – Devem ser listadas ao final do trabalho, em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor. No caso de mais de uma referência de um mesmo autor, usar ordem cronológica, do trabalho mais antigo ao mais recente. Todas as referências devem seguir as recomendações da *APA 7th Edition - Citation Guide*.

Normas e padrões bibliográficos

A utilização correta das normas referentes à elaboração de referências e o uso adequado das novas regras de ortografia da Língua Portuguesa nos artigos e demais documentos encaminhados à revista são de responsabilidade dos autores. A seguinte lista mostra vários exemplos de referências nas suas categorias diferentes:

Livro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

Citação no texto: Veríssimo (1906) ou (Veríssimo, 1906)

Vidal, W. N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica-organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3ed.). UFV.

Citação no texto: Vidal e Vidal (1986) ou (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Citação no texto: Wieczorek et al. (2012) ou (Wieczorek et al., 2012)

Capítulo de livro

Grünewald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

Citação no texto: Grünewald (2017) ou (Grünewald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Citação no texto: Carneiro da Cunha (1992) ou (Carneiro da Cunha, 1992)

Série/Coleção

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n.1). Museu Paraense de História Natural e Ethnografia.

Citação no texto: Goeldi (1900) ou (Goeldi, 1900)

Artigo de periódico

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Citação no texto: Gurgel (1997) ou (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Citação no texto: Jantz e Owsley (2001) ou (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Citação no texto: Posth et al. (2018) ou (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Citação no texto: Velthem (2012) ou (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics* 71(4), 473-500.

Citação no texto: Tersis e Carter-Thomas (2005) ou (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Artigo e/ou matéria de jornal

Naves, P.(1999, junho 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Citação no texto: Naves (1999) ou (Naves, 1999)

Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, maio 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Citação no texto: "Justiça suspende" (2017) ou ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, setembro 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Citação no texto: Silva (1998) ou (Silva, 1998)

Trabalho apresentado em evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, dezembro). Incorporação do tempo em SGBD orientado ao objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Brayner e Medeiros (1994) ou (Brayner & Medeiros, 1994)

Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (janeiro, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propesq/anais/educ/ce04.htm>

Citação no texto: Silva e Oliveira (1996) ou (Silva & Oliveira, 1996)

Mensagens de Internet: lista de discussão eletrônica e outras comunidades online

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julho 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Citação no texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) ou (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciELO em Perspectiva Humanas. (2018, junho 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Citação no texto: Blog SciELO em Perspectiva Humanas (2018) ou (Blog SciELO em Perspectiva Humanas, 2018)

Documento jurídico

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.

Citação no texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) ou (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,1998)

Decreto n. 3.298. (1999, dezembro 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Citação no texto: Decreto n. 3.298 (1999)

Documento jurídico em meio eletrônico

Resolução n.17, de junho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Citação no texto: Resolução n. 17, de junho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Citação no texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Citação no texto: Benchimol (2015) ou (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tese de doutorado, University of New York].

Citação no texto: Moore (1984) ou (Moore,1984)

Documento de arquivo

Campos, E. (1964, janeiro 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Campos (1964) ou (Campos,1964)

Salles, V. (1974, março 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Citação no texto: Salles (1974) ou (Salles, 1974)

Meios audiovisuais

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Filme]. Werner Herzog Filmproduktion.

Citação no texto: Herzog (1970) ou (Herzog,1970)

Divulgação

Os artigos são divulgados integralmente no formato PDF no sítio da revista, no *Digital Publishing Platform* (ISSUU), no DOAJ e no SciELO, além de redes sociais como o Facebook.

Endereço para correspondência:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Telefone: 55-91-3075-6186

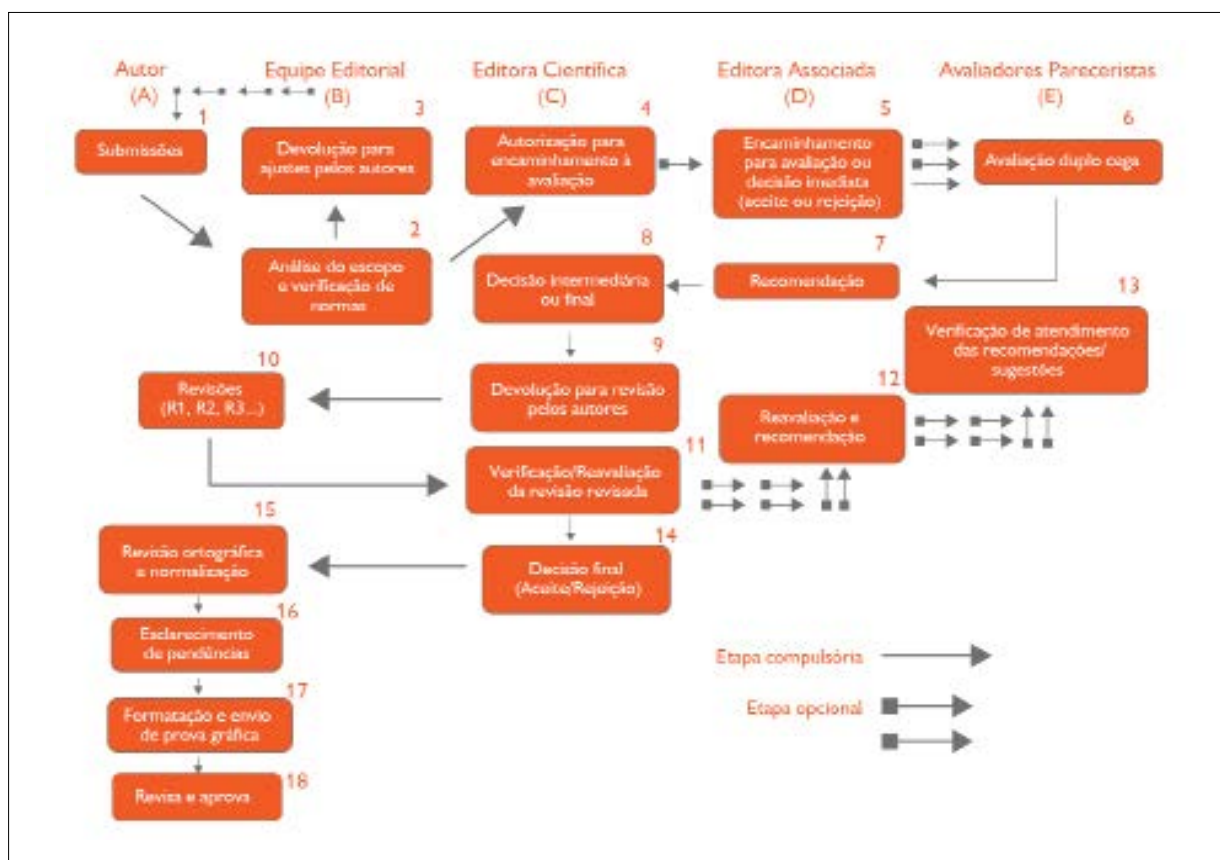
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Patrocínio da revista

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

Fluxograma do processamento editorial no *BMPEG. Ciências Humanas*



Fonte: Beltrão e Silva (2020, p. 13)¹.

¹ BELTRÃO, Jimena Felipe; SILVA, Taíse da Cruz. **Guia de processamento editorial em periódico científico: a experiência do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humana no uso da plataforma ScholarOne**. Belém, 2020. 25p. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. HUMAN SCIENCES

EDITORIAL POLICY

Focus and Scope

The Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences aims to publish original works in archaeology, history, anthropology, Indigenous linguistics, and related disciplines, while also promoting diversity in terms of gender equity, ethnic group representation, and geographical inclusivity.

Section Policies

The journal accepts contributions in Portuguese, Spanish, English, and French for the following sections:

Scientific Articles – Original analytical texts resulting from research that provides a significant contribution to the advancement of knowledge. From 15 to 30 pages.

Review Articles – Original analytical or essayistic texts, providing a bibliographic or theoretical review of a specific subject or theme. From 15 to 30 pages.

Research Notes – A shorter preliminary report than a full article, focusing on field observations, research challenges, and progress in ongoing studies, emphasizing hypotheses, sources, partial results, methods, and techniques used. Up to 15 pages.

Memory – A section dedicated to the dissemination of collections or their components that are relevant to scientific research; partially or fully transcribed documents accompanied by an introductory text; and biographical essays, including obituaries or personal memoirs. Up to 20 pages.

Debate – Critical essays on contemporary issues. Up to 15 pages.

Book Reviews – A descriptive and/or critical text on works published in print or electronic format. Up to five pages.

Theses and Dissertations – A brief description, without bibliography, of master's dissertations, doctoral theses, and habilitation works. One page.

Interview – interviews with researchers, thinkers, or cultural agents whose trajectories and reflections contribute meaningfully to the field of the Human Sciences. The interviews should address current or historical topics with critical depth, promoting the exchange of ideas and experiences. Up to 5 pages.

Photo Essay – visual productions that engage with themes, practices, and issues relevant to the Human Sciences. The essays should present a coherent aesthetic and conceptual proposal, accompanied by an introductory text that contextualizes the images and their relevance to academic or sociocultural debate. Up to 15 images, with brief captions and an introductory text (up to 5 pages).

The Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences publishes summaries of theses and dissertations but does not publish thesis or dissertation chapters. Recognizing the academic necessity and interest in disseminating results from postgraduate research, it is recommended that a distinct scientific article be produced in these cases, emphasizing key findings from the thesis or dissertation while incorporating direct citations where appropriate. This guideline also applies to monographs in general, as well as undergraduate thesis and capstone projects.

The journal does not accept extended abstracts, texts in the form of reports, or works previously published in any publicly accessible medium, except for Preprints, which are manuscripts that have not yet been peer-reviewed by a scientific journal or have already been reviewed but are still in the publication process, provided they are available on reliable preprint servers. The editorial board recommends that authors make their manuscripts available on the SciELO Preprint platform (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>).

Open Science

The journal operates in accordance with Open Science principles and follows the SciELO Criteria.

Fees

The journal is open access, meaning that all content is freely available at no cost to users or institutions. Additionally, no fees are charged for manuscript submission or publication.

Peer Review Process

The journal has a Scientific Council. Submitted manuscripts are first evaluated by the Scientific Editor or one of the Associate Editors. The Editor reserves the right to suggest modifications to the submitted manuscripts or to return them if they do not meet the publication criteria. Once accepted, the manuscripts undergo peer review. Each article is reviewed by at least two experts who are not part of the Editorial Committee and who provide independent assessments. In cases of disagreement between reviewers, the manuscript is sent to additional expert(s) for further evaluation. If modifications or corrections are recommended, the manuscript is returned to the author(s), who will have 30 days to submit a revised version.

In alignment with the principles of ethnic, gender, and geographical equity, the journal is committed to enhancing the diversity of expert opinions while ensuring the required level of expertise and academic qualifications. After receiving anonymous reviews, the Editor decides whether to accept the article for publication. If accepted, the author(s) are invited to revise the article based on the reviewers' comments and the Editor's observations. The author(s) must explain how the revisions were addressed and justify any suggestions they choose not to incorporate. All revisions must be made using the "Track Changes" tool in Microsoft Word. The revised manuscript must be submitted via the online platform using the revision link available in the "AUTHOR PANEL" on ScholarOne by clicking "CREATE A REVIEW".

Once approved, manuscripts are published in order of submission. However, the Scientific Editor may determine the most appropriate timing for publication.

An author may only submit a new manuscript 12 months after the submission date of their previous contribution.

At the end of the document, a flowchart illustrates the editorial processing stages in the journal.

Author Contributions

At the time of submission, it is necessary to specify the contribution of each author according to the CRediT categories: 1) Project administration; 2) Formal analysis; 3) Funding acquisition; 4) Conceptualization; 5) Data curation; 6) Writing – original draft; 7) Writing – review and editing; 8) Investigation; 9) Methodology; 10) Resources; 11) Software; 12) Supervision; 13) Validation; 14) Visualization. This information is published on the last page of the article.

Preprint Policy

To accelerate scientific communication, the journal recommends depositing submissions in SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>). However, simultaneous submission to another journal is not permitted. Submissions will maintain their originality for

publication, and the evaluation process will not use double anonymization, as the authorship will be made known upon publication in the Preprints category. Contributions will undergo the review process, and if accepted, authors must update their records on the Preprints server and provide the complete reference of the published work.

In the case of Preprint submission, authors must provide the link in a separate file named "Preprint," which should be submitted alongside the main document during the submission process in Step 2: File Upload.

Data Policy

After article approval, authors are encouraged to deposit research data in the journal's interface on the SciELOData repository (<https://data.scielo.org/dataverse/brbgoeldi>). This recommendation applies only to cases that do not present ethical or legal concerns. For information on depositing data in the SciELOData repository, visit https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_deposito_pt.pdf.

Research data refers to scientific records generated during the investigation process, which are essential for validating the results obtained. Examples include research projects, reports submitted to funding agencies, descriptions of collections used, tables, charts, and statistical information not included in the article, as well as recordings or transcripts of oral interviews. All research data mentioned in the manuscript and already made publicly available must be properly referenced and listed in the references section (for details on how to cite these documents, visit https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/guia-de-citacao-de-dados_pt.pdf).

Authors are required to sign the Open Science Compliance Form, which must be submitted along with the pre-publication version of the article. In the case of deposition in other repositories, the author must provide the link to the journal at this stage through the declaration. It is recommended to consult the list of research data repositories provided by the SciELO collection, available at https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Lista-de-Reppositorios-Recomendados_pt.pdf

Use of Artificial Intelligence Tools

BMPEG. Human Sciences advises authors and reviewers to consult the Guide for the Use of Artificial Intelligence (AI) Tools and Resources (<https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-uso-de-ferramentas-e-recursos-de-IA-20230914.pdf>) whenever AI tools or AI-generated content are used in manuscripts, with particular attention to the following principles outlined in the guide:

- Disclose/mention the sources of materials used in the research and in the writing of the article or chapter. Any and all use of, or content generated by, an AI application must be disclosed in the abstract and in the methods section or its equivalent;
- Ensure that all cited material is properly attributed, including full citations, and verify that the sources cited support the claims made by the AI application, as it is not uncommon for such tools to generate references to non-existent works;
- Assume public responsibility for one's work;
- Concealing the use of AI tools or content constitutes an ethical violation that breaches the principles of transparency and honesty in research.

Accessibility Policy

The journal is committed to incorporating visual and auditory resources related to inclusion and accessibility. The author of each submission accepted for publication must provide a video recording with a reading of the article's abstract. This recording will be associated with the published article and made accessible via a link for users who require or wish to use this type of media.

Ethical Recommendations

The journal adheres to the guidelines of the Committee on Publication Ethics (COPE), as well as the use of the "Good Practices Guide for Strengthening Ethics in Scientific Publication" (2018), and follows the recommendations of the International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) to ensure the integrity of the results published by the journal.

Plagiarism is considered an editorial crime and is deemed unacceptable by the journal. To prevent this unethical practice, the BMPEG. Human Sciences journal uses the iThenticate plagiarism detection software by Crossref.

Copyright Statement

All content in the journal is licensed under a Creative Commons Attribution CC-BY license. Under this model, authors retain copyright and grant the journal the right to first publication. After the first publication in the journal, authors may enter into separate additional contracts for non-exclusive distribution of the version of the work as published in this journal in institutional repositories or publish it as a book chapter, with appropriate attribution of authorship and initial publication in this journal. The journal follows the recommendations of the Open Access Movement, making all its content available online and free of charge.

Research Involving Human Beings

Research involving human beings must comply with Resolution CNS No. 466/2012 <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. For submissions resulting from research with human groups, it is the responsibility of the author(s) to submit the informed consent form at the time of manuscript submission, along with the document related to the study's registration with the Ethics Committee for Human Research. Authors are also advised to mention in the manuscript the approval of the research by an Ethics Committee recognized by the National Commission of Ethics in Research, under the National Health Council (CONEP-CNS).

Indexers

Anthropological Index Online; Anthropological Literature;
Directory of Open Access Journals (DOAJ);
Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE); Latindex;
Redalyc;
Scientific Electronic Library Online (SciELO); SCOPUS ELSEVIER.

Article Submission

The Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences accepts contributions only in digital format. The digital files of articles must be submitted online through the ScholarOne platform via the journal's website <http://editora.museu-goeldi.br/humanas> or directly through the link <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>, providing the required information requested by the platform. Before submitting their work, authors must ensure that the journal's guidelines have been followed. Compliance with these guidelines is essential for the initiation of the editorial process.

The Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences does not accept simultaneous submissions by the same author or co-author. A 12-month waiting period must be observed before submitting a new contribution.

Registration

The author(s) must create an account (Login/Password) on the online platform by accessing the "CREATE AN ACCOUNT" section and filling in their profile correctly. Registration/creating an account should be done only once. Afterward, the account should be used for all work submissions, reviews, and evaluations.

When submitting the article, all authors must register with the international academic identification platform Connecting Research and Researchers (ORCID). Registration is required for both authors and co-authors. The journal assigns a Digital Object Identifier (DOI) to all published works and adopts continuous publication of articles approved by the journal.

Submission Process

To submit a new manuscript, the author must log in to the online platform and click on "AUTHOR". After this step, the author should navigate to the "AUTHOR PANEL" window and begin the submission process by clicking on the "START NEW SUBMISSION" link. The author will then be required to complete seven steps in the submission process:

- Step 1: Type, Title, and Abstract
 - Choose the type of work (article, review, etc.).
 - Enter the title of the work.
 - Provide the abstract.
- Step 2: File Upload
 - Upload the file (s).
 - (At least one of the files must represent the main document).
- Step 3: Attributes
 - Add keywords (3 to 6).
- Step 4: Authors and Institutions
 - Specify whether the submitter is the author or a third party.
 - Specify the corresponding author.
 - Provide the CRediT contribution.
- Step 5: Reviewers
 - Specify preferred reviewers and/or those you would like to avoid. It is at the discretion of the journal to accept or reject the recommended reviewers.
- Step 6: Details and Comments
 - Specify the funding sources for the research.
 - Declare that the work has been submitted exclusively to the Boletim and has not been previously published.
 - Declare that the work complies with the ethical standards of the discipline.
 - Affirm that the submitted files are completely anonymous to allow for peer review, in case the author opts not to deposit the article in a reliable preprint repository.
 - Declare any potential conflicts of interest. If there are any, specify them.
- Step 7: Evaluate and Submit
 - Verify that all information and files are complete, view the PDF proof, and finalize the submission by clicking "SUBMIT".

Once the works are formatted, they are sent by email in PDF format for final approval by the authors, who must respond as promptly as possible. At this step, no modifications to the content or changes affecting the pagination are allowed. If the author does not respond within the given timeframe, the formatted version is considered approved.

Guidelines for Authors

All submissions must be sent through the online submission platform ScholarOne.

The original manuscripts should be submitted:

1. The manuscript should be submitted in Word, using Times New Roman, size 12, with 1.5 line spacing, and pages must be consecutively numbered. For Indigenous linguistics papers, a font compatible with the Unicode standard, such as Arial, Calibri, Cambria, DéjàVu, Tahoma, or others that include all the phonetic symbols of the International Phonetic Alphabet (IPA), must be used. Times New Roman is preferred, but it includes IPA in Unicode only from the latest Windows versions. Never improvise IPA symbols by using regular letters with strikethroughs (imitating *i*, *u*, etc.).
2. The first page must include:
 - a. Title (in the language of the text and in English);
 - b. Abstract;
 - c. Abstract (in English);
 - d. Keywords.
3. The original manuscripts must not include the name(s) of the author(s) or acknowledgments.
4. Terms or expressions should be highlighted using single quotation marks.
5. Only Latinized scientific terms and words in foreign languages should be italicized.
6. Articles must follow the guidelines of the APA 7th Edition - Citation Guide (free access at <https://apastyle.apa.org/blog/coronavirus-response>) for the use and presentation of citations and references.
7. Tables must be typed in Word, sequentially numbered, with clear captions.
8. All figures (illustrations, graphs, images, diagrams, etc.) must be submitted separately through the online platform, with their respective captions, numbered sequentially. They should have a minimum resolution of 300 DPI and a minimum size of 1,500 pixels, in JPEG or TIFF format, following, if possible, the proportions of the Boletim page format, with limits of 16.5 cm in width and 20 cm in height (for use in two columns) or 8 cm in width and 20 cm in height (for use in one column). Text in figures, if present, should be in Arial font, with a size between 7 and 10 pts.
9. Figures created in vector programs may be submitted, preferably in open format, with extensions .cdr (X5 or earlier), .eps, or .ai (CS5 or earlier).
10. The article text must refer to all tables, graphs, and illustrations.
11. Sections and subsections in the text should not be numbered.
12. Only page numbering and footnotes should be automated. Texts containing automated numbering of sections, paragraphs, figures, examples, or other automated processes such as referencing and compiling the reference list will not be accepted.
13. Carefully observe scientific nomenclature rules, as well as abbreviations and conventions adopted in specialized disciplines.
14. Footnotes should be numbered in Arabic numerals and used only when absolutely necessary, never as references.
15. Citations and references to authors within the text should follow this format: author's surname (not in uppercase), year, page(s). Examples: (Goeldi, 1897, p.10); Goeldi (1897, p.10).
16. All works cited throughout the text must be correctly referenced at the end of the article, and all references at the end of the article must be cited in the text.

Basic Structure of the Manuscripts

1. **Title** – In the language of the text and in English (when the language of the text is not English). The title should be written in lowercase, in bold, and centered on the page.
2. **Abstract** – The text should be in a single paragraph, using the active voice and third-person singular, highlighting the objectives, method, results, and conclusions of the work, with a minimum of 100 words and a maximum of 200, in the language of the text (Resumo) and in English (Abstract). The English version must be done or corrected by a native speaker (preferably a colleague in the field), which is the responsibility of the author(s).
3. **Keywords** – Three to six words that identify key concepts of the work, for indexing purposes in databases.
4. **Text** – The text should be composed of unnumbered sections and, whenever possible, include an introduction, theoretical framework, development, conclusion, and references. Avoid long paragraphs and sentences. Prefer the passive voice, avoiding the use of the first person singular and plural throughout the text. Acronyms should initially be written in full. Example: “The Federal University of Pará (UFPA) is preparing a new entrance exam.” Citations with fewer than 40 words should be within the paragraph and enclosed in double quotation marks (“ ”); citations of 40 words or more should be formatted as a block, with a 1.3 cm left margin indent, in a smaller font, as shown in the example below:

Indeed, housing in cities is essentially unnatural, associated with manifestations of the spirit and will, as it opposes nature. For many conquering nations, the construction of cities was the most decisive instrument of domination they knew. Max Weber admirably shows how the foundation of cities represented, for the Near East and particularly for the Hellenistic world and imperial Rome, the specific means of creating local organs of power, adding that the same phenomenon can be found in China, where, even during the last century, the subjugation of the Miao tribes can be linked to the urbanization of their lands (Buarque de Holanda, 1978, p.61).

5. **Acknowledgments** – Should be concise: credits for funding, affiliation with graduate programs and/or research projects, personal and institutional acknowledgments. Names of individuals and institutions should be written in full, explaining the reason for the acknowledgment. Please note that the first version submitted is for anonymous evaluation and should not include acknowledgments.
6. **References** – Should be listed at the end of the work, in alphabetical order, according to the surname of the first author. In the case of multiple references by the same author, use chronological order, from the oldest to the most recent work. All references must follow the guidelines of the APA 7th Edition - Citation Guide.

Bibliographic Standards and Guidelines

The correct use of the guidelines for reference formatting and the proper application of the new spelling rules of the Portuguese language in articles and other documents submitted to the journal are the responsibility of the authors. The following list provides several examples of references in their different categories:

Book

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

In-text citation: Veríssimo (1906) ou (Veríssimo, 1906)

Vidal, W. N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica-organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3ed.). UFV.

In-text citation: Vidal e Vidal (1986) ou (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

In-text citation: Wieczorek et al. (2012) ou (Wieczorek et al., 2012)

Book Chapter

Grünewald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

In-text citation: Grünewald (2017) ou (Grünewald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

In-text citation: Carneiro da Cunha (1992) ou (Carneiro da Cunha, 1992)

Series/Collection

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n.1). Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

In-text citation: Goeldi (1900) ou (Goeldi, 1900)

Journal Article

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

In-text citation: Gurgel (1997) ou (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

In-text citation: Jantz e Owsley (2001) ou (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

In-text citation: Posth et al. (2018) ou (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

In-text citation: Velthem (2012) ou (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics* 71(4), 473-500.

In-text citation: Tersis e Carter-Thomas (2005) ou (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Newspaper Article

Naves, P. (1999, junho 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

In-text citation: Naves (1999) ou (Naves, 1999)

Newspaper Article in Electronic Format

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, maio 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

In-text citation: "Justiça suspende" (2017) ou ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, setembro 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

In-text citation: Silva (1998) ou (Silva, 1998)

Paper Presented at a Conference

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, dezembro). Incorporação do tempo em SGBD orientado ao bjetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

In-text citation: Brayner e Medeiros (1994) ou (Brayner & Medeiros, 1994)

Paper Presented at a Conference in Electronic Format

Silva, R. N., & Oliveira, O. (janeiro, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propeq/anais/educ/ce04.htm>

In-text citation: Silva e Oliveira (1996) ou (Silva & Oliveira, 1996)

Internet Messages: Electronic Discussion List and Other Online Communities

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julho 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

In-text citation: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) ou (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciElo em Perspectiva Humanas. (2018, junho 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

In-text citation: Blog SciElo em Perspectiva Humanas (2018) ou (Blog SciElo em Perspectiva Humanas, 2018)

Legal Document

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.

In-text citation: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) ou (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,1998)

Decreto n. 3.298. (1999, dezembro 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

In-text citation: Decreto n. 3.298 (1999)

Legal Document in Electronic Format

Resolução n.17, de junho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

In-text citation: Resolução n. 17, de junho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

In-text citation: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Academic Works (Theses, Dissertations, and Monographs)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

In-text citation: Benchimol (2015) ou (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tese de doutorado, University of New York]. In-text citation: Moore (1984) ou (Moore,1984)

Archive Document

Campos, E. (1964, janeiro 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

In-text citation: Campos (1964) ou (Campos,1964)

Salles, V. (1974, março 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

In-text citation: Salles (1974) ou (Salles, 1974)

Audiovisual Materials

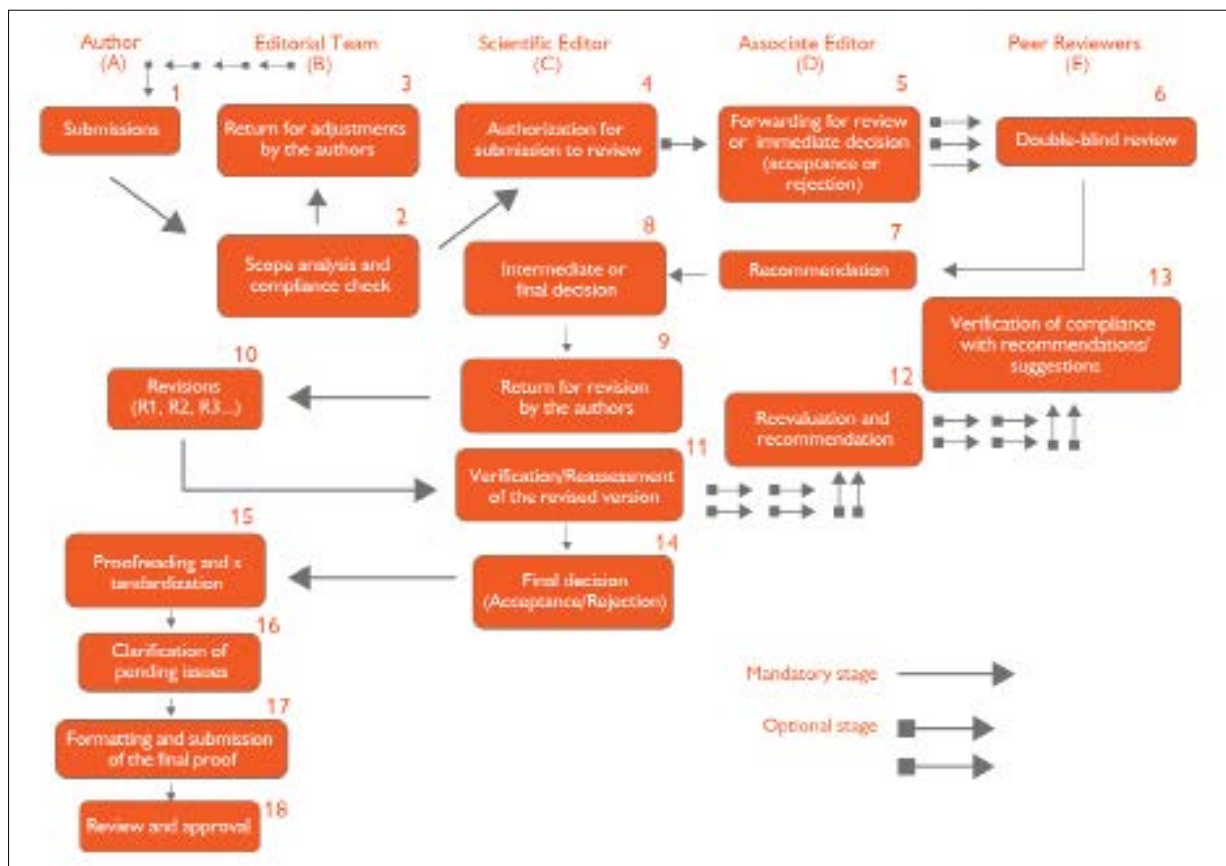
Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Filme]. Werner Herzog Filmproduktion. In-text citation: Herzog (1970) ou (Herzog,1970)

Dissemination

The articles are fully published in PDF format on the journal's website, on the Digital Publishing Platform (ISSUU), DOAJ, and SciELO, as well as on social media platforms such as Facebook.

Museu Paraense Emílio Goeldi
Editor of Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas
Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme CEP 66077-830
Belém - PA - Brasil Telephone: 55-91-3075-6186
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br
Journal Sponsorship
Museu Paraense Emílio Goeldi
Ministry of Science, Technology, and Innovations.

Flowchart of the Editorial Process in BMPEG. Human Sciences



Source: Beltrão e Silva (2020, p. 13)¹.

¹ BELTRÃO, Jimena Felipe; SILVA, Iáise da Cruz. Editorial Process Guide in Scientific Journals: The Experience of the Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences in the Use of the ScholarOne Platform. Belém, 2020. 25p. Available at: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/>. Accessed on: June 11, 2021.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICA EDITORIAL

Enfoque y alcance

El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* tiene como misión publicar trabajos originales de arqueología, historia, antropología, lingüística indígena y disciplinas relacionadas, así como promover la diversidad respecto a la equidad de género y grupos étnicos y a la representatividad geográfica.

Políticas de sección

El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* admite contribuciones para las siguientes secciones:

Artículos Científicos: deben ser textos analíticos originales, con una extensión máxima de 30 páginas, resultantes de estudios e investigaciones que representen contribuciones significativas para el avance del conocimiento.

Artículos de Revisión: textos analíticos o ensayos originales, con una extensión máxima de 30 páginas, que contengan revisión bibliográfica o teórica de un determinado tema.

Notas de Investigación: texto más corto que un artículo, con extensión máxima de 15 páginas, que trate sobre observaciones de campo, avances de investigaciones en curso o en fase inicial, enfatizando hipótesis, comentando fuentes, técnicas y métodos utilizados y resultados parciales.

Memoria: sección destinada a la difusión de acervos que sean relevantes para la investigación científica; de documentos transcritos parcial o integralmente, acompañados de un texto introductorio; y de ensayos biográficos, que incluye notas de fallecimiento o memorias personales. Deben tener una extensión máxima de 15 páginas.

Debate: ensayos críticos sobre temas de la actualidad. Hasta 15 páginas.

Reseñas Bibliográficas: texto descriptivo o crítico de obras publicadas en forma impresa o electrónica. Extensión máxima de cinco páginas.

Tesis de Maestría y Doctorado: descripción sucinta, de máximo una página, de tesis de maestría, doctorado y habilitación docente, sin bibliografía. El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* publica resúmenes de tesis, pero no publica capítulos de tesis de maestría ni doctorado. Entendida la necesidad o interés académico en la difusión de resultados oriundos de la formación en nivel de posgrado, en estos casos se recomienda la producción de un artículo científico con un texto diferente al original, con énfasis en lo que se destaca en la investigación de la tesis y con uso de citas directas cuando fuera pertinente. Estas instrucciones contemplan monografías en general, así como también trabajos de final de carrera de grado.

Entrevista: entrevistas con investigadores, pensadores o agentes culturales, cuya trayectoria y reflexiones contribuyan de forma relevante para el campo de las ciencias humanas. Las entrevistas deben abordar temas actuales o históricos con profundidad crítica y promover el intercambio de ideas y experiencias. Hasta cinco páginas.

Producción fotográfica: producciones visuales que dialoguen con temas, prácticas y problemáticas de las ciencias humanas. Las producciones deben presentar una propuesta estética y conceptual coherente y estar acompañadas de un texto introductorio que contextualice las imágenes y su relevancia para el debate académico o sociocultural. Hasta 15 imágenes, con breves leyendas y texto introductorio (hasta cinco páginas).

La revista no acepta resúmenes extendidos, textos en forma de informe, ni trabajos previamente publicados en ningún medio de acceso público, a excepción de los Preprints, que son manuscritos no evaluados por una revista científica o ya evaluados, pero en proceso de publicación, disponibles en servidores de preimpresión confiables. Los editores recomiendan que los autores hagan que los manuscritos estén disponibles en la base de datos SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>).

Ciencia abierta

La revista opera de acuerdo con la Ciencia Abierta y los Criterios SciELO.

Proceso de evaluación de pares

La revista posee un Consejo Científico. Los trabajos presentados primero son analizados por el Editor o por uno de los Editores Asociados. El Editor se reserva el derecho de sugerir modificaciones a los trabajos recibidos o devolverlos caso no estén de acuerdo con los criterios exigidos para su publicación.

Una vez aprobados, los artículos pasan por una evaluación de pares (peer-review). Los artículos son analizados por dos especialistas como mínimo, que no integran la Comisión Editorial y emiten opiniones de forma independiente. En el caso de haber discrepancia entre las opiniones, el trabajo será enviado a otro(s) especialista(s). En el caso de que se recomiende hacer cambios o correcciones, el trabajo se devolverá al(los) autor(es), que tendrá(n) un plazo de 30 días para elaborar una nueva versión. En conformidad con los principios de equidad étnica, de género y de representatividad geográfica, la revista tiene el compromiso de potencializar la diversidad de opiniones especializadas, cumpliendo, naturalmente, los principios de especialización y formación exigidos.

Después de ser aprobados, los trabajos se publican por orden de llegada. El Editor Científico también puede determinar el momento más oportuno.

Un autor podrá presentar una nueva contribución solamente luego de transcurrido el período de 12 meses a partir de la fecha de envío anterior.

Política de preimpresión

Como forma de acelerar la comunicación científica, la revista recomienda el depósito de sus envíos en SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>), sin embargo, no se permite el envío simultáneo a otra revista. Los envíos comparten la originalidad de la publicación con las revistas y el proceso de evaluación no utilizará el procedimiento de doble anonimización, ya que, con la publicación en la categoría Preprints, se conoce la autoría. Las contribuciones pasarán por el proceso de evaluación y, de ser aceptadas, los autores deberán actualizar sus registros en el servidor de Preprints y proporcionar la referencia completa de la publicación realizada.

Política de datos

En cumplimiento de los principios de la Ciencia Abierta, la revista utiliza el servidor SciELOData <https://data.scielo.org/dataverse/brbgoeldi> para poner a disposición los datos de la investigación y requiere un compromiso mediante una declaración sobre la disponibilidad de los datos por parte del autor de cada envío.

Uso de softwares y recursos de inteligencia artificial

El BMPEG. Ciências Humanas orienta a los autores y revisores a consultar la "Guía de uso de herramientas y recursos de Inteligencia Artificial (IA)" (<https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-uso-de-ferramentas-e-recursos-de-IA-20230914.pdf>) siempre que

se empleen herramientas o contenido generado por aplicaciones de inteligencia artificial (IA) en los manuscritos, con énfasis en los siguientes principios enumerados en la guía:

- Informar/mencionar las fuentes del material utilizado en la investigación y redacción del artículo o capítulo. Cualquier uso o contenido generado por una aplicación de IA debe ser mencionado en el resumen y en la sección de métodos o su equivalente.
- Asegurarse de que todo el material citado sea adecuadamente atribuido, inclusive las citas completas, y que las fuentes citadas respalden las afirmaciones realizadas por la aplicación de IA, ya que es común que generen referencias a obras inexistentes.
- Asumir la responsabilidad pública por su trabajo.
- Ocultar el uso y contenido de IA es una falta ética que va en contra de los principios de transparencia y honestidad en la investigación.

Política de accesibilidad

La revista apuesta por incorporar recursos visuales y auditivos inherentes a la inclusión y la accesibilidad. El autor de cada envío aceptado para publicación deberá enviar una grabación en video de la lectura de los resúmenes de los artículos que quedará asociada al artículo publicado con acceso vía enlace para los usuarios que necesiten o deseen utilizar este tipo de medios.

Recomendaciones éticas

La revista sigue las directrices del *Committee on Publication Ethics* (COPE), así como el uso de la "Guía de buenas prácticas para el fortalecimiento de la ética en la publicación científica" (2018), y sigue las recomendaciones del Comité Internacional de Editores de Revistas Médicas (*International Committee of Medical Journal Editors*- ICMJE) para garantizar la integridad de los resultados publicados por la revista. El plagio es visto como un delito editorial y es una conducta inadmisibles para esta revista especializada. Como forma de evitar esta mala práctica, el *BMPEG. Ciências Humanas* utiliza el software antiplagio *iThenticate*, de *Crossref*.

Declaración de derechos de autor

Todo el contenido de la revista está licenciado bajo una *Licencia Creative Commons* CC-BY. En esta modalidad, los autores mantienen los derechos de autor y otorgan a la revista el derecho de primera publicación. Luego de la primera publicación en la revista, los autores podrán asumir contratos adicionales por separado, para distribución no exclusiva de la versión del trabajo tal como se publica en esta revista en un repositorio institucional o publicación como capítulo de libro, con el debido reconocimiento de autoría y publicación inicial en esta revista. La revista sigue las recomendaciones del Movimiento de Acceso Abierto, haciendo que todo el contenido de la revista esté disponible en línea y de forma gratuita.

Investigaciones con seres humanos

En casos de estudios que involucren seres humanos en Brasil, es importante que estos cumplan la Resolución CNS n°. 466/2012 (<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>). Los autores deben mencionar en el artículo la aprobación del proyecto por parte del Comité de Ética reconocido por la Comisión Nacional de Ética en Investigación, del Consejo Nacional de Salud (CONEP-CNS). Es función de la autoría la presentación de la exigencia del consentimiento informado, documento pertinente al registro del estudio en el Comité de Ética en Investigación con seres humanos.

Indexadores

EAnthropological Index Online;

Anthropological Literature;
Directory of Open Access Journals (DOAJ);
Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE);
International Bibliography of the Social Sciences (IBSS);
Latindex;
Redalyc;
Scientific Electronic Library Online (SciELO);
SCOPUS ELSEVIER.

Presentación de artículos

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas no acepta envíos simultáneos de autor o coautor. Se debe observar un plazo de 12 meses para la presentación de una nueva contribución.

Todos los trabajos deben ser enviados a través de la plataforma de envío ScholarOne via o sitio web de la revista <http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas> o directamente via o link <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>. Los originales deben ser enviados de acuerdo con los siguientes parámetros:

1. En Word, con tipografía Times New Roman, tamaño 12, interlineado 1,5, en hojas enumeradas secuencialmente. En los trabajos de lingüística indígena, debe utilizarse tipografía compatible con el estándar Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma y otras que incluyan todos los símbolos fonéticos del IPA. Times New Roman es la tipografía preferible, pero incluye el IPA solo a partir de las últimas ediciones de Windows. Nunca se deben improvisar símbolos del IPA usando letras comunes tachadas (imitando *ï*, *u*, etc.).
2. En la primera página, debe constar:
 - a. título (en el idioma del texto y en inglés),
 - b. resumen,
 - c. *abstract*;
 - d. palabras clave y *keywords*.
3. Los originales no pueden incluir nombre(s) del(los) autor(es) ni agradecimientos.
4. Para destacar términos o expresiones deben utilizarse comillas simples.
5. Solamente términos científicos latinizados y palabras en idioma extranjero deben estar en cursiva.
6. Los artículos deben seguir las recomendaciones de la APA 6th Edition - Citation Guide para uso y presentación de los elementos bibliográficos: citas en documentos y referencias bibliográficas.
7. Las tablas deben formularse en Word, con numeración consecutiva y leyendas claras.
8. Todas las figuras (ilustraciones, gráficos, imágenes, diagramas, etc.) deben ser presentadas en páginas separadas y enumeradas, con sus respectivas leyendas, y subidas a la plataforma digital en archivos aparte. Deben tener una resolución mínima de 300 dpi y tamaño mínimo de 1.500 píxeles, en formato JPEG o TIFF. Cuando sea posible, deben obedecer las proporciones del formato de página del Boletim, dentro de los límites de 16,5 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en dos columnas), u 8 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en una columna). En caso de haber información de texto presente en las figuras, esta debe estar en tipografía Arial, tamaño entre 7 y 10 pts.
9. Las figuras elaboradas en programas vectoriales pueden ser enviadas en formato abierto, preferentemente, con extensión .cdr (X5 o inferior), .eps o .ai (CS5 o inferior).

10. El texto del archivo debe hacer referencia, obligatoriamente, a todas las tablas, gráficos e ilustraciones.
11. Las secciones y subsecciones del texto no pueden ser enumeradas.
12. Solo la numeración de páginas y notas al pie debe ser automática. No se aceptarán textos que contengan numeración automática de secciones, párrafos, figuras, ejemplos u otros procesos automatizados, como referenciación y compilación de lista de referencias.
13. Observar cuidadosamente las reglas de nomenclatura científica, así como las abreviaturas y convenciones adoptadas en disciplinas especializadas.
14. Las notas al pie deben tener numeración arábiga y utilizarse solo cuando sean imprescindibles, nunca como referencias.
15. Las citas y referencias a autores en el transcurso del texto deben respetar la siguiente forma: apellido del autor (solo con mayúscula inicial), año: página(s). Ejemplos: (Goeldi, 1897, 10); Goeldi (1897, 10).
16. Todas las obras citadas a lo largo del texto deben estar correctamente referenciadas al final del artículo, y todas las referencias al final del artículo deben estar citadas en el texto.

Después de dar formato a los trabajos, estos deben enviarse a través del sistema de correo electrónico de *ScholarOne*, en PDF para la revisión final de los autores, quienes deben devolverlos a la mayor brevedad posible. Los pedidos de modificaciones o ajustes en el texto deben ser realizados mediante comentarios en el PDF. En esta etapa no se aceptarán modificaciones del contenido del trabajo o que impliquen alteraciones en la numeración de páginas. Si el autor no responde al plazo, la versión formateada será considerada aprobada. Los artículos son divulgados en su totalidad en formato PDF en el sitio web, en Issuu, en DOAJ y en SciELO.

Registro

Autor(es) deben registrarse (*login/senha*), creando una conta personal en la plataforma *online* <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo> en "CREAR UNA CUENTA". Es necesario que cada autor haga registro en el banco de identificación académica internacional *Connecting Research and Researchers* (ORCID). La revista científica atribuye el *Digital Object Identifier* (DOI) para los artículos publicados, bem como adopta el sistema de publicação contínua de artigos aprobados.

Directrices para autores

Para enviar un trabajo nuevo, el autor tiene que iniciar sesión en la plataforma y hacer clic en "AUTOR". Luego de este paso, el autor debe buscar la ventana "PAINEL DE AUTOR" e iniciar el proceso de envío a través del enlace "INICIAR NUEVO ENVÍO", en el que deberá seguir los siete pasos:

• Paso 1: Tipo, título y abstract

- Elegir el tipo de trabajo (artículo, reseña, etc.).
- Completar el título del trabajo.
- Proporcionar el resumen.

• Paso 2: Carga de archivo

- Cargar el(los) archivo(s).
- (Por lo menos uno de los archivos debe representar el documento principal).

• Paso 3: Atributos

- Agregar palabras clave (3 a 6).

- **Paso 4: Autores y instituciones**

- Especificar si la persona que está realizando el envío es el propio autor o un tercero.
- Especificar autor de correspondencia.
- Proporcionar contribución de CRediT.

- **Paso 5: Revisores**

- Especificar revisores de preferencia o aquellos que se quieran evitar.

- **Paso 6: Detalles y comentarios**

- Especificar quién financió la investigación.
- Declarar que el trabajo fue enviado exclusivamente al Boletim y aún no ha sido publicado.
- Declarar que el trabajo está de acuerdo con las normas éticas de la disciplina.
- Afirmar que los archivos enviados son completamente anónimos para posibilitar la revisión por pares, si el autor opta por no depositar el artículo en un repositorio confiable de Preprints.
- Declarar si hay conflicto de interés. Caso afirmativo, especificar.

- **Paso 7: Revisar y enviar**

- Verificar que toda la información y archivos estén completos, consultar la versión en PDF y concluir el envío haciendo clic en "ENVIAR".

Estructura básica de los trabajos

1. **Título:** debe estar en el idioma original y en inglés, escrito en minúscula (solo con mayúscula inicial y cuando corresponda), negrita, centrado, y debe aparecer de la misma manera en la portada y en la segunda página.
2. **Resumen y Abstract:** debe ser escrito en el idioma del texto (resumen) y en inglés (abstract), en un solo párrafo, resaltando los objetivos, métodos, resultados y conclusiones del trabajo. Debe tener una extensión de mínimo 100 y máximo 200 palabras. La versión en inglés es responsabilidad del(los) autor(es).
3. **Palabras clave y keywords:** de tres a seis palabras que identifiquen los temas del trabajo, para fines de indexación en bases de datos (es conveniente consultar los descriptores específicos de la respectiva área de conocimiento).
4. **Texto:** debe contener las siguientes partes: introducción, marco teórico, desarrollo, conclusión y referencias bibliográficas. Se debe evitar párrafos y frases demasiado extensas. Las siglas deben ser primeramente explicadas, p. ej.: Universidad Federal de Pará (UFPA). Las citas de hasta tres líneas deben estar dentro del párrafo y entre comillas inglesas (""). Las citas con más de 40 palabras deben estar en párrafo separado, que debe ser destacado dentro del texto general, usando sangría mayor, en bloque, con fuente menor y sin comillas. De acuerdo al exemplo que sigue:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenómeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p. 61).

5. **Agradecimientos:** deben ser breves y pueden indicar créditos de financiación, vínculos del artículo con programas de posgrado o proyectos de investigación, así como agradecimientos personales e institucionales. Se deben escribir los nombres completos de personas e instituciones y explicar el motivo del agradecimiento.
6. **Referencias:** deben ir al final del trabajo, en orden alfabético, de acuerdo con el apellido del primer autor. Cuando haya más de una referencia de un mismo autor, deben ser ordenadas cronológicamente, del trabajo más reciente al más antiguo, de acuerdo con las recomendaciones de la APA 7th Edition - Citation Guide, y observando los siguientes modelos:

Libro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

Cita en el texto: Veríssimo (1906) o (Veríssimo, 1906)

Vidal, W.N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3 ed.). UFV.

Cita en el texto: Vidal y Vidal (1986) o (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Cita en el texto: Wieczorek et al. (2012) o (Wieczorek et al., 2012)

Capítulo de libro

Grünwald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

Cita en el texto: Grünwald (2017) ou (Grünwald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Cita en el texto: Carneiro da Cunha (1992) o (Carneiro da Cunha, 1992)

Serie/Colección

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n. 1). Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

Cita en el texto: Goeldi (1900) o (Goeldi, 1900)

Artículo de revista especializada

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Cita en el texto: Gurgel (1997) o (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Cita en el texto: Jantz y Owsley (2001) o (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Cita en el texto: Posth et al. (2018) o (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Cita en el texto: Velthem (2012) o (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics*, 71(4), 473-500.

Cita en el texto: Tersis y Carter-Thomas (2005) o (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Artículo de periódico

Naves, P. (1999, junio 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Cita en el texto: Naves (1999) o (Naves, 1999)

Artículo de periódico en medio electrónico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, mayo 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Cita en el texto: "Justiça suspende" (2017) or ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, septiembre 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Cita en texto: Silva (1998) o (Silva, 1998)

Trabajo presentado en evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, diciembre). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Brayner y Medeiros (1994) o (Brayner & Medeiros, 1994)

Trabajo presentado en evento en medio electrónico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (enero, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPE*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propeq/anais/educ/ce04.htm>

Cita en el texto: Silva y Oliveira (1996) o (Silva & Oliveira, 1996)

Mensajes de internet: lista de discusión electrónica u otras comunidades en línea

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julio 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Cita en el texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) o (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciElo em Perspectiva Humanas. (2018, junio 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Cita en el texto: Blog SciElo em Perspectiva Humanas (2018) o (Blog SciElo em Perspectiva Humanas, 2018)

Documento jurídico

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). Saraiva.

Cita en el texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) o (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998)

Decreto n. 3.298. (1999, diciembre 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Cita en el texto: Decreto n. 3.298 (1999)

Documento jurídico en medio electrónico

Resolução n. 17, de julho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Cita en el texto: Resolução n. 17, de julho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Cita en el texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Trabajos académicos (tesis de maestría y doctorado y monografías)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tesis de doctorado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro].

Cita en el texto: Benchimol (2015) o (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tesis de doctorado, University of New York, Nova York].

Cita en el texto: Moore (1984) o (Moore, 1984)

Documento de archivo

Campos, E. (1964, enero 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Campos (1964) o (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, marzo 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Cita en el texto: Salles (1974) o (Salles, 1974)

Medios audiovisuales

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Película]. Werner Herzog Filmproduktion.

Cita en el texto: Herzog (1970) o (Herzog, 1970)

Difusión

Los artículos son difundidos en su totalidad en formato PDF en el sitio web de la revista, en *Digital Publishing Platform* (ISSUU), en DOAJ y en SciELO, así como también en redes sociales como Facebook.

Dirección

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme - CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Teléfono: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Financiación

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

